



Voto em Separado (Vol. IV)

CPMI do 08 de Janeiro

CONGRESSO NACIONAL

17 de outubro de 2023

Senador IZALCI LUCAS – PSDB/DF

VotoEmSeparado_CPMI08_17102023



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

NÚCLEO CONEXO

TENTATIVA DE ATENTADO DO DIA 24

O Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (DECOR/PCDF) assumiu as investigações sobre a tentativa de atentado à bomba perto do Aeroporto Internacional de Brasília, ocorrida em 24 de dezembro de 2022. O Inquérito Policial nº 149/2022-DECOR foi retomado no dia 26 de dezembro de 2022, substituindo o procedimento anterior conduzido pela 01ª Delegacia de Polícia. George Washington de Oliveira Sousa foi preso em flagrante durante o curso das investigações.

Foram realizadas diversas medidas investigativas, incluindo a coleta de depoimentos, diligências policiais e o cumprimento de medidas cautelares autorizadas pelo juiz, como a prisão de Allan Diego dos Santos Rodrigues. No entanto, Wellington Macedo de Souza, outro investigado, permanece foragido.

Além disso, foi instaurado o Inquérito Policial nº 08/2023-DECOR para apurar a possível participação de outras pessoas envolvidas no crime próximo ao aeroporto. A Operação *Artificium* também foi iniciada para esclarecer a autoria desses atos criminosos.

O sigilo do Inquérito Policial nº 149/2022-DECOR e suas medidas cautelares foi levantado pelo juiz responsável. Já o Inquérito Policial nº 08/2023-DECOR e suas respectivas medidas cautelares permanecem sob



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

segredo de justiça, pois ainda estão em andamento.

A Lei nº 13.260/16 (Lei Antiterrorismo) estabeleceu no art. 2º as razões e as finalidades do crime de terrorismo, a saber:

Razões:

- Xenofobia;
- Discriminação;
- Preconceito de raça, cor, etnia e religião.

Finalidade:

- Terror social;
- Terror generalizado.

Portanto, as condutas descritas como atos de terrorismo deveriam ter essas razões e essas finalidades, pois, do contrário, não haveria crime de terrorismo. O art. 2º ainda estabeleceu que os bens jurídicos tutelados pelo crime de terrorismo seriam:

- Pessoa (vida e integridade corporal);
- Patrimônio;
- Paz pública;
- Incolumidade pública.

No entanto, o art. 2º, § 2º, da Lei 13.260/16 estabeleceu que os atos de terrorismo ali citados não seriam aplicados à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, sem prejuízo da tipificação penal contida em lei. Ademais, se algum incidente ocorresse no âmbito das manifestações populares não seria punido como ato de terrorismo. O que não significava dizer que haveria impunidade. Isso porque, caso algum crime fosse praticado no âmbito das manifestações populares, poderia configurar outros crimes, diversos dos crimes de terrorismo.

Lei 13.260/16

*Art. 1º: Esta Lei regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, **disciplinando o terrorismo**, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista.*

*Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, **por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião**, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.*

§ 1º São atos de terrorismo:

I – usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa;

IV – sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

V – atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa:

Pena – reclusão, de doze a trinta anos, além das sanções correspondentes à ameaça ou à violência.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, sem prejuízo da tipificação penal contida em lei.

[...]

DEPOIMENTOS ANALISADOS

PERITOS DA PCDF (CPMI8)

No geral, o depoimento relata a sequência cronológica dos eventos, destacando as investigações realizadas pela Polícia Civil e a colaboração com a Polícia Federal para identificar e prender os envolvidos nos atos ocorridos nos dias 12 e 24.

O Sr. Leonardo de Castro, Diretor do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado da Polícia Civil do DF, mencionou a conexão entre os eventos ocorridos nos dias 12 e 24, destacando que, após os atos do dia 12, houve tentativa de invasão ao prédio da Polícia Federal e ataques a bens públicos. No dia 13, segundo ele, foi realizada uma reunião entre a Polícia Civil, Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública e Polícia Federal para definir as atribuições de cada órgão nas investigações. No dia 14, foi instaurado o Inquérito 148/2022 e as investigações foram iniciadas.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

O Diretor convocou todos os policiais do Departamento de Combate à Corrupção (Draco) e outros policiais para investigar os eventos. As diligências foram realizadas de forma ininterrupta e, em menos de dois dias, foram identificadas nove pessoas que estavam na manifestação do dia 12, sendo solicitadas duas prisões temporárias.

Posteriormente, o Ministro Alexandre de Moraes entrou em contato com a Polícia Federal para que eles assumissem as investigações. O trabalho conjunto entre a Polícia Civil e a Polícia Federal resultou na identificação de 11 indivíduos relacionados aos eventos do dia 12, para os quais foram solicitadas prisões temporárias.

Em relação aos eventos do dia 24, a Polícia Civil atuou assim que foi acionada e assumiu as investigações, culminando na prisão de George Washington, suspeito de colocar uma bomba em um caminhão próximo ao aeroporto. A partir das investigações, descobriu-se a participação de outras pessoas, incluindo Wellington Macedo, que estava sendo monitorado por tornozeleira eletrônica. A polícia solicitou acesso aos dados de geolocalização e iniciou as investigações para identificar os autores do atentado.

Na sequência, o Sr. Renato Martins Carrijo fez uma pequena apresentação em slides. O Sr. Carrijo é um perito criminal da Polícia Civil do Distrito Federal e apresentou uma análise técnica relacionada a um artefato explosivo encontrado perto do Aeroporto Internacional de Brasília. Ele forneceu informações sobre o trabalho pericial realizado e os elementos encontrados no artefato explosivo.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Carrijo explicou que sua análise se concentrou em três locais relacionados ao caso: o local 1, que foi a Estrada Parque Aeroporto; o local 2, que foi Cristalina, em Goiás; e o local 3, que foi a garagem da residência onde o Sr. George Washington estava no dia 24.

No local 1, o Sr. Carrijo descreveu que, como perito criminal de plantão, foi acionado para participar da Operação Petardo, que envolvia a inativação de artefatos explosivos. Ele sugeriu a inativação do artefato por meio de um canhão disruptor para preservar os vestígios.

Após a inativação, ele assumiu o comando da situação e realizou exames periciais. Ele mostrou uma imagem do artefato encontrado no local, descrevendo suas partes, como o acionador e o pavio. Ele explicou que a análise realizada no laboratório detectou a presença de nitrato de amônio e uma cadeia complexa de hidrocarbonetos, características de explosivos do tipo emulsão explosiva.

Por fim, o Sr. Valdir Pires Dantas Filho afirmou que sua participação no evento foi subsidiária. Ele visitou o local onde o suposto veículo estava e realizou uma busca minuciosa para verificar se havia mais algum artefato, mas não encontrou nada. Além disso, ele recolheu o cartão de memória contendo as imagens do circuito fechado de TV da carreta e as encaminhou para a Decor, onde foram investigadas. Essa foi sua contribuição minoritária.

Seguem sínteses de trechos relevantes da inquirição:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

*O trecho destacado é um diálogo entre o Delegado Ramagem e o Delegado Leonardo durante a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito). O Delegado Ramagem cumprimenta os presentes e elogia o trabalho técnico realizado pela Polícia Civil do Distrito Federal na investigação dos eventos do dia 12 de dezembro e do artefato explosivo da bomba. Ele pergunta em qual juízo está tramitando o Inquérito 243 e esclarece que o Inquérito 148 foi declinado ao STF devido ao atentado à sede da Polícia Federal e aos prédios dos três Poderes. Ele menciona a possibilidade de infiltrados nos atos de vandalismo e afirma que esses eventos estão sob a competência do STF. O Inquérito dos artefatos explosivos tramita na primeira instância do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, com condenação já realizada. O Delegado Ramagem questiona se houve interferência na escolha dos tipos penais adotados no momento do flagrante e menciona notícias sobre um modelo de tipos penais vindos de outras instâncias. Ele pergunta pelos crimes pelos quais os presos foram condenados, e o **Delegado Leonardo menciona o art. 16 da Lei de Armas e o art. 151 com agravante do art. 252**. O Delegado Ramagem destaca a discrepância nos crimes imputados aos manifestantes do dia 8 de janeiro e expressa a importância de preservar o conjunto probatório, a legalidade e a segurança jurídica.*

*O presente trecho é um diálogo entre o Deputado André Fernandes, parlamentar do partido PL do estado do Ceará, e o Dr. Leonardo de Castro, que está prestando depoimento. O Sr. Fernandes parabeniza o trabalho da polícia em evitar uma tragédia. Ele menciona que é conservador e eleitor de Jair Bolsonaro, e afirma que considera o envolvido um bandido que merece ser preso. Em seguida, ele faz uma série de perguntas ao Dr. Leonardo de Castro sobre os inquéritos relacionados ao caso e alegações feitas por George Washington, o investigado. **O Dr. Castro confirma alguns fatos, mas afirma que não pode considerar o depoimento de George Washington como verdade absoluta**. O Sr. Fernandes questiona sobre um suposto rascunho de carta enviado a Jair Bolsonaro, e o **Dr. Castro confirma que não foi enviado**. O Sr. Fernandes conclui que Jair Bolsonaro não tomou conhecimento do rascunho. O Sr. Fernandes também questiona sobre um vídeo em que o Dr. Castro fala sobre a defesa da democracia, e o **Dr. Castro explica que se refere a atos de violência em geral, incluindo a colocação de uma bomba**. O Sr. Fernandes faz algumas perguntas adicionais sobre a atuação da Polícia Civil em outros inquéritos, e o **Dr. Castro confirma que a investigação foi interrompida e remetida à Polícia Federal por ordem do STF**. O trecho não menciona se alguém foi preso.*

O presente trecho apresenta um diálogo entre o Senador Izalci Lucas, representante do Bloco/PSDB no Distrito Federal, e autoridades responsáveis pela investigação de um ato criminoso ocorrido em dezembro de 2022. O objetivo do diálogo é esclarecer se o incidente deve ser considerado um ato de



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

terrorismo ou um ato isolado praticado por um grupo de extremistas. O Sr. Izalci destaca a Lei 13.260/2016, que define o terrorismo e ressalta que a sentença condenatória não menciona o crime de terrorismo, mas sim os crimes de explosão e perigo. Ele questiona o entendimento dos policiais presentes sobre se o ato deve ser classificado como terrorismo de acordo com a lei. O Delegado Leonardo de Castro responde que, de acordo com a lei, o ato não se enquadra como terrorismo, pois há um dispositivo que exclui as manifestações como atos terroristas. Ele concorda que o ato se assemelha mais a uma ação isolada praticada por extremistas. O Sr. Izalci questiona se há evidências de que o artefato explosivo tenha sido fabricado no acampamento localizado no Quartel-General do Exército. O Delegado Leonardo responde que não há evidências nesse sentido. O Sr. Izalci também pergunta se o artefato explosivo tinha algum grau de sofisticação ou se era uma fabricação caseira. O investigador Renato Carrijo explica que o artefato tinha características de uma fabricação caseira e que não obteve o efeito esperado. O Sr. Izalci menciona recomendações feitas pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão para que as autoridades adotassem medidas preventivas contra atos criminosos no acampamento. Ele destaca que nenhuma das respostas enviadas mencionava a existência de artefatos explosivos no local. Por fim, o Sr. Izalci pergunta se o acampamento serviu de apoio para atos terroristas ou se a tentativa de explosão foi um ato isolado dissociado das manifestações no local. Ele questiona se as forças de segurança falharam em detectar tais atos. O delegado e as autoridades presentes afirmam que se tratou de um ato isolado praticado por um grupo de extremistas, dissociado das manifestações no acampamento. Em resumo, o texto trata da discussão sobre se um incidente ocorrido em um acampamento deve ser considerado um ato de terrorismo ou um ato isolado praticado por extremistas. As autoridades responsáveis afirmam que o ato não se enquadra como terrorismo e destacam a falta de evidências de que o artefato explosivo tenha sido fabricado no acampamento.

O presente trecho destacado menciona um discurso do Senador Eduardo Girão, representante do partido Novo do Ceará, durante a sessão parlamentar. Ele começa parabenizando o trabalho dos agentes públicos envolvidos em um inquérito eficiente e rápido, referindo-se a um episódio que poderia ter resultado em atos terroristas, mas que felizmente não ocorreram por falta de competência dos criminosos. O trecho menciona também outros casos de ações do crime organizado, como planos de terrorismo em Brasília e ataques no estado do Ceará. O Sr. Girão faz perguntas ao Dr. Leonardo de Castro, questionando se os atos cometidos podem ser considerados ações de profissionais, ao que o delegado responde que legalmente não se enquadram como terrorismo, mas são fatos graves que poderiam ter causado mortes. Em seguida, Girão pergunta sobre a origem do artefato



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

*explosivo apreendido, e o **Dr. Renato Martins Carrijo** menciona que parte do material pode ser adquirido em sites estrangeiros como o AliExpress. Girão questiona se os autores do atentado ignoraram as câmeras de segurança que monitoram a área onde o caminhão estava estacionado, e o delegado acredita que eles desconsideraram a possibilidade de serem flagrados. Girão pergunta se foi feita uma linha do tempo desde a chegada do criminoso a Brasília até sua prisão, mas o delegado responde que isso não foi relevante para a investigação inicial, embora esteja sendo feito em um novo inquérito. O trecho também menciona um caso anterior em que a polícia desativou um artefato explosivo próximo a uma igreja em Brazlândia, e um grupo autointitulado Maldição Ancestral reivindicou a colocação do artefato e ameaçou um atentado na posse do presidente eleito.*

*Nesse trecho, o senador Marcos Rogério, do Partido Liberal (PL) de Rondônia, inicia seu discurso agradecendo ao Delegado Dr. Leonardo e aos peritos presentes na CPI. Ele ressalta a importância do princípio da individualização da conduta no direito penal e afirma que apenas aqueles que participaram efetivamente dos atos de invasão e depredação no dia 8 de janeiro podem ser responsabilizados. Marcos Rogério argumenta que participar de manifestações pacíficas, mesmo que acampado em Brasília, não configura crime. Ele compara a responsabilização de pessoas que estavam envolvidas indiretamente aos atos de invasão com a situação de um taxista que transporta um cliente que comete um assalto em um banco. O senador ressalta que sua atuação na CPI não tem como objetivo proteger qualquer pessoa, mas sim investigar e esclarecer os fatos. Ele destaca a importância de distinguir entre os verdadeiros criminosos e aqueles que estavam apenas participando de manifestações pacíficas. Marcos Rogério menciona que alguns indivíduos foram identificados e condenados pelos crimes cometidos. Ele questiona o Delegado Dr. Leonardo sobre a natureza do planejamento e da participação das pessoas envolvidas no ataque com bomba. **O delegado afirma que apenas os dois presos foram ouvidos na primeira investigação, mas existem indícios de participação de outras pessoas, o que está sendo apurado em um novo inquérito.** No geral, o discurso do senador Marcos Rogério destaca a importância da individualização da conduta e argumenta que nem todos os envolvidos nas manifestações podem ser considerados criminosos. Ele busca esclarecer a participação e responsabilidade das pessoas envolvidas nos atos de invasão e depredação, enfatizando a necessidade de uma investigação justa e baseada em fatos concretos.*

No presente trecho, a senadora Damares Alves elogia a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), afirmando que é a melhor do mundo e destaca o Instituto de Identificação como um dos melhores do mundo. Ela menciona casos em que a PCDF foi responsável pela identificação de corpos no acidente da TAM e pelo trabalho na investigação de mortos e desaparecidos do regime



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

militar. Ela afirma ter sido alvo de ameaças de terrorismo, citando o episódio da bomba em Brazlândia em 2018 e a sua própria filha ter sido retirada de Brasília por questões de segurança. Damares expressa o desejo de combater o terrorismo e levanta questões sobre pessoas expulsas do acampamento e acusações de furto e assédio durante as manifestações, pedindo informações sobre registros desses casos na PCDF. **O delegado responde que a informação estatística pode ser obtida na Divisão de Estatística e menciona os altos índices de resolução de crimes e a atuação da PCDF no combate a facções criminosas.** Damares também menciona a conexão entre o grupo terrorista "Sociedade Silvestre" e a desarticulação de uma célula do crime organizado em Brazlândia pela PCDF. Por fim, ela elogia a Polícia Legislativa do Senado e parabeniza a PCDF.

Nesse trecho, o deputado Marco Feliciano, do Partido Liberal de São Paulo, agradece a Deus por não ter ocorrido uma tragédia durante um ato que ele considera terrorista. Ele expressa seu respeito pelas forças policiais e faz perguntas aos convidados presentes, focando principalmente em questões relacionadas à tentativa de explosão de uma bomba. **O perito Renato Carrijo responde que não encontrou vestígios de arrependimento por parte dos envolvidos, e o deputado lamenta isso.** O deputado também pergunta se o perito teve contato físico com os acusados, e o perito esclarece que sua função é analisar os vestígios materiais e não teve contato direto com os acusados. Em seguida, o deputado faz perguntas ao delegado Leonardo de Castro sobre seus contatos com os acusados, e o delegado esclarece que acompanhou o interrogatório, mas não o conduziu pessoalmente. O deputado lamenta não poder fazer algumas perguntas porque o delegado não os inquiriu diretamente. O deputado também menciona duas pessoas mencionadas no depoimento dos acusados e pergunta se elas foram encontradas, **mas o delegado responde que essas informações estão em sigilo.** No final, o deputado fala sobre a máquina de destruição de reputações no país e defende que pessoas inocentes não devem ser associadas a políticos para destruir suas imagens. Ele afirma que os responsáveis pelos atos devem ser punidos, mas não se deve cometer a injustiça de associá-los ao presidente Bolsonaro. O deputado menciona que ele próprio e alguns amigos já sofreram injustiças semelhantes no passado.

O presente trecho traz um discurso proferido pelo Deputado Nikolas Ferreira, um parlamentar do Partido Liberal (PL) de Minas Gerais, durante a sessão parlamentar. O discurso aborda questões relacionadas a um inquérito policial e refuta narrativas sobre a ligação de um criminoso com atos ocorridos em Brasília. O Sr. Ferreira começa parabenizando algumas pessoas envolvidas no caso, demonstrando satisfação pelos trabalhos prestados. Em seguida, faz perguntas ao Delegado Leonardo de Castro sobre o Sr. George, relacionadas à sua viagem de Xinguara, no Pará, até Brasília. O parlamentar questiona



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

*sobre a data em que o Sr. George chegou a Brasília, **mas é informado de que essa informação não foi apurada, pois não era relevante para a investigação em curso.** O Sr. Ferreira também pergunta sobre a data em que o Sr. George entregou a bomba ao Sr. Alan Diego, e o delegado responde **que todas as provas apontam para a noite do dia 23.** Em seguida, o Sr. Ferreira menciona os atos ocorridos na Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro e destaca que o Sr. George estava preso nesse dia, refutando a ideia de uma ligação entre o criminoso e esses atos. O parlamentar afirma que o criminoso agiu de forma solitária e apresenta evidências, como o depoimento do Sr. George à Polícia Civil, no qual ele menciona ter elaborado um plano após um mês sem que nada acontecesse. O Sr. Ferreira menciona um relatório que mostra que o Sr. George fez pesquisas sobre dinamites em um site e conclui que ele agiu como um criminoso amador e solitário, ressaltando que graças a Deus não ocorreu uma tragédia. Ele critica a postura dos parlamentares em fazer juízos de valor e criar falsas narrativas, especialmente relacionadas ao ex-presidente Bolsonaro. O parlamentar encerra seu discurso afirmando que o corpo de expertise de instituições não deve ser utilizado para criar narrativas falaciosas em uma CPI tão importante. Em resumo, o discurso do Sr. Nikolas Ferreira aborda questões relacionadas a um inquérito policial, refuta narrativas de ligação entre um criminoso e atos ocorridos em Brasília e critica a postura de parlamentares em criar falsas narrativas.*

*O presente trecho destacado aborda uma intervenção do Sr. Mauricio Marcon, membro do partido PODEMOS, durante a reunião. Ele começa parabenizando o trabalho dos policiais que evitaram uma tragédia. Em seguida, faz críticas à esquerda e destaca que a tentativa de restringir o direito de fala foi frustrada. O Sr. Marcon faz uma série de perguntas ao Delegado Leonardo, buscando estabelecer conexões entre o presidente Bolsonaro, o ataque à bomba e os manifestantes. **O delegado responde que não há evidências de ligação entre Bolsonaro e o ataque, e que outros integrantes do acampamento estão sendo investigados em outro inquérito. O autor do ataque não dormia no acampamento, segundo os depoimentos.** O Sr. Marcon conclui que não há conexões caluniosas entre Bolsonaro, os manifestantes e o ataque à bomba, criticando a tentativa da esquerda de criar uma narrativa falsa. Ele menciona um ex-ministro acusando a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) de falsificar relatórios, sugerindo uma acareação entre pessoas envolvidas. O Sr. Marcon critica a postura da esquerda em relação a ditadores estrangeiros e defende a realização de investigações para responsabilizar os responsáveis pela omissão no caso. Ele pede que a audiência com o ex-ministro G. Dias seja realizada o mais rápido possível. Em resumo, o discurso do Sr. Marcon destaca a falta de evidências de ligação entre o presidente Bolsonaro, os manifestantes e o ataque à bomba. Ele critica a esquerda por criar narrativas falsas e defende a investigação da omissão no caso. Além disso, ele menciona a postura questionável da esquerda*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

em relação a ditadores estrangeiros.

GEORGE WASHINGTON (CPMI8)

Apesar de ter ficado em silêncio em muitas das questões, o depoente fez algumas declarações relevantes para a investigação. Segue a síntese de alguns desses trechos:

*No trecho, a Senadora Eliziane Gama faz uma série de perguntas ao Sr. George Washington de Oliveira Sousa durante o depoimento. Ela questiona sobre sua chegada a Brasília, a posse de um arsenal de armas que ele teria trazido do Pará, se ele estava acompanhado durante a viagem, sua fonte de renda, seu trabalho anterior como empresário e a propriedade de uma caminhonete. **O Sr. George Washington permanece em silêncio em resposta a todas as perguntas, exceto quando confirma ter sido empresário anteriormente.** A Sra. Eliziane também menciona a empresa Petróleos Miramar, da qual o Sr. George Washington se recusa a falar. Ela também pergunta se ele conhece o Sr. Pedro Riva, e ele nega conhecê-lo. A defesa argumenta que as respostas às perguntas podem incriminá-lo, enquanto a Sra. Eliziane alega que algumas questões não o incriminam.*

*O trecho destacado agora é um diálogo entre o Senador Izalci Lucas, membro do PSDB-DF, e o Sr. George Washington de Oliveira Sousa, que está sendo interrogado sobre sua participação em um ato criminoso. A sentença do juiz Osvaldo Tovani é mencionada, na qual o Sr. George e seu parceiro, Sr. Alan Diego dos Santos Rodrigues, foram condenados por expor a vida, integridade física e patrimônio de outros, causando incêndio em um caminhão tanque carregado de combustível. Além disso, o Sr. George também foi condenado por porte ilegal de armas de fogo, artefato explosivo e incendiário. O interrogatório busca esclarecer se a ação criminosa foi uma decisão isolada ou se estava inserida em uma articulação mais ampla e coordenada pelas lideranças do acampamento. No entanto, **o Sr. George permanece calado durante todo o interrogatório, não respondendo às perguntas relacionadas à natureza da ação criminosa, sua sanidade mental ou a existência de grupos com características terroristas no acampamento.** O Sr. Izalci Lucas expressa a importância de obter respostas para esclarecer a possível participação de outros presos. **O Sr. George enfatiza que seu caso não está relacionado aos eventos do dia 8, mencionados pela relatora, e nega qualquer conexão entre o incidente do dia 24 e o que aconteceu***



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

anteriormente.

*O presente trecho relata o interrogatório em que o Deputado Rubens Pereira Júnior, membro do PT-MA, questiona o Sr. George Washington de Oliveira Sousa sobre uma tentativa de golpe de Estado. Segundo Rubens Pereira Júnior, George Washington é acusado de colocar uma bomba em um caminhão de combustível no Aeroporto de Brasília com o objetivo de criar caos no país e impedir a posse do Presidente Lula. Rubens Pereira Júnior argumenta que houve duas tentativas de golpe, uma em dezembro e outra em janeiro, e afirma que o ato de George Washington não foi isolado. Ele alega que o objetivo do depoente era promover uma intervenção federal e impedir a instauração do comunismo no Brasil. Rubens Pereira Júnior também critica o suposto abandono de George Washington pelo bolsonarismo e menciona a condenação dele em primeira instância. **O depoente, George Washington de Oliveira Sousa, se recusa a responder às perguntas e decide permanecer calado.** Rubens Pereira Júnior cita declarações anteriores de George Washington, em que ele menciona o Presidente Bolsonaro e a importância do armamento civil para evitar a escravidão do povo. O parlamentar também questiona quem financiou a compra das armas e a estadia do depoente em Brasília, **mas George Washington se mantém em silêncio.** O trecho termina com Rubens Pereira Júnior perguntando sobre as conversas dentro do acampamento para combinar a bomba, **e George Washington novamente decide permanecer calado.** Rubens Pereira Júnior informa que a quebra do sigilo será realizada para obter as informações desejadas.*

*No presente trecho, a Senadora Ana Paula Lobato, parlamentar do PSB do Maranhão, faz uma série de perguntas ao Sr. George Washington sobre sua prisão e o arsenal encontrado em sua posse. Ela pergunta sobre os gastos totais relacionados à viagem, aluguel do imóvel e armamento, **mas o Sr. George Washington se recusa a responder.** A parlamentar questiona se sua renda é compatível com esses custos e se ele recebe ajuda financeira de empresas, transportadoras ou outras pessoas. **Novamente, o Sr. George Washington permanece calado.** A Sra. Ana Paula Lobato menciona que o site O Antagonista confirmou uma agenda do Sr. George Washington com um parlamentar antes da tentativa de explodir um caminhão no aeroporto de Brasília. Ela pede mais informações sobre esse encontro, **mas o Sr. George Washington se recusa a responder.** A parlamentar pergunta se ele teve contato ou apoio de parlamentares antes e depois de sua prisão, **mas o Sr. George Washington permanece calado.** A Sra. Ana Paula Lobato menciona que, ao ser preso, o Sr. George Washington fez ligações para duas pessoas que não eram membros da família ou advogados. Ela pergunta quem são essas pessoas e qual é a relação com elas, **mas o Sr. George Washington se recusa a responder.** Ela também questiona o motivo específico pelo qual ele priorizou o contato com essas pessoas após sua prisão, **mas ele permanece***



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

*calado. A parlamentar pergunta se o Sr. George Washington se considera um empresário bem-sucedido em sua empresa de gás no Pará, **mas ele se recusa a responder.** Ela menciona que ele tem uma estrutura familiar com esposa e filhos e pergunta sobre seu propósito ou objetivo, **mas o Sr. George Washington interrompe e afirma que é casado há 33 anos e tem dois filhos.** Em seguida, o Sr. George Washington faz uma declaração em sua defesa, afirmando que trabalha há 37 anos no ramo de transporte de combustível e que seria insano colocar um artefato explosivo em um caminhão-tanque. Ele enfatiza que não está insano e que essa não seria sua atitude. Quando questionado sobre o motivo de suas ações, o Sr. George Washington é interrompido pelo Sr. Izalci Lucas, e a Sra. Ana Paula Lobato retoma perguntando se ele pensou em seu filho e em sua família ao realizar tais atos. O Sr. George Washington menciona a presença de infiltrados no acampamento e o envolvimento do Exército, mas não responde diretamente à pergunta.*

*No presente trecho, o Deputado Duarte, membro do PSB do Maranhão, interpela o Sr. George Washington de Oliveira Sousa, que foi condenado a nove anos e quatro meses. Duarte questiona se o Sr. George agiu por conta própria ao planejar e colocar uma bomba perto de um aeroporto, colocando vidas em perigo. **O Sr. George opta por permanecer calado durante o interrogatório.** Duarte também questiona a ligação do Sr. George com armas de fogo e quem financiou suas ações. Ele acusa o Sr. George de ser covarde e medíocre, utilizando a imagem de seu filho com necessidades especiais para tentar sensibilizar as pessoas. Duarte conclui afirmando que o Sr. George merece ficar calado na prisão por muito tempo.*

*No presente trecho destacado, a deputada Jandira Feghali, do PCdoB-RJ, confronta o depoente George Washington de Oliveira Sousa na Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela destaca a relação entre as datas de 12, 24 e 8 de janeiro, que visavam questionar a validade da eleição e criar caos no país. Ela menciona que Sousa é um réu confesso, condenado por tentar causar comoção social e promover uma intervenção militar. Feghali pergunta se ele sabe o que é um estado de sítio, **mas Sousa opta por permanecer calado.** Ela continua a questioná-lo sobre o armamento encontrado com ele e a suposta participação em atos terroristas. **Sousa se recusa a responder e alega que não se considera um terrorista.** Feghali insiste que ele é um terrorista de acordo com a lei e que colocou vidas em risco. Ela pergunta se ele sente arrependimento, **mas Sousa se mantém em silêncio.** Feghali também indaga sobre a relação de Sousa com outras pessoas, **mas ele se recusa a responder.***

O trecho ora destacado apresenta um diálogo entre o deputado Rogério Correia (PT-MG) e o depoente George Washington de Oliveira Sousa. Rogério Correia questiona George Washington sobre a presença de infiltrados



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

no acampamento e sobre seu voto nas eleições. **George Washington permanece calado em várias ocasiões.** Rogério Correia menciona trechos do depoimento de George Washington, onde ele fala sobre a presença de petistas infiltrados no acampamento e envenenamento de alimentos vendidos aos bolsonaristas. Rogério Correia também faz referência a uma carta de apoio que George Washington teria escrito ao presidente Bolsonaro, ressaltando a mudança de atitude e o contraste com sua atual situação de prisão. Durante o diálogo, Rogério Correia confronta George Washington sobre suas declarações passadas e acusa-o de proteger Bolsonaro e mentir. Ele afirma que George Washington é um bolsonarista convicto, mas está sozinho e abandonado pelos outros bolsonaristas.

O trecho ora destacado é um diálogo entre o deputado André Fernandes e o depoente George Washington de Oliveira Sousa durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). O deputado expressa sua frustração com a falta de conexão entre os eventos do dia 8 de janeiro e o depoimento atual. Ele questiona a existência de uma relação entre o dia 24 de dezembro e o dia 8 de janeiro, **mas o depoente nega qualquer conexão.** O deputado também questiona se o depoente tinha contato pessoal com Jair Bolsonaro e se recebeu instruções para se envolver em atividades ilegais, **mas o depoente nega essas afirmações.** O deputado menciona um rascunho de carta encontrada, sugerindo que seria enviada a Jair Bolsonaro, **mas o depoente nega ter escrito a carta ou ter o contato pessoal de Bolsonaro.** O deputado expressa sua frustração com a falta de evidências relacionadas aos eventos do dia 8 de janeiro e considera a investigação uma perda de tempo. Ele também menciona uma mudança de delegado durante o depoimento do depoente, com um delegado da Polícia Federal substituindo um delegado da Polícia Civil. **O depoente relata que houve mudança nas perguntas e pressão para assinar o depoimento.** No geral, o trecho destaca a falta de conexão entre os eventos do dia 8 de janeiro e o depoimento atual, bem como a pressão exercida durante o depoimento do depoente.

O trecho ora destacado consiste em um diálogo entre o Senador Eduardo Girão, um político do partido Novo do estado do Ceará, e o Sr. George Washington de Oliveira Sousa. O Sr. Girão faz uma série de perguntas ao Sr. Washington sobre um atentado violento que ocorreu em Brasília. Ele questiona se o Sr. Washington foi coagido a assinar um depoimento falso, se pessoas infiltradas estavam presentes no acampamento onde o atentado foi planejado, e se as mesmas pessoas estavam envolvidas nos atos de vandalismo que ocorreram em outro local. O Sr. **Washington permanece em silêncio na maioria das respostas.** O Sr. Girão também pergunta sobre o risco de explosão em cadeia e quem financiou o atentado. **O Sr. Washington se recusa a responder essas perguntas também.** Além disso, o Sr. Girão questiona sobre as visitas anteriores do Sr. Washington a Brasília, quem



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

financiou sua vinda e onde ele se hospedou. O Sr. Washington permanece em silêncio em relação a essas perguntas também. O diálogo visa obter informações sobre os detalhes do atentado e a possível participação de outras pessoas.

No trecho aqui destacado, o Deputado Pastor Henrique Vieira, do PSOL-RJ, faz uma interpelação ao Sr. George Washington, levantando questões sobre a discrepância entre o depoimento dado por ele e suas afirmações anteriores. O pastor destaca a gravidade dessa discrepância e exige provas. Ele também menciona a incoerência de alguns deputados que questionam a credibilidade de Washington, mas não fazem conexões entre suas ações e o que é promovido por Bolsonaro e seus aliados. Henrique Vieira destaca trechos do depoimento de Washington, onde ele afirma ter apoiado Bolsonaro por acreditar que ele é um patriota e um homem honesto, ter adquirido armas motivado pelas palavras do presidente e ter a intenção de pegar em armas para derrubar o comunismo. O pastor menciona uma suposta carta encontrada no celular de Washington, endereçada a Bolsonaro, na qual ele diz que o presidente despertou esse espírito neles. O pastor levanta a tese de que há uma relação orgânica entre Bolsonaro, o bolsonarismo e as ações de Washington, destacando várias declarações e ações de Bolsonaro que promovem o ódio, a violência e a exaltação da ditadura. Ele menciona a representação no TSE questionando o resultado das urnas, além de minutas de golpe encontradas nos celulares de pessoas ligadas a Bolsonaro. Vieira argumenta que é impossível dissociar os sinais dados por Bolsonaro e o impacto que eles têm nas mentes das pessoas, influenciando comportamentos e sentimentos. Ele afirma que o bolsonarismo naturaliza o ódio e a violência e argumenta que um carro-bomba não é um equívoco do bolsonarismo, mas uma expressão do ódio, fanatismo e atentado contra a democracia. O pastor conclui dizendo que o bolsonarismo tem sangue nas mãos e que as palavras de Bolsonaro estimulam atitudes violentas. Ele questiona Washington se ele acredita que alguém que discorda dele, como um comunista, merece morrer ou ter sua integridade física ameaçada. Washington se recusa a responder.

No presente trecho destacado, a Deputada Laura Carneiro, membro do partido PSD do Rio de Janeiro, inicia seu discurso agradecendo aos presentes e expressando sua intenção de resumir o depoimento do Sr. George Washington de Oliveira Sousa. Ela aponta uma contradição entre as declarações do depoente, afirmando que ele mencionou que a inteligência das Forças Armadas identificou infiltrados, enquanto em seu depoimento à Polícia Civil, ele assumiu a responsabilidade pela fabricação da bomba e pressionou os bombeiros e a polícia a agirem contra os infiltrados. A Sra. Carneiro também questiona por que o depoente não contestou nenhuma modificação em seu depoimento durante o processo ou a apelação. Ela menciona que o filho do Sr. Sousa expressou preocupação com a participação



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

do pai nas manifestações, prevendo que algo poderia dar errado. A Sra. Carneiro pergunta qual é o sentimento do depoente em relação a isso, **mas ele se recusa a responder**. Ela continua questionando se o depoente tinha consciência de que seu ato poderia ter causado a morte de 37 mil pessoas que estavam no aeroporto no dia 24 de dezembro. **O Sr. Sousa permanece em silêncio**. A Sra. Carneiro aborda a experiência profissional do depoente na área de transporte de combustíveis inflamáveis e menciona um imóvel no Pará, que pertence ao tio do Sr. Sousa, que é dono de postos de gasolina. Ela ressalta a gravidade de colocar uma bomba ao lado de um tanque de combustível e questiona se o depoente sabia disso. A deputada também levanta dúvidas sobre a responsabilidade de outra pessoa, Alan, e pergunta se ele era o chefe do depoente. **Mais uma vez, o Sr. Sousa se recusa a responder**. Ela conclui seu discurso mencionando que o depoente afirmou ter entrado em contato com um importante general do Exército e expõe trechos em que o depoente descreve conversas com policiais militares e bombeiros sobre a destruição e vandalismo durante as manifestações. A Sra. Carneiro finaliza seu discurso dizendo que a atitude do depoente foi covarde e hedionda, afirmando que nove anos de pena não são suficientes, considerando o potencial de morte de 37 mil pessoas.

O trecho ora destacado apresenta um diálogo entre o deputado Rafael Brito e o depoente George Washington de Oliveira Sousa na CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito). O deputado questiona o depoente sobre a confissão de crimes, os objetivos por trás do planejamento de uma explosão, a intenção de atribuir a culpa a outra pessoa, a dimensão da explosão pretendida, a falha na montagem da bomba, casos semelhantes de atentados, a aquisição de armas e munição, a falta de fiscalização policial durante o transporte do arsenal e o arrependimento do depoente. No início, o deputado questiona a confissão inicial de George Washington e alega que ele está se contradizendo ao negar os crimes na CPMI. O deputado também menciona que, se George Washington alega que seu depoimento foi fraudado, ele deveria tomar alguma ação legal para contestar essa informação. Em seguida, o deputado faz uma série de perguntas a George Washington sobre seus objetivos ao planejar a explosão da bomba, **mas o depoente permanece calado em todas as respostas**. O deputado destaca outros casos de atentados semelhantes, insinuando que George Washington poderia ter se inspirado neles. O deputado também questiona a capacidade financeira de George Washington para adquirir um arsenal de armas, levando em consideração seu salário mensal e o valor de sua caminhonete. **O depoente mais uma vez se recusa a responder**. Por fim, o deputado pergunta se George Washington se arrepende de seu crime, **mas o depoente permanece calado**. O deputado então afirma que o depoente só se arrepende por ter sido pego e questiona como ele se sentiria se seu plano tivesse sido bem-sucedido.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

No trecho ora destacado, a Deputada Federal Duda Salabert, do PDT-MG, interroga o Sr. George Washington de Oliveira Sousa na oitiva. Ela destaca a importância de brigar por ideias, não por pessoas, e elogia a postura respeitosa do Sr. George Washington durante as perguntas, mesmo diante de ofensas pessoais. Ela faz perguntas sobre os acampamentos e se eles representam uma manifestação nacionalista. **O Sr. George Washington se recusa a responder.** Duda Salabert também questiona sobre o risco do comunismo no Brasil, o voto impresso, influências teóricas do Sr. George Washington e se ele acredita que a Terra é plana. Ela menciona o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e critica a postura do Sr. George Washington, acusando-o de sádico e terrorista. Ela aponta uma suposta relação entre o golpe do dia 8 e datas anteriores, mencionando bloqueios de estradas e manifestações em quartéis.

No trecho aqui destacado, o Senador Marcos Rogério faz questionamentos ao Sr. George, destacando que não concorda com os ataques e ofensas dirigidos a ele durante a CPI. Ele reconhece que o Sr. George já foi duramente atacado pelo próprio ato que confessou e destaca que a prisão pode ser dolorosa, mas talvez a maior dor seja a impossibilidade de estar com sua família. O Sr. Marcos Rogério enfatiza que a consciência do Sr. George e as consequências de suas ações são o que o atormentam, e menciona que não se pode medir o que poderia ter acontecido se suas ações tivessem sido bem-sucedidas. O parlamentar também comenta sobre a defesa técnica do Sr. George, mencionando que seu depoimento em juízo e todas as circunstâncias foram consideradas pelo julgador que o condenou. Em seguida, o Sr. Marcos Rogério questiona se o Sr. George poderia identificar os infiltrados mencionados por ele nas imagens da invasão aos prédios dos Três Poderes, **ao que o Sr. George responde que não seria possível.** O discurso continua com o Sr. Marcos Rogério mencionando o plano elaborado pelo Sr. George após esperar que o ex-presidente tomasse medidas para impedir a concretização do resultado eleitoral. Ele pergunta se o Sr. George e os outros participantes do ato ficaram frustrados com o ex-presidente por não terem tomado essa medida, **mas o Sr. George se recusa a responder.** O Sr. Marcos Rogério argumenta que é necessário afastar as narrativas e ilações impostas pelo grupo do governo atual na CPI. Ele menciona que as revelações até o momento não apresentam evidências de que o Presidente Bolsonaro participou, articulou ou autorizou atos contra a democracia. Ele defende que o conteúdo das mensagens revela a defesa clara do Presidente Bolsonaro e que as alegações de golpe são infundadas. O parlamentar conclui afirmando que não há evidências de que o ex-presidente tenha tramado qualquer ação ilícita e lamenta que pessoas inocentes estejam presas, enfatizando a importância de separar os culpados dos inocentes.

O trecho ora destacado é um discurso feito pelo Deputado Marco Feliciano



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

durante a audiência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) em que o depoente George Washington de Oliveira Sousa estava sendo questionado. O deputado faz perguntas sobre um suposto contato físico entre o depoente e o presidente Bolsonaro, ao qual o depoente nega ter tido qualquer tipo de contato ou comunicação. O deputado critica outros membros da comissão que teriam atacado o depoente com insultos, mas ele próprio também critica esses membros, acusando-os de mentir e defender ideologias questionáveis. O deputado também defende o presidente Bolsonaro, expressa sua lealdade a ele e afirma que, mesmo que ele se torne inelegível, o "bolsonarismo" continuará forte e Bolsonaro se tornará um herói político.

Nesse trecho, a Senadora Soraya Thronicke inicia seu questionamento ao depoente George Washington de Oliveira Sousa, expressando sua solidariedade pelo tempo que ele não vê sua esposa e filhos. Ela menciona a véspera de Natal, quando ocorreram fatos trágicos e destaca sua indignação com a falta de reação das pessoas diante desses acontecimentos e das mortes na pandemia. A senadora compartilha sua experiência pessoal como mãe e expressa preocupação com as mães do país na véspera de Natal. Ela pergunta a George Washington por que ele escolheu esse dia para os crimes cometidos, mas ele se recusa a responder. Em seguida, a Senadora comenta sobre a sentença de George Washington, destacando que o propósito dos crimes era distribuir armas e provocar distúrbios sociais. Ela questiona se ele foi forçado a confessar o crime e se é um infiltrado, mas ele novamente se recusa a responder. A Senadora menciona a tentativa de dissociar os eventos dos dias 12, 24 e 8, mas afirma que todos estão relacionados. Ela comenta sobre a invasão dos três Poderes e acusa George Washington de ter sido usado e abandonado. Ela menciona a possibilidade de que alguém esteja financiando seus atos e sugere a quebra de sigilo bancário de sua família. A Senadora pergunta se ele já considerou a delação premiada, mas ele se recusa a responder. Por fim, a Senadora menciona a possibilidade de proteção para que George Washington possa falar a verdade e menciona um momento em que sua advogada o encorajou a falar. Ela encerra seu questionamento deixando o tempo restante para ele responder, mas ele se mantém em silêncio.

GEORGE WASHINGTON (CLDF)

O depoimento de George Washington de Oliveira Sousa, realizado durante a CPI dos Atos Antidemocráticos, contém informações relevantes sobre sua participação no acampamento em Brasília. Abaixo estão



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

os principais pontos, conclusões e argumentos apresentados:

Identificação: *George Washington de Oliveira Sousa é brasileiro, morador de Xinguara/PA, e empregado em uma rede de postos de gasolina.*

Permanecer em silêncio: *George se recusa a responder perguntas sobre os motivos que o levaram ao acampamento em Brasília, a presença de armas no local e a tentativa de ataque com explosivos no aeroporto.*

Armas e munições: *Ele declara possuir armas registradas e em conformidade com a lei, mas não revela a quantidade exata. Também menciona ter levado um fuzil para conserto e possuir três pistolas em perfeito funcionamento.*

Acampamento em frente ao QGEx: *George afirma ter ficado hospedado no acampamento por cerca de 40 dias, mas nega ter levado suas armas para lá. Ele não tinha conhecimento de outros CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores) no local.*

Video e liderança: *Ele nega ter participado da manifestação em que foi gravado um vídeo apresentado em plenário e não reconhece a pessoa que fala no vídeo. Também desconhece qualquer liderança dentro do acampamento.*

Presença no Senado Federal: *George confirma sua presença em uma reunião no Senado, mas se recusa a revelar quem o convidou para participar dela.*

Motivação e arrependimento: *Ele se mantém em silêncio em relação à sua motivação para participar do acampamento e se está arrependido de suas ações.*

Doações e financiamento: *George afirma que acredita que a estrutura do acampamento era mantida por meio de doações de várias pessoas, mas ele próprio não fez nenhuma doação.*

Ligação com políticos e atos de vandalismo: *Ele nega ter tido contato com políticos no acampamento e afirma não ter participado de nenhum ato de vandalismo durante as manifestações.*

Relação com Alan dos Santos: *George admite ter tido contato limitado com Alan dos Santos, mas nega ter desenvolvido uma amizade ou ter sido influenciado por ele.*

Alegações sobre explosivos: *Ele se recusa a falar sobre a confecção do artefato explosivo colocado no aeroporto, bem como sobre suas declarações anteriores de que a intervenção militar seria decretada.*

Convicções políticas: *George prefere permanecer em silêncio sobre suas convicções políticas, incluindo sua opinião sobre o armamento da população brasileira.*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

***Outros detalhes:** Ele se nega a fornecer informações sobre sua hospedagem, aquisição de insumos para a bomba, ligação com o movimento PROARMAS e outros tópicos específicos.*

No final do depoimento, George reconheceu a assinatura de seu depoimento anterior prestado à Polícia Civil do Distrito Federal em 25 de dezembro de 2022.

ALAN DIEGO DOS SANTOS RODRIGUES (CLDF)

O depoimento de Alan Diego dos Santos Rodrigues na CPI dos Atos Antidemocráticos, realizado em 29 de junho de 2023, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, revelou o seguinte:

Alan Diego dos Santos Rodrigues foi candidato a vereador em Comodoro, mas desistiu da eleição.

Ele trabalhou para a campanha de Jair Bolsonaro e apoiou a coronel Fernanda, candidata a Deputado Federal.

Alan Diego dos Santos Rodrigues participou de uma manifestação em Brasília convocada pela internet em 15 de novembro de 2022.

Durante sua estadia em Brasília, ele ficou no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército (QGEx) e teve suas despesas pagas, incluindo alimentação e água.

Ele afirma não ter presenciado tráfico de drogas, prostituição ou armas no acampamento, exceto pelas armas nas mãos dos representantes do exército.

Alan Diego dos Santos Rodrigues conheceu o cacique Tsereré, preso em Brasília em 12 de dezembro de 2022, no acampamento.

Ele conheceu Renan Sena na prisão.

Alan Diego dos Santos Rodrigues levou uma bomba para o aeroporto de Brasília a pedido de George Washington, que a produziu.

Ele alega ter levado o artefato para chamar atenção e não causar uma explosão efetiva.

Alan Diego dos Santos Rodrigues se arrependeu de ter colocado a bomba e



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

afirmou ter feito isso para proteger sua família.

Ele foi ameaçado por pessoas da extrema direita, mas se recusa a fornecer os nomes.

Alan Diego dos Santos Rodrigues não possui informações sobre o código fonte das urnas eletrônicas.

Ele colaborou com a justiça, denunciando o artefato explosivo e enviando informações às autoridades.

Alan Diego dos Santos Rodrigues conheceu George Washington no QGEx e não teve contato direto com o presidente Bolsonaro.

Ele reconhece ter ficado em uma pousada em Brasília durante sua estadia, dividindo as diárias com outras pessoas.

Alan Diego dos Santos Rodrigues afirma que a manifestação em 12 de dezembro de 2022 teve diversas pautas e que não houve apoio da Polícia Militar do Distrito Federal.

Ele não conhece todos os deputados que autorizaram sua entrada na Câmara dos Deputados.

Alan Diego dos Santos Rodrigues nega ter participado ativamente do quebra-quebra em 8 de janeiro de 2023.

Ele menciona que muitas pessoas que estavam no acampamento já haviam deixado Brasília em dezembro de 2022.

Alan Diego dos Santos Rodrigues reconhece que acreditou na possibilidade de fraude nas urnas devido aos discursos de Bolsonaro, mas agora não acredita mais nisso.

Ele afirma que havia muitas conversas sobre explosões e quebra-quebra no acampamento.

Alan Diego dos Santos Rodrigues menciona que as pessoas estavam reunidas no Palácio da Alvorada em 12 de dezembro de 2022 e que algumas delas estavam envolvidas em atos de depredação.

Ele não identifica outros militares no acampamento além dos do Exército.

Alan Diego dos Santos Rodrigues não informou ao Exército sobre a produção do artefato explosivo colocado próximo ao aeroporto internacional de Brasília/DF.

Essa síntese abrangeu os principais pontos, conclusões e argumentos apresentados no depoimento de Alan Diego dos Santos Rodrigues na CPI dos Atos Antidemocráticos.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

ALAN DIEGO DOS SANTOS RODRIGUES (PCDF)

Trata-se de síntese do auto de qualificação e interrogatório de Alan Diego dos Santos Rodrigues, realizado em 19 de janeiro de 2023, em Brasília, no Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado.

Alan Diego é um brasileiro natural de Comodoro, MT, casado, vigilante de profissão. Ele foi interrogado pela autoridade policial e prestou informações sobre diversos aspectos de sua vida, como salário, tipo de residência, filhos, lugares que frequenta, bens que possui, grau de instrução, religião, lazer, entre outros.

No que se refere aos fatos investigados, Alan Diego confessou espontaneamente sua participação e forneceu sua versão dos eventos. Ele afirmou ter vindo para Brasília em novembro de 2022 juntamente com outros manifestantes de sua cidade para protestar contra as eleições de 2022 e tentar obter o código fonte das urnas. Durante sua estadia, ele se hospedou na pousada "Casa Claus" na Vila Planalto e frequentemente passava o dia no QG do Exército junto com outros manifestantes.

Alan Diego mencionou ter conhecido George Washington, que também é réu na mesma ação penal em Brasília, mas tinha pouco contato com ele. Segundo Alan Diego, ouvia conversas sobre explosões por parte dos manifestantes, discutindo a ideia de explodir algumas coisas como forma de intervenção. Ele afirmou que os explosivos que chegaram ao Distrito Federal foram encomendados por George Washington do estado do Pará. Alan Diego



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

também afirmou que George foi responsável por fabricar o artefato explosivo do dia 24/12/2022 e que teria feito cursos em Brasília para aprender a fabricar explosivos.

No dia mencionado, Alan Diego recebeu o artefato explosivo montado por George Washington em uma caixa de papelão dentro do carro deste último. Ele inspecionou o artefato e descreveu um relógio tipo display e uma bisnaga de explosivo dentro da caixa. Alan Diego afirmou ter recebido instruções de Washington para colocar o artefato dentro do aeroporto, porém, ele decidiu mudar o plano. Em vez disso, entre as 3h e 4h da madrugada, ele colocou a caixa no paralama traseiro de um caminhão-tanque estacionado na via, próximo à V12-motors. Ele alegou que Wellington, um jornalista, o levou até as imediações do aeroporto em um carro branco da Hyundai/Creta, mas Alan Diego acreditou que Wellington não sabia do conteúdo do artefato.

Alan Diego também mencionou ter tentado comunicar a polícia sobre a colocação do artefato, ligando para o número 190, mas o atendente não acreditou nele. Com medo, ele deixou o local, retornou algumas vezes, mas ninguém acreditou em sua ligação. Mais tarde, ele encontrou o artefato no chão e fez algumas imagens, enviando-as para seu próprio celular e para outros grupos, na tentativa de que alguém acreditasse nele. Ele enviou as fotografias para George Washington quando este ligou para ele. Após esses eventos, Alan Diego participou da Ceia de Natal no QG do Exército com os demais manifestantes e, em seguida, decidiu voltar para sua casa em Comodoro, Mato Grosso.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Por fim, Alan Diego afirmou que os manifestantes acreditavam que a explosão atrairia a atenção do presidente Bolsonaro para invocar "o art. 142" e realizar uma intervenção.

DOCUMENTOS DILIGENCIADOS/ANALISADOS

AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE

Trata-se de um auto de prisão em flagrante referente a um incidente ocorrido em Brasília, no dia 25 de dezembro de 2022. O depoimento é prestado por **Bernardo Coelho Jorge Leal**, agente de polícia, que relata ter sido acionado devido a uma suspeita de artefato explosivo próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília. No local, ele encontrou equipes do esquadrão antibomba da PMDF e da Polícia Federal, que já haviam isolado a área. O caminhão onde o explosivo teria sido colocado não estava mais no local.

Com base em informações coletadas, o motorista do caminhão é identificado como Jeferson Henrique Ribeiro da Silveira. Jeferson relata que, ao fazer uma inspeção no caminhão, encontrou uma caixa de papelão contendo duas "bananas" explosivas com uma antena e um detonador. Ele colocou a caixa no chão, inspecionou o caminhão e informou os operadores do aeroporto sobre o ocorrido. Através das informações de Jeferson e de agências de inteligência, suspeita-se que um homem branco, de cerca de 50 anos, vindo do Pará, esteja envolvido no incidente e esteja hospedado em um condomínio no sudoeste, utilizando uma caminhonete.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Após diligências no condomínio, é localizada a caminhonete Mitsubishi L200/Triton, registrada em nome de um posto de gasolina no Pará. Imagens do circuito interno identificam o suspeito como George Washington de Oliveira Sousa, morador do apartamento A215. George é abordado ao sair de sua residência e informa que possui armas, munições e explosivos em seu carro e apartamento. No apartamento, são encontrados uma pistola 9mm, carregadores, um pavio, uniformes militares e munições de diversos calibres. Na caminhonete, são encontrados um fuzil, escopetas, revólveres, pistolas e dispositivos de acionamento de explosivos.

George confessa sua participação no atentado, afirmando que deixou o artefato explosivo preparado com Alan Diego dos Santos Rodrigues no dia 23 de dezembro. Ele acreditava que o explosivo seria colocado em um poste de energia para interromper a transmissão de energia para Brasília. George afirma que sua ação foi ideológica em defesa da "liberdade". Diante da situação de flagrância, a equipe conduz George para a 1ª DP (Asa Sul) para as providências cabíveis.

Na sequência foi colhido o testemunho do Delegado **Paulo Renato Alvarenga Fayão** sobre o incidente envolvendo um artefato explosivo próximo ao Aeroporto Internacional de Brasília. Seguem os principais pontos abordados:

***Informações iniciais:** O Delegado recebeu um alerta sobre uma suspeita de artefato explosivo nas proximidades do aeroporto.*

***Investigação preliminar:** Uma equipe da 10ª DP, composta pelo Delegado, dois Agentes de Polícia e o Delegado-Chefe, iniciou as investigações no local*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

onde o artefato foi encontrado.

Depoimento do motorista: O motorista do caminhão tanque, Jeferson Henrique Ribeiro da Silveira, informou que encontrou o artefato ao fazer uma inspeção no veículo e imediatamente comunicou os operadores do aeroporto.

Verificação de envolvimento do motorista: Com base nas informações prestadas por Jeferson e em outros elementos coletados, foi concluído que o motorista não tinha envolvimento na ação criminosa.

Identificação de um suspeito: Informações de agências de inteligência policiais indicavam a possível identidade de um indivíduo branco, de cerca de 50 anos, oriundo do Estado do Pará, hospedado em um condomínio no sudoeste. O suspeito teria revelado sua intenção de explodir uma bomba no estacionamento do aeroporto e distribuir outras no local.

Localização do suspeito: A equipe policial localizou o suspeito, George Washington de Oliveira Sousa, em um condomínio no Sudoeste. Ele foi abordado ao sair de sua residência e confessou ter armas, munições e explosivos em seu carro e apartamento.

Encontrados no apartamento e na caminhonete: Na residência de George, foram encontrados uma pistola, carregadores, um tipo de pavio, uniformes militares e centenas de munições de diferentes calibres. Na caminhonete, foram encontradas um fuzil, escopetas, revólveres, pistolas e uma caixa com dispositivos de acionamento de explosivos.

Confissão de George: George admitiu sua participação no atentado, afirmando que deixou uma emulsão explosiva com outra pessoa e acreditava que seria usada para interromper a transmissão de energia para Brasília. Ele afirmou que sua ação foi ideológica em defesa da "liberdade" e que estava preparado para a "guerra".

Prisão em flagrante: Diante da situação de flagrância, George foi conduzido à 1ª DP (Asa Sul) para as providências legais.

Artefato explosivo: O artefato encontrado no caminhão foi acionado, mas não detonou por razões desconhecidas, conforme informado pelo perito Carrijo da Seção de Incêndio e Explosão.

Por fim, foi colhido o depoimento de **George Washington de Oliveira Sousa**. Seguem os principais pontos abordados:

Identificação do conduzido: George Washington de Oliveira Sousa, nascido em 25/03/1968, com 54 anos de idade, profissão não informada.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Informações pessoais: Filho de Antonio Fernandes de Sousa e Maria de Oliveira Sousa. Possui RG nº 2372455 e CPF nº 241.634.813-20.

George responde a uma série de perguntas sobre seu salário, tipo de residência, filhos, lugares frequentados, bens possuídos, grau de instrução, religião, lazer, histórico de prisões, processos judiciais anteriores e outras informações pessoais, mas ele se recusa a responder a todas elas.

George relata que mora na cidade de Xinguá, no estado do Pará, e trabalha como gerente de um posto de gasolina. Ele afirma que passou a apoiar o presidente Bolsonaro desde sua eleição, devido à crença de que ele é um patriota e um homem honesto.

Após a eleição, George adquiriu várias armas de fogo, gastando cerca de 160 mil reais. Ele justifica essa aquisição citando as palavras do presidente Bolsonaro sobre a importância do armamento civil e sua paixão por armas desde a juventude.

George participou de protestos em Brasília e trouxe consigo uma variedade de armas e munições. Ele planejava repassar parte desse armamento para outros CACs (Colecionadores, Atiradores e Caçadores) acampados no QG do Exército, esperando a autorização das forças armadas.

Ele relata ter entrado em contato com um general do exército para informar sobre a presença de infiltrados petistas no acampamento e alertar sobre a possibilidade de violência. Os militares então expulsaram os ambulantes do acampamento.

George afirma que, após conversas com policiais militares e bombeiros durante um protesto, ficou claro para ele que a PM e os bombeiros estavam ao lado do presidente e que a intervenção das forças armadas poderia ser decretada em breve.

Devido à demora para a intervenção ocorrer, George elaborou um plano com os manifestantes do QG do Exército para provocar a intervenção das forças armadas e a decretação de estado de sítio, a fim de evitar a instauração do comunismo no Brasil.

O plano envolvia a explosão de uma bomba no estacionamento do Aeroporto de Brasília e a denúncia anônima de outras duas bombas na área de embarque. Também foi sugerida a instalação de uma bomba na subestação de energia em Taguatinga para causar falta de eletricidade.

George relata que conseguiu fabricar uma bomba utilizando uma banana de dinamite, um acionador e um controle remoto. Ele entregou o artefato a um manifestante chamado Alan, mas a polícia apreendeu a bomba no aeroporto antes que o plano fosse executado.

No dia 24/12/2022, George foi abordado por policiais civis, confessou a posse



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

das armas e dos explosivos, e foi preso.

[...]

LAUDO DE PERÍCIA CRIMINAL

Trata-se de síntese de laudo de análise pericial que descreve os resultados de exames realizados em artefatos explosivos encontrados em dois locais diferentes. No Local 1, próximo ao Aeroporto de Brasília, foi encontrado um artefato composto por um receptor eletrônico ligado a um conjunto de fósforo elétrico e um estopim impermeável. A análise mostra que o sistema de acionamento utilizado era ineficiente para detonar a carga explosiva presente no artefato. No entanto, testes realizados com o material apreendido indicaram que a carga explosiva era eficiente quando acionada corretamente. No Local 3, dentro de um veículo, foram encontradas cinco emulsões explosivas encartuchadas que, quando devidamente acionadas, mostraram-se eficientes para produzir explosões com efeitos análogos aos da dinamite. A análise comparativa das características das emulsões explosivas encontradas nos dois locais indicou semelhanças entre elas, sugerindo que poderiam ser de lotes de fabricação contemporâneos. No entanto, não foi possível identificar informações adicionais nas embalagens dos materiais explosivos. Em resumo, os peritos concluíram que no Local 1 havia um artefato com sistema de acionamento inadequado, que não conseguiu detonar a carga explosiva presente. Já no Local 3, dentro do veículo, foram encontradas emulsões explosivas que se mostraram eficientes quando acionadas corretamente. Não foram encontrados vestígios de outros artefatos no veículo ou informações que pudessem indicar envolvidos ou dinâmica relacionada.

DENÚNCIA

Meritíssimo(a) Juiz(iza),

Nesta data, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS oferece denúncia em desfavor de GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA, dando-o como incurso no artigo 251, caput, e §2º, c/c artigo 250, §1º, inciso II, alínea “f”, todos do Código Penal, artigos 14 e 16, da Lei nº 10.826/03; ALAN DIEGO DOS SANTOS RODRIGUES e WELLINGTON MACEDO DE SOUZA, dando-os como incurso no artigo 251, caput, e §2º, c/c artigo 250, §1º, inciso II, alínea “f”, todos do Código Penal, requerendo, pois, o seu recebimento e a adoção das



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

seguintes providências:

[...]

7) quanto ao indiciamento de GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA pela prática do delito disposto no artigo 16, §1º, inciso III, da Lei nº 10.826/03, entende-se que tal conduta (fabricar artefato explosivo) – meio necessário/fase normal de preparação, restou absorvida pelo crime tipificado no artigo 251, caput, e §2º, c/c artigo 250, §1º, inciso II, alínea “f”, do CP, à luz do princípio da consunção. Por outro lado, relativamente à conduta posterior (possuir artefato explosivo), apesar de não constar nos autos de apreensão, os condutores do flagrante mencionaram que GEORGE possuía na caminhonete cinco emulsões explosivas. Diante disso, aguarda-se o retorno dos laudos periciais para manifestação quanto à eventual tipificação relativamente às cinco emulsões explosivas.

8) no tocante à associação criminosa, descrita no relatório final pela Autoridade Policial, requer-se a remessa de cópia destes autos à Procuradoria-Geral da República para que tal delito seja analisado em conjunto com a investigação denominada Operação Nero, que tramita no e. Supremo Tribunal Federal e apura os fatos delitivos ocorridos no centro de Brasília-DF, em 12/12/2022, cuja autoria é atribuída, dentre outros, a ALAN e WELLINGTON (autos 0747700-87.2022.8.07.0001), evitando-se, assim, eventual bis in idem.

9) concernente ao indiciamento do denunciado GEORGE WASHINGTON pela prática do crime de terrorismo, previsto no artigo 2º, §1º, I, da Lei 13.260/2016, a princípio, não se extrai da conduta do acusado a motivação por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, expostas no art. 2º da Lei Antiterrorismo. Não obstante, tratando-se de crime da competência da Justiça Federal, requer-se a remessa de cópia dos autos, mediante declínio de competência, a uma das Varas Criminais da Seção Judiciária de Brasília (DF) para conhecer a demanda, bem como, se o caso, avaliar a configuração de eventuais crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Brasília/DF, 09 de janeiro de 2023.

Camila Costa Britto

Promotora de Justiça

MPDFT

PROCESSO: 0749026-82.2022.8.07.0001 - SENTENÇA

SENTENÇA



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

[...]

Apurou-se que os três denunciados, GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA, ALAN DIEGO DOS SANTOS RODRIGUES e WELLINGTON MACEDO DE SOUZA, se encontraram durante as manifestações contrárias ao resultado das eleições presidenciais, em frente ao Quartel General do Exército em Brasília-DF, oportunidade em que decidiram se unir para praticar delitos. [...]

Já em Brasília-DF, em frente ao Quartel General, em 23/12/2022, GEORGE, ALAN e WELLINGTON e outros manifestantes não identificados elaboraram o plano de utilização de artefato explosivo para detonação em lugares públicos. Nesse mesmo dia, GEORGE conheceu um indivíduo que lhe forneceu um controle remoto e quatro acionadores, instrumentos que esse denunciado uniu às dinamites para criação da bomba. [...]

demonstram que houve inadequação na montagem para que fosse detonada a carga explosiva e, consequentemente, produzida uma explosão, pois a energia de ativação cedida através do estopim do tipo mantitor era insuficiente para dar início ao processo de detonação da emulsão encartuchada. [...] No entanto, o sistema de acionamento utilizado carecia de material que pudesse transmitir energia de acionamento suficiente para detonação da carga [...] Neste diapasão, a análise dos vestígios e a maneira como o artefato fora montado indicam ineficácia para acionamento/ativação da carga explosiva, ou seja, não havia energia de ativação suficiente (ou adequada) para detonar a Emulsão Explosiva causando qualquer explosão. [...]

*Quanto ao acusado **GEORGE**: autoria comprovada. Em juízo, confessou a prática do delito, informando que recebeu o artefato explosivo no dia 23/12, fez a montagem no mesmo dia e o entregou a Alan [...] Ainda, a análise do aparelho celular do acusado indicou que ele fez pesquisas na internet sobre montagem de artefato explosivo. [...]*

O acusado e o corréu se conheceram em Brasília/DF, no acampamento montado em frente ao QG do Exército. Ao que consta, as emulsões explosivas vieram do Pará, a pedido do acusado, que realizou pesquisas na internet sobre como montar o artefato e fez a montagem. [...]

Ante o exposto:

*a) **condeno** o acusado **George Washington de Oliveira Sousa**, qualificado nos autos, como incurso no art. 251, “caput”, e § 2º, c/c art. 250, § 1º, II, “f”, ambos do Código Penal, e art. 16, “caput”, e § 1º, III, da Lei n. 10.826/2003, na forma do art. 69 do Código Penal, e aplico-lhe as penas de 09 anos e 04 meses de reclusão, em regime inicial FECHADO, além de 280 dias-multa, à razão unitária mínima;*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

b) condeno o acusado Alan Diego dos Santos Rodrigues, qualificado nos autos, como incurso no art. 251, “caput”, e § 2º, c/c art. 250, § 1º, II, “f”, ambos do Código Penal, e aplico-lhe as penas de 05 anos e 04 meses de reclusão, em regime inicial FECHADO, além de 160 dias-multa, à razão unitária mínima.

RECOMENDAÇÃO PRDC

Procuradoria Regional Direitos do Cidadão/DF

Em 19 de dezembro de 2022, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão/DF, por intermédio da Recomendação Conjunta GABPRDC/Titular e GAB-MMF/10º Ofício Nº 44/2022, no âmbito do Procedimento Preparatório n. 1.16.000.004374/2022-01 – Cível, recomendou à Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal, ao Comando Militar do Planalto, à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e à Polícia Militar do Distrito Federal a adoção de providências para:

a) planejar conjuntamente a atuação mais adequada em face das manifestações políticas que ocorrem no acampamento instalado em área contígua ao QG do Exército e adjacências, com as medidas de disciplinamento que se mostrem necessárias para prevenir ou combater atos criminosos eventualmente flagrados naquele local, principalmente o porte ilegal de armamentos, de explosivos e de outros artefatos passíveis de causar danos à vida e ao patrimônio (botijões de gás, líquidos ou gases inflamáveis etc);

Superintendência da Polícia Federal no DF

Em resposta, a Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal (Setor de Inteligência Policial - SIP/SR/PF/DF), por intermédio do Ofício 738/2022, assinado eletronicamente por Daniel Carvalho Brasil



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Nascimento, Chefe de Núcleo, em 21 de dezembro de 2022, às 16h37, assim se manifestou:

*“a) planejar conjuntamente a atuação mais adequada em face das manifestações políticas que ocorrem no acampamento instalado em área contígua ao QG do Exército e adjacências, com as medidas de disciplinamento que se mostrem necessárias para prevenir ou combater atos criminosos eventualmente flagrados naquele local, principalmente o **porte ilegal de armamentos, de explosivos e de outros artefatos passíveis de causar danos à vida e ao patrimônio (botijões de gás, líquidos ou gases inflamáveis etc);**”*

*Em atenção ao item “a”, por se tratar de área contígua ao QG do Exército e adjacências **não há** como este SIP/SR/PF/DF realizar o disciplinamento para prevenção de ações criminosas. Além disso, destaca-se que a atribuição de policiamento ostensivo na Capital Federal é realizada com primazia e excelência pela Polícia Militar do Distrito Federal.*

Outrossim, o Setor de Inteligência da Polícia Federal - SIP/SR/PF/DF, em resposta ao Ministério Público Federal, mais especificamente à Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão (Ofício nº 50 - 2023 – PRDC), em 16 de janeiro de 2023, às 22h01, assim se posicionou:

*2. Assim, no âmbito de suas atribuições constitucionais de Polícia Judiciária da União e dos instrumentos jurídicos disponíveis à Polícia Federal, no bojo do IPL 2022.0091308 - SIP/SR/PF/DF cujo objeto era apuração da tentativa de invasão do prédio sede da Polícia Federal, houve como ação de viés preventivo representação para diligência de **busca e apreensão** nas barracas do agrupamento humano estacionado na área militar federal de responsabilidade do Quartel General nos termos a seguir:*

*“II-Autorização para **busca e apreensão** de armas, explosivos, combustível, e demais objetos com potencial uso indevido para atos de violência (punhais “soco inglês” tacapes bastões e outros) que estejam guarnecidos, em habitáculo individual (barracas), veículos, trailers, caminhões, ônibus, na posse de sujeitos acampados, presentes e/ou estacionados em locais públicos em especial no **grupamento nas proximidades do QG do Exército** em razão da presença dos sujeitos identificados na presente investigação nos referidos lugares públicos em ação deliberada para dificultar as ações das forças de*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

segurança valendo-se, assim, do cenário em prejuízo da ordem pública e da aplicação da lei penal.

IX- Autorização para apreensão de armas de fogo independente da situação regular ou não que se encontre no momento da realização das buscas”

3. Ademais, este SIP/SR/PF/DF, em ação preventiva, difundiu, por exemplo, informação à Polícia Civil do Distrito Federal que possibilitou a rápida identificação do criminoso responsável pela tentativa de atentado com explosivos no aeroporto internacional de Brasília.

Polícia Militar do DF

De igual modo, a Polícia Militar do DF, por intermédio do Ofício N° 604/2022 - PMDF/GCG/AJL, de 22 de dezembro de 2022, às 15h41, assim se posicionou:

Do teor do Ofício n° 8101/2022 - PRDC e 10° OFÍCIO/PRDF/MPF (102227187), foram exaradas as seguintes recomendações:

*a) planejar conjuntamente a atuação mais adequada em face das manifestações políticas que ocorrem no acampamento instalado em área contigua ao QG do Exército e adjacências, com as medidas de disciplinamento que se mostrem necessárias para prevenir ou combater atos criminosos eventualmente flagrados naquele local, **principalmente o porte ilegal de armamentos, de explosivos e de outros artefatos passíveis de causar danos à vida e ao patrimônio (botijões de gás, líquidos ou gases inflamáveis etc);***

A par de especificar as ações adotadas pela Polícia Militar quanto às Recomendações constantes nos itens "a" e "d", esclarecemos que a Polícia Militar do Distrito Federal, juntamente com outras Instituições, Órgãos e Agências (IOAs), participa ativamente das ações da Subsecretaria de Operações integradas (SOPI), canal de ações de planejamento operacional da Secretaria de Segurança Pública. Registra-se que os Planos planejamentos da SOPI são realizados de forma conjunta com as IOAs envolvidas, tendo sempre a participação da Polícia Militar nos planejamentos e execuções das ações.

Comando Militar do Planalto – CMP



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

O Comando Militar do Planalto – CMP, por sua vez, por intermédio do Ofício nº 118-COp/CMP, de 22 de dezembro de 2022, assim se posicionou:

2. Informo que o planejamento e a atuação do Comando Militar do Planalto (CMP) têm ocorrido, desde o início das manifestações, em coordenação com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP / DF) e demais é órgãos Distritais, inclusive com participação de Agências de Inteligência dessas instituições.

*3. Informo, ainda, que essa ação sinérgica do CMP com a SSP/DF continuará até o término das manifestações. Este Comando Militar de Área realiza a segurança do Setor Militar Urbano (SMU), atuando, em coordenação com a SSP/DF, **na prevenção e combate a possíveis ilícitos cometidos no local.***

4. O Comando Militar do Planalto participa de esforços para a coibir as manifestações que possam gerar violência, por meio de interlocução com o público presente no SMU, a fim de garantir o livre exercício de manifestações pacíficas, a preservação do patrimônio público e o direito de livre circulação das pessoas.

Secretaria de Segurança Pública do DF – SSP/DF

A Secretaria de Segurança Pública do DF – SSP/DF também se posicionou, por intermédio do Ofício Nº 5979/2022 - SSP/GAB, de 23 de dezembro de 2022, às 18:41, nestes termos:

[...] Nesse contexto, observa-se que a aludida Recomendação converge com as ações até então desenvolvidas por esta pasta, pois desde que se iniciaram as movimentações populares no Setor Militar Urbano - SMU, esta Subsecretaria de Operações Integradas tem se articulado com diversas instituições, órgãos e agências (IOAs) e produzido Protocolos de Ações Integradas visando melhor planejar e executar ações de segurança pública com o fito de assegurar a garantia dos direitos individuais, a estabilidade das instituições e o regular funcionamento dos serviços públicos no Distrito Federal.

Nessa toada, esta Secretaria de Estado de Segurança continua realizando interlocuções necessárias junto às forças de segurança locais, Polícias Federal



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

e Rodoviária Federal e Exército Brasileiro, com o intuito de monitorar os movimentos de manifestantes, seja no SMU, seja em outros locais de interesse estratégico da segurança e da ordem pública como rodovias e aeroporto.

Ademais, ações de inteligência (monitoramento das redes sociais e in loco) estão em curso, de forma paralela e complementar às ações operacionais, tanto pelas forças de segurança, como por esta Secretaria e demais IOAs, a fim de antever ações adversas e auxiliar os gestores na tomada de decisão.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

GRUPO GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Ref.	nome	tipo	Valor_C	Valor_D
1	AUTO POSTO TOURAO	Outros		
1	PETROLEOS MIRAMAR COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Outros		
1	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Outros		
1	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Titular	84.459,00	83.510,00
1	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Outros		
1	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		

Informações:

Figura como sócio da empresa Auto Posto Para Sul Com. de Combustíveis Ltda., CNPJ 014312055/0001-41, com renda mensal de R\$1.100,00. Também figura como sócio da G W De Souza & Cia Ltda., CNPJ 007359880/0001-36 (Já comunicado em 08.11.2011 sob ocorrência 5506829). Nota: Em registros internos consta que o titular do processo figura como procurador das contas tituladas pelas empresas: CNPJ NOME 084146638/0001-25 Posto Cavalo De Aço Ltda. (Já comunicado em 14.05.2021, 23.05.2019 sob ocorrência(s) 30251389, 18924349) 063842801/0001-14 Super Posto Pioneiro Ltda. 005458900/0001-09 Auto Posto Tourão Ltda. (Já comunicado em 14.05.2021 sob ocorrência 30250960). Conforme informações divulgadas pela mídia em 25.12.2022, que Justiça decreta prisão preventiva de Bolsonaroista que planejou atentado terrorista nos arredores do Aeroporto de Brasília. George Washington de Oliveira Sousa, titular do processo, preparou uma bomba instalada em caminhão de combustível. Ele foi preso no sábado (24) em flagrante e confessou que tinha a intenção de criar o caos no país. A Polícia Militar foi acionada depois que um motorista de um caminhão-tanque percebeu um objeto estranho na carroceria do próprio veículo, estacionado nos arredores do Aeroporto Internacional de Brasília. A área, então, foi interditada. Horas depois, o material foi identificado como explosivo e detonado pelos policiais. À noite, a Polícia Civil prendeu o suspeito. George Washington de Oliveira Sousa, 54 anos, é gerente de um posto de gasolina em Xinguara, no Pará. Estava acampado, em Brasília, em frente ao Quartel-General do Exército, que reúne Bolsonaroistas radicais com intenções golpistas. O investigado disse que o explosivo foi entregue a um outro Bolsonaroista no QG e que no dia 23 de dezembro, à noite, foi até o QG e deixou o artefato explosivo já preparado com Alan Diego dos Santos Rodrigues, mas que ele não seguiu o plano original. No apartamento onde George foi preso, a polícia achou um grande arsenal de armas e munições, inclusive outros cinco explosivos, como o acoplado ao caminhão. Tudo irregular. A polícia já sabe que George não agiu sozinho. Ele recebeu explosivos quando já estava em Brasília e entregou o artefato para outra pessoa instalar no caminhão. A polícia busca identificar e prender os envolvidos. Quatro crimes estão sendo investigados: atos de terrorismo, posse irregular de arma de fogo de uso permitido, porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Fonte: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/12/25/justica-decreta-prisao-preventiva-de-bolsonarista-que-planejou-atentado-terrorista-nos-arredores-do-aeroporto-de-brasilia.ghtml> Diante do exposto, não podemos desconsiderar que os valores de gastos em cartão de crédito não condizem com a capacidade financeira declarada, bem como diante do conteúdo encontrado em mídia negativa, há citação de ação de terrorista.

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IX-b) operações ou prestação de serviços, de qualquer valor, a pessoas ou entidades que reconhecidamente tenham cometido ou tentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IX-d) movimentações com indícios de financiamento ao terrorismo. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

2	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Beneficiário
2	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Remetente
2	I P GOMES FILHO E CIA LIMITADA ME	Beneficiário
2	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário
2	HESAN COMERCIAL LTDA ME.	Beneficiário



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

2	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Beneficiário		
2	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Remetente		
2	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
2	JERONIMO BATISTA DE VASCONCELOS	Remetente		
2	F C OLIVEIRA X CIA LTDA	Remetente		
2	PETROLEOS MIRAMAR COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Outros		
2	COLINA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	Remetente		
2	MAFRO TRANSPORTES LTDA	Remetente		
2	RDM TRANSPORTES LTDA - ME	Remetente		
2	VALTUIR PARREIRA ALVES	Remetente		
2	MATHEUS DAVY INOCENCIO DA SILVA MONTEIRO	Beneficiário		
2	AUTO POSTO SENNA LTDA	Outros		
2	MARCIANO LISBOA DOS SANTOS	Remetente		
2	SV LOGISTICA LTDA-EPP	Remetente		
2	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Beneficiário		
2	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Procurador / Representante Legal		
2	PARA IMPLEMENTOS E COMERCIO DE PECAS LTDA - ME	Beneficiário		
2	MARCIA CARVALHO DE SOUZA	Beneficiário		
2	ALMIDA S T EIRELI	Remetente		
2	TRANSPORTES DOURADOS EIRELI	Remetente		
2	PAULO SERGIO MACEDO	Beneficiário		
2	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Procurador / Representante Legal		
2	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
2	R C CARNEIRO EIRELI	Beneficiário		
2	JOAO GUILHERME CEREJIDO BERSANI ANTONIO	Remetente		
2	Ernesto Neto Firmino	Remetente		
2	MAURO DE CAMPOS	Beneficiário		
2	JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR	Remetente		
2	GILBERTO CARLOS ARENDT	Remetente		
2	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Procurador / Representante Legal		
2	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
2	FRANCISCO VALDIVIO MAIA	Beneficiário		
2	FLAVIA SILVEIRA DE FREITAS	Remetente		
2	CAROLINE CARDOSO SOFFA	Beneficiário		
2	ANNE VASCONCELOS SANTOS FONSECA	Remetente		
2	CESAR RAIMUNDO DA SILVA	Beneficiário		
2	JOSE CARLOS VIEIRA DE VASCONCELOS	Beneficiário		
2	ROSSINI TRANSPORTES LTDA	Remetente		
2	DIEGO MAFFI	Beneficiário		
2	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Beneficiário		
2	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
2	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		
2	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	15.691.973,00	15.647.942,00

Informações:

Período analisado: 09/01/2022 - 04/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 31/10/2017, explorando a atividade de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, com faturamento anual de R\$ 14.846.401,76 , com sede na cidade de XINGUARA/PA. Analisado faz parte do Grupo Empresarial: 0000435739 - AUTO POSTO SENNA LTDA Sócio(s) : FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 EMPRESARIO - SOCIA-GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 8.124,54 em 01.03.2021 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68 EMPRESARIO - GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 7.300,00 em 01.12.2019 Outorgou poderes para : GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA - 241.634.813-20 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68. Segundo informações apuradas, os depósitos online foram efetuados em espécie, de forma fracionada, o que sugere tentativa de burla a identificação de depositantes e operações em espécie ao COAF. Trata-se de empresa do ramo de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, movimentando recursos acima de seu faturamento informado. Faz parte do grupo empresarial AUTO POSTO SENNA LTDA, juntamente com as empresas PETROLEOS MIRAMAR COM.COMBUSTIVEIS LTDA - 07.359.880/0001-36, e AUTO POSTO SENNA LTDA - 14.036.628/0001-51. Empresa foi citada em mídia por envolvimento com GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA, que consta como seu procurador, e foi preso por ter planejado a explosão de um caminhão tanque no aeroporto de Brasília, no último mês de 12/2022. Existe a suspeita de que a analisada e diversas outras empresas do ramo estejam sendo utilizadas para financiar os atos anti democráticos ocorridos desde o fim do 2º turno das eleições de 2022 (fonte: diariodopara.dol.com.br). Pelos fatos relatados, não temos como atestar a licitude dos recursos. Empresa não aparenta possuir capacidade econômico-financeira para movimentar tal volume de recursos. Suspeita-se de movimentação de recursos de terceiros para fins de sonegação fiscal. Considerando que não foram encontradas justificativas nem fundamentos econômicos ou legais para a movimentação financeira analisada, comunicamos pela possibilidade de configurar indícios do crime de lavagem de dinheiro ou com ele relacionar-se.

Ocorrências:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IX-d) movimentações com indícios de financiamento ao terrorismo. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

Ref.	nome	tipo	Valor_C	Valor_D
1	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
1	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
1	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	54.489,00	
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				
2	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
2	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
2	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	68.057,00	
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				
3	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
3	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
3	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	58.846,00	
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				
4	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
4	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
4	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	51.506,00	
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				
5	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
5	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
5	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	94.173,00	
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				
6	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
6	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
6	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	78.714,00	
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				
7	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
7	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
7	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	110.920,00	
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

8	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
8	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
8	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	65.903,00	
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				
9	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
9	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
9	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	92.210,00	
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				
10	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
10	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
10	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	75.042,00	
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				
11	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
11	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
11	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	62.356,00	
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				
12	H U TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA	Outros		
12	Cielo S.A.	Outros		
12	SINALMIG SINAIS SIST PROG	Outros		
12	PETROLEO SABBA SA	Outros		
12	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Outros		
12	AUTO POSTO TOURAO	Outros		
12	MARIA HELENA CANIVAL CPF 210.527.511-72	Outros		
		Procurador /		
		Representante Legal		
12	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
12	MARCELO BARBOSA DE CASTRO	Outros		
12	COMIN COMERCIO, ARQUITETURA E ENGENHARIA EIRELI	Outros		
12	JF EQUIPAMENTOS MANUTENCAO DE POSTOS E SERVICOS EIRELI	Outros		
12	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
12	CICERO SERAFIM PALMEIRA	Outros		
12	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
12	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Outros		
12	T D G TRANSP RODOVIARIOS LTDA	Outros		
12	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	13.355.448,00	13.336.791,00
Consta atuar no ramo comercio de combustíveis, constituída em 29.01.1992, com capital social de R\$ 200.000,00 pertencentes a Michelle Tatianne Ribeiro de Sousa, CPF574563722-68 e Francisca Alice de Sousa Reis, CPF306424692-53, e com faturamento médio mensal de R\$ 600.758,33. Figura como procurador George Washington de Oliveira Sousa, CPF 241634813-20 . Consideramos que além das movimentações havidas em conta estarem incompatíveis com a capacidade financeira declarada pelo cliente, foram realizadas diversas transações em espécie, dificultando a identificação da origem dos recursos.				
Ocorrências:				
III- b) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato, Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 3.542, art. 1º				
IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural, Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 3.542, art. 1º				
I- a) realização de depósitos, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade econômico-financeira, - Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 3.542 - art. 1º				
13	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
13	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
13	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	60.020,00	



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.

14 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Depositante

14 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Responsável

14 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Titular

70.014,00

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.

15 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Depositante

15 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Responsável

15 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Titular

70.430,00

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.

16 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Depositante

16 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Responsável

16 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Titular

96.545,00

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.

17 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Depositante

17 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Responsável

17 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Titular

80.780,00

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.

18 POSTO CAVALO DE ACO

Responsável

18 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Depositante

18 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Titular

90.809,00

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.

19 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Depositante

19 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Responsável

19 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Titular

52.500,00

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.

20 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Depositante

20 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Responsável

20 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Titular

64.750,00

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.

21 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Depositante

21 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Responsável

21 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Titular

50.150,00

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.

22 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Depositante

22 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Responsável



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

22	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	81.510,00	
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				
23	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
23	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Responsável		
23	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	58.673,00	
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				
24	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
24	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
24	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	78.355,00	
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.				
25	JOAO VITOR FERREIRA SANTOS	Outros		
25	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Outros		
25	AUTO POSTO TOUARO	Outros		
25	AUTO POSTO TOUARO	Titular	4.874.654,00	4.819.591,00
25	RAIMUNDO CARVALHO SANTOS	Outros		
25	AVANTY DISTRIBUIDORA DE CAMINHOS LTDA	Outros		
		Procurador /		
25	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Representante Legal		
25	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
25	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
25	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Outros		
25	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
Consta atuar no ramo de comercio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR), constituída em 19.12.2002, com capital social de R\$200.000,00 pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro de Sousa, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$459.762,43. Notas - Figuras como representantes Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53 e Michelle Tatianne Ribeiro De Sousa, CPF 574563722-68. - Figura como procurador George Washington De Oliveira Sousa CPF 241634813-20. - Identificamos que o cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação trabalhista. - Em consulta externa a empresa consta ativa com porte DEMAIS, CNAE comercio varejista de combustíveis para veículos automotores. - Em consulta ao Google Maps ao endereço cadastrado da empresa, Rodovia PA 279 KM 154 3, SN- PA, identificamos empresa com estrutura aparentemente compatível. Notas: - No período analisado, realizou aplicações em CDB totalizando R\$ 2.397.323,76, posteriormente, resgatou R\$ 2.342.240,51. - Aparentemente cerca de R\$ 1.983.148,00, depositados em terminais de autoatendimento constam em espécie. De acordo com as sócias, os recursos transitados em conta são provenientes da atividade exercida pela empresa, a qual se trata de posto de combustíveis, sem maiores justificativas. Apesar da justificativa apresentada pelos sócios, não podemos desconsiderar que a conta está sendo movimentada acima da capacidade econômica declarada, bem como o recebimento de recursos em terminais de autoatendimento, dificultando a identificação de parte da origem dos recursos.				
Ocorrências:				
I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º				
III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º				
IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º				
26	H U TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA	Outros		
26	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Outros		
26	TRANSPORTADORA EQUADOR LTDA	Outros		
26	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Outros		
26	AUTO POSTO TOUARO	Outros		
		Procurador /		
26	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Representante Legal		
26	MARCELO BARBOSA DE CASTRO	Outros		
26	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
26	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
26	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Outros		



CONGRESSO NACIONAL CPMI do 08 de Janeiro

26 T D G TRANSP RODOVIARIOS LTDA

Outros

26 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Outros

26 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Titular

20.783.145,00

20.767.011,00

Consta atuar no ramo de Comércio Varejista De Combustíveis Para Veículos Automotores, constituída em 29.01.1992, com capital social de R\$200.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De so, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$1.592.370,80. Notas: - Figura como procurador George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20. - Cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação cível, execução fiscal. Notas: - No período analisado, realizou aplicações em CDB totalizando R\$ 5.039.065,49, posteriormente, resgatou R\$ 4.978.351,19. - Demonstramos os depósitos em espécie com valores abaixo de R\$2.000,00, aparentemente na tentativa de burlar a identificação do portador: DATA VALOR R\$ QTDE. OPERAÇÕES 04.05.2021 11.570,00 16 05.04.2021 4.839,00 05 29.03.2021 4.472,00 06 24.03.2021 3.962,00 05 22.03.2021 5.410,00 05 18.03.2021 2.100,00 02 15.03.2021 2.076,00 02 11.03.2021 6.693,00 05 Trata-se de posto de combustível, estabelecida em sede própria, possui pátio para estacionamento de caminhões, restaurante e conveniência. Não podemos desconsiderar que dentre suas principais transações, apresentou também valores expressivos em espécie, oriundos de diversas praças, onde devido ao valor e forma, apresentam indícios de burla, dificultando a identificação da origem dos recursos.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-m) dois ou mais depósitos em terminais de autoatendimento em espécie, no período de cinco dias úteis, com indícios de tentativa de burla para evitar a identificação do depositante. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

27 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Depositante

27 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Responsável

27 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Titular

52.904,00

Ocorrência:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular nº 3.978/2020, art. 49-I

28 AUTO POSTO TOURAO

Outros

28 PETROLEOS MIRAMAR COM.COMBUSTIVEIS LTDA

Outros

28 AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA

Outros

28 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Titular

84.459,00

83.510,00

28 SUPER POSTO PIONEIRO LTDA

Outros

28 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Outros

Figura como sócio da empresa Auto Posto Para Sul Com. de Combustíveis Ltda., CNPJ 014312055/0001-41, com renda mensal de R\$1.100,00. Também figura como sócio da G W De Souza & Cia Ltda., CNPJ 007359880/0001-36 (Já comunicado em 08.11.2011 sob ocorrência 5506829). Nota: Em registros internos consta que o titular do processo figura como procurador das contas tituladas pelas empresas: CNPJ NOME 084146638/0001-25 Posto Cavalo De Aço Ltda. (Já comunicado em 14.05.2021, 23.05.2019 sob ocorrência(s) 30251389, 18924349) 063842801/0001-14 Super Posto Pioneiro Ltda. 005458900/0001-09 Auto Posto Tourão Ltda. (Já comunicado em 14.05.2021 sob ocorrência 30250960) Destacamos ainda que os pagamentos das faturas foram realizados através de débito em conta da empresa Posto Cavalo de Aço Ltda., CNPJ 84146638/0001-25, o qual o cliente figura como procurador. Conforme informações divulgadas pela mídia em 25.12.2022, que Justiça decreta prisão preventiva de Bolsonaro que planeja atentado terrorista nos arredores do Aeroporto de Brasília. George Washington de Oliveira Sousa, titular do processo, preparou uma bomba instalada em caminhão de combustível. Ele foi preso no sábado (24) em flagrante e confessou que tinha a intenção de criar o caos no país. A Polícia Militar foi acionada depois que um motorista de um caminhão-tanque percebeu um objeto estranho na carroceria do próprio veículo, estacionado nos arredores do Aeroporto Internacional de Brasília. A área, então, foi interditada. Horas depois, o material foi identificado como explosivo e detonado pelos policiais. À noite, a Polícia Civil prendeu o suspeito. George Washington de Oliveira Sousa, 54 anos, é gerente de um posto de gasolina em Xinguara, no Pará. Estava acampado, em Brasília, em frente ao Quartel-General do Exército, que reúne Bolsonaroistas radicais com intenções golpistas. O investigado disse que o explosivo foi entregue a um outro Bolsonaroista no QG e que no dia 23 de dezembro, à noite, foi até o QG e deixou o artefato explosivo já preparado com Alan Diego dos Santos Rodrigues, mas que ele não seguiu o plano original. No apartamento onde George foi preso, a polícia achou um grande arsenal de armas e munições, inclusive outros cinco explosivos, como o acoplado ao caminhão. Tudo irregular. A polícia já sabe que George não agiu sozinho. Ele recebeu explosivos quando já estava em Brasília e entregou o artefato para outra pessoa instalar no caminhão. A polícia busca identificar e prender os envolvidos. Quatro crimes estão sendo investigados: atos de terrorismo, posse irregular de arma de fogo de uso permitido, porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Fonte: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/12/25/justica-decreta-prisao-prev-entiva-de-bolsonarista-que-planejou-atentado-terrorista-nos-arredores-do-aeroporto-de-brasilia.ghtml> Diante o exposto, não podemos desconsiderar que os valores de gastos em cartão de crédito não condizem com a capacidade financeira declarada, bem como diante do conteúdo encontrado em mídia negativa, há citação de ação de possível ato terrorista.

Ocorrências:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IX-b) operações ou prestação de serviços, de qualquer valor, a pessoas ou entidades que reconhecidamente tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

29	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário		
29	PETROLEO SABBA SA	Remetente		
29	AUTO POSTO TOURAO	Remetente		
29	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Beneficiário		
29	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
29	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
		Procurador /		
29	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Representante Legal		
29	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
29	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
29	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Beneficiário		
29	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Remetente		
29	FLAVIA SILVEIRA DE FREITAS	Remetente		
29	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
29	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		
29	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	42.243.336,00	42.125.471,00

Consta atuar no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, constituída em 29.01.1992, com capital social de R\$200.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De Sousa, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$871.321,50. Notas: - Em consulta interna identificamos que o cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação cível, execução fiscal. - Figura como procurador: George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20. (Já comunicado em 08.11.2011 sob ocorrência 5506827) Notas: - No período analisado, realizou aplicações em CDB totalizando R\$ 8.422.438,44, posteriormente, resgatou R\$ 8.300.628,21. - De acordo com a Agência Nacional de Mineração, Porto Alegre Do Norte-MT, Santana Do Araguaia-PA, São Félix Do Xingu-PA é considerada uma região de extração mineral de Areia, Argila, Minério De Níquel, Minério De Ouro, Minério De Tungstênio. - Identificamos que os pagamentos efetuados pelo cliente, possuem valores entre R\$0,67 e R\$436.861,01, destinados para quitação de contas de consumo, tributos e boletos de cobrança de empresas do ramo de combustíveis, consórcio, instituição financeira, filtros, entre outros. - Consta cartão de crédito empresarial em nome do procurador George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20, o qual o pagamento é realizado via débito em conta da empresa. - Demonstramos as movimentações de dois ou mais depósitos em espécie em terminal de autoatendimento, no período de cinco dias úteis, com indícios de burla da identificação do depositante: Data Valor R\$ Qtde. Operações 27.07.2021 12.418,00 15 04.02.2022 10.132,00 37 18.02.2022 12.697,00 15 20.10.2022 11.962,00 14 De acordo com o sócio o grupo atua no segmento comércio de combustíveis com filiais em mais municípios, relata ainda que é movimenta por procuração do gerente da filial Xinguara o Sr. George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20. (Já comunicado em 08.11.2011 sob ocorrência(s) 5506827), que conforme informações divulgadas pela mídia em 25.12.2022, que Justiça decreta prisão preventiva de Bolsonaro que planejou atentado terrorista nos arredores do Aeroporto de Brasília. George Washington de Oliveira Sousa, titular do processo, preparou uma bomba instalada em caminhão de combustível. Ele foi preso no sábado (24) em flagrante e confessou que tinha a intenção de criar o caos no país. [...] A polícia já sabe que George não agiu sozinho. Ele recebeu explosivos quando já estava em Brasília e entregou o artefato para outra pessoa instalar no caminhão. A polícia busca identificar e prender os envolvidos. Quatro crimes estão sendo investigados: atos de terrorismo, posse irregular de arma de fogo de uso permitido, porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Fonte: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/12/25/justica-decreta-prisao-prev-entiva-de-bolsona-rista-que-planejou-atentado-terrorista-nos-arredores-do-aerop-orto-de-brasil.gh.html> Além das informações supracitadas, a movimentação é superior a capacidade financeira declarada, bem como constam recebimentos de recursos de diversas praças, inclusive regiões de risco (Minério), com depósitos expressivos em espécie, não sendo possível assegurar qual a real origem desses valores. Ocorrências:

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-m) dois ou mais depósitos em terminais de autoatendimento em espécie, no período de cinco dias úteis, com indícios de tentativa de burla para evitar a identificação do depositante. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-c) operação atípica em municípios localizados em outras regiões de risco. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

30	JOAO VITOR FERREIRA SANTOS	Remetente		
30	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

30	AUTO POSTO TOURAO	Remetente		
30	AUTO POSTO TOURAO	Titular	18.009.595,00	17.687.314,00
30	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Procurador /		
30	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Representante Legal		
30	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
30	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Sócio		
30	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Beneficiário		
30	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Remetente		
30	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
30	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
30	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		

Consta atuar no ramo de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR), constituída em 19.12.2002, com capital social de R\$200.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De Sousa, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$723.069,20. Nota: Conforme consultas internas e externas, identificamos que possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação trabalhista, figura como procurador George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20, em consulta ao Google Maps, pelo endereço Rodovia PA 279 Km 154, S/N, Setor Industrial, Tucumã-PA, não consta imagem disponível. Notas: - No período analisado, realizou aplicações em CDB totalizando R\$ 7.383.326,66, posteriormente, resgatou R\$ 7.061.078,00. - De acordo com a Agência Nacional de Mineração, Ourilândia Do Norte-PA é considerada uma região de extração mineral de Minério De Níquel. - Identificamos que os pagamentos efetuados pelo cliente, possuem valores entre R\$10,00 e R\$238.705,97, destinados para quitação de contas de consumo, tributos e boletos de cobrança de empresas do ramo de combustível, contabilidade, lubrificantes, entre outros. - Demonstramos as movimentações de dois ou mais depósitos em espécie em terminal de autoatendimento, no período de cinco dias úteis, com indícios de burla da identificação do depositante: Data Valor R\$ Qtde. Operações 12/05/2021 2.941,00 3 14/05/2021 1.062,00 2 17/05/2021 4.081,00 5 19/05/2021 3.395,00 4 09/06/2021 2.885,00 3 11/06/2021 1.358,00 2 14/06/2021 4.260,00 5 15/06/2021 2.225,00 2 24/08/2021 3.278,00 4 25/08/2021 2.051,00 2 26/08/2021 2.295,00 3 27/08/2021 2.566,00 2 30/08/2021 4.101,00 4 12/08/2022 2.790,00 2 16/08/2022 2.380,00 2 17/08/2022 2.569,00 2 18/08/2022 1.825,00 2 19/08/2022 2.607,00 2 22/08/2022 6.467,00 7 23/08/2022 2.354,00 3 25/08/2022 2.252,00 3 26/08/2022 2.650,00 3 30/08/2022 3.851,00 4 12/12/2022 4.461,00 5 14/12/2022 2.877,00 4 16/12/2022 4.126,00 4 19/12/2022 5.337,00 5 Cliente atua na atividade de comercialização de combustíveis, sócios alegaram que o posto possui localização privilegiada e atende a um grande público. Diante do exposto, não podemos desconsiderar que as movimentações havidas em conta estão incompatíveis com o faturamento declarado, com recebimentos de recursos de diversas praças, inclusive em regiões geográficas de maior risco (Minério), bem como a incidência de transações em espécie, que apresentam indícios de burla e dificultam a indicação quanto a real origem de parte dos recursos.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-m) dois ou mais depósitos em terminais de autoatendimento em espécie, no período de cinco dias úteis, com indícios de tentativa de burla para evitar a identificação do depositante. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-c) operação atípica em municípios localizados em outras regiões de risco. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

31	RAMON RODRIGUES SOARES	Remetente		
31	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário		
31	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
31	AUTO POSTO TOURAO	Beneficiário		
31	AUTO POSTO TOURAO	Remetente		
31	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Procurador /		
31	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Representante Legal		
31	JOSE TADEU DE SOUSA	Sócio		
31	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Sócio		
31	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Remetente		
31	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Titular	10.293.364,00	9.792.568,00
31	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
31	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		

Consta atuar no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, constituída em 10.06.1991, com capital social de R\$30.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Souza, CPF 306424692-53, Jose Tadeu De Sousa, CPF 593945012-15, com faturamento médio mensal de R\$714.395,70.



CONGRESSO NACIONAL CPMI do 08 de Janeiro

Figura como procurador George Washington De Oliveira Sousa CPF: 241634813-20 (Já comunicado em 08.11.2011 sob ocorrência 5506827). Nota: Em consulta interna, identificamos que o cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação trabalhista. Conforme informações divulgadas de George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20 (procurador) pela mídia em 25.12.2022, que Justiça decreta prisão preventiva de bolsonarista que planejou atentado terrorista nos arredores do Aeroporto de Brasília. George Washington de Oliveira Sousa preparou uma bomba instalada em caminhão de combustível. Ele foi preso no sábado (24) em flagrante e confessou que tinha a intenção de criar o caos no país. Vinte e quatro de dezembro, 8 horas da manhã. A Polícia Militar foi acionada depois que um motorista de um caminhão-tanque percebeu um objeto estranho na carroceria do próprio veículo, estacionado nos arredores do Aeroporto Internacional de Brasília. A área, então, foi interditada. Horas depois, o material foi identificado como explosivo e detonado pelos policiais. À noite, a Polícia Civil prendeu o suspeito. George Washington de Oliveira Sousa, 54 anos, é gerente de um posto de gasolina em Xinguara, no Pará. Estava acampado, em Brasília, em frente ao Quartel-General do Exército, que reúne bolsonaristas radicais com intenções golpistas. O investigado disse que o explosivo foi entregue a um outro bolsonarista no QG e que no dia 23 de dezembro, à noite, foi até o QG e deixou o artefato explosivo já preparado com Alan Diego dos Santos Rodrigues, mas que ele não seguiu o plano original. No apartamento onde George foi preso, a polícia achou um grande arsenal de armas e munições, inclusive outros cinco explosivos, como o acoplado ao caminhão. Tudo irregular. A polícia já sabe que George não agiu sozinho. Ele recebeu explosivos quando já estava em Brasília e entregou o artefato para outra pessoa instalar no caminhão. A polícia busca identificar e prender os envolvidos. Quatro crimes estão sendo investigados: atos de terrorismo, posse irregular de arma de fogo de uso permitido, porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Fonte: <https://g1.globo.com/fantasia-co/no-ticia/2022/12/25/justica-decreta-prisao-preventiva-de-bolsonarista-que-planejou-atentado-terrorista-no-s-ar-redores-do-aeroporto-de-brasilia.ghml> Além das informações supracitadas, não podemos desconsiderar que as movimentações havidas em conta estão incompatíveis com a capacidade financeira declarada, além do mais apresentou depósitos em espécie, realizados em diversas praças, com indícios de burla, dificultando a identificação da origem de parte dos recursos.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-m) dois ou mais depósitos em terminais de autoatendimento em espécie, no período de cinco dias úteis, com indícios de tentativa de burla para evitar a identificação do depositante. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

32	JUPARANA COMERCIAL AGRICOLA LTDA	Remetente		
32	LOTerias ARCO IRIS LTDA	Remetente		
32	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário		
32	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
32	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
32	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Titular	13.392.332,00	13.284.084,00
32	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Procurador /		
32	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Representante Legal		
32	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
32	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Sócio		
32	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
32	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		

Consta atuar no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, constituída em 07.07.2011, com capital social de R\$150.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De Sousa, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$756.632,79. Nota: Conforme consultas internas e externas, identificamos que está registrada com o porte demais, não é optante pelo Simples Nacional, consta como situação ativa, localizada na Tv Fernando Guilhon, S/N, Centro, São Felix Do Xingu PA e figura como procurador George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20. Notas: - No período analisado, realizou aplicações em CDB totalizando R\$ 4.421.025,57, posteriormente, resgatou R\$ 4.309.219,75 - Identificamos que os pagamentos efetuados pelo cliente, possuem valores entre R\$43,00 e R\$383.595,51, destinados para quitação de contas de consumo, tributos e boletos de cobrança de empresas do ramo de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, entre outros, dos quais não há concentração de cedentes e consta o próprio como sacado. Trata-se de empresa atuante no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores e informam que a mesma pertence a um grupo empresarial de grande porte, proprietários de diversos postos na região de Xinguara-PA, com grande histórico de vendas. Ademais, já solicitamos documentações comprobatórias para realizar atualização cadastral, porém até o momento sem sucesso. Diante do exposto, não podemos desconsiderar que as movimentações havidas em conta estão incompatíveis com o faturamento declarado.

Ocorrências:

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

33	Gustavo Neto Ferreira	Outros		
33	THARLY MACIEL DE OLIVEIRA	Outros		
33	Antônio Américo Neto	Outros		
33	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
33	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Titular	187.673,00	178.057,00
33	CUNHA COMERCIO DE ARMAS E MUNICOES EIRELI	Outros		
33	RD COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES E CAMPI	Outros		
33	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Outros		
33	SHOOTER ARMAS EIRELI	Outros		
33	NO RISK COMERCIO DE ARMAS E MUNICOES LTDA	Outros		
33	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Outros		
33	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Outros		
33	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		

Informações básicas de cadastro: Nome: George Washington de Oliveira Sousa CPF: 24163481320 Idade: 54 anos Estado civil declarado: Casado Email: george.wos@hotmail.com Nacionalidade: Brasileira Endereço cadastrado: Rodovia PA-150, 994 Centro, Xinguara, PA, CEP 68555330, Brasil. Cliente na categoria conta de pagamentos e cartão de crédito desde: 14/12/2019 Informações de atualização cadastral: Renda informada pelo cliente: R\$ 20.000,00 Informações de bases de dados internas e externas: Renda presumida: R\$ 9.732,40. Registro profissional e societário: Não foi identificado, atualmente, nenhum vínculo empregatício, tampouco participações societárias. Apesar disso, o cliente já fez parte do quadro societário e de administradores de diversos CNPJs relacionados ao comércio de combustíveis. Inclusive, o ponto de referência de seu endereço de cadastro é o mesmo endereço de um posto de combustível do qual já foi sócio, Posto Cavalo de Aço LTDA (84146638000125). Encontramos em uma mídia que o cliente se autointitula gerente de postos de combustíveis (<https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/o-que-se-sabe-ate-o-momento-sobre-o-homem-que-planejou-atentado-no-df>). Informações de mídia negativa: Identificamos diversas mídias que citam que o cliente tentou explodir uma bomba na área do Aeroporto Internacional de Brasília, em 24/12/2022, utilizando explosivos oriundos de garimpos e pedreiras no Pará. Informou ter motivações políticas para o crime. Junto dele foram apreendidos um fuzil, duas espingardas, revólveres, mais de mil munições e artefatos explosivos. Link da mídia: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/12/5061385-saiba-quem-e-o-bolsonarista-que-tentou-explodir-bomba-na-area-do-aeroporto.html>. Reporte realizado com base nas seguintes alíneas da Circular 4001 do BACEN: 1045 1º IV a: movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente, 1105 1º IX d: movimentações com indícios de financiamento ao terrorismo.

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IX-d) movimentações com indícios de financiamento ao terrorismo. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

34	RAQUEL GOULART ALCANTARA DE SOUZA	Beneficiário		
34	NAGELLA R.A. MALTA EIRELI	Beneficiário		
34	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Titular	108.210,00	107.526,00
34	USA BRASIL INFORMATICA EIRELI	Beneficiário		
34	SHOOTER ARMAS EIRELI	Beneficiário		
34	C GOMES NEGOCIOS	Beneficiário		
34	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Beneficiário		
34	RAFAEL SOARES DOS SANTOS	Beneficiário		
34	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		

Sr. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA, CPF nº 24163481320, com início de relacionamento em 20/05/2005 que, segundo informações provenientes de bureau, reside na cidade de Xinguara/PA, com 54 anos, renda mensal presumida de R\$ 4.000,00, constando ser Gerente/supervisor de empresa industrial/comercial/prestadora de serviços. Não foi localizada empresa ativa pertencente ao cliente. A movimentação está aparentemente acima da capacidade financeira do cliente. Chama a atenção o recebimento de montante expressivo de pessoa jurídica da qual não é sócio, e de mesma titularidade. Após os créditos, o saldo foi utilizado principalmente em transferências bancárias para vários favorecidos, com destaque para empresa que atua no comércio de armas e munições, bem como em transações com o cartão de débito da conta, e pagamentos de faturas de seu cartão de crédito e de outros serviços. Ademais, foram identificadas mídias desabonadoras em que o cliente é mencionado por ter sido preso por, supostamente, ser participe de uma tentativa de um ato terrorista no Distrito Federal em 29.12.2022, investigada pela Polícia Federal (Operação Nero). (<https://bit.ly/3CgEaBt>) | <http://glo.bo/3Z63m7y>).

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-k) recebimento de recursos com imediata compra de instrumentos para a realização de pagamentos ou de transferências a terceiros, sem justificativa. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IX-b) operações ou prestação de serviços, de qualquer valor, a pessoas ou entidades que reconhecidamente tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

35	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Beneficiário
35	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Remetente
35	I P GOMES FILHO E CIA LIMITADA ME	Beneficiário
35	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário
35	HESAN COMERCIAL LTDA ME.	Beneficiário
35	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Beneficiário
35	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Remetente
35	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário
35	JERONIMO BATISTA DE VASCONCELOS	Remetente
35	F C OLIVEIRA X CIA LTDA	Remetente
35	PETROLEOS MIRAMAR COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Outros
35	COLINA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	Remetente
35	MAFRO TRANSPORTES LTDA	Remetente
35	RDM TRANSPORTES LTDA - ME	Remetente
35	VALTUIR PARREIRA ALVES	Remetente
35	MATHEUS DAVY INOCENCIO DA SILVA MONTEIRO	Beneficiário
35	AUTO POSTO SENNA LTDA	Outros
35	MARCIANO LISBOA DOS SANTOS	Remetente
35	SV LOGISTICA LTDA-EPP	Remetente
35	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Beneficiário
		Procurador /
35	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Representante Legal
35	PARA IMPLEMENTOS E COMERCIO DE PECAS LTDA - ME	Beneficiário
35	MARCIA CARVALHO DE SOUZA	Beneficiário
35	ALMIDA S T EIRELI	Remetente
35	TRANSPORTES DOURADOS EIRELI	Remetente
35	PAULO SERGIO MACEDO	Beneficiário
		Procurador /
35	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Representante Legal
35	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio
35	R C CARNEIRO EIRELI	Beneficiário
35	JOAO GUILHERME CEREJIDO BERSANI ANTONIO	Remetente
35	Ernesto Neto Firmino	Remetente
35	MAURO DE CAMPOS	Beneficiário
35	JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR	Remetente
35	GILBERTO CARLOS ARENDT	Remetente
		Procurador /
35	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Representante Legal
35	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio
35	FRANCISCO VALDIVIO MAIA	Beneficiário
35	FLAVIA SILVEIRA DE FREITAS	Remetente
35	CAROLINE CARDOSO SOFFA	Beneficiário
35	ANNE VASCONCELOS SANTOS FONSECA	Remetente
35	CESAR RAIMUNDO DA SILVA	Beneficiário
35	JOSE CARLOS VIEIRA DE VASCONCELOS	Beneficiário
35	ROSSINI TRANSPORTES LTDA	Remetente
35	DIEGO MAFFI	Beneficiário
35	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Beneficiário
35	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário
35	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente
35	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular

15.691.973,00 15.647.942,00

Período analisado: 09/01/2022 - 04/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 31/10/2017, explorando a atividade de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, com faturamento anual de R\$ 14.846.401,76 , com sede na cidade de XINGUARA/PA. Analisado faz parte do Grupo Empresarial: 0000435739 - AUTO POSTO SENNA LTDA Sócio(s) : FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 EMPRESARIO - SOCIA-GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 8.124,54 em 01.03.2021 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68 EMPRESARIO - GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 7.300,00 em 01.12.2019 Outorgou poderes para : GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA - 241.634.813-20 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68 . Segundo informações apuradas, os depósitos online foram efetuados em espécie, de forma fracionada, o que sugere tentativa de burla a identificação de depositantes e operações em espécie ao COAF. Trata-se de empresa do ramo de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, movimentando recursos acima de seu faturamento informado. Faz parte do grupo empresarial AUTO POSTO SENNA LTDA, juntamente com as empresas PETROLEOS MIRAMAR COM.COMBUSTIVEIS LTDA - 07.359.880/0001-36, e AUTO POSTO SENNA LTDA - 14.036.628/0001-51. Empresa foi citada em mídia por envolvimento com GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA, que consta como seu procurador, e foi preso por ter planejado



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

a explosão de um caminhão tanque no aeroporto de Brasília, no último mês de 12/2022. Existe a suspeita de que a analisada e diversas outras empresas do ramo estejam sendo utilizadas para financiar os atos anti democráticos ocorridos desde o fim do 2º turno das eleições de 2022 (fonte: diariodopara.dol.com.br). Pelos fatos relatados, não temos como atestar a licitude dos recursos. Empresa não aparenta possuir capacidade econômico-financeira para movimentar tal volume de recursos. Suspeita-se de movimentação de recursos de terceiros para fins de sonegação fiscal. Considerando que não foram encontradas justificativas nem fundamentos econômicos ou legais para a movimentação financeira analisada, comunicamos pela possibilidade de configurar indícios do crime de lavagem de dinheiro ou com ele relacionar-se.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IX-d) movimentações com indícios de financiamento ao terrorismo. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

36	KELLY DE SOUZA SANTOS	Beneficiário		
36	ISRAEL CONCEICAO COSTA	Beneficiário		
36	THIAGO DE SOUSA VERAS	Beneficiário		
36	INTERCOURO MAIS DESING	Beneficiário		
36	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Gerente / Diretor		
		Procurador /		
36	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Representante Legal		
36	AUTO POSTO VILA NOVA LTDA	Gerente / Diretor		
		Procurador /		
36	AUTO POSTO VILA NOVA LTDA	Representante Legal		
36	AUTO POSTO SENNA LTDA	Gerente / Diretor		
		Procurador /		
36	AUTO POSTO SENNA LTDA	Representante Legal		
36	Top Design Comércio de Artigos de Decoração	Beneficiário		
36	SANTOS & COSTA LTDA	Beneficiário		
36	ELIS REGINA CASTRO DE MATOS	Beneficiário		
36	DENTAL STUDIO SERVICOS ODONTOLÓGICOS EIRELI	Beneficiário		
36	J. I. DA ROCHA RESTAURANTE LTDA - ME	Beneficiário		
36	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
36	MARIA ESTELA RAIOL DA CONCEICAO	Beneficiário		
36	NOSSO POSTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
36	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Outros		
36	AUTO POSTO GOIANESIA COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Gerente / Diretor		
		Procurador /		
36	AUTO POSTO GOIANESIA COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Representante Legal		
36	AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Gerente / Diretor		
		Procurador /		
36	AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Representante Legal		
36	WILLIAMS CHRISTIAN PRATA DE SOUZA 45564876253	Beneficiário		
36	MARIANA DA TRINDADE BRITO 37876198287	Beneficiário		
36	NEDITE ARRUDA DE ALMEIDA	Beneficiário		
36	KARIN BORGES FERREIRA	Beneficiário		
36	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Beneficiário		
36	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Remetente		
36	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Titular	200.642,00	200.592,00
36	FABIO WALLACE BECKMAN MARTINS	Beneficiário		
36	FABIO WALLACE BECKMAN MARTINS	Remetente		
36	IGREJA EVANGELICA QUADRANGULAR	Beneficiário		
36	ELIZANGELA NUNES GARCIA	Beneficiário		
36	BRAULIO PETRICK DE SOUSA FERREIRA	Beneficiário		
36	KARINA CARVALHO FURTADO	Beneficiário		
36	EDIANE MARTINS DE SOUSA	Remetente		
36	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Gerente / Diretor		
		Procurador /		
36	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Representante Legal		



CONGRESSO NACIONAL CPMI do 08 de Janeiro

36 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Gerente / Diretor

Procurador /

Representante Legal

36 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Período analisado: 09/01/2022 - 04/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 30/08/2012, cadastrada como EMPRESARIA - GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 7.300,00, residente na cidade de ANANINDEUA/PA. Sócio/Dirigente : SUPER POSTO DOIS MIL LTDA - 83.324.921/0001-37 AUTO POSTO PARASAO LTDA - 05.014.246/0001-36 AUTO POSTO GOIANESIA COM.COMBUSTIVEIS LTDA - 36.090.328/0001-93 AUTO POSTO SENNA LTDA - 14.036.628/0001-51 AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA - 37.322.823/0001-43 POSTO CAVALO DE ACO LTDA - 84.146.638/0001-25 AUTO POSTO VILA NOVA LTDA - EPP - 05.631.763/0001-54 Recebeu poderes outorgados: SUPER POSTO DOIS MIL LTDA - 83.324.921/0001-37 AUTO POSTO PARASAO LTDA - 05.014.246/0001-36 AUTO POSTO GOIANESIA COM.COMBUSTIVEIS LTDA - 36.090.328/0001-93 AUTO POSTO SENNA LTDA - 14.036.628/0001-51 AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA - 37.322.823/0001-43 AUTO POSTO VILA NOVA LTDA - EPP - 05.631.763/0001-54 POSTO CAVALO DE ACO LTDA - 84.146.638/0001-25. Segundo informações apuradas, trata-se de empresária, sócia de diversas empresas do ramo de comércio de combustíveis. Foi citada em mídia por possível envolvimento comercial com GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA - 241.634.813-20, preso por planejar a explosão de um caminhão tanque no aeroporto de Brasília no último mês de 12/2022 (fonte: diariodopara.dol.com.br, em 27/12/2022). Existe a suspeita de que as empresas da analisada estariam sendo utilizadas para financiar os atos contra o regime democrático observados desde o fim das últimas eleições. Teve como principal remetente de recursos o POSTO VITORIA EIRELI, que tem como sócia FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53, também suspeita de envolvimento com os fatos citados acima. Verificamos ainda que Francisca consta como sócia de diversas empresas da analisada, como o POSTO CAVALO DE ACO LTDA e o AUTO POSTO VILA NOVA LTDA. Pelos fatos relatados, não temos como atestar a litude dos recursos. Suspeita-se de movimentação de recursos de terceiros para fins de sonegação fiscal. Considerando que não foram encontradas justificativas nem fundamentos econômicos ou legais para a movimentação financeira analisada, comunicamos pela possibilidade de configurar indícios do crime de lavagem de dinheiro ou com ele relacionar-se.

Ocorrências:

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IX-d) movimentações com indícios de financiamento ao terrorismo. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

37 SUELLENN SUMAYA CIRIBELLI COELHO AMERICO FERREI	Remetente		
37 JULICE L M PINTO - JJ TUR	Beneficiário		
37 NARALINA SANTOS CORREIA	Remetente		
37 TIAGO OLIVEIRA MENDES FERRAZ	Remetente		
37 MC LOCACOES DE MESAS LTDA	Beneficiário		
37 Cinthia Abreu Olszowski	Remetente		
37 COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA	Beneficiário		
37 MATEUS SUPERMERCADOS S.A.	Beneficiário		
37 CAMARA MUNICIPAL DE AGUA AZUL DO NORTE PA	Remetente		
37 HUMBERTO SOARES GONDIM	Remetente		
37 LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.	Beneficiário		
37 SENDAS DISTRIBUIDORA S/A	Beneficiário		
37 R. P. CUNHA INFORMATICA - ME	Beneficiário		
37 JOSE ALBERTO DE SOUSA BRANCO	Remetente		
37 R GOMES MALINSKI LTDA	Remetente		
37 LUIZ ANTONIO DOS SANTOS	Remetente		
37 F R LOPES ACOUGUE	Remetente		
37 GLOBO COM. DE BEBIDAS LTDA ME	Beneficiário		
37 MULT TENDAS PRES SERV ALUG TENDAS	Beneficiário		
37 JOSE FABIO VUOLO	Remetente		
37 CASA DA ROCA AGROPECUARIA LTDA	Remetente		
37 PEDRO RODRIGUES VIEIRA	Remetente		
37 LEUCIR MAULLI	Remetente		
37 MULTIMIX CELULARES E ELETRONICOS EIRELI	Beneficiário		
37 B2M ATACAREJOS C A VAR ALI LTDA	Beneficiário		
37 WJ LOCACAO E VENDA DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS EIRELI	Beneficiário		
37 MARIA AUXILIADORA RIBEIRO VERAS	Remetente		
37 Agropecuária Ipanema Ltda - Epp	Remetente		
37 ANTONIO JOSE DA SILVA	Remetente		
37 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Remetente		
37 ANTONIO ALBERTO ALVES	Remetente		
37 USA BRASIL INFORMATICA EIRELI	Titular	270.209,00	265.588,00
37 JOSE LINO GORGES	Remetente		
37 IVACI GONTIJO DA SILVA	Beneficiário		
37 DALMI FERNANDES DA SILVEIRA	Remetente		
37 ANTONIO DOS REIS PEREIRA PINHE	Beneficiário		
37 Edi Inês Marodin	Remetente		
37 MARIANO SERVICOS ADM	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

37 RICARDO PEREIRA CUNHA	Beneficiário
ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS, EMPRESARIOS, GARIMPEIROS E DEMAIS	
37 USUARIOS DA ESTRADA TRANSIRIRI -	Remetente
37 JOSE CARLOS TEIXEIRA FILH	Remetente
37 WILSON BATISTA DE OLIVEIRA	Remetente
37 JOAO PEDRO RIBEIRO LUCENA	Remetente
37 EDILBERTO FINTA	Remetente
37 LEIGMAR CARVALHO MIRANDA	Remetente
37 ARNALDO FERNANDES DE CASTRO	Beneficiário
37 RENATO BONIFACIO FERREIRA	Remetente
37 RICARDO LUIZ DA MOTA SOARES	Remetente
37 JOSE CARLOS DE JESUS	Beneficiário
37 ENRIC JUVENAL DA COSTA LAURIANO	Remetente
37 MARIA ELOÍZA SILVEIRA DE FREITAS	Remetente
37 AGNALDO DA SILVA LEMES	Remetente
37 AURELIO DIAS MONTEIRO	Remetente
37 FERNANDA SILVA LIMA	Remetente
37 EDUARDO ALVIM GOMES	Remetente
37 REGINALDO PEREIRA DE AMORIM	Beneficiário
37 LENIANE BENEDITO DE ALMEIDA FRAGA	Remetente
37 ATACADAO S.A.	Beneficiário
37 ISABELITA RODRIGUES FERRIN	Beneficiário
37 JULIO CESAR PEIXOTO DOS SANTOS	Beneficiário
37 HENRIQUE ALVES DE BESSA	Remetente
37 CARLOS ANANIAS ANTUNES NETO	Remetente
37 MAURIRO SOARES DE JESUS	Sócio
37 VABIO FERREIRA DA SILVA	Remetente
37 JOAO CARLOS GUIMARAES GIFFONNI	Remetente
37 MARCO ANTONIO ELIAS FRANCA	Remetente

INFORMAÇÕES CADASTRAIS: 1. USA BRASIL INFORMATICA LTDA, 25.058.466/0001-79, empresa constituída em 22/06/2016, com sede em XINGUARA / PA, do ramo de Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, com faturamento anual de R\$ 53.628,75, 1.1. A empresa tem como sócio MAURIRO SOARES DE JESUS CPF 857.246.292-91 e como procurador, RICARDO PEREIRA CUNHA, CPF 368.413.822-34.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO CONHEÇA SEU CLIENTE: 7. A empresa tem como sócio MAURIRO SOARES DE JESUS CPF 857.246.292-91 e como procurador, RICARDO PEREIRA CUNHA, CPF 368.413.822-34. Ricardo também é proprietário da empresa R. P. CUNHA INFORMATICA, CNPJ 07.104.231/0001-94 e foi candidato a Deputado Estadual pelo estado do Pará nas eleições de 2022, conforme informações do site <https://www.ncsttotal.com.br/eleicoes/2022/para/candidato/deputado-estadual/ricardo-cunha-90005>. A empresa USA BRASIL INFORMATICA LTDA e Ricardo foram citados em notícia que os vincula ao financiamento dos atos antidemocráticos de 08/01/2023. Tal notícia revela que os dados da conta ora analisada foram repassados a terceiros para recebimento de recursos a serem utilizados durante tais atos. <https://reporterbrasil.org.br/2023/01/fazendeiros-do-para-divulgaram-pix-de-loja-de-informatica-para-bancar-atos-golpistas/> Além disso, a conta que era pouco movimentada até outubro/2022 recebeu recursos expressivos em novembro e dezembro do mesmo ano. A conta apresenta grande volume de recursos a crédito e a débito movimentados em curto período nesses mesmos meses. CONCLUSÃO: 8. A comunicação ao COAF é justificada pela forma como os recursos foram movimentados: - movimentação de quantia significativa por meio de conta até então pouco movimentada ou de conta que acolha depósito inusitado, - abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato, - recebimento de recursos com imediata compra de instrumentos para a realização de pagamentos ou de transferências a terceiros, sem justificativa, - movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente, - movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas.

Ocorrências:

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-e) movimentação de quantia significativa por meio de conta até então pouco movimentada ou de conta que acolha depósito inusitado. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-k) recebimento de recursos com imediata compra de instrumentos para a realização de pagamentos ou de transferências a terceiros, sem justificativa. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

38 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA FILHO	Outros
38 JOSÉ MEIRELES DE OLIVEIRA PINTO	Beneficiário
38 DUBICO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	Remetente
38 JAMJOY VIACAO LTDA	Remetente
38 BELCAR CAMINHOES E MAQUINAS LTDA	Beneficiário



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

38 KAJIYA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA	Remetente		
38 ALAN ALVES DOS SANTOS	Beneficiário		
38 RICARDO GOMES CAVALCANTE	Beneficiário		
38 ANNE CAROLYNE RAMOS NAVA SILVA	Beneficiário		
38 KAYLON WILCON DO CARMO SANTANA	Beneficiário		
	Procurador /		
38 KAYLON WILCON DO CARMO SANTANA	Representante Legal		
38 AGNA MAIRA MORAIS DA SILVA	Beneficiário		
38 C JOSE DA SILVA	Remetente		
38 KELLRY LOHANA BENIGNO SILVA	Beneficiário		
38 INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS VENEZ	Remetente		
38 BARRA GRANDE KITE CAMP LTDA	Beneficiário		
38 AUTO POSTO ARAGUAIA LTDA	Beneficiário		
38 AUTO POSTO SAO BENTO LTDA - EPP	Remetente		
38 J. H. NEVES DA SILVA TRANSPORTES	Beneficiário		
38 TOCANTINS SHOPPING EMPREENDIMENTOS LTDA	Remetente		
38 AUTO POSTO SAO GERALDO LTDA - ME	Beneficiário		
38 FRANCISCO SILVA DE ABREU	Beneficiário		
38 TERRASUL ENVASADORA DE BEBIDAS LTDA-EPP	Remetente		
38 AUTO POSTO N2 LTDA EPP	Remetente		
38 KMX AGRONEGOCIO LTDA - EPP	Remetente		
38 ALDENIRA VIEIRA SANTANA	Remetente		
38 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
38 R DE S PEREIRA COMERCIO - ME	Remetente		
38 AUTO POSTO CAPITAL LTDA - ME	Remetente		
38 CIRCULO ENGENHARIA EIRELI	Remetente		
	Procurador /		
38 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Representante Legal		
38 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
38 G W DE O SOUSA FILHO RESTAURANTE	Outros		
38 RACKSON DE SOUZA PEREIRA	Remetente		
38 KAJIYA TRANSPORTES DE CARGAS E LOGISTICA LTDA	Remetente		
38 99 LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA	Beneficiário		
38 99 LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA	Remetente		
38 JOSIVAN PINTO SAMPAIO	Beneficiário		
38 AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Remetente		
38 AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Titular	36.427.602,00	36.427.301,00
38 AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS DO BICO II LTDA	Beneficiário		
38 TRANSPORTES E LOGISTICA SAO LUIS LTDA	Remetente		
38 JOSELITA DE SOUZA PEREIRA	Remetente		
	Procurador /		
38 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Representante Legal		
38 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
38 DANIELLE SOBRAL RIBEIRO	Beneficiário		
38 POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
38 Daniel Silva Cardoso	Beneficiário		
38 ANTONIO JOSE MEIRELES FONSECA BASTOS	Beneficiário		
38 FRANCISCO MANOEL ROCHA DE LIMA	Beneficiário		

Período analisado: 09/01/2022 - 04/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 01/02/2001, explorando a atividade de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, com faturamento anual de R\$ 8.193.369,04 em 16.12.2019, com sede na cidade de AXIXA DO TOCANTINS/TO.

Analisado faz parte do Grupo Empresarial: AUTO POSTO PARASAO LTDA O titular conta com a(s) seguinte(s) participação(es): Sócio(s) : FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 EMPRESARIO - SOCIA-GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 8.124,54 em 01.03.2021 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68 EMPRESARIO - GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 7.300,00 em 01.12.2019 Outorgou poderes para : KAYLON WILCON DO CARMO SANTANA - 045.553.583-33 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68. Informações Complementares: Trata-se de empresa do ramo de comércio de combustíveis, integrante de grupo de vários postos localizados em Tocantins e no Pará. Recebeu créditos de repasses de remetentes do ramo de transporte rodoviário de cargas, depósitos em cheques e em espécie, repasses de vendas no cartão e resgates de investimentos. Seus principais débitos foram pagamentos de títulos especialmente a fornecedores, investimentos, envios a beneficiários diversos e demais pagamentos. Destaca-se que há empresa no grupo, POSTO CAVALO DE AÇO LTDA - 84.146.638/0001-25, situado em XINGUARA - PA em que GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA - 241.634.813-20 (acusado de plantar um explosivo em caminhão de querosene, perto do Aeroporto JK em Brasília em dezembro de 2022) figura como outorgado para algumas operações. Fonte: www.metropoles.com em 26/12/2022.

Destaca-se ainda, a existência da empresa G W DE O SOUSA FILHO RESTAURANTE - 32.092.343/0001-10 (RESTAURANTES E SIMILARES), que está em nome de GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA FILHO -



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

008.078.372-45, filho do acusado e que, possui como nome fantasia CAVALO DE AÇO EMPÓRIO GOURMET. Tais informações levantam a suspeita de que mais empresas do grupo podem estar relacionadas ao acusado GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA, uma vez que quase todas estão em nome de FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 e MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68. E que o acusado pode não ser apenas um funcionário da rede de postos de combustíveis. Considerando as informações levantadas acerca do grupo empresarial da analisada, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

III-j) incompatibilidade da atividade econômica ou faturamento informados com o padrão apresentado por clientes com o mesmo perfil. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

39	ADENILSON RIBEIRO AMORIM	Remetente		
39	NIUZA MARTINS FERREIRA	Remetente		
39	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA FILHO	Outros		
39	RAICA CRISTIANE SILVA SANTOS ASSUNCAO	Remetente		
39	LARA MARIANE SANTOS ARAUJO	Beneficiário		
39	AFBRAS EDITORA DE REVISTAS FISCAIS E TRIB. DO BRASIL LTDA ME	Beneficiário		
39	EMILLY SALMA DIAS SANTANA	Beneficiário		
39	PETROLEO SABBA SA	Remetente		
39	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
39	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	Beneficiário		
39	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	Remetente		
39	LAZARO KAHYAM FERREIRA SANTANA	Beneficiário		
39	POSTO GOL LTDA	Beneficiário		
39	POSTO GOL LTDA	Remetente		
39	LATICINIOS CAMPO BELO LTDA	Remetente		
39	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	Remetente		
39	JOAO ANDRE DE SA CALIXTO DA CRUZ	Beneficiário		
39	PLANETA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	Beneficiário		
39	AUTO POSTO SENNA LTDA	Remetente		
39	AUTO POSTO SENNA LTDA	Titular	9.205.685,00	9.205.685,00
39	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS	Remetente		
39	CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	Remetente		
39	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
39	VALE DA SERRA FACILITIES EIRELI	Remetente		
39	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA	Beneficiário		
39	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
39	G W DE O SOUSA FILHO RESTAURANTE	Outros		
39	IVAIR REIS	Remetente		
39	LIMA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO EIRELI	Remetente		
39	ALZIRA OLIVEIRA LIMA	Remetente		
39	AUGUSTO ALVES DE CARVALHO NETO	Beneficiário		
		Procurador /		
39	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Representante Legal		
39	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
39	GENILSON DA SILVA MEDEIROS	Beneficiário		
39	MARCONI RODRIGUES SAMPAIO	Remetente		
39	LUANA FERREIRA SILVA BARROS	Beneficiário		
39	LUANA FERREIRA SILVA BARROS	Remetente		
39	MARCOS PAULO ROCHA BARROS	Beneficiário		
		Procurador /		
39	MARCOS PAULO ROCHA BARROS	Representante Legal		
39	MARCOS PAULO ROCHA BARROS	Remetente		
39	Fabiano santos de negreiros	Beneficiário		
39	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Beneficiário		
39	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Remetente		
39	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
39	LEONARDO LOPES SANTANA	Remetente		
39	HALANA SAMILLA DIAS FREITAS	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL CPMI do 08 de Janeiro

Período analisado: 09/01/2022 - 04/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 26/04/2017, explorando a atividade de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, com faturamento anual de R\$ 5.113.562,55 em 08.04.2022, com sede na cidade de SAO JOÃO DO ARAGUAIA/PA.

Analisado faz parte do Grupo Empresarial: AUTO POSTO PARASAO LTDA O titular conta com a(s) seguinte(s) participação(es): Sócio(s) : FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 EMPRESARIO - SOCIA-GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 8.124,54 em 01.03.2021 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68 EMPRESARIO - GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 7.300,00 em 01.12.2019 Outorgou poderes para : MARCOS PAULO ROCHA BARROS - 778.992.611-04 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68. Informações Complementares: Trata-se de empresa do ramo de comércio de combustíveis, integrante de grupo de vários postos localizados em Tocantins e no Pará. Recebeu créditos de repasses de remetentes do ramo de combustíveis, entre estes, alguns entes públicos, depósitos em cheques e em espécie e resgates de investimentos. Seus principais débitos foram pagamentos de títulos especialmente a fornecedores, investimentos, envios a beneficiários diversos e demais pagamentos. Destaca-se que há empresa no grupo, POSTO CAVALO DE AÇO LTDA - 84.146.638/0001-25, situado em XINGUARA - PA em que GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA - 241.634.813-20 (acusado de plantar um explosivo em caminhão de querosene, perto do Aeroporto JK em Brasília em dezembro de 2022) figura como outorgado para algumas operações. Fonte: www.metropoles.com em 26/12/2022. Destaca-se ainda, a existência da empresa G W DE O SOUSA FILHO RESTAURANTE - 32.092.343/0001-10 (RESTAURANTES E SIMILARES), que está em nome de GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA FILHO - 008.078.372-45, filho do acusado e que, possui como nome fantasia CAVALO DE AÇO EMPÓRIO GOURMET. Tais informações levantam a suspeita de que mais empresas do grupo podem estar relacionadas ao acusado GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA, uma vez que quase todas estão em nome de FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 e MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68. E que o acusado pode não ser apenas um funcionário da rede de postos de combustíveis. Considerando as informações levantadas acerca do grupo empresarial da analisada, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
III-j) incompatibilidade da atividade econômica ou faturamento informados com o padrão apresentado por clientes com o mesmo perfil. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

40	I C Lati Ouriland	Remetente		
40	Sebastião Jose de Souza	Beneficiário		
40	CONSTRUTORA E BRITAGEM MIL ANOS LTDA	Remetente		
40	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
40	AUTO POSTO TOURAO	Beneficiário		
40	AUTO POSTO TOURAO	Remetente		
40	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
40	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
40	JULIO CESAR RODRIGUES CARDOSO 63598833253	Beneficiário		
40	ALINE DA SILVA FIUZA	Beneficiário		
40	JOSE TADEU DE SOUSA	Sócio		
40	FRANCISCA PEREIRA FONTENELE	Remetente		
40	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Titular	2.717.553,00	2.473.070,00
40	MARIO SANTOS DE OLIVEIRA	Remetente		

Consta atuar no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores, constituída em 10.06.1991, com capital social de R\$ 30.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Souza, CPF 306424692-53, Jose Tadeu De Sousa, CPF 593945012-15, com faturamento médio mensal de R\$714.395,70. Segundo informações, trata-se de rede de posto de combustível, bem centralizado na cidade, com grande fluxo de cliente e usuários. Além disso, a sócia Francisca compareceu em praça no mês de dezembro de 2022, solicitando a exclusão de George Washington De Oliveira Sousa CPF 241634813-20, como procurador da conta, aparentemente visto o suposto envolvimento com tentativa de atos terroristas. Segundo informações, George seria primo da Francisca e apenas gerenciava os postos da mesma, nunca teria sido o dono ou sócio destes. Diante do exposto, foi identificado recebimento de recursos provenientes de regiões consideradas de maior risco, diversos depósitos realizados em terminais eletrônicos, dificultando a identificação da origem dos recursos e operações em espécie com incidência de fragmentação e aparente tentativa de burla.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
I-d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

41	LOTERIAS ARCO IRIS LTDA	Remetente		
41	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Beneficiário		
41	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
41	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Titular	4.030.184,00	4.134.163,00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

41	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros
41	MARCELO BARBOSA DE CASTRO	Remetente
41	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio
41	ODAIR EXPRESS TRANSPORTADORA EIRELI	Remetente
41	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio
41	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário

Consta atuar no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, constituída em 07.07.2011, com capital social de R\$150.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De Sousa, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$756.632,79. Notas: - No período analisado, realizou aplicações em CDB totalizando R\$ 2.087.784,27, posteriormente, resgatou R\$ 2.191.763,27. - De acordo com a Agência Nacional de Mineração, São Félix Do Xingu-PA é considerada uma região de extração mineral de Minério De Níquel, Minério De Tungstênio. - Identificamos que os pagamentos efetuados pelo cliente possuem valores entre R\$ 150,00 e R\$ 241.044,93, destinados para quitação de contas de consumo, tributos, impostos, distribuidoras de combustíveis e lubrificantes, entre outros. Se trata de posto de combustível, sendo os recursos movimentados em conta, justificados como inerentes ao seu ramo de atividade. Destacamos que a administração da empresa solicitou em 28.12.2022 a exclusão de George Washington De Oliveira Sousa 241634813-20 como procurador da conta, tal solicitação se deu devido a possível envolvimento de George em tentativa de ato terrorista ocorrido em dezembro (sem maiores esclarecimentos), a exclusão foi efetivada em 15.02.2023. Cliente afirmou também que o posto é propriedade somente das sócias, e que George, primo da sócia Francisca, apenas gerenciava o mesmo e por esse motivo possuía procuração. Diante do exposto, apesar das justificativas, a movimentação em conta é superior a capacidade financeira declarada pela empresa.

Ocorrências:

IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

42	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Remetente
42	AUTO POSTO TOURAO	Beneficiário
42	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Beneficiário
42	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente
42	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros
42	HS VIAGENS E TURISMO EIRELI	Remetente
42	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio
42	EDENEMERALD HEZ FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS	Remetente
42	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio
42	MARILEIDE SAMPAIO CABRAL FILHO	Beneficiário
42	T D G TRANSP RODOVIARIOS LTDA	Remetente

42	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	2.582.950,00	2.660.520,00
----	--------------------------	---------	--------------	--------------

Consta atuar no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, constituída em 29.01.1992, com capital social de R\$200.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De Sou, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$871.321,50. Nota: Cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação cível, execução fiscal. A administração da empresa solicitou em 28.12.2022 a exclusão de George Washington De Oliveira Sousa 241634813-20 como procurador da conta, tal solicitação se deu devido envolvimento de George em tentativa de ato terrorista ocorrido em dezembro, a exclusão foi efetivada em 15.02.2023. Afirma também que o posto é propriedade somente das sócias, e que George, primo da sócia Francisca, apenas gerenciava o mesmo e por esse motivo possuía procuração. Conforme pesquisa externa (Google), empresa pertence de fato a George Washington 241634813-20, até então procurador da conta, o qual foi acusado de tentativa de atentado terrorista. Fonte: <https://fup.org.br/terrorista-bolsonarista-presos-em-brasilia-e-ligado-a-rede-de-postos-de-gasolina-e-transport-a-doras-do-agronegocio-na-regiao-norte/> - Em consulta ao endereço da empresa ao Google Maps, Rodovia PA 150, 702, km113, Centro, Xingua, PA, não identificamos imagens disponíveis correspondentes ao local. Diante do exposto, identificamos o recebimento de recursos provenientes de regiões consideradas de maior risco, diversos depósitos realizados em terminais eletrônicos, dificultando a identificação da origem dos recursos e operações em espécie com incidência de fragmentação e aparente tentativa de burla. Identificamos também, o recebimento de recursos com débito imediato de valores, sem causa aparente.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-ad) recebimento de créditos com o imediato débito dos valores. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-k) recebimento de recursos com imediata compra de instrumentos para a realização de pagamentos ou de transferências a terceiros, sem justificativa. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

43	Sebastião Jose de Souza	Beneficiário
43	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário
43	AUTO POSTO TOURAO	Titular
43	ENGEKO ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	Remetente
43	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros

3.390.539,00	2.717.293,00
--------------	--------------



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

43 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio
43 JULIO CESAR RODRIGUES CARDOSO 63598833253	Beneficiário
43 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio
43 SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Beneficiário
43 RAIMUNDA BEZERRA BRITO	Remetente
43 ANTONIO LEONIDAS OLIVEIRA MASCARENHAS	Remetente
43 JOSIMAR SANTANA ALMEIDA	Remetente

Consta atuar no comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR), constituída em 19.12.2002, com capital social de R\$200.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De Sou, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$723.069,20. Em consulta interna identificamos que o cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza trabalhista. A sócia Francisca compareceu a agência em dezembro de 2022, solicitando a exclusão de George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20 como procurador da conta, devido (segundo informações não confirmadas) um possível envolvimento com tentativa de atos terroristas. George é primo da Francisca e apenas gerenciava os postos dela, nunca foi o dono ou sócio de Francisca. Conforme mídia, consta que: Justiça decreta prisão preventiva de bolsonarista que planejou atentado terrorista nos arredores do Aeroporto de Brasília. George Washington de Oliveira Sousa preparou uma bomba instalada em caminhão de combustível. Ele foi preso no sábado (24) em flagrante e confessou que tinha a intenção de criar o caos no país. Fonte: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/12/25/juistica-decreta-prisao-preventiva-de-bolsonarista-que-planejou-atentado-terrorista-nos-arredores-do-aeroporto-de-brasilia.ghtml> Diante do exposto, identificamos que: - recebimentos de diversas praças, inclusive regiões de maior risco (Minério e Fronteira), - transações expressivas em espécie, inclusive com indícios de fracionamento, não sendo possível assegurar qual a real origem desses valores.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-a) operação atípica em municípios localizados em regiões de fronteira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

Ref.	nome	tipo	Valor_C	Valor_D
1	H U TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA	Outros		
1	Cielo S.A.	Outros		
1	SINALMIG SINAIS SIST PROG	Outros		
1	PETROLEO SABBA SA	Outros		
1	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Outros		
1	AUTO POSTO TOURAO	Outros		
1	MARIA HELENA CANIVAL CPF 210.527.511-72	Outros		
1	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Procurador / Representante Legal		
1	MARCELO BARBOSA DE CASTRO	Outros		
1	COMIN COMERCIO, ARQUITETURA E ENGENHARIA EIRELI	Outros		
1	JF EQUIPAMENTOS MANUTENCAO DE POSTOS E SERVICOS EIRELI	Outros		
1	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
1	CICERO SERAFIM PALMEIRA	Outros		
1	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
1	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Outros		
1	T D G TRANSP RODOVIARIOS LTDA	Outros		
1	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	13.355.448,00	13.336.791,00

Consta atuar no ramo comércio de combustíveis, constituída em 29.01.1992, com capital social de R\$ 200.000,00 pertencentes a Michelle Tatianne Ribeiro de Sousa, CPF574563722-68 e Francisca Alice de Sousa Reis, CPF306424692-53, e com faturamento médio mensal de R\$ 600.758,33. Figura como procurador George Washington de Oliveira Sousa, CPF 241634813-20. Consideramos que além das movimentações havidas em conta estarem incompatíveis com a capacidade financeira declarada pelo cliente, foram realizadas diversas transações em espécie, dificultando a identificação da origem dos recursos.

Ocorrências:

III- b) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato, Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 3.542, art. 1º



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural, Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 3.542, art. 1º
I- a) realização de depósitos, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade econômico-financeira, - Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 3.542 - art. 1º
IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente, Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 3.542, art. 1º

2	AUTO POSTO TOURAO	Responsável		
2	AUTO POSTO TOURAO	Titular	52.133,00	0
2	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Depositante		

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II -Redação da Circular nº 3.839/17.

3	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Titular	4.651.011,00	4.647.666,00
3	PAULO SERGIO DA SILVA LOPES	Sócio		
3	ALMIR RODRIGUES REIS	Sacador		
3	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		

INFORMAÇÕES CADASTRAIS: 1. Transportadora Patriarca Ltda, empresa constituída em 22/06/1984, com sede em Marituba/PA, é do ramo de Transporte por Navegação Interior de Carga, Intermunicipal, Interestadual e Internacional, Exceto Travessia, com faturamento anual de R\$ 10.471.411,93. 1.1 A empresa é representada por Francisca Alice de Sousa Reis e possui como sócios Francisca Alice de Sousa Reis e Paulo Sérgio da Silva Lopes. INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO CONHEÇA SEU CLIENTE: 7. A empresa possui relacionamento com a Caixa há 14 anos e 1 mês, iniciado em 17/01/2007. 7.1 No período apurado, foi identificada atipicidade na realização dos seguintes saques em espécie, realizados em contrapartida ao pagamento de cheques: dia 04/11/2020 - R\$ 49.000,00 e dia 05/11/2020 - R\$ 49.000,00, ambos em valores próximos ao limite de notificação ao órgão regulador. 7.2 Ainda sobre os cheques sacados, destaca-se que os saques ocorreram em dias seguidos, 04/11 e 05/11/2020, estando presente a possibilidade de burla a limites regulatórios de reportes. 7.3 Os saques foram realizados por Almir Rodrigues Reis, destacando-se que eles precedidos de TEDs recebidas por conta da mesma empresa em outra Instituição financeira. Em 04/11/2020, o portador declarou que a origem dos recursos foi ?recebimento de serviços prestados? e que sua destinação seria ?pagamento de imóvel?, em 05/11/2020, o portador declarou que a origem dos recursos foi ?empréstimo? e que sua destinação seria ?pagamentos diversos?. Como a informação da destinação dos recursos é de difícil verificação, está presente a possibilidade de burla. CONCLUSÃO: 8. A comunicação ao COAF é justificada pela fragmentação de saques em espécie, a fim de burlar limites regulatórios de reportes, pela ocorrência de saques no período de cinco dias úteis em valores inferiores aos limites estabelecidos, de forma a dissimular o valor total da operação e evitar comunicações de operações em espécie, pela prestação de informação de difícil ou onerosa verificação, e pela ocorrência de operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configuram artifício para burla da identificação da origem e do destino dos recursos movimentados.

Ocorrências:

I-e) fragmentação de saques em espécie, a fim de burlar limites regulatórios de reportes. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
III-c) prestação de informação de difícil ou onerosa verificação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
I-k) saques no período de cinco dias úteis em valores inferiores aos limites estabelecidos, de forma a dissimular o valor total da operação e evitar comunicações de operações em espécie. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

4	ALRIANE DE SOUZA DOS SANTOS	Outorgado		
4	POSTO GOIABEIRA LTDA	Titular	0	0
4	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Procurador / Representante Legal		

Procuração pública lavrada às Folhas 248 do Livro 197, em 06/01/2021, em que POSTO GOIABEIRA LTDA, representada por sua sócia-administradora FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS, outorga poderes para ALRIANE DE SOUZA DOS SANTOS. Os poderes são amplos e gerais, podendo representar junto a bancos, Receita Federal, admitir e demitir empregados, etc.

Ocorrências:

Art. 20-XVI - a operação que envolva a expedição ou utilização de instrumento de procuração que outorgue poderes de administração, de gerência dos negócios, ou de movimentação de conta corrente vinculada de empresário individual, sociedade empresária ou cooperativa. CNJ - Provimento 88/2019.
Art. 35 - lavratura de procuração que outorgue plenos poderes de gestão empresarial, conferida em caráter irrevogável ou irretratável ou quando isenta de prestação de contas, independentemente de ser em causa própria, ou ainda, de ser ou não por prazo indeterminado. CNJ - Provimento 88/2019.

5	MARIA DE FATIMA DA ROCHA LACERDA	Outros		
5	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Outros		
5	ALRIANE DE SOUZA DOS SANTOS	Procurador / Representante Legal		
5	PETROLEO SABBA SA	Outros		
5	POSTO GOIABEIRA LTDA	Outros		
5	POSTO GOIABEIRA LTDA	Titular	8.757.563,00	8.649.616,00
5	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Outros		
5	RHODOSS IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA	Outros		
5	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA DO PA	Outros		
5	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA DO PARA	Outros		
5	EDWALBER LISBINO ROCHA	Outros		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

5	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio
5	SINELVANDA DE SOUSA SILVA	Sócio
5	P. M. DE AURORA DO PARA (CONVENIO)	Outros
5	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Outros

Consta atuar no ramo de comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente, constituída em 13.05.1977, com capital social de R\$32.000,00 pertencentes a Francisca Alice de Sousa Reis, CPF 306424692-53 e Sinelvanda de Sousa Silva, CPF 523640973-04, com faturamento médio mensal de R\$1.236.954,08. Figura como procurador: Alriane de Souza dos Santos, CPF 017553972-32. Segundo os sócios, trata-se do principal posto de combustível da cidade de Aurora do Pará. Explicam que os créditos em conta são referentes as empresas que possuem cadastro de abastecimento e movimentações do dia a dia, e os débitos, pagamentos de fornecedores. Sem maiores informações. Em consulta interna identificamos que o cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação trabalhista. Além das informações supracitadas, não podemos desconsiderar que houver o recebimento de depósitos efetuados em terminais de autoatendimento, dificultando a identificação da origem dos recursos e a informação de que o posto tem licitação com a prefeitura da sua região.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

VII-d) movimentações atípicas de recursos por pessoa natural ou jurídica relacionadas a licitações. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

6	JOAO VITOR FERREIRA SANTOS	Outros		
6	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Outros		
6	AUTO POSTO TOUARO	Outros		
6	AUTO POSTO TOUARO	Titular	4.874.654,00	4.819.591,00
6	RAIMUNDO CARVALHO SANTOS	Outros		
6	AVANTY DISTRIBUIDORA DE CAMINHOES LTDA	Outros		
6	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Procurador / Representante Legal		
6	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
6	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
6	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Outros		
6	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		

Consta atuar no ramo de comercio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR), constituída em 19.12.2002, com capital social de R\$200.000,00 pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro de Sousa, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$459.762,43. Notas - Figuram como representantes Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53 e Michelle Tatianne Ribeiro De Sousa, CPF 574563722-68. - Figura como procurador George Washington De Oliveira Sousa CPF 241634813-20. - Identificamos que o cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação trabalhista. - Em consulta externa a empresa consta ativa com porte DEMAIS, CNAE comercio varejista de combustíveis para veículos automotores. - Em consulta ao Google Maps ao endereço cadastrado da empresa, Rodovia PA 279 KM 154 3, SN- PA, identificamos empresa com estrutura aparentemente compatível. Notas: - No período analisado, realizou aplicações em CDB totalizando R\$ 2.397.323,76, posteriormente, resgatou R\$ 2.342.240,51. - Aparentemente cerca de R\$ 1.983.148,00, depositados em terminais de autoatendimento constam em espécie. De acordo com as sócias, os recursos transitados em conta são provenientes da atividade exercida pela empresa, a qual se trata de posto de combustíveis, sem maiores justificativas. Apesar da justificativa apresentada pelos sócios, não podemos desconsiderar que a conta está sendo movimentada acima da capacidade econômica declarada, bem como o recebimento de recursos em terminais de autoatendimento, dificultando a identificação de parte da origem dos recursos.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

7	H U TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA	Outros
7	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Outros
7	TRANSPORTADORA EQUADOR LTDA	Outros
7	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Outros
7	AUTO POSTO TOUARO	Outros
7	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Procurador / Representante Legal
7	MARCELO BARBOSA DE CASTRO	Outros
7	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

7 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA
7 SUPER POSTO PIONEIRO LTDA
7 T D G TRANSP RODOVIARIOS LTDA
7 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Sócio
Outros
Outros
Outros

7 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Titular

20.783.145,00 20.767.011,00

Consta atuar no ramo de Comércio Varejista De Combustíveis Para Veículos Automotores, constituída em 29.01.1992, com capital social de R\$200.000,00 pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De so, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$1.592.370,80. Notas: - Figura como procurador George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20. - Cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação cível, execução fiscal. Trata-se de posto de combustível, estabelecida em sede própria, possui pátio para estacionamento de caminhões, restaurante e conveniência. Não podemos desconsiderar que dentre suas principais transações, apresentou também valores expressivos em espécie, oriundos de diversas praças, onde devido ao valor e forma, apresentam indícios de burla, dificultando a identificação da origem dos recursos.

Ocorrências:
I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-m) dois ou mais depósitos em terminais de autoatendimento em espécie, no período de cinco dias úteis, com indícios de tentativa de burla para evitar a identificação do depositante. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

8 AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA

Beneficiário

8 ALRIANE DE SOUZA DOS SANTOS

Procurador / Representante Legal

8 POSTO GOIABEIRA LTDA

Remetente

8 POSTO GOIABEIRA LTDA

Titular

13.438.629,00 13.513.937,00

8 AUTO POSTO PARASAO LTDA

Beneficiário

8 AUTO POSTO PARASAO LTDA

Remetente

8 POSTO GOL LTDA

Beneficiário

8 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS

Sócio

8 SINELVANDA DE SOUSA SILVA

Sócio

8 P. M. DE AURORA DO PARA (CONVENIO)

Remetente

8 SUPER POSTO DOIS MIL LTDA

Beneficiário

8 SUPER POSTO DOIS MIL LTDA

Remetente

Consta atuar no ramo de comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente, constituída em 02.05.1983, com capital social de R\$32.000,00 pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Sinelvanda De Sousa Silva, CPF 523640973-04, com faturamento médio mensal de R\$966.877,85. Figura como procuradora Alriane De Souza Dos Santos CPF 017553972-32. Em consulta interna identificamos que o cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação trabalhista. Trata-se de principal posto de combustível da cidade de Aurora Do Para, crédito conforme administrado é referente a empresas que possui cadastro de abastecimento e de movimentação do dia a dia, realiza depósitos diariamente referente as vendas de combustíveis, débitos são referentes a pagamentos de fornecedores, bem como vende para prefeitura com licitação. Em consulta externa a empresa tem como atividade principal Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, está localizada na Rodovia BR 010, S/N, Aurora Do Para-PA e não é optante pelo Simples Nacional. Diante das informações supracitadas, não podemos desconsiderar que as movimentações havidas em conta estão incompatíveis com o faturamento declarado, depósitos efetuados em terminais de autoatendimento, com indícios de burla, dificultando a identificação da origem de parte dos recursos.

Ocorrências:
I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-m) dois ou mais depósitos em terminais de autoatendimento em espécie, no período de cinco dias úteis, com indícios de tentativa de burla para evitar a identificação do depositante. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

9	NOSSO POSTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	Titular	685.791,00	0
9	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
9	PEDRO HENRIQUE AZEVEDO DA SILVA	Sócio		
<p>O estabelecimento POSTO VITORIA EIRELI (proprietários FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS e PEDRO HENRIQUE AZEVEDO DA SILVA) trata-se de um EIRELI, que no período de janeiro/22 a julho/22 recebeu créditos no total de R\$ 685.791, valores muito acima da capacidade econômica e porte declarado. Considerando ser um EIRELI cujo faturamento anual máximo definido pela Receita Federal é de R\$ 4,8 milhões, a movimentação citada acima pode indicar sonegação fiscal. Estes valores foram recebidos em terminais de aquisição, maquininhas de cartão (Point of sale – Pos) e/ou ecommerce, destinados a uma conta corrente da qual não temos acesso para verificação da saída dos recursos. As origens dos valores/contrapartes são de cartão de crédito ou débito, dos quais não temos acesso à informação do portador, visto que fica sob controle do emissor do cartão. Diante da incompatibilidade do perfil socio econômico, versus créditos apresentado, estamos comunicando.</p> <p>Ocorrências:</p> <p>IV-i) mudança repentina e injustificada na forma de movimentação de recursos ou nos tipos de transação utilizados. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19</p> <p>IV-v) recebimentos de valores relevantes no mesmo terminal de pagamento (Point of Sale - POS), que apresentem indícios de atipicidade ou de incompatibilidade com a capacidade financeira do estabelecimento comercial credenciado. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19</p> <p>IV-w) recebimentos de valores relevantes no mesmo terminal de pagamento (Point of sale - POS), que apresentem indícios de atipicidade ou de incompatibilidade com o perfil do estabelecimento comercial credenciado. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19</p>				
10	EMANOEL LOPES DUARTE	Procurador / Representante Legal		
10	ALRIANE DE SOUZA DOS SANTOS	Procurador / Representante Legal		
10	POSTO GOIABEIRA LTDA	Beneficiário		
10	POSTO GOIABEIRA LTDA	Remetente		
10	POSTO GOIABEIRA LTDA	Titular	20.147.408,00	20.015.020,00
10	Sebastião Jose de Souza	Beneficiário		
10	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
10	C S LIMA COM. E SERVICOS LTDA-EPP	Remetente		
10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA DO PA	Remetente		
10	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
10	SINELVANDA DE SOUSA SILVA	Sócio		
10	P. M. DE AURORA DO PARA (CONVENIO)	Remetente		
<p>Consta atuar no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, constituída em 02.05.1983, com capital social de R\$32.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Sinelvanda De Sousa Silva, CPF 523640973-04, com faturamento médio mensal de R\$1.860.538,58. Notas: - Em consulta interna identificamos que o cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação trabalhista. - Figuram como procuradores Alriane De Souza Dos Santos CPF 017553972-32, e Emanuel Lopes Duarte CPF 001800212-90. Nota: Identificamos que os pagamentos efetuados pelo cliente, possuem valores entre R\$4,11 e R\$294.77217, destinados para quitação de contas de consumo, tributos e boletos de cobrança de empresas do ramo de Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina, entre outros, dos quais não há concentração de cedentes e consta o próprio como sacado. Segundo informações, constatamos que depósitos realizados diariamente seriam referentes as vendas de combustíveis do dia a dia e os débitos destinados a pagamentos de fornecedores, sem maiores detalhes. Diante o exposto, identificamos que apesar de movimentar recursos compatíveis com seu faturamento mensal, recebe diversos de depósitos em espécie, oriundos de diversas praças, expressivos frente ao total transacionado e a débito realiza pagamento de boletos próprios e envia recursos para contas de mesma titularidade.</p> <p>Ocorrências:</p> <p>I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19</p> <p>III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19</p> <p>IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19</p> <p>XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19</p>				
11	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário		
11	PETROLEO SABBA SA	Remetente		
11	AUTO POSTO TOURAO	Remetente		
11	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Beneficiário		
11	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
11	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
11	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Procurador / Representante Legal		
11	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
11	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
11	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Beneficiário		
11	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Remetente		
11	FLAVIA SILVEIRA DE FREITAS	Remetente		
11	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

11 POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		
11 POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	42.243.336,00	42.125.471,00

Consta atuar no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, constituída em 29.01.1992, com capital social de R\$200.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De Sousa, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$871.321,50. Notas: - Em consulta interna identificamos que o cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação cível, execução fiscal. - Figura como procurador: George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20. (Já comunicado em 08.11.2011 sob ocorrência 5506827). Notas: - No período analisado, realizou aplicações em CDB totalizando R\$ 8.422.438,44, posteriormente, resgatou R\$ 8.300.628,21. - De acordo com a Agência Nacional de Mineração, Porto Alegre Do Norte-MT, Santana Do Araguaia-PA, São Félix Do Xingu-PA é considerada uma região de extração mineral de Areia, Argila, Minério De Níquel, Minério De Ouro, Minério De Tungstênio. - Identificamos que os pagamentos efetuados pelo cliente, possuem valores entre R\$0,67 e R\$436.861,01, destinados para quitação de contas de consumo, tributos e boletos de cobrança de empresas do ramo de combustíveis, consórcio, instituição financeira, filtros, entre outros. - Consta cartão de crédito empresarial em nome do procurador George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20, o qual o pagamento é realizado via débito em conta da empresa. De acordo com o sócio o grupo atua no segmento comércio de combustíveis com filiais em mais municípios, relata ainda que é movimentada por procuração do gerente da filial Xinguará o Sr. George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20. (Já comunicado em 08.11.2011 sob ocorrência(s) 5506827), que conforme informações divulgadas pela mídia em 25.12.2022, que Justiça decreta prisão preventiva de Bolsonaro que planejou atentado terrorista nos arredores do Aeroporto de Brasília. George Washington de Oliveira Sousa, titular do processo, preparou uma bomba instalada em caminhão de combustível. Ele foi preso no sábado (24) em flagrante e confessou que tinha a intenção de criar o caos no país. [...] A polícia já sabe que George não agiu sozinho. Ele recebeu explosivos quando já estava em Brasília e entregou o artefato para outra pessoa instalar no caminhão. A polícia busca identificar e prender os envolvidos. Quatro crimes estão sendo investigados: atos de terrorismo, posse irregular de arma de fogo de uso permitido, porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Fonte: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/12/25/justica-decreta-prisao-preventiva-de-bolsonaro-que-planejou-atentado-terrorista-nos-arredores-do-aeroporto-de-brasilia.ghtml> Além das informações supracitadas, a movimentação é superior à capacidade financeira declarada, bem como constam recebimentos de recursos de diversas praças, inclusive regiões de risco (Minério), com depósitos expressivos em espécie, não sendo possível assegurar qual a real origem desses valores.

Ocorrências:
I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19

I-m) dois ou mais depósitos em terminais de autoatendimento em espécie, no período de cinco dias úteis, com indícios de tentativa de burla para evitar a identificação do depositante. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19

IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19

IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19

XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19

XVII-c) operação atípica em municípios localizados em outras regiões de risco. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19

12 JOAO VITOR FERREIRA SANTOS	Remetente		
12 TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
12 AUTO POSTO TOURAO	Remetente		

12 AUTO POSTO TOURAO	Titular	18.009.595,00	17.687.314,00
----------------------	---------	---------------	---------------

12 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Procurador / Representante Legal		
12 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
12 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
12 SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Beneficiário		
12 SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Remetente		
12 SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Beneficiário		
12 POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
12 POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		

Consta atuar no ramo de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR), constituída em 19.12.2002, com capital social de R\$200.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De Sousa, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$723.069,20. Nota: Conforme consultas internas e externas, identificamos que possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação trabalhista, figura como procurador George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20, em consulta ao Google Maps, pelo endereço Rodovia PA 279 Km 154, S/N, Setor Industrial, Tucumã-PA, não consta imagem disponível. De acordo com a Agência Nacional de Mineração, Ourilândia Do Norte-PA é considerada uma região de extração mineral de Minério De Níquel. - Identificamos que os pagamentos efetuados pelo cliente, possuem valores entre R\$10,00 e R\$238.705,97, destinados para quitação de contas de consumo, tributos e boletos de cobrança de empresas do ramo de combustível, contabilidade, lubrificantes, entre outros. Cliente atua na atividade de comercialização de combustíveis, sócios alegaram que o posto possui localização privilegiada e atende a um grande público. Diante do exposto, não podemos desconsiderar que as movimentações havidas em conta estão incompatíveis com o faturamento declarado, com recebimentos de recursos de



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

diversas praças, inclusive em regiões geográficas de maior risco (Minério), bem como a incidência de transações em espécie, que apresentam indícios de burla e dificultam a indicação quanto a real origem de parte dos recursos.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-m) dois ou mais depósitos em terminais de autoatendimento em espécie, no período de cinco dias úteis, com indícios de tentativa de burla para evitar a identificação do depositante. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-c) operação atípica em municípios localizados em outras regiões de risco. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

13	RAMON RODRIGUES SOARES	Remetente		
13	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário		
13	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
13	AUTO POSTO TOURAO	Beneficiário		
13	AUTO POSTO TOURAO	Remetente		
13	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Procurador / Representante Legal		
13	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
13	JOSE TADEU DE SOUSA	Sócio		
13	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Remetente		
13	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Titular	10.293.364,00	9.792.568,00
13	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
13	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		

Consta atuar no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, constituída em 10.06.1991, com capital social de R\$30.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Souza, CPF 306424692-53, Jose Tadeu De Sousa, CPF 593945012-15, com faturamento médio mensal de R\$714.395,70. Figura como procurador George Washington De Oliveira Sousa CPF: 241634813-20 (Já comunicado em 08.11.2011 sob ocorrência 5506827). Nota: Em consulta interna, identificamos que o cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação trabalhista. Notas: - No período analisado, realizou aplicações em CDB totalizando R\$ 4.385.724,98, posteriormente, resgatou R\$ 3.883.654,58. Conforme informações divulgadas de George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20 (procurador) pela mídia em 25.12.2022, que Justiça decreta prisão preventiva de bolsonarista que planejou atentado terrorista nos arredores do Aeroporto de Brasília. George Washington de Oliveira Sousa preparou uma bomba instalada em caminhão de combustível. Ele foi preso no sábado (24) em flagrante e confessou que tinha a intenção de criar o caos no país. Vinte e quatro de dezembro, 8 horas da manhã. A Polícia Militar foi acionada depois que um motorista de um caminhão-tanque percebeu um objeto estranho na carroceria do próprio veículo, estacionado nos arredores do Aeroporto Internacional de Brasília. A área, então, foi interditada. Horas depois, o material foi identificado como explosivo e detonado pelos policiais. À noite, a Polícia Civil prendeu o suspeito. George Washington de Oliveira Sousa, 54 anos, é gerente de um posto de gasolina em Xinguara, no Pará. Estava acampado, em Brasília, em frente ao Quartel-General do Exército, que reúne bolsonaristas radicais com intenções golpistas. O investigado disse que o explosivo foi entregue a um outro bolsonarista no QG e que no dia 23 de dezembro, à noite, foi até o QG e deixou o artefato explosivo já preparado com Alan Diego dos Santos Rodrigues, mas que ele não seguiu o plano original. No apartamento onde George foi preso, a polícia achou um grande arsenal de armas e munições, inclusive outros cinco explosivos, como o acoplado ao caminhão. Tudo irregular. A polícia já sabe que George não agiu sozinho. Ele recebeu explosivos quando já estava em Brasília e entregou o artefato para outra pessoa instalar no caminhão. A polícia busca identificar e prender os envolvidos. Quatro crimes estão sendo investigados: atos de terrorismo, posse irregular de arma de fogo de uso permitido, porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. Fonte: <https://g1.globo.com/fantasia/stico/noticia/2022/12/25/justica-decreta-prisao-preventiva-de-bolsonarista-que-planejou-atentado-terrorista-no-s-arredores-do-aeroporto-de-brasilia.ghtml> Além das informações supracitadas, não podemos desconsiderar que as movimentações havidas em conta estão incompatíveis com a capacidade financeira declarada, além do mais apresentou depósitos em espécie, realizados em diversas praças, com indícios de burla,, dificultando a identificação da origem de parte dos recursos.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-m) dois ou mais depósitos em terminais de autoatendimento em espécie, no período de cinco dias úteis, com indícios de tentativa de burla para evitar a identificação do depositante. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

art.
IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

14	JUPARANA COMERCIAL AGRICOLA LTDA	Remetente		
14	LOTerias ARCO IRIS LTDA	Remetente		
14	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário		
14	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
14	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
14	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Titular	13.392.332,00	13.284.084,00
14	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Procurador / Representante Legal		
14	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
14	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
14	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
14	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		

Consta atuar no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, constituída em 07.07.2011, com capital social de R\$150.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De Sousa, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$756.632,79. Nota: Conforme consultas internas e externas, identificamos que está registrada com o porte demais, não é optante pelo Simples Nacional, consta como situação ativa, localizada na Tv Fernando Guilhon, S/N, Centro, São Felix Do Xingu PA e figura como procurador George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20. : - No período analisado, realizou aplicações em CDB totalizando R\$ 4.421.025,57, posteriormente, resgatou R\$ 4.309.219,75 - Identificamos que os pagamentos efetuados pelo cliente, possuem valores entre R\$43,00 e R\$383.595,51, destinados para quitação de contas de consumo, tributos e boletos de cobrança de empresas do ramo de comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, entre outros, dos quais não há concentração de cedentes e consta o próprio como sacado. Trata-se de empresa atuante no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores e informam que a mesma pertence a um grupo empresarial de grande porte, proprietários de diversos postos na região de Xinguara-PA, com grande histórico de vendas. Ademais, já solicitamos documentações comprobatórias para realizar atualização cadastral, porém até o momento sem sucesso. Diante do exposto, não podemos desconsiderar que as movimentações havidas em conta estão incompatíveis com o faturamento declarado.

Ocorrências:

III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

15	Gustavo Neto Ferreira	Outros		
15	THARLY MACIEL DE OLIVEIRA	Outros		
15	Antônio Américo Neto	Outros		
15	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
15	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Titular	187.673,00	178.057,00
15	CUNHA COMERCIO DE ARMAS E MUNICOES EIRELI	Outros		
15	RD COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES E CAMPI	Outros		
15	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Outros		
15	SHOOTER ARMAS EIRELI	Outros		
15	NO RISK COMERCIO DE ARMAS E MUNICOES LTDA	Outros		
15	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Outros		
15	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Outros		
15	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		

Informações básicas de cadastro: Nome: George Washington de Oliveira Sousa CPF: 24163481320 Idade: 54 anos Estado civil declarado: Casado Email: george.wos@hotmail.com Nacionalidade: Brasileira Endereço cadastrado: Rodovia PA-150, 994 Centro, Xinguara, PA, CEP 68555330, Brasil. Cliente na categoria conta de pagamentos e cartão de crédito desde: 14/12/2019 Informações de atualização cadastral: Renda informada pelo cliente: R\$ 20.000,00 Informações de bases de dados internas e externas: Renda presumida: R\$ 9.732,40. Registro profissional e societário: Não foi identificado, atualmente, nenhum vínculo empregatício, tampouco participações societárias. Apesar disso, o cliente já fez parte do quadro societário e de administradores de diversos CNPJs relacionados ao comércio de combustíveis. Inclusive, o ponto de referência de seu endereço de cadastro é o mesmo endereço de um posto de combustível do qual já foi sócio, Posto Cavalão de Aço LTDA (84146638000125). Encontramos em uma mídia que o cliente se autointitula gerente de postos de combustíveis (https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/o-que-se-sabe-ate-o-momento-sobre-o-homem-que-planejou-atentado-no-df). Informações de mídia negativa: Identificamos diversas mídias que citam que o cliente tentou explodir uma bomba na área do Aeroporto Internacional de Brasília, em 24/12/2022, utilizando explosivos oriundos de garimpos e pedreiras no Pará. Informou ter motivações políticas para o crime. Junto dele foram apreendidos um fuzil, duas espingardas, revólveres, mais de mil munições e artefatos explosivos. Link da mídia: https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/12/5061385-saiba-quem-e-o-bolsonarista-que-tentou-explodir-bomba-na-area-do-aeroporto.html. Reporte realizado com base nas seguintes alíneas da Circular 4001 do BACEN: 1045 1º IV a: movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente,
Ocorrências:

1105 1º IX d: movimentações com indícios de financiamento ao terrorismo.

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente.

Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IX-d) movimentações com indícios de financiamento ao terrorismo. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

16	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Beneficiário
16	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Remetente
16	I P GOMES FILHO E CIA LIMITADA ME	Beneficiário
16	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário
16	HESAN COMERCIAL LTDA ME.	Beneficiário
16	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Beneficiário
16	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Remetente
16	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário
16	JERONIMO BATISTA DE VASCONCELOS	Remetente
16	F C OLIVEIRA X CIA LTDA	Remetente
16	PETROLEOS MIRAMAR COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Outros
16	COLINA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	Remetente
16	MAFRO TRANSPORTES LTDA	Remetente
16	RDM TRANSPORTES LTDA - ME	Remetente
16	VALTUIR PARREIRA ALVES	Remetente
16	MATHEUS DAVY INOCENCIO DA SILVA MONTEIRO	Beneficiário
16	AUTO POSTO SENNA LTDA	Outros
16	MARCIANO LISBOA DOS SANTOS	Remetente
16	SV LOGISTICA LTDA-EPP	Remetente
16	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Beneficiário
16	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Procurador / Representante Legal
16	PARA IMPLEMENTOS E COMERCIO DE PECAS LTDA - ME	Beneficiário
16	MARCIA CARVALHO DE SOUZA	Beneficiário
16	ALMIDA S T EIRELI	Remetente
16	TRANSPORTES DOURADOS EIRELI	Remetente
16	PAULO SERGIO MACEDO	Beneficiário
16	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Procurador / Representante Legal
16	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio
16	R C CARNEIRO EIRELI	Beneficiário
16	JOAO GUILHERME CEREJIDO BERSANI ANTONIO	Remetente
16	Ernesto Neto Firmino	Remetente
16	MAURO DE CAMPOS	Beneficiário
16	JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR	Remetente
16	GILBERTO CARLOS ARENDT	Remetente
16	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Procurador / Representante Legal
16	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio
16	FRANCISCO VALDIVIO MAIA	Beneficiário
16	FLAVIA SILVEIRA DE FREITAS	Remetente
16	CAROLINE CARDOSO SOFFA	Beneficiário
16	ANNE VASCONCELOS SANTOS FONSECA	Remetente
16	CESAR RAIMUNDO DA SILVA	Beneficiário
16	JOSE CARLOS VIEIRA DE VASCONCELOS	Beneficiário
16	ROSSINI TRANSPORTES LTDA	Remetente
16	DIEGO MAFFI	Beneficiário
16	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Beneficiário
16	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário
16	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente
16	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular

15.691.973,00 15.647.942,00

Período analisado: 09/01/2022 - 04/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 31/10/2017, explorando a atividade de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, com faturamento anual de R\$ 14.846.401,76 , com sede na cidade de XINGUARA/PA. Analisado faz parte do Grupo Empresarial: 0000435739 - AUTO POSTO SENNA LTDA Sócio(s) : FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 EMPRESARIO - SOCIA-GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 8.124,54 em 01.03.2021 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68 EMPRESARIO - GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 7.300,00 em 01.12.2019 Outorgou poderes para : GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA - 241.634.813-20 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68 . Segundo informações apuradas, os depósitos online foram efetuados em espécie, de forma fracionada, o que sugere tentativa de burla a identificação de depositantes e operações em espécie ao COAF. Trata-se de empresa do ramo de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, movimentando recursos acima de seu faturamento informado. Faz parte do grupo empresarial AUTO POSTO SENNA LTDA, juntamente



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

com as empresas PETROLEOS MIRAMAR COM.COMBUSTIVEIS LTDA - 07.359.880/0001-36, e AUTO POSTO SENNA LTDA - 14.036.628/0001-51. Empresa foi citada em mídia por envolvimento com GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA, que consta como seu procurador, e foi preso por ter planejado a explosão de um caminhão tanque no aeroporto de Brasília, no último mês de 12/2022. Existe a suspeita de que a analisada e diversas outras empresas do ramo estejam sendo utilizadas para financiar os atos anti democráticos ocorridos desde o fim do 2º turno das eleições de 2022 (fonte: diariodopara.dol.com.br). Pelos fatos relatados, não temos como atestar a licitude dos recursos. Empresa não aparenta possuir capacidade econômico-financeira para movimentar tal volume de recursos. Suspeita-se de movimentação de recursos de terceiros para fins de sonegação fiscal. Considerando que não foram encontradas justificativas nem fundamentos econômicos ou legais para a movimentação financeira analisada, comunicamos pela possibilidade de configurar indícios do crime de lavagem de dinheiro ou com ele relacionar-se.

Ocorrências:
I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IX-d) movimentações com indícios de financiamento ao terrorismo. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

17 KELLY DE SOUZA SANTOS	Beneficiário		
17 ISRAEL CONCEICAO COSTA	Beneficiário		
17 THIAGO DE SOUSA VERAS	Beneficiário		
17 INTERCOURO MAIS DESING	Beneficiário		
17 AUTO POSTO PARASAO LTDA	Gerente / Diretor		
17 AUTO POSTO PARASAO LTDA	Procurador / Representante Legal		
17 AUTO POSTO VILA NOVA LTDA	Gerente / Diretor		
17 AUTO POSTO VILA NOVA LTDA	Procurador / Representante Legal		
17 AUTO POSTO SENNA LTDA	Gerente / Diretor		
17 AUTO POSTO SENNA LTDA	Procurador / Representante Legal		
17 Top Design Comércio de Artigos de Decoração	Beneficiário		
17 SANTOS & COSTA LTDA	Beneficiário		
17 ELIS REGINA CASTRO DE MATOS	Beneficiário		
17 DENTAL STUDIO SERVICOS ODONTOLOGICOS EIRELI	Beneficiário		
17 J. I. DA ROCHA RESTAURANTE LTDA - ME	Beneficiário		
17 GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
17 MARIA ESTELA RAIOL DA CONCEICAO	Beneficiário		
17 NOSSO POSTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
17 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Outros		
17 AUTO POSTO GOIANESIA COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Gerente / Diretor		
17 AUTO POSTO GOIANESIA COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Procurador / Representante Legal		
17 AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Gerente / Diretor		
17 AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Procurador / Representante Legal		
17 WILLIAMS CHRISTIAN PRATA DE SOUZA 45564876253	Beneficiário		
17 MARIANA DA TRINDADE BRITO 37876198287	Beneficiário		
17 NEDITE ARRUDA DE ALMEIDA	Beneficiário		
17 KARIN BORGES FERREIRA	Beneficiário		
17 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Beneficiário		
17 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Remetente		
17 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Titular	200.642,00	200.592,00
17 FABIO WALLACE BECKMAN MARTINS	Beneficiário		
17 FABIO WALLACE BECKMAN MARTINS	Remetente		
17 IGREJA EVANGELICA QUADRANGULAR	Beneficiário		
17 ELIZANGELA NUNES GARCIA	Beneficiário		
17 BRAULIO PETRICK DE SOUSA FERREIRA	Beneficiário		
17 KARINA CARVALHO FURTADO	Beneficiário		
17 EDIANE MARTINS DE SOUSA	Remetente		
17 SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Gerente / Diretor		
17 SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Procurador / Representante Legal		
17 POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Gerente / Diretor		
17 POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Procurador / Representante Legal		

Período analisado: 09/01/2022 - 04/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 30/08/2012, cadastrada como EMPRESARIA - GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 7.300,00, residente na cidade de ANANINDEUA/PA. Sócio/Dirigente : SUPER POSTO DOIS MIL LTDA - 83.324.921/0001-37 AUTO



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

POSTO PARASAO LTDA - 05.014.246/0001-36 AUTO POSTO GOIANESIA COM.COMBUSTIVEIS LTDA - 36.090.328/0001-93 AUTO POSTO SENNA LTDA - 14.036.628/0001-51 AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA - 37.322.823/0001-43 POSTO CAVALO DE ACO LTDA - 84.146.638/0001-25 AUTO POSTO VILA NOVA LTDA - EPP - 05.631.763/0001-54 Recebeu poderes outorgados: SUPER POSTO DOIS MIL LTDA - 83.324.921/0001-37 AUTO POSTO PARASAO LTDA - 05.014.246/0001-36 AUTO POSTO GOIANESIA COM.COMBUSTIVEIS LTDA - 36.090.328/0001-93 AUTO POSTO SENNA LTDA - 14.036.628/0001-51 AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA - 37.322.823/0001-43 AUTO POSTO VILA NOVA LTDA - EPP - 05.631.763/0001-54 POSTO CAVALO DE ACO LTDA - 84.146.638/0001-25 . Segundo informações apuradas, trata-se de empresária, sócia de diversas empresas do ramo de comércio de combustíveis. Foi citada em mídia por possível envolvimento comercial com GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA - 241.634.813-20, preso por planejar a explosão de um caminhão tanque no aeroporto de Brasília no último mês de 12/2022 (fonte: diariodopara.dol.com.br, em 27/12/2022). Existe a suspeita de que as empresas da analisada estariam sendo utilizadas para financiar os atos contra o regime democrático observados desde o fim das últimas eleições. Teve como principal remetente de recursos o POSTO VITORIA EIRELI, que tem como sócia FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53, também suspeita de envolvimento com os fatos citados acima. Verificamos ainda que Francisca consta como sócia de diversas empresas da analisada, como o POSTO CAVALO DE ACO LTDA e o AUTO POSTO VILA NOVA LTDA. Pelos fatos relatados, não temos como atestar a litude dos recursos. Suspeita-se de movimentação de recursos de terceiros para fins de sonegação fiscal. Considerando que não foram encontradas justificativas nem fundamentos econômicos ou legais para a movimentação financeira analisada, comunicamos pela possibilidade de configurar indícios do crime de lavagem de dinheiro ou com ele relacionar-se.

Ocorrências:

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IX-d) movimentações com indícios de financiamento ao terrorismo. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

18	MINISTERIO DA ECONOMIA	Beneficiário		
18	aldo rayonne galvao austriaco	Beneficiário		
18	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Beneficiário		
18	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Remetente		
18	SAMARA DOS SANTOS SILVA	Remetente		
18	Higor kelvenny Barroso dos santos	Beneficiário		
18	TICKET SOLUÇÕES HDFGT SA	Remetente		
18	André Ferreira Carvalho de Moura	Beneficiário		
18	N.B.R EMPREENDIMENTOS LTDA	Remetente		
18	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário		
18	PETROLEO SABBA SA	Outros		
18	PETROLEO SABBA SA	Remetente		
18	Gabriel Soares Da Silva	Beneficiário		
18	Marcus Costa Lima	Beneficiário		
18	Wendas Jhonathan Rodrigues Reis	Beneficiário		
18	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Beneficiário		
18	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Remetente		
18	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
18	POSTO GOL LTDA	Remetente		
18	POSTO GOL LTDA	Titular	28.099.893,00	27.918.932,00
18	PAYLY SOLUCOES DE PAGAMENTOS S.A.	Remetente		
18	AUTO POSTO SENNA LTDA	Beneficiário		
18	AUTO POSTO SENNA LTDA	Remetente		
18	SODEXO PASS DO BRASIL SERVICOS DE GESTAO DE DESPESAS E FROTA	Remetente		
18	BERNARDI LOG EIRELI EPP	Remetente		
18	O C DA SILVA COM DE USADOS ME	Remetente		
18	DMT EMPREENDIMENTOS E LOCACOES EIRELI ME	Remetente		
18	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Procurador / Representante Legal		
18	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
18	D. S. BRACCHE COM. DE SUCATAS EIRELI	Remetente		
18	MORAES CONVENIENCIA GOL EIRELI	Beneficiário		
18	ROGERIO MENDES FABRI	Beneficiário		
18	ROGERIO MENDES FABRI	Procurador / Representante Legal		
18	ROGERIO MENDES FABRI	Sócio		
18	ITAMAR FERREIRA DE SOUZA	Remetente		
18	Dagmar Uchoa Pereira	Beneficiário		
18	RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS CIRASA S.A.	Beneficiário		
18	Sérgio Silva Carvalho	Beneficiário		
18	Rodrigo dos Santos Patricio	Beneficiário		
18	JOANILSON LIMA DA COSTA	Remetente		
18	MARISCAO COMERCIAL GLP LTDA	Remetente		
18	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Beneficiário		
18	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL CPMI do 08 de Janeiro

18 NUTRINORTE
18 TRATORAUTO LTDA
18 José de sousa nunes Silva

Remetente
Remetente
Beneficiário

Período analisado: 09/01/2022 - 04/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 26/07/2019, explorando a atividade de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, com faturamento anual presumido de R\$ 17.230.000,00, com sede na cidade de MARABA/PA. Analisado faz parte do Grupo Empresarial: 0000037785 - AUTO POSTO ACAILANDIA LTDA Sócio(s) : ROGERIO MENDES FABRI - 390.379.089-34 EMPRESARIO - SOCIO ADMINISTRADOR, percebendo rendimentos de R\$ 5.900,00 em 01.12.2021 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53, EMPRESARIO - SOCIA-GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 8.124,54 em 01.03.2021. Observamos que a empresa analisada foi citada na mídia : Empresário que montou explosivos em Brasília pode ter negócios em Roraima. Segundo trecho da notícia, George Washington de Oliveira Sousa, responsável por fabricar a bomba que foi encontrada no Aeroporto Internacional de Brasília teria como sócia em uma de suas empresas: Francisca Alice de Sousa Reis (sócia na empresa analisada) . fonte: site, folha vb, 12/2022. Movimentação a crédito em sua maior parte consiste no recebimento de valores de mesma titularidade, além de outros relacionados , aparentemente relacionados com as atividades da analisada , sendo os débitos em sua maioria concentrados em favor da empresa: PETROLEO SABBA SA 04.169.215/0001-91, R\$ 2.076.072,13. Apesar da movimentação aparentemente coerente do ramo de atuação, a movimentação mostra-se incompatível com o faturamento declarado, o que poderia sugerir possível tentativa de sonegação fiscal e/ou envolvimento em outros ilícitos financeiros. Considerando que não foram encontradas justificativas para a movimentação financeira, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se. Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

19 MOULD INDUSTRIA DE MATRIZES LTDA
19 AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA
19 AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA
19 TICKET SOLUÇÕES HDFGT SA
19 BRASILCARD ADM CART SERV FOM MERC LTDA
19 MATEUS SUPERMERCADOS S.A.
19 PETROLEO SABBA SA
19 PETROLEO SABBA SA
19 POSTO GOIABEIRA LTDA
19 POSTO GOIABEIRA LTDA
19 PALAMAZ PROD ALIMENTIC DA AMAZONIA INDUST E COMERC LTDA
19 AUTO POSTO PARASAO LTDA
19 AUTO POSTO PARASAO LTDA
19 TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA
19 POSTO GOL LTDA
19 POSTO GOL LTDA
19 Petrolider Comércio chr(38)amp, T. R. C. L. -. EPP
19 PAYLY SOLUCOES DE PAGAMENTOS S.A.
19 ITAIPU COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI – EPP
19 ITAIPU COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI – EPP
19 AUTO POSTO SENNA LTDA
19 AUTO POSTO SENNA LTDA
19 MALLEI CALÇADOS LTDA
19 AREZZO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
19 GLEIDSON SILVA REIS ME
19 Ivan Bernaldo da Silva
19 EDWALBER LISBINO ROCHA
19 M C MENDES AZEVEDO - ME
19 CONVENIENCIA BR POINT LTDA
19 NOSSO POSTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
19 NOSSO POSTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
19 SERUNET ADMINISTRACAO DE CARTOES LTDA.
19 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS
19 LEONIDAS GONCALVES DE ALCANTARA
19 SALOMAO OPERACOES LOGISTICAS EIRELI
19 AUTO POSTO STA MARIA DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI
19 ARMAZEM 96 - SERVICOS DE ARMAZENAGEM E TRANSPORTES EIRELI
19 AUTO POSTO GOIANESIA COM.COMBUSTIVEIS LTDA
19 MARIA ZILANI DE SOUZA RODRIGUES
19 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA
19 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA
19 SUPER POSTO DOIS MIL LTDA
19 SUPER POSTO DOIS MIL LTDA

Beneficiário
Beneficiário
Remetente
Remetente
Beneficiário
Remetente
Beneficiário
Remetente
Beneficiário
Remetente
Remetente
Beneficiário
Beneficiário
Remetente
Beneficiário
Remetente
Remetente
Beneficiário
Remetente
Beneficiário
Beneficiário
Remetente
Remetente
Beneficiário
Beneficiário
Remetente
Remetente
Remetente
Beneficiário
Beneficiário
Procurador / Representante Legal
Sócio
Beneficiário
Remetente



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

19	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Titular	43.762.394,00	43.755.709,00
<p>Período analisado: 09/01/2022 - 04/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 24/06/1994, explorando a atividade de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, com faturamento anual de R\$ 35.234.806,73 em 13.10.2021, com sede na cidade de: MARITUBA - PA</p> <p>Analisado faz parte do Grupo Empresarial: 0000131236 - AUTO POSTO PARASAO LTDA . Sócio(s) : MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68, EMPRESARIO - GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 7.300,00 em 01.12.2019 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53, EMPRESARIO - SOCIA-GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 8.124,54 em 01.03.2021. Observamos que a empresa analisada foi citada na mídia : Empresário que montou explosivos em Brasília pode ter negócios em Roraima. Segundo trecho da notícia, George Washington de Oliveira Sousa, responsável por fabricar a bomba que foi encontrada no Aeroporto Internacional de Brasília teria como sócia em uma de suas empresas Francisca Alice de Sousa Reis (sócia na empresa analisada) . fonte: site, folha vb, 12/2022. Movimentação a crédito em sua maior parte consiste no recebimento de valores de mesma titularidade, além de outros relacionados , aparentemente relacionados com as atividades da analisada , sendo os débitos em sua maioria destinados no pagamento de títulos concentrados em favor da empresa: PETROLEO SABBA SA 04.169.215/0001-91. Apesar da movimentação aparentemente coerente do ramo de atuação, a movimentação mostra-se incompatível com o faturamento declarado, o que poderia sugerir possível tentativa de sonegação fiscal e/ou envolvimento em outros ilícitos financeiros. Considerando que não foram encontradas justificativas para a movimentação financeira, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se.</p> <p>Ocorrências:</p> <p>IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente.</p> <p>Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º</p>				
20	NETSIGN COMUNICACAO VISUAL	Beneficiário		
20	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Beneficiário		
20	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Remetente		
20	LAYLA THAYS RODRIGUES ALVES	Procurador / Representante Legal		
20	LAYLA THAYS RODRIGUES ALVES	Remetente		
20	WYTTA DA SILVA ALMEIDA	Remetente		
20	KELVIN DE SOUZA CARDOSO	Beneficiário		
20	ICCAP Implementos Rodoviários Ltda	Beneficiário		
20	SINALMIG SINAIS SIST PROG	Beneficiário		
20	PETROLEO SABBA SA	Remetente		
20	POSTO GOIABEIRA LTDA	Remetente		
20	D.C EMPREENDIMENTOS RVI LTDA	Beneficiário		
20	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Beneficiário		
20	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Remetente		
20	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Titular	45.895.244,00	45.768.045,00
20	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
20	BARBIERI TRANSPORTES S/A	Remetente		
20	POSTO GOL LTDA	Beneficiário		
20	POSTO GOL LTDA	Remetente		
20	ALVES & BORGES LTDA	Beneficiário		
20	ALVES e BORGES LTDA	Beneficiário		
20	RDM TRANSPORTES LTDA - ME	Remetente		
20	PAYLY SOLUCOES DE PAGAMENTOS S.A.	Remetente		
20	V F GOMES CONSTRUTORA LTDA EPP	Remetente		
20	CEREALISTA JK EIRELI	Remetente		
20	AUTO POSTO COLONIAL LTDA - EPP	Beneficiário		
20	DJUNIOR CONSTRUTORA EIRELI	Beneficiário		
20	AUTO POSTO CONQUISTA LTDA EPP	Beneficiário		
20	LCM CONSTRUCAO E COMERCIO S/A	Remetente		
20	RECAPAGEM CARFIL PNEUS LTDA	Remetente		
20	REDE FROTA SOLUTIONS LTDA	Remetente		
20	PEREIRA E OLIVEIRA COMERCIO DE MARMORES LTDA	Beneficiário		
20	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Procurador / Representante Legal		
20	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
20	SOL DA TERRA AGRONEGOCIOS E REPRESENTACOES EIRELI	Remetente		
20	E R DA SILVA - TRANSPORTES	Remetente		
20	MARTINS COMERCIO DE REVESTIMENTOS EIRELI	Beneficiário		
20	X7 DIGITAL SERVICOS E PROCESSAMENTOS LTDA	Remetente		
20	X7 BNK SA	Remetente		
20	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Procurador / Representante Legal		
20	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
20	JOSE XAVIER DA COSTA FILHO	Beneficiário		
20	CICERO ALVES DA LUZ	Beneficiário		
20	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Beneficiário		
20	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

20 POSTO CAVALO DE ACO LTDA

Beneficiário

Período analisado: 09/01/2022 - 04/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 03/02/2005, explorando a atividade de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, com faturamento anual de R\$ 29.253.937,50 em 11.01.2019, com sede na cidade de REDENCAO/PA. O titular conta com a(s) seguinte(s) participação(es): Sócio(s) : FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 - ocupação EMPRESARIO - SOCIAL GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 8.124,54 em 01.03.2021 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68 - ocupação EMPRESARIA - GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 7.300,00 em 01.12.2019 Outorgou poderes para : LAYLA THAYS RODRIGUES ALVES - 012.975.942-23 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68 . Analisando a conta corrente, percebemos movimentação financeira incompatível com o faturamento anual bruto e com a atividade econômica da empresa ora analisada. Nos chama a atenção a quantidade de depósitos fracionados ocorridos no período analisado que impossibilitam a identificação de parte dos remetentes dos recursos movimentados na conta. Possível movimentação de recursos de terceiros na conta empresarial ora analisada, com suspeita de sonegação fiscal. Considerando as informações apuradas, e o fato que não foram encontradas justificativas nem fundamentos econômicos ou legais para a movimentação financeira, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se. Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

21	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA FILHO	Outros
21	JOSÉ MEIRELES DE OLIVEIRA PINTO	Beneficiário
21	DUBICO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	Remetente
21	JAMJOY VIACAO LTDA	Remetente
21	BELCAR CAMINHOS E MAQUINAS LTDA	Beneficiário
21	KAJIYA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA	Remetente
21	ALAN ALVES DOS SANTOS	Beneficiário
21	RICARDO GOMES CAVALCANTE	Beneficiário
21	ANNE CAROLYNE RAMOS NAVA SILVA	Beneficiário
21	KAYLON WILCON DO CARMO SANTANA	Beneficiário
21	KAYLON WILCON DO CARMO SANTANA	Procurador / Representante Legal
21	AGNA MAIRA MORAIS DA SILVA	Beneficiário
21	C JOSE DA SILVA	Remetente
21	KELLRY LOHANA BENIGNO SILVA	Beneficiário
21	INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS VENEZ	Remetente
21	BARRA GRANDE KITE CAMP LTDA	Beneficiário
21	AUTO POSTO ARAGUAIA LTDA	Beneficiário
21	AUTO POSTO SAO BENTO LTDA - EPP	Remetente
21	J. H. NEVES DA SILVA TRANSPORTES	Beneficiário
21	TOCANTINS SHOPPING EMPREENDIMENTOS LTDA	Remetente
21	AUTO POSTO SAO GERALDO LTDA - ME	Beneficiário
21	FRANCISCO SILVA DE ABREU	Beneficiário
21	TERRASUL ENVASADORA DE BEBIDAS LTDA-EPP	Remetente
21	AUTO POSTO N2 LTDA EPP	Remetente
21	KMX AGRONEGOCIO LTDA - EPP	Remetente
21	ALDENIRA VIEIRA SANTANA	Remetente
21	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros
21	R DE S PEREIRA COMERCIO - ME	Remetente
21	AUTO POSTO CAPITAL LTDA - ME	Remetente
21	CIRCULO ENGENHARIA EIRELI	Remetente
21	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Procurador / Representante Legal
21	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio
21	G W DE O SOUSA FILHO RESTAURANTE	Outros
21	RACKSON DE SOUZA PEREIRA	Remetente
21	KAJIYA TRANSPORTES DE CARGAS E LOGISTICA LTDA	Remetente
21	99 LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA	Beneficiário
21	99 LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA	Remetente
21	JOSIVAN PINTO SAMPAIO	Beneficiário
21	AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Remetente
21	AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Titular
21	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS DO BICO II LTDA	Beneficiário
21	TRANSPORTES E LOGISTICA SAO LUIS LTDA	Remetente
21	JOSELITA DE SOUZA PEREIRA	Remetente

36.427.602,00 36.427.301,00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

21	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Procurador / Representante Legal
21	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio
21	DANIELLE SOBRAL RIBEIRO	Beneficiário
21	POSTO CAVALO DE AÇO LTDA	Outros
21	Daniel Silva Cardoso	Beneficiário
21	ANTONIO JOSE MEIRELES FONSECA BASTOS	Beneficiário
21	FRANCISCO MANOEL ROCHA DE LIMA	Beneficiário

Período analisado: 09/01/2022 - 04/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 01/02/2001, explorando a atividade de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, com faturamento anual de R\$ 8.193.369,04 em 16.12.2019, com sede na cidade de AXIXA DO TOCANTINS/TO.

Analisado faz parte do Grupo Empresarial: AUTO POSTO PARASAO LTDA O titular conta com a(s) seguinte(s) participação(es): Sócio(s) : FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 EMPRESARIO - SOCIA-GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 8.124,54 em 01.03.2021 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68 EMPRESARIO - GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 7.300,00 em 01.12.2019 Outorgou poderes para : KAYLON WILCON DO CARMO SANTANA - 045.553.583-33 FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68. Informações Complementares: Trata-se de empresa do ramo de comércio de combustíveis, integrante de grupo de vários postos localizados em Tocantins e no Pará. Recebeu créditos de repasses de remetentes do ramo de transporte rodoviário de cargas, depósitos em cheques e em espécie, repasses de vendas no cartão e resgates de investimentos. Seus principais débitos foram pagamentos de títulos especialmente a fornecedores, investimentos, envios a beneficiários diversos e demais pagamentos. Destaca-se que há empresa no grupo, POSTO CAVALO DE AÇO LTDA - 84.146.638/0001-25, situado em XINGUARA - PA em que GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA - 241.634.813-20 (acusado de plantar um explosivo em caminhão de querosene, perto do Aeroporto JK em Brasília em dezembro de 2022) figura como outorgado para algumas operações. Fonte: www.metropoles.com em 26/12/2022.

Destaca-se ainda, a existência da empresa G W DE O SOUSA FILHO RESTAURANTE - 32.092.343/0001-10 (RESTAURANTES E SIMILARES), que está em nome de GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA FILHO - 008.078.372-45, filho do acusado e que, possui como nome fantasia CAVALO DE AÇO EMPÓRIO GOURMET. Tais informações levantam a suspeita de que mais empresas do grupo podem estar relacionadas ao acusado GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA, uma vez que quase todas estão em nome de FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 e MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68. E que o acusado pode não ser apenas um funcionário da rede de postos de combustíveis. Considerando as informações levantadas acerca do grupo empresarial da analisada, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se. Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil -

Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

III-j) incompatibilidade da atividade econômica ou faturamento informados com o padrão apresentado por clientes com o mesmo perfil. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

22	ADENILSON RIBEIRO AMORIM	Remetente		
22	NIUZA MARTINS FERREIRA	Remetente		
22	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA FILHO	Outros		
22	RAICA CRISTIANE SILVA SANTOS ASSUNCAO	Remetente		
22	LARA MARIANE SANTOS ARAUJO	Beneficiário		
22	AFBRAS EDITORA DE REVISTAS FISCAIS E TRIB. DO BRASIL LTDA ME	Beneficiário		
22	EMILLY SALMA DIAS SANTANA	Beneficiário		
22	PETROLEO SABBA SA	Remetente		
22	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
22	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	Beneficiário		
22	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	Remetente		
22	LAZARO KAHYAM FERREIRA SANTANA	Beneficiário		
22	POSTO GOL LTDA	Beneficiário		
22	POSTO GOL LTDA	Remetente		
22	LATICINIOS CAMPO BELO LTDA	Remetente		
22	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	Remetente		
22	JOAO ANDRE DE SA CALIXTO DA CRUZ	Beneficiário		
22	PLANETA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	Beneficiário		
22	AUTO POSTO SENNA LTDA	Remetente		
22	AUTO POSTO SENNA LTDA	Titular	9.205.685,00	9.205.685,00
22	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS	Remetente		
22	CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	Remetente		
22	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
22	VALE DA SERRA FACILITIES EIRELI	Remetente		
22	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA	Beneficiário		
22	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
22	G W DE O SOUSA FILHO RESTAURANTE	Outros		
22	IVAIR REIS	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

22	LIMA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO EIRELI	Remetente
22	ALZIRA OLIVEIRA LIMA	Remetente
22	AUGUSTO ALVES DE CARVALHO NETO	Beneficiário
22	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Procurador / Representante Legal
22	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio
22	GENILSON DA SILVA MEDEIROS	Beneficiário
22	MARCONI RODRIGUES SAMPAIO	Remetente
22	LUANA FERREIRA SILVA BARROS	Beneficiário
22	LUANA FERREIRA SILVA BARROS	Remetente
22	MARCOS PAULO ROCHA BARROS	Beneficiário
22	MARCOS PAULO ROCHA BARROS	Procurador / Representante Legal
22	MARCOS PAULO ROCHA BARROS	Remetente
22	Fabiano santos de negreiros	Beneficiário
22	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Beneficiário
22	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Remetente
22	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros
22	LEONARDO LOPES SANTANA	Remetente
22	HALANA SAMILLA DIAS FREITAS	Beneficiário

Período analisado: 09/01/2022 - 04/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 26/04/2017, explorando a atividade de COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES, com faturamento anual de R\$ 5.113.562,55 em 08.04.2022, com sede na cidade de SAO JOÃO DO ARAGUAIA/PA.

Analisado faz parte do Grupo Empresarial: AUTO POSTO PARASAO LTDA O titular conta com a(s) seguinte(s) participação(es): Sócio(s) : FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 EMPRESARIO - SOCIA-GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 8.124,54 em 01.03.2021 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68 EMPRESARIO - GERENTE, percebendo rendimentos de R\$ 7.300,00 em 01.12.2019 Outorgou poderes para : MARCOS PAULO ROCHA BARROS - 778.992.611-04 MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68. Informações Complementares: Trata-se de empresa do ramo de comércio de combustíveis, integrante de grupo de vários postos localizados em Tocantins e no Pará. Recebeu créditos de repasses de remetentes do ramo de combustíveis, entre estes, alguns entes públicos, depósitos em cheques e em espécie e resgates de investimentos. Seus principais débitos foram pagamentos de títulos especialmente a fornecedores, investimentos, envios a beneficiários diversos e demais pagamentos. Destaca-se que há empresa no grupo, POSTO CAVALO DE AÇO LTDA - 84.146.638/0001-25, situado em XINGUARA - PA em que GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA - 241.634.813-20 (acusado de plantar um explosivo em caminhão de querosene, perto do Aeroporto JK em Brasília em dezembro de 2022) figura como outorgado para algumas operações. Fonte: www.metropoles.com em 26/12/2022. Destaca-se

ainda, a existência da empresa G W DE O SOUSA FILHO RESTAURANTE - 32.092.343/0001-10 (RESTAURANTES E SIMILARES), que está em nome de GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA FILHO - 008.078.372-45, filho do acusado e que, possui como nome fantasia CAVALO DE AÇO EMPÓRIO GOURMET. Tais informações levantam a suspeita de que mais empresas do grupo podem estar relacionadas ao acusado GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA, uma vez que quase todas estão em nome de FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS - 306.424.692-53 e MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA - 574.563.722-68. E que o acusado pode não ser apenas um funcionário da rede de postos de combustíveis. Considerando as informações levantadas acerca do grupo empresarial da analisada, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se. Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
III-j) incompatibilidade da atividade econômica ou faturamento informados com o padrão apresentado por clientes com o mesmo perfil. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

23	LUCAS GABRIEL ALMEIDA LOPES	Beneficiário
23	LUCAS GABRIEL ALMEIDA LOPES	Remetente
23	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Remetente
23	AUTO POSTO CAETE LTDA	Remetente
23	AUTO POSTO CAETE LTDA	Remetente
23	CONSTANTINA CONCEICAO RODRIGUES DE ALMEIDA	Beneficiário
23	CONSTANTINA CONCEICAO RODRIGUES DE ALMEIDA	Remetente
23	CONSTANTINA CONCEICAO RODRIGUES DE ALMEIDA	Titular
23	AUTO POSTO SAO LUCAS LTDA	Beneficiário
23	AUTO POSTO SAO LUCAS LTDA	Gerente / Diretor
23	AUTO POSTO SAO LUCAS LTDA	Procurador / Representante Legal
23	AUTO POSTO SAO LUCAS LTDA	Remetente
23	GUILHERME ANTONIO BACELLAR CRUZ	Beneficiário
23	C C R DE ALMEIDA - ME	Gerente / Diretor
23	C C R DE ALMEIDA - ME	Procurador / Representante Legal
23	L & C ALMEIDA CONVENIENCIA LTDA	Gerente / Diretor
23	L & C ALMEIDA CONVENIENCIA LTDA	Procurador / Representante Legal
23	POSTO ILHA DO OUTEIRO LTDA.	Remetente



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

23	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Remetente
23	AUTO POSTO LUCAR LTDA	Remetente
23	ODILENA FARIAS LIMA	Beneficiário
23	VITALINO DA LUZ COSTA	Beneficiário
23	ANTONIO CARLOS DA LUZ FERREIRA	Beneficiário
23	AUTO POSTO LS LTDA	Remetente
23	LORENA KELLY ALMEIDA DE SOUZA	Beneficiário
23	Fernando José dos Santos Braga	Beneficiário
23	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Remetente
23	LAIS KARIME ALMEIDA ROSA	Beneficiário

Período analisado: 10/05/2022 - 27/04/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 26/10/1999, cadastrado como: APOSENTADO OU PENSIONISTA - APOSENTADO OU PENSIONISTA, percebendo rendimentos de R\$ 4.006,38 em 01.02.2021, residente na cidade de BELEM/PA. Sócio/Dirigente : L & C ALMEIDA CONVENIENCIA LTDA - 18.304.072/0001-98, faturamento de R\$ 220.512,00 C C R DE ALMEIDA - ME - 13.462.382/0001-17, CNPJ irregular na RFB AUTO POSTO SAO LUCAS LTDA - 09.143.958/0001-06, Faturamento de R\$ 10.935.945,38 . As transações realizadas parecem ser realizadas em sua maior parte da atividade de suas empresas, observamos que a maior parte dos valores são recebidos da sua empresa, AUTO POSTO SAO LUCAS LTDA - 09.143.958/0001-06 . Maior parte dos valores são utilizados em pagamentos de cartão de crédito e repasses de mesma titularidade. Não encontramos o nome da analisada ou de suas empresas (L & C ALMEIDA CONVENIENCIA LTDA - 18.304.072/0001-98, faturamento de R\$ 220.512,00 , C C R DE ALMEIDA - ME - 13.462.382/0001-17, CNPJ irregular na RFB , AUTO POSTO SAO LUCAS LTDA - 09.143.958/0001-06, Faturamento de R\$ 10.935.945,38) na mídia (HTTPS://BLOGDOGERSONNOGUEIRA.COM/2022/12/25/QUAL-A-ATIVIDADE-ECONOMICA-DE-GEORGE-WASHINGTON-O-TERRORISTA/)

Movimentação realizada é incompatível com a capacidade financeira declarada pela cliente. Parece usar a conta para fazer movimentação das atividades empresariais. Considerando que não foram encontradas justificativas para a movimentação financeira, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se.

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente.

Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

24	I C Lati Ouriland	Remetente
24	Sebastião Jose de Souza	Beneficiário
24	CONSTRUTORA E BRITAGEM MIL ANOS LTDA	Remetente
24	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário
24	AUTO POSTO TOUARO	Beneficiário
24	AUTO POSTO TOUARO	Remetente
24	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros
24	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio
24	JULIO CESAR RODRIGUES CARDOSO 63598833253	Beneficiário
24	ALINE DA SILVA FIUZA	Beneficiário
24	JOSE TADEU DE SOUSA	Sócio
24	FRANCISCA PEREIRA FONTENELE	Remetente

24	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Titular	2.717.553,00	2.473.070,00
24	MARIO SANTOS DE OLIVEIRA	Remetente		

Consta atuar no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores, constituída em 10.06.1991, com capital social de R\$ 30.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Souza, CPF 306424692-53, Jose Tadeu De Sousa, CPF 593945012-15, com faturamento médio mensal de R\$714.395,70.

Notas: - Em consulta interna identificamos que o cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação trabalhista. - No período analisado, realizou aplicações em CDB totalizando R\$ 1.586.396,48, posteriormente, resgatou R\$ 1.354.113,57. - De acordo com a Agência Nacional de Mineração, Ourilândia Do Norte-PA é considerada uma região de extração mineral de Minério De Níquel. - Identificamos que os pagamentos efetuados pelo cliente possuem valores entre R\$ 46,47 e R\$ 185.281,66, destinados para quitação de contas de consumo, distribuidoras de combustível, tributos e impostos, entre outros. Segundo informações, trata-se de rede de posto de combustível, bem centralizado na cidade, com grande fluxo de cliente e usuários. Além disso, a sócia Francisca compareceu em praça no mês de dezembro de 2022, solicitando a exclusão de George Washington De Oliveira Sousa CPF 241634813-20, como procurador da conta, aparentemente visto o suposto envolvimento com tentativa de atos terroristas. Segundo informações, George seria primo da Francisca e apenas gerenciava os postos da mesma, nunca teria sido o dono ou sócio destes. Diante do exposto, foi identificado recebimento de recursos provenientes de regiões consideradas de maior risco, diversos depósitos realizados em terminais eletrônicos, dificultando a identificação da origem dos recursos e operações em espécie com incidência de fragmentação e aparente tentativa de burla.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

25	LOTÉRIAS ARCO IRIS LTDA	Remetente
25	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Beneficiário



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

25	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
25	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Titular	4.030.184,00	4.134.163,00
25	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
25	MARCELO BARBOSA DE CASTRO	Remetente		
25	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
25	ODAIR EXPRESS TRANSPORTADORA EIRELI	Remetente		
25	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
25	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		

Consta atuar no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, constituída em 07.07.2011, com capital social de R\$150.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De Sousa, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$756.632,79. Notas: - No período analisado, realizou aplicações em CDB totalizando R\$ 2.087.784,27, posteriormente, resgatou R\$ 2.191.763,27. - De acordo com a Agência Nacional de Mineração, São Félix Do Xingu-PA é considerada uma região de extração mineral de Minério De Níquel, Minério De Tungstênio. - Identificamos que os pagamentos efetuados pelo cliente possuem valores entre R\$ 150,00 e R\$ 241.044,93, destinados para quitação de contas de consumo, tributos, impostos, distribuidoras de combustíveis e lubrificantes, entre outros. Se trata de posto de combustível, sendo os recursos movimentados em conta, justificados como inerentes ao seu ramo de atividade. Destacamos que a administração da empresa solicitou em 28.12.2022 a exclusão de George Washington De Oliveira Sousa 241634813-20 como procurador da conta, tal solicitação se deu devido a possível envolvimento de George em tentativa de ato terrorista ocorrido em dezembro (sem maiores esclarecimentos), a exclusão foi efetivada em 15.02.2023. Cliente afirmou também que o posto é propriedade somente das sócias, e que George, primo da sócia Francisca, apenas gerenciava o mesmo e por esse motivo possuía procuração. Diante do exposto, apesar das justificativas, a movimentação em conta é superior a capacidade financeira declarada pela empresa. Ocorrências:

IV-ac) movimentação de valores incompatíveis com o faturamento mensal das pessoas jurídicas. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

26	JUCIANO ALVES GONCALVES	Remetente		
26	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Beneficiário		
26	POSTO GOIABEIRA LTDA	Outros		
26	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Beneficiário		
26	AUTO POSTO TOURAO	Outros		
26	AUTO POSTO VILA NOVA LTDA	Outros		
26	AUTO POSTO SENNA LTDA	Outros		
26	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Outros		
26	G.R. DE OLIVEIRA COMERCIO	Outros		
26	AMARAL GESTORA DE ATIVOS LTDA	Remetente		
26	MARIO REGIO GOMES	Beneficiário		
26	H DOS SANTOS TRANSPORTES	Remetente		
26	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Beneficiário		
26	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Titular	407.781,00	400.674,00
26	AUTO POSTO GOIANESIA COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Outros		
26	AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Outros		
26	AMARAL CARVALHO IMOBILIARIA LTDA	Remetente		
26	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Outros		
26	CFA CONSTRUcoes TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA	Remetente		
26	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		

Figura como sócio da empresa Auto Posto Parasao Ltda, CNPJ 063842801/0001-14 (Comunicado em 28.12.2022 sob ocorrência 42621568), com renda mensal de R\$13.073,33. Nota: - Também figura como sócio das seguintes empresas: NOME EMPRESA CNPJ Auto Posto Para Sul Com.De Combustíveis Ltda 014312055/0001-41 Comunicado em 28.12.2022 sob ocorrência(s) 42627538 Auto Posto Santa Clara 014378618/0001-02 Auto Posto Tourao Ltda 005458900/0001-09 Comunicado em 28.12.2022, 14.05.2021 sob ocorrência(s) 42621535, 30250960 Auto Posto Vila Nova Ltda 005631763/0001-54 Posto Cavallo De Aco Ltda 084146638/0001-25 Comunicado em 27.12.2022, 14.05.2021, 23.05.2019 sob ocorrência(s) 42596839, 30251389, 18924349 Posto Goiabeira Ltda 004305405/0001-99 Comunicado em 23.12.2022, 27.01.2022, 13.05.2021 sob ocorrência(s) 42526886, 35594012, 30224953. Notas: - De acordo com a Agência Nacional de Mineração, Parauapebas-PA, Redenção-PA é considerada uma região de extração mineral de Granito, Minério De Cobre, Minério De Ferro, Minério De Níquel. Segundo informações, cliente estaria utilizando sua conta pessoal para movimentar parte dos recursos da conta empresarial, sem causa aparente. Em consulta externa, verificamos que cliente possui participação societária nas seguintes empresas, atualmente ativas: Auto Posto Parasao Ltda 05014246/0001-36 atua no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores Auto Posto Vila Nova Ltda 05631763/0001-54 atua no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores Auto Posto Senna Ltda 14036628/0001-51 atua no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores Auto Posto Serra Norte Ltda 37322823/0001-43 atua no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores Super Posto Pioneiro Ltda 63842801/0001-14 atua no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores Posto Cavallo De Aco Ltda 84146638/0001-25 atua no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores Auto Posto Parasao Ltda 05014246/0001-36 comercio varejista de combustíveis para veículos automotores Auto Posto Vila Nova Ltda 05631763/0001-54 atua no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores Auto Posto Senna Ltda 14036628/0001-51 atua no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores Auto Posto Serra Norte Ltda 37322823/0001-43 atua no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores Super Posto Pioneiro Ltda 63842801/0001-14 atua no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores Posto Cavallo De Aco Ltda 84146638/0001-25 atua no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores Auto Posto Goianesia Com Combustíveis Ltda 36090328/0001-93 atua no ramo de comercio varejista de combustíveis para veículos automotores Posto Goiabeira Ltda



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

04305405/0001-99 atua no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores. Diante do exposto, identificamos que: - a movimentação apresentada é superior a capacidade financeira declarada, - indícios de movimentações em benefício de terceiros, sem causa aparente, e - recebimento de recursos com imediato envio de valores, sem aparente justificativa. Ressaltamos ainda que cliente foi citada em mídia negativa, conforme segue: Identificamos que a cliente foi citada como possível sócia de George Washington De Oliveira Sousa 241634813-20, o qual, possui envolvimento em tentativa de ato terrorista ocorrido em dezembro de 2022. Fonte: <https://folhabv.com.br/noticia/POLITICA/Roraima/Empresario-que-montou-explosivos-em-Brasilia-pode-ter-negocios-em-Roraima/93747>

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-ad) recebimento de créditos com o imediato débito dos valores. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-k) recebimento de recursos com imediata compra de instrumentos para a realização de pagamentos ou de transferências a terceiros, sem justificativa. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

27	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Remetente		
27	AUTO POSTO TOURAO	Beneficiário		
27	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Beneficiário		
27	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
27	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
27	HS VIAGENS E TURISMO EIRELI	Remetente		
27	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
27	EDENEMERALD HEZ FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS	Remetente		
27	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
27	MARILEIDE SAMPAIO CABRAL FILHO	Beneficiário		
27	T D G TRANSP RODOVIARIOS LTDA	Remetente		
27	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	2.582.950,00	2.660.520,00

Consta atuar no ramo de comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, constituída em 29.01.1992, com capital social de R\$200.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De Sou, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$871.321,50. Nota: Cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza ação cível, execução fiscal. Notas: - No período analisado, realizou aplicações em CDB totalizando R\$ 2.533.451,49, posteriormente, resgatou R\$ 2.611.021,95. - De acordo com a Agência Nacional de Mineração, Codó-MA é considerada uma região de extração mineral de Anidrita. A administração da empresa solicitou em 28.12.2022 a exclusão de George Washington De Oliveira Sousa 241634813-20 como procurador da conta, tal solicitação se deu devido envolvimento de George em tentativa de ato terrorista ocorrido em dezembro, a exclusão foi efetivada em 15.02.2023. Afirma também que o posto é propriedade somente das sócias, e que George, primo da sócia Francisca, apenas gerenciava o mesmo e por esse motivo possuía procuração. Conforme pesquisa externa (Google), empresa pertence de fato a George Washington 241634813-20, até então procurador da conta, o qual foi acusado de tentativa de atentado terrorista. Fonte: <https://fup.org.br/terrorista-bolsonarista-presos-em-brasilia-e-ligado-a-rede-de-postos-de-gasolina-e-transporta-doras-do-agronegocio-na-regiao-norte/> - Em consulta ao endereço da empresa ao Google Maps, Rodovia PA 150, 702, km113, Centro, Xinguará, PA, não identificamos imagens disponíveis correspondentes ao local. Diante do exposto, identificamos o recebimento de recursos provenientes de regiões consideradas de maior risco, diversos depósitos realizados em terminais eletrônicos, dificultando a identificação da origem dos recursos e operações em espécie com incidência de fragmentação e aparente tentativa de burla. Identificamos também, o recebimento de recursos com débito imediato de valores, sem causa aparente.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

I-d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-ad) recebimento de créditos com o imediato débito dos valores. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-k) recebimento de recursos com imediata compra de instrumentos para a realização de pagamentos ou de transferências a terceiros, sem justificativa. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

28	Sebastião Jose de Souza	Beneficiário		
28	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
28	AUTO POSTO TOURAO	Titular	3.390.539,00	2.717.293,00
28	ENGEKO ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	Remetente		
28	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
28	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
28	JULIO CESAR RODRIGUES CARDOSO 63598833253	Beneficiário		
28	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
28	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Beneficiário		
28	RAIMUNDA BEZERRA BRITO	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

28 ANTONIO LEONIDAS OLIVEIRA MASCARENHAS
28 JOSIMAR SANTANA ALMEIDA

Remetente
Remetente

Consta atuar no comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR), constituída em 19.12.2002, com capital social de R\$200.000,00, pertencentes a Francisca Alice De Sousa Reis, CPF 306424692-53, Michelle Tatianne Ribeiro De Sou, CPF 574563722-68, com faturamento médio mensal de R\$723.069,20. Em consulta interna identificamos que o cliente possui histórico de bloqueios judiciais de natureza trabalhista. A sócia Francisca compareceu a agência em dezembro de 2022, solicitando a exclusão de George Washington De Oliveira Sousa, CPF 241634813-20 como procurador da conta, devido (segundo informações não confirmadas) um possível envolvimento com tentativa de atos terroristas. George é primo da Francisca e apenas gerenciava os postos dela, nunca foi o dono ou sócio de Francisca. Conforme mídia, consta que: Justiça decreta prisão preventiva de bolsonarista que planejou atentado terrorista nos arredores do Aeroporto de Brasília. George Washington de Oliveira Sousa preparou uma bomba instalada em caminhão de combustível. Ele foi preso no sábado (24) em flagrante e confessou que tinha a intenção de criar o caos no país. Fonte: <https://g1.globo.com/fantasia/noticia/2022/12/25/juistica-dec-reta-prisao-pre-ventiv-a-de-bolsonaris-ta-que-planejou-atentado-terrorista-nos-arredores-do-aeroporto-de-brasil.silva.shtml> Diante do exposto, identificamos que: - recebimentos de diversas praças, inclusive regiões de maior risco (Minério e Fronteira), - transações expressivas em espécie, inclusive com indícios de fracionamento, não sendo possível assegurar qual a real origem desses valores.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19
I-d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19
IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19
IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19

XVII-a) operação atípica em municípios localizados em regiões de fronteira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19

XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 19

Ref	nome	tipo	Valor_C	Valor_D
1	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
1	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
1	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	103.361,00	0
2	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
2	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
2	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	53.821,00	0
3	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
3	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
3	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	60.843,00	0
4	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
4	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
4	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	65.903,00	0
5	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
5	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
5	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	96.950,00	0
6	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
6	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
6	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	59.230,00	0
7	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
7	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
7	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	74.424,00	0
8	MARIA APARECIDA SOARES DA SILVA	Depositante		
8	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
8	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	55.933,00	0
9	MARIA APARECIDA SOARES DA SILVA	Depositante		
9	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
9	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	69.514,00	0
10	CLEMERSON RICARDO BARBOSA DE SOUZA	Depositante		
10	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
10	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	53.959,00	0



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

11	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
11	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
11	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	53.848,00	0
12	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
12	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
12	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	58.791,00	0
13	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
13	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
13	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	53.765,00	0
14	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
14	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
14	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	116.717,00	0
15	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
15	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
15	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	71.561,00	0
16	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
16	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
16	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	60.220,00	0
17	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
17	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
17	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	57.552,00	0
18	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
18	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
18	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	92.210,00	0
19	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
19	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
19	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	51.180,00	0
20	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
20	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
20	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	56.458,00	0
21	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
21	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
21	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	72.016,00	0
22	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
22	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
22	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	52.784,00	0
23	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
23	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
23	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	63.428,00	0
24	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
24	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
24	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	75.042,00	0
25	DANIEL DOMINGUES ARANTES JUNIOR	Outros		
25	RODRIGO ALMEIDA DIAS	Outros		
25	ROMA SUPERMERCADO LTDA	Outros		
25	SUPER POSTO TRIUNFO LTDA	Outros		
25	NIVALDO ALVES VILARINHO	Outros		
25	PETRO POSTO XINGU COMERCIO DE COMBUSTÍVEL LTDA.	Outros		
25	PANTOJA E COELHO LTDA	Outros		
25	JOSE EUSTAQUIO MARQUES	Outros		
25	ADAO SOARES DIAS	Outros		
25	DIRCEU COSTA CRISTO	Outros		
25	ROSEMAR ALVES DE ARAUJO	Outros		
25	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
25	JOAO BATISTA NEVES DE ARAUJO	Titular	1.785.358,00	1.790.989,00
26	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
26	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
26	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	62.356,00	0
27	H U TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA	Outros		
27	Cielo S.A.	Outros		
27	SINALMIG SINAIS SIST PROG	Outros		
27	PETROLEO SABBA SA	Outros		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

27	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Outros		
27	AUTO POSTO TOURAO	Outros		
27	MARIA HELENA CANIVAL CPF 210.527.511-72	Outros		
27	MARCELO BARBOSA DE CASTRO	Outros		
27	COMIN COMERCIO, ARQUITETURA E ENGENHARIA EIRELI	Outros		
27	JF EQUIPAMENTOS MANUTENCAO DE POSTOS E SERVICOS EIRELI	Outros		
27	CICERO SERAFIM PALMEIRA	Outros		
27	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Outros		
27	T D G TRANSP RODOVIARIOS LTDA	Outros		
		Procurador / Representante		
27	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Legal		
27	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
27	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
27	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	13.355.448,00	13.336.791,00
28	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
28	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
28	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	60.020,00	0
29	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
29	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
29	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	70.014,00	0
30	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
30	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
30	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	70.430,00	0
31	RODRIGO RIBEIRO DOS SANTOS	Depositante		
31	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
31	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	52.772,00	0
32	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
32	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Responsável		
32	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	96.545,00	0
33	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
33	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Responsável		
33	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	80.780,00	0
34	RODRIGO RIBEIRO DOS SANTOS	Depositante		
34	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
34	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	98.332,00	0
35	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
35	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
35	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	50.117,00	0
36	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
36	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
36	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	60.176,00	0
37	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
37	POSTO CAVALO DE ACO	Responsável		
37	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	90.809,00	0
38	RODRIGO RIBEIRO DOS SANTOS	Depositante		
38	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
38	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	116.367,00	0
39	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
39	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
39	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	54.838,00	0
40	ALANA CRISTINY DOS SANTOS SILVA	Depositante		
40	ALANA CRISTINY DOS SANTOS SILVA	Responsável		
40	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	61.352,00	0
41	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
41	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
41	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	105.740,00	0
42	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
42	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Responsável		
42	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	62.239,00	0
43	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
43	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Responsável		
43	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	76.994,00	0



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

44	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
44	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
44	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	135.323,00	0
45	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
45	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
45	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	82.359,00	0
46	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
46	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
46	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	59.574,00	0
47	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
47	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
47	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	89.738,00	0
48	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
48	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
48	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	99.946,00	0
49	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
49	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
49	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	96.214,00	0
50	CHIRLEY DA LUZ CARDOSO	Depositante		
50	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
50	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	53.247,00	0
51	NARA LAINY FERREIRA DOS SANTOS	Depositante		
51	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
51	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	58.312,00	0
52	GIOVANNI GABRIEL DE QUEIROZ SOUSA	Depositante		
52	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
52	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	51.421,00	0
53	GIOVANNI GABRIEL DE QUEIROZ SOUSA	Depositante		
53	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
53	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	52.248,00	0
54	LAZIR SOARES DE CASTRO	Outros		
54	REJANE MACEDO DOS SANTOS SILVA	Outros		
54	JOZEILTON FILHO DE ARAUJO SOUZA	Outros		
54	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAUPEBAS	Outros		
54	SO RACOES DISTRIBUIDORA LTDA	Outros		
54	ANTONINO DE FREITAS FILHO	Outros		
54	FRIGOL S.A.	Outros		
54	NAYARA BATISTA DA SILVA	Outros		
54	DISTRIBUIDORA SO AVES LTDA	Outros		
54	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
54	MARCELO BARBOSA DE CASTRO	Titular	10.161.050,00	9.397.129,00
55	LILLIAN DOS SANTOS MATTOS	Outros		
55	MARCOS DA SILVA SAMPAIO	Outros		
55	GEANE VIEIRA DA SILVA	Outros		
55	LATICINIOS VALANDA	Outros		
55	ELECI CARDOSO DA SILVA	Outros		
55	MARCOS FERRAZ SANTOS	Outros		
55	MARIA AUGUSTA SIQUEIRA DE MORAIS	Outros		
55	GUSTAVO V. SOUZA	Outros		
55	CLARIMUNDO LUIZ VINHAL	Outros		
55	R E O DE CARVALHO LTDA EPP	Outros		
55	ISMAEL PEREIRA	Outros		
55	YESHUA HAMASHIA DISTRIBUIDORA DE FRIOS LTDA	Outros		
55	WANDERLEY JOSE PEREIRA	Outros		
55	SANTOS chr(38)amp, SOARES LTDA – ME	Outros		
55	LUIZ FERREIRA DE SOUZA	Outros		
55	SEBASTIAO FERREIRA SOBRINHO	Outros		
55	AMACILDO JOSE SILVA	Outros		
55	QUEIJOLEITE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS E	Outros		
55	VALMIR ALVES FARIAS	Outros		
55	EDIVAN LUIZ DE SOUSA	Outros		
55	JOAO BATISTA CORREIA DA SILVA	Outros		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

55	RAIMUNDO SEBASTIAO RESENDE	Outros		
55	SOCORRO MONTEIRO FROIS	Outros		
55	RONALDO RODRIGUES BANDEIRA	Outros		
55	EDIVANIA GONCALVES DA SILVA	Outros		
55	IZAÍAS P. SIQUEIRA	Outros		
55	SHINEIDER CLARO CAMPELO	Outros		
55	FERNANDA ARRUDA NASCIMENTO	Outros		
55	WATYLLA DOS SANTOS RODRIGUES	Outros		
55	HILTAMAR MAGELA DINIZ	Outros		
55	GILVAN CARVALHO DA SILVA	Outros		
55	ADRIANO RODRIGUES BANDEIRA	Outros		
55	MOANIR CANDIDO DA LUZ	Outros		
55	JOSUE AFONSO FORMIGONI	Outros		
55	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
55	CARLOS MARTINS FALONE	Outros		
55	MANOEL MESSIAS DA SILVA MILHOMEN	Outros		
55	LEANDRO SANTOS SILVA	Outros		
55	SYLMARA CRUZ LIMA	Outros		
55	Fabricio Dias Da Cruz	Titular	1.811.082,00	1.811.565,00
56	TACITA DE OLIVEIRA TEIXEIRA	Outros		
56	AINALANA GOMES DE AZEVEDO	Outros		
56	TRANSPORTES MAGALHAES LTDA	Outros		
56	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BARBOSA	Outros		
56	ELKSON RODRIGUES DE SOUZA EIRELI	Outros		
56	JOAQUIM SOARES DA COSTA	Outros		
56	FLAVIO FERNANDES DE SOUSA	Outros		
56	MYLANE REGINA FRANCA GOMES	Outros		
56	MYLENA REGINA FRANCA GOMES	Outros		
56	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
56	DEUSINETE DOS SANTOS SOUZA	Outros		
56	KLEBER ROBERTO QUINTAS DE LIRA	Outros		
56	MARIA CAMPOS FRANCA	Outros		
56	MONALISA TAVEIRA DE SOUSA	Outros		
56	ADEILTON PEREIRA SANTOS	Outros		
56	NATALY DE OLIVEIRA TEIXEIRA	Titular	578.947,00	579.526,00
57	ALANA CRISTINY DOS SANTOS SILVA	Depositante		
57	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
57	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	96.200,00	0
58	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
58	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Responsável		
58	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	52.500,00	0
59	FABRICA AURICCHIO INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS LTDA	Outros		
59	A D PEREIRA & DE JESUS LTDA	Outros		
59	G S SILVA & CIA LTDA	Outros		
59	U S S METAIS PRECIOSOS LTDA	Outros		
59	GRIMALDI COMERCIAL OXIDOS EIRELI	Outros		
59	BR" GOLD COMERCIO DE METAIS LTDA	Outros		
59	NILTON SANTOS DE OLIVEIRA	Outros		
59	DELFI CASTRO GONCALVES DE ANDRADE	Outros		
59	ELISVALDO BARROS DA SILVA	Outros		
59	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
59	ELIZANGELA CAVALCANTE PIMENTEL COSTA	Titular	1.434.814,00	1.407.239,00
60	LILLIAN DOS SANTOS MATTOS	Beneficiário		
60	EDSON DIAS DA SILVA FILHO	Beneficiário		
60	NAYANE DOS SANTOS SILVA	Beneficiário		
60	CLARIMUNDO LUIZ VINHAL	Beneficiário		
60	Lazaro Camilo Oliveira	Beneficiário		
60	QUEIJO MAANAIM DISTRIBUIDOR EIRELI	Beneficiário		
60	AUTOMUND COMERCIO DE VEICULOS LTDA	Beneficiário		
60	LAZARO ALEXANDRE MOREIRA	Beneficiário		
60	SEBASTIAO FERREIRA SOBRINHO	Beneficiário		
60	SANTEVAN COMERCIO DE GAS E AGUA EIRELI	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

60	VALMIR ALVES FARIAS	Beneficiário		
60	EDIVAN LUIZ DE SOUSA	Beneficiário		
60	HELENA PEREIRA DOS SANTOS	Beneficiário		
60	WATYLLA DOS SANTOS RODRIGUES	Beneficiário		
60	VILMA DA SILVA FREITAS FERNANDES	Beneficiário		
60	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
60	ANA PAULA LOPES RIBEIRO	Beneficiário		
60	MANOEL MESSIAS DA SILVA MILHOMEN	Beneficiário		
60	VALDENOR CESARIO DE OLIVEIRA JUNIOR	Beneficiário		
60	TOMAZ DE AQUINO FERREIRA	Beneficiário		
60	LILLIAN DOS SANTOS MATTOS	Remetente		
60	LIVIA SIQUEIRA DE MORAIS	Remetente		
60	PRICYLLA BORGES DA SILVA	Remetente		
60	MARIA LENUBIA DE CARVALHO GOMES	Remetente		
60	HERCULES PEREIRA SIQUEIRA	Remetente		
60	MARCOS FERRAZ SANTOS	Remetente		
60	MARIA AUGUSTA SIQUEIRA DE MORAIS	Remetente		
60	GUSTAVO V. SOUZA	Remetente		
60	STEFHANIA COELHO DO REGO	Remetente		
60	CRISTIANE ALVES DE LIMA	Remetente		
60	VITOLAC-VITORIA INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS LTDA	Remetente		
60	SILVEIRA & SODRE LTDA	Remetente		
60	QUEIJOLEITE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS E	Remetente		
60	L .A. DA SILVA RIBEIRO EIRELI	Remetente		
60	JOAO BATISTA CORREIA DA SILVA	Remetente		
60	IZAÍAS P. SIQUEIRA	Remetente		
60	JOSE GARCIA PIRES	Remetente		
60	MOANIR CANDIDO DA LUZ	Remetente		
60	CLEIDIANE ANDRADE LOPES	Remetente		
60	SYLMARA CRUZ LIMA	Remetente		
60	Fabricio Dias Da Cruz	Titular	3.413.437,00	3.374.706,00
61	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
61	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Responsável		
61	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	64.750,00	0
62	ARTHUR EVANGELISTA FURTADO	Beneficiário		
62	CDL-CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE GOIÂNIA	Beneficiário		
62	MAYCOW DOUGLAS DE OLIVEIRA MAXIMIANO	Beneficiário		
62	PRE MOLDADOS PLANALTO LTDA	Beneficiário		
62	JOAO MARIA DOS SANTOS	Beneficiário		
62	LUANA GOMES DA SILVA OLIVEIRA	Beneficiário		
62	MARCELO TARCISIO DA SILVA	Beneficiário		
62	ERICA FERNANDA BASILIO DA SILVA	Beneficiário		
62	ELIENE J DA SILVA TECIDOS	Beneficiário		
62	SAMIR DE PAULA SAHB NOVAES	Beneficiário		
	ASSOCIACAO DOS PROD RURAIS, EMPRESARIOS, GARIMPEIROS E			
62	DEMAIS	Beneficiário		
62	CARMEN L M BARROS MELO	Beneficiário		
62	SEBASTIAO PEREIRA FILHO	Beneficiário		
62	ERLI DA SILVA E SILVA	Beneficiário		
62	JOAO BATISTA DA SILVA	Beneficiário		
62	EMELLY CRISTINA DE OLIVEIRA MORAIS	Beneficiário		
62	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
62	PAULO VITOR LIMA DE ALBUQUERQUE	Beneficiário		
62	AGROPECUARIA BATISTA LTDA ME	Gerente / Diretor		
62	LUANA GOMES DA SILVA OLIVEIRA	Outros		
62	ERICA FERNANDA BASILIO DA SILVA	Outros		
62	RUBENS FERNANDO DA SILVA CORTEZ 25167932866	Outros		
62	RICARDO BENEVIDES VIEIRA 25259	Outros		
		Procurador / Representante		
62	AGROPECUARIA BATISTA LTDA ME	Legal		
62	GRASIELE BALDUINO DOS SANTOS	Remetente		
62	DIONE CORDEIRO DE FARIA	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

62	ITALO ROCHA DA SILVA	Remetente		
62	VALMIR PEREIRA DOS SANTOS	Remetente		
62	LOJA A BARATINHA LTDA - EPP	Remetente		
62	LETYCIA CARNEIRO SILVA	Remetente		
62	H. V. BARBOZA DE ANDRADE E SILVA COMERC	Remetente		
62	DAILY SORAYA DUARTE	Remetente		
62	HELTON GABRIEL NUNES	Remetente		
62	KAMYLLA SETTI SILVA 70294331140	Remetente		
62	CLADIMIR CRISTOFARI	Remetente		
62	RUBENS FERNANDO DA SILVA CORTEZ 25167932866	Remetente		
62	GUSTAVO DE OLIVEIRA MARQUES 47449615843	Remetente		
62	RICARDO BENEVIDES VIEIRA 25259	Remetente		
62	PEDRO DE JESUS PIRES FILHO	Remetente		
62	RONICELSON JOSE SILVESTRE	Remetente		
62	JUSCELINO PINHEIRO NOGUEIRA	Remetente		
62	MAZEN YOUSSEF FARHAT	Remetente		
62	ANDRESSA REJANE DE OLIVEIRA MELO	Remetente		
62	RODRIGO QUEIROZ DOS SANTOS	Remetente		
62	JOAO BATISTA DA SILVA	Titular	1.037.843,00	1.034.755,00
63	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
63	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
63	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	50.150,00	0
64	AUTO POSTO GABRIELLY EIRELI	Outros		
64	JOAO ALVES BARROS	Outros		
64	MATIAS E COELHO LTDA ME	Outros		
64	SANTIAGO TRANSPORTADORA E TERRAPLENAGEM	Outros		
64	JAME KELLY SOUSA DE ALMEIDA	Outros		
64	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
64	EDUARDO BRINGEL PEREIRA	Titular	1.495.946,00	1.495.937,00
65	NAVEGACAO NOVO ESTADO LTDA	Beneficiário		
65	AUTO POSTO GABRIELLY EIRELI	Beneficiário		
65	ANDRADE E SOUSA COM. DE PECAS E FERRAMENTAS LTDA	Beneficiário		
65	MATIAS E COELHO LTDA ME	Beneficiário		
65	SANTIAGO TRANSPORTADORA E TERRAPLENAGEM	Beneficiário		
65	EDUARDO BRINGEL PEREIRA	Beneficiário		
65	SANTIAGO BRINGEL PEREIRA	Beneficiário		
65	CASA GRANDE IMOVEIS LTDA EPP	Beneficiário		
65	HOSPITAL ORION LTDA	Beneficiário		
65	ANTONIO FINELON PEREIRA	Beneficiário		
65	NIZETE ALVES SIMOES	Beneficiário		
65	DIVINO FRANCES BARBOSA	Beneficiário		
65	REIS & LESSA LTDA	Beneficiário		
65	C. S. SOLUCOES TERRAPLENAGEM LTDA	Beneficiário		
65	ASSOCIACAO DOS PROD RURAIS, EMPRESARIOS, GARIMPEIROS E			
65	DEMAIS	Beneficiário		
65	Celismar de Queiroz Alves Simas	Beneficiário		
65	EDSON BERNARDI	Beneficiário		
65	FABIO GALLO	Beneficiário		
65	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
65	PATRICIA COUTINHO DA CUNHA	Beneficiário		
		Procurador / Representante		
65	GELIANE PINHEIRO DOS SANTOS	Legal		
65	PREFEITURA MUNICIPAL SF XINGU	Remetente		
65	SANTIAGO TRANSPORTADORA E TERRAPLENAGEM	Remetente		
65	VIVIANE MENDES	Remetente		
65	SANTIAGO BRINGEL PEREIRA	Remetente		
65	ROMA CONSTRUcoes & TRANSPORTES LTDA	Remetente		
65	CASA GRANDE IMOVEIS LTDA EPP	Remetente		
65	LUCAS DE ARAGAO MARTINS	Remetente		
65	ANTONIO FINELON PEREIRA	Remetente		
65	TALISMA LOCACOES & SERVICOS LTDA	Remetente		
65	CELSO D" ALCANTARA BARBOSA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCAC	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

65	DIVINO FRANCES BARBOSA	Remetente		
65	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO BOI	Remetente		
65	C. S. SOLUCOES TERRAPLENAGEM LTDA	Remetente		
65	Celismar de Queiroz Alves Simas	Remetente		
65	GELIANE PINHEIRO DOS SANTOS	Sócio		
65	CLOVIS DIEGO BRINGEL ZERBINATTO	Sócio		
65	SANTIAGO TRANSPORTADORA E TERRAPLENAGEM	Titular	6.455.965,00	6.372.568,00
66	JURANDIR SANTOS DO REGO	Outros		
66	DAYANE MIRANDA MATOS	Outros		
66	WELTON BORGES DE MIRANDA	Outros		
66	PANTOJA E COELHO LTDA	Outros		
66	EURIPEDES BATISTA COSTA	Outros		
66	WILTON BATISTA COSTA E CIA LTDA	Outros		
66	LUIS SIMIAO DO A LOUREIRO	Outros		
66	Claudiomar Vicente Kehrvald	Outros		
66	GILMAR ANTONIO ROGERIO DE SOUZA	Outros		
66	FRIGOL S.A.	Outros		
66	JOAO PAULO DE ALMEIDA QUEIROZ	Outros		
66	IVONETE APARECIDA PEREIRA DE FREITAS	Outros		
66	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
66	WILTON BATISTA COSTA	Titular	7.667.300,00	7.746.178,00
67	CHRISTOPHER PAIXAO NETO	Beneficiário		
67	I. S. CAMPOS ATACADISTA E DISTRIBUIDORA	Beneficiário		
67	RAIMUNDO NONATO DA SILVA BARBOSA	Beneficiário		
67	E J DE O SILVA EIRELI ME	Beneficiário		
67	LECI DIAS RODRIGUES	Beneficiário		
67	CLAUDIA DA SILVA E SILVA	Beneficiário		
67	ANTONIO ARCADIO DO NASCIMENTO FARIAS	Beneficiário		
67	GEANI DE SOUSA COSTA	Beneficiário		
67	ANGELUS DE SOUZA RIBEIRO	Beneficiário		
67	ARY CARLOS MENDES DAMASCENO	Beneficiário		
67	R C DA SILVA COMERCIO ME	Beneficiário		
67	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
67	NATALY DE OLIVEIRA TEIXEIRA	Beneficiário		
67	ADEILTON PEREIRA SANTOS	Beneficiário		
67	Magalhães Logística Ltda	Outros		
67	TRANSPORTES MAGALHAES LTDA	Remetente		
67	NATALY DE OLIVEIRA TEIXEIRA	Remetente		
67	NATALY DE OLIVEIRA TEIXEIRA	Titular	650.941,00	643.749,00
68	LILLIAN DOS SANTOS MATTOS	Beneficiário		
68	GEANE VIEIRA DA SILVA	Beneficiário		
68	NAYANE DOS SANTOS SILVA	Beneficiário		
68	Fabricio Dias Da Cruz	Beneficiário		
68	CLARIMUNDO LUIZ VINHAL	Beneficiário		
68	DELMIRO PINHEIRO MACIEL	Beneficiário		
68	AUTOMUND COMERCIO DE VEICULOS LTDA	Beneficiário		
68	SEBASTIAO FERREIRA SOBRINHO	Beneficiário		
68	AMACILDO JOSE SILVA	Beneficiário		
68	SANTEVAN COMERCIO DE GAS E AGUA EIRELI	Beneficiário		
68	VALMIR ALVES FARIAS	Beneficiário		
68	EDIVAN LUIZ DE SOUSA	Beneficiário		
68	SHINEIDER CLARO CAMPELO	Beneficiário		
68	WATYLLA DOS SANTOS RODRIGUES	Beneficiário		
68	LEIDA MILHOMEM DE SOUSA	Beneficiário		
68	DONIZETE SOUZA COSTA	Beneficiário		
68	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
68	MANOEL MESSIAS DA SILVA MILHOMEN	Beneficiário		
68	SINEI RODRIGUES VIEIRA	Beneficiário		
68	TOMAZ DE AQUINO FERREIRA	Beneficiário		
68	LILLIAN DOS SANTOS MATTOS	Remetente		
68	ANTUNES PEIXOTO DE OLIVEIRA	Remetente		
68	NAYANE DOS SANTOS SILVA	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

68	Fabricio Dias Da Cruz	Remetente		
68	RAISSA DE BESSA PAIM	Remetente		
68	GUSTAVO V. SOUZA	Remetente		
68	GENYSHWELL COELHO DE SOUZA	Remetente		
68	JORGE PORTO GARCIA	Remetente		
68	ADENIR MENDES FERREIRA	Remetente		
68	FRANCISCO OSMAR ALVES DE OLIVEIRA NETO 64554872	Remetente		
68	CARVALHO ATAC DE ALIMENTOS EIREL	Remetente		
68	L .A. DA SILVA RIBEIRO EIRELI	Remetente		
68	DO NORTE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Remetente		
68	ELIENAI SILVA FREITAS	Remetente		
68	RONALDO RODRIGUES BANDEIRA	Remetente		
68	WATYLLA DOS SANTOS RODRIGUES	Remetente		
68	ANDREILTON PEREIRA OLIVEIRA	Remetente		
68	MANOEL MESSIAS DA SILVA MILHOMEN	Remetente		
68	WESLEY DOS SANTOS MATOS	Remetente		
68	CRISTIANO MATIAS ARANHA DA SILVA	Remetente		
68	LILLIAN DOS SANTOS MATTOS EIRELI - EPP	Sócio		
68	LILLIAN DOS SANTOS MATTOS	Titular	2.781.030,00	2.784.796,00
69	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
69	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Responsável		
69	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	81.510,00	0
70	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
70	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Responsável		
70	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	58.673,00	0
71	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
71	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
71	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	78.355,00	0
72	JOAO VITOR FERREIRA SANTOS	Outros		
72	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Outros		
72	AUTO POSTO TOURAO	Outros		
72	RAIMUNDO CARVALHO SANTOS	Outros		
72	AVANTY DISTRIBUIDORA DE CAMINHOES LTDA	Outros		
72	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Outros		
72	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
		Procurador / Representante		
72	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Legal		
72	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
72	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
72	AUTO POSTO TOURAO	Titular	4.874.654,00	4.819.591,00
73	H U TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA	Outros		
73	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Outros		
73	TRANSPORTADORA EQUADOR LTDA	Outros		
73	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Outros		
73	AUTO POSTO TOURAO	Outros		
73	MARCELO BARBOSA DE CASTRO	Outros		
73	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Outros		
73	T D G TRANSP RODOVIARIOS LTDA	Outros		
73	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
		Procurador / Representante		
73	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Legal		
73	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
73	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
73	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	20.783.145,00	20.767.011,00
74	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Depositante		
74	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
74	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	52.904,00	0
75	ANTONIEL CORREA DE CASTRO	Beneficiário		
75	DANIELA MEDEIROS CORREA	Beneficiário		
75	ROMA SUPERMERCADO LTDA	Beneficiário		
75	CASA DE CARIDADE DOM ORIONE	Beneficiário		
75	DIEGO DE SOUSA LIMA	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

75	ANDRADE E SOUSA COM. DE PECAS E FERRAMENTAS LTDA	Beneficiário		
75	TARCISIO PEREIRA	Beneficiário		
75	Rosimar de Azevedo Alimentícios	Beneficiário		
75	CENTRO POSTO LTDA – EPP	Beneficiário		
75	EXCELENCIA CENTER COM. DE CONFECÇÕES LTDA - EPP	Beneficiário		
75	BRUNO CAIXETA DE BRITO EIRELI	Beneficiário		
75	VANESSA SANTOS GREGORIO	Beneficiário		
75	FRANCISCO RODRIGUES PIRES	Beneficiário		
75	SERGIIVALDO SOUSA DA SILVA	Beneficiário		
75	NB AUTOMOVEIS E PECAS LTDA	Beneficiário		
75	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
75	DANILLO SILVA CANEDO	Beneficiário		
75	THIAGO SILVA DO NASCIMENTO	Beneficiário		
75	VILCLEIA RODRIGUES DE SOUZA	Beneficiário		
75	JANIEL NASCIMENTO FRANCO	Beneficiário		
75	DANIELA MEDEIROS CORREA 00289013208	Gerente / Diretor		
75	THIAGO ANTONIO DA SILVA	Remetente		
75	ANTONIEL CORREA DE CASTRO	Remetente		
75	DANIELA MEDEIROS CORREA	Remetente		
75	PAULA GEOVANA RODRIGUES BARROS	Remetente		
75	CLERISMAR LIMA E SILVA	Remetente		
75	LAYSE REGINA SARAIVA SANTANA DE PAULA	Remetente		
75	ANTONIO VIEIRA MOTA	Remetente		
75	LOANE OLIVEIRA LEAL DE FREITAS	Remetente		
75	CENTRO POSTO LTDA – EPP	Remetente		
75	JOSE ANTONIO LAMANA - ME	Remetente		
75	ARX MINERAIS E METAIS DO BRASIL - EIRELI	Remetente		
75	R S COSTA MINERAIS DO BRASIL EIRELI	Remetente		
75	ANA LUCIA ALVES DOS SANTOS	Remetente		
75	GEICIANE WAGNER PINHEIRO	Remetente		
75	LUCAS COELHO DE ALMEIDA	Remetente		
75	VANDERLEY SILVA RIBEIRO	Remetente		
75	CARLA LANGER	Remetente		
75	DANILLO SILVA CANEDO	Remetente		
75	Mikaelly Vieira Garcia	Remetente		
75	JOAO BATISTA DOS SANTOS FILHO	Remetente		
75	DANIELA MEDEIROS CORREA	Titular	1.216.953,00	1.194.847,00
76	ELLEN RIBEIRO DE OLIVEIRA	Beneficiário		
76	CARLOS ANTONIO DE LIMA	Beneficiário		
76	NATANAEL NARCISO DE OLIVEIRA	Beneficiário		
76	TATIANE MATOS DE SOUSA	Beneficiário		
76	J M SANTOS MACHADO ME	Beneficiário		
76	ROSUL DISTRIBUIDORA DE AUTOPECAS LTDA	Beneficiário		
76	DHARA EMELLY FERREIRA ANDRADE	Beneficiário		
76	PINHEIRO SUPERMERCADO LTDA	Beneficiário		
76	M & D COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	Beneficiário		
76	C. M. MOLARE & CIA LTDA	Beneficiário		
76	LEVI ALVES DE MENEZES	Beneficiário		
76	MARISTELA ALVES DE ANDRADE NASCIMENTO	Beneficiário		
76	ANA MARIA CASTANHO	Beneficiário		
76	EDSON RIBEIRO DE MELO	Beneficiário		
76	MARIA DE NAZARE ELIAS DO NASCIMENTO	Beneficiário		
76	CRISDEANE DE OLIVEIRA DIAS	Beneficiário		
76	REGINA CELIA RAMOS DA CRUZ	Beneficiário		
76	ELAINE EMILIA TRAINOTTI	Beneficiário		
76	MARICELIA DE ANDRADE NASCIMENTO	Beneficiário		
76	MARILEIDE SANTOS DE ANDRADE	Beneficiário		
76	MARICELIA DE ANDRADE NASCIMENTO 97479195249	Gerente / Diretor		
76	ELLEN RIBEIRO DE OLIVEIRA	Remetente		
76	MARCOS GALVAO DA COSTA	Remetente		
76	JOSE DHERMYSON BRAGA DE SOUSA	Remetente		
76	AUTO POSTO REI DO CERRADO LTDA	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

76	POSTO RODA VIVA LTDA	Remetente		
76	JOAQUIM MIRANDA CRUZ	Remetente		
76	AUTO POSTO AGROVILA EIRELI	Remetente		
76	LUZIMAR ALVES DA SILVA GOMES	Remetente		
76	VALENTINA COMBUSTIVEIS LTDA EPP	Remetente		
76	POSTO MAIS BALSAS LTDA	Remetente		
76	MIRIAN BARCARENA AUTO POSTO LTDA	Remetente		
76	MARISTELA ALVES DE ANDRADE NASCIMENTO	Remetente		
76	JECIRA XAVIER VAZ	Remetente		
76	JONSON PEREIRA ALVES	Remetente		
76	MARIA ANTONIA DE SOUSA	Remetente		
76	BRUNA SAMPAIO SARAIVA	Remetente		
76	ATANASIO OLEARI	Remetente		
76	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		
76	REGINALDO PEREIRA DA SILVA	Remetente		
76	MARICELIA DE ANDRADE NASCIMENTO	Remetente		
76	MARICELIA DE ANDRADE NASCIMENTO	Titular	373.089,00	359.283,00
77	SUPER POSTO TRANSBRASIL LTDA	Beneficiário		
77	GLECIANE PORTELLA DE ALMEIDA	Beneficiário		
77	MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO	Beneficiário		
77	JORCILEI FELIX DAMASCENO	Beneficiário		
77	CLEMILDA CESAR TEIXEIRA	Beneficiário		
77	WERICA MENDES DIAS	Beneficiário		
77	RENATA PEREIRA DE SOUZA	Beneficiário		
77	ATACADAO DO GARIMPEIRO EIRELI	Beneficiário		
77	IVONEIDE VIEIRA DE CARVALHO DORIGHETTO	Beneficiário		
77	SIRLEIDE DOS SANTOS AGUIAR	Beneficiário		
77	SILVIO WESNEY COSTA LOPES	Beneficiário		
77	PAULO VENTURA CORREIA	Beneficiário		
77	WLADEIR RAFAEL BURATTO	Beneficiário		
77	ELIENE PAULA DOMINGOS	Beneficiário		
77	ORMINDA MARIA MIRANDA MOURAO	Beneficiário		
77	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
77	DEIVID OLIVEIRA DA SILVA	Beneficiário		
77	HELIO DE JESUS FERREIRA	Beneficiário		
77	DURVALINO DIAS DOS SANTOS	Beneficiário		
77	LUCINALDO LUIZ DORIGHETTO	Beneficiário		
77	LITHOS EIRELI	Remetente		
77	RAIZA MARIA MONTEIRO DE ALMEIDA	Remetente		
77	Rodrigo Ivanir Froes Da Silva	Remetente		
77	SF COMERCIAL EIRELI ME	Remetente		
77	MARIO BARROS DOS SANTOS	Remetente		
77	CHRISTOVAN MONTEIRO DE ALMEIDA	Remetente		
77	PNEUMATICOS P L EIRELI	Remetente		
77	RRDA MARIBONDO TRANSPORTES LTDA ME	Remetente		
77	DBENS ADMINISTRADORA DE BENS E	Remetente		
77	LUCIANO LAGE BRANDAO	Remetente		
77	AC REPRESENTACAO EIRELI	Remetente		
77	F K LOCACOES E ALUGUEL DE MAQUINAS LTDA	Remetente		
77	MAYARA DOS SANTOS CAVALCANTE	Remetente		
77	ELIZANGELA VIEIRA DA SILVA	Remetente		
77	LUIS CARLOS DE QUEIROZ	Remetente		
77	SILVIO WESNEY COSTA LOPES	Remetente		
77	CRISTIANE MONTEIRO LIMA	Remetente		
77	ORMINDA MARIA MIRANDA MOURAO	Remetente		
77	Gilvan Alves Bizerra	Remetente		
77	MARCOS LIMA REBOUCAS	Remetente		
77	SILVIO WESNEY COSTA LOPES	Titular	930.764,00	950.984,00
78	JBS S/A	Outros		
78	SO RACOES DISTRIBUIDORA LTDA	Outros		
78	FABRICIO BARBOSA DE CASTRO	Outros		
78	MARCELO BARBOSA DE CASTRO	Outros		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

78	ANTONINO DE FREITAS FILHO	Outros		
78	NINFA STELLA CABALLERO FERREIRA DE CASTR	Outros		
78	FRIGOL S.A.	Outros		
78	DISTRIBUIDORA SO AVES LTDA	Outros		
78	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
78	Joselma Ferreira Batista	Outros		
78	JOEL GOMES GUERRA	Outros		
78	MARCELO BARBOSA DE CASTRO	Titular	10.720.839,00	9.481.702,00
79	LILLIAN DOS SANTOS MATTOS	Beneficiário		
79	EDSON DIAS DA SILVA FILHO	Beneficiário		
79	NAYANE DOS SANTOS SILVA	Beneficiário		
79	Fabricio Dias Da Cruz	Beneficiário		
79	CLARIMUNDO LUIZ VINHAL	Beneficiário		
79	ISMAEL PEREIRA	Beneficiário		
79	ARAO MAXIMIANO	Beneficiário		
79	LUIZ FERREIRA DE SOUZA	Beneficiário		
79	SEBASTIAO FERREIRA SOBRINHO	Beneficiário		
79	SANTEVAN COMERCIO DE GAS E AGUA EIRELI	Beneficiário		
79	VALMIR ALVES FARIAS	Beneficiário		
79	ANTONIO FERREIRA FILHO	Beneficiário		
79	LOURDES FERREIRA DA COSTA	Beneficiário		
79	WELLINGTON CANDIDO DA SILVA	Beneficiário		
79	MARCIO LOURENCO DE MEDEIROS	Beneficiário		
79	SHINEIDER CLARO CAMPELO	Beneficiário		
79	MARCILIO SOARES BRANCO	Beneficiário		
79	LUCIANO MEIRELES DE CARVALHO	Beneficiário		
79	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
79	ANA PAULA PINHEIRO DA SILVA	Beneficiário		
79	FABRICIO DIAS DA CRUZ EIRELI	Gerente / Diretor		
		Procurador / Representante		
79	FABRICIO DIAS DA CRUZ EIRELI	Legal		
79	LILLIAN DOS SANTOS MATTOS	Remetente		
79	LIVIA SIQUEIRA DE MORAIS	Remetente		
79	GEANE VIEIRA DA SILVA	Remetente		
79	RAQUEL DE SOUSA DUARTE	Remetente		
79	Fabricio Dias Da Cruz	Remetente		
79	HERCULES PEREIRA SIQUEIRA	Remetente		
79	MARCOS FERRAZ SANTOS	Remetente		
79	MARIA AUGUSTA SIQUEIRA DE MORAIS	Remetente		
79	GUSTAVO V. SOUZA	Remetente		
79	STEFHANIA COELHO DO REGO	Remetente		
	O BRASIL TIPICO DE PONTA A PONTA INDUSTRIA, COMERCIO E			
79	DISTRIBUIDORA LTDA	Remetente		
79	ANA KESIA PEREIRA DA ROCHA	Remetente		
79	NORAY MODAS E CONFECÇÕES LTDA – ME	Remetente		
79	QUEIJOLEITE INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS E	Remetente		
79	MARIA AUGUSTA SIQUEIRA DE MORAIS 03636035142	Remetente		
79	IZAÍAS P. SIQUEIRA	Remetente		
79	EVANIO FRANCISCO DE OLIVEIRA	Remetente		
79	PANIFICADORA CONFEITARIA OSIRO LTDA EPP	Remetente		
79	MOANIR CANDIDO DA LUZ	Remetente		
79	CLEIDIANE ANDRADE LOPES	Remetente		
79	Fabricio Dias Da Cruz	Titular	3.940.445,00	3.978.382,00
80	MANOEL AGAMENON BARBOSA DOS SANTOS	Depositante		
80	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
80	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	70.855,00	0
81	HUEZIO DANILO DA SILVA COSTA	Beneficiário		
81	CAROLINE MARTINS MOREIRA VIDAL NEIVA	Beneficiário		
81	ANDRE GLEIDSON DE LIMA SANTOS	Beneficiário		
81	CLAUDENOR DIONISIO DA SILVA	Beneficiário		
81	FURGOES MEDIANEIRA LTDA EPP	Beneficiário		
81	IGOR MARTINS SANTANA	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

81	VOLCOM DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA - EPP	Beneficiário		
81	JONATAS HIPOLITO LIMA E SILVA SOARES	Beneficiário		
81	AUTO POSTO DISNEY	Beneficiário		
81	SENIO LUCIANO DE CASTRO	Beneficiário		
81	RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO LEITE	Beneficiário		
	ASSIS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS LTDA			
81	ME	Beneficiário		
81	P E TRANSPORTES LTDA-ME	Beneficiário		
81	AUTO POSTO CONQUISTA LTDA EPP	Beneficiário		
81	REDE K COMBUSTIVEIS LTDA	Beneficiário		
81	RIBAMAR ARAUJO & CIA LTDA	Beneficiário		
81	NATALIA ALEXANDRINO CORREIA LIMA VIDAL	Beneficiário		
81	LUIS VIANA DA SILVA NETO	Beneficiário		
81	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
81	IGOR VIDAL NEIVA	Beneficiário		
81	DEPOSITO SANTO ANTONIO E CONSTRUCOES EIRELI ME	Gerente / Diretor		
		Procurador / Representante		
81	DEPOSITO SANTO ANTONIO E CONSTRUCOES EIRELI ME	Legal		
81	José r b filho	Remetente		
81	CAROLINE MARTINS MOREIRA VIDAL NEIVA	Remetente		
81	ELINE PINHEIRO MENDES	Remetente		
81	FRANCISCO RONALD VIANA JUNIOR	Remetente		
81	FRANCISCO RONAYRON DA SILVA BEZERRA	Remetente		
81	MAX SUEL CABRAL LOPES	Remetente		
81	FRANCISCO MAURICIO LIMA E SILVA	Remetente		
81	OTHIL IMPORTADORA DE FRUTAS LTDA	Remetente		
81	HUMBERTO RAMOS NEIVA SOBRINHO	Remetente		
81	VALENCIO TRANSPORTADORA EIRELI ME	Remetente		
81	M F SERVICOS DE APOIO ADMINIST	Remetente		
81	GRAUNA TRANSPORTES EIRELI	Remetente		
81	ROBERTO JEFFESON LIME LEITE ME	Remetente		
81	ONESIO ALVES DE SEPULVIDA	Remetente		
81	R C CAETANO TRANSPORTES E LOGISTICA	Remetente		
81	FRANCISCO DAS CHAGAS MACEDO ALMEIDA	Remetente		
81	PETRONIO PORTELA DE SOUSA	Remetente		
81	JEYRLA SOARES DE SEPULVIDA	Remetente		
81	IGOR VIDAL NEIVA	Remetente		
81	ADALBERTO CICERO CORREIA LIMA NETO	Remetente		
81	IGOR VIDAL NEIVA	Titular	655.102,00	607.744,00
82	ONESCIMO PRATI JUNIOR	Beneficiário		
82	ARISTEU MOLINA	Beneficiário		
82	Caltins Calcário Tocantins Ltda.	Beneficiário		
82	LEILYANNE MARTINS MUNIZ DA SILVA	Beneficiário		
82	JEAN CARLO FOCESATO	Beneficiário		
82	NOVA OPCAO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA ME	Beneficiário		
82	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	Beneficiário		
82	TRANSPORTADORA BETIM LTDA	Beneficiário		
82	PETRO CENTER COMERCIO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME	Beneficiário		
82	7SETE AGROINDUSTRIAL EIRELI	Beneficiário		
82	D & A COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	Beneficiário		
82	M P MATOS JUNIOR	Beneficiário		
82	AGROBEM COM ATA DE CEREAIS NUTRICAO ANIM	Beneficiário		
82	FLAVIO MARTINS DO PRADO	Beneficiário		
82	DONATO ANTONIO FILHO	Beneficiário		
82	AGUILERA AUTO PECAS LTDA	Beneficiário		
82	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
82	VALDECIR RENATO MORESCO	Beneficiário		
82	PAULO LEANDRO HOLANDA MOTA	Beneficiário		
82	EUDOCIO CARVALHO D S FILHO	Beneficiário		
82	ARISTEU MOLINA	Remetente		
82	OSVALDO ZORZETO	Remetente		
82	LAIANY LIMA BILAO	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

82	SEMENTES CHAPADAO LTDA	Remetente		
82	EDUARDA S FERNANDES	Remetente		
82	J M DA SILVA COMERCIO	Remetente		
82	Rui Seffrin da Cruz	Remetente		
82	LOCBELOS	Remetente		
82	AGROPECUARIA CASA DA RACAO LTDA	Remetente		
82	PAULO RENATO R EIRELI ME	Remetente		
82	JOSE MARIA SILVA	Remetente		
82	ELENILDA SOUSA SANTOS	Remetente		
82	ALDUINO MORESCO	Remetente		
82	DAURY FRISSE	Remetente		
82	M P MATOS JUNIOR	Remetente		
82	ADELIR DA SILVA	Remetente		
82	ANA LUIZA CEREJIDO BERSANI ANTONIO	Remetente		
82	REGINALDO MARTINS DA SILVA	Remetente		
82	KASSIO SOARES BOEIRA	Remetente		
82	TOMAS DE AQUINO DE OLIVEIRA RODRIGUES	Remetente		
82	JOAO GUILHERME CEREJIDO BERSANI ANTONIO	Titular	3.076.833,00	3.076.776,00
83	JOAO VITOR QUEIROZ BUENO	Beneficiário		
83	HIPER POSTO PISTA BRANCA COMERCIO DE COM	Beneficiário		
83	ROBERTO BUENO DA SILVA	Beneficiário		
83	MARCISLEY BUENO DA SILVA	Beneficiário		
83	ROSIANE COSTA PIVOTO	Beneficiário		
83	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
83	ROBERTO BUENO DA SILVA	Outros		
83	JOAO ALFREDO VIEIRA DORNELAS	Remetente		
83	MINERACAO SERRA PELADA LTDA	Remetente		
83	W G P DOS SANTOS COMERCIO META	Remetente		
83	ROBERTO BUENO DA SILVA	Remetente		
83	MARIO JOSE GOMES	Remetente		
83	TERENCIO VASCONCELOS PINHEIRO	Remetente		
83	NAYANE MARTINS QUEIROZ BUENO	Titular	518.069,00	518.056,00
84	DHERMELYS ALVES DE SOUZA	Depositante		
84	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
84	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	50.296,00	0
85	HENDY CAETANO CORDEIRO DOMINGOS	Beneficiário		
85	PERFURATRIZ DTH HAMMERS TOOLS LTDA	Beneficiário		
85	MONTANA COMERCIO DE PECAS LTDA	Beneficiário		
85	D R F MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EIRELI - ME	Beneficiário		
85	SABASTIAO ALVES ROCHA	Beneficiário		
85	NAILSON DOMINGOS DE SOUZA	Outros		
85	ELIS RENNER BANDEIRA	Remetente		
85	A. L. O. PESSOA EIRELI - EPP	Remetente		
85	R S COSTA MINERAIS DO BRASIL EIRELI	Remetente		
85	LUCIANO TELES BUENO	Remetente		
85	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		
85	HENDY CAETANO CORDEIRO DOMINGOS	Titular	1.230.799,00	1.230.001,00
86	THIAGO DA SILVA SOUZA	Beneficiário		
86	NELOY DE AGUIAR CRUZ	Beneficiário		
86	ROSUL DISTRIBUIDORA DE AUTOPECAS LTDA	Beneficiário		
86	JOSE CHAVES DE LIMA NETO	Beneficiário		
86	RIQUEL SERGIO ALEXANDRE CARNEIRO	Beneficiário		
86	DANTAS e FREITAS LTDA	Beneficiário		
86	LEVI ALVES DE MENEZES	Beneficiário		
86	PARISE V C D P AUTOMOTIVAS	Beneficiário		
86	E A PEREIRA FREIOS PNEUMATICOS EIRELI	Beneficiário		
86	ODAIR DA SILVA DE SOUSA	Beneficiário		
86	ZIVALDINO DIAS DA SILVA	Beneficiário		
86	EDSON PARANHAS FERREIRA	Beneficiário		
86	MONICA ANDRADE NASCIMENTO	Beneficiário		
86	RONY SANTOS COSTA	Beneficiário		
86	MOLAS ASA BRANCA LTDA	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

86	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
86	ROSIANE DE SOUSA LIMA	Beneficiário		
86	ANDERSON PEREIRA DOS SANTOS	Beneficiário		
86	EVALDO SOUZA DOS SANTOS	Beneficiário		
86	SILVIA ADRIANA PIRES FERREIRA	Beneficiário		
86	MARICELIA DE ANDRADE NASCIMENTO 97479195249	Gerente / Diretor		
86	LEONARDO SOUSA DE PAULA	Remetente		
86	DENILSON PINHEIRO RODRIGUES	Remetente		
86	VANESSA KELY LOPES SOUZA PEIXOTO	Remetente		
	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DA CONSTRUAO CIVIL E			
86	INFRAESTRUTURA URB	Remetente		
86	MARIA ASTROGILDA PINTO GIRARD SANCHES	Remetente		
86	ROSIANE DE SOUSA LIMA	Remetente		
86	MARICELIA DE ANDRADE NASCIMENTO 97479195249	Sócio		
86	MARICELIA DE ANDRADE NASCIMENTO	Titular	78.037,00	75.536,00
87	ANTONIEL CORREA DE CASTRO	Beneficiário		
87	DANIELA MEDEIROS CORREA	Beneficiário		
87	ANA LIDIA OLIVEIRA PESSOA	Beneficiário		
87	WATNANN ANDRADE SOARES	Beneficiário		
87	ANDRESSA FERREIRA NICACIO	Beneficiário		
87	ANTONIO BENTO SA DE SOUSA	Beneficiário		
87	MANOEL CESAR CARMO DE OLIVEIRA	Beneficiário		
87	LUCAS FERREIRA SANTOS	Beneficiário		
87	ANDRADE E SOUSA COM. DE PECAS E FERRAMENTAS LTDA	Beneficiário		
87	E. CAETANO OLIVEIRA ROSA EIRELI	Beneficiário		
87	LARISSA ARAUJO MACEDO 36501221897	Beneficiário		
87	E. SCHINATTO - ME	Beneficiário		
87	COLEGIO PEQUENO PRINCEPE LTDA	Beneficiário		
87	R. B. BATISTA & CIA LTDA	Beneficiário		
87	ELZA BORGES DE MEDEIROS CASTRO	Beneficiário		
87	DIVINA ALVES DE OLIVEIRA	Beneficiário		
87	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
87	DANILLO SILVA CANEDO	Beneficiário		
87	RAVYLLA MORGANA GALVAO MODESTO	Beneficiário		
87	GLEICIMAR CARVALHO DA SILVA	Beneficiário		
87	DANIELA MEDEIROS CORREA 00289013208	Gerente / Diretor		
87	DANIELA MEDEIROS CORREA	Outros		
87	ANTONIO BENTO SA DE SOUSA	Outros		
87	YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA	Outros		
87	DSM PRODUTOS NUTRICIONAIS BRASIL S.A.	Outros		
87	BANCO VOLKSWAGEN S.A.	Outros		
87	EVA PAULA DA SILVA CASTRO	Outros		
87	DANILLO SILVA CANEDO	Outros		
87	DANIELA MEDEIROS CORREA	Remetente		
87	ANTONIO VIEIRA MOTA	Remetente		
87	MANOELINO JOAQUIM PEREIRA	Remetente		
87	EDSON PIRES DE OLIVEIRA	Remetente		
87	DANILLO SILVA CANEDO	Remetente		
87	DANIELA MEDEIROS CORREA	Titular	260.701,00	258.425,00
88	CLINICA DE ESTETICA MILHOMEM LORENA LTDA	Beneficiário		
88	RODRIGO MARTINS PERES	Beneficiário		
88	JOSE VENICIUS DOS SANTOS SOARES	Beneficiário		
88	LUDIMILA RODRIGUES DE OLIVEIRA	Beneficiário		
88	AUTO MECANICA E TORNEADORA MAIA LTDA	Beneficiário		
88	DIPARA DISTRIBUIDORA PARAENSE DE AUTO PECAS LTDA	Beneficiário		
88	ANDRADE E SOUSA COM. DE PECAS E FERRAMENTAS LTDA	Beneficiário		
88	MARCOVEL VEICULOS COMERCIO LTDA	Beneficiário		
88	KASSIO DOS SANTOS SILVA	Beneficiário		
88	RAIMUNDO MENEZES DE ABREU	Beneficiário		
88	LUIS CLAUDIO VULCAO RIBEIRO	Beneficiário		
88	JOAO VICTOR JUNQUEIRA DE FREITAS	Beneficiário		
88	JOSE VIRGINIO DOS SANTOS FILHO	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

88	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
88	IVANIA DA SILVA PEREIRA	Beneficiário		
88	PEDRO MACIEL DOS REIS	Beneficiário		
88	PATRICIA JUNQUEIRA	Beneficiário		
88	FABIO HENRIQUE RIBEIRO REIS	Beneficiário		
88	LUAN DE ANDRADE MIRANDA	Beneficiário		
88	EDUARDO CASAGRANDE	Beneficiário		
88	HUGO PAULO SOARES DA CUNHA	Remetente		
88	MARCELA PEREIRA LIMA GOMES	Remetente		
88	ARNALDO BUSS FILHO	Remetente		
88	NADIA RURAL LTDA	Remetente		
88	DIOGO ALVES LEITE	Remetente		
88	LUDIMILA RODRIGUES DE OLIVEIRA	Remetente		
88	HUGO LAMARTINY MARTINS DE OLIVEIRA	Remetente		
88	FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA	Remetente		
88	HAASE MADEIRAS - EIRELI	Remetente		
88	MARA ALBUQUERQUE RIBEIRO BORGES	Remetente		
88	IRENE APARECIDA DA CUNHA	Remetente		
88	JOAO VICTOR JUNQUEIRA DE FREITAS	Remetente		
88	WALDIR ANTONIO DE MATTOS	Remetente		
88	NASSANDRO FERREIRA GARCIA	Remetente		
88	Mizael Lima do Nascimento	Remetente		
88	ORLANDO BATISTA VILELA FILHO	Remetente		
88	LIONES COSTA DE SOUSA	Remetente		
88	PATRICIA JUNQUEIRA	Remetente		
88	RAFAELE MARQUES DE SOUZA	Remetente		
88	LUAN DE ANDRADE MIRANDA	Remetente		
88	LUDIMILA RODRIGUES DE OLIVEIRA	Titular	1.172.958,00	1.151.273,00
89	JOSEVANIA RODRIGUES DA SILVA	Beneficiário		
89	AZEVEDO E MARINHO LTDA	Beneficiário		
89	DEUSMAR JOAQUIM PEREIRA	Beneficiário		
89	ANTONIO FURTUNATO MENDES	Beneficiário		
89	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
89	VINICIUS SANTOS COLOMBO	Remetente		
89	VILMAR DA SILVA ARAUJO	Remetente		
89	NEW COSTA JOIAS EIRELI	Remetente		
89	PRECIOUS GOLD COMERCIO DE JOIAS LTDA	Remetente		
89	IMPERIO JOIAS EIRELI	Remetente		
89	ADSON DAS NEVES ALVES	Titular	358.500,00	359.373,00
90	MAYARA ABREU FRANCO NASCIMENTO	Beneficiário		
90	MICHELLE ABREU FRANCO	Beneficiário		
90	RICARDO TORRES DIAS	Beneficiário		
90	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
90	RICARDO TORRES DIAS	Remetente		
90	TULIO DE MELO MOTA	Remetente		
90	MARINALVA SOARES DA SILVA	Remetente		
90	GENESIO GONCALVES FERREIRA JUNIOR	Remetente		
90	JANYELLE SANTOS DA SILVA	Remetente		
90	MICHELLE ABREU FRANCO	Titular	230.192,00	230.146,00
91	Carlos Donizete Borba	Beneficiário		
91	POLIANA SILVA DO NASCIMENTO	Beneficiário		
91	CAROLINA SILVA GURIAN BARROS	Beneficiário		
91	Cristiano Rosmel Cotoman	Beneficiário		
91	VALERIA MARIA BORGES	Beneficiário		
91	LEILA APARECIDA RIBEIRO	Beneficiário		
91	CLEBER JUNIOR MARQUES DE OLIVEIRA	Beneficiário		
91	RITA MILDA BARROS DE OLIVEIRA	Beneficiário		
91	KATIANY LINS CORREA	Beneficiário		
91	ADAO REIS SOUSA	Beneficiário		
91	RITA ELMA DE OLIVEIRA FERREIRA DIAS	Beneficiário		
91	IDERVAL RODRIGUES GUERRA	Beneficiário		
91	RODOLPHO SILVA BORGES EIRELI - ME	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

91	RAIMUNDO VIEIRA FEITOSA	Beneficiário		
91	D. JUNQUEIRA DO AMARAL RESTAURANTE EIRELI	Beneficiário		
91	VITOR CESAR GURIAN BARROS	Beneficiário		
91	DOMINGOS DE SOUSA	Beneficiário		
91	NAYANA SARAIVA BEZERRA	Beneficiário		
91	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
91	VANUBIA SILVA RODRIGUES	Beneficiário		
91	V. V. SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA	Gerente / Diretor		
91	MATADOURO BELA VISTA EIRELI	Remetente		
91	BANCO BTG PACTUAL S.A.	Remetente		
91	VANUBIA SILVA RODRIGUES	Remetente		
91	VANUBIA SILVA RODRIGUES	Titular	114.006,00	116.396,00
92	MINISTERIO DA ECONOMIA	Beneficiário		
92	ACACIO CAMILO DOS SANTOS	Beneficiário		
92	SILVIA REGINA PEREIRA DA SILVA	Beneficiário		
92	SAMARA DOMINGOS DE SOUSA CASTRO	Beneficiário		
92	ANTONIO AURELIANO JUNQUEIRA	Beneficiário		
92	JOAO CLEBER DE SOUZA TORRES JUNIOR	Beneficiário		
92	SA LOCACOES DE MAQUINAS E SERVICOS DE TERRAPLANAGENS EIRELI	Beneficiário		
92	TRANSPORTO TRANSPORTES EIRELI	Beneficiário		
92	EDILSON ROSSATO DIAS	Beneficiário		
92	FRANCISCO TORRES DE PAULA FILHO	Beneficiário		
92	EPONINA DE SOUZA TORRES	Beneficiário		
92	LUIZ SERGIO VELOS	Beneficiário		
92	RONALDO ROCHA PEREIRA	Beneficiário		
92	VANIA MARCIA CARNEIRO DE PAULA	Beneficiário		
92	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
92	DYEGO DE OLIVEIRA ROCHA	Beneficiário		
92	Rhodolpho Amaral	Beneficiário		
92	VANDERLEI ANTONIO DE CARVALHO JUNIOR	Beneficiário		
92	FLAVIO CRUVINEL DO AMARAL	Beneficiário		
92	REGINALDO PEREIRA DA SILVA	Beneficiário		
92	NERY LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	Gerente / Diretor		
		Procurador / Representante		
92	NERY LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	Legal		
92	LUCAS MATHEUS DIAS LUZ	Remetente		
92	ACACIO CAMILO DOS SANTOS	Remetente		
92	WYTTA DA SILVA ALMEIDA	Remetente		
92	ELICESAR OLIVEIRA FERREIRA	Remetente		
92	FELIPE AUGUSTO DA SILVA GONDIM	Remetente		
92	LUIZ EDUARDO FARIAS DA ROCHA	Remetente		
92	NERY LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	Remetente		
92	JOAO CLEBER DE SOUZA TORRES JUNIOR	Remetente		
92	AGROPECUARIA BARRA DO BAU LTDA	Remetente		
92	DELFIN RUELA AZEVEDO	Remetente		
92	JOAO CLEBER DE SOUZA TORRES	Remetente		
92	A F SANTIAGO DE SOUSA LTDA	Remetente		
92	WESLEI FILOMENO DE MORAIS	Remetente		
92	TF AGROPECUARIA E CONSTRUTORA EIRELI	Remetente		
92	FRANCISCO TORRES DE PAULA FILHO	Remetente		
92	FABIO MONTEIRO DA SILVA	Remetente		
92	ANDRE LUIS SOARES DE OLIVEIRA	Remetente		
92	Rhodolpho Amaral	Remetente		
92	ANDRE REINALDO DE LUCENA	Remetente		
92	IVAGNA MACEDO SILVA	Remetente		
92	ACACIO CAMILO DOS SANTOS	Titular	1.742.910,00	1.742.509,00
93	MANOEL AGAMENON BARBOSA DOS SANTOS	Depositante		
93	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
93	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	76.641,00	0
94	KARINA ALVES DE SOUSA OLIVEIRA	Beneficiário		
94	REJANE DA SILVA BARROS	Beneficiário		
94	FERNANDO PEREIRA CAMPOS	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

94	WELLITA BRAGA DA SILVA SOUZA	Beneficiário		
94	JOANA DARQ ALVES DOS REIS	Beneficiário		
94	WILSON TEIXEIRA LIMA	Beneficiário		
94	RODAGRO TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA	Beneficiário		
94	SPT EQUIPAMENTOS DE SONDAGEM LTDA	Beneficiário		
94	AUTO POSTO AGROVILA EIRELI	Beneficiário		
94	SANTA RITA IND E COM DE CEREAIS LTDA	Beneficiário		
94	SUPER POSTO TREVAO CURVA DO S LTDA	Beneficiário		
94	GUTEMBERG SOBRAL	Beneficiário		
94	DONATO ANTONIO FILHO	Beneficiário		
94	REDE DE POSTOS MARAJÓ SANTANA DO ARAGUAIA LTDA	Beneficiário		
94	JOAO GUILHERME CEREJIDO BERSANI ANTONIO	Beneficiário		
94	CARLOS TAKASHI KANAYAMA	Beneficiário		
94	WELLINGTON FERREIRA MARMORE	Beneficiário		
94	ALYSSON ZANINI	Beneficiário		
94	JOSE APARECIDO DOS SANTOS	Beneficiário		
94	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
94	ALCIDES AUGUSTO DA FONSECA JUNIOR	Remetente		
94	JOSE NETO ROCHA	Remetente		
94	A. JUNG - ME	Remetente		
94	PEDRO ARAUJO RODRIGUES	Remetente		
94	ELENILDA SOUSA SANTOS	Remetente		
94	ILSON RODRIGUES DA SILVA	Remetente		
94	JOAO GUILHERME CEREJIDO BERSANI ANTONIO	Remetente		
94	JOAO GUILHERME CEREJIDO BERSANI ANTONIO	Titular	491.671,00	491.671,00
95	ANDRADE E SOUSA COM. DE PECAS E FERRAMENTAS LTDA	Beneficiário		
95	FAMA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA - ME	Beneficiário		
95	ELIDIA RIBEIRO DA SILVA	Beneficiário		
95	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
95	PEDRO CARLOS SAMPAIO DOMANSKI	Beneficiário		
95	MARIA JOILETE SOUSA COELHO	Remetente		
95	BOMFIM QUIRINO BRAGA	Remetente		
95	CLEBER SOARES DE OLIVEIRA	Remetente		
95	MAXILON BENTO DE ANDRADE	Remetente		
95	GILSSON DA CONCEICAO FELIPE	Remetente		
95	EDUARDO SILVA MENDONCA	Titular	545.976,00	548.488,00
96	ELIANE MIRANDA NETO	Beneficiário		
96	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
96	ELENILSON SILVA SANTANA	Remetente		
96	FRIGOL S.A.	Remetente		
96	ELIEZIO CAETANO SILVA	Titular	3.907.816,00	3.918.172,00
97	MEYRE JANE SALES BRITO	Beneficiário		
97	Jean Alves texeira	Beneficiário		
97	LORENA MARTINS MORAIS	Beneficiário		
97	thiago jose da silva	Beneficiário		
97	nubia araujo santos	Beneficiário		
97	JERLIANE DO NASCIMENTO SOUSA	Beneficiário		
97	Daiane Patrícia Silva Gonçalves	Beneficiário		
97	RULIAM AMERICA VIEIRA	Beneficiário		
97	Rodrigo Teófilo Lopes	Beneficiário		
97	FABIO JUNHO LOPES DE SOUSA	Beneficiário		
97	jaicleide Cardoso Bandeira	Beneficiário		
97	Eduardo pereira de carvalho	Beneficiário		
97	JAQUELINE AGUIAR FONSECA	Beneficiário		
97	Maria Gabriele Silva do nascimento	Beneficiário		
97	EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	Beneficiário		
97	A LIMA DE FREITAS E CIA LTDA ME	Beneficiário		
97	ANDRADE E SOUSA COM. DE PECAS E FERRAMENTAS LTDA	Beneficiário		
97	NATALIA PEREIRA DA SILVA	Beneficiário		
97	CARLOS EDUARDO PEREIRA XAVIER	Beneficiário		
97	Eliezio Pereira de Sousa Junior	Beneficiário		
97	JENISSON FELIPE MORAIS FERNANDES	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

97	COUNTRY COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIOS LTDA	Beneficiário		
97	K D S ALMEIDA & CIA LTDA ME	Beneficiário		
97	LUCI DIAS BARBOSA	Beneficiário		
97	TEODORO & FERNANDES LTDA - ME	Beneficiário		
97	MARIA ANTONIA MARTINS DE MORAIS	Beneficiário		
97	JANES VIEIRA GOMES	Beneficiário		
97	HENRIQUE FERREIRA NETO	Beneficiário		
97	CENTRO ODONTOLOGICO INTEGRADO EIRELI	Beneficiário		
97	MODELASHOP COMERCIO DO VESTUARIO LTDA	Beneficiário		
97	SFX CENTER MODAS LTDA	Beneficiário		
97	GL SERVICOS DIGITAIS LTDA	Beneficiário		
97	MLF SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	Beneficiário		
97	Regiane do Socorro da Silva Tomaz	Beneficiário		
97	FERNANDO SILVA DE LIMA	Beneficiário		
97	Telma da Silva dos Reis	Beneficiário		
97	ELISVANDO GOMES DA SILVA	Beneficiário		
97	FRANCIVALDO TEIXEIRA SOARES	Beneficiário		
97	ROSILDA ARAUJO VIEIRA	Beneficiário		
97	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
97	DARLENE TEIXEIRA VIANA	Beneficiário		
97	WALTER RENATO SANABRIA BERNI	Beneficiário		
97	Pollyana Ferreira Evangelista	Beneficiário		
97	PEDRO SILLAS DA CONCEICAO LIMA	Beneficiário		
97	MARCELA ALVES CARNEIRO	Beneficiário		
97	Larildes Martins De Moraes	Beneficiário		
97	FABIO BARBOSA DA SILVA	Remetente		
97	DARLAN CARVALHO NOGUEIRA	Remetente		
97	LORENA MARTINS MORAIS	Remetente		
97	Wancley Lima Santos	Remetente		
97	Wisley Silva Leal	Remetente		
97	JOHNATA MATOS QUEIROZ	Remetente		
97	MARCLeni MONTEIRO SOUSA	Remetente		
97	Witter Ferreira Campos	Remetente		
97	Wanderson Alves evangelista	Remetente		
97	TIAGO REONILIA DO CARMO	Remetente		
97	SAMUEL CALACA AGAPTO	Remetente		
97	Rogério da Conceição simião	Remetente		
97	yalle alexthane da Cruz Lima	Remetente		
97	JANAINA CONCEICAO SANTOS	Remetente		
97	Raylane Da Silva Lima Oliveira	Remetente		
97	DANIVAN DERKES GAMA PASSOS	Remetente		
97	Marcondes Eduardo da Silva	Remetente		
97	NATALIA PEREIRA DA SILVA	Remetente		
97	Otacilio Soares Rodrigues	Remetente		
97	JENISSON FELIPE MORAIS FERNANDES	Remetente		
97	EDUARDO BRINGEL PEREIRA	Remetente		
97	MOISES ORIDES DA SILVEIRA	Remetente		
97	T. PARENTE SOUSA EIRELI	Remetente		
97	Elma dandara Silva Venâncio	Remetente		
97	VANDERLEI GOMES DUARTE FILHO GOMES	Remetente		
97	Márcia Aparecida da silva	Remetente		
97	Suelane Ferraz de Moura	Remetente		
97	ADRIANO JOSE DE MATTOS	Remetente		
97	Elisângela viana aires	Remetente		
97	Nayara Macedo Pascoal da costa	Remetente		
97	LORENA MARTINS MORAIS	Titular	238.035,00	241.042,00
98	AUTO POSTO TEXANO I SHOPPING CENTER LTDA	Beneficiário		
98	Caren fiorese machado	Beneficiário		
98	DINAMICA EQUIPAMENTOS DE CONSTRUCAO E REPRESE	Beneficiário		
98	AUTO POSTO IRMAOS BATISTA LTDA	Beneficiário		
98	RANIELLY DA SILVA VITORINO	Beneficiário		
98	AUTO POSTO NC	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

98	POSTO Z Z SANTA MARTA LTDA ME	Beneficiário		
98	A R Jonas Eirelli	Beneficiário		
98	ALMIDA S T EIRELI	Beneficiário		
98	MIRIAN BARCARENA AUTO POSTO LTDA	Beneficiário		
98	CARLOS ANTONIO CONSOLINE	Beneficiário		
98	VALMIR PICH	Beneficiário		
98	GRACE KELLE NEVES FERREIRA	Beneficiário		
98	ALMIDA ROMITE	Beneficiário		
98	GILMAR SANCHES	Beneficiário		
98	HOTAN DA SILVA SANTOS	Beneficiário		
98	Alessandro Rafael Jonas	Beneficiário		
98	PLABIO NASCIMENTO DE JESUS FERREIRA	Beneficiário		
98	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
98	DARLEI CUNHA DA SILVA	Beneficiário		
98	ASP DISTRIBUIDORA E TRANSPORTE EIRELI - EPP	Outros		
98	ALDALBERTO HEGNER	Outros		
98	GRACE KELLE NEVES FERREIRA	Outros		
98	TRANSPORTADORA THALUPP LTDA	Outros		
		Procurador / Representante		
98	ANA LUCIA MARIA DA SILVA DALTIBA	Legal		
98	GERSON FERREIRA DA SILVA	Remetente		
98	BRUNNA LETICIA ROCHA MOREIRA CANDIDO	Remetente		
98	RDM TRANSPORTES LTDA - ME	Remetente		
98	DJ TRANSPORTES DE CARGAS E LOC	Remetente		
98	GENEROSO FERREIRA RODRIGUES	Remetente		
98	SUPER GRAO COMERCIO DE CEREAIS LTDA	Remetente		
98	MALU TRANSPORTES LTDA ME	Remetente		
98	ASFRETE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL LTDA	Remetente		
98	BRUNA CAMPOS FRANCO	Remetente		
98	M J B COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI	Remetente		
98	OSMAR SILVEIRA DE SOUZA	Remetente		
98	D. BUENO DA SILVA	Remetente		
98	Kiko Madeiras Eireli ME	Remetente		
98	A R Jonas Eirelli	Remetente		
98	ALMIDA S T EIRELI	Remetente		
98	LAIS ALMEIDA PORTO DE MELO EPP	Remetente		
98	MULTI TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI	Remetente		
98	TERCILIO DA SILVA	Remetente		
98	LUCIMAR KLIPEL	Remetente		
98	Com. de Madeiras 101 Ltda	Remetente		
98	ALMIDA ROMITE	Sócio		
98	ALMIDA S T EIRELI	Titular	12.357.217,00	12.388.648,00
99	ANTONIO DANIEL DOS SANTOS	Beneficiário		
99	AUTO POSTO PRATAO MIRANORTE LTDA	Beneficiário		
99	MARY APARECIDA FERREIRA DA SILVA	Beneficiário		
99	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
99	ABIMAEAL ALEXANDRE DA SILVA	Beneficiário		
99	Transporte E Turismo Xingu Ltda	Outros		
99	NIVALDO DA SILVA	Outros		
99	NIVALDO DA SILVA	Remetente		
99	G.F. CHAVES NETO - EIRELI	Remetente		
99	T DE J M SANTANA TRANSPORTES AEREO DE CA	Remetente		
99	D H F FREITAS TRANSPORTE	Remetente		
99	WALDIR ANTONIO DE MATTOS	Remetente		
99	EDNA MARIA DO LAGO SILVA	Titular	1.011.054,00	1.003.302,00
100	MANOEL AGAMENON BARBOSA DOS SANTOS	Depositante		
100	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Responsável		
100	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	76.473,00	0
101	ALEX MACIEL GONCALVES ANDRADE	Beneficiário		
101	DAMIS REZENDE DA COSTA	Beneficiário		
101	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
101	DAMIS REZENDE DA COSTA	Outros		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

101	DAMIS R COSTA DAMIS TRANSPORTES	Outros		
101	DAMIS R COSTA DAMIS TRANSPORTES	Remetente		
101	PAGBEM SERVICOS FINANCEIROS E DE LOGISTICA LTDA.	Remetente		
101	COCAL CEREAIS LTDA	Remetente		
101	REPOM S/A	Remetente		
101	DAMIS REZENDE DA COSTA	Sócio		
101	DAMIS R COSTA DAMIS TRANSPORTES	Titular	2.966.025,00	2.935.369,00
102	Ernandes Torquato Lima	Beneficiário		
102	THIAGO DIOGO DE OLIVEIRA PAULA	Beneficiário		
102	Rutileia Albino Peixoto Pereira	Beneficiário		
102	NOSSO LAR LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA	Beneficiário		
102	PNEULANDIA COMERCIAL LTDA	Beneficiário		
102	Mirelly pereira martins	Beneficiário		
102	Ronyeres da Cruz Ferreira Barreira	Beneficiário		
102	KAMILA DANIELE DOS SANTOS	Beneficiário		
102	MARCOS APARECIDO TRIPOLONI	Beneficiário		
102	ANGELA MARIA SILVA VIEGAS	Beneficiário		
102	Levi dias de carvalho	Beneficiário		
102	EDUARDO MORRIESEN	Beneficiário		
102	Olivio Garcia alencar	Beneficiário		
102	nelia vilela dos santos	Beneficiário		
102	GABRIELLA BEZERRA SANTOS SA	Beneficiário		
102	Érica taynara da Silva Araújo	Beneficiário		
102	MARCIA DA SILVA BRITO	Beneficiário		
102	Auto Posto Promoção Ltda. - ME	Beneficiário		
102	ANA PAULA DOMACOSKI	Beneficiário		
102	Alessandro Alex da Silva	Beneficiário		
102	Otavio Pereira Rocha	Beneficiário		
102	R. F. FREITAS DE SOUSA - ME	Beneficiário		
102	Lucas Colenetz Waselewske	Beneficiário		
102	JOAO COELHO SOUSA FILHO	Beneficiário		
102	SUPER TROCA ARAGUAIA LTDA	Beneficiário		
102	AMAZONAS COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	Beneficiário		
102	Jose Valdo Costa da Silva	Beneficiário		
102	FREITAS & DORA LTDA	Beneficiário		
102	J G QUEIROZ COMERCIO DE AREIA	Beneficiário		
102	DIONES LENER SARAIVA 87570238168	Beneficiário		
102	ODMILSON AUGUSTO RODRIGUES - EIRELI	Beneficiário		
102	ADMILSON ALVES NUNES COMERCIO	Beneficiário		
102	ANA CAROLINE SOUZA DE OLIVEIRA 04216507298	Beneficiário		
102	GENILSON DA COSTA FEITOSA 79902723187	Beneficiário		
102	Evandro Lanuce Tavares dos Santos	Beneficiário		
102	ADAO JOHNNY FERNANDES SARAIVA	Beneficiário		
102	EDENI NUNES CORDEIRO	Beneficiário		
102	Julio Wanderson Ribeiro do Nascimento	Beneficiário		
102	ELIANE PEREIRA DOS SANTOS	Beneficiário		
102	BLOQ JUDICIAL CLAUDEMIR SILVA CARDOSO	Beneficiário		
102	Helizabeth Cristina Silva	Beneficiário		
102	Genilson da Costa Feitosa	Beneficiário		
102	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
102	FRANCINALDO MOTA DO NASCIMENTO	Beneficiário		
102	josé robson soares da silva	Beneficiário		
102	JOHNATHAN CUSTODIO NUNES	Beneficiário		
102	MARIA DAS GRACAS LIMA	Beneficiário		
102	TIALES DIAS PEREIRA	Beneficiário		
102	INAIA VELOSO DOS SANTOS	Beneficiário		
102	ANTONIO MELO FERREIRA	Remetente		
102	THIAGO DIOGO DE OLIVEIRA PAULA	Remetente		
102	CLEIDENER GOMES DE OLIVEIRA DOS REIS	Remetente		
102	Danieli Vieira de Oliveira	Remetente		
102	Eliosmar Alves Rabelo	Remetente		
102	LAIANNY MARTINS FERREIRA	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

102	CRISTINA FERREIRA PINHEIRO	Remetente		
102	Ronyeres da Cruz Ferreira Barreira	Remetente		
102	Petronilha gomes de souza	Remetente		
102	VALDIVINO PINTE E OLIVEIRA NET	Remetente		
102	Keyd Maria Martins Pereira	Remetente		
102	Feliciano glória pires	Remetente		
102	THAYNARA DE CASSIA DA SILVA BISPO	Remetente		
102	Johnatan Cardoso Da Silva	Remetente		
102	CLAUDYELY ANDRADE SOUSA	Remetente		
102	Alexandre Ribeiro da Silva	Remetente		
102	Nathan Tavares Araujo	Remetente		
102	MACHADO & CORREA LTDA.	Remetente		
102	JOAZ NASCIMENTO FONTES 61932663215	Remetente		
102	FRANCISCO WILSON DE SOUSA	Remetente		
102	ELO FORTE AGRONEGOCIOS - EIRELI	Remetente		
102	OLIVIO GARCIA ALENCAR 04556182247	Remetente		
102	ADMILSON ALVES NUNES COMERCIO	Remetente		
102	LANIA LUCIA PEREIRA 55725058115	Remetente		
102	O S DA SILVA LTDA	Remetente		
102	EDER JOSE DE LIMA	Remetente		
102	RAIMUNDA MARTINS FERREIRA	Remetente		
102	Evandro Lanuce Tavares dos Santos	Remetente		
102	EMILLY NICOLY CUTRIM OLIVEIRA	Remetente		
102	IZABELLA VITORIA F CUTRIM	Remetente		
102	ROSIVAN FRANCO DE SOUSA	Remetente		
102	NICOLAS MATEUS CUTRIM OLIVEIRA	Remetente		
102	ALESSANDRO VIEIRA SILVA	Remetente		
102	edironaldo araujo da silva	Remetente		
102	JOSE CLEITON NICOLAU	Remetente		
102	MARIA DIRCE FERNANDES DA COSTA	Remetente		
102	Eliel Sales soares	Remetente		
102	Fabício Domingues da Silva Leão	Remetente		
102	JOHNATHAN CUSTODIO NUNES	Remetente		
102	Walt Rafael Sousa de Araujo	Remetente		
102	MARIO ROCHA PEREIRA	Titular	375.277,00	371.309,00
103	JURANDIR SANTOS DO REGO	Beneficiário		
103	COPAG COMERCIAL DE PECAS AGRICOLAS LTDA	Beneficiário		
103	BANCO DA AMAZONIA SA	Beneficiário		
103	MARCOVEL VEICULOS COMERCIO LTDA	Beneficiário		
103	IVONETE APARECIDA PEREIRA DE FREITAS	Beneficiário		
103	AGRORURAL XINGU LTDA	Beneficiário		
103	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
103	WILTON BATISTA COSTA E CIA LTDA	Outros		
103	JOSE BATISTA DA COSTA	Remetente		
103	FRIGOL S.A.	Remetente		
103	IVONETE APARECIDA PEREIRA DE FREITAS	Remetente		
103	WILTON BATISTA COSTA	Titular	2.734.621,00	2.680.744,00
104	MANOEL AGAMENON BARBOSA DOS SANTOS	Depositante		
104	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
104	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	52.062,00	0
105	DANIELA MEDEIROS CORREA	Beneficiário		
105	DARLAN CARVALHO NOGUEIRA	Beneficiário		
105	ANA LIDIA OLIVEIRA PESSOA	Beneficiário		
105	RAIMUNDO NONATO DA SILVA SANTOS	Beneficiário		
105	TATIANE SOARES DE LIMA	Beneficiário		
105	LUCAS HENRIQUE CARNEIRO DE ALECRIM	Beneficiário		
105	ANTONIO VIEIRA MOTA	Beneficiário		
105	ELIETH DA SILVA LUZ	Beneficiário		
105	FRANCINALDO ALVES DA COSTA	Beneficiário		
105	JHOVANN ALVES DE SOUSA	Beneficiário		
105	LUCAS FERREIRA SANTOS	Beneficiário		
105	ANDRADE E SOUSA COM. DE PECAS E FERRAMENTAS LTDA	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

105	DELIO EVANGELISTA DE SOUZA	Beneficiário		
105	J F FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA EPP	Beneficiário		
105	SANTOS E BAIDEK COM. DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	Beneficiário		
105	MACIEL JOSE DOS SANTOS 00327353244	Beneficiário		
105	Douglas Da Silva	Beneficiário		
105	LORENNA URZEDA LEAO	Beneficiário		
105	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
105	GLEICIMAR CARVALHO DA SILVA	Beneficiário		
105	DANIELA MEDEIROS CORREA	Remetente		
105	DANIELLY SILVA DE OLIVEIRA	Remetente		
105	RAIMUNDO NONATO DA SILVA SANTOS	Remetente		
105	ANTONIO VIEIRA MOTA	Remetente		
105	Radimila Caroline Mascarenhas Ribeiro	Remetente		
105	J A LOPES ME	Remetente		
105	JOSE JAIRO DA SILVA	Remetente		
105	DIVINO RIBEIRO DA COSTA	Remetente		
105	MARIA CRISTINA DE PAULA	Remetente		
105	JOSE JAIR DA SILVA	Remetente		
105	JUNIO PEREIRA DE SOUSA	Remetente		
105	ALTAMIRO RODRIGUES DO NASCIMENTO	Remetente		
105	VANDO MOREIRA AMARAL	Remetente		
105	FABRICIO BATISTA FERREIRA	Remetente		
105	KLEDSON FERNANDES ALVES	Remetente		
105	HELYO JORGE COSTA	Remetente		
105	ELISANGELA GOMES ANDRADE	Remetente		
105	MARILIA ALVES DE SOUSA ARANTES PASTANA YUDJA JURUNA	Remetente		
105	NILVANIA ANDRADE BARBOSA	Remetente		
105	JANILSON DE MELO ARAUJO	Remetente		
105	DANILLO SILVA CANEDO	Titular	2.524.609,00	2.503.883,00
106	DHERMELYS ALVES DE SOUZA	Depositante		
106	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
106	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	53.992,00	0
107	ALEIANIA ALVES RODRIGUES	Beneficiário		
107	DIEGO GABRIEL CRUZ DE OLIVEIRA	Beneficiário		
107	ANDRE LUIS DA SILVA	Beneficiário		
107	ELIANE ANTONIA SILVA LINHARES	Beneficiário		
107	WELIO DA SILVA CARDOSO	Beneficiário		
107	WELISON ALVES DA SILVA	Beneficiário		
107	Michael Borges de Oliveira	Beneficiário		
107	MARINALDO DE DEUS NEGREIROS	Beneficiário		
107	CHARLEANE PEREIRA ALVES	Beneficiário		
107	VANDERLI BARBOSA DA SILVA	Beneficiário		
107	GLEISE CRISTINA DA COSTA FERREIRA	Beneficiário		
107	Adriano Azevedo Ferreira	Beneficiário		
107	LEONARDO RODRIGUES GONCALVES	Beneficiário		
107	ELISÂNGELA MÁXIMO DA SILVA	Beneficiário		
107	EDILENE DE SOUZA COELHO MIRANDA	Beneficiário		
107	FRANCISCO EDIO DE SOUSA	Beneficiário		
107	Tiago Vinicius Moreira Venâncio	Beneficiário		
107	GABRIELA RODRIGUES SILVA	Beneficiário		
107	THAIS ROSARIA DA LAPA MOREIRA	Beneficiário		
107	TASSIO MATHEUS MENESES DE CARDOSO	Beneficiário		
107	RUBENS JUNIO DA COSTA FERREIRA	Beneficiário		
107	Tayla Camila Ferreira da Silva	Beneficiário		
107	CLEUZO ALMEIDA LEAL	Beneficiário		
107	diego Costa da silva	Beneficiário		
107	LUZINEIDE COSTA DE CARVALHO	Beneficiário		
107	JACKSON MARTINS LEMOS	Beneficiário		
107	ALEF SILVA BATISTA	Beneficiário		
107	ELIANE SARAIVA MACHADO COUTINHO	Beneficiário		
107	FLAVIANA RABELO DA SILVA & CIA. LTDA-ME	Beneficiário		
107	WENDER NUNES DA SILVA	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

107	J M LOPES RODRIGUES COMERCIAL	Beneficiário
107	POLIANA PEREIRA VIEIRA	Beneficiário
107	POLIANA DOS SANTOS NOGUEIRA	Beneficiário
107	Fernando de sousa silva	Beneficiário
107	WESLEIANE PEREIRA MARCAL	Beneficiário
107	Rosa Cacia da Silva e Silva	Beneficiário
107	LORENA DA SILVA NEVES	Beneficiário
107	EDSON NUNES MOREIRA FILHO	Beneficiário
107	BORGES e CUNHA LTDA ME	Beneficiário
107	DROGARIA SILVEIRA	Beneficiário
107	SUPER TRUK	Beneficiário
107	JESSICA RIBEIRO HERCULANO	Beneficiário
107	C. P. PIMENTA - ME	Beneficiário
107	THAISLANE SOUSA TAVARES	Beneficiário
107	WILLIAM RODRIGUES DE LIMA	Beneficiário
107	DANILO PEREIRA CARVALHO	Beneficiário
107	ALAIDE LEAL DA COSTA	Beneficiário
107	MAYCON DOUGLAS MARTINS CAPONI	Beneficiário
107	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO	Beneficiário
107	DANIEL SOUSA DA SILVA	Beneficiário
107	AMANDA KALIANE HOLANDA LIMA DENIZ	Beneficiário
107	CAMILA BORGES DE SOUZA	Beneficiário
107	LAYARA ARAÚJO CABRAL GODINHO	Beneficiário
107	ANDREINA FERREIRA DA SILVA	Beneficiário
107	Enilson Barbosa dos Santos	Beneficiário
107	SALMA LIMA DOS SANTOS MOREIRA	Beneficiário
107	LILIANA MARIA DA COSTA OLIVEIRA	Beneficiário
107	PAOLA BONELLI ALVES BERNARDINO	Beneficiário
107	EGIDIO BORGES DE SOUSA	Beneficiário
107	edvan de sousa	Beneficiário
107	THAYNARA LARA CORDEIRO DE SOUSA	Beneficiário
107	WESLLENY RIBEIRO FERNANDES	Beneficiário
107	Gisele heringer silvino	Beneficiário
107	AUTO POSTO TRACY ANNE LTDA - ME	Beneficiário
107	JOAO PEDRO RESPLANDES ROCHA	Beneficiário
107	PEDRO HENRIQUE MARTINS SANTOS	Beneficiário
107	ARIANE NOGUEIRA SILVA	Beneficiário
107	DOUGLAS MAGALHAES RAMOS EIRELI	Beneficiário
107	FORTE CELULARES EIR	Beneficiário
107	PATRICIO & PATRICIO LTDA	Beneficiário
107	EDUZZ TECNOLOGIA LTDA	Beneficiário
107	LIDER TELECOM LTDA - ME	Beneficiário
107	Stefane Kelle dos Santos – ME	Beneficiário
107	W. G. F. DE MIRANDA	Beneficiário
107	GISLENE COELHO DOS SANTOS	Beneficiário
107	L DA MATA E SILVA - ME	Beneficiário
107	C A ALVES DE ANDRADE EIRELI	Beneficiário
107	FRANCISCA DARINA DA SILVA	Beneficiário
107	MW DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI	Beneficiário
107	E J PEREIRA BARBOSA COMERCIO E SERVICOS EIRELI	Beneficiário
107	SANTI-LASER COMERCIO LTDA - ME	Beneficiário
107	CEREVISIA SERVICOS DE BAR E RESTAURANTE	Beneficiário
107	RAPHAEL DE ASSIS RODRIGUES	Beneficiário
107	PEDRO WILSON DE ASSIS LOPES	Beneficiário
107	E B DOS SANTOS COM. E LOCACOES EIRELI	Beneficiário
107	FB NOVO ELDORADO MATERIAIS PARA CONSTRUC	Beneficiário
107	AFONSO ALFLAVILLY P N EIRELI	Beneficiário
107	N CANDIDA QUEIROZ SILVA COMERCIO EIRELI	Beneficiário
107	C A AUTOMOTIVA LTDA - ME	Beneficiário
107	ELDO NERES SILVA	Beneficiário
107	ANTONIA EDILEUZA LIMA MAGALHAES	Beneficiário
107	DERIKA ROOL TOURINHO	Beneficiário



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

107	F AMARANTE DA SILVA COMERCIO EIRELI	Beneficiário
107	BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS EIRELI	Beneficiário
107	KAREM CRISTINNY DE ANDRADE BATISTA	Beneficiário
107	JULIANA XAVIER RODRIGUES 02527384110	Beneficiário
107	FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES BILIO	Beneficiário
107	DIVINO CESAR LOPES	Beneficiário
107	G DE SOUSA CARDOSO EIRELI	Beneficiário
107	MARISA AMELIA DOS REIS ROCHA	Beneficiário
107	AURINO PEREIRA SILVA	Beneficiário
107	SANNY KELLY BORGES SILVA 40885574842	Beneficiário
107	BARAO STORE COMERCIAL EIRELI	Beneficiário
107	JOSE XAVIER DOS SANTOS	Beneficiário
107	DGRAUD IMPORTS EIRELI	Beneficiário
107	P H AUTO CENTER COMERCIO VAREJISTA DE PE	Beneficiário
107	FERNANDO DE SOUSA SILVA 02917650257	Beneficiário
107	RSS INVESTIMENTOS LTDA	Beneficiário
107	J G SOUSA ACAITERIA E SORVERTERIA LTDA	Beneficiário
107	ANTONIO PEDRO LEMOS DE SOUSA	Beneficiário
107	ZIKI COMERCIAL DE VARIEDADES LTDA	Beneficiário
107	COSME BATISTA DA SILVA	Beneficiário
107	EPH EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS LTDA	Beneficiário
107	IVILLAGE IMPORTS LTDA	Beneficiário
107	CONVENIENCIA DO MARCIEL	Beneficiário
107	MULTIMARCAS CELULARES E INFORMATICA LTDA	Beneficiário
107	DIGITO RECEBIMENTOS DIGITAIS LTDA	Beneficiário
107	MARIA MADALENA VILELA SILVA	Beneficiário
107	GILDA FARIAS CASTRO	Beneficiário
107	GLEBISON AZEVEDO DE MACEDO	Beneficiário
107	ILKER AQUILLES DE SOUZA MIRANDA	Beneficiário
107	ADEMILTON DIAS FERREIRA	Beneficiário
107	LEANDRO NERIS DA SILVA	Beneficiário
107	MARCIA BEZERRA LIRA	Beneficiário
107	MARIA APARECIDA CARDOSO OLIVEIRA	Beneficiário
107	VIVIANE SOUSA MOURA SANTOS	Beneficiário
107	Carolina dos Santos Silva	Beneficiário
107	Erica Cristina Alves Fernandes	Beneficiário
107	GEOVANKA CLAUDIA MORAIS VIEIRA	Beneficiário
107	Leonardo Souza Ferreira	Beneficiário
107	EMERSON NASCIMENTO RODRIGUES	Beneficiário
107	KLAYTON MOREIRA RIBEIRO	Beneficiário
107	ELI DOS SANTOS SOARES JUNIOR	Beneficiário
107	Edinalia Aparecida de Jesus	Beneficiário
107	MARCOS TULLIO RODRIGUES DE MENEZES	Beneficiário
107	ENIO MODESTO DE OLIVEIRA	Beneficiário
107	DAVI BARBOSA DA SILVA	Beneficiário
107	MARIA EVANICE NASCIMENTO CAVALCANTE	Beneficiário
107	LAUDICEIA DA SILVA PACHECO	Beneficiário
107	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário
107	ANA DE CASSIA SILVA	Beneficiário
107	EUGENILTON NERES DE BRITO	Beneficiário
107	MARIA LUCIA ALVES DE ARAUJO	Beneficiário
107	IDEVALDO DOS SANTOS PIMENTEL	Beneficiário
107	Jarlei Alves Ferreira	Beneficiário
107	FABIO MENDES DOS SANTOS	Beneficiário
107	WALKIRIA DE OLIVEIRA FERREIRA	Beneficiário
107	SEBASTIAO FERREIRA SANTOS	Beneficiário
107	MARIA SIRLEI ALVES DAMACENA	Beneficiário
107	JOAO PEREIRA DOS SANTOS	Beneficiário
107	EDUARDO FREIRE DE SOUZA	Beneficiário
107	ALEXSANDRO WUALAS ALVES RODRIGUES	Beneficiário
107	MARCELO DE OLIVEIRA MARTINS	Beneficiário
107	JUNIOR LUIZ DA SILVA	Beneficiário



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

107	JEVERSON PAGANE MARTINS	Beneficiário		
107	EVERSON BARBOSA DE SOUZA	Beneficiário		
107	ALEIANIA ALVES RODRIGUES	Remetente		
107	SIDINEY DA SILVA PINTO	Remetente		
107	JUAN HUSTON MARCHEGIANI R. PEREIRA	Remetente		
107	Tiago Vinicius Moreira Venâncio	Remetente		
107	diego Costa da silva	Remetente		
107	TALISON GOMES CRUZ	Remetente		
107	Nilton Moreira Araújo	Remetente		
107	DARLY LIMEIRA GUIMARÃES	Remetente		
107	ADRIANO SACRAMENTO FERREIRA	Remetente		
107	Jossibel de Souza Alves	Remetente		
107	FILIPE MORAIS ELIAS	Remetente		
107	NIVALDO FERREIRA GUIMARAES FILHO	Remetente		
107	LARA INÊS ALVES FERREIRA	Remetente		
107	CLAUDIO JOSE DA SILVA	Remetente		
107	ALAIDE LEAL DA COSTA	Remetente		
107	ELITIERRY BARBOSA AMORIM RODRIGUES	Remetente		
107	MARIA RITA DA SILVA ARAÚJO	Remetente		
107	JHONSON JOLVINO DA SILVA	Remetente		
107	Enilson Barbosa dos Santos	Remetente		
107	ADRIANO HENRIQUE CORREA FERNANDES	Remetente		
107	JAILSON DA SILVA SOUSA	Remetente		
107	SANTI-LASER COMERCIO LTDA - ME	Remetente		
107	E B DOS SANTOS COM. E LOCACOES EIRELI	Remetente		
107	J G DE ALBUQUERQUE FILHO PANIFICADORA	Remetente		
107	LEANDRO TEIXEIRA DA SILVA 95451420220	Remetente		
107	AGEU DOS SANTOS SILVA 01739260295	Remetente		
107	I.DOS S. PIMENTEL	Remetente		
107	DANIELA DA SILVA LIMA 70057217211	Remetente		
107	JOSIMAR ARAUJO LIMA JUNIOR 01069936235	Remetente		
107	CARLOS EDUARDO SARDINHA BARROSO	Remetente		
107	F C LANTERNAGEM LTDA	Remetente		
107	DIVINO ETERNO DA SILVA	Remetente		
107	BEROALDO LIMA CHAVES	Remetente		
107	VIVIANE SOUSA MOURA SANTOS	Remetente		
107	Carolina dos Santos Silva	Remetente		
107	NIKSON DE SOUZA SILVA	Remetente		
107	AURICILENE CARDOSO DA SILVA	Remetente		
107	ANGELICA NASCIMENTO DOS SANTOS	Remetente		
107	KLAYTON MOREIRA RIBEIRO	Remetente		
107	RONISKLEY PASSOS DANTAS	Remetente		
107	LILIANE BATISTA SARDINHA	Remetente		
107	JORDAO DA SILVA ALMEIDA	Remetente		
107	Amilson pereira Barbosa	Remetente		
107	ALENIZIA FREITAS SILVA	Remetente		
107	Gleydson Palheta da Rocha	Remetente		
107	MARCELO DE OLIVEIRA MARTINS	Remetente		
107	Daniel francisco ferreira LIMA	Remetente		
107	MARCELO DE OLIVEIRA MARTINS	Titular	397.912,00	395.989,00
108	MARCOS DE SOUZA SANTOS	Beneficiário		
108	PAULA CRISTINA PEREIRA LIMA OLIVEIRA	Beneficiário		
108	ADAO DE SOUSA PARENTE	Beneficiário		
108	MARCIANO CARVALHO GUIMARAES	Beneficiário		
108	Supermercado Amanda Ltda	Beneficiário		
108	EMILY REIS TOLOTTI	Beneficiário		
108	WILSON TEIXEIRA LIMA	Beneficiário		
108	TRUCK CENTER CONFRESA LTDA	Beneficiário		
108	COSTA E BARREIROS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E SE	Beneficiário		
108	JOSENILDO DE SOUZA PANTOJA - ME	Beneficiário		
108	CARGO PAY ADMINISTRACAO DE CARTAO DE CREDITO EIRELI	Beneficiário		
108	DONATO ANTONIO FILHO	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

108	MINAS PETRO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EPP	Beneficiário		
108	DEOCLIDES COLOMBO	Beneficiário		
108	ANA LUIZA CEREJIDO BERSANI ANTONIO	Beneficiário		
108	LUCIANA ROCHA DOS SANTOS BARBOSA 00176251146	Beneficiário		
108	JESSICA SANTANA SANTOS 70102576122	Beneficiário		
108	ALAN DE PAULA FRANCA	Beneficiário		
108	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
108	DIRSON DE CASTRO MEIRA	Beneficiário		
108	ARISTEU MOLINA	Remetente		
108	JOSE NETO ROCHA	Remetente		
108	J M DA SILVA COMERCIO	Remetente		
108	ELENILDA SOUSA SANTOS	Remetente		
108	RECICLAGEM E SUCATAO ARAGUAIA LTDA	Remetente		
108	PAULO RENATO RODRIGUES PAES	Remetente		
108	JOAO GUILHERME CEREJIDO BERSANI ANTONIO	Remetente		
108	ANA LUIZA CEREJIDO BERSANI ANTONIO	Remetente		
108	ANGELO BISNETTO BRUNETTA	Remetente		
108	TOMAS DE AQUINO DE OLIVEIRA RODRIGUES	Remetente		
108	JOAO GUILHERME CEREJIDO BERSANI ANTONIO	Titular	515.875,00	515.875,00
109	MANOEL AGAMENON BARBOSA DOS SANTOS	Depositante		
109	MANOEL AGAMENON BARBOSA DOS SANTOS	Responsável		
109	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	52.663,00	0
110	COPAG COMERCIAL DE PECAS AGRICOLAS LTDA	Beneficiário		
110	FIOLA	Beneficiário		
110	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
110	CLEIDIANE BASTOS	Remetente		
110	JOSE LUIZ ALVES	Remetente		
110	NORMILSA DE JESUS DA SILVA	Remetente		
110	CLEONE BASTO DA SILVA	Remetente		
110	CHARLANE ALENCAR DE OLIVEIRA	Titular	387.158,00	357.531,00
111	ANDRE PONTES SARAIVA	Beneficiário		
111	CENTRO EDUCACIONAL CRECHE BEBE SOL LTDA-	Beneficiário		
111	ECLEAM GUILHERME PINHEIRO DA SILVA DIAS	Beneficiário		
111	M. S. M. GLINS	Beneficiário		
111	PETRO CENTER COMERCIO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - ME	Beneficiário		
111	TRUCK"S DIESEL SERVICOS E COMERCIO EIRELI	Beneficiário		
111	JP DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	Beneficiário		
111	G S COMERCIO VAREGISTA DE GAS GLP LTDA	Beneficiário		
111	RAYLLA ALLINE REIS LOPES 01325344281	Beneficiário		
111	JOAO BORCEM LOPES	Beneficiário		
111	ANA PAULA DE LIMA SANDOVAL BEZERRA	Beneficiário		
111	IVANE DE NAZARE BARROS DO CARMO	Beneficiário		
111	CLEBER REINALDO SIQUEIRA VIEIRA	Beneficiário		
111	GRACIETE BARBOSA CARNEIRO	Beneficiário		
111	ADNAEL CHAGAS DA SILVA	Beneficiário		
111	LUCIANA MACHADO MAGNO MARTINS	Beneficiário		
111	JOSINEIDE DE JESUS LIMA FONSECA ASSAF	Beneficiário		
111	ROSILENE DA SILVA LIMA	Beneficiário		
111	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
111	MARIA DAS GRACAS DA SILVA LIMA	Beneficiário		
111	JP DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	Gerente / Diretor		
111	AGENCIA EST DEF AGROP EST PARA	Outros		
		Procurador / Representante		
111	JP DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	Legal		
111	JP DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	Remetente		
111	STELA DO SOCORRO RODRIGUES DA SILVA	Remetente		
111	RITHMEL DE OLIVEIRA ASSIS NETO	Remetente		
111	JOSE FRANCISCO DA SILVA NETO	Titular	135.203,00	132.370,00
112	AUTO POSTO TOURAO	Outros		
112	PETROLEOS MIRAMAR COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Outros		
112	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Outros		
112	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Outros		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

112	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
112	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Titular	84.459,00	83.510,00
113	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário		
113	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Beneficiário		
113	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Beneficiário		
113	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
113	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
		Procurador / Representante		
113	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Legal		
113	PETROLEO SABBA SA	Remetente		
113	AUTO POSTO TOURAO	Remetente		
113	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
113	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Remetente		
113	FLAVIA SILVEIRA DE FREITAS	Remetente		
113	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		
113	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
113	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
113	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	42.243.336,00	42.125.471,00
114	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
114	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Beneficiário		
114	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Beneficiário		
114	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
		Procurador / Representante		
114	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Legal		
114	JOAO VITOR FERREIRA SANTOS	Remetente		
114	AUTO POSTO TOURAO	Remetente		
114	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Remetente		
114	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		
114	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
114	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
114	AUTO POSTO TOURAO	Titular	18.009.595,00	17.687.314,00
115	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário		
115	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
115	AUTO POSTO TOURAO	Beneficiário		
115	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
		Procurador / Representante		
115	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Legal		
115	RAMON RODRIGUES SOARES	Remetente		
115	AUTO POSTO TOURAO	Remetente		
115	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Remetente		
115	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		
115	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
115	JOSE TADEU DE SOUSA	Sócio		
115	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Titular	10.293.364,00	9.792.568,00
116	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário		
116	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
116	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
		Procurador / Representante		
116	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Legal		
116	JUPARANA COMERCIAL AGRICOLA LTDA	Remetente		
116	LOTerias ARCO IRIS LTDA	Remetente		
116	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
116	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		
116	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
116	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
116	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Titular	13.392.332,00	13.284.084,00
117	Gustavo Neto Ferreira	Outros		
117	THARLY MACIEL DE OLIVEIRA	Outros		
117	Antônio Américo Neto	Outros		
117	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
117	CUNHA COMERCIO DE ARMAS E MUNICOES EIRELI	Outros		
117	RD COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES E CAMPI	Outros		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

117	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Outros		
117	SHOOTER ARMAS EIRELI	Outros		
117	NO RISK COMERCIO DE ARMAS E MUNICOES LTDA	Outros		
117	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Outros		
117	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Outros		
117	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
117	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Titular	187.673,00	178.057,00
118	RAQUEL GOULART ALCANTARA DE SOUZA	Beneficiário		
118	NAGELLA R.A. MALTA EIRELI	Beneficiário		
118	USA BRASIL INFORMATICA EIRELI	Beneficiário		
118	SHOOTER ARMAS EIRELI	Beneficiário		
118	C GOMES NEGOCIOS	Beneficiário		
118	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Beneficiário		
118	RAFAEL SOARES DOS SANTOS	Beneficiário		
118	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		
118	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Titular	108.210,00	107.526,00
119	THIAGO DIOGO DE OLIVEIRA PAULA	Beneficiário		
119	LUCAS BATISTA FIGUEIREDO	Beneficiário		
119	ADMILSON ALVES NUNES	Beneficiário		
119	KAMILA DANIELE DOS SANTOS	Beneficiário		
119	THYAGO ALVES DA SILVA	Beneficiário		
119	FERNANDO CARNEIRO LIMA	Beneficiário		
119	PAULO HENRIQUE PEREIRA DE SOUSA	Beneficiário		
119	THAYNARA DE CASSIA DA SILVA BISPO	Beneficiário		
119	MARIO ROCHA PEREIRA	Beneficiário		
119	CASSIO MURILO GUIMARAES FREITAS	Beneficiário		
119	GABRIELLA BEZERRA SANTOS SA	Beneficiário		
119	MARCIA DA SILVA BRITO	Beneficiário		
119	E J PEREIRA BARBOSA COMERCIO E SERVICOS EIRELI	Beneficiário		
119	ADMILSON ALVES NUNES COMERCIO	Beneficiário		
119	LIDER DISTRIBUIDORA DE BORRACHAS LIMITADA	Beneficiário		
119	AILTON MOREIRA DE CASTRO	Beneficiário		
119	CLIMERIO DIAS NETO	Beneficiário		
119	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
119	FRANSERGIO GONDIM COSTA	Beneficiário		
119	JOHNATHAN CUSTODIO NUNES	Beneficiário		
119	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Remetente		
119	KAMILA DANIELE DOS SANTOS	Remetente		
119	MARIO ROCHA PEREIRA	Remetente		
119	GABRIELLA BEZERRA SANTOS SA	Remetente		
119	MARCIO JUNIO RODRIGUES DA SILV	Remetente		
119	HILDEMAR OLIVEIRA GOMES JUNIOR	Remetente		
119	ABELARDO BEZERRA NETO	Remetente		
119	Evandro Lanuce Tavares dos Santos	Remetente		
119	JANIO BRITO DE FREITAS	Remetente		
119	CLIMERIO DIAS NETO	Remetente		
119	MARIA SORAIA DOS SANTOS SA	Remetente		
119	PAULO SERGIO DE BARROS GARCAO	Remetente		
119	GABRIELLA BEZERRA SANTOS SA	Titular	1.069.916,00	1.069.926,00
120	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Beneficiário		
120	I P GOMES FILHO E CIA LIMITADA ME	Beneficiário		
120	PETROLEO SABBA SA	Beneficiário		
120	HESAN COMERCIAL LTDA ME.	Beneficiário		
120	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Beneficiário		
120	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
120	MATHEUS DAVY INOCENCIO DA SILVA MONTEIRO	Beneficiário		
120	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Beneficiário		
120	PARA IMPLEMENTOS E COMERCIO DE PECAS LTDA - ME	Beneficiário		
120	MARCIA CARVALHO DE SOUZA	Beneficiário		
120	PAULO SERGIO MACEDO	Beneficiário		
120	R C CARNEIRO EIRELI	Beneficiário		
120	MAURO DE CAMPOS	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

120	FRANCISCO VALDIVIO MAIA	Beneficiário		
120	CAROLINE CARDOSO SOFFA	Beneficiário		
120	CESAR RAIMUNDO DA SILVA	Beneficiário		
120	JOSE CARLOS VIEIRA DE VASCONCELOS	Beneficiário		
120	DIEGO MAFFI	Beneficiário		
120	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Beneficiário		
120	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
120	PETROLEOS MIRAMAR COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Outros		
120	AUTO POSTO SENNA LTDA	Outros		
		Procurador / Representante		
120	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Legal		
		Procurador / Representante		
120	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Legal		
		Procurador / Representante		
120	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Legal		
120	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Remetente		
120	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Remetente		
120	JERONIMO BATISTA DE VASCONCELOS	Remetente		
120	F C OLIVEIRA X CIA LTDA	Remetente		
120	COLINA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	Remetente		
120	MAFRO TRANSPORTES LTDA	Remetente		
120	RDM TRANSPORTES LTDA - ME	Remetente		
120	VALTUIR PARREIRA ALVES	Remetente		
120	MARCIANO LISBOA DOS SANTOS	Remetente		
120	SV LOGISTICA LTDA-EPP	Remetente		
120	ALMIDA S T EIRELI	Remetente		
120	TRANSPORTES DOURADOS EIRELI	Remetente		
120	JOAO GUILHERME CEREJIDO BERSANI ANTONIO	Remetente		
120	Ernesto Neto Firmino	Remetente		
120	JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR	Remetente		
120	GILBERTO CARLOS ARENDT	Remetente		
120	FLAVIA SILVEIRA DE FREITAS	Remetente		
120	ANNE VASCONCELOS SANTOS FONSECA	Remetente		
120	ROSSINI TRANSPORTES LTDA	Remetente		
120	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		
120	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
120	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
120	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	15.691.973,00	15.647.942,00
121	KELLY DE SOUSA SANTOS	Beneficiário		
121	ISRAEL CONCEICAO COSTA	Beneficiário		
121	THIAGO DE SOUSA VERAS	Beneficiário		
121	INTERCOURO MAIS DESING	Beneficiário		
121	Top Design Comércio de Artigos de Decoração	Beneficiário		
121	SANTOS & COSTA LTDA	Beneficiário		
121	ELIS REGINA CASTRO DE MATOS	Beneficiário		
121	DENTAL STUDIO SERVICOS ODONTOLOGICOS EIRELI	Beneficiário		
121	J. I. DA ROCHA RESTAURANTE LTDA - ME	Beneficiário		
121	MARIA ESTELA RAIOL DA CONCEICAO	Beneficiário		
121	WILLIAMS CHRISTIAN PRATA DE SOUZA 45564876253	Beneficiário		
121	MARIANA DA TRINDADE BRITO 37876198287	Beneficiário		
121	NEDITE ARRUDA DE ALMEIDA	Beneficiário		
121	KARIN BORGES FERREIRA	Beneficiário		
121	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Beneficiário		
121	FABIO WALLACE BECKMAN MARTINS	Beneficiário		
121	IGREJA EVANGELICA QUADRANGULAR	Beneficiário		
121	ELIZANGELA NUNES GARCIA	Beneficiário		
121	BRAULIO PETRICK DE SOUSA FERREIRA	Beneficiário		
121	KARINA CARVALHO FURTADO	Beneficiário		
121	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Gerente / Diretor		
121	AUTO POSTO VILA NOVA LTDA	Gerente / Diretor		
121	AUTO POSTO SENNA LTDA	Gerente / Diretor		
121	AUTO POSTO GOIANESIA COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Gerente / Diretor		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

121	AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Gerente / Diretor		
121	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Gerente / Diretor		
121	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Gerente / Diretor		
121	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
121	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Outros		
		Procurador / Representante		
121	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Legal		
		Procurador / Representante		
121	AUTO POSTO VILA NOVA LTDA	Legal		
		Procurador / Representante		
121	AUTO POSTO SENNA LTDA	Legal		
		Procurador / Representante		
121	AUTO POSTO GOIANESIA COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Legal		
		Procurador / Representante		
121	AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Legal		
		Procurador / Representante		
121	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Legal		
		Procurador / Representante		
121	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Legal		
121	NOSSO POSTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
121	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Remetente		
121	FABIO WALLACE BECKMAN MARTINS	Remetente		
121	EDIANE MARTINS DE SOUSA	Remetente		
121	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Titular	200.642,00	200.592,00
122	NETSIGN COMUNICACAO VISUAL	Beneficiário		
122	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Beneficiário		
122	KELVIN DE SOUZA CARDOSO	Beneficiário		
122	ICCAP Implementos Rodoviários Ltda	Beneficiário		
122	SINALMIG SINAIS SIST PROG	Beneficiário		
122	D.C EMPREENDIMENTOS RVI LTDA	Beneficiário		
122	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Beneficiário		
122	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
122	POSTO GOL LTDA	Beneficiário		
122	ALVES & BORGES LTDA	Beneficiário		
122	ALVES e BORGES LTDA	Beneficiário		
122	AUTO POSTO COLONIAL LTDA - EPP	Beneficiário		
122	DJUNIOR CONSTRUTORA EIRELI	Beneficiário		
122	AUTO POSTO CONQUISTA LTDA EPP	Beneficiário		
122	PEREIRA E OLIVEIRA COMERCIO DE MARMORES LTDA	Beneficiário		
122	MARTINS COMERCIO DE REVESTIMENTOS EIRELI	Beneficiário		
122	JOSE XAVIER DA COSTA FILHO	Beneficiário		
122	CICERO ALVES DA LUZ	Beneficiário		
122	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Beneficiário		
122	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
		Procurador / Representante		
122	LAYLA THAYS RODRIGUES ALVES	Legal		
		Procurador / Representante		
122	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Legal		
		Procurador / Representante		
122	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Legal		
122	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Remetente		
122	LAYLA THAYS RODRIGUES ALVES	Remetente		
122	WYTTA DA SILVA ALMEIDA	Remetente		
122	PETROLEO SABBA SA	Remetente		
122	POSTO GOIABEIRA LTDA	Remetente		
122	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Remetente		
122	BARBIERI TRANSPORTES S/A	Remetente		
122	POSTO GOL LTDA	Remetente		
122	RDM TRANSPORTES LTDA - ME	Remetente		
122	PAYLY SOLUCOES DE PAGAMENTOS S.A.	Remetente		
122	V F GOMES CONSTRUTORA LTDA EPP	Remetente		
122	CEREALISTA JK EIRELI	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

122	LCM CONSTRUCAO E COMERCIO S/A	Remetente		
122	RECAPAGEM CARFIL PNEUS LTDA	Remetente		
122	REDE FROTA SOLUTIONS LTDA	Remetente		
122	SOL DA TERRA AGRONEGOCIOS E REPRESENTACOES EIRELI	Remetente		
122	E R DA SILVA - TRANSPORTES	Remetente		
122	X7 DIGITAL SERVICOS E PROCESSAMENTOS LTDA	Remetente		
122	X7 BNK SA	Remetente		
122	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Remetente		
122	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
122	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
122	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Titular	45.895.244,00	45.768.045,00
123	JOSÉ MEIRELES DE OLIVEIRA PINTO	Beneficiário		
123	BELCAR CAMINHOES E MAQUINAS LTDA	Beneficiário		
123	ALAN ALVES DOS SANTOS	Beneficiário		
123	RICARDO GOMES CAVALCANTE	Beneficiário		
123	ANNE CAROLYNE RAMOS NAVA SILVA	Beneficiário		
123	KAYLON WILCON DO CARMO SANTANA	Beneficiário		
123	AGNA MAIRA MORAIS DA SILVA	Beneficiário		
123	KELLRY LOHANA BENIGNO SILVA	Beneficiário		
123	BARRA GRANDE KITE CAMP LTDA	Beneficiário		
123	AUTO POSTO ARAGUAIA LTDA	Beneficiário		
123	J. H. NEVES DA SILVA TRANSPORTES	Beneficiário		
123	AUTO POSTO SAO GERALDO LTDA - ME	Beneficiário		
123	FRANCISCO SILVA DE ABREU	Beneficiário		
123	99 LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA	Beneficiário		
123	JOSIVAN PINTO SAMPAIO	Beneficiário		
123	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS DO BICO II LTDA	Beneficiário		
123	DANIELLE SOBRAL RIBEIRO	Beneficiário		
123	Daniel Silva Cardoso	Beneficiário		
123	ANTONIO JOSE MEIRELES FONSECA BASTOS	Beneficiário		
123	FRANCISCO MANOEL ROCHA DE LIMA	Beneficiário		
123	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA FILHO	Outros		
123	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
123	G W DE O SOUSA FILHO RESTAURANTE	Outros		
123	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
		Procurador / Representante		
123	KAYLON WILCON DO CARMO SANTANA	Legal		
		Procurador / Representante		
123	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Legal		
		Procurador / Representante		
123	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Legal		
123	DUBICO DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	Remetente		
123	JAMJOY VIACAO LTDA	Remetente		
123	KAJIYA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA	Remetente		
123	C JOSE DA SILVA	Remetente		
123	INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS VENEZ	Remetente		
123	AUTO POSTO SAO BENTO LTDA - EPP	Remetente		
123	TOCANTINS SHOPPING EMPREENDIMENTOS LTDA	Remetente		
123	TERRASUL ENVASADORA DE BEBIDAS LTDA-EPP	Remetente		
123	AUTO POSTO N2 LTDA EPP	Remetente		
123	KMX AGRONEGOCIO LTDA - EPP	Remetente		
123	ALDENIRA VIEIRA SANTANA	Remetente		
123	R DE S PEREIRA COMERCIO - ME	Remetente		
123	AUTO POSTO CAPITAL LTDA - ME	Remetente		
123	CIRCULO ENGENHARIA EIRELI	Remetente		
123	RACKSON DE SOUZA PEREIRA	Remetente		
123	KAJIYA TRANSPORTES DE CARGAS E LOGISTICA LTDA	Remetente		
123	99 LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA	Remetente		
123	AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Remetente		
123	TRANSPORTES E LOGISTICA SAO LUIS LTDA	Remetente		
123	JOSELITA DE SOUZA PEREIRA	Remetente		
123	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

123	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
123	AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Titular	36.427.602,00	36.427.301,00
124	LARA MARIANE SANTOS ARAUJO	Beneficiário		
124	AFBRAS EDITORA DE REVISTAS FISCAIS E TRIB. DO BRASIL LTDA ME	Beneficiário		
124	EMILLY SALMA DIAS SANTANA	Beneficiário		
124	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Beneficiário		
124	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	Beneficiário		
124	LAZARO KAHYAM FERREIRA SANTANA	Beneficiário		
124	POSTO GOL LTDA	Beneficiário		
124	JOAO ANDRE DE SA CALIXTO DA CRUZ	Beneficiário		
124	PLANETA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	Beneficiário		
124	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FMMA	Beneficiário		
124	AUGUSTO ALVES DE CARVALHO NETO	Beneficiário		
124	GENILSON DA SILVA MEDEIROS	Beneficiário		
124	LUANA FERREIRA SILVA BARROS	Beneficiário		
124	MARCOS PAULO ROCHA BARROS	Beneficiário		
124	Fabiano santos de negreiros	Beneficiário		
124	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Beneficiário		
124	HALANA SAMILLA DIAS FREITAS	Beneficiário		
124	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA FILHO	Outros		
124	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
124	G W DE O SOUSA FILHO RESTAURANTE	Outros		
124	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
		Procurador / Representante		
124	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Legal		
		Procurador / Representante		
124	MARCOS PAULO ROCHA BARROS	Legal		
124	ADENILSON RIBEIRO AMORIM	Remetente		
124	NIUZA MARTINS FERREIRA	Remetente		
124	RAICA CRISTIANE SILVA SANTOS ASSUNCAO	Remetente		
124	PETROLEO SABBA SA	Remetente		
124	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	Remetente		
124	POSTO GOL LTDA	Remetente		
124	LATICINIOS CAMPO BELO LTDA	Remetente		
124	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	Remetente		
124	AUTO POSTO SENNA LTDA	Remetente		
124	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- FMAS	Remetente		
124	CAMARA MUNICIPAL DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	Remetente		
124	VALE DA SERRA FACILITIES EIRELI	Remetente		
124	IVAIR REIS	Remetente		
	LIMA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO			
124	EIRELI	Remetente		
124	ALZIRA OLIVEIRA LIMA	Remetente		
124	MARCONI RODRIGUES SAMPAIO	Remetente		
124	LUANA FERREIRA SILVA BARROS	Remetente		
124	MARCOS PAULO ROCHA BARROS	Remetente		
124	SUPER POSTO DOIS MIL LTDA	Remetente		
124	LEONARDO LOPES SANTANA	Remetente		
124	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
124	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
124	AUTO POSTO SENNA LTDA	Titular	9.205.685,00	9.205.685,00
125	RANIELLY DA SILVA VITORINO	Beneficiário		
125	COOPERATIVA DE CREDITO DA AMAZONIA - SICOOB AMAZONIA	Beneficiário		
125	TRUCK CENTER CONFRESA LTDA	Beneficiário		
125	Brendler Comercio de Combustivel Ltda	Beneficiário		
125	NU PAGAMENTOS S.A.	Beneficiário		
125	MIRIAN BARCARENA AUTO POSTO LTDA	Beneficiário		
125	MULTI TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI	Beneficiário		
125	SEBASTIAO FIRMINO NETO	Beneficiário		
125	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
125	Juliana Turatti Von Borell	Beneficiário		
125	DAVI MATOS ABBAS HACHEN	Depositante		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

125	ANA LUCIA MARIA DA SILVA DALTIBA	Depositante		
125	COMERCIAL E INDUSTRIAL RONS Y LTDA	Remetente		
125	IRINEU CALICCHIO JUNIOR	Remetente		
125	RODOPRIMA TRANSPORTES LTDA	Remetente		
125	RDM TRANSPORTES LTDA - ME	Remetente		
125	J C CONSTRUCAO CIVIL E COMERCIO	Remetente		
125	PAGBEM SERVICOS FINANCEIROS E DE LOGISTICA LTDA.	Remetente		
125	CELEIRO DA MADEIRA EIRELI - ME	Remetente		
125	SIBER TRANSPORTES LTDA	Remetente		
125	TRANSPORTADORA THALUPP LTDA	Remetente		
125	HUEILLER S S COMERCIO DE MADEIRAS	Remetente		
125	Wandir Andre dos Santos	Remetente		
125	HAROLDO BUENO DA SILVA	Remetente		
125	ALMIDA ROMITE	Sócio		
125	ALMIDA S T EIRELI	Titular	4.375.155,00	4.371.664,00
126	MANOEL AGAMENON BARBOSA DOS SANTOS	Depositante		
126	MANOEL AGAMENON BARBOSA DOS SANTOS	Responsável		
126	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	53.186,00	0
127	RICARDO MARTINS DOS SANTOS	Beneficiário		
127	MARCOS DE SOUZA SANTOS	Beneficiário		
127	LUA FERNANDO BLANCO	Beneficiário		
127	LEANDRO CESAR RODRIGUES DE ALMEIDA	Beneficiário		
127	CLEIDIMAR GOMES DA SILVA	Beneficiário		
127	MARCIANO CARVALHO GUIMARAES	Beneficiário		
127	POSTO TIGRÃO LTDA	Beneficiário		
127	KEITY LUANE ALVES DA SILVA	Beneficiário		
127	A.M. COM. DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	Beneficiário		
127	WILSON TEIXEIRA LIMA	Beneficiário		
127	RENATO CARLOS ANTONIO	Beneficiário		
127	AGRO CALIFORNIA	Beneficiário		
127	AUTO POSTO AGROVILA EIRELI	Beneficiário		
127	JOAO GUILHERME CEREIJIDO BERSANI ANTONIO	Beneficiário		
127	ANA LUIZA CEREIJIDO BERSANI ANTONIO	Beneficiário		
127	GUILHERME GONCALVES GUERREIRO	Beneficiário		
127	REGINALDO SOUZA E SILVA	Beneficiário		
127	ALAN DE PAULA FRANCA	Beneficiário		
127	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
127	MARCILEI DE OLIVEIRA ARAUJO	Beneficiário		
127	S. E. RIBEIRO & CIA LTDA EPP	Remetente		
127	J M DA SILVA COMERCIO	Remetente		
127	PAULO RENATO R EIRELI ME	Remetente		
127	ELENILDA SOUSA SANTOS	Remetente		
127	JOAO GUILHERME CEREIJIDO BERSANI ANTONIO	Remetente		
127	GENILZA B PAES LTDA	Remetente		
127	TOMAS DE AQUINO DE OLIVEIRA RODRIGUES	Remetente		
127	JOAO GUILHERME CEREIJIDO BERSANI ANTONIO	Titular	383.055,00	383.055,00
128	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Beneficiário		
128	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Beneficiário		
128	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
128	LOTerias ARCO IRIS LTDA	Remetente		
128	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
128	MARCELO BARBOSA DE CASTRO	Remetente		
128	ODAIR EXPRESS TRANSPORTADORA EIRELI	Remetente		
128	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
128	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
128	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Titular	4.030.184,00	4.134.163,00
129	AUTO POSTO FERROVIARIO LTDA	Beneficiário		
129	AUTO POSTO PARASAO LTDA	Beneficiário		
129	MARIO REGIO GOMES	Beneficiário		
129	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Beneficiário		
129	POSTO GOIABEIRA LTDA	Outros		
129	AUTO POSTO TOURAO	Outros		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

129	AUTO POSTO VILA NOVA LTDA	Outros		
129	AUTO POSTO SENNA LTDA	Outros		
129	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Outros		
129	G.R. DE OLIVEIRA COMERCIO	Outros		
129	AUTO POSTO GOIANESIA COM.COMBUSTIVEIS LTDA	Outros		
129	AUTO POSTO SERRA NORTE LTDA	Outros		
129	SUPER POSTO PIONEIRO LTDA	Outros		
129	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros		
129	JUCIANO ALVES GONCALVES	Remetente		
129	AMARAL GESTORA DE ATIVOS LTDA	Remetente		
129	H DOS SANTOS TRANSPORTES	Remetente		
129	AMARAL CARVALHO IMOBILIARIA LTDA	Remetente		
129	CFA CONSTRUCOES TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA	Remetente		
129	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Titular	407.781,00	400.674,00
130	AUTO POSTO TOURAO	Beneficiário		
130	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Beneficiário		
130	MARILEIDE SAMPAIO CABRAL FILHO	Beneficiário		
130	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Outros		
130	TRANSPORTADORA PATRIARCA LTDA	Remetente		
130	AUTO POSTO PARA SUL COMDE COMBUSTIVEIS LTDA	Remetente		
130	HS VIAGENS E TURISMO EIRELI	Remetente		
	EDENEMERALD HEZ FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS			
130	CREDITORIOS	Remetente		
130	T D G TRANSP RODOVIARIOS LTDA	Remetente		
130	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Sócio		
130	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Sócio		
130	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	2.582.950,00	2.660.520,00

Ref	nome	tipo	Valor_C	Valor_D
1	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	103.361,00	-
1	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
1	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II - Redação da Circular nº 3.839/17.				
2	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	53.821,00	-
2	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
2	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II - Redação da Circular nº 3.839/17.				
3	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	60.843,00	-
3	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
3	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
DEPOSITO				
Ocorrências:				
Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II - Redação da Circular nº 3.839/17.				
4	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	96.950,00	-
4	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
4	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		
DEPOSITO				
Ocorrências:				



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II - Redação da Circular nº 3.839/17.

5	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	59.230,00	-
5	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
5	Ana Cláudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II - Redação da Circular nº 3.839/17.

6	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	74.424,00	-
6	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
6	Ana Cláudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II - Redação da Circular nº 3.839/17.

7	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	53.848,00	-
7	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
7	Ana Cláudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II - Redação da Circular nº 3.839/17.

8	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	58.791,00	-
8	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
8	Ana Cláudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II - Redação da Circular nº 3.839/17.

9	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	53.765,00	-
9	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
9	Ana Cláudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II - Redação da Circular nº 3.839/17.

10	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	116.717,00	-
10	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
10	Ana Cláudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II - Redação da Circular nº 3.839/17.

11	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Titular	60.176,00	-
11	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Responsável		
11	Ana Cláudia Leite de Queiroz Sousa	Depositante		

DEPOSITO

Ocorrências:

Depósito em espécie de valor igual ou superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Banco Central do Brasil - Circular 3.461/09, art. 12-II - Redação da Circular nº 3.839/17.

12	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Titular	187.673,00	178.057,00
12	Gustavo Neto Ferreira	Outros		
12	THARLY MACIEL DE OLIVEIRA	Outros		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

12	Antônio Américo Neto	Outros
12	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA CUNHA COMERCIO DE ARMAS E MUNICOES	Outros
12	EIRELI RD COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES E	Outros
12	CAMPI	Outros
12	FRANCISCA ALICE DE SOUSA REIS	Outros
12	SHOOTER ARMAS EIRELI NO RISK COMERCIO DE ARMAS E MUNICOES	Outros
12	LTDA	Outros
12	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Outros
12	MICHELLE TATIANNE RIBEIRO DE SOUSA	Outros
12	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Outros

Informações básicas de cadastro: Nome: George Washington de Oliveira Sousa CPF: 24163481320 Idade: 54 anos
Estado civil declarado: Casado Email: george.wos@hotmail.com Nacionalidade: Brasileira En endereço cadastrado: Rodovia
PA-150, 994 Centro, Xinguara, PA, CEP 68555330, Brasil. Cliente na categoria conta de pagamentos e cartão de crédito desde desde:
14/12/2019 Informações de atualização cadastral: Renda informada pelo cliente: R\$ 20.000,00 Informações de bases de
dados internas e externas: Renda presumida: R\$ 9.732,40. Registro profissional e societário: Não foi identificado, atualmente,
nenhum vínculo empregatício, tampouco participações societárias. Apesar disso, o cliente já fez parte do quadro societário e de
administradores de diversos CNPJs relacionados ao comércio de combustíveis. Inclusive, o ponto de referência de seu endereço de cadastro
é o mesmo endereço de um posto de combustível do qual já foi sócio, Posto Cavalo de Aço LTDA (84146638000125). Encontramos em uma
mídia que o cliente se autointitula gerente de postos de combustíveis (<https://www.metropoles.com/colunas/grande-angular/o-que-se-sabe-ate-o-momento-sobre-o-homem-que-planejou-atentado-no-df>). Informações de mídia negativa: Identificamos diversas mídias que
citam que o cliente tentou explodir uma bomba na área do Aeroporto Internacional de Brasília, em 24/12/2022, utilizando explosivos oriundos
de garimpos e pedreiras no Pará. Informou ter motivações políticas para o crime. Junto dele foram apreendidos um fuzil, duas espingardas,
revólveres, mais de mil munições e artefatos explosivos. Link da mídia: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/12/5061385-saiba-quem-e-o-bolsonarista-que-tentou-explodir-bomba-na-area-do-aeroporto.html>. Detalhamento das operações suspeitas e principais
operações atípicas George Washington foi recentemente preso na cidade de Brasília - DF após tentativa de atentado terrorista próximo
ao aeroporto da cidade. Junto dele foram apreendidos diversos armamentos, munições e artefatos explosivos. O volume transacionado em
sua conta dentro do período da análise excede sua capacidade financeira, sendo que algumas operações específicas apresentam a tipicidade
potencialmente relacionadas a compra de armamentos, vide maior detalhamento abaixo: No período analisado, identificamos
que a empresa NO RISK COMERCIO DE ARMAS E MUNICOES LTDA (CNPJ: 37170308000195), para a qual o cliente enviou um total de R\$
35.000,00, fez o envio desses recursos por meio de 3 transações PIX realizadas entre as datas de 17/08/2022 e 30/08/2022. Os recursos
utilizados nessas transferências ficaram poucos minutos na conta do cliente (entre crédito e débito). A origem dos valores foi concentrada do
POSTO CAVALO DE ACO LTDA, Tharly Maciel de Oliveira e Gustavo Neto Ferreira. A empresa SHOOTER ARMAS LTDA (CNPJ:
36897449000141) recebeu um total de R\$ 5.460,00 do cliente em 2 transações PIX, sendo a primeira no dia 30/08/2022 e a segunda em
21/12/2022. Ambas as transferências foram feitas com recursos que tiveram origem no Posto Cavalo de Aço LTDA e que ficaram poucos
minutos em conta antes que fossem transferidos. Por fim, as empresas RD COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES E CAMPING EIRELI (CNPJ:
28866327000160) e CUNHA COMERCIO DE ARMAS E MUNICOES EIRELI (CNPJ: 28802587000171) receberam, respectivamente, R\$ 215,00 e
R\$ 610,00 do cliente. Foram 2 transações via PIX (1 para cada empresa) realizadas em 23/12/2022, com recursos oriundos do Posto Cavalo de
Aço LTDA e de Antonio Americo Neto em 21/12/2022. Reporte realizado com base nas seguintes alíneas da Circular 4001 do BACEN:
1045 1º IV a: movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade
financeira do cliente, 1105 1º IX d: movimentações com indícios de financiamento ao terrorismo.
Ocorrências:
IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira
do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IX-d) movimentações com indícios de financiamento ao terrorismo. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

13	GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	Titular	108.210,00	107.526,00
13	POSTO CAVALO DE ACO LTDA	Remetente		
13	RAQUEL GOULART ALCANTARA DE SOUZA	Beneficiário		
13	NAGELLA R.A. MALTA EIRELI	Beneficiário		
13	USA BRASIL INFORMATICA EIRELI	Beneficiário		
13	SHOOTER ARMAS EIRELI	Beneficiário		
13	C GOMES NEGOCIOS	Beneficiário		
13	Ana Claudia Leite de Queiroz Sousa	Beneficiário		
13	RAFAEL SOARES DOS SANTOS	Beneficiário		

Sr. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA, CPF nº 24163481320, com início de relacionamento em 20/05/2005 que, segundo informações
provenientes de bureau, reside na cidade de Xinguara/PA, com 54 anos, renda mensal presumida de R\$ 4.000,00, constando ser
Gerente/supervisor de empresa industrial/comercial/prestadora de serviços. Não foi localizada empresa ativa pertencente ao cliente. A
movimentação está aparentemente acima da capacidade financeira do cliente. Chama a atenção o recebimento de montante expressivo de
pessoa jurídica da qual não é sócio, e de mesma titularidade. Após os créditos, o saldo foi utilizado principalmente em transferências bancárias



CONGRESSO NACIONAL CPMI do 08 de Janeiro

para vários favorecidos, com destaque para empresa que atua no comércio de armas e munições, bem como em transações com o cartão de débito da conta, e pagamentos de faturas de seu cartão de crédito e de outros serviços. Ademais, foram identificadas mídias desabonadoras em que o cliente é mencionado por ter sido preso por, supostamente, ser partícipe de uma tentativa de um ato terrorista no Distrito Federal em 29.12.2022, investigada pela Polícia Federal (Operação Nero). (<https://bit.ly/3CgEaBt> | <http://glo.bo/3Z63m7y>).

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-k) recebimento de recursos com imediata compra de instrumentos para a realização de pagamentos ou de transferências a terceiros, sem justificativa. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IX-b) operações ou prestação de serviços, de qualquer valor, a pessoas ou entidades que reconhecidamente tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

INFORMAÇÕES FISCAIS

GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA

Movimentação Financeira (Bradesco):

Movimentação Financeira 2020

Mês	Créditos	Débitos	Créditos de mesma titularidade	Débitos de mesma titularidade
Fevereiro	8.278,00	8.452,27	8.278,00	0,00
Março	500,00	0,00	500,00	0,00
Abril	0,00	467,20	0,00	0,00
Maio	1.965,53	550,36	1.965,53	0,00
Junho	8.852,81	2.306,96	8.852,81	0,00
Julho	2.607,73	8.908,26	2.607,73	0,00
Agosto	4.368,39	4.901,14	4.368,39	0,00
Setembro	24.805,62	7.613,53	24.805,62	1.000,00
Outubro	10.514,84	15.061,34	10.178,14	0,00
Novembro	18.485,99	4.503,64	18.083,69	0,00
Dezembro	25.704,67	50.193,02	18.631,17	1.001,10
TOTAIS	106.083,58	102.957,72	98.271,08	2.001,10

Movimentação Financeira 2021

Mês	Créditos	Débitos	Créditos de mesma titularidade	Débitos de mesma titularidade
Janeiro	62.444,11	6.486,93	6.239,11	0,00
Fevereiro	42.699,00	67.790,74	99,00	217,93
Março	6.268,00	36.685,45	5.068,00	0,00
Abril	14.150,54	11.963,53	14.150,54	466,80
Maio	16.278,77	13.816,89	14.747,77	1.132,08
Junho	8.311,52	5.493,26	8.311,52	0,00
Julho	14.572,23	24.481,83	12.175,80	2.000,31
Agosto	9.454,39	9.745,49	2.314,72	1.079,31
Setembro	8.305,90	9.352,11	1.000,00	2.485,11
Outubro	13.743,93	13.653,87	0,00	2.224,09
Novembro	13.011,79	11.665,52	0,00	334,47
Dezembro	12.211,37	13.154,39	0,00	1.749,49
TOTAIS	221.451,55	224.290,01	64.106,46	11.689,59



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Movimentação Financeira 2022

Mês	Créditos	Débitos	Créditos de mesma titularidade	Débitos de mesma titularidade
Janeiro	57.832,91	55.816,91	500,00	608,01
Fevereiro	30.404,06	32.429,97	0,00	610,98
Março	20.445,79	20.421,08	0,00	38,00
Abril	15.425,95	15.871,17	0,00	0,00
Maio	15.425,57	15.282,02	0,00	471,30
Junho	27.336,18	26.087,54	2.497,88	680,37
Julho	16.482,09	15.126,05	0,00	802,50
Agosto	51.786,05	53.278,21	0,00	3.232,68
Setembro	77.332,66	39.730,23	0,00	5.165,86
Outubro	4.836,72	35.464,27	0,00	33.500,00
Novembro	8.113,56	6.938,02	0,00	0,00
Dezembro	9.563,48	10.964,45	0,00	38,00
TOTAIS	334.985,02	327.409,92	2.997,88	45.147,70

Rendimento Tributável				
Código	Rendimento Bruto	Imposto Retido	Prev. Oficial	Dependentes
0588	55.000,00	4.016,32	6.050,00	0,00
8053	115,44	26,03	0,00	0,00
Total com 13ª:	55.115,44	4.042,35	6.050,00	0,00
Total sem 13ª:	55.115,44	4.042,35	6.050,00	0,00

Rendimento Tributável				
Código	Rendimento Bruto	Imposto Retido	Prev. Oficial	Dependentes
0588	60.000,00	4.381,44	6.600,00	0,00
8053	169,72	37,98	0,00	0,00
Total com 13ª:	60.169,72	4.419,42	6.600,00	0,00
Total sem 13ª:	60.169,72	4.419,42	6.600,00	0,00

Rendimento Tributável				
Código	Rendimento Bruto	Imposto Retido	Prev. Oficial	Dependentes
0588	60.000,00	4.381,44	6.600,00	0,00
8053	399,65	89,84	0,00	0,00
Total com 13ª:	60.399,65	4.471,28	6.600,00	0,00
Total sem 13ª:	60.399,65	4.471,28	6.600,00	0,00

Movimentação financeira em contas correntes e de poupança
(relação do declarado com a conta: Procurador):

Dados			
Ano	Mês	Créditos	Débitos
2019	05/2019	R\$ 444.368,31	R\$ 500.754,01
	06/2019	R\$ 916.388,64	R\$ 1.249.274,14
	07/2019	R\$ 1.925.442,39	R\$ 2.465.926,53
	08/2019	R\$ 1.572.101,61	R\$ 2.003.928,15
	09/2019	R\$ 1.661.918,43	R\$ 2.113.449,12



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

	10/2019	R\$ 1.601.035,50	R\$ 1.943.899,32
	11/2019	R\$ 1.690.920,78	R\$ 2.418.355,66
	12/2019	R\$ 2.132.222,55	R\$ 2.764.683,06
2019 Total		R\$ 11.944.398,21	R\$ 15.460.269,99
2020	01/2020	R\$ 2.215.368,31	R\$ 2.839.854,47
	02/2020	R\$ 2.067.037,12	R\$ 2.697.563,11
	03/2020	R\$ 2.069.510,14	R\$ 2.491.973,10
	04/2020	R\$ 3.231.197,52	R\$ 3.740.506,97
	05/2020	R\$ 2.750.113,08	R\$ 3.220.739,62
	06/2020	R\$ 2.502.702,82	R\$ 2.973.507,04
	07/2020	R\$ 2.618.168,84	R\$ 3.231.270,24
	08/2020	R\$ 3.201.873,80	R\$ 4.100.618,13
	09/2020	R\$ 3.104.684,73	R\$ 3.908.151,09
	10/2020	R\$ 2.563.307,45	R\$ 3.005.698,37
	11/2020	R\$ 2.321.035,26	R\$ 2.723.085,81
	12/2020	R\$ 2.641.699,87	R\$ 3.658.895,17
2020 Total		R\$ 31.286.698,94	R\$ 38.591.863,12
2021	01/2021	R\$ 2.316.545,03	R\$ 2.823.855,01
	02/2021	R\$ 2.552.482,60	R\$ 3.384.601,05
	03/2021	R\$ 3.285.790,68	R\$ 4.134.223,01
	04/2021	R\$ 3.353.984,42	R\$ 4.504.485,46
	05/2021	R\$ 2.646.497,14	R\$ 4.137.644,65
	06/2021	R\$ 3.595.147,03	R\$ 4.927.704,36
	07/2021	R\$ 3.360.626,37	R\$ 4.897.999,28
	08/2021	R\$ 3.795.057,28	R\$ 4.820.689,60
	09/2021	R\$ 3.364.807,68	R\$ 4.767.314,53
	10/2021	R\$ 3.418.592,68	R\$ 4.660.111,10
	11/2021	R\$ 4.156.257,38	R\$ 5.084.022,48
	12/2021	R\$ 5.413.755,16	R\$ 6.148.425,74
2021 Total		R\$ 41.259.543,45	R\$ 54.291.076,27
2022	01/2022	R\$ 3.769.532,90	R\$ 4.351.771,51
	02/2022	R\$ 4.446.075,32	R\$ 5.255.805,32
	03/2022	R\$ 7.822.019,85	R\$ 9.408.376,30
	04/2022	R\$ 7.033.708,87	R\$ 8.175.295,07
	05/2022	R\$ 7.600.460,20	R\$ 9.468.069,01
	06/2022	R\$ 9.344.793,05	R\$ 11.347.718,97
	07/2022	R\$ 10.907.695,27	R\$ 14.122.724,16
	08/2022	R\$ 10.751.248,63	R\$ 13.401.384,34
	09/2022	R\$ 6.936.250,64	R\$ 8.293.936,86
	10/2022	R\$ 7.234.161,51	R\$ 8.834.483,78
	11/2022	R\$ 4.013.037,66	R\$ 4.534.507,46
	12/2022	R\$ 3.889.065,92	R\$ 4.472.735,16
2022 Total		R\$ 83.748.049,82	R\$ 101.666.807,94
Total Geral		R\$ 168.238.690,42	R\$ 210.010.017,32

Notas Fiscais Emitidas:

	Ano							
Descrição do Produto	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total Geral	



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

NF-E	PIST CZ .9MM SHADOW 2 19 TIROS 120MM OXIDADO				R\$ 29.100,00			R\$ 29.100,00
	PITOLA SEMIAUTOMATICA, MARCA SPRINGFIELD MODELO 1911-A1 DYL MIL- SPEC, CALIBRE .45 ACP, CANO DE 5 POLEGADAS, ACABAMENTO E					R\$ 24.000,00		R\$ 24.000,00
	RIFLE MARCA SPRINGFIELD ARMORY, CALIBRE .308 WIN, MODELO SAINT VICTOR- AR10					R\$ 19.900,00		R\$ 19.900,00
	PIST CZ .9MM P-10 C 15 TIROS 102MM OXIDADO				R\$ 12.300,00			R\$ 12.300,00
	PISTOLA GLOCK .9MM G19 GEN5 FS SEMI AUTO C 15 TIROS				R\$ 11.679,00			R\$ 11.679,00
	PIST GLOCK .9MM G17 GEN5 FS SEMI AUTO C 17 TIROS				R\$ 11.679,00			R\$ 11.679,00
	265/70R17 115T S-ALLT+ PIRELLI				R\$ 4.787,60	R\$ 6.035,08		R\$ 10.822,68
	ESPINGARDA ARMSAN S.AUTO 12/24" 10 TIROS PHENOMA S					R\$ 10.550,00		R\$ 10.550,00
	CARABINA ROSSI PUMA .357 MAG 24" SAAMI OCT IN MI				R\$ 9.209,00			R\$ 9.209,00
	REVOLVER TAURUS RT357H .357MAG DUAL TONE 8,3" CBC				R\$ 8.808,00			R\$ 8.808,00
	MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL INSPIRON 15 5502				R\$ 8.077,68			R\$ 8.077,68
	ESPINGARDA CBC PUMP MILITARY 3.0 RT 12/19" FULL					R\$ 7.570,00		R\$ 7.570,00
	REV TAURUS RT692/9 .357 MAG 076 IFO ICSP525				R\$ 7.400,00			R\$ 7.400,00
	RIFLE CBC .22 B.ACTION 8122 23" OX MAD SER. ESPECI				R\$ 7.300,00			R\$ 7.300,00
	MUN CBC 308 WIN HPBT 168GR SNIPER CAIXA C/20 UN (10027836)					R\$ 6.240,00		R\$ 6.240,00
	265/60R18 110H S-ALLT+ PIRELLI WL FR					R\$ 6.143,40		R\$ 6.143,40
	MUNICAO 308 WIN HPBT 168GR SNIPER					R\$ 5.800,00		R\$ 5.800,00
	REPARO MAQUINA B2C_ EXPERT			R\$ 2.298,00	R\$ 3.447,00			R\$ 5.745,00
	REV TAURUS RT627/7 .357 MAG 4" INFO				R\$ 5.517,00			R\$ 5.517,00
	BICICLETA 29 BW 7.1 18V T/17 PTO/AZU/GRAF OGGI				R\$ 5.190,00			R\$ 5.190,00
	10026025 - MUN 9MM LUGER +P EXPO 147GR BONDED BLISTER 10 - 10026025					R\$ 5.160,00		R\$ 5.160,00
	MUN HORNADY 45AUTO FTX 185GR C.DEF 20UN					R\$ 3.690,00		R\$ 3.690,00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

MUN CBC 308WIN ETPT 162GR COMP C					R\$ 3.500,00		R\$ 3.500,00
KAZAAR		R\$ 2.816,00	R\$ 440,00				R\$ 3.256,00
MUNICAO CBC CAL 9MM EXPO +P 135GR PRO SHOCK BL C (10029935)					R\$ 3.080,00		R\$ 3.080,00
MUN CBC 308WIN HPBT 175GR SNIPER					R\$ 3.000,00		R\$ 3.000,00
CAPACETE SHARK EVO ONE V2 BLANK KMA MATT BLACK 62-XL		R\$ 2.879,00					R\$ 2.879,00
ISPIRAZIONE PALERMO KAZAAR			R\$ 448,00	R\$ 441,00	R\$ 1.960,00		R\$ 2.849,00
ROCADEIRA FS220 FACA 3 PONTAS STIHL			R\$ 2.779,00				R\$ 2.779,00
MUN CBC 308WIN ETPT 162GR CAIXA C/ 50 UN (10001024)					R\$ 2.660,00		R\$ 2.660,00
MUN CBC 9MM LUGER ETOG 124GR TREINA CX 50					R\$ 2.600,00		R\$ 2.600,00
MUN S&B CAL.45 AUTO JHP 230GR C					R\$ 2.400,00		R\$ 2.400,00
MUN. CAL.9MM LUGER ETOG 124G CX 50					R\$ 2.400,00		R\$ 2.400,00
REPARO MAQUINA B2C_LATTISSIMA TOUCH			R\$ 2.398,00				R\$ 2.398,00
LUM LED PUBLICA 150W 10001203 - CART 12/70				R\$ 2.370,00			R\$ 2.370,00
KNOCK VELOX CH-SG PLAST CX 25					R\$ 2.300,00		R\$ 2.300,00
EXPERT C80 PRETA 220V		R\$ 891,97		R\$ 1.299,00			R\$ 2.190,97
CAPACETE SHARK EVOLINE SERIE 3 DROP L - 60 WHITE/B	R\$ 1.900,00						R\$ 1.900,00
9MMLGR EXPO +P 135GR PRO SHOCK CX					R\$ 1.800,00		R\$ 1.800,00
MOCHILA DE COURO PARA NOTEBOOK NW072A					R\$ 1.759,00		R\$ 1.759,00
ISPIRAZIONE FIRENZE ARPEGGIO DECAFFEINAT			R\$ 264,00	R\$ 618,00	R\$ 870,00		R\$ 1.752,00
LANTERNA CJ, LUZES COMBINADAS, - ITEM 1				R\$ 1.660,69			R\$ 1.660,69
ISPIRAZIONE NAPOLI (O) EXTENSOR, CACAMBA TRITON			R\$ 312,00	R\$ 1.330,00			R\$ 1.642,00
ARMANI ACQUA DI GIO EDTV 100ML		R\$ 1.572,54					R\$ 1.572,54
REFLETOR 200W 1 LINHA SMD 6500K				R\$ 774,00	R\$ 798,00		R\$ 1.572,00
VALVULA, PNEU					R\$ 1.440,00		R\$ 1.440,00
BOLSA TRANSVERSAL STUDIO NS002					R\$ 1.398,39		R\$ 1.398,39
MUNICAO 308WIN EXPT 150GR CBC..					R\$ 599,00	R\$ 719,00	R\$ 1.318,00
BOTA MOC TOE WC PINHAO DESTROYER TAMANHO:39						R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
MUN CBC 9MMLGR EXPOP 115GR G.HEX BL C						R\$ 1.258,00	R\$ 1.258,00
					R\$ 1.200,00		R\$ 1.200,00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

MALA EXPEDITION - CAMUFLADO WARSKIN BLACK					R\$ 1.126,65		R\$ 1.126,65
ARMANI ACQUA DI GIO COFF 2003					R\$ 1.008,40		R\$ 1.008,40
10026421 - MUN .357MAG EXPO 158GR BLISTER 10 - 10026421					R\$ 1.000,00		R\$ 1.000,00
AEROCCINO 4 STANDALONE 220V		R\$ 978,26					R\$ 978,26
FORTISSIO LUNGO 2014			R\$ 926,00				R\$ 926,00
MUNICAO .357 MAG EXPO 158GR CBC					R\$ 900,00		R\$ 900,00
MUNICAO .357 MAG EXPP 158GR CBC					R\$ 900,00		R\$ 900,00
ARMANI HOMME EDT 100ML #L3153100				R\$ 899,10			R\$ 899,10
CARTUCHO 12/70 CH-3T CBC					R\$ 840,00		R\$ 840,00
REFLETOR 100W SMD IP65 6500K PIX				R\$ 810,00			R\$ 810,00
ISPIRAZIONE FIRENZE ARPEGGIO			R\$ 168,00	R\$ 355,00	R\$ 280,00		R\$ 803,00
BAND BRASIL TRADICIONAL 4 PANOS (2,56 X 1,80)					R\$ 780,00		R\$ 780,00
KIT DUPLO VELADO IWB GLOCK GEN 5 G19: COLDRE + 2 PORTA CARREGADORES -A DESTRO					R\$ 779,00		R\$ 779,00
KIT DUPLO VELADO IWB GLOCK GEN 5 G17: COLDRE + 2 PORTA CARREGADORES LADO:DESTRO					R\$ 779,00		R\$ 779,00
MUNICAO CBC CAL. 45 AUTO +P GOLD REX 185GR CX50					R\$ 750,00		R\$ 750,00
KERASTASE NUTRITIVE MAG MASK 200ML				R\$ 312,00	R\$ 420,00		R\$ 732,00
MUN CBC 9MM LUGER EXPO 115GR BLIS C					R\$ 700,00		R\$ 700,00
MUN CBC 308WIN HPBT 175GR SNIPER C					R\$ 688,00		R\$ 688,00
JAQUETA INVICTUS RAIN 2.0 MARROM G					R\$ 679,15		R\$ 679,15
WE STOCKHOLM				R\$ 270,00	R\$ 406,00		R\$ 676,00
OCULOS DE SOL REMIX.	R\$ 660,00						R\$ 660,00
K?RASTASE NUT BAIN STN2 SHMP 250ML					R\$ 642,00		R\$ 642,00
MUN S&B 45 AUTO FMJ 230GR CAIXA C/ 50 UNDS. (10027126)					R\$ 640,00		R\$ 640,00
KERASTASE NUT BAIN STN2 SHMP 250ML				R\$ 631,00			R\$ 631,00
GIVEN L'INTERDIT FRAG 80.ML				R\$ 629,00			R\$ 629,00
VIEW CUBE CAPSULE DISPENSER 2017		R\$ 150,00	R\$ 395,00	R\$ 80,00			R\$ 625,00
MALA EXPEDITION - COYOTE					R\$ 609,00		R\$ 609,00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

BULGARI BVLGARI MAN EDPV 100ML				R\$ 606,00			R\$ 606,00
PORTA CARREGADOR RELOAD 7.62 INVICTUS COYOTE					R\$ 586,95		R\$ 586,95
LATTISSIMA TOUCH FACELIFT BLACK 220V		R\$ 579,91					R\$ 579,91
MUN CBC 308 WIN HPBT 168GR SNIPER C RESERVADO INTEGRACAO					R\$ 570,00		R\$ 570,00
ARMANI ACQUA DI GIO EDP 125ML				R\$ 547,00			R\$ 547,00
MUN. CAL.45 AUTO LPC 230GR POLYMATCH CX50					R\$ 540,00		R\$ 540,00
CHAPÉU PANAMA STETSON 60 MARROM CODIGO DE BARRAS: 7891835107094				R\$ 524,90			R\$ 524,90
CHAPÉU PANAMA STETSON 60 CAQUI CODIGO DE BARRAS: 7891835107001				R\$ 524,90			R\$ 524,90
GIVENCHY INTERDIT EDP 50ML					R\$ 499,00		R\$ 499,00
BOTA MASCULINA CANO MEDIO COURO PINHAO BARCELONA DESIGN AMERICAN BULL 39				R\$ 499,00			R\$ 499,00
KERASTASE NUT CHVX F MASK 200ML				R\$ 472,00			R\$ 472,00
SAMSUNG GALAXY A8 64GB PRETO EXCELENTE				R\$ 465,00			R\$ 465,00
YVES ST LA LIBRE EDP 50ML						R\$ 459,00	R\$ 459,00
CART CBC 12/76,2 K.M3 GRADE 2 GRADE 1					R\$ 445,00		R\$ 445,00
COLDRE SLIM EM KYDEX VELADO ORIGINAL SABRE COLDRES: CZ P-10 C LADO:DESTRO					R\$ 439,00		R\$ 439,00
MUN HORNADY 357 MAG FTX 125GR C.DEF C 25UN					R\$ 437,50		R\$ 437,50
KERASTASE REGEN MASQUE HAIR 200ML				R\$ 429,00			R\$ 429,00
CAPACETE VASONA TITANIO UW(50-57) GIRO				R\$ 420,00			R\$ 420,00
MONTBLANC INDIVIDUEL EDTV 75ML				R\$ 399,00			R\$ 399,00
MOCHILA INVICTUS CITIZEN - PRETO					R\$ 399,00		R\$ 399,00
BAND BRASIL TRADICIONAL 2 PANOS (1,28 X 0,90)					R\$ 390,00		R\$ 390,00
CART CBC 12/70 BALOTE KNOCK DOWN GRADE 2 GRADE 1					R\$ 373,20		R\$ 373,20
R.LAUREN RALPH LAUREN EDP 50ML				R\$ 369,00			R\$ 369,00
TENIS MASCULINO COURO CAMURCA VERDE BARCELONA DESIGN LINE BULL 39			R\$ 368,00				R\$ 368,00
TOUCH TRAVEL MUG OL		R\$ 82,61	R\$ 285,00				R\$ 367,61



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

CJ DA CARTUCHEIRA LATERAL MILITARY MI CBC - 10016236					R\$ 362,24		R\$ 362,24
ORGANIZADOR TECH WORKPLACE NWA05					R\$ 359,00		R\$ 359,00
CART CBC 12/70 BALOTE KNOCK SLUG GRADE 2 GRADE 1					R\$ 357,50		R\$ 357,50
OLEO POWER 1 RACING 4T 10W40 1LT		R\$ 355,12					R\$ 355,12
PORTA CARREGADOR RELOAD PISTOL INVICTUS COYOTE					R\$ 329,30		R\$ 329,30
CART CBC 1270 BALOTE KNOCK DOWN					R\$ 320,00		R\$ 320,00
COTURNO MASCULINO CANASTRA 15 CRAZY CAFE - COR: CAFE TAMANHO: 39 COURO: CRAZY			R\$ 319,90				R\$ 319,90
FORTISSIO LUNGO			R\$ 312,00				R\$ 312,00
KERASTASE EXTENSIONISTE COND 200ML					R\$ 300,00		R\$ 300,00
CALCA ATTACK - TAURUS - TAN - TAM. P - MASCULINA					R\$ 299,81		R\$ 299,81
JAQUETA FLEECE INVICTUS NEW BLIZZARD PRETO G					R\$ 296,65		R\$ 296,65
CALCA TATICA ATTACK CBC EB CAMUFLADO P					R\$ 296,11		R\$ 296,11
ESSENZA MINI C30 PRETA 220V			R\$ 293,75				R\$ 293,75
CART CBC 12/70 KNOCK VELOX CH-SG GRADE 2 GRADE 1					R\$ 290,00		R\$ 290,00
CINTO RIGGER EXTREME INVICTUS COYOTE TAM G					R\$ 289,00		R\$ 289,00
SAPATA CJ, FREIO - ITEM 4			R\$ 285,38				R\$ 285,38
MUN CBC 9MM LUGER EOOG 124GR NTA ES C GRADE 2 GRADE 1					R\$ 285,00		R\$ 285,00
CALCA TATICA TAURUS ATTACK MULTICAM BLACK - MASCULINA TAM. P					R\$ 282,72		R\$ 282,72
MUN. CAL.357 MAG EXPO 158GR					R\$ 276,00		R\$ 276,00
CART CBC 1270 BALOTE KNOCK SLUG					R\$ 275,00		R\$ 275,00
OLEO MOTOR - ITEM 2			R\$ 274,56				R\$ 274,56
AGUASGAS			R\$ 55,00	R\$ 24,00	R\$ 192,00		R\$ 271,00
CBC VESTUARIO MOLETON MALHA COOL CBC STONE CAMO					R\$ 256,51		R\$ 256,51
BOLSA DE OMBRO URBAN - COYOTE					R\$ 254,15		R\$ 254,15
MUN CBC 357 MAG EXPP 158GR TREINA C					R\$ 250,00		R\$ 250,00
MUN CBC 9MM LUGER ETOG 124GR TREINA C					R\$ 249,50		R\$ 249,50



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

CAMISA DE FLANELA INVICTUS LUMBERJACK GRID DESERT G					R\$ 249,00		R\$ 249,00
10022782 - MUN 9MM LUGER +P EXPO 124GR BONDED BLISTER 10 - 10022782					R\$ 240,00		R\$ 240,00
CARTUCHO 12/70 KNOCK VELOX CH-SG CBC					R\$ 235,00		R\$ 235,00
KERASTASE EXTENSIONISTE SHAM 250ML					R\$ 232,00		R\$ 232,00
LIVANTO		R\$ 220,00					R\$ 220,00
VOLLUTO NEW SLEEVE		R\$ 220,00					R\$ 220,00
KIT LIMPEZA - 3 (TRES) PRODUTOS DA LINHA PROARMAS BY CLARUS TACTICAL					R\$ 212,00		R\$ 212,00
KERASTASE REVITALIZING HAIR 250ML				R\$ 209,00			R\$ 209,00
BASTIAO - PRETO E BEGE					R\$ 199,98		R\$ 199,98
MEMBRO 357 - PLANO MENSAL					R\$ 190,00		R\$ 190,00
DESPESAS COM HOSPEDAGEM				R\$ 190,00			R\$ 190,00
BWS LIMPA TENIS				R\$ 54,90	R\$ 131,98		R\$ 186,88
BWS LIMPA CAMURÇA E TECIDOS				R\$ 54,90	R\$ 131,98		R\$ 186,88
2 VIEW ESPRESSO CUPS AND SAUCERS		R\$ 90,00	R\$ 90,00				R\$ 180,00
CHAPÉU DE PALHA MARCATTO 56 CAQUI CODIGO DE BARRAS: 7891835206155				R\$ 179,90			R\$ 179,90
SHEMAGH INVICTUS MIRAGE DUNE DESERT					R\$ 178,00		R\$ 178,00
VIEW ESPRESSO & LUNGO KIT		R\$ 170,00					R\$ 170,00
VOLLUTO NESPRESSO&YOU NET/TEL		R\$ 22,00	R\$ 120,00	R\$ 25,00			R\$ 167,00
CAMISETA SAC L					R\$ 159,90		R\$ 159,90
CINTO MASCULINO COURO CAFE BARCELONA DESIGN 110				R\$ 158,00			R\$ 158,00
CAPA PARA MOTOCICLETA		R\$ 149,90					R\$ 149,90
BWS LIMPA SOLADOS				R\$ 44,90	R\$ 99,98		R\$ 144,88
PIXIE ESP SET RISTRETTO&DECA 122PC					R\$ 140,00		R\$ 140,00
MC BRASIL, PATCH, BRASIL EMBORRACHADO, BANDEIRA OTIMO PADRAO					R\$ 140,00		R\$ 140,00
BANDOLEIRA ATTACH 2.0 INVICTUS COYOTE					R\$ 139,00		R\$ 139,00
BARISTA CREATIONS COCOA TRUFFLE				R\$ 135,00			R\$ 135,00
TOUCH TRAVELMUGFESTIVE20				R\$ 120,00			R\$ 120,00
BP-SELECT					R\$ 111,72		R\$ 111,72
PIXIE ESP SET RISTRETTO&DECA 12(2PC			R\$ 110,00				R\$ 110,00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

ARPEGGIO DECAFFEINATO			R\$ 110,00				R\$ 110,00
PIXIE ESPRESSO, VOLLUTO		R\$ 110,00					R\$ 110,00
MELATONINA ON		R\$ 105,80					R\$ 105,80
TOUCH SLEEVE DISPENSER		R\$ 104,54					R\$ 104,54
FILTRO DE OLEO UTILIZADO EM MOTOCICLETA		R\$ 101,03					R\$ 101,03
2 VIEW CAPPUCCINO CUPS AND SAUCERS			R\$ 100,00				R\$ 100,00
BWS PALMILHA GEL 118				R\$ 99,90			R\$ 99,90
BONE 06 GOMOS					R\$ 99,00		R\$ 99,00
PULSEIRA SI VIS PACEM PARA BELLUM					R\$ 89,70		R\$ 89,70
PULSEIRA SEMPER PARATUS					R\$ 89,70		R\$ 89,70
PULSEIRA DONT TREAD ON ME					R\$ 89,70		R\$ 89,70
PULSEIRA NAO FUJA DA LUTA TAMANHO:P					R\$ 89,70		R\$ 89,70
PROTETIVO ANTECORROSIVO WIPES PROARMAS					R\$ 86,24		R\$ 86,24
SUPORTE P/BICICLETA LJJ-2 ACO PTO TANGSHAN				R\$ 85,00			R\$ 85,00
CICLOCOMPUTADOR NERO PTO.ABSOLUTE				R\$ 85,00			R\$ 85,00
VIEW LUNGO (UNIT)				R\$ 83,02			R\$ 83,02
BARISTA CORTO				R\$ 81,00			R\$ 81,00
AGUA MINERAL SEM GAS 350ML		R\$ 80,00					R\$ 80,00
REPARA DESGASTES MUSS PLUS BT003				R\$ 79,90			R\$ 79,90
TAG EXERCITO BRASILEIRO					R\$ 79,80		R\$ 79,80
TAG INFANTARIA					R\$ 79,80		R\$ 79,80
ISPIRAZIONE VENEZIA				R\$ 75,00			R\$ 75,00
BWS PROTETOR PARA TENIS					R\$ 69,99		R\$ 69,99
BWS ECO SPUMA				R\$ 69,90			R\$ 69,90
BREVE PARAQUEDISTA					R\$ 69,90		R\$ 69,90
KIT REVISAO HHS200 + POSTOFF		R\$ 69,74					R\$ 69,74
SPEAKER (CAIXA PARTY)				R\$ 69,48			R\$ 69,48
CANTUCCINI 120G		R\$ 28,00		R\$ 40,00			R\$ 68,00
FILTRO, OLEO T/M - ITEM 1			R\$ 64,23				R\$ 64,23
VIEW ESPRESSO (UNIT)				R\$ 60,22			R\$ 60,22
MOCHILA VERMELHA (MOCHILA COOLER)				R\$ 59,90			R\$ 59,90
BWS RENOVADOR SPRAY COR:INCOLOR				R\$ 59,90			R\$ 59,90
BWS PALMILHA COMFORT TAMANHO:36-39;MODELO:MASCULINO					R\$ 54,99		R\$ 54,99
BWS ECO REALCE COR:INCOLOR				R\$ 54,90			R\$ 54,90
BARISTA CREATION CARAMEL CREME				R\$ 54,00			R\$ 54,00
BARISTA CREATION VANILLA ECLAIR				R\$ 54,00			R\$ 54,00
CANGA - ICED 2021				R\$ 52,86			R\$ 52,86



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

BANDEIRA DO BRASIL EMBORRACHADA 3D PATCH COM VELCRO					R\$ 52,50		R\$ 52,50
MASTER ORIGIN - INDIA		R\$ 25,00	R\$ 26,00				R\$ 51,00
GARRAFA "ON-THE-GO" PEQUENA				R\$ 50,46			R\$ 50,46
SUCODECAIXINHA			R\$ 18,00	R\$ 12,00	R\$ 20,00		R\$ 50,00
BWS MUSS POTE COR:MARROM ESCURO					R\$ 49,99		R\$ 49,99
BWS MUSS POTE COR:INCOLOR					R\$ 49,99		R\$ 49,99
ROMA NEW SLEEVE		R\$ 44,00					R\$ 44,00
ARPEGGIO		R\$ 44,00					R\$ 44,00
RISTRETTO		R\$ 44,00					R\$ 44,00
TARJETA EMBORRACHADA BRASIL					R\$ 43,47		R\$ 43,47
BWS LUVA POLIDORA (KIT COM 2 UNIDADES)					R\$ 42,99		R\$ 42,99
BARISTA CREATIONS FREDDO INT				R\$ 31,00			R\$ 31,00
FESTIVE BLACK COFFEE			R\$ 30,00				R\$ 30,00
CAFEZINHO DO BRASIL		R\$ 28,00					R\$ 28,00
MASTER ORIGIN - COLOMBIA			R\$ 26,00				R\$ 26,00
PATCH EMBORRACHADO - BASE					R\$ 25,00		R\$ 25,00
ENVIVO LUNGO				R\$ 25,00			R\$ 25,00
COPO AXE				R\$ 24,90			R\$ 24,90
PIXIE LUNGO, CHERRY RED GWP - AMBASSADOR				R\$ 22,57			R\$ 22,57
FIDEL ARMANI GIFT 1PC				R\$ 21,20			R\$ 21,20
SACOLA MOCHILA PROMOCIONAL INVICTUS (UNIDADE)					R\$ 20,00		R\$ 20,00
AGUA DE COCO					R\$ 20,00		R\$ 20,00
BWS LUVA POLIDORA				R\$ 19,90			R\$ 19,90
FIDEL SEPHORA GIFT 1UNIT				R\$ 19,08			R\$ 19,08
PATCH INVICTUS TARGET					R\$ 19,00		R\$ 19,00
KERASTASE CHRONOLOGISTE GWP 75ML				R\$ 18,28			R\$ 18,28
PATCH INVICTUS POSITION					R\$ 18,00		R\$ 18,00
BR COTTON POUCH G					R\$ 18,00		R\$ 18,00
BR SAMPLING WORLD EXPLORATIONS CRM N&Y				R\$ 17,51			R\$ 17,51
WORLD EXPLORATIONS 7 CAPS R1				R\$ 17,50			R\$ 17,50
ARRUELA EM ALUMINIO BUJAO CARTER		R\$ 17,15					R\$ 17,15
TODDYNH0					R\$ 15,00		R\$ 15,00
MENTOS PURE GARRAFA					R\$ 14,00		R\$ 14,00
CALVIN KLE ECOBAG GWP 1UNID				R\$ 11,67			R\$ 11,67
JUNTA, VEDACAO DRENO OLEO MOTO - ITEM 3			R\$ 10,07				R\$ 10,07
REFRIGERANTE			R\$ 5,00		R\$ 5,00		R\$ 10,00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

	BR SAMPLING ISPIRAZIONE ITALIANA CRM N&Y				R\$ 9,71			R\$ 9,71	
	SAMPLING BR MASTER ORIGIN				R\$ 9,34			R\$ 9,34	
	BR SAMPLING MASTER ORIGIN CRM N&Y				R\$ 9,34			R\$ 9,34	
	PATCH INVICTUS SURVIVOR					R\$ 9,00		R\$ 9,00	
	SAMPLING BR 7 CAPS OL LUNGO			R\$ 8,08				R\$ 8,08	
	CERVEJA SKOL			R\$ 8,00				R\$ 8,00	
	KERAS K?RASTASE GIFT 1UNIT					R\$ 7,57		R\$ 7,57	
	FIDELITE MY WAY GWP 1,2ML				R\$ 6,41			R\$ 6,41	
	BIOSSANCE PROBIOGEL GIFT 5ML					R\$ 6,25		R\$ 6,25	
	ALVO HUMANOIDE PANTANAL					R\$ 6,00		R\$ 6,00	
	CHAVE LIGA/DESL PVC BOTAO 2 POLOS PRETO				R\$ 4,90			R\$ 4,90	
	ENVIO DE CAIXA VAZIA_AFTER SALES_B2C			R\$ 2,28	R\$ 2,28			R\$ 4,56	
	BOMBOM					R\$ 3,00		R\$ 3,00	
	JANEI BEIJA FLOR CREA 25.ML						R\$ 1,00	R\$ 1,00	
	BRGWP BEAUTY CLUB B BC				R\$ 1,00			R\$ 1,00	
	CASTANHA DE CAJU CAJUMIL 30G DUNORTE					R\$ 0,96		R\$ 0,96	
	LAUDER ANR EYE CONC N GWP 0,5ML				R\$ 0,71			R\$ 0,71	
	SACOLA DE RECICLAGEM PAPEL MULTIPLO =					R\$ 0,60		R\$ 0,60	
	KENZO EDT SOFISTIC GWP 1ML						R\$ 0,47	R\$ 0,47	
	GIVEN L'INTERDIT SMPL 1ML					R\$ 0,38		R\$ 0,38	
	PINO FIX MASSA MIRA 454 INOX					R\$ 0,24		R\$ 0,24	
	AZZARO POUR HOMME MASCULINO EAU DE TOILE					R\$ 0,01		R\$ 0,01	
	BWS BRINDE - ALCOOL EM GEL BONTON				R\$ 0,01			R\$ 0,01	
	CHROME MASCULINO EAU DE TOILETTE					R\$ 0,01		R\$ 0,01	
	Total		R\$ 2.560,00	R\$ 11.978,57	R\$ 13.349,25	R\$ 146.962,22	R\$ 158.654,23	R\$ 460,47	R\$ 333.964,74

ATO DE VANDALISMO DO DIA 12

No dia 12 de dezembro de 2022, no centro de Brasília, nas imediações do prédio da Polícia Federal, ocorreram fatos que resultaram na



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

depredação/incêndio de oito veículos (cinco deles ônibus, dos quais quatro ficaram totalmente queimados), supostamente motivados por represália à prisão, pela Polícia Federal, do líder indígena e apoiador do presidente Jair Bolsonaro Cacique Tserere. Tais fatos violentos puseram em risco a vida de numerosas pessoas (entre agentes públicos e particulares), causaram danos ao patrimônio público (ao menos a quebra da vidraça da entrada da 5ª Delegacia de Polícia e depredação de uma viatura policial) e a bens privados, e, sobretudo, causaram medo e insegurança à população em geral.

Aliás, a informação de cumprimento do referido mandado de prisão chegou às forças de segurança do Distrito Federal (SSP/DF e PM/DF) com atraso, o que inviabilizou a adoção de medidas mais eficazes para a prevenção/contenção dos prováveis conflitos que dela adviriam.

De fato, a prisão do líder indígena Cacique Tserere, estopim das manifestações violentas de 12 de dezembro de 2022, foi medida que, por sua relevância para o movimento de apoiadores do Presidente Bolsonaro, certamente acirraria os ânimos dos militantes contrários ao resultado do pleito eleitoral, deveria ter demandado um planejamento mais eficaz, pela Polícia Federal, para o seu cumprimento.

Ato contínuo, a Polícia Civil do Distrito Federal deu início a investigação minuciosa, com vistas à identificação da autoria dos diversos crimes praticados, assim como à identificação da suposta vinculação de tais atos a apoiadores do Presidente Bolsonaro e/ou com manifestantes oriundos do acampamento situado em área contígua ao QG do Exército.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

O General Dutra pontua que não teria sido possível comprovar que as pessoas que promoveram os atos de vandalismo do dia 12 tivessem retornado para o acampamento.

Não houve a comprovação de que essas pessoas retornaram para o acampamento. Como o senhor mencionou, não houve prisão, mas não tem, da mesma forma, como comprovar que eles voltaram para o acampamento.

De fato, naquele contexto, a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal, a Polícia Federal no Distrito Federal e o Comando Militar do Planalto (responsável pela administração da área onde se situava o acampamento dos manifestantes) deveriam ter estabelecido cooperação mútua para prevenir atos de violência, conflitos individuais ou de massa e delitos em geral que pudessem decorrer de acontecimentos político ou jurídicos diversos, que tivessem potencial para acirrar os ânimos dos manifestantes contrários ao resultado do pleito eleitoral.

DOCUMENTOS DILIGENCIADOS/ANALISADOS

LAUDO DE PERÍCIA CRIMINAL 51.525/2023

[...]

Quando do exame, constatou-se que o aparelho se encontrava com a tela bloqueada por senha alfanumérica. Por meio da senha fornecida (gegi2630), no entanto, logrou-se êxito em desbloqueá-lo e acessar os dados de sua memória interna.

Na sequência, verificou-se que o aparelho se encontrava configurado com a conta Google gwasousa@gmail.com, associada ao nome George Washinhton Oliveira Sousa, e que o aplicativo WhatsApp estava vinculado ao número telefônico 94-99274-3155, ao nome George Wash Boltruyahu [...]



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Na sequência, analisando o conteúdo do aparelho, foram localizadas conversas relacionadas ao objetivo pericial ou de potencial interesse investigativo no aplicativo WhatsApp, dentre as quais as da amostra impressa nas Tabelas 1 a 3.

[...]

De	Para	Corpo	Data
559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0416.opus Transcrição: "Boa noite, nego duro. Por onde o senhor anda? Sumiu? O que que o senhor me fala? Já tá sabendo aí que raptaram ou prenderam o Tserere com a família? Agora eu acho que a gente vai ter que começar a engrossar. A gente vai falando."	12/12/2022 19:56:06
559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0486.opus Transcrição: "Escuta, nego duro, tá na escuta?"	12/12/2022 20:15:53
559499274315 5 George Wash Boltruyahu	559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	QAP	12/12/2022 20:16:23
559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0503.opus Transcrição: "Não entendi. Você tá no Quartel do Amapá?"	12/12/2022 20:28:39
559499274315 5 George Wash Boltruyahu	559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	QG Brasília	12/12/2022 20:30:23
559499274315 5 George Wash Boltruyahu	559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	Não saio daqui	12/12/2022 20:30:32
559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0507.opus Transcrição: "Nós temos que ir lá para Federal, lá para delegacia. Estamos aqui caçando ônibus para levar o povo e os miserável não quer levar. Motorista de outras rotas, porque os nossos não sabe nem onde é que tá."	12/12/2022 20:30:51
559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0568.opus Transcrição: "Nós estamos indo para a Federal, Washington. Chega junto com nós."	12/12/2022 21:07:28
559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0571.opus Transcrição: "Vamos marcar aquela pescada, rápido. Chega junto, bora resolver isso."	12/12/2022 21:08:11
559499274315 5 George Wash Boltruyahu	559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	PTT-20221212-WA0646.opus Transcrição: "Meu irmão, eu tô aqui. Já tem mais de uma hora e meia que eu tô nessa porra aqui. Vocês já chegaram aqui nesse caralho?"	12/12/2022 22:25:55
559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0649.opus Transcrição: "A gente não conseguiu chegar. A Polícia cercou todos os caminhão. Não tem como chegar aí. Já falei com o Mendanha e o Mendanha falou que já tá no mundo, que já tá indo embora."	12/12/2022 22:28:52
559491169998 Zezé Matinha Patriota Xinguara	5594992743155 George Wash Boltruyahu	PTT-20221212-WA0652.opus Transcrição: "Você tá com algum advogado aí para trabalhar?"	12/12/2022 22:29:35

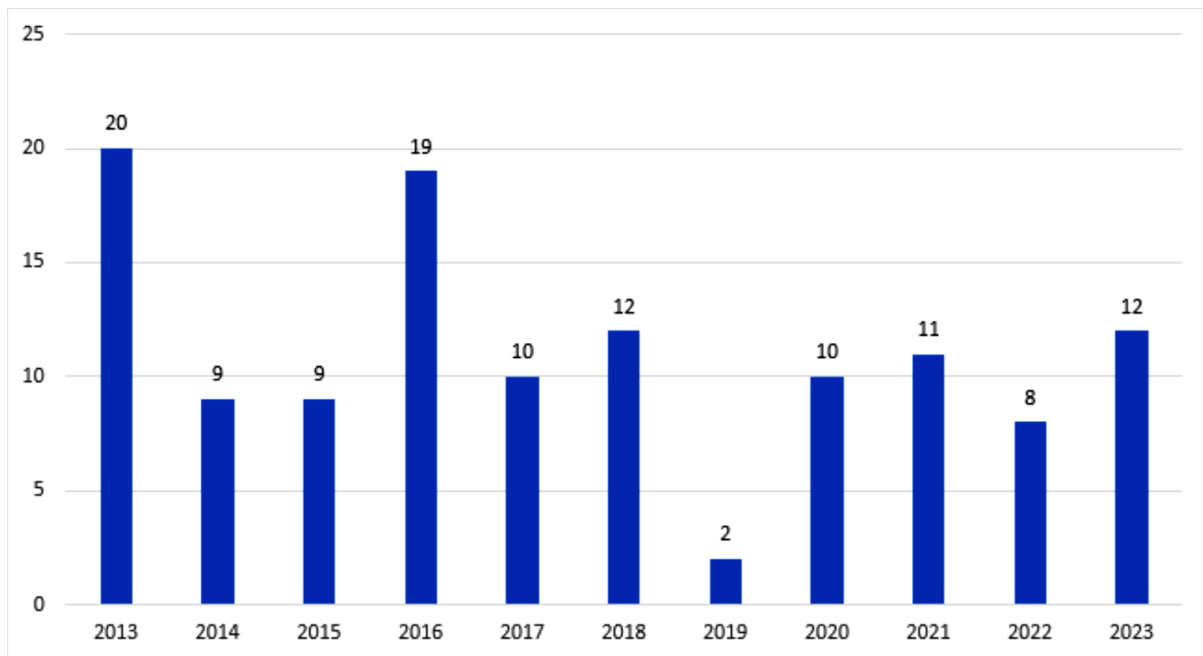
DEMAIS AÇÕES DE VANDALISMO



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

ATAQUES A TORRES DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA

Em atenção ao Ofício nº 295/2023 – CPMI8, decorrente do Requerimento nº 1204/2023, a ANEEL encaminhou o Ofício nº 68 / 2023-AID/ANEEL¹³¹, de 18 de julho de 2023, onde informa, entre outras coisas, o número de desligamentos provocados por atos de vandalismo, como segue:



Ações da ANEEL realizadas em função das ocorrências mencionadas no Requerimento:

No dia 09 de janeiro de 2023, a ANEEL declarou repúdio às ações criminosas praticadas no domingo anterior e informou que manteve, sob coordenação do MME, constante contato com o ONS e diretores de operação dos principais centros urbanos do Brasil para garantir segurança no fornecimento de energia elétrica. No mesmo dia, foram encaminhados Ofícios Circulares1 às principais concessionárias de Geração, Transmissão e Distribuição informando a Instauração do Gabinete de Acompanhamento da Situação do

¹³¹ Documento assinado digitalmente por Marianna Amaral da Cunha, Chefe da Assessoria Parlamentar, em 19/07/2023 às 15:03



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Sistema Elétrico Brasileiro e determinando atenção para a realização de ações relacionadas à gestão de contingências. Dentre as ações determinadas, destacamos:

- Operacionalização dos planos de contingência relacionados com a integridade física e de proteção de dados de suas Empresas, bem como monitoramento de qualquer risco de intercorrência nas instalações sob sua responsabilidade, em especial nas instalações com maior relevância para o sistema;*
- Estabelecimento de contatos prévios com os órgãos de segurança pública dos estados, com o objetivo principal de permitir a troca de informações relevantes sobre o assunto, e que casos concretos deveriam ser levados imediatamente para conhecimento e providências dos órgãos de segurança pública;*
- Prestação de informações, ao longo dos 15 (quinze) dias seguintes, duas vezes ao dia (até as 08h30 e até 17h30), indicando qualquer ato, tentativa ou suspeita de ataques às instalações físicas ou à segurança cibernética dos ativos;*
- Em caso de ocorrências relevantes efetivas ou situações críticas, a ANEEL deveria ser informada imediatamente;*
- Suspensão do fornecimento de energia elétrica de possíveis instalações provisórias, relacionadas à acampamentos clandestinos de manifestantes e identificação, se possível, dos proprietários/consumidores responsáveis, com fins de encaminhamento para as autoridades públicas. As Distribuidoras responderam, à época, que foram realizadas vistorias e não foram identificadas instalações provisórias nas áreas de acampamento de manifestantes.*

- Já no Ofício Circular nº 7/2023-DR/ANEEL, a ANEEL determinou que o ONS reforçasse sua atenção com relação a eventuais ocorrências associadas a vandalismos que pudessem ser verificadas em LTs do SIN e em centros de operação das concessionárias de transmissão e do próprio Operador e informasse, imediatamente, à SFE ocorrências associadas a vandalismos, em especial aquelas que provocassem alteração na operação do sistema às transmissoras no sentido de informar sobre inspeções e investigações que apontassem as causas, com reforço nos atos de vandalismo.

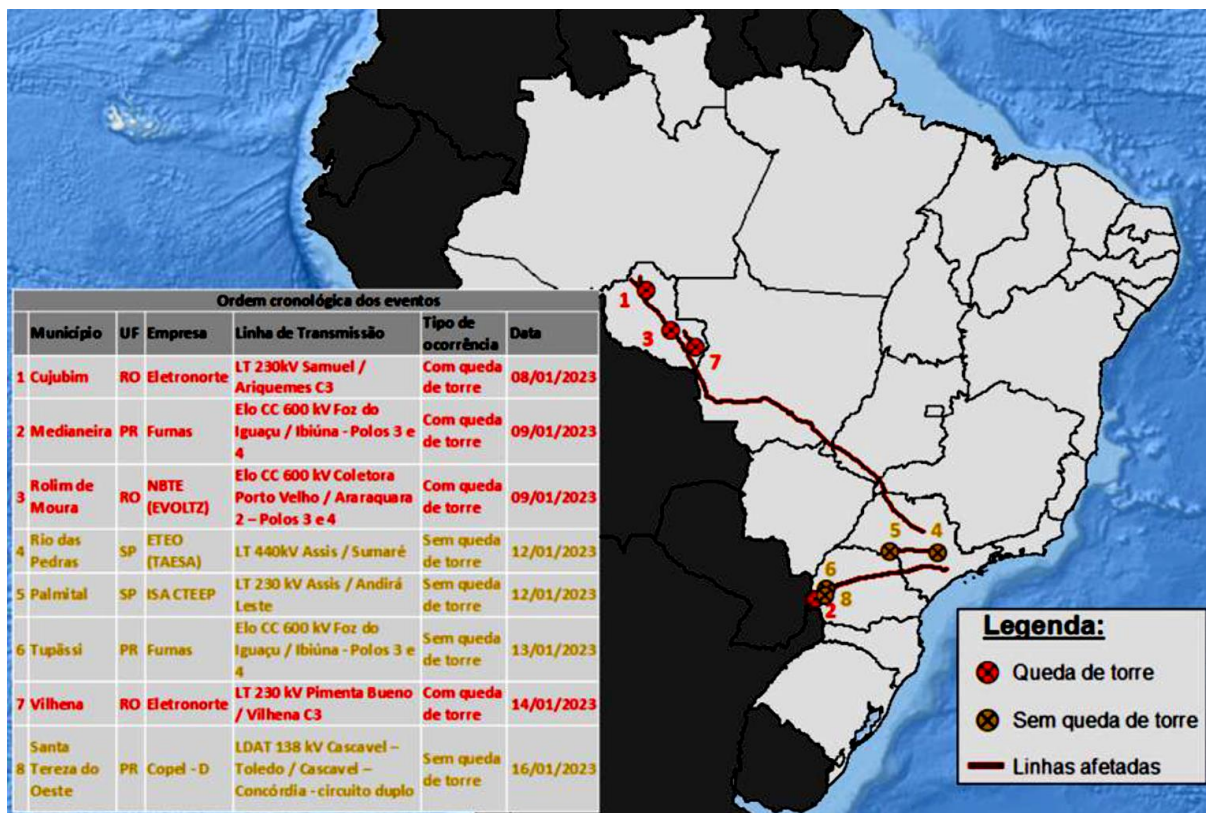
- A Agência realizou monitoramento diferenciado dos ativos e instalações do setor no período de 9 a 24 de janeiro de 2023. Foram enviadas à ANEEL pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição, duas vezes por dia, informações atualizadas sobre as situações das instalações de energia elétrica as quais foram analisadas pela SFE e emitido dois reports diários ao Gabinete de Acompanhamento da Situação do Sistema Elétrico Brasileiro.

- Entre os dias 08 e 16 de janeiro de 2023, quando os eventos se intensificaram, foram reportados pelas Transmissoras os atos de vandalismos nos locais



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

mostrados no mapa da Figura 1.



Seguem as ocorrências identificadas por atos de vandalismo no período de interesse da investigação da CPMI08:

Os desligamentos abaixo são os que provocaram corte de carga:

24Dec2022 2:33:00

LT 230 kV

BALSAS / RIB.GONCALVES C 1 MA/PI

ELETRONORTE

A perturbação consistiu no desligamento automático da LT 230 kV Ribeiro Gonçalves / Balsas C1, devido a um curto-circuito monofásico envolvendo a fase Azul provocado por queda de torre em decorrência de vandalismo. A falta foi localizada a 87 km da SE Ribeiro Gonçalves.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Os desligamentos abaixo não causaram corte de carga:

13Dec2022 15:50:00

CC 600 kV C.PORTO VELHO / ARARAQUARA 2 C 3 RO/SP

NORTE BRASIL

A perturbação consistiu nos desligamentos automáticos das CC 600 kV C.PORTO VELHO / ARARAQUARA 2 C3 e CC 600 kV C.PORTO VELHO / ARARAQUARA 2 C4, provocada por vandalismo na torre 2783. A falha foi eliminada por atuação da proteção DCLF das referida linhas. A falha foi localizada a 1556,3 Km do terminal de C. Porto Velho. Os conversores foram desligados por configuração. O esquema do religamento automático das referidas linhas encontravam-se desabilitados em função do circuito 4 estar operando em retorno metálico no momento da ocorrência. O agente Norte Brasil informou que no dia 16/12/2022, as atividades para reconstrução da nova torre foram finalizadas e as referidas LT foram energizadas.

13Dec2022 15:50:00

CC 600 kV C.PORTO VELHO / ARARAQUARA 2 C 4 RO/SP

NORTE BRASIL

A perturbação consistiu nos desligamentos automáticos das CC 600 kV C.PORTO VELHO / ARARAQUARA 2 C3 e CC 600 kV C.PORTO VELHO / ARARAQUARA 2 C4, provocada por vandalismo na torre 2783. A falha foi eliminada por atuação da proteção DCLF das referida linhas. A falha foi localizada a 1556,3 Km do terminal de C. Porto Velho. Os conversores foram desligados por configuração. O esquema do religamento automático das referidas linhas encontravam-se desabilitados em função do circuito 4 estar operando em retorno metálico no momento da ocorrência. O agente Norte Brasil informou que no dia 16/12/2022, as atividades para reconstrução da nova torre foram finalizadas e as referidas LT foram energizadas.

31Dec2022 17:16:00

LT 500 kV IMPERATRIZ / COLINAS C 2 MA/TO

TAESA

A perturbação consistiu no desligamento automático da LT 500 kV Imperatriz - Colinas C2 devido à incidência de um curto-circuito monofásico, que envolveu a fase C, provocado por queda de torre. A falta foi eliminada em 75,4 ms pelas atuações das proteções principal e alternada de distância em 1ª zona para falha à terra no terminal de Imperatriz e pela atuação das proteções principal e alternada em 2ª zona para falha à terra e sobrecorrente direcional



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

residual associada ao esquema de teleproteção (POTT) no terminal de Colinas. Houve a atuação do religamento automático tripolar somente do terminal líder, no entanto, houve um curto-circuito trifásico que foi eliminado em 53,6 ms pelas atuações das proteções principal e alternada de fechamento sob falta (SOTF) do terminal de Imperatriz. Às 17h19min houve tentativa de energização manual, ocorrendo um curto-circuito trifásico, que foi eliminado em 65,8 ms pelas atuações das proteções principal e alternada de fechamento sob falta (SOTF) no terminal de Imperatriz.

01Jan2023 18:14:00

LT 500 kV MIRANDA II / PAULINO NEVES C 1 MA

OMEGA EI 1

A perturbação consistiu no Desligamento automático da LT 500 kV Paulino Neves/ Miranda II, devido a um curto circuito Bifásico envolvendo as fases A e B, provocado pelo rompimento de estai da estrutura T355 (170/2), por vandalismo, com a consequente desligamento dos conjuntos de geração Eólica Delta 3 e Delta 6. A falta localizada a 170km da SE Miranda II e a 70km da SE Paulino Neves, foi eliminada pelas atuações das proteções principal e alternada de distância em Zona 1 de Fase no terminal da SE Miranda II; Atuação do esquema de teleproteção por Recepção de sinal permissivo por sobrealcance no terminal da SE SE Paulino Neves, abrindo os disjuntores de Miranda II em 48,5ms e de Paulino Neves em 52ms.

08Jan2023 21:30:00

LT 230 kV SAMUEL / ARIQUEMES C 3 RO

ELETRONORTE

A perturbação consistiu no desligamento automático da linha de transmissão LT 230 kV Samuel - Ariqueemes C3 devido à incidência de um curto-circuito monofásico, com envolvimento da fase Branca, provocado por queda de torre (vandalismo). O defeito foi eliminado em 50 ms pela atuação da proteção diferencial de linha, fase B, cadeias principal e alternada em ambos os terminais. A falta foi localizada a 62,44 km da SE Ariqueemes. Houve a atuação do religamento automático tripolar do terminal líder da linha (Samuel), no entanto, sob defeito trifásico, que foi eliminado em 54 ms por atuação da proteção diferencial de linha. Às 21h32min e às 21h46min ocorreram tentativas de restabelecimento manual a partir do terminal de Samuel, no entanto, ambas as tentativas ocorreram sob defeito trifásico, que foi eliminado por atuação da proteção SOTF.

09Jan2023 0:13:00

CC 600 kV F.IGUACU 50HZ / IBIUNA C 4 PR/ SP ()

FURNAS



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

A perturbação consistiu no desligamento das LT 600 kV Foz do Iguaçu 50 Hz - Ibiúna C3 e C4, devido à queda de torre provocada por atos de vandalismo. As faltas foram eliminadas por atuação das proteções em 16 ms em ambos os circuitos, provocando a parada dos conversores CV07 e CV08 das SE Ibiúna e SE Foz do Iguaçu. Os circuitos utilizam as mesmas estruturas, sendo que o circuito 3 desligou após aproximadamente 4 s após o desligamento do circuito 4. O defeito foi localizado a 50 km da SE Foz do Iguaçu com a verificação da queda da torre T114. Na ocasião, ocorreram 3 tentativas de restabelecimento automático, em cada circuito, sem sucesso. Houve tentativa de restabelecimento do circuito LT 600kV Foz do Iguaçu - Ibiúna C4 sob falta às 00h47min, que foi eliminada pela atuação da proteção da linha. Além da queda da torre T114 foi verificado danos nas torres T112, T113 e T115, sendo reparadas sob documento SIRO STFIG - 00041/2023 (SGI: 00.001.540-23) com conclusão no dia 13/01/2023.

09Jan2023 0:13:00

CC 600 kV F.IGUACU 50HZ / IBIUNA C 3 PR/SP ()

FURNAS

A perturbação consistiu no desligamento das LT 600 kV Foz do Iguaçu 50 Hz - Ibiúna C3 e C4, devido à queda de torre provocada por atos de vandalismo. As faltas foram eliminadas por atuação das proteções em 16 ms em ambos os circuitos, provocando a parada dos conversores CV07 e CV08 das SE Ibiúna e SE Foz do Iguaçu. Os circuitos utilizam as mesmas estruturas, sendo que o circuito 3 desligou após aproximadamente 4 s após o desligamento do circuito 4. O defeito foi localizado a 50 km da SE Foz do Iguaçu com a verificação da queda da torre T114. Na ocasião, ocorreram 3 tentativas de restabelecimento automático, em cada circuito, sem sucesso. Houve tentativa de restabelecimento do circuito LT 600kV Foz do Iguaçu - Ibiúna C4 sob falta às 00h47min, que foi eliminada pela atuação da proteção da linha. Além da queda da torre T114 foi verificado danos nas torres T112, T113 e T115, sendo reparadas sob documento SIRO STFIG - 00041/2023 (SGI: 00.001.540-23) com conclusão no dia 13/01/2023.

09Jan2023 0:40:00

CC 600 kV C.PORTO VELHO / ARARAQUARA 2 C 3 RO/SP

NORTE BRASIL

A perturbação consistiu no bloqueio automático da LT CC 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2, C3, devido a ato de sabotagem na torre 724, a qual teve dois estais cortados de forma intencional, resultando na queda da torre 724 e em danos à estrutura 725. Houve o bloqueio automático do Polo 3 pela atuação da proteção DCLF (DC Line Fault), devido à ocorrência de falha permanente à terra no Circuito 3. O LFL localizou automaticamente a



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

perturbação, a 392,6 km do terminal da SE Coletora Porto Velho, o que corresponde a torre 722. O religamento automático da LT 600 kV Coletora Porto Velho/Araraquara 2 - C3 se encontrava desabilitado. No momento da ocorrência, o Polo 3 estava operando em modo monopolar com retorno metálico e transmissão de 841 MW. O Polo 4 do Bipolo 2 encontrava-se bloqueado. O Bipolo 1 efetuou ação de run-up elevando a transmissão de 2731 MW para 3552 MW, um montante de aproximadamente 820 MW. À 00h41min houve o corte de 7 UGs na UHE Santo Antônio e 7 UGs na UHE Jirau, com rejeição 385 M

14Jan2023 18:43:00

LT 230 kV PIMENTA BUENO / VILHENA C 3 RO

ELETRONORTE

A perturbação consistiu no desligamento automático da LT 230 kV Pimenta Bueno - Vilhena C3 de 230kV devido à incidência de um curto-circuito monofásico (fase azul) evolutivo para bifásico-terra (fases azul e branca) ocasionado por queda de torre. A falta foi eliminada em 54 ms com a abertura automática tripolar dos disjuntores da linha, provocada pela atuação da proteção diferencial de linha, fases A e B, nas cadeias principal e alternada em ambos os terminais. O localizador de defeitos determinou o ponto de falta a 32,9 km da SE Vilhena. Houve a atuação do religamento automático tripolar do terminal líder (Vilhena), sob falta trifásica, que foi eliminada em aproximadamente 59 ms por atuação da proteção diferencial de linha fases A, B e V, cadeias principal e alternada. Às 18h45min e às 18h47min foram realizadas duas tentativas de religamento manual pelo terminal de Vilhena, ambas sob falta trifásica, que foram eliminadas pelas atuações das proteções de fechamento sob falta (SOTF) e diferencial de linha f

SUPOSTA ARTICULAÇÃO DE GOLPE

DOCUMENTOS DILIGENCIADOS/ANALISADOS

MENSAGENS DO CELULAR DE MAURO CID



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Chat - Lawand - 556192007222

2022-11-30

As mensagens e chamadas desta conversa estão protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Toque para mais informações. 2022-11-30 14:36:40 -03:00

Mauro Cid (5524992643302)
Brasil Cel
2022-11-30 14:36:40 -03:00 ✓

Mauro Cid (5524992643302)
É o Cid
2022-11-30 14:36:47 -03:00 ✓

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)

▶ 0:00 / 0:00 ———— 🔊 ⋮

Arquivo de mensagem de áudio

Transcrição automática [92%]: Meu irmão, me dá um telefone depois uma hora que eu posso falar contigo... fora do trabalho, sem este telefone; deve tá grampeado; me dá um fixo. Eu tenho que falar contigo CID. Pelo amor de Jesus, me dá conforto e paz, meu irmão. Nunca te pedi nada, cara. Só quero falar contigo, por gentileza, qualquer hora. Quero entender o que tá acontecendo, cara. Por favor. Um abraço, meu irmão. Tamo junto

2022-11-30 14:37:58 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
O sinal aqui é uma bosta
2022-11-30 14:38:58 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
É esse Nr?
2022-11-30 14:39:22 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
te ligo à noite. Pode ser?
2022-11-30 14:39:29 -03:00

Mauro Cid (5524992643302)
Sim senhor!
2022-11-30 14:50:49 -03:00 ✓

Mauro Cid (5524992643302)
Aqui é seguro
2022-11-30 14:52:48 -03:00 ✓



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Chat - Lawand - 556192007222

Mauro Cid (5524992643302)
Aqui é seguro
2022-11-30 14:52:48 -03:00 ✓

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
ligo agora?

2022-11-30 14:53:04 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
A que horas?

2022-11-30 14:53:07 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Liguei agora e vc não pôde atender.. vou ligar à noite irmão

2022-11-30 14:54:53 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Cuide-se

2022-11-30 14:54:56 -03:00

Chamada de voz perdida 2022-11-30 15:13:11 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
O sinal aqui é ruim

2022-11-30 15:13:20 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Não completa a ligação

2022-11-30 15:13:29 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Não tem sinal

2022-11-30 15:16:59 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Ligo quando sair do QG

2022-11-30 15:17:00 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Preciso falar contigo para confortar a revolta que está em todos nós

2022-11-30 15:17:14 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Abraço

2022-11-30 15:17:15 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Chat - Lawand - 556192007222

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Abraço

2022-11-30 15:17:15 -03:00

Mauro Cid (5524992643302)

Sim Senhor

2022-11-30 16:23:40 -03:00 ✓

Chamada de voz perdida 2022-11-30 20:49:07 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Mensagem apagada pelo remetente

2022-11-30 21:59:18 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Mensagem apagada pelo remetente

2022-11-30 21:59:19 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Mensagem apagada pelo remetente

2022-11-30 21:59:19 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Mensagem apagada pelo remetente

2022-11-30 22:00:12 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Mensagem apagada pelo remetente

2022-11-30 22:00:41 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Mensagem apagada pelo remetente

2022-11-30 22:15:32 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Mensagem apagada pelo remetente

2022-11-30 22:15:38 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Chat - Lawand - 556192007222

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)

▶ 0:00 / 0:00 ——— 🔊 ⋮

Arquivo de mensagem de áudio

Transcrição automática [92%]: *CIDÃO, pelo amor de Deus, cara. Ele dê a ordem, que o povo tá com ele, cara. Se os caras não cumprir, o problema é deles. Acaba o Exército Brasileiro se esses cara não cumprir a ordem do, do Comandante Supremo. Como é que eu vou aceitar uma ordem de um General, que não recebeu; que não aceitou a ordem do Comandante. Pelo amor de Deus, CIDÃO. Pelo amor de Deus, faz alguma coisa, cara. Convince ele a fazer. Ele não pode recuar agora. Ele não tem nada a perder. Ele vai ser preso. O Presidente vai ser preso. E pior, na Papuda, cara. Na Papuda, porque até isso aquele filho da puta quer tirar dos caras. O direito de ser preso é... prisão especial com curso superior. Vai tirar! CID, temos que pensar, cara. Não podemos ser agora racional, não. É... emotivo. Tem que ser racional, cara, pelo amor de Deus.*

2022-12-01 19:32:52 -03:00

Mauro Cid (5524992643302)

Mas o Pr não pode dar uma ordem... se ele não confia no ACe

2022-12-01 20:41:10 -03:00 ✓✓

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)

Então ferrou

2022-12-01 20:47:11 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)

Vai ter que ser pelo povo mesmo

2022-12-01 20:47:17 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)

TMJ

2022-12-01 20:47:20 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Chat - Lawand - 556192007222

2022-12-02

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Bom dia irmão

2022-12-02 08:31:28 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Devem ter visto ontem querem prendê-lo.

2022-12-02 08:31:48 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Ele tem que dar a ordem irmão. Não tem como não ser cumprida

2022-12-02 08:32:10 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Acaba o Exército!!

2022-12-02 08:32:24 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Meu amigo, na saída do QG encontrei bom o Rosty, SCmt COTER. Foi uma conversa longa, mas para resumir, se o EB receber a ordem, cumpre prontamente. De moto próprio o EB nada vai fazer porque será visto como golpe. Então, está nas mãos do PR.

2022-12-02 13:36:55 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Mensagem recebida de um amigo do QG

2022-12-02 13:37:08 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Não o deixe esmorecer

2022-12-02 13:37:19 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Chat - Lawand - 556192007222

2022-12-07

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Boa tarde irmão!! Kd a ordem, CID, pelo amor de Deus!!!
2022-12-07 13:56:54 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Convença o 01 a salvar esse país!
2022-12-07 13:57:06 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Abraço
2022-12-07 13:57:09 -03:00

Mauro Cid (5524992643302)
Estamos na luta!
2022-12-07 19:03:31 -03:00 ✓



WhatsApp Chat - Lawand - 556192007222

2022-12-10

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
CID, pelo amor de Deus, o homem tem que dar a ordem
2022-12-10 13:14:50 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Se a cúpula do EB não está com ele, de Divisão pra baixo está
2022-12-10 13:15:02 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Assessore e de-lhe coragem
2022-12-10 13:15:15 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Pelo amor de Deus
2022-12-10 13:15:21 -03:00

Mauro Cid (5524992643302)
Muita coisa acontecendo...Passo a passo....
2022-12-10 19:52:59 -03:00 ✓

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Excelente!!!
2022-12-10 20:32:25 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Chat - Lawand - 556192007222

2022-12-14

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Preciso falar contigo assim que puder
2022-12-14 22:22:15 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Por favor, de um sinal de vida
2022-12-14 22:22:28 -03:00

2022-12-15

Mauro Cid (5524992643302)
Brasil Cel
2022-12-15 00:25:49 -03:00 ✓

Mauro Cid (5524992643302)
Nada resolvido ainda
2022-12-15 00:25:59 -03:00 ✓

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Mensagem apagada pelo remetente
2022-12-15 22:15:25 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Mensagem apagada pelo remetente
2022-12-15 22:15:35 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Chat - Lawand - 556192007222

2022-12-21

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Na escuta?

2022-12-21 14:37:40 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Soube agora que não vai sair nada

2022-12-21 14:37:47 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
decepção irmão

2022-12-21 14:37:53 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
entregamos o país aos bandidos

2022-12-21 14:37:59 -03:00

Mauro Cid (5524992643302)
Infelizmente

2022-12-21 14:39:53 -03:00 ✓

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Peça por favor para avisarem ao povo, que está há 52 dias cagando em banheiro
químico, dormindo mal e pegando chuva. Ele merece saber a verdade:

2022-12-21 16:19:22 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Que Deus se apiede dessa nação

2022-12-21 16:19:29 -03:00

Mauro Cid (5524992643302)
Gen Heleno esteve aqui....

2022-12-21 18:24:20 -03:00 ✓

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Excelente!!

2022-12-21 18:30:45 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Cumpru o que falou que faria

2022-12-21 18:31:15 -03:00

Lawand (556192007222@s.whatsapp.net)
Obrigado por me "ouvir" irmão. Fique em paz

2022-12-21 18:31:41 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

DOCUMENTO APÓCRIFO (CELULAR DO TENENTE-CORONEL CID)

Às 23h39 dia 28 de novembro de 2022, MAURO CID envia três fotografias por meio de um telefone salvo em sua agenda como Major Cid – AJO Pr, número 556194054085. O envio, aparentemente, serviu como *backup* das imagens. O conteúdo do texto chamou a atenção da equipe, pois apresenta em seu parágrafo final a expressão ***“declaro o Estado de Sítio; e, como ato contínuo, decreto Operação de Garantia da Lei e da Ordem (...)”***. A seguir, o conteúdo das páginas foi transcrito de acordo com a sequência de mensagens:

“Ordem e Progresso: o lema de nossa bandeira requer nossa constante luta pela “segurança jurídica” e pela “liberdade” no Brasil, uma vez que não há ordem sem segurança jurídica, nem progresso sem liberdade.

Nossa Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, reúne normas gerais favoráveis à “segurança jurídica” e à liberdade da sociedade brasileira na medida em que direitos e garantias (como o direito à vida, a liberdade e a igualdade), princípios fundamentais (como o devido processo legal, o contraditório e a imparcialidade) e remédios constitucionais (como o Habeas Corpus ou o Habeas Data) foram criados pelo Constituinte em linha com os interesses de todos os membros da sociedade brasileira.

Sem dúvida, neste contexto, a ideia de justiça para o Direito do Estado presume que o Poder emana do povo e que a realização da justiça é um imperativo para a sociedade e os agentes público (sic). É dizer, numa perspectiva constitucional, a ideia de justiça para o Direito depende de leis justas e legítimas no Estado Democrático de Direito, assim como de decisões judiciais justas e legítimas. Para tanto, devemos considerar que a legalidade nem sempre é suficiente: por vezes a norma jurídica ou a decisão judicial são legais, mas ilegítimas por se revelarem injustas na prática. Isto ocorre, quase sempre, em razão da falta de constitucionalidade, notadamente pela ausência de zelo à moralidade institucional na conformação com o ato praticado.

Devemos lembrar que a Constituição Federal de 1988 inovou ao prever expressamente o “princípio da moralidade” no caput de seu artigo 37.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

*Este princípio constitucional (de inspiração humanista e iluminista) surgiu na jurisprudência do Conselho de Estado Francês há mais de 100 anos, como forma de controle para o **desvio de finalidade na aplicação da lei**. Para além de seu reconhecimento e aplicação na França, o Princípio da Moralidade também vem servindo de baliza para o exercício dos agentes públicos em outros países.*

À evidência, de forma louvável e pautada por este precedente, a Constituição Federal de 1988 converteu a “moralidade” em fator de controle da “legalidade”, inclusive quanto à interpretação e aplicação do texto constitucional e de suas lacunas, justamente para conferir a justa e esperada “legitimidade” aos atos praticados pelos agentes públicos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

*Insta dizer que o Princípio da “Moralidade Institucional” presume a probidade de todo e qualquer agente público, ou seja, sua honestidade e lisura. Ele proíbe o desvio de finalidade, enquanto arbitrariedade supralegal. **Enfim, não permite que leis e/ou decisões injustas sejam legitimadas por atos autoritários e afastados do marco constitucional.***

De modo geral, todo servidor público (seja ele um Ministro do Supremo Tribunal Federal ou um “gari” de uma cidadezinha do interior) deve atuar sempre de acordo com o “Princípio da Moralidade Institucional”: deve atuar de forma íntegra e legítima, sempre de acordo com a justa legalidade!

O “servidor público” no exercício da magistratura não pode aplicar a lei de forma injusta, ou seja, contra a Constituição, em especial de modo contrário ao Princípio da Moralidade Institucional, isto porque, este mandado constitucional não pode ser afastado, nem ter o seu alcance mitigado: deve sempre ser considerado aplicado. Do contrário, teremos uma atuação ilegítima.”

“O juiz de direito (seja ele ministro do STF, ou não) nunca pode agir sem a devida e esperada conformação de suas decisões à moralidade institucional.

Enquanto “guardiões da Constituição”, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, STF, também estão sujeitos ao “Princípio da Moralidade”, inclusive quando promovem o ativismo judicial.

Aliás, o desmedido “ativismo judicial” e a aparente “legalidade” (desprovidas de legitimidade; contrárias ao Princípio da Moralidade Institucional; e, assim injustas) não podem servir de pretextos para a desvirtuação da ordem constitucional pelos Tribunais Superiores, senão vejamos, entre outros, algumas situações recentes:

*1) as normas legítimas autorizando a atuação de juízes suspeitos (nestas eleições, **o Ministro Alexandre de Moraes nunca poderia ter presidido o TSE**, uma vez que ele e Geraldo Alckimin possuem vínculos de longa data,*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

como todos sabem);

2) as decisões legítimas permitindo a censura prévia (restringindo as prerrogativas profissionais da imprensa e de parlamentares, por exemplo);

4) as decisões afastando muitas “causas justas” da apreciação da Justiça (o TSE não apurou a denúncia relativa à falta de inserções de propaganda eleitoral);

3) as decisões limitando a transparência do processo eleitoral e impedindo o reconhecimento de sua legitimidade (impedindo o acesso do Ministério da Defesa ao “código fonte” das urnas, não apurando a denúncia do PL quanto às urnas velhas; e, ainda, impondo multa arbitrária e confiscatória para constranger o PL em razão de suposta litigância de má-fé – aliás, os dois primeiros dígitos da multa imposta coincidem com o número do partido político em questão); e

4) as decisões abrindo a possibilidade de revisão do “trânsito em julgado” de importantes matérias já pacificadas pelo STF (notadamente, para prejudicar os interesses de certos e determinados contribuintes)

*É importante dizer que todas estas supostas normas e decisões são ilegítimas, ainda que sejam aparentemente legais e/ou supostamente constitucionais, isto porque, são verdadeiramente inconstitucionais **na medida em que ferem o Princípio da Moralidade Institucional**: maculando a segurança jurídica e na prática se revelando manifestamente injustas. Para além deste fundamento comum de verdadeira inconstitucionalidade, outros princípios, direitos e garantias também restam vulnerados de forma pontual. Enfim, são normas e decisões aparentemente constitucionais, mas inconstitucionais, em verdade) **que colocam em evidência a necessidade de restauração da segurança jurídica e de defesa às liberdades em nosso país.***

Não à toa, encontramos ao longo da história algumas ideias convergentes ao apelo de nosso discurso. Na Antiguidade, “Dar a cada um o que é seu” já era uma ideia defendida por Aristóteles, como definição de justiça e princípio de direito. No Iluminismo, a necessidade de “resistência às leis injustas” já era uma ideia defendida por Tomás de Aquino. Mais recentemente, após a Segunda Guerra Mundial, Otto Bachof defendeu na (...)” “Alemanha a possibilidade de controle das normas constitucionais inconstitucionais, em especial ao reconhecer a existência de um direito supralegal, ou seja, um direito pressuposto natural acima da Constituição e de suas normas.

[Aqui, tratar de forma breve das decisões inconstitucionais do STF]

*Afinal, diante de todo o exposto e para assegurar a necessária restauração do Estado Democrático de Direito no Brasil, jogando de forma incondicional dentro das quatro linhas, com base em disposições expressas da Constituição Federal de 1988, **declaro o Estado de Sítio**; e, como ato contínuo, **decreto***



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Operação de Garantia da Lei e da Ordem, com”

OFÍCIO Nº 2272311/2023 - CCINT/CGCINT/DIP/PF

Ofício nº 2272311/2023 - CCINT/CGCINT/DIP/PF

Brasília/DF, 02 de junho de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

Dr. ALEXANDRE DE MORAES

Ministro Relator

Supremo Tribunal Federal

Brasília, Distrito Federal

ASSUNTO: Informação Policial

REFERÊNCIA: INQUÉRITO STF nº 4874/DF (Pet. 10.405/DF) – RE 2023.0004076-CGCINT/DIP/PF

Senhor Ministro,

Encaminho o Relatório Parcial de Polícia Judiciária - RAPJ nº 2272674/2023, que contempla a análise parcial dos dados constantes nos telefones celulares apreendidos em poder dos investigados MAURO CESAR BARBOSA CID, GABRIELA SANTAIGO CID e LUIS MARCOS DOS REIS, após cumprimento de mandando de busca e apreensão exarado por Vossa Excelência nos autos da petição 10.405, vinculada ao Inquérito 4874/DF.

Em apertada síntese, a equipe de análise identificou documentos relacionados a uma possível tentativa de execução de um Golpe de Estado e Abolição violenta do Estado Democrático de Direito envolvendo o investigado MAURO CESAR BARBOSA CID e a efetiva participação de LUIS MARCOS DOS REIS nos atos ocorridos na data de 08 de janeiro de 2023, além de trocas de mensagens incentivando a tomada do poder pelas forças armadas.

Conforme já salientado na representação policial, os fatos investigados nos autos da Pet. 10.405/DF estão relacionados com a estrutura da Associação especializada investigada no Inq. 4874/DF, focada nos objetivos de atacar integrantes de instituições públicas, desacreditar o processo eleitoral brasileiro, reforçar o discurso de polarização; gerar animosidade dentro da própria sociedade brasileira, promovendo o descrédito dos poderes da república; estimular a animosidade entre as Forças Armadas e os Poderes da República, além de outros crimes.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

A investigação identificou inicialmente esse modus operandi no mundo virtual, nas redes sociais, onde seus integrantes promoveram/promovem ataques para pavimentar o caminho para alcance dos objetivos traçados (ganhos ideológicos, político-partidários e financeiros). Os elementos informativos ora apresentados revelaram o processo de materialização no mundo real dos objetivos da Associação ora investigada, transbordando sua atuação para além da esfera virtual.

A milícia digital reverberou e amplificou por multicanais a ideia de que as eleições presidenciais foram fraudadas, estimulando aos seus seguidores “resistirem” na frente de quartéis e instalações das Forças Armadas, no intuito de criar o ambiente propício para uma intervenção federal comandada pelas forças militares, sob o pretexto de atuarem como um Poder Moderador, com base em uma interpretação peculiar do art. 142 da Constituição Federal.

*A análise parcial dos dados armazenados no aparelho telefônico pertencente a **MAURO CESAR BARBOSA CID** evidenciou que o investigado reuniu documentos com o objetivo de obter o suporte “jurídico e legal” para a execução de um golpe de estado. O investigado compilou estudos que tratam da atuação das forças armadas para “Garantia dos Poderes Constitucionais e GLO”. Os documentos tratam da possibilidade do emprego das forças armadas, em caráter excepcional, destinado a assegurar o funcionamento independente e harmônico dos Poderes da União, por meio de determinação do Presidente da República. Além disso, a análise também identificou vídeos e posicionamentos do jurista **IVES GRANDA MARTINS** a respeito da aplicação do art. 142 da Constituição Federal e o “papel das Forças Armadas com poder moderador”.*

*Os referidos estudos possivelmente serviram de fundamento para a confecção de uma **minuta de decretação de Estado de Sítio e Garantia da Lei e da Ordem – GLO**, identificada no aplicativo WhatsApp de **MAURO CESAR CID**. Às 23h39 dia 28 de novembro de 2022, MAURO CID enviou três fotografias por meio de um telefone salvo em sua agenda como Major Cid – AJO Pr, número 556194054085. O documento cita o que seria, no entendimento do autor, a prática de atos ilegais por parte dos tribunais superiores, “desvirtuando a ordem constitucional” e ao final declara o estado de sítio, seguido de um decreto de Garantia da Lei e da Ordem, conforme o seguinte trecho transcrito:*

*Afinal, diante de todo o exposto e para assegurar a necessária restauração do Estado Democrático de Direito no Brasil, jogando de forma incondicional dentro das quatro linhas, com base em disposições expressas da Constituição Federal de 1988, **declaro o Estado de Sítio; e, como ato contínuo, decreto Operação de Garantia da Lei e da Ordem (...)***

*A análise também identificou que o investigado **LUIS MARCOS DOS***



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

REIS, ex-integrante da Ajudância de Ordens do ex-Presidente JAIR BOLSONARO, frequentou o acampamento em frente ao QG do Exército em Brasília/DF aderindo às manifestações antidemocráticas, que defendiam um golpe militar em decorrência do resultado das eleições presidenciais de 2022. Ademais, os vídeos constantes em seu telefone celular comprovaram a participação de LUIS MARCOS DOS REIS na tentativa de Golpe de Estado e Abolição violenta do Estado Democrático de Direito ocorrida no dia 08 de janeiro de 2023.

Ainda no mesmo contexto, foram identificadas, nos telefones celulares de MAURO CESAR CID e GABRIELA SANTIAGO CID, várias mensagens postadas em grupos e chats privados do aplicativo WhatsApp, em que os interlocutores, incluindo militares da ativa, incentivam a continuidade das manifestações antidemocráticas e a execução de um golpe de estado após o pleito eleitoral de 2022, inclusive com financiamento aos atos ilícitos.

Os elementos de prova, ora apresentados, decorrentes da análise parcial realizada nos dispositivos apreendidos ratificam a hipótese criminal relacionado a participação dos investigados na tentativa de execução de um golpe de estado, seja por meio de induzimento e instigação de parcela da população aderente à ideologia política professada, seja por meio de atos preparatórios e executórios propriamente ditos. Apesar de não terem obtido êxito na tentativa de golpe de Estado, a atuação dos investigados, possivelmente, foi um dos elementos que contribuiu para os atos criminosos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023, materializando os objetivos ilícitos da organização criminosa investigada nos autos do Inq. 4.874/DF.

Diante do exposto, sugere-se, salvo melhor juízo, que a apuração dos fatos apresentados seja realizada no contexto dos autos do Inq. 4874/DF, solicitando a Vossa Excelência autorização para oitiva de MAURO CESAR BARBOSA CID e LUIS MARCOS DOS REIS,

respectivamente nos dias 06 e 07 de junho de 2023, às 15hs na sede da Polícia Federal para prestar esclarecimentos em relação aos fatos investigados.

Por oportuno, informo que, em virtude da grande quantidade de dados extraídos e a existência de perícias pendentes em relação aos demais materiais apreendidos, o Relatório de Análise ora apresentado é parcial, prosseguindo a investigação em âmbito policial.

MATÉRIA INVESTIGATIVA DA REVISTA VEJA

Em documento sigiloso, Vice-PGR Lindôra Araújo dispara contra Moraes e PF

A vice-procuradora-geral da República faz críticas contundentes ao



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

ministro do STF e desqualifica o trabalho da Polícia Federal no caso Mauro Cid

*Por Robson Bonin, Laryssa Borges Atualizado em 30 jun 2023, 10h32 -
Publicado em 30 jun 2023, 06h00*

Responsável por inquéritos que envolvem deputados, senadores e até o ex-presidente Jair Bolsonaro com a disseminação de notícias falsas e prática de atos antidemocráticos, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), há quatro anos vem colecionando uma legião de admiradores e desafetos. Para o primeiro grupo, o dos admiradores, a atuação do magistrado evitou um retrocesso político de consequências imprevisíveis, especialmente depois do dia 8 de janeiro, quando criminosos invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília. Para os críticos, as decisões do ministro têm atropelado sistematicamente garantias constitucionais em nome de um suposto esforço em preservá-las. Um documento sigiloso a que VEJA teve acesso mostra que esse embate deve ganhar um capítulo explosivo nas próximas semanas.

Nele, a Procuradoria-Geral da República insinua que Alexandre de Moraes autorizou procedimentos ilegais, decretou prisões sem fundamento e tentou promover o que na Justiça se chama de “pesca probatória”, uma diligência autorizada sem um fato que a justifique, tendo como objetivo real colher alguma prova aleatória de um crime. Como se sabe, a Polícia Federal prendeu no início de maio o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro. A ação, determinada por Alexandre de Moraes, ocorreu no bojo de uma investigação que apurava a participação do militar num caso de falsificação de cartões de vacinação. Na ocasião, também por determinação do ministro, foram apreendidos os telefones dele e da esposa. Nos aparelhos, foram encontrados documentos que delineavam o planejamento de um golpe de Estado e mensagens de texto com pregações golpistas. Para a vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, que assina o documento, essa sequência de eventos foi uma típica “pescaria” por parte do ministro.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

PETIÇÃO Nº 10.405/DF – AUTOS FÍSICOS E SIGILOSOS

RELATOR : MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

REQUERENTE : SOB SIGILO

REQUERIDOS : SOB SIGILO

PETIÇÃO GABSUB48-LMA Nº 574414/2023

Excelentíssimo Senhor Ministro Relator,

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Vice-Procuradora-Geral da República, no exercício de suas funções constitucionais e legais (artigo 127, inciso I, e artigo 129, inciso I, ambos da Constituição Federal), vem, com fundamento no artigo 6º, inciso I, da Lei nº 1.074/1950, apresentar o seguinte:

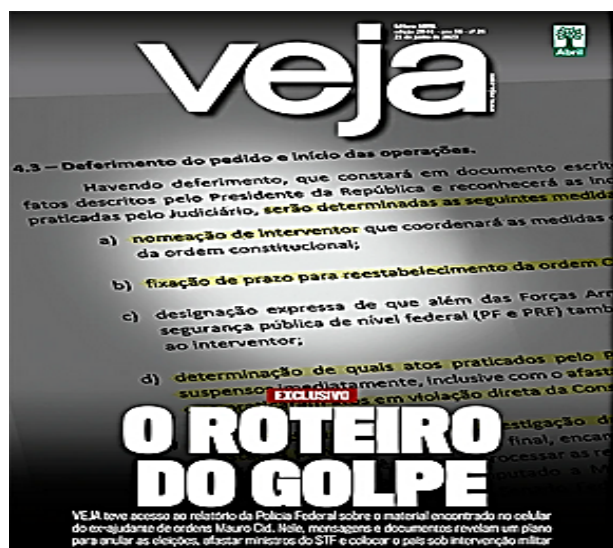
Assim, os elementos apontados a partir da novel juntada do RAPJ nº 2272674/2023 (fls. 3.741/3.806) são por demais incipientes a recomendar quaisquer diligências ou medidas em face dos investigados, sob pena de se validar a pesca probatória, à semelhança de outras investigações em curso no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

CONTRA - “Pescaria”: segundo Lindôra, diligência sem um fato que a justifique (./.)

Segundo a procuradora, não havia nenhuma justificativa plausível para a prisão preventiva do ex-ajudante de ordens e de outros dois ex-auxiliares de Jair Bolsonaro também envolvidos no caso das carteiras de vacinação, Max Moura e Sérgio Cordeiro. “Os elementos apontados são por demais incipientes a recomendar quaisquer diligências ou medidas em face dos investigados, sob pena de se validar a pesca probatória, à semelhança de outras investigações em curso no âmbito do Supremo Tribunal Federal”, escreveu Lindôra. Revelada por VEJA há duas semanas, a perícia nos celulares encontrou, entre vários documentos, o roteiro para um golpe de Estado que previa a anulação das eleições, a nomeação de um interventor militar, a deposição de ministros do STF e a convocação de um novo pleito caso Jair Bolsonaro fosse derrotado. Braço direito do ex-presidente durante os quatro anos de governo, Cid está preso preventivamente há dois meses.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



REVELAÇÃO - VEJA: reportagem mostrou informações graves encontradas no celular de Mauro Cid (./VEJA)

Proativo e firme em suas decisões, Alexandre de Moraes tem sido alvo de críticas por tocar inquéritos que miram personagens ligados ao bolsonarismo. Convencido de que havia um movimento orquestrado de deslegitimação da Justiça, o Supremo abriu, em 2019, uma investigação para apurar a disseminação de fake news e ofensas à honra dos ministros. Com o passar do tempo, foram instaurados novos inquéritos que tinham algum tipo de afinidade com a ação original — milícias digitais, atos antidemocráticos e o quebra-quebra de 8 de janeiro —, que

também ficaram sob a relatoria de Moraes. Na ofensiva contra o ministro do Supremo, Lindôra insinua que Alexandre inflou o caso de Mauro Cid com episódios estranhos ao processo, como uma reportagem que mostra que o ex-ajudante de ordens pagava despesas pessoais da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, o que não teria nada a ver com a falsificação dos cartões de vacinação. O objetivo, segundo ela, seria ampliar o raio de suspeição sobre o antigo auxiliar de Bolsonaro e “criar um link com a prática de delitos financeiros, envolvendo o círculo social de parentes do ex-chefe do Poder Executivo”.

Numa defesa absolutamente atípica de um acusado, algo raro por parte do Ministério Público, Lindôra Araújo também aponta deslizamentos procedimentais que, em sua avaliação, sugerem precipitação de Moraes em imputar responsabilidades golpistas a personagens ligados a Bolsonaro. Ela reclama de o ministro ter autorizado a análise do e-mail pessoal de Mauro Cid sem um pedido formal da Polícia Federal, enumera a falta de formalização de atos processuais e questiona a forma como os investigadores teriam concluído que um golpe de Estado havia sido cogitado nos estertores do governo passado. Em duras palavras, a procuradora desqualifica completamente o relatório produzido pela Polícia Federal. “Trata-se de redação de cunho crítico que até poderia ser encontrada em mesas de cursinhos preparatórios para o vestibular”, provoca ela, referindo-se aos rascunhos encontrados no telefone de Cid.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Por fim, saliente-se que finalidades que já se entendiam vedadas passaram a contar com disposição expressa, por se considerar que a segregação cautelar não pode ser determinada como antecipação de cumprimento de pena, como decorrência imediata de investigação/deflagração de ação penal (artigo 313, § 2º, do Código de Processo Penal²²), do que resulta proibida a chamada “prisão para averiguações”²³.

CRÍTICAS - Prisões: para a procuradora, antecipação de cumprimento da pena (./.)

No documento dirigido ao ministro Alexandre de Moraes, a procuradora ressalta ainda que, ao decretar a prisão do ex-ajudante de ordens e de dois ex-assessores de confiança de Bolsonaro, o ministro flerta com a “prisão para averiguação”, uma prática proibida amplamente utilizada no regime militar em que alvos eram detidos aleatoriamente em locais públicos e encaminhados para uma unidade policial. Lindôra também critica as conclusões tiradas a partir das mensagens encontradas no celular do coronel. Afirma que elas se resumem a “mero diálogo entre pessoas comuns, desprovidas de conhecimento jurídico ou político suficiente para arquitetar um golpe de Estado”. Os documentos e as mensagens são considerados pelos investigadores como as evidências mais contundentes até agora sobre a suspeita que paira em relação ao envolvimento do ex-presidente no plano golpista.

Numa visão diametralmente oposta à gravidade dos fatos, a procuradora considera que os diálogos estão longe de representar a ameaça vislumbrada por Alexandre de Moraes e não passariam de “uma simples troca de informações apenas e tão somente entre os interlocutores, sem contato com qualquer pessoa com condições de executar” um atentado à democracia. “São posturas especulativas que poderiam ser encontradas nos dispositivos móveis de grande parte da população brasileira, sob o contexto de intensa polarização do debate político à época das eleições de 2022”, diz ela sobre as conversas recuperadas, que incluem apelos do coronel Jean Lawand Junior por uma ordem do presidente da República para a deflagração da intervenção golpista. Lotado em uma subchefia do Estado-Maior do Exército, Lawand prestou depoimento na CPI do 8 de Janeiro na última terça-feira e explicou que as mensagens que encaminhou a Mauro Cid, então ajudante de ordens da Presidência da República, nada mais eram que resultado do medo de “convulsão social” após a derrota de Bolsonaro. A explicação, por óbvio, não convenceu ninguém.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Está-se diante de simples reportagem de jornal, que nada acrescenta ao caderno investigativo, apenas tendo colacionado fotos da rotina funcional de MAURO CESAR BARBOSA CID, naturalmente, acompanhando o cumprimento da agenda do então Presidente da República, como se disso se pudesse, de forma automática, criar um *link* com a prática de delitos financeiros, envolvendo o círculo social de parentes do ex-Chefe do Poder Executivo.

PROCESSO - Enxertos: para Lindôra, fatos sem relação com o ex-presidente (./.)

De perfil conservador, Lindôra Araújo era (até aqui pelo menos) braço direito do procurador-geral Augusto Aras. Nos últimos anos, partiram de sua mesa várias decisões favoráveis a Jair Bolsonaro, a aliados e ao governo. Recentemente, a procuradora isentou o ex-presidente de participação na fraude dos cartões de vacinação, quando a polícia descobriu que Cid havia falsificado o certificado de vacina do chefe contra a Covid-19. Designada para atuar no caso do ex-ajudante de ordens, ela já havia sido contra a etapa mais decisiva da investigação — a determinação expressa do ministro para prender o tenente-coronel, medida que, na avaliação dela, foi um exagero. Na peça endereçada a Moraes, ela pede, mais uma vez, a liberação de Mauro Cid e dos outros dois assessores, argumentando que a prisão preventiva não se sustenta, considerando-se que “não há nos autos indícios concretos de que voltarão a delinquir”, criticou.

Nenhuma das considerações de Lindôra Araújo precisa ser acatada por Alexandre de Moraes — e provavelmente não serão. Mesmo no entorno do militar, os pedidos inseridos no mais duro libelo contra a atuação do ministro são considerados otimistas demais. E existe uma razão evidente para isso. Sob os olhos de Moraes, Mauro Cid, seus documentos, suas mensagens e, principalmente, seus segredos ainda não revelados continuam sendo o caminho mais promissor para punir os golpistas. Todos eles.



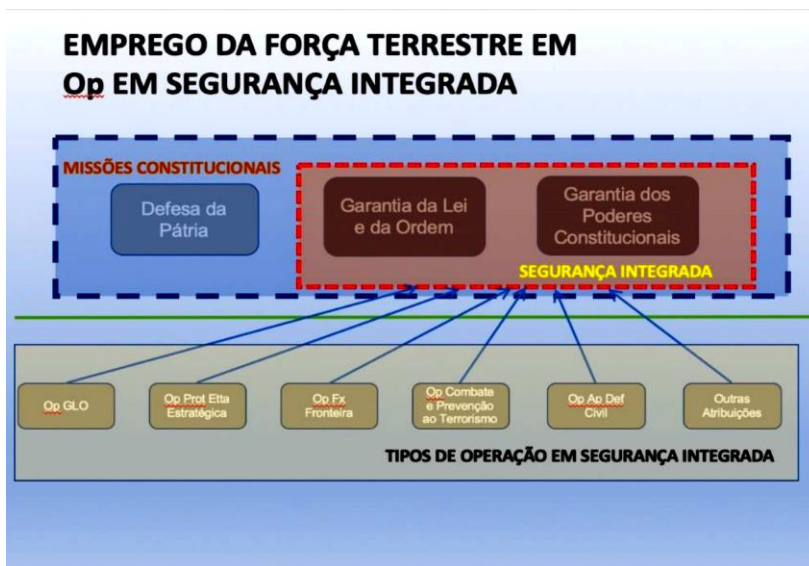
CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

ARQUIVOS RECEBIDOS E ARMAZENADOS POR MAURO CID

3.1 - Documentos

3.1.1 – Prints de tela selecionados de uma apresentação em PowerPoint

Foram encontrados dois prints de tela que fazem parte de uma apresentação intitulada “Projeto Interdisciplinar Segurança Integrada CCEM/2º ano” também encontrada no material em análise. As capturas de tela se referem às páginas 36 e 67 do arquivo. As propriedades do documento indicam que a última edição foi realizada por MAURO CID e ocorreu em 02/10/2017.



ECEME
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

GPC

NÃO NORMALIDADE

3.3.6.4 Garantir os poderes constitucionais

Significa a preservação da existência e, principalmente, do livre exercício dos Poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – de forma independente e harmônica, no quadro de um Estado Democrático de Direito.

CAPÍTULO VI
DA INTERVENÇÃO

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

- I - manter a integridade nacional;
- II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;
- III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;
- IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Propriedades ▾

Tamanho	51,7MB
Slides	113
Slides ocultos	1
Palavras	5280
Anotações	38
Título	PowerPoint Presentation
Marcas	Adicionar marca
Comentários	Adicionar comentários
Clipes multimídia	1
Formato de apresentação	Apresentação na tela (4:3)
Modelo	
Status	Adicionar texto
Categorias	Adicionar categoria
Assunto	Especificar o assunto
Base do Hiperlink	Adicionar texto
Empresa	EXÉRCITO BRASILEIRO

Datas Relacionadas

Última Modificação	02/10/2017 19:54
Criada em	23/02/2016 15:14
Última Impressão	

Pessoas Relacionadas

Gerente	Especificar o gerente
Autor	<div>HP</div> HENRIQUE PEDROSA
	Adicionar um autor
Última Modificação por	<div>MC</div> Mauro Cid

Documentos Relacionados

Abrir Local do Arquivo

Editar Vínculos com Arquivos

Mostrar Menos Propriedades

3.1.2 – Documentos recebidos do Tenente-Coronel MARCELINO HADDAD

CID recebe do contato 5521974146556 três documentos por meio do aplicativo Whatsapp no dia 16 de novembro de 2022. Os títulos foram transcritos conforme os originais:

- I) Artigo_Garantia_Poderes_Constitucionais (Versão analisada Haddad).docx*
- II) Coletânea da Constituinte (Anais CF88).pdf*
- III) Questionamentos feitos ao Dr. Ives Gandra.pdf*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

O referido telefone está associado ao Tenente-Coronel MARCELINO HADDAD AQUINO CARNEIRO e está inserido em um grupo criado no aplicativo Whatsapp intitulado CCEM 16/17, o qual contava com 101 participantes.

A seguir, um breve resumo dos documentos:

I) Artigo: Garantia dos Poderes Constitucionais: uma missão constitucional das Forças Armadas

Trata-se de “Artigo Científico apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, para desenvolvimento do Projeto Interdisciplinar/2017”.

No trecho destinado ao resumo, os autores escreveram:

“Este trabalho tem por objetivo abordar uma das três missões constitucionais das Forças Armadas do Brasil: a Garantia dos Poderes Constitucionais (GPC). Para tal, o trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica em livros, periódicos, registros históricos do Congresso Nacional e artigos opinativos/científicos. Como conclusão, chega-se a uma definição das situações em que essa missão constitucional pode ser cumprida.

Palavras-chave: Constituição Federal do Brasil, Forças Armadas, missões constitucionais, Garantia dos Poderes Constitucionais.”

À página 13 os autores escreveram:

“O Glossário das Forças Armadas é o manual do Ministério da Defesa que conceitua uma série de termos de interesse para as atividades daquele órgão. Quanto ao assunto do presente trabalho, destacam-se algumas definições:

Garantia dos Poderes Constitucionais – emprego das Forças Armadas na garantia dos poderes constitucionais, considerado de natureza não guerra. Possui caráter excepcional e destina-se a assegurar, em última instância, o funcionamento independente e harmônico dos Poderes da União. Efetiva-se por determinação do Presidente da República, por sua própria iniciativa ou por iniciativa dos outros poderes. (BRASIL. Glossário das FA, 2015).”¹

Trechos da conclusão:

“A partir do que foi estudado, entende-se que a GPC ocorre em situações de não normalidade, caracterizada pela intervenção da União nos Estados ou no Distrito Federal, ou pela decretação do estado de defesa ou do estado de sítio. Essas possibilidades possuem enquadramento no texto constitucional, e o emprego das Forças Armadas seria regulado a partir de um decreto presidencial (legalidade). Essas possibilidades são as apontadas pela doutrina majoritária como sendo o emprego da FA em GPC.”

(...)

“Por fim, pode-se concluir que se faz necessária a regulamentação da missão



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

constitucional Garantia dos Poderes Constitucionais por intermédio de uma Lei Complementar. Tal regulamentação, definida pelo corpo legislativo, os representantes do povo, atenderia plenamente o que é fundamental para o povo Brasileiro: as Forças Armadas agindo conforme as Leis, dentro de um quadro de Estado Democrático de Direito.”

II) Coletânea da Constituinte

Trata-se de uma “Coletânea de Aspectos da Constituintes sobre Garantia dos Poderes Constitucionais e GLO”. Foram consultados os repositórios da Câmara dos Deputados e do Senado Federal com destaques para textos

O autor do arquivo em formato PDF é o Tenente-Coronel Marcelino Haddad, conforme propriedades do documento.

O documento apresenta “Conclusões Perceptivas”:

CONCLUSÕES PERCEPTIVAS

Conclusões para a GLO:

- o princípio de Montesquieu, no que se refere ao nivelamento entre os poderes, foi a base principiológica para o texto sobre quem poderia demandar o uso das FA, no que tange a lei e a ordem interna, não cabendo, portanto, a afirmação de que só o presidente decide pelo emprego, em que pese o inegociável comando supremo sobre as FA para autorizar seu emprego;

- em tese, o Presidente poderia até contestar a legalidade de uma demanda de emprego por outro poder, mas jamais decidir unilateralmente sobre a negação do uso; e

- as FA não agem por iniciativa própria em GLO, cabendo ao Poder Constitucional convocar.

Conclusões sobre Garantia dos Poderes Constitucionais:

- interessa à defesa do Estado democrático;

- significa manter a ordem constitucional e o acréscimo da “lei e da ordem” é para que as FA não defendam só o constitucional, mas também a lei ordinária e a ordem pública, este seria extensão daquele;

- a manutenção na CF da missão de “Garantia dos Poderes Constitucionais” foi entendida como essencialmente necessária, tendo em vista a defesa do Estado Democrático de Direito, cabendo a legalidade constitucional dessa missão por parte das FA; e

- parece haver um consenso claro sobre as FA não terem a iniciativa quanto à missão de garantir a lei e a ordem. Mas, quando se trata da Garantia dos Poderes Constitucionais, essa mesma inércia não é expressa e não parece aplicável para a Garantia dos Poderes Constitucionais, uma vez que um Poder vulnerabilizado em uma crise institucional não teria a condição isenta e legítima para definir o emprego das FA.

III) Questionamentos feitos ao Dr. Ives Gandra.pdf

Trata-se de questionário que teria sido enviado ao jurista IVES GANDRA MARTINS pelo Major Fabiano da Silva Carvalho. O militar afirma que cursava o “2º ano do Curso de Comando e Estado Maior do Exército. FABIANO é um dos autores do artigo tratado no item I. As imagens a seguir revelam as respostas do eminente professor:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Prezado Major Fabiano,

Nos Comentários ao Título V da CF/88 abordei a maior parte das questões formuladas pelo amigo.

Da mesma forma, tratei da matéria no livro do Superior Tribunal Militar. Infelizmente, não tenho exemplares a mais dos referidos livros, mas podem ser encontrados na Biblioteca do STM.

Responderei, pois, sucintamente, às diversas questões:

1. **A garantia dos poderes constitucionais está relacionada somente ao funcionamento independente e harmônico dos poderes executivo, legislativo e judiciário ou abrange as demais instituições constitucionais?**

A resposta é no sentido de que só aos três poderes, visto que as demais instituições estão subordinadas aos três poderes.

2. **O emprego das Forças Armadas na garantia dos poderes constitucionais pode ocorrer em situação de normalidade ou apenas em Estado de exceção?**

Pode ocorrer em situação de normalidade se no conflito entre poderes, um deles apelar para as Forças Armadas, em não havendo outra solução.

3. **Recentemente, devido os Jogos Olímpicos e Paralímpicos ocorridos em 2016 no Rio de Janeiro, o Governo Federal decretou a Política Nacional de Inteligência (PNI), conforme o Decreto No 8.793, de 29 de junho de 2016. Segundo este documento, fica evidenciando, no seu escopo, as principais ameaças à Segurança Nacional da nação brasileira: espionagem; sabotagem; interferência externa; ações contrárias à soberania nacional; ataques cibernéticos; terrorismo; atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis; armas de destruição em massa; criminalidade organizada; corrupção; e ações contrárias ao estado democrático de direito (POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA, 2016). Assim, o Sr acredita que essas ameaças podem interferir no funcionamento independente e harmônico dos poderes constitucionais? De que forma?**

Teoricamente, enquanto as questões forem de segurança interna e estiverem no âmbito das polícias militares, cabe a elas enfrentá-las, como a criminalidade organizada e a corrupção. Espionagem, sabotagem, interferência externa, ações contrárias à soberania nacional, ataques cibernéticos, terrorismo são de competência exclusiva das Forças Armadas.

Tanto as FAs podem suprir as PMs, em suas insuficiências, como as PMs serem chamadas a colaborar com a FAs. No caso das FAs suprirem as PMs, ficam essas subordinadas às FAs. No caso das PMs colaborarem com as FAs, serão estas que comandarão as PMs.

Tais fatores podem influir na independência e autonomia dos poderes, mas aí estaríamos em face de situação que poderia requerer a decretação do Estado de Defesa ou, em caso de generalização da crise, Estado de Sítio.

4. **Caso na pergunta anterior a resposta tenha sido negativa, qual seria(m) a(s) ameaça(s) que o Sr vislumbra o emprego das Forças Armadas em garantia dos poderes constitucionais?**

São aquelas do artigo 142 da CF/88: inimigo externo ou crise entre poderes.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

5. **A situação vivenciada no ano de 2016 em relação ao impeachment da então presidente Dilma Roussef, poderia ser caracterizado como um quadro de emprego das Forças Armadas na garantia dos poderes constitucionais? Por quê?**

Não, visto que os artigos 85 e 86 da CF/88 ofertaram solução constitucional para a crise e foi o que aconteceu. Segue meu parecer favorável ao impeachment.

6. **Na visão do Sr, a implantação dos governos militares em 1964, foi com base na garantia dos poderes constitucionais? Por quê?**

A implantação dos governos militares em 1964 foi uma imposição popular por força dos desmandos do Governo Jango e do desrespeito constitucional aos princípios que deveria obedecer, inclusive na hierarquia militar com indicação de oficial general de três estrelas para Ministro. Toda a imprensa foi favorável ao movimento, conforme demonstro em minha avaliação escrita para o TRE paulista, que lhe repasso.

7. **Qual é a diferença para o Sr do emprego das Forças Armadas para garantia dos poderes constitucionais e a garantia da lei e da ordem?**

No primeiro caso, são os próprios poderes que estão em risco por sublevação popular ou por interferência externa ou mesmo por desobediência hierárquica, no segundo os poderes estão em conflito e se qualquer deles apelar, cabe às FAs intervir.

8. **Para o Sr, como seria o emprego das Forças Armadas na garantia dos poderes constitucionais?**

Explicado na resposta anterior.

9. **Realizando a pesquisa, verifiquei que poucos autores escrevem sobre o assunto e as fontes de pesquisas são escassas. Por que esse assunto é pouco divulgado?**

Escrevi nos livros que lhe indiquei. De qualquer forma, a matéria é pouco examinada porque, nada obstante dos 4 presidentes eleitos após a CF/88, dois terem sido afastados pelo Congresso, as instituições funcionam bem. Por isto, nós, os constitucionalistas, chamamos os Título V de o "Regime Constitucional das Crises". E não tivemos nenhuma crise institucional no período, embora tivéssemos muitas crises políticas.

Cordialmente,

ADVOCACIA **GANDRA
MARTINS**

Ives Gandra da Silva Martins

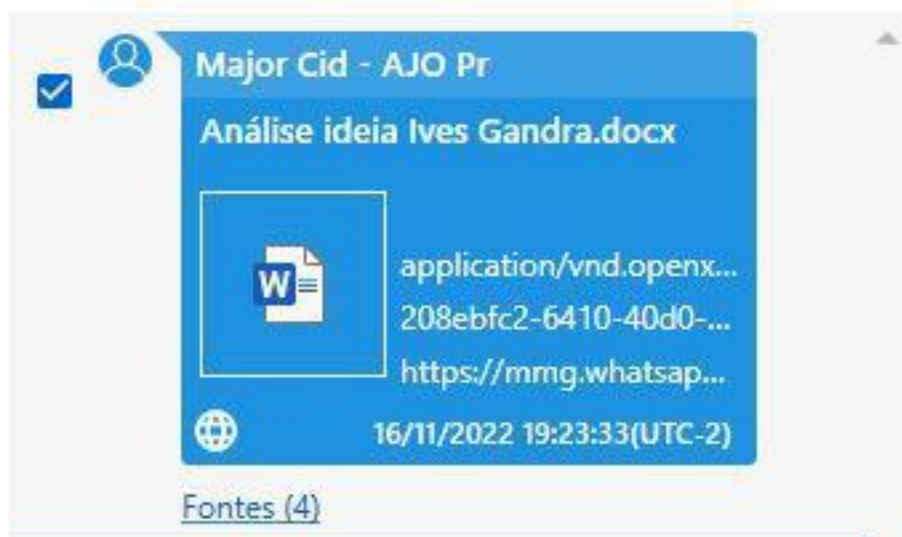
Al. Jau, 1742 (11º/13º/14º)
São Paulo SP 01420 002
Fone: 55 11 3894 3333
Fax: 55 11 3894 3396/3397
ives@gandramartins.adv.br
www.gandramartins.adv.br

3.1.3 – Documento em formato .docx com o título “Análise Ideia Ives Gandra”

Foi encontrado um documento de texto criado em 25 de outubro de 2022 em formato .docx, que se inicia com o título “Forças Armadas como Poder Moderador”. O armazenamento foi realizado por MAURO CID ao enviar do número 556194054085 para 556194054085 às 19h23 (UTC-2) do dia 16 de novembro de 2022. O hash da imagem é A0977C3B83F24CFB1FD1272720DA80B4.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



A seguir, juntamos imagens que registram a íntegra do texto do documento:

FORÇAS ARMADAS COMO PODER MODERADOR

1 - Síntese da ideia de Ives Gandra

Diante de situações de invasão de um Poder sobre as atribuições de outro, a Constituição Federal permite que as Forças Armadas atuem pontualmente para reestabelecer a harmonia constitucional. |

O autor cita como exemplo uma atuação do STF que, ao reconhecer a inércia do Poder Legislativo, resolvesse editar a lei ou ato normativo para suprir a omissão. Nesse caso, o Legislativo não teria outra opção a não ser solicitar apoio das Forças Armadas para assegurar o exercício da atividade legiferante do Poder que a detém. Não haveria outra opção por que a ordem é emanada do próprio Judiciário.

2 - Fundamento da ideia de Ives Gandra

O fundamento dessa ideia está no fato de que violações da Constituição Federal pelo Poder Judiciário deixariam os demais poderes sem capacidade de corrigir a ilegalidade. Diante disso, a base do pensamento do doutrinador está na interpretação de que o art. 142 da Constituição assegura às Forças Armadas o papel de evitar abusos pelo Poder Judiciário.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

3 - Operacionalização da atuação das Forças Armadas

O autor não deixa claro como isso poderia funcionar. As únicas menções operacionais são as seguintes:

a) a atuação moderadora das Forças Armadas é uma modalidade de Garantia da Lei e da Ordem;

b) o Poder Legislativo ou o Poder Executivo, quando constatarem invasão de suas atribuições pelo Poder Judiciário, devem requerer aos comandantes das três forças que atuem pontualmente para fazer cessar a inconstitucionalidade e, assim, garantir a harmonia dos poderes constitucionais.

A partir dessas duas diretrizes, no entanto, entendo que é possível descrever medidas concretas que se adaptem à legislação em vigor, conforme será explanado no tópico seguinte.

4 - Sugestão de roteiro para atuação das Forças Armadas como moderadora

4.1 - Requerimento do chefe do Poder Executivo direcionado aos Comandantes das Forças Armadas.

O documento deve conter a descrição detalhada dos atos praticados pelo Poder Judiciário que acarretam desarmonia entre os Poderes ou mesmo violação das prerrogativas constitucionais do Poder Executivo.

O fundamento legal seria composto pelo art. 142 da Constituição e pelo art. 15 da LC 97/99. Veja-se que em ambos os textos é assegurado o “emprego das forças armadas para garantia dos Poderes Constitucionais”. A única diferença é que na Garantia da Lei e da Ordem as Forças armadas atuam com base em determinação do Presidente da República, sendo que na garantia dos poderes constitucionais haveria um certo protagonismo dos Comandantes que atuariam por autorização direta da Constituição após a provocação do Poder Executivo.

4.2 – Análise do requerimento pelos Comandantes.

Essa avaliação deve partir do pressuposto de validar ou não a ocorrência de fatos que acarretem violação de prerrogativas constitucionais do Poder Executivo.

No caso, entende-se que o conjunto de fatos descritos em mensagem anterior seriam capazes de demonstrar não só uma atuação abusiva do Judiciário, mas também abuso praticado pelos maiores conglomerados da mídia brasileira, de modo a influenciar diretamente o eleitor e o resultado das eleições em favor de um determinado candidato.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

4.3 – Deferimento do pedido e início das operações.

Havendo deferimento, que constará em documento escrito que analisará os fatos descritos pelo Presidente da República e reconhecerá as inconstitucionalidades praticadas pelo Judiciário, serão determinadas as seguintes medidas:

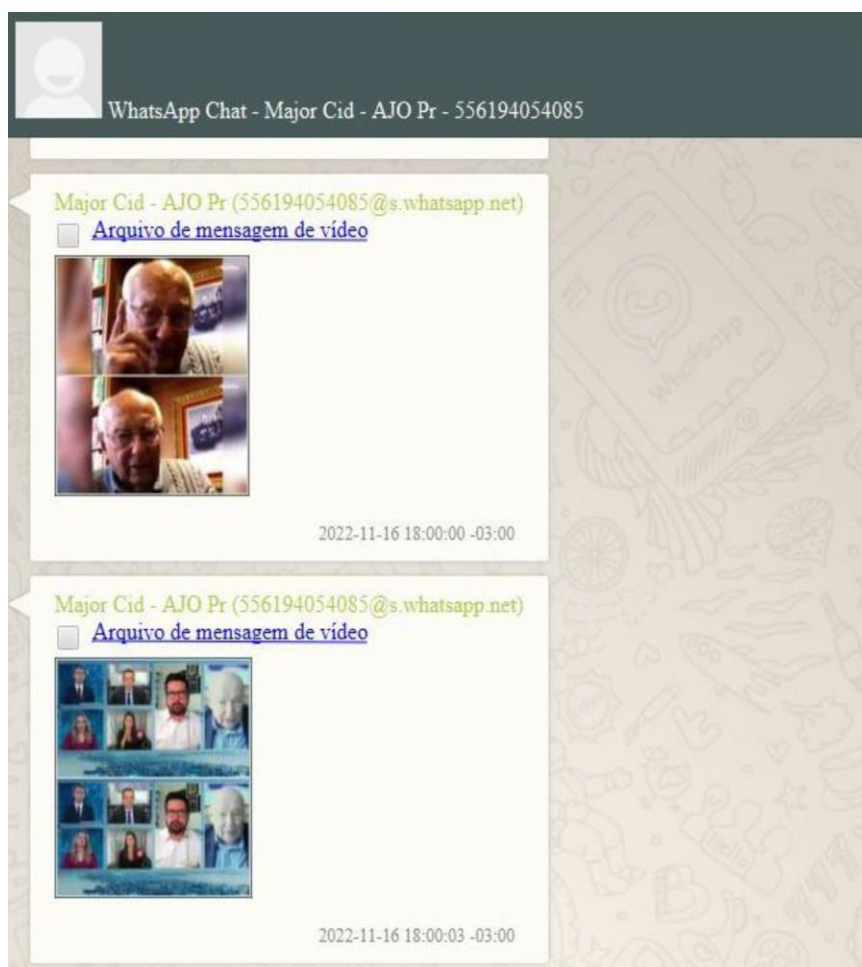
- a) nomeação de interventor que coordenará as medidas de reestabelecimento da ordem constitucional;
- b) fixação de prazo para reestabelecimento da ordem Constitucional;
- c) designação expressa de que além das Forças Armadas as instituições de segurança pública de nível federal (PF e PRF) também estarão subordinadas ao interventor;
- d) determinação de quais atos praticados pelo Poder Judiciário devem ser suspensos imediatamente, inclusive com o afastamento preventivo daqueles que praticaram atos em violação direta da Constituição Federal;
- e) abertura de inquérito para investigação das condutas das autoridades afastadas preventivamente e, ao final, encaminhamento desse inquérito ao órgão com competência para processar as respectivas autoridades. Havendo crime de responsabilidade imputado a Ministro do Supremo, deverá ser encaminhado o inquérito ao Senado Federal para fins de julgamento do transgressor;
- f) autorização para que o interventor suspenda outros atos inconstitucionais praticados pelo Poder Judiciário que forem descobertos durante a intervenção, com a finalidade de concretamente reestabelecer as prerrogativas constitucionais violadas. No caso de atos de cunho normativo eleitoral, devem ser citadas as respectivas Resoluções do TSE;
- g) tendo sido afastados Ministros do TSE, devido ao fato de serem responsáveis pela prática de atos com violação da prerrogativa de outros poderes, devem ser chamados a integrar a corte os respectivos substitutos. Os atuais Ministros substitutos do TSE, relativamente às vagas do STF, são: Cassio Nunes Marques, André Mendonça e Dias Toffoli;
- h) sendo reconhecida a atuação em desacordo com a Constituição da Corte Eleitoral, deverá o interventor fixar prazo para a realização das novas eleições, que serão coordenadas pelo TSE em sua nova composição, haja vista o afastamento preventivo dos Ministros a quem foi imputada conduta violadora da Constituição.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

3.2 - Vídeos armazenados por CID sobre declarações do jurista IVES GANDRA MARTINS sobre o “Poder Moderador” e aplicação do art. 142 da Constituição Federal de 1988

Em 16 de novembro de 2022, mesmo dia do armazenamento dos arquivos descritos no item 3.1 deste relatório, foram armazenados os seguintes vídeos:



a) Trecho editado com duração de 01min17seg, aparentemente, a partir de vídeo publicado no Canal TV Migalhas no YouTube2 devido à marca d'água no canto superior e vinheta no fim do material:

“O que a Constituição declara é que a eles cabe a defesa do Estado e das instituições democráticas. É o único capítulo que cabe essa expressão. E por que que eles foram colocados como Poder Moderador? A única vez que aparece na Constituição a palavra Pátria, Pátria, foi no artigo 142. E eles uma responsabilidade perante a Pátria, perante o Brasil como nação, perante a sociedade de brasileiro (sic). E eles tem hoje total consciência que a função



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

deles é de protetores da Constituição e da democracia no Brasil. Por essa razão era uma reposição pontual. Os poderes continuam funcionando, mas nesse ponto, a forma de respeitarem a Constituição, a lei e a ordem é atuar dessa maneira. Só isso. Entende? Então, aqueles que falam em golpe 'vamos pegar'... nada. Os militares não vão voltar nunca, num regime democrático de direito a ser poder. Eles são uma força moderadora de dar estabilidade à nação. Não mais que isso."

b) Trecho editado com duração de 02min50seg, aparentemente, a partir de publicação do Programa Pingo nos Is na plataforma YouTube3 realizada em 22 de abril de 2022, com o título "Exclusivo: Ives Gandra fala sobre uso do Art. 142 para barrar interferência do STF:

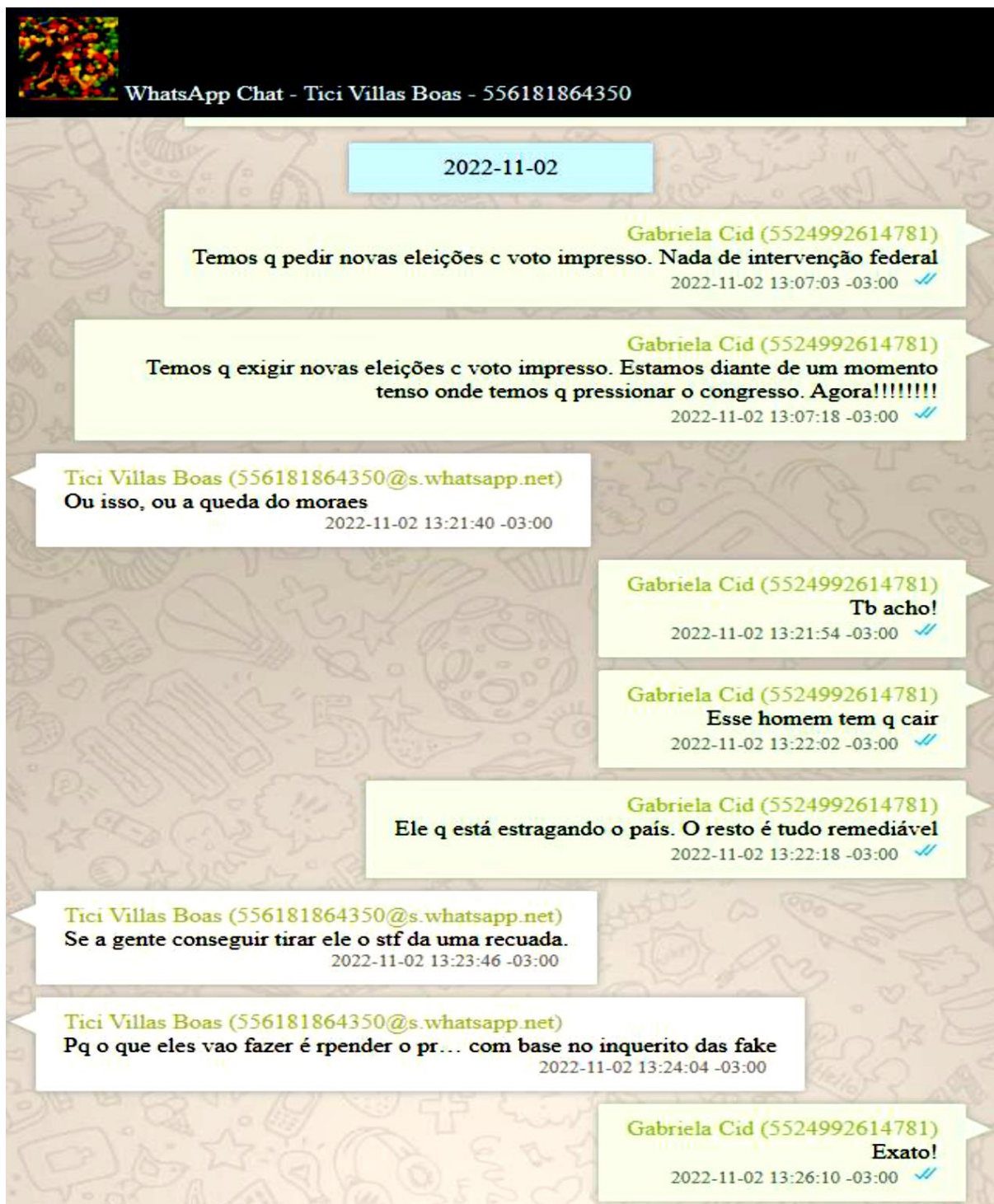
Paulo Figueiredo: *Doutor Ives, eu queria fazer uma pergunta sobre o quê que acontece agora, especificamente, porque nos podemos viver um impasse. Já há sinalizações de que talvez o Supremo Tribunal Federal não adote... o Presidente diz que o decreto será cumprido de qualquer maneira. O que acontece se o Supremo Tribunal disser que... arrumar alguma filigrana jurídica pra dizer que não... que o decreto tem alguma forma de ilegalidade, seja de desvio de finalidade. O quê que acontece? O quê que acontece na prática?*

Ives Gandra Martins: *Eu vejo o seguinte: se houver um impasse e o Supremo impor e se o Presidente entender que a mudança da jurisprudência... porque para colocar qualquer aspecto modificativo da jurisprudência criada pelo próprio Supremo de respeito a poder absoluto do Presidente e o Presidente não quiser cumprir, nós temos um conflito entre os poderes. Existe o Título V da Constituição. Como é que é o Título V? Diz o seguinte: Da Defesa das Instituições Democráticas e do Estado. A defesa, num momento de crise, que eu chamo de 'Regime Constitucional das Crises'... é o Título V e não o Título IV, que é da Organização dos Poderes, que vai solucionar o problema. Interpretação minha, que sempre foi absolutamente deturpada, que também tá nesses comentários. As Forças Armadas teriam, pontualmente, se houver solicitação de qualquer dos Poderes pra repor a lei e a ordem... são conflitos em que os poderes não se entendem... Legislativo/Judiciário, Executivo/Judiciário. As Forças Armadas teriam que repor naquele ponto. O que vale dizer, se o Presidente recorresse... não poderia comandar as Forças Armadas porque ele é parte do conflito. Não poderia o Ministro da Defesa participar porque é um órgão de governo. Mas como as Forças Armadas são instituição do Estado... pra repor só aquele ponto diria: 'O deputado não poderá ser preso'. Sem desconstituição do poder, sem tirar a competência de nenhum dos poderes. Porque a constituição faz menção, no 142, que as Forças Armadas podem apenas repor a lei e a ordem, no que vale dizer 'só naquele ponto' em que as instituições e os poderes não se entendem. Entram num conflito evidente... conflito que pode pôr em risco a democracia (...)"*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

MENSAGENS DO CELULAR DE GABRIELA CID





CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Gabriela Cid (5524992614781)

Não tenho dúvida!

2022-11-02 13:26:28 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

E até a saída ainda forjarão mais coisas contra. Aparecerão mais inquéritos

2022-11-02 13:26:53 -03:00 ✓✓

Tici Villas Boas (556181864350@s.whatsapp.net)

O eb tinha que mandar alguém falar com os cabeças dos caminhoneiros e dizer
quais tem que ser a reinvidicacao deles

2022-11-02 13:28:48 -03:00

Gabriela Cid (5524992614781)

Sim. Estão falando em intervenção federal

2022-11-02 13:29:12 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Mas tem q ser impeachment, novas eleições c voto impresso

2022-11-02 13:29:36 -03:00 ✓✓

Tici Villas Boas (556181864350@s.whatsapp.net)

Isso nao vai acontecer... ate segunda ordem a coisa foi democratica. As
consequencias de um 142 sao muito ruins

2022-11-02 13:31:21 -03:00

Gabriela Cid (5524992614781)

E as pessoas não podem sair das ruas. Elas têm q se manter até algo ser resolvido.

2022-11-02 13:31:34 -03:00 ✓✓

Tici Villas Boas (556181864350@s.whatsapp.net)

Tem que ficar.... Se sairem ja era

2022-11-02 13:31:54 -03:00

Tici Villas Boas (556181864350@s.whatsapp.net)

Os caminhoneiros tem que parar, sem obstruir

2022-11-02 13:32:05 -03:00

Gabriela Cid (5524992614781)

Pois é. Mas o q estou falando é que as pessoas estão pedindo isso. O pedido está
errado.

2022-11-02 13:32:08 -03:00 ✓✓



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Tici Villas Boas (556181864350@s.whatsapp.net)

O pedido esta errado.

2022-11-02 13:32:19 -03:00

Tici Villas Boas (556181864350@s.whatsapp.net)

Tem que ter alguem que articule isso com os protestantes

2022-11-02 13:32:33 -03:00

Tici Villas Boas (556181864350@s.whatsapp.net)

E isso Tem que vir dos caminhoneiros

2022-11-02 13:32:41 -03:00

Gabriela Cid (5524992614781)

Não vai ser dessa forma. Como vc falou, a orientação tem q ser outra. Os caminhoneiros tem q ser orientados.

2022-11-02 13:32:42 -03:00 ✓✓

Tici Villas Boas (556181864350@s.whatsapp.net)

Alguem tinha que falar com eles

2022-11-02 13:32:48 -03:00

Gabriela Cid (5524992614781)

Pois é

2022-11-02 13:32:53 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Sim! Foi o q pediu o presidente. E acho q todos que podem tem q vir p Bsb.

2022-11-02 13:33:30 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Invadir Brasília como no 7 de set e dessa vez o presidente c toda essa força agirá.

2022-11-02 13:34:08 -03:00 ✓✓

2022-11-04

Gabriela Cid (5524992614781)

Amanhã todo mundo nas ruas. Convoca as pessoas ao máximo!!!! Não podemos perder o fco! Há muita coisa sendo esclarecida e o povo precisa estar pressionando.

2022-11-04 21:51:21 -03:00 ✓✓



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

2022-11-14

Gabriela Cid (5524992614781)

Tici, Como vc está fazendo p montar o local do cachorro quente? Doação de dinheiro ou o alimento?

2022-11-14 10:15:21 -03:00 ✓✓

Tici Villas Boas (556181864350@s.whatsapp.net)

Nao sei Gabi. A drica ta mais por dentro, ou as meninas do rcg. A Lenise sabe

2022-11-14 17:46:29 -03:00

Gabriela Cid (5524992614781)

Ok 👍

2022-11-14 17:56:48 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Os caminhoneiros irão parar. Não há como eles concordarem com essa multa imposta por Alexandre de Moraes e não fazerem nada pelos companheiros. O STF/TSE é corporativista. Todos de unem. Está na hora do Brasil se unir pelo Brasil.

2022-11-17 09:44:38 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Já seguem Raquel Brugnera? Informação confiável. Sigam suas redes

2022-11-17 09:55:21 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Doação de descartáveis são muito bem vindas. Ajudem!

2022-11-17 10:28:40 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Vamos fazer placas para os senadores e levar p as manifestações. Eles precisam sair da zona de conforto Escrever senadores covardes Rodrigo Pacheco culpado Impeachment de AM

2022-11-17 11:16:32 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

A esquerda pode tudo. Agora é democrático.

2022-11-17 15:59:58 -03:00 ✓✓



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Chat - Thaisinha Estacio - 5521981030722

Thaisinha Estacio (5521981030722@s.whatsapp.net)
E agora, sera q o exercito vai poder fazer alg coisa???

2022-11-04 18:13:51 -03:00

Thaisinha Estacio (5521981030722@s.whatsapp.net)
Nao e possivel q isso vai ficar por isso mesmo

2022-11-04 18:14:03 -03:00

Thaisinha Estacio (5521981030722@s.whatsapp.net)

Bolsonaro não desistiu

BRASIL

Imagem

Do: Policiais do Estado de controla a circulação de veículos e registra em uma das ruas de quadras de Brasília, no domingo (02/11).



2022-11-04 18:33:21 -03:00

Thaisinha Estacio (5521981030722@s.whatsapp.net)
Oremos!!! 🙏🙏🙏🙏

2022-11-04 18:33:33 -03:00

Gabriela Cid (5524992614781)

Amanhã todo mundo nas ruas. Convoca as pessoas ao máximo!!!! Não podemos perder o fôlego! Há muita coisa sendo esclarecida e o povo precisa estar pressionando.

2022-11-04 21:47:50 -03:00 ✓✓

2022-11-05

Gabriela Cid (5524992614781)

Estou esperando q sim 🙏

2022-11-05 13:11:49 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)
Concordo amiga! Não é possível!

2022-11-05 13:12:07 -03:00 ✓✓



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

2022-11-11

Gabriela Cid (5524992614781)

Amiga, Convoca pelo amor de Deus as pessoas p Bsb

2022-11-11 08:37:41 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Venham!!!!

2022-11-11 08:37:46 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Temos q mudar o Brasil e as For as armadas estão ao nosso lado

2022-11-11 08:38:12 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Quem não puder vir p Bsb tem q ir p a frente dos quartéis

2022-11-11 09:02:39 -03:00 ✓✓

Thaisinha Estacio (5521981030722@s.whatsapp.net)



2022-11-11 12:35:59 -03:00

Thaisinha Estacio (5521981030722@s.whatsapp.net)

vou mandar no grupo das manifestacoes aqui do rio

2022-11-11 12:36:14 -03:00

Gabriela Cid (5524992614781)

Manda pq estamos reagindo

2022-11-11 13:04:58 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Revoltante!

2022-11-11 13:05:38 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Amiga, repassa please!

2022-11-11 13:17:08 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Breve resumo da nota das FA: 1) Povo: permaneçam nas ruas. As manifestações são legais e legítimas, as FA estão com vocês, desde que as manifestações permaneçam pacíficas. 2) STF: pare de desrespeitar a Constituição. Respeite as manifestações, as quais são legítimas. 3) Congresso Nacional: escute o povo e trabalhe pelo povo. Se não o fizerem, nós o faremos.

2022-11-11 13:47:44 -03:00 ✓✓



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Chat - Miriam Stein - 556194397676

2022-11-11

Gabriela Cid (5524992614781)

Miriam, Chama as pessoas p Bsb. Convoca. Tem q ter muita gente em Bsb. Não estamos mais em tempo de brincadeira

2022-11-11 08:43:48 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Muita gente!!!!

2022-11-11 08:44:00 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Junte- se a nós nessa guerra. Chame as pessoas p ocuparem seus espaços nessa mudança. Agora mais do que nunca é chegada a hora da pressão popular nas ruas.

2022-11-11 09:06:45 -03:00 ✓✓

Miriam Stein (556194397676@s.whatsapp.net)

Estou mandando para todo mundo, minhas amigas vão todas!

2022-11-11 09:08:58 -03:00

Miriam Stein (556194397676@s.whatsapp.net)

Estamos firmes, se pudesse pegava um avião para está aí.

2022-11-11 09:09:15 -03:00

Gabriela Cid (5524992614781)

Excelente!!!

2022-11-11 09:09:41 -03:00 ✓✓

Gabriela Cid (5524992614781)

Divulgue tudo ao máximo. Esse seu trabalho de divulgação é espetacular

2022-11-11 09:10:02 -03:00 ✓✓

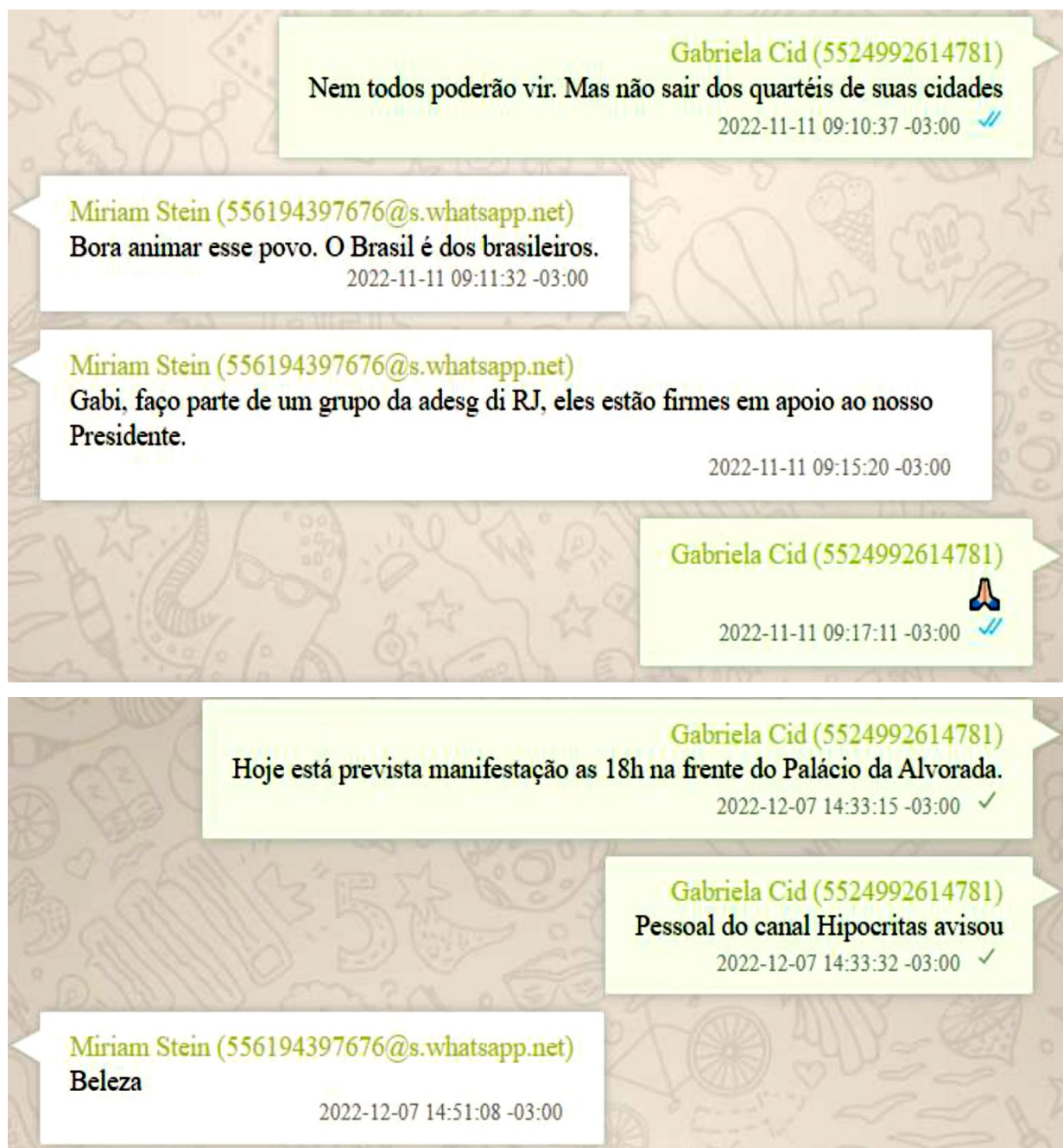
Gabriela Cid (5524992614781)

Cada um fazendo sua parte 😊

2022-11-11 09:10:10 -03:00 ✓✓



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



MENSAGENS DO SGT DOS REIS

Em um primeiro momento, no dia 11 de novembro de 2022, SGT DOS REIS, em conversa com MAURO CID, envia uma captura de imagem de uma reportagem sobre o relatório do Ministério da Defesa:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

2022-11-11

Mauro Cid (5524992643302)

▶ 0:00 / 0:00

Arquivo de mensagem de áudio

Transcrição: Puts cara. Foi mal cara. O dinheiro tava separado lá. Esqueci de ti avisar. Amanhã tu pega lá sem falta. A gente tá aqui em Goiânia, final da tarde a gente chega.

2022-11-11 00:43:00 -03:00 ✓✓

Dos Reis (556185266060@s.whatsapp.net)

tranquilo!! pago amanhã 🍷 🍷 🍷

2022-11-11 07:35:28 -03:00

Dos Reis (556185266060@s.whatsapp.net)

não se perder aí em Goiânia não em kkk

2022-11-11 07:35:56 -03:00

Dos Reis (556185266060@s.whatsapp.net)



2022-11-11 07:37:47 -03:00

Dos Reis (556185266060@s.whatsapp.net)



2022-11-11 07:37:48 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

15:25

11%

google.com/amp/s/veja.abri

BLACK FRIDAY: Assine VEJA por 1,00/semana

Segundo o relato de participantes do encontro a VEJA, o general disse que, em razão de tal postura da cúpula do Tribunal Superior Eleitoral, as Forças Armadas elaborarão um cronograma para “exigir” do TSE as respostas aos seus questionamentos. Se preciso for, convocarão a comissão de transparência da Corte para prestar os esclarecimentos que consideram necessários. Caso as respostas solicitadas não sejam dadas a tempo e a contento, uma auditoria da votação poderá ser realizada.

Ou seja: se a ameaça for cumprida, os militares podem, em última instância, não reconhecer uma eventual vitória de Lula. “As Forças Armadas terão um cronograma de fiscalização quer o TSE queira ou não”, afirmou um auxiliar de Bolsonaro, resumindo o teor da fala do ministro da Defesa.

GP São Paulo - Fórmula 1

Estamos Ansiosos Para Este Grande Evento. Saiba Mais o Que Preparamos.

Richards

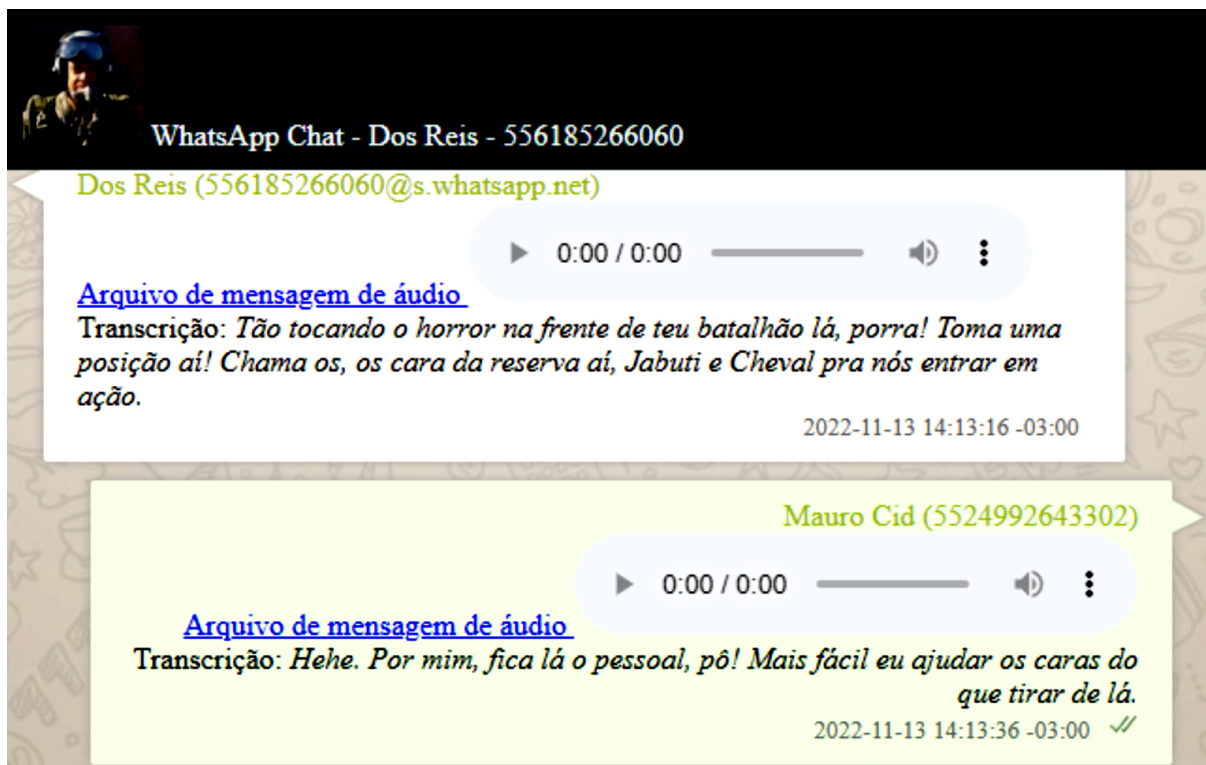
Visite Site





CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Já no dia 13 de novembro de 2022, SGT DOS REIS e MAURO CID trocam mensagens pelo aplicativo WhatsApp conversando sobre as manifestações que estavam ocorrendo em frente ao quartel de Goiânia / GO, onde CID assumiria o comando do batalhão, conforme notícias em fontes abertas⁷. Ao ser questionado sobre a manifestação MAURO CID diz: “Mais fácil eu ajudar os caras do que tirar de lá”.



Na sequência, DOS REIS envia um vídeo, em que, uma pessoa não identificada filma a manifestação em Goiânia e inicia narrando a data e local “Hoje, domingo, treze de novembro, uma hora e cinco da tarde. Ó pessoal, aí ó! Patriotas estão firmes, sai não! Ó o povo aí. Dessa vez, nós vamos vencer a batalha!”

DOS REIS NO DIA 08 JANEIRO DE 2023

No dia 08 de janeiro de 2023, DOS REIS realiza diversas filmagens das manifestações na esplanada dos ministérios juntamente com sua esposa e um de seus filhos. Além de realizar as filmagens, ele realizou o compartilhamento com alguns contatos de seu telefone. A seguir serão expostas algumas imagens extraídas dos vídeos gravados e as conversas em que esse conteúdo foi compartilhado.

A seguir será exposto o conteúdo das conversas com o contato “Delei –



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

556282050036". Em consulta aos bancos de dados disponíveis o telefone 62982050036 está associado a VANDERLEI CARDOSO DE BARROS, CPF 90111966787. Em um dos vídeos encaminhados, é possível observar que LUIS MARCOS DOS REIS está na cúpula do Congresso Nacional, juntamente com outros manifestantes.





CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Chat - Delei - 556282050036

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)

✓ [Arquivo de mensagem de vídeo](#)



2023-01-08 17:47:35 -03:00 ✓

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)

✓ [Arquivo de mensagem de vídeo](#)



2023-01-08 17:47:37 -03:00 ✓

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)



2023-01-08 17:47:37 -03:00 ✓

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)

✓ [Arquivo de mensagem de vídeo](#)



2023-01-08 17:47:38 -03:00 ✓



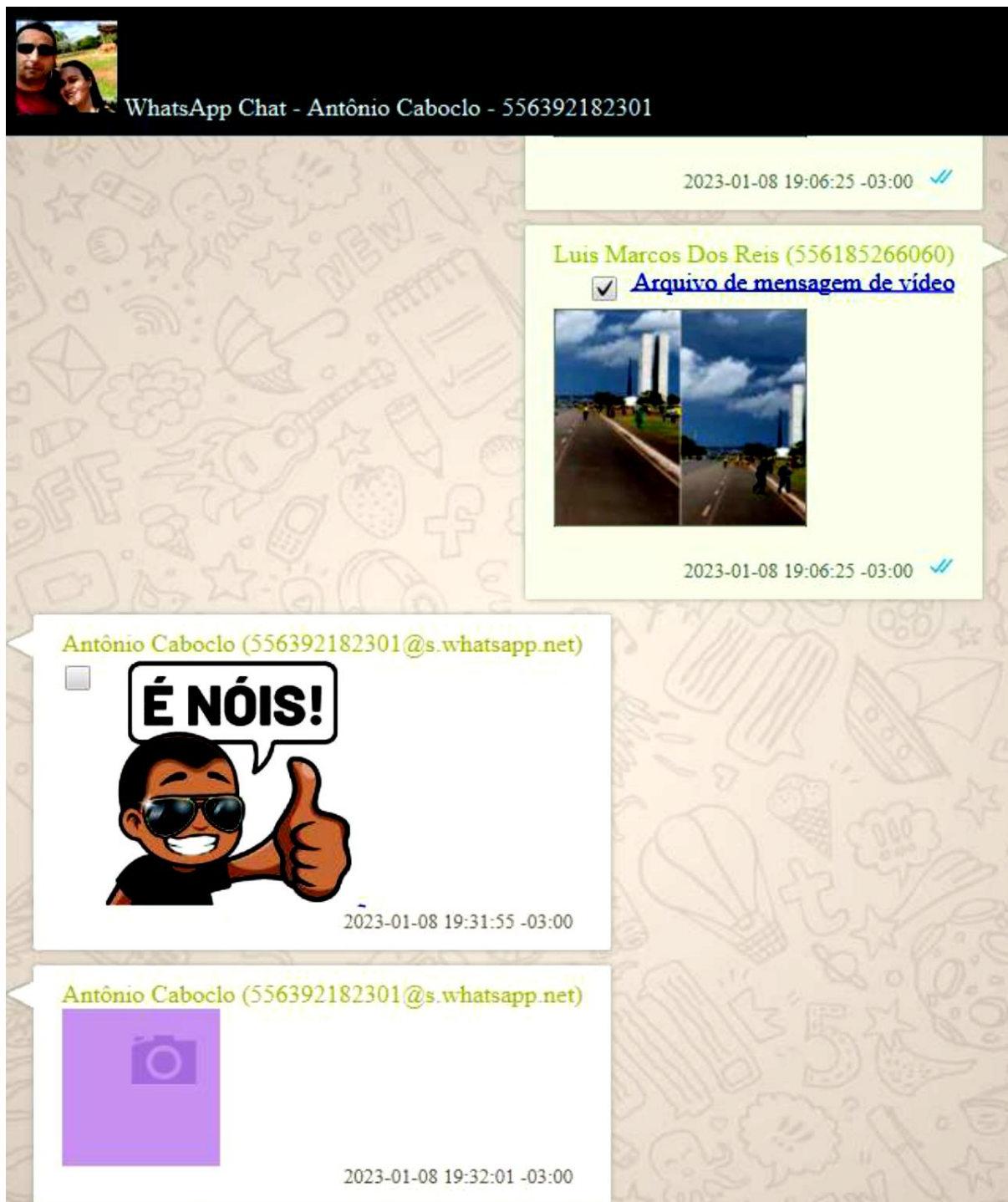
CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

A seguir será exposto o conteúdo das conversas com o contato “*Antônio Cabloco - 55632182301*”:



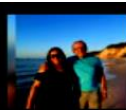


CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro





CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Chat - Franculi - 5511989768107

2023-01-08

Franculi (5511989768107@s.whatsapp.net)

0:00 / 0:00

[Arquivo de mensagem de áudio](#)

Transcrição: Boa noite, meu primo! E aí, como é que tá o balaio de gato aí de Brasília, aí?

2023-01-08 18:24:51 -03:00

Chamada de voz perdida 2023-01-08 18:25:10 -03:00

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)

0:00 / 0:00

[Arquivo de mensagem de áudio](#)

Transcrição: Bicho tá pegando! Mandei no grupo lá, pô! Mandei no grupo lá, os vídeo lá, que eu fiz lá ué! Tá no grupo lám da Chicoulândia, lá! Olha lá! Dá pra falar agora não, tá? Tá correria aqui, tá?

2023-01-08 18:25:53 -03:00

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)

0:00 / 0:00

[Arquivo de mensagem de áudio](#)

Transcrição: Você deve estar mais informado que eu aí. Você está vendo televisão, porra! Eu estou no meio da muvuca! Não sei o que que tá acontecendo! O bicho vai pegar!

2023-01-08 18:26:08 -03:00

Franculi (5511989768107@s.whatsapp.net)

0:00 / 0:00

[Arquivo de mensagem de áudio](#)

Transcrição: Pois é primo! Cuidado aí, hein primo!

2023-01-08 18:26:41 -03:00

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)

0:00 / 0:00

[Arquivo de mensagem de áudio](#)

Transcrição: Tamo cuidado, rapaz! Estamos com cuidado aqui, mas... [MNI – provavelmente LUCILLA nós somos o perigo.]. Nós temos que cada um fazer a nossa força aqui. Representar o nosso país, né? Graças a Deus! Mas foi bonito aqui! É, muita das vezes a televisão fala mentira aí, que... Realmente, é a primeira vez que eu vejo aqui. Entraram no Planalto, no Congresso, Câmera dos Deputado e entrou no STF. E quebrou, arrancou as tonga lá daqueles ladrão. Arrancou tudo! Foi, foi... O bicho pegou hoje aqui! Spray também de pimenta, gás lacrimogêneo. O pau torou aqui! Sua prima estava no combate aqui comigo! Tamo aqui ainda! Bicho está pegando!

2023-01-08 18:34:00 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Franculi (5511989768107@s.whatsapp.net)

▶ 0:00 / 0:00 ————— 🔊 ⋮

Arquivo de mensagem de áudio

Transcrição: *O bom é que você é do quartel! Você já tem toda a prática, toda! Eu dou risada, mas o negócio é sério! Ainda bem que você tem toda a prática de combate, né? Ajuda o primo, aí hein? Deixa acontecer nada com ela, não! Nem com você aí! Você é militar, você é do quartel! Você sabe as manha aí!*

2023-01-08 18:35:07 -03:00

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)



2023-01-08 18:44:58 -03:00 ✓✓

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)



2023-01-08 18:45:00 -03:00 ✓✓

Franculi (5511989768107@s.whatsapp.net)

▶ 0:00 / 0:00 ————— 🔊 ⋮

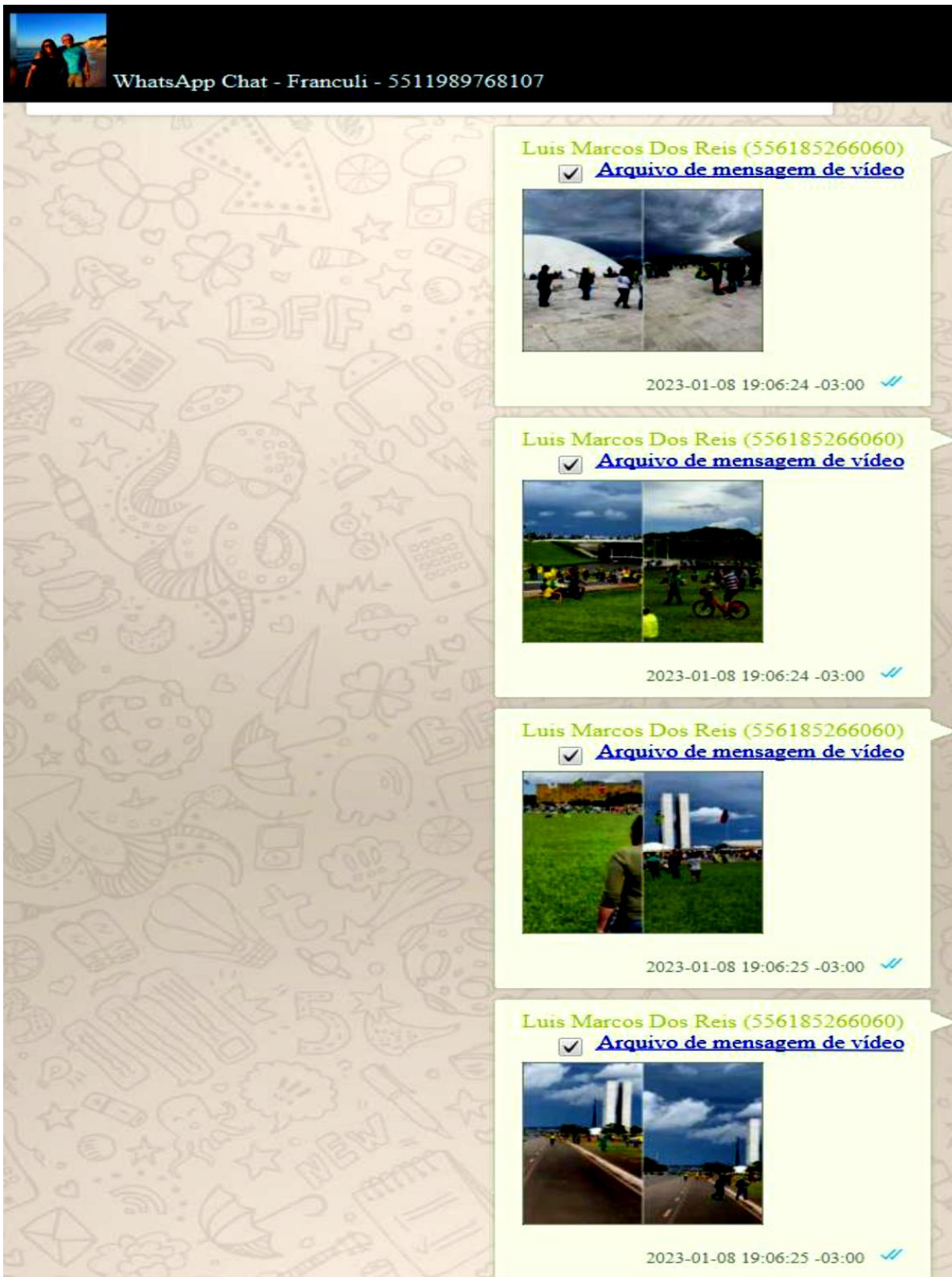
Arquivo de mensagem de áudio

Transcrição: *E aí primo! Tá mais calma aí? Ou tá agitado ainda?*

2023-01-08 18:56:50 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro





CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Franculi (5511989768107@s.whatsapp.net)

0:00 / 0:00

Arquivo de mensagem de áudio

Transcrição: Boa noite MARCO! E aí, como é que tá as coisas aí? Já... Os manifestantes já saíram aí de Brasília? Ou tem plano de ficar noite inteira aí, varar a madrugada... Como é que tá?

2023-01-08 20:04:44 -03:00

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)
só Deus sabe

2023-01-08 20:07:37 -03:00

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)
já cheguei em casa

2023-01-08 20:07:46 -03:00

Franculi (5511989768107@s.whatsapp.net)
Graça a Deus

2023-01-08 20:08:00 -03:00

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)
amanhã eu trabalho e cedo

2023-01-08 20:08:00 -03:00

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)
o recado foi dado

2023-01-08 20:08:15 -03:00

Franculi (5511989768107@s.whatsapp.net)
A ruma ficaram lá ainda

2023-01-08 20:08:24 -03:00

Franculi (5511989768107@s.whatsapp.net)
Turma

2023-01-08 20:08:32 -03:00

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)
acho que não

2023-01-08 20:32:52 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

A seguir será exposto o conteúdo das conversas com o contato “Sônia - 556195994419”:



2023-01-08

Sônia (556195994419@s.whatsapp.net)
Boa tarde meu amigão. Vc estar assistindo na TV o que fizeram la no congresso????

2023-01-08 17:58:44 -03:00

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)

[Arquivo de mensagem de áudio](#)

Transcrição: Não, dona Sônia! Fui assistir não! A minha esposa comentou. Nós estamos é aqui na, na bagaceira. Nós tamo voltando pra casa agora e eu fui com ela pra lá mais o meu filho. Depois eu mando aí pra senhora os vídeo e as foto.

2023-01-08 18:10:25 -03:00

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)

☒ [Arquivo de mensagem de vídeo](#)



2023-01-08 18:10:43 -03:00

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)

☒ [Arquivo de mensagem de vídeo](#)



2023-01-08 18:10:43 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)
✓ [Arquivo de mensagem de vídeo](#)



2023-01-08 18:10:43 -03:00 ✓

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)
✓ [Arquivo de mensagem de vídeo](#)



2023-01-08 18:10:43 -03:00 ✓

Sônia 🇧🇷 (556195994419@s.whatsapp.net)
Eita benção. ainda bem que nosso.mito não estar aqui.sinão iriam colocar a culpa.nele..👉👉👉👉👉👉👉👉.esse safado estar achando que vai ficar assim.ele vai ter que enfrentar.o povo que não aceita ladrão e suas cojas ficar no poder de maneira alguma.

2023-01-08 22:57:00 -03:00

Sônia 🇧🇷 (556195994419@s.whatsapp.net)
Mais esta tudo bem com vcs ne meu amigão??

2023-01-08 22:57:34 -03:00

Luis Marcos Dos Reis (556185266060)
graças a Deus tudo bem

2023-01-08 22:58:45 -03:00 ✓

Sônia 🇧🇷 (556195994419@s.whatsapp.net)
Pois e filho vc viu aquele ladrão severgonha ja mando prender uma turma de manifestantes. Graças a vcs estão bem.

2023-01-08 23:07:02 -03:00

Sônia 🇧🇷 (556195994419@s.whatsapp.net)
Estau aqui vendo o seus vídeos.

2023-01-08 23:07:41 -03:00

Sônia 🇧🇷 (556195994419@s.whatsapp.net)
Nossa adorei os videos que vc fez e me enviou.

2023-01-08 23:13:17 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

GRUPO WHATSAPP DE MILITARES DA ATIVA

Durante análise do telefone de MAURO CID foi identificado um grupo denominado "...Dosssss!!!". Alguns integrantes foram identificados como militares da ativa. Evidenciou-se que em diversos momentos dos diálogos foram tratados assuntos relacionados ao cenário político-eleitoral que sucedeu o segundo turno das eleições presidenciais.



WhatsApp Group - ...Dosssss!!! - 556182762426-1363572058

2022-11-27

Jorge Alexandre (556281449578@s.whatsapp.net)
Attachment:

AO VIVO - Generais de LULA tomarão POSSE em DEZEMBRO
2022-11-27 07:26:31 -03:00

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)
Tentativas de aproximações sucessivas e de aumentar a divisão na Força.
2022-11-27 08:11:26 -03:00

Jorge Alexandre (556281449578@s.whatsapp.net)
Ta rolando nos grupos de paisanos
2022-11-27 08:18:32 -03:00

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)
Sim, já tinha recebido. Cagamos tanta goma de Op Psico, Op Info, Guerra Info etc, e as FA, que poderiam estar operando nas cores cinza e negra, para minizar esses impactos, só sifu
2022-11-27 08:25:20 -03:00

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)
Algumas coisas poderiam estar sendo feitas há muito tempo, nas áreas de Op Esp, Intlg e CIntlg, Op Psc, Op Info, GE, Cyber etc. Mas ficamos esperando DPED, DMED, DPOM etc e o pior, estar dentro da legaidade, ter o tal "amparo", aí é do KARAJO!
2022-11-27 08:28:04 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Group - ...Dosssss!!! - 556182762426-1363572058

556299210202

Talvez seja esse objetivo. Quando começar a faltar as coisas, não vai adiantar estar recebendo no primeiro dia útil do mês. Não vai ter o que comprar. Eles não irão parar. E isso tem um objetivo, chamar alguém para pacificar a situação.

2022-11-27 17:17:37 -03:00

556299631205

Qual ação vc está pensando?

2022-11-27 17:17:40 -03:00

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)

Que não resolve agora já estamos cansados de saber. Essas ações só evisceraram mais a trupe jurídica.

2022-11-27 17:17:42 -03:00

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)

Uma ação por parte do PR e FA, que espero que ocorra nos próximos dias.

2022-11-27 17:18:47 -03:00

556299631205

Olha, posso estar errado, mas acho que estamos caminhando para uma crise interna muito forte.

2022-11-27 17:20:28 -03:00

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)

Sim, sem volta, ou o PR/FA fazem algo, ou seremos arrastados para o problema, o que é pior.

2022-11-27 17:21:29 -03:00

556299631205

A ruptura institucional já ocorreu a muito tempo. Tudo que for feito agora, da parte do PR, FA e tudo mais, não vai parar a revolução do povo que cansou de tudo isso.

2022-11-27 17:21:46 -03:00

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)

Assim espero.

2022-11-27 17:22:20 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Group - ...Dosssss!!! - 556182762426-1363572058

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)

Guerrilha 2.0, aproximações sucessivas e indiretas. Sun Tzu puríssimo do Séc XXI. Estão tomando o Poder sem disparar um tiro, com Lawfare, expressão militar do PN em segundo plano, esforço principal em manobras jurídicas e políticas, com Op Info moldando o psicossocial ... perderam as guerrilhas rurais e urbanas do Séc passado, para se reinventarem no globalismo/progressismo socialista. Puta que o pariu, TUDO QUE ADOTAMOS E SABEMOS, mas ficamos amarrados no POLITICAMENTE CORRETO ... Daremos muita ênfase por aqui nessa disciplina do CFEsp, se Deus nos permitir, Deus é Grande, e será!

2022-11-27 21:31:31 -03:00

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)

Digo, TUDO QUE ADORAMOS E SABEMOS ... E cagaram mais uma vez para a possibilidade de estarem nos empregando desde muito antes

2022-11-27 21:33:09 -03:00

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)

POBRE EB, como diria vc Souzinha

2022-11-27 21:33:49 -03:00

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)

Mas ainda há tempo porém será mais doloroso. Estejamos PRONTOS ... Confio muito em NÓS, mas somente em NÓS!

2022-11-27 21:35:03 -03:00

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)

Já pensem como protegerão as nossas famílias talvez deveremos isolá-los dentro dos nossos quartéis, MAO, GYN e Imbuy, Pcp dos Of e Sgt FEsp e Cmdos.

2022-11-27 21:37:07 -03:00

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)

Gostaria de estar equivocado, precipitado ... mas vejo que não haverá outra saída. Se não vejamos.

2022-11-27 21:38:48 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Group - ...Dosssss!!! - 556182762426-1363572058

5519981343524

Vi o que o Paulo Figueiredo falou e foi bem contundente

2022-11-29 06:01:57 -03:00

5519981343524

Pelo que entendi está rolando uma carta assinada por oficiais da ativa

2022-11-29 06:02:22 -03:00

Gian (5521983313722@s.whatsapp.net)

Attachment:

**CARTA DOS OFICIAIS SUPERIORES DA ATIVA AO COMANDANTE DO
EXERCITO BRASILEIRO**

2022-11-29 06:42:23 -03:00

5519981343524

E aí, agora todos colocaremos o nome nessa rela aí né?

2022-11-29 06:56:14 -03:00

5519981343524

Ou seremos leões de Zap (Gilvan, 2022)

2022-11-29 06:57:24 -03:00



WhatsApp Group - ...Dosssss!!! - 556182762426-1363572058

Ferreira Lima (5521996538191@s.whatsapp.net)

Ainda nem é possível avaliar o efeito de tudo isso na força

2022-11-29 12:32:19 -03:00

5521980831091

Vai ter careca sendo arrastado por blindado em Brasília?

2022-11-29 13:01:44 -03:00

Ferreira Lima (5521996538191@s.whatsapp.net)

O foda é que ficou gostosinho demais sermos só isso

2022-11-29 13:04:28 -03:00

Ferreira Lima (5521996538191@s.whatsapp.net)

**Salário garantido, guerreiro com absoluta certeza de não guerrear, uma escapada ou
outra ganhando bem por aí... ficou bom demais para querermos sair desse conforto**

2022-11-29 13:06:01 -03:00

Ferreira Lima (5521996538191@s.whatsapp.net)

Não vai rolar mesmo

2022-11-29 13:06:08 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Group - ...Dosssss!!! - 556182762426-1363572058

Ferreira Lima (5521996538191@s.whatsapp.net)

Muitos estudos, muitas teorias... Estudamos inúmeras possibilidades e exemplos de nossas antigas guerras ou das atuais guerras de outros. Mergulhamos em teorias intermináveis, discutimos filosofias geopolíticas profundas e por fim nos aproximamos bastante da carreira de Diplomata. O resultado, revelado agora diante da crise, não parece positivo, pois terminamos por perceber que não somos bons Diplomatas, a ponto de evitarmos o atual estado de coisas no País, e tampouco somos bons militares, a ponto de nem termos mais a capacidade de perceber verdadeiras ameaças.

2022-12-21 14:36:04 -03:00

5519981343524

O nosso estudo acadêmico se tornou além de uma catarse, um embasamento para a covardia.

2022-12-21 14:38:24 -03:00

Marcio resende (5521983079513@s.whatsapp.net)

Se o Bolsonaro acionar o 142, não haverá general que segure as tropas. Ou participa ou pede pra sair!!!

2022-12-21 15:13:50 -03:00

Felipe Siesp (5524998601102@s.whatsapp.net)

Outros bravateiros...não conseguiram deter uma fraude eleitoral clara dentro do território deles !!!

2022-12-21 18:34:54 -03:00

Marcio resende (5521983079513@s.whatsapp.net)

Se a gente não tem coragem de enfrentar o cabeça de ovo e uma fraude eleitoral, vamos enfrentar quem???

2022-12-21 18:57:59 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Group - ...Dosssss!!! - 556182762426-1363572058

Marcio resende (5521983079513@s.whatsapp.net)

Ainda acho que vcs estão com medo demais... Se alguém tiver lido nossas mensagens, vai preferir fingir que não leu. Primeiro que além desse grupo, existem milhares outros. Vão mandar prender ou punir todo mundo??? Na bucha eles preferem fingir que está tudo bem, que as FA não são golpistas. Nem o camarada print me preocupa. Vão fazer o quê com isso? Talvez alguns carrapatos (E olha que terá que ser carrapato pra caralho, é muita gente)... mas na prática ninguém quer mais instabilidade ainda. Imagina o AM mexendo nesse vespeiro!!! Ou imagina dentro da própria Força essa eventual caça às bruxas!!! = apagar fogo com gasolina

2023-01-04 12:03:20 -03:00

556892057194

Desativar Soh no momento que vai acessar o banco, depois reativa, se bloquear.

2023-01-04 12:03:41 -03:00

Bodao (5524992903972@s.whatsapp.net)

Prevenir é sempre bom. Não custa muito. Melhor q ainda tem antivírus. Tentaram invadir meu e-mail 9 vezes.

2023-01-04 12:04:27 -03:00

Ferreira Lima (5521996538191@s.whatsapp.net)

É tomar cuidado com a segurança individual (usuário-elo mais fraco) e tomar decisões individuais de emissão de opiniões.

2023-01-04 12:04:29 -03:00

Bodao (5524992903972@s.whatsapp.net)

Vi agora qdo instalei

2023-01-04 12:05:02 -03:00

Ferreira Lima (5521996538191@s.whatsapp.net)

Ninguém aqui está combinando tomar o poder... são apenas opiniões. Se não se pode dar opiniões, então até os Comandos já aceitaram ser subjugados. Então fudeu...

2023-01-04 12:05:31 -03:00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro



WhatsApp Group - ...Dosssss!!! - 556182762426-1363572058

Ferreira Lima (5521996538191@s.whatsapp.net)

Ainda nem é possível avaliar o efeito de tudo isso na força

2022-11-29 12:32:19 -03:00

5521980831091

Vai ter careca sendo arrastado por blindado em Brasília?

2022-11-29 13:01:44 -03:00

Ferreira Lima (5521996538191@s.whatsapp.net)

O foda é que ficou gostosinho demais sermos só isso

2022-11-29 13:04:28 -03:00

Ferreira Lima (5521996538191@s.whatsapp.net)

Salário garantido, guerreiro com absoluta certeza de não guerrear, uma escapada ou outra ganhando bem por aí... ficou bom demais para querermos sair desse conforto

2022-11-29 13:06:01 -03:00

Ferreira Lima (5521996538191@s.whatsapp.net)

Não vai rolar mesmo

2022-11-29 13:06:08 -03:00

DEPOIMENTOS ANALISADOS

JEAN LAWAND JÚNIOR (CPMI8)

O depoimento de Jean Lawand Junior começa com uma introdução sobre quem ele é: filho de refugiados sírios que chegou ao Brasil na década de 50, é casado e pai de três filhas. Ele destaca o amor e o apoio de sua família como seus principais pilares de vida. Sua carreira militar começou no Exército Brasileiro como soldado, onde ele se destacou e foi promovido a



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

cabo. Com esforço, ele conseguiu ser aprovado na Escola de Formação de Oficiais e jurou defender o país, proteger sua integridade, honra e instituições.

Lawand Junior descreve as várias funções que ocupou durante sua carreira, destacando a instrução na academia militar, a participação em uma missão de paz da ONU no Sudão, e comandando um grupo de mísseis e foguetes. Ele se orgulha de nunca ter sido punido, de nunca ter incitado subordinados contra superiores e de nunca ter provocado ilegalidades dentro do Exército Brasileiro. Atualmente, ele ocupa uma posição burocrática no Escritório de Projetos do Exército, como Supervisor do Programa Astros, um programa de mísseis.

Lawand Junior afirma que seu depoimento é em resposta a perguntas sobre mensagens trocadas com o Tenente-Coronel Cid, mas afirma que nunca falou sobre um golpe, nunca atentou contra a democracia brasileira e que não pretende agredir qualquer instituição. Ele defende que a essência de sua vida e carreira está centrada na família, na dedicação militar e no bem do Brasil. Ele se propõe a responder a todas as perguntas relacionadas às mensagens trocadas com o Tenente-Coronel Cid e agradece pela oportunidade de apresentar seu depoimento.

Segue uma síntese dos trechos mais relevantes à investigação da CPMI.

A Senadora Eliziane Gama questiona o Coronel Lawand sobre sua relação com Mauro Cid e a troca de mensagens entre eles. O Coronel confirma que foi instrutor de Mauro Cid na academia militar em 2000. Eliziane Gama



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

pergunta sobre a revolta mencionada nas mensagens e quem mais compartilhava desse sentimento. O Coronel responde que a revolta era generalizada entre os brasileiros devido à divisão de opiniões após as eleições. Ele menciona que as pessoas estavam insatisfeitas e algumas pediam intervenção militar. A Senadora questiona sobre a manifestação mencionada pelo Coronel para apaziguar a situação e pergunta de quem seria essa manifestação. O Coronel responde que a manifestação seria do governo, na época representado pelo ex-Presidente Bolsonaro, com o objetivo de acalmar a população e fazer com que voltassem à normalidade. Eliziane Gama pergunta sobre a necessidade de privacidade nas conversas e o uso de um telefone seguro. O Coronel explica que queria privacidade nas conversas, mesmo que fossem tranquilas, assim como tem com sua esposa. Eliziane Gama argumenta que há diferença entre assuntos públicos e privados e questiona a necessidade de um telefone seguro para uma conversa republicana.

Em seguida, a Senadora pede para exibir um vídeo e questiona se o Coronel acreditava que Mauro Cid transmitiria suas colocações e orientações ao ex-Presidente Bolsonaro. O Coronel responde que não pode falar por Mauro Cid, mas sua intenção era que o Presidente tomasse uma posição para acalmar a nação. Ele menciona o caso da paralisação dos caminhoneiros e como o Presidente Bolsonaro pediu que eles cancelassem a greve, o que mostra sua influência sobre seu eleitorado. Eliziane Gama pergunta se o Coronel acredita que a postura do ex-Presidente Bolsonaro poderia ter evitado os atos de violência ocorridos no país. O Coronel responde que não atribui os atentados ao ex-Presidente, mas acredita que uma manifestação dele poderia ter acalmado as pessoas e evitado mais problemas.

A Senadora volta a mencionar a palavra "golpe" presente nas mensagens e o Coronel nega tê-la utilizado, afirmando que sua intenção era que o Presidente desse uma ordem de apaziguamento. Eliziane Gama mostra um documento da Polícia Federal que contradiz a afirmação do Coronel. Eliziane Gama questiona o significado da frase "Vai ter que ser pelo povo mesmo" e o Coronel explica que se refere ao povo se conscientizar de que não haveria uma ordem presidencial e que deveriam retornar para suas casas. A Senadora argumenta que após essa frase ocorreram atos de violência no país, e o Coronel atribui isso a uma coincidência. A discussão continua com Eliziane Gama questionando o Coronel sobre suas colocações a respeito do Alto-Comando do Exército e o apoio à intervenção. O Coronel se retrata e pede desculpas por suas declarações infelizes, afirmando que não tinha contato com o Alto-Comando e não tinha motivação para qualquer tipo de golpe.

Eliziane Gama menciona uma mensagem em que o Coronel fala sobre o General Heleno e pergunta o que ele cumpriu. O Coronel responde que o General Heleno havia dito que estaria ao lado do Presidente em todos os momentos do seu mandato e que ele estava junto com o Presidente em um



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

momento difícil. A Senadora revela que na agenda do Presidente consta uma reunião com o General Heleno no dia mencionado nas mensagens e questiona o Coronel sobre o assunto dessa reunião. O Coronel não tem conhecimento sobre essa reunião específica, mas afirma que o General Heleno estava ao lado do Presidente para apoiá-lo. A discussão continua com a Senadora fazendo mais questionamentos sobre outras mensagens trocadas entre o Coronel e Mauro Cid. O Coronel reconhece que suas colocações foram infelizes e pede desculpas ao Exército Brasileiro e ao povo brasileiro. A Senadora afirma que o Coronel não pode infantilizar a Comissão e o acusa de não ser compatível com o conteúdo de suas mensagens.

A senadora Eliziane Gama questionou o depoente, Coronel Jean Lawand Junior, sobre diversos pontos. Ela destacou a importância de sua posição no Estado-Maior e seu contato direto com o ajudante de ordens do presidente. Ela enfatizou que suas declarações e posicionamentos são refutados pelas informações disponíveis. A senadora perguntou se, ao mencionar o "Comandante Supremo", ele se referia ao ex-presidente Bolsonaro, e o depoente confirmou. Ela pediu esclarecimentos sobre a afirmação de que "o Exército Brasileiro acabaria" se não cumprissem as ordens do presidente. O depoente explicou que qualquer ordem dada pelo presidente seria cumprida pelo Exército para apaziguar o país, mas não especificou qual seria a ordem. A senadora questionou se o Exército brasileiro cumpriria prontamente uma ordem de intervenção determinada pelo ex-presidente Bolsonaro, mencionando uma conversa sobre o General Rosty que teria afirmado isso. O depoente concordou que o Exército cumpriria qualquer ordem prontamente, mas ressaltou que não mencionou intervenção ou golpe, apenas que o Exército é disciplinado e seguiria as ordens.

A senadora perguntou se o depoente conhecia Marcelino Haddad, Bedin, e a empresa Mcam Brasil. O depoente afirmou que não conhecia essas pessoas nem a empresa. A senadora mostrou uma imagem de Argino Bedin e questionou sobre a Mcam Brasil, mencionando o endereço que o depoente teria usado. O depoente negou ter usado o endereço da empresa, reforçando que sempre usou seu próprio endereço em documentos oficiais. A senadora afirmou que o depoente não pode mentir, e ele reiterou que não conhece a Mcam Brasil. Ela questionou sobre a relação entre o endereço da empresa e o endereço pessoal do depoente. Ele negou qualquer vínculo com a empresa e afirmou que sua família mora em Atibaia, mas não mencionou a Mcam Brasil.

A senadora mencionou a conversa sobre a possível prisão do ex-presidente Bolsonaro e perguntou por que o depoente temia essa prisão. Ele explicou que temia que atribuísem ao presidente qualquer problema ou convulsão social que pudesse ocorrer. A senadora fez perguntas sobre a presença do depoente nos acampamentos e a possível omissão ou negligência do Exército na



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

desocupação desses locais. O depoente negou ter estado nos acampamentos ou ter conhecimento de qualquer resistência do General Dutra à desocupação. A senadora questionou sobre a participação do depoente no grupo de WhatsApp DOS e se ele presenciou debates sobre a implantação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O depoente afirmou que não conhece o grupo e não ouviu falar sobre esses debates.

Por fim, a senadora mencionou a interpretação distorcida do artigo 142 da Constituição, que alguns alegam dar às Forças Armadas um papel de poder moderador. O depoente afirmou não ter opinião a respeito. Após as perguntas, o depoente pediu permissão para fazer uma consideração sobre a empresa Mcam Brasil. Ele esclareceu que sua família locou um imóvel para a empresa, mas não tem vínculo com ela. O depoente colocou à disposição a quebra de seu sigilo bancário, fiscal e telefônico para comprovar sua afirmação. A senadora encerrou a oitiva agradecendo ao depoente e mencionando a falta de sustentação prática de suas explicações. Ela propôs uma conversa reservada com a Comissão para obter mais elementos e contribuições aos trabalhos, mas o depoente recusou. Em seguida, ele fez uma última declaração agradecendo pela oportunidade e reafirmando sua intenção de buscar o melhor para o Brasil.

*No depoimento, o **Deputado Rafael Brito (MDB - AL)** interpela o Sr. Jean Lawand Junior em uma discussão sobre a definição e implicações de um golpe de Estado. Brito argumenta que impedir a posse de um presidente legitimamente eleito pelo povo e tentar manter um presidente derrotado no poder configura um golpe de Estado, o que Lawand concorda. Brito, então, questiona Lawand sobre mensagens enviadas em 1º de dezembro de 2022, nas quais Lawand sugere que o ex-presidente Jair Bolsonaro poderia ser preso por crimes que Lawand acreditava terem sido praticados. No entanto, Lawand afirma que não tem conhecimento jurídico suficiente para identificar quais crimes específicos Bolsonaro poderia enfrentar.*

A discussão então gira em torno de como uma ordem para apaziguar as pessoas poderia impedir Bolsonaro de ser preso. Lawand argumenta que a ordem para apaziguar era em relação a um movimento crescente nas ruas e que se a situação se agravasse, Bolsonaro seria responsabilizado, embora Lawand não pudesse identificar que crime específico seria atribuído a Bolsonaro. Brito questiona Lawand sobre a troca de mensagens com Mauro Cid, suspeitando de interceptação telefônica. Lawand insiste que a troca de mensagens era apenas uma conversa privada e não estava relacionada a qualquer atividade ilícita.

Brito e Lawand discutem sobre a possibilidade de um golpe de Estado e a confiabilidade do Alto Comando do Exército. Brito sugere que, de acordo com as mensagens entre Lawand e Cid, a única razão pela qual um golpe de



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Estado não ocorreu foi a falta de confiança de Bolsonaro e de pessoas como Lawand no Alto Comando do Exército. Finalmente, Brito confronta Lawand com uma declaração feita pelo senador Hamilton Mourão, dizendo que Lawand arriscou sua carreira ao incitar uma tentativa de golpe de Estado. Lawand interpreta a declaração de Mourão como um reconhecimento de que, embora Lawand seja um coronel competente, ele não teria a capacidade de orquestrar um golpe de Estado. Brito conclui suas perguntas lendo várias mensagens enviadas por Lawand, sugerindo que o "apaziguamento" que Lawand mencionou anteriormente poderia de fato estar se referindo a um golpe de Estado.

MAURO CÉSAR BARBOSA CID (CPMI8)

O depoente Mauro César Barbosa Cid permaneceu em silêncio durante todo o interrogatório, sem antes fazer uma declaração inicial, nestes termos:

Bom dia a todos.

Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Arthur Maia; Exma. Sra. Relatora, Senadora Eliziane Gama; Exmo. Sr. Vice-Presidente, Senador Magno Malta, em nome de quem cumprimento todos os Parlamentares presentes nesta sessão, manifestando o meu respeito a V. Exas.

Nesta oportunidade, acho importante trazer a trajetória, a minha trajetória dentro das Forças Armadas. Sou Tenente-Coronel do Exército, tenho 27 anos de serviço e atuei em várias unidades operacionais. Fui observador militar nas Nações Unidas, no Chipre, e também fui instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras.

Em 2018, eu havia sido selecionado para participar de um curso de Estado Maior no Exército americano. Entretanto, fui redesignado pelo então Comandante do Exército para assumir a função de Chefe da Ajudância de Ordens da Presidência da República. Nesse ponto, é importante destacar que essa função é exclusivamente de natureza militar, conforme a regulamentação do Decreto 10.374, de 2020. Ademais, a minha nomeação jamais teve qualquer ingerência política. Minha vinculação administrativa era estabelecida pelo Gabinete de Segurança Institucional, inclusive por meio de onde provinha minha remuneração.

Para conhecimento de V. Exas., o Ajudante de Ordens é a única função de assessoria próxima ao Presidente que não é objeto da sua própria escolha,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

sendo de responsabilidade das Forças Armadas selecionar e designar os militares que a desempenharão. As atribuições da Ajudância de Ordens estavam descritas no art. 8º desse referido decreto - abro aspas -:

À Ajudância de Ordens compete:

I - prestar os serviços de assistência direta e imediata ao Presidente [da República] nos assuntos de natureza pessoal, em regime de atendimento permanente e ininterrupto, em Brasília ou em viagem;

II - receber as correspondências e os objetos entregues ao Presidente da República em cerimônias e viagens e encaminhá-los aos setores competentes; e

III - realizar outras atividades determinadas pelo Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

Fecho aspas.

Na prática, a função do Ajudante de Ordens consistia basicamente em um serviço de secretariado executivo do ex-Presidente, tendo como exemplo a realização das seguintes tarefas: execução da agenda; recepção e encaminhamento de pessoas para reuniões; atendimento de ligações e recebimento de correspondências; impressão de documentos; recebimento e entrega de presentes; e auxiliar nas atividades particulares e privadas do ex-Presidente - almoço, viagens, finanças pessoais, etc.

No dia a dia das reuniões e agendas realizadas pelo ex-Presidente, nós recepcionávamos os participantes e os direcionávamos ao local desejado, ficando do lado de fora das salas de reunião, sempre à disposição, caso o mandatário necessitasse de algo. Da mesma forma, exatamente pela descrição inerente da função, não questionávamos o que era tratado nas respectivas agendas e reuniões.

Recebíamos muitas ligações e pedidos de autoridades - Ministros do Executivo, Legislativo e Judiciário -, como, por exemplo, para encaixe na agenda do ex-Presidente; participação e encaminhamento de temas para live; transmissão de recados; pedidos para participar de algum evento ou viagem; e até mesmo verificar a possibilidade de tirar uma simples foto com o ex-Presidente.

Na mesma linha, nos quatro anos em que servi como Ajudante de Ordens, não estava na minha esfera de atribuições analisar propostas, projetos ou demandas trazidas pelos ministros de Estado, autoridades e demais apoiadores, ou seja, não participávamos da atividade relativa à gestão pública.

Neste momento, com o devido respeito a V. Exas., passo a esclarecer os motivos da postura que adotarei ao longo desta sessão. Como é de



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

conhecimento de V. Exas., é importante destacar que sou investigado pelo Poder Judiciário, especialmente pelo Supremo Tribunal Federal, até onde tenho conhecimento, em pelo menos oito investigações criminais, sendo elas: a suposta participação e incitação dos atos de 8 de janeiro; a suposta falsificação de cartões de vacina; a suposta fraude na retirada de presentes recebidos pelo ex-Presidente; supostas irregularidades em pagamentos recebidos em nome do ex-Presidente e da ex-Primeira-Dama; o suposto vazamento de inquérito sigiloso da Polícia Federal; a suposta divulgação de notícias inverídicas, fake news; o suposto envolvimento em milícias digitais; e o suposto envolvimento em atos antidemocráticos realizados no ano de 2019. Esclareço essa questão para que V. Exas. compreendam que as investigações que recaem sobre minha pessoa vão além do escopo dos atos que envolvem os tristes episódios de 8 de janeiro. Por esse motivo, inclusive, diversos outros questionamentos que poderiam ser feitos para além desse contexto fático também não podem, por respeito ao Poder Judiciário, ser esclarecidos na condição de testemunha, pois, como demonstrei, sou formalmente investigado.

Exatamente por isso, minha defesa técnica impetrou um habeas corpus perante o Supremo Tribunal Federal, requerendo, em razão da minha condição de investigado, que nesta sessão me fosse assegurado o direito de permanecer em silêncio em relação a questionamentos que possam me incriminar, ou seja, justamente aqueles que estão correlacionados às investigações criminais. A ordem foi parcialmente concedida pela Exma. Ministra Cármen Lúcia nos seguintes termos - abro aspas: "[...] concedo parcialmente a ordem, apenas para assegurar ao paciente [...] o direito de não ser obrigado a produzir prova contra si, podendo manter-se em silêncio e não ser obrigado a responder a perguntas que possam incriminá-lo [...]"

Quanto ao contexto das apurações, também por respeito ao Poder Judiciário, não irei me valer desse ato para me defender, pois, por liturgia processual, meus advogados me orientaram que minha defesa técnica deve ocorrer perante o órgão que efetivamente tem competência para decidir acerca de minha culpabilidade sobre as condutas que me são imputadas e, ao final, por mandamento constitucional e reserva de jurisdição, delimitar a aplicação ou não de sanções.

Por outro lado, e sendo algo que não representa a minha opinião pessoal, mas sim a convicção de um órgão de Estado sobre a prisão preventiva à qual estou submetido, tomei conhecimento de que a Procuradoria-Geral da República se manifestou da seguinte maneira. Diz a PGR nas ff. 3.827 e 3.828 da Petição 10.405 - abro aspas: "Por fim, salienta-se que finalidades que já se entendiam vedadas passaram a contar com disposição expressa, por se considerar que a segregação cautelar não pode ser determinada como antecipação de cumprimento de pena, como decorrência imediata da investigação,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

deflagração de ação penal (art. 313, §2º, do Código de Processo Penal), de que resulta proibida a chamada prisão para averiguação" - fecho aspas. Ou seja, a PGR concluiu pela necessidade imediata da revogação da prisão que me é imposta há 70 dias por medidas cautelares menos gravosas. Contudo, a revogação da minha prisão foi indeferida.

Por todo o exposto e sem qualquer intenção de desrespeitar V. Exas. e os trabalhos conduzidos por esta CPMI, considerando a minha inequívoca condição de investigado, por orientação da minha defesa e com base na ordem no Habeas Corpus 229.323, concedido em meu favor pelo Supremo Tribunal Federal, farei uso do meu direito constitucional ao silêncio.

Agradeço a atenção de todos.

Muito obrigado.

LUIS MARCOS DOS REIS (CPMI8)

LUIS MARCOS DOS REIS compareceu à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e foi informado sobre seus direitos, incluindo o direito de permanecer em silêncio em questões que possam incriminá-lo. Seguem os principais pontos abordados:

Inicialmente, ele discutiu a questão do cartão de vacina e mencionou que não falaria sobre isso, pois o assunto estava nos autos da Polícia Federal. LUIS reconheceu Max Guilherme, um militar, e Sérgio Cordeiro, mas afirmou que nunca teve contato com João Carlos Brecha. Ele também discutiu a questão dos acampamentos e compartilhamentos de imagens, negando ter enviado fotos do evento de 8 de janeiro para Mauro Cid.

Na sequência, ele falou sobre a relação com Mauro Cid e compartilhou informações sobre manifestações e eventos em Goiânia. LUIS



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

também discutiu a questão dos consórcios entre amigos e mencionou uma transação com Vanderlei. LUIS detalhou sua presença na manifestação de 08 de janeiro, às 17h, e discutiu fotografias relacionadas ao evento. Ele também abordou a questão de a Polícia Federal estar com seu celular e a possibilidade de rastrear sua localização.

Questionado sobre mensagens que foram lidas durante a sessão, LUIS MARCOS DOS REIS afirmou que não se lembrava de todas as mensagens mencionadas. LUIS MARCOS DOS REIS detalhou sua participação na manifestação do 08 de janeiro, afirmando que saiu de sua casa por volta das 16h e chegou ao Conjunto Nacional, de onde desceu a pé até a Esplanada. Ele mencionou que tirou fotos e subiu a rampa do local. Admitiu que errou ao participar do evento e que a justiça decidirá sobre sua ação.

Questionado sobre sua ligação com a empresa Cedro do Líbano e uma pessoa chamada Vanderlei, LUIS respondeu que as informações estavam nos autos da Polícia Federal e seriam tratadas com a Procuradoria-Geral da República (PGR). LUIS MARCOS DOS REIS confirmou que nunca viu o cartão corporativo e que não pegou dinheiro em espécie. No entanto, ao ser questionado sobre depósitos e pagamentos, ele optou por permanecer em silêncio em várias ocasiões.

Ele foi questionado sobre Rosimary Cardoso Cordeiro e se fez depósitos para ela. LUIS afirmou que não a conhecia e, quando confrontado sobre os depósitos, disse que não se lembrava. Foi mencionado que Rosimary foi responsável por emitir um cartão de crédito em nome da ex-Primeira-



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Dama Michelle Bolsonaro. O depoente foi criticado por sua participação na Ajudância de ordens, que foi descrita como envolvida em diversos crimes investigados pela CPI.

Sobre alegações financeiras, LUIS MARCOS DOS REIS enfatizou que todos os extratos bancários de sua conta estavam com a Relatora. Ele mencionou uma transação específica relacionada à venda de um carro, indicando que o único depósito que ele fez foi da venda desse veículo. Ele também esclareceu que não houve depósitos em sua conta por Mauro Cesar Lourena Cid, sugerindo que poderia ter havido um equívoco na identificação do nome.

Sobre a participação nas manifestações de 8 de janeiro, ele confirmou que participou das manifestações, mas negou ter depredado algo naquele dia. Ele também negou ter comandado qualquer tropa do Exército ou ter exercido algum cargo de comando no Exército ou na Presidência da República naquela data.

Sobre sua prisão, LUIS MARCOS DOS REIS informou que estava preso há 114 dias. Ele destacou que esta foi a primeira vez que teve a oportunidade de ser ouvido com os autos do caso. Ele já havia deposto na Polícia Federal, mas naquela ocasião, sua advogada não tinha tido acesso aos autos.

Sobre sua relação com a família Bolsonaro, foi questionado se a família Bolsonaro o visitou na prisão. Ele respondeu que não. Quanto às



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

alegações de envolvimento em crimes, ele foi questionado sobre seu envolvimento em vários crimes e respondeu que acreditava na Justiça e que a Polícia Federal estava investigando. Ele também foi questionado sobre a adulteração de cartões de vacina e indicou que as informações estavam nos autos da Polícia Federal.

Quanto à defesa de sua integridade, em várias ocasiões, LUIS MARCOS DOS REIS negou as alegações feitas contra ele. Por exemplo, ele negou que seu apartamento estivesse cheio de dinheiro e que alguém tivesse encontrado grandes quantias de dinheiro em sua residência.

Esses foram os principais pontos abordados por LUIS MARCOS DOS REIS em seu depoimento. Ele respondeu a várias perguntas, mas também se reservou o direito de permanecer em silêncio em certos tópicos, conforme seus direitos garantidos.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

GRUPO MAURO CÉSAR BARBOSA CID

Ref	nome	tipo	Valor_C	Valor_D
1	Centro de Pagamento do Exército	Outros		
1	ADRIANO ALVES TEPERINO	Beneficiário		
1	CELIO CHICOU DE ALENCAR	Beneficiário		
1	CELIO CHICOU DE ALENCAR	Remetente		
1	CONDOMINIO DO BLOCO H DA SHCES QUADRA 905	Beneficiário		
1	MURILO MARCOS DOS REIS	Beneficiário		
1	FARLEY VINICIUS ALENCAR DE ALCANTARA	Beneficiário		
1	FARLEY VINICIUS ALENCAR DE ALCANTARA	Remetente		
1	Farley Variedades Ltda. ME	Remetente		
1	MINISTERIO DO TURISMO	Outros		
1	GABRIEL FELIPE ALENCAR DOS REIS	Beneficiário		
1	GABRIEL FELIPE ALENCAR DOS REIS	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

1	LUIS MARCOS DOS REIS JUNIOR	Remetente		
1	BB Administradora de Consórcios Ltda.	Remetente		
1	JOELMA GONCALVES DA SILVA	Remetente		
1	MARIA AUXILIADORA DO AMARAL	Remetente		
1	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Remetente		
1	agmar gaspar dos reis	Beneficiário		
1	agmar gaspar dos reis	Remetente		
1	OKTO PAGAMENTOS S.A.	Beneficiário		
1	LUIZ ANTONIO GONCALVES DE OLIVEIRA	Beneficiário		
1	LUIZ ANTONIO GONCALVES DE OLIVEIRA	Remetente		
1	ANTONIO MARCOS BERNARDES NETO	Beneficiário		
1	ROZEMBERG PEREIRA DE OLIVEIRA	Beneficiário		
1	ROZEMBERG PEREIRA DE OLIVEIRA	Remetente		
1	LUCÉLIA C. A. ALENCAR	Beneficiário		
1	LUCÉLIA C. A. ALENCAR	Remetente		
1	LUIS MARCOS DOS REIS	Beneficiário		
1	LUIS MARCOS DOS REIS	Remetente		
1	LUIS MARCOS DOS REIS	Titular	1.501.767,00	1.459.300,00
1	ROBSON DOS SANTOS SOUZA	Beneficiário		
1	VANDIR PEREIRA CARDOSO	Beneficiário		
1	MARIA EUNICE DE PAIVA FERREIRA NOVAIS	Remetente		
1	PEDRO NETO CHICOU DE ALENCAR	Beneficiário		
1	PEDRO NETO CHICOU DE ALENCAR	Remetente		
1	REGINALDO RODRIGUES AREBALO	Remetente		
1	CELIA GOMES MARANHÃO ALENCAR	Beneficiário		
1	CELIA GOMES MARANHÃO ALENCAR	Remetente		
1	DEBORA GONCALVES DA SILVA	Beneficiário		
1	DEBORA GONCALVES DA SILVA	Remetente		
1	VANDERLEI CARDOSO DE BARROS	Beneficiário		
1	VANDERLEI CARDOSO DE BARROS	Remetente		
1	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Beneficiário		

Período analisado: 01/02/2022 - 20/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 08/08/1994, cadastrado como: MILITAR EM GERAL - SEGUNDO-SARGENTO EXERCITO, vinculado ao Comando do Exército-centro de Pagamento do Exército 00.394.452/0533-04, percebendo rendimentos de R\$ 13.346,79 em 01.12.2022 SERVIDOR PUBLICO FEDERAL - AGENTE, vinculado ao Ministerio do Turismo 05.457.283/0001-19, percebendo rendimentos de R\$ 10.710,94 em 01.12.2022 INVESTIDOR, percebendo rendimentos de R\$ 542,08 em 01.12.2022 residente na cidade de BRASILIA/DF. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Possui poupança salário, com recebimento de proventos e com resgate automático. Principais lançamentos a crédito e a débito referem-se as transações envolvendo mesma titularidade e pessoas físicas e jurídicas de ramos diversos, das quais destacamos MAURO CESAR BARBOSA CID, já relacionado em comunicação de operações suspeitas e para o qual consta mídia desabonadora sobre suposto envolvimento em crime de lavagem de dinheiro, segue trecho: O personagem em questão é o tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid, o coronel Cid, ajudante de ordens de Jair Bolsonaro até os derradeiros dias do governo que acabou em 31 de dezembro (...) Entre os achados dos policiais escalados para trabalhar com Alexandre de Moraes estão pagamentos, com dinheiro do tal caixa informal gerenciado pelo tenente-coronel, de faturas de um cartão de crédito emitido em nome de uma amiga do peito de Michelle Bolsonaro que era usado para custear despesas da ex-primeira-dama (TÍTULO: Exclusivo: o caixa 2 de Jair Bolsonaro no Planalto FONTE: METROPOLES DATA: 20/01/2023). Observamos diversas tentativas de TEDs para mesma titularidade, as quais foram devolvidas, tendo sido efetivadas o valor de R\$ 89.000,00 em 11/11/2022 e R\$ 38.000,00 em 16/06/2022. Considerando a movimentação incompatível com a renda conhecida do analisado e demais atipicidades apontadas, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se. Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
VII-a) movimentações atípicas de recursos por agentes públicos, conforme definidos no art. 2º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

2	JOSE GOMES DE ANDRADE	Beneficiário
2	FELIPE PAULINO DE MEDEIROS	Beneficiário
	AGENCIA DE PROMOCAO DE EXPORTACOES DO BRASIL - APEX-	
2	BRASIL	Remetente
2	MARGARETE DUARTE DE LIMA	Beneficiário



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

2	ARIOVALDO RONCHI JUNIOR	Beneficiário		
2	MARLUCIO JOSE MELLO DE CASTRO	Beneficiário		
2	EZEQUIAS FREIRE SANTOS 53916638149	Beneficiário		
2	MAURO CESAR LOURENA CID	Beneficiário		
2	MAURO CESAR LOURENA CID	Titular	779.690,00	779.262,00
2	LISIEUX LOURENA CID	Remetente		
2	MARIA CLAUDIA MESQUITA AMARAL	Beneficiário		
2	AGNES BARBOSA CID	Beneficiário		
2	AGNES BARBOSA CID	Titular		
2	VIRGINIA ELISA LAZZARIN	Beneficiário		
2	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Beneficiário		
2	ALLAERCYO RODOLFO DA SILVA VIEIRA	Beneficiário		

Período analisado: 01/02/2022 - 20/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 04/12/1995, cadastrado como: SERVIDOR PUBLICO FEDERAL - GENERAL, percebendo rendimentos de R\$ 31.751,65 em 01.03.2020 residente na cidade de NITEROI/RJ. Contas analisadas: 3303 / 10.042.683 3303 / 510.042.683 4883 / 8.291(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 745.227.877-15 - AGNES BARBOSA CID 4883 / 910.008.291(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 745.227.877-15 - AGNES BARBOSA CID 4883 / 960.008.291(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 745.227.877-15 - AGNES BARBOSA CID. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Analisado citado em mídia desabonadora, relacionada a investigação de suposto crime de lavagem de dinheiro, segue trecho: Jair Bolsonaro e o tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid têm uma relação que transcende a carreira militar do ex-ajudante de ordens. O pai de Cid, general Mauro Cesar Lourena Cid, foi colega do ex-presidente no curso de formação de oficiais do Exército. Lourena Cid tornou-se amigo de Bolsonaro. Em 2019, ano em que foi para a reserva, ele ganhou do governo a confortável posição de chefe do escritório da Apex, a agência brasileira de promoção de exportações, em Miami. Com salário em dólares, o cargo lhe garantiu uma bolada mensal equivalente a mais de R\$ 80 mil. (TÍTULO: Exclusivo: o caixa 2 de Jair Bolsonaro no Planalto FONTE: METROPOLES DATA: 20/01/2023). Conta conjunta com Agnes Barbosa Cid, cônjuge do analisado e sem ocupação cadastrada. Possui recursos internalizados em investimentos (saldo atual de R\$ 174.796,12) e mantém parte dos valores com resgate automático. Principal crédito através de transferência no valor de R\$235.409,65, em 09/01/2023, recebida de APEX BRASIL OPER FINANC. Recebeu proventos do COMANDO DO EXERCITO-CENTRO DE PAGAM 00.394.452/0533-04 e ORPAGs do exterior, as quais observamos como remetente o analisado, país ESTADOS UNIDOS, natureza da operação: ORPAG em moeda nacio e finalidade BBA TRANSACTION, citamos por amostragem: 21/12/2022 5.044,70 14/12/2022 9.190,80 28/10/2022 9.186,48 04/10/2022 9.061,56 À débito efetua transações para mesma titularidade, a cônjuge, o filho e pessoas físicas e jurídicas de ramos diversos. Destacamos o envio de ORPAGs para o exterior, efetuadas após o recebimento de recursos de APEX BRASIL OPER FINANC, país de destino ESTADOS UNIDOS e beneficiário MAURO CESAR LOURENA CID, citamos: 10/01/2023 USD 3.000,00 R\$ 15.866,03 11/01/2023 USD 3.000,00 R\$ 15.790,18 16/01/2023 USD 3.000,00 R\$ 15.556,10 18/01/2023 USD 3.000,00 R\$ 15.471,22 Chama atenção o fracionamento das ORPAGs, limitadas aos valores de USD 3.000,00 cada, o que poderia indicar tentativa de dispensa de documentação complementar. Considerando o envio atípico de valores para o exterior, para mesma titularidade, porém sem conhecimento do real destino dos recursos, e demais atipicidades apontadas, propomos a comunicação. Ocorrências:

X-e) transferências unilaterais que, pela habitualidade, valor ou forma, não se justifiquem ou apresentem atipicidade. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

3	LIA MARA AMARAL DE OLIVEIRA COLARES	Beneficiário		
3	JOSE LUIZ CARVALHO COSTA	Beneficiário		
3	JOSE LUIZ CARVALHO COSTA	Remetente		
3	JOSE LUIZ CARVALHO COSTA	Titular	596.994,00	597.458,00
3	AILTON FERNANDES	Beneficiário		
3	ADRIANA MARIA DE JESUS GUIMARAES ROCHA	Beneficiário		
3	CRISTIANE DURSO MENDES COSTA	Titular		
3	LORIANE DOS SANTOS TEIXERA CARVALHO	Beneficiário		
3	THIAGO DAS NEVES BARBOSA	Beneficiário		
3	GLAUCIA DOS SANTOS TEIXEIRA CARVALHO	Beneficiário		
3	ADILSON SAMORA DE SOUSA	Beneficiário		
3	BRUNO DANIEL DURSO MENDES	Beneficiário		
3	LEANDRO FERNANDES DE JESUS	Beneficiário		
3	DAVDY MARQUES DE AMORIM	Beneficiário		
3	ANA BEATRIZ GUIMARAES DE SOUZA	Beneficiário		
3	FELIPE DE CASTRO SOUZA	Beneficiário		
3	PJBANK PAGAMENTOS S.A.	Remetente		
3	MARIA DO SOCORRO MOURA DA SILVA	Beneficiário		
3	DAVDY MARQUES DE AMORIM 13660125776	Outros		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

3 OAK IMOVEIS LTDA	Outros
3 GERALDO SIMPLICIO	Beneficiário
3 MARIA ISABEL DA ROCHA CARNEIRO	Beneficiário
3 LUCIA HELENA DA SILVA E SOUZA	Beneficiário
3 MARISA CRISTINA GUIMARAES ROCHA	Beneficiário
3 ANEBEATRIZ FERREIRA DA SILVA ROSAS	Remetente
3 MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Beneficiário
3 VANIA FERREIRA DOS SANTOS	Beneficiário

Período analisado: 01/02/2022 - 20/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 27/05/2008, cadastrado como: VENDEDOR PRACISTA E CAIXEIRO VIAJANTE - VENDEDOR, percebendo rendimentos de R\$ 3.371,42 em 01.12.2013 residente na cidade de NOVA FRIBURGO/RJ. Contas analisadas: 0335 / 105.008(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 053.031.727-32 - CRISTIANE DURSO MENDES CO. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Conta conjunta com Cristiane Durso Mendes Costa, cônjuge do analisado e advogada com renda de R\$2.154,33. Consta como titular de OAK IMOVEIS LTDA ME 30.191.941/0001-10 (CORRETAGEM NA COMPRA E VENDA E AVALIACAO DE IMÓVEIS), com faturamento presumido de R\$ 110.000,00, juntamente com a cônjuge. Principais créditos foram recebimento de fornecedor (PJBANK PAGAMENTOS S.A). À débito efetua transações principalmente para mesma titularidade e para DAVYD MARQUES DE AMORIM, titular de 24.199.056/0001-85 (PROMOCAO DE VENDAS) com faturamento presumido de R\$ 70.000,00. Não observamos vínculo conhecido entre o analisado o principal beneficiário. Dentre os destinatários destacamos MAURO CESAR BARBOSA CID, já relacionado em comunicação de operações e para o qual consta mídia desabonadora sobre suposto envolvimento em crime de lavagem de dinheiro, segue trecho: O personagem em questão é o tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid, o coronel Cid, ajudante de ordens de Jair Bolsonaro até os derradeiros dias do governo que acabou em 31 de dezembro (...) Entre os achados dos policiais escalados para trabalhar com Alexandre de Moraes estão pagamentos, com dinheiro do tal caixa informal gerenciado pelo tenente-coronel, de faturas de um cartão de crédito emitido em nome de uma amiga do peito de Michelle Bolsonaro que era usado para custear despesas da ex-primeira-dama (TÍTULO: Exclusivo: o caixa 2 de Jair Bolsonaro no Planalto FONTE: METROPOLES DATA: 20/01/2023). Considerando a movimentação incompatível com a capacidade financeira conhecida do analisado e demais atipicidades apontadas, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se. Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

4 ALFREDO LUIZ FERREIRA DA SILVA	Beneficiário
4 PAGADORIA PESSOAL MARINHA	Outros
4 TAYSE SHARLINE DA SILVA PEREIRA	Remetente
4 ESCOLA FUNDAMENTAL ALVACIR VITE ROSSI LTDA	Beneficiário
4 SANDRO DANIEL SOARES	Remetente
4 WISMAR RAUL DE SOUZA	Beneficiário
4 TELEFONICA BRASIL S.A.	Beneficiário
4 DOMELICE BARBEARIA LTDA ME	Beneficiário
4 FERNANDA OLIVEIRA DOS SANTOS	Beneficiário
4 JOSE LUCIANO DE MOURA	Remetente
4 PATRYCK DE MORAES PAMPOLHA	Remetente
4 DAYVE DOS SANTOS GOMES	Remetente
4 RAFAEL DE S MEDEIROS	Beneficiário
4 RODRIGO DEFANTI DA SILVA	Remetente
4 JONATHAS DINIZ VIEIRA COELHO	Remetente
4 ENDEL SILVA DE OLIVEIRA	Remetente
4 VALDEMARINA MOREIRA DA SILVA	Beneficiário
4 RAFAEL BORTOLAMI CATANHO DA SILVA	Remetente
4 ADRIANO DA SILVA TOBIAS	Remetente
4 WADY DAHAS ROSSY FILHO	Beneficiário
4 123 VIAGENS E TURISMO LTDA.	Beneficiário
4 HOTELARIA RESERVA EIRELI	Beneficiário
4 ANTONIA RODRIGUES RIBEIRO	Beneficiário
4 WESLEY N S MONTEIRO EIRELI	Remetente
4 Claro S.A.	Beneficiário
4 MCC COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA	Beneficiário
4 ELIZEU LEITE DE SOUZA	Remetente



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

4	JAIR MOREIRA DA SILVA	Beneficiário		
4	JAIR MOREIRA DA SILVA	Outros		
4	JAIR MOREIRA DA SILVA	Remetente		
4	JAIR MOREIRA DA SILVA	Titular	226.956,00	226.339,00
4	JACKSON SOUZA DA SILVA	Beneficiário		
4	LUIS MARCOS DOS REIS	Beneficiário		
4	ZITA CRISTINA DE ALMEIDA MARTINS	Beneficiário		
4	MARIA RITA RODRIGUES RIBEIRO DA SILVA	Beneficiário		
4	MARIA RITA RODRIGUES RIBEIRO DA SILVA	Remetente		
4	MARIA RITA RODRIGUES RIBEIRO DA SILVA	Titular		
4	ROSEMARY MOREIRA DA SILVA	Beneficiário		
4	DANIEL LOPES DE LUCAS	Remetente		
4	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Remetente		

Período analisado: 01/02/2022 - 20/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 29/08/2016, cadastrado como: MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS - MARINHA - PRIMEIRO-SARGENTO MARINHA, vinculado a Pagadoria de Pessoal da Marinha 00.394.502/0438-97, percebendo rendimentos de R\$ 11.179,87 em 01.11.2021 residente na cidade de NITERÓI/RJ. Contas analisadas: 8697 / 4.002(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 592.004.212-53 - MARIA RITA RODRIGUES RIBEIRO DA SILVA 8697 / 510.004.002(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 592.004.212-53 - MARIA RITA RODRIGUES RIBEIRO DA SILVA. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Conta conjunta com Maria Rita Rodrigues Ribeiro da Silva, cônjuge do analisado e do lar. Não identificamos participação societária em empresa. Possui conta salário com recebimento de proventos e os recursos são transferidos para conta corrente nesta instituição financeira. Principais lançamentos a crédito e a débito referem-se as transações envolvendo mesma titularidade, a cônjuge e pessoas físicas e jurídicas atuantes em áreas diversas. Analisado consta como portador de depósito em espécie, valor de R\$ 17.000,00, em 03/11/2022, beneficiário MAURO CESAR BARBOSA CID 516.387.382-20, já relacionado em comunicação de operações suspeitas e para o qual consta mídia desabonadora sobre suposto envolvimento em crime de lavagem de dinheiro, segue trecho: O personagem em questão é o tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid, o coronel Cid, ajudante de ordens de Jair Bolsonaro até os derradeiros dias do governo que acabou em 31 de dezembro (...) Entre os achados dos policiais escalados para trabalhar com Alexandre de Moraes estão pagamentos, com dinheiro do tal caixa informal gerenciado pelo tenente-coronel, de faturas de um cartão de crédito emitido em nome de uma amiga do peito de Michelle Bolsonaro que era usado para custear despesas da ex-primeira-dama (TÍTULO: Exclusivo: o caixa 2 de Jair Bolsonaro no Planalto FONTE: METROPOLES DATA: 20/01/2023). Considerando que não foram encontradas justificativas para a movimentação financeira, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se. Ocorrências:

VII-a) movimentações atípicas de recursos por agentes públicos, conforme definidos no art. 2º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

5	Centro de Pagamento do Exército	Outros		
5	SILVANO JUSTINO DA SILVA	Beneficiário		
5	TATIANE GONCALVES DE OLIVEIRA	Beneficiário		
5	EDUARDO NASCIMENTO DIAS	Beneficiário		
5	PRISCILLA GONCALVES DA SILVA	Beneficiário		
5	SARAH RAQUEL DE MELO ALCANTARA SILVA	Beneficiário		
5	BRUNO ALVES BORGES	Beneficiário		
5	LUIS CARLOS AFONSO SOUZA	Beneficiário		
5	LUIS CARLOS AFONSO SOUZA	Remetente		
5	RUTH PEREIRA DE SOUZA	Outros		
5	Brasilcap Capitalização S.A.	Remetente		
5	NOVO TRAJETO COMERCIAL LTDA ME	Beneficiário		
5	JOSE BARBOSA DOS SANTOS	Beneficiário		
5	ASSOCIACAO NACIONAL DE EQUOTERAPIA ANDE BRASIL	Beneficiário		
5	JOSELY ALVES PEREIRA 93576684115	Beneficiário		
5	SIMONE FRANCOISE NETTO LACERDA	Beneficiário		
5	LOTS MARCIA DA SULACAP	Beneficiário		
5	JESUALDO CONCEIÇÃO DA SILVA	Beneficiário		
5	JAIR MESSIAS BOLSONARO	Outros		
5	DIVINA MARIA DA SILVA	Titular		
5	LUIS ANTONIO GONCALVES DE OLIVEIRA	Beneficiário		
5	LUIS ANTONIO GONCALVES DE OLIVEIRA	Remetente		
5	LUIS ANTONIO GONCALVES DE OLIVEIRA	Titular	291.773,00	290.893,00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

5 WILLIAM CANDIDO NASCIMENTO 62074377134	Beneficiário
5 IDELMAR NASCIMENTO DE ASSIS	Beneficiário
5 LUIS MARCOS DOS REIS	Beneficiário
5 JOSEVANIA SOARES DA SILVA MASUDA	Outros
5 CELI ANDREA MARIA DO NASCIMENTO	Beneficiário
5 MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Outros
5 MARIZELIA RUBIM FERNANDES MAIA	Beneficiário

Período analisado: 01/02/2022 - 20/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 21/03/1989, cadastrado como: MILITAR EM GERAL - CABO ENGAJADO, vinculado ao Comando do Exército-centro de Pagamento do Exército 00.394.452/0533-04, percebendo rendimentos de R\$ 4.563,58 em 01.03.2021 residente na cidade de BRASÍLIA/DF. Contas analisadas: 1226 / 11.939(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 463.731.871-87 - DIVINA MARIA S GONCALVES 1226 / 510.011.939(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 463.731.871-87 - DIVINA MARIA S GONCALVES 1226 / 970.011.939(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 463.731.871-87 - DIVINA MARIA S GONCALVES. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Conta conjunta com Divina Maria da Silva Goncalves, cônjuge do analisado e do lar. Em pesquisas externas, não identificamos participação societária em empresa. Recebe proventos em conta poupança salário com resgate automático. Principais recebimentos referem-se as transações de mesma titularidade e os PIX em conta poupança, acima relacionados como créditos diversos, citamos: 07/11/2022 1.325,00 Josevania Soares da Silva Masuda 861.582.521-15 06/12/2022 1.325,00 Ruth Pereira de Souza 146.714.761-34 29/12/2022 599,00 Jair Messias Bolsonaro 453.178.287-91 29/12/2022 60,00 Mauro Cesar Barbosa Cid 927.781.860-34 À débito efetua principalmente transações para mesma titularidade, para a irmã e para pessoas físicas e jurídicas diversas, inclusive servidores públicos (militares). Analisado apresenta movimentação atípica, de maneira habitual, o que poderia indicar utilização da conta pessoal para trânsito de recursos de terceiros e/ou de atividade não declarada. Não identificamos fundamentos legais ou econômicos que justifiquem as movimentações observadas, que se apresenta muito acima da renda cadastrada. Por este motivo, propõe-se a comunicação ao COAF.

Ocorrências:

VII-a) movimentações atípicas de recursos por agentes públicos, conforme definidos no art. 2º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

6 FEDERACAO HIPICA DE BRASILIA	Beneficiário
6 FEDERACAO HIPICA DE BRASILIA	Remetente
6 RUY MENESCAL COUTO	Beneficiário
6 LEONARDO DA SILVA SOARES DE PAULA	Beneficiário
6 JOSE LUIZ CARVALHO COSTA	Remetente
6 NUTRIBASE NUTRIMENTOS LTDA	Beneficiário
6 LUIZA FERREIRA DE ALMEIDA GOMES	Beneficiário
6 RODRIGO BRANDAO DA MOTA	Remetente
6 VESPER AGENCIA DE IMOVEIS LTDA	Remetente
6 GRUPO DE DANCA BALLET ETUDE SEASONS LTDA	Beneficiário
6 VINICIUS SUTERO FRANCA	Remetente
6 EDUARDO REBOUCAS ANDRES	Remetente
VET & PET SAUDE E ESTETICA ANIMAL COMERCIO E SERVICOS	
6 LTDA M	Beneficiário
6 GABRIELA SANTIAGO RIBEIRO CID	Titular
6 Gilberto Santiago Ribeiro	Beneficiário
6 Gilberto Santiago Ribeiro	Remetente
6 DAVYD MARQUES DE AMORIM	Remetente
6 GIOVANA RIBEIRO CID	Beneficiário
6 MM TURISMO E VIAGENS LTDA ME	Beneficiário
6 JOSE EDSON GONCALVES DA SILVA	Beneficiário
6 123 VIAGENS E TURISMO LTDA.	Beneficiário
6 DILTON CASTRO JUNQUEIRA BARBOSA	Outros
PASSELI PREDIAL E ADMINISTRADORA SAO SEBASTIAO S/S	
6 LTDA - EPP	Remetente
6 ELIDA SANTOS DE OLIVEIRA NASCIMENTO	Remetente
6 BLOOM COMERCIO DE FLORES E DECORACAO LTDA	Beneficiário
6 CENTRO EDUCACIONAL PIA-MATER LTDA	Beneficiário
6 SUZETTE DA SILVA FERREIRA 94934320768	Beneficiário
6 JAIR MESSIAS BOLSONARO	Procurador / Representante Legal
6 PAULO ROBERTO LARABURU NASCIMENTO	Remetente
6 MAURO CESAR LOURENA CID	Remetente



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

6	LISIEUX LOURENA CID	Remetente		
6	REGINA FREITAS DE MARIA	Beneficiário		
6	LUIS MARCOS DOS REIS	Remetente		
6	JOSE CABRAL DE ARAUJO NETO	Beneficiário		
6	SOCIEDADE HIPICA PAULISTA	Remetente		
6	FABIO GLADZIK	Remetente		
6	KEILA MOREIRA DE CASTRO	Remetente		
6	MYRNA LEATRICE BARBOSA	Beneficiário		
6	GEMERSON PEREIRA DA SILVA	Beneficiário		
6	ALEX SOUZA CAMARGO	Remetente		
6	LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA	Remetente		
6	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Beneficiário		
6	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Remetente		
6	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Titular	1.413.053,00	1.839.563,00

Período analisado: 26/07/2022 - 25/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 28/02/1997, cadastrado como: OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS E FORÇAS AUXILIARES - TENENTE-CORONEL EXERCITO, percebendo rendimentos de R\$ 21.319,53 em 01.03.2021 residente na cidade de BRASÍLIA/DF. Recebeu poderes outorgados por : JAIR MESSIAS BOLSONARO - 453.178.287-91 Contas analisadas: 3485 / 22.149(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 099.447.567-50 - GABRIELA SANTIAGO R CID 3485 / 960.022.149(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 099.447.567-50 - GABRIELA SANTIAGO R CID 3485 / 970.022.149(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 099.447.567-50 - GABRIELA SANTIAGO R CID . INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Trata-se de PEP relacionado em razão do outorgante e PEP Principal JAIR MESSIAS BOLSONARO, ex-presidente da república (mandato 2019 - 2022). Possui histórico de comunicação ao COAF no último ano. Analisado relacionado em mídia desabonadora sobre suposto envolvimento em crime de lavagem de dinheiro, segue trecho: O personagem em questão é o tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid, o "coronel Cid", ajudante de ordens de Jair Bolsonaro até os derradeiros dias do governo que acabou em 31 de dezembro (...) Entre os achados dos policiais escalados para trabalhar com Alexandre de Moraes estão pagamentos, com dinheiro do tal caixa informal gerenciado pelo tenente-coronel, de faturas de um cartão de crédito emitido em nome de uma amiga do peito de Michelle Bolsonaro que era usado para custear despesas da ex-primeira-dama (TÍTULO: Exclusivo: o caixa 2 de Jair Bolsonaro no Planalto FONTE: METROPOLES DATA: 20/01/2023). Em pesquisas externas, não identificamos participação societária em empresa. Possui recursos internalizados em investimentos com carteira diversificada (saldo total de R\$ 680.409,11). Mantém conta poupança com resgate automático (saldo atual de R\$ 26.068,71). Principais lançamentos a crédito e a débito referem-se as transações envolvendo mesma titularidade e pessoas físicas e jurídicas de ramos diversos, das quais destacamos: JOAO NORBERTO RIBEIRO - empresário com renda de R\$1.099,00 LUIS MARCOS DOS REIS - 561.041.891-72 - sargento com renda de R\$ 13.346,79 JOSE LUIZ CARVALHO COSTA - vendedor com renda de R\$3.371,42 HEITOR GARCIA DE DEUS CUNHA - ourives e empresário com renda de R\$ 11.666,66 INC26 BRASAL INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA - consta mídia desabonadora sobre suposto envolvimento do sócio Dilton Castro Junqueira Barbosa 285.195.316-87 em crime de lavagem de dinheiro, segue trecho: Com elementos apurados após mandados de busca e apreensão e a partir dos depoimentos de Marco Aurélio Siqueira, funcionário da Odebrecht, o MPF denunciou Dilton Castro Barbosa, diretor da Brasal, por corrupção ativa praticada, ao menos, quatro vezes, gestão fraudulenta, 16 vezes, desvios de instituições financeiras, também 16, além da participação em organização criminosa que pode ter gerado ao Banco de Brasília (BRB) prejuízo de R\$ 348 milhões, sendo R\$ 40 milhões em propina. (TÍTULO MPF denuncia diretor da Brasal por participação em desvios no BRB FONTE: METROPOLES DATA: 16/02/2019) Destacamos o envio de ORPAG para o exterior, valor de R\$ 367.374,56, em 12/01/2023, País: ESTADOS UNIDOS e beneficiário o analisado. Considerando a movimentação elevada, o que poderia indicar tentativa de burla fiscal e/ou ocultação de patrimônio, e demais atipicidades apontadas, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se.

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º X-e) transferências unilaterais que, pela habitualidade, valor ou forma, não se justifiquem ou apresentem atipicidade. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

7	Centro de Pagamento do Exército	Outros		
7	ANDREIA WALTRICK MUNIZ	Remetente		
7	GIOVANNA FELIX DA COSTA	Remetente		
7	KEVYN MATHEUS DE OLIVEIRA COUTO	Beneficiário		
7	KEVYN MATHEUS DE OLIVEIRA COUTO	Remetente		
7	FELIPE GONCALVES FERREIRA	Remetente		
7	ANTONIO CELIO ALVES DOS SANTOS	Beneficiário		
7	MINISTERIO DO TURISMO	Outros		
7	GABRIEL FELIPE ALENCAR DOS REIS	Beneficiário		
7	LUIS MARCOS DOS REIS JUNIOR	Beneficiário		
7	LUIS MARCOS DOS REIS JUNIOR	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

7	VITOR LUCAS ALENCAR DOS REIS	Remetente		
7	MARIA AUXILIADORA DO AMARAL	Remetente		
7	DANIEL DE OLIVEIRA CHAGAS	Remetente		
7	NUVEI DO BRASIL LTDA	Beneficiário		
7	CARLOS AUGUSTO SILVA SOUSA	Beneficiário		
7	CARLITO SALES GOMES	Beneficiário		
7	CARLITO SALES GOMES	Remetente		
7	JULIANA CAPPARELLA CORTOPASSI RUIZ GARCIA PAGSMILE INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO DE NEGOCIOS LTDA	Beneficiário		
7	CLAUDIO LUIZ MARTINS COELHO	Beneficiário		
7	CREATIVE MARKETING EIRELI	Remetente		
7	SEBASTIAO GONCALVES DA SILVA	Beneficiário		
7	EDIR GONTIJO DE ANDRADE E CUNHA	Remetente		
7	RAULINA BRAGA PASCHOAL SIQUEIRA	Remetente		
7	TANIA MARIA DE JESUS	Beneficiário		
7	LUIZ ANTONIO GONCALVES DE OLIVEIRA	Beneficiário		
7	LUIZ ANTONIO GONCALVES DE OLIVEIRA	Remetente		
7	ALEXANDRE JOSE AMARAL FERREIRA	Beneficiário		
7	ALEXANDRE JOSE AMARAL FERREIRA	Remetente		
7	CRISTINA APARECIDA MIRANDA BORGES	Beneficiário		
7	FREDERICO ANTONIO SEBBA	Remetente		
7	LUIS MARCOS DOS REIS	Beneficiário		
7	LUIS MARCOS DOS REIS	Remetente		
7	LUIS MARCOS DOS REIS	Titular	167.418,00	213.294,00
7	LUCIANA PEREIRA COUTO DE OLIVEIRA	Remetente		
7	VANDIR PEREIRA CARDOSO	Beneficiário		
7	VANDIR PEREIRA CARDOSO	Remetente		
7	CLEBERSON SOARES DA SILVA	Beneficiário		
7	PEDRO NETO CHICOU DE ALENCAR	Beneficiário		
7	PEDRO NETO CHICOU DE ALENCAR	Remetente		
7	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Remetente		
7	SOLIMAR LUIZ DA SILVA	Beneficiário		

Período analisado: 21/01/2023 - 08/05/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 08/08/1994, cadastrado como: MILITAR EM GERAL - SEGUNDO-SARGENTO EXERCITO, percebendo rendimentos de R\$ 13.346,79 em 01.12.2022 SERVIDOR PUBLICO FEDERAL - AGENTE, percebendo rendimentos de R\$ 10.710,94 em 01.12.2022 CLIENTE INVESTIDOR - INVESTIDOR, percebendo rendimentos de R\$ 542,08 em 01.12.2022 residente na cidade de BRASILIA/DF. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Analisado monitorado em razão de ter citado em mídia desabonadora recente, segue trecho: Antigo supervisor a Ajudância de Ordens da Presidência da República, o segundo-sargento Luis Marcos dos Reis é um dos suspeitos de participar do suposto esquema que adulterou dados de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro e auxiliares. Reis trabalhou diretamente com Bolsonaro e o ajudante de ordens Mauro Cid desde o início do mandato até agosto de 2022, quando foi transferido para o Ministério do Turismo. TÍTULO: Ataques a Moraes e motorista de Villas-Boas: saiba quem é o sargento suspeito de operar fraude em cartão de vacinação envolvendo Bolsonaro FONTE: O GLOBO DATA: 03/05/2023 Cadastrado como servidor público vinculado ao Comando do Exército-centro de Pagamento do Exército 00.394.452/0533-04 e servidor em regime especial vinculado ao Ministério do Turismo 05.457.283/0001-19. Principais lançamentos a crédito e a débito referem-se as transações envolvendo mesma titularidade e terceiros de ramos diversos, entre eles servidores públicos. Destacamos recebimento de MAURO CESAR BARBOSA CID - 927.781.860-34, o qual também figura em mídia desabonadora recente, segue trecho: A Polícia Federal apreendeu dinheiro vivo na casa do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro. Cid foi preso nesta quarta-feira (3), na operação que apura suspeita de fraude na carteira de vacinação de Bolsonaro, da filha e de assessores. TÍTULO: PF apreende US\$ 35 mil em dinheiro vivo na casa de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro FONTE: G1 DATA: 03/05/2023 Considerando a movimentação atípica, sem clara justificativa e as citações desabonadoras em mídia, tanto do analisado quanto do remetente de recursos, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se. Ocorrências:
IV-I) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
VII-a) movimentações atípicas de recursos por agentes públicos, conforme definidos no art. 2º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

8	SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL - MF	Beneficiário		
---	--------------------------------------	--------------	--	--



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

8	JOSE GOMES DE ANDRADE	Beneficiário		
8	SALAO DE CABELEREIRO PRINCIPE DA PAZ LTD	Beneficiário		
	AGENCIA DE PROMOCAO DE EXPORTACOES DO BRASIL - APEX-			
8	BRASIL	Remetente		
8	MARGARETE DUARTE DE LIMA	Beneficiário		
8	MARCOS HENRIQUE DE OLIVEIRA DE FREITAS	Beneficiário		
8	REJOMAR MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - ME	Beneficiário		
8	UBIRAJARA DA SILVA SANTOS 85778834772	Beneficiário		
8	EZEQUIAS FREIRE SANTOS 53916638149	Beneficiário		
8	VET CIRURGICA CONSULTORIA	Beneficiário		
8	QUEST DIAGNOSTICS TESTES FORENSES DO BRASIL LTDA.	Beneficiário		
8	SERGIO GOMES DOS SANTOS	Beneficiário		
8	FATIMA MARIA SOUSA COSTA	Beneficiário		
8	MAURO CESAR LOURENA CID	Remetente		
8	MAURO CESAR LOURENA CID	Titular	504.101,00	503.986,00
8	LISIEUX LOURENA CID	Remetente		
8	AGNES BARBOSA CID	Beneficiário		
8	AGNES BARBOSA CID	Titular		
8	MARGARETH RODRIGUES MURY LEMOS	Beneficiário		
8	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Beneficiário		

Período analisado: 21/01/2023 - 06/05/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 04/12/1995, cadastrado como: SERVIDOR PUBLICO FEDERAL - GENERAL, percebendo rendimentos de R\$ 31.751,65 em 01.03.2020 CLIENTE INVESTIDOR - INVESTIDOR , percebendo rendimentos de R\$ 610,93 em 01.04.2023 residente na cidade de NITEROI/RJ. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Analisado é pai de MAURO CESAR BARBOSA CID, o qual figura em mídia desabonadora recente, segue trecho: O tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL) na Presidência da República, foi preso pela Polícia Federal nesta quarta-feira (3/5) em uma operação que investiga supostas fraudes no cartão de vacinação do ex-presidente e de pessoas ligadas a ele. (...) Seu pai, o general da reserva Mauro Cesar Lourena Cid, foi colega de turma de Bolsonaro na Aman nos anos 1970. TÍTULO: Quem é Mauro Cid, ex-ajudante de Bolsonaro preso pela PF FONTE: BBC DATA: 03/05/2023 A Polícia Federal apreendeu dinheiro vivo na casa do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro. Cid foi preso nesta quarta-feira (3), na operação que apura suspeita de fraude na carteira de vacinação de Bolsonaro, da filha e de assessores. TÍTULO: PF apreende US\$ 35 mil em dinheiro vivo na casa de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro FONTE: G1 DATA: 03/05/2023 Conta conjunta com Agnes Barbosa Cid, cônjuge do analisado e sem ocupação cadastrada. Principais créditos oriundos por transações de mesma titularidade em outra instituição financeira (TED), impossibilitando identificar a real origem dos recursos. Principais débitos foram ORPAGs para o exterior, país de destino ESTADOS UNIDOS e beneficiário MAURO CESAR LOURENA CID, citamos: 07/03/2023 R\$ 15.781,41 09/03/2023 R\$ 15.637,36 13/03/2023 R\$ 15.883,64 14/03/2023 R\$ 10.591,75 17/03/2023 R\$ 15.904,84 21/03/2023 R\$ 15.932,30 Chama atenção o fracionamento das ORPAGs, limitadas aos valores de até USD 3.000,00 cada, o que poderia indicar tentativa de dispensa de documentação complementar. Além disso, observamos que recebe TED de mesma titularidade e em curto período, ou na mesma data, efetua emissão de ORPAG. A movimentação gera suspeita de tentativa de dissimulação dos recursos. Também efetuiu transações para o filho MAURO CESAR BARBOSA CID supracitado. Considerando as transações envolvendo mesma titularidade, inclusive o envio atípico de valores para o exterior, sem conhecimento da real origem e destino dos recursos, e demais atipicidades apontadas, propomos a comunicação.

Ocorrências:

IV-ad) recebimento de créditos com o imediato débito dos valores. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º VII-a) movimentações atípicas de recursos por agentes públicos, conforme definidos no art. 2º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º X-e) transferências unilaterais que, pela habitualidade, valor ou forma, não se justifiquem ou apresentem atipicidade. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

9	FEDERACAO HIPICA DE BRASILIA	Beneficiário		
9	Centro de Pagamento do Exército	Outros		
9	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MF	Beneficiário		
9	REBECA CHUFFI SACCOCHI	Beneficiário		
9	ROBSON ARGUELHO MENDONCA	Beneficiário		
9	JANIERE HERMIDA PINHEIRO	Remetente		
9	LARISSA BLUM CHIARATO	Beneficiário		
9	ALESSANDRO BERNARDINO SANCHES	Remetente		
9	ANDERSON DE OLIVEIRA SCHIAVO	Beneficiário		
9	DGS INDUSTRIA GRAFICA E EDITORA LTDA	Beneficiário		
9	PEREIRA GOMES P AUTOM LTDA EPP	Beneficiário		
9	GABRIELA SANTIAGO RIBEIRO CID	Titular		
9	Gilberto Santiago Ribeiro	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

9	BRASIL SAUDE AMBIENTAL E SANITARIA EIRELI - ME	Beneficiário		
9	DAVYD MARQUES DE AMORIM	Remetente		
9	GIOVANA RIBEIRO CID	Beneficiário		
9	MM TURISMO E VIAGENS LTDA ME	Beneficiário		
9	ANDREA FITNESS LTDA	Beneficiário		
9	JOSE EDSON GONCALVES DA SILVA	Beneficiário		
9	DAVYD MARQUES DE AMORIM 13660125776	Outros		
9	RESTAURANTE SUSHI JK LTDA	Remetente		
	PASSELI PREDIAL E ADMINISTRADORA SAO SEBASTIAO S/S			
9	LTDA - EPP	Remetente		
9	EDITORIA DIALETICA LTDA.	Remetente		
9	Golden Horse Clínica Veterinária Ltda	Beneficiário		
9	IRENE MARTINS	Beneficiário		
9	HORSEPIX LTDA	Beneficiário		
9	JAIR MESSIAS BOLSONARO	Procurador / Representante Legal		
9	MAURO CESAR LOURENA CID	Remetente		
9	LISIEUX LOURENA CID	Remetente		
9	REGINA FREITAS DE MARIA	Beneficiário		
9	LUIS MARCOS DOS REIS	Beneficiário		
9	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E CULTURA-ABEC	Remetente		
9	ELIZEU RODRIGUES TEIXEIRA	Remetente		
9	CLEIDE ZORAIA MACHADO	Remetente		
9	BANHO NO SUJAO EIRELI ME	Beneficiário		
9	PATRICIA JAQUELINE DE MIRANDA	Remetente		
9	ANGELA FERREIRA DA SILVA DE SOUZA	Beneficiário		
9	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Titular	225.871,00	275.581,00

Período analisado: 26/01/2023 - 06/05/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 28/02/1997, cadastrado como: OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS E FORÇAS AUXILIARES - TENENTE-CORONEL EXERCITO, percebendo rendimentos de R\$ 21.319,53 em 01.03.2021 residente na cidade de BRASILIA/DF. Recebeu poderes outorgados por: JAIR MESSIAS BOLSONARO - 453.178.287-91 Contas analisadas: 3485 / 22.149(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 099.447.567-50 - GABRIELA SANTIAGO R CID (cônjuge do analisado e sem renda cadastrada) 3485 / 960.022.149(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 099.447.567-50 - GABRIELA SANTIAGO R CID 3485 / 970.022.149(Conta conjunta) SEGUNDO TITULAR - 099.447.567-50 - GABRIELA SANTIAGO R CID . INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Trata-se de PEP relacionado em razão do outorgante e PEP Principal JAIR MESSIAS BOLSONARO, ex-presidente da república (mandato 2019 - 2022). Analisado citado em mídias desabonadoras recentes, seguem trechos: A Polícia Federal apreendeu dinheiro vivo na casa do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro. Cid foi preso nesta quarta-feira (3), na operação que apura suspeita de fraude na carteira de vacinação de Bolsonaro, da filha e de assessores. TÍTULO: PF apreende US\$ 35 mil em dinheiro vivo na casa de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro FONTE: G1 DATA: 03/05/2023 O tenente-coronel do Exército Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL) na Presidência da República, foi preso pela Polícia Federal nesta quarta-feira (3/5) em uma operação que investiga supostas fraudes no cartão de vacinação do ex-presidente e de pessoas ligadas a ele. TÍTULO: Quem é Mauro Cid, ex-ajudante de Bolsonaro preso pela PF FONTE: BBC DATA: 03/05/2023 Mantém recursos internalizados em investimentos com carteira diversificada (saldo total de R\$ 683.744,47) e conta poupança com resgate automático (saldo atual de R\$15.453,13). Observa-se recebimento de proventos de Comando do Exército-centro de Pagamento do Exército 00.394.452/0533-04. Recebeu transações do pai do analisado MAURO CESAR LOURENA CID e de terceiros de ramos diversos, parte deles sem claro vínculo com o analisado, destacamos: DAVYD MARQUES DE AMORIM - titular de DAVYD MARQUES DE AMORIM - CNPJ 24199056000185 (- Promoção de vendas). Chama atenção o repasse de recursos para LUIS MARCOS DOS REIS, também relacionado em mídia desabonadora recente, segue trecho: Antigo supervisor a Ajudância de Ordens da Presidência da República, o segundo-sargento Luis Marcos dos Reis é um dos suspeitos de participar do suposto esquema que adulterou dados de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro e auxiliares. Reis trabalhou diretamente com Bolsonaro e o ajudante de ordens Mauro Cid desde o início do mandato até agosto de 2022, quando foi transferido para o Ministério do Turismo. TÍTULO: Ataques a Moraes e motorista de Villas-Boas: saiba quem é o sargento suspeito de operar fraude em cartão de vacinação envolvendo Bolsonaro FONTE: O GLOBO DATA: 03/05/2023 Considerando a movimentação atípica, sem clara justificativa e as citações desabonadoras em mídia, tanto do analisado quanto do principal beneficiário, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se.

Ocorrências:

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º VII-a) movimentações atípicas de recursos por agentes públicos, conforme definidos no art. 2º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

10	AUTO POSTO CINCO ESTRELAS LTDA	Beneficiário
10	REBECA CHUFFI SACCOCHI	Beneficiário
10	JOSE ANCELMO DE OLIVEIRA CANTINA ME	Beneficiário
10	MARIA CLARA DE MELLO MENDES	Remetente



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

10	CAMILA NOVAES MEDRADO	Beneficiário		
10	MARIA EDUARDA TAVARES DE CARVALHO	Beneficiário		
10	ALESSANDRA LOPES DA CRUZ MATIAS SILVA	Remetente		
10	DROGARIA TORRE DO CASTELO LTDA - EPP	Beneficiário		
10	TIAGO LUCAS CAMPOS DA SILVA	Beneficiário		
10	MARIA CLARA MONTEIRO DIAS	Remetente		
10	CARLOS EDUARDO SILVA LACERDA	Beneficiário		
10	MARIA EDUARDA DE CARVALHO E SILVA COUTO	Beneficiário		
10	GIOVANA RIBEIRO CID	Beneficiário		
10	GIOVANA RIBEIRO CID	Remetente		
10	GIOVANA RIBEIRO CID	Titular	5.932,00	5.564,00
10	PATRICIA PEREGO WILLEMS	Beneficiário		
10	JOAO VICTOR MENEZES MARTINS	Beneficiário		
10	ZELDI SPINDOLA DE ATAIDES	Beneficiário		
10	RVS COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI ME	Beneficiário		
10	FARMACIA RIBEIRA LTDA	Beneficiário		
10	ENRICO COMERCIO DE COSMETICOS LTDA	Beneficiário		
10	LUIZA DE OLIVEIRA BIER BERNARDES 04212982005	Beneficiário		
10	Fernando Jara Faciole	Beneficiário		
10	2CLAC COMUNICACAO LTDA	Beneficiário		
10	LETICIA MOLLETA MACHADO	Beneficiário		
10	LISIEUX LOURENA CID	Remetente		
10	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Remetente		

Período analisado: 01/06/2022 - 06/05/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 10/12/2022, cadastrado como: ESTUDANTE - MENOR SEM ATIVIDADE residente na cidade de BRASILIA/DF. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Trata-se de menor de idade (14 anos) com capacidade civil incapaz e representante Mauro Cesar Barbosa Cid (pai da analisada). Analisada monitorada em razão do pai figurar em mídia desabonadora recente, segue trecho: A Polícia Federal apreendeu dinheiro vivo na casa do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro. Cid foi preso nesta quarta-feira (3), na operação que apura suspeita de fraude na carteira de vacinação de Bolsonaro, da filha e de assessores. TÍTULO: PF apreende US\$ 35 mil em dinheiro vivo na casa de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro FONTE: G1 DATA: 03/05/2023 Em pesquisas externas, analisada aparece relacionada em caso de suposto crimes de Uso de Documento Falso e Corrupção de Menores, segue trecho: Inserção de dados Falsos nos Sistemas do Ministério da Saúde em nome de MAURO CESAR CID, BEATRIZ RIBEIRO CID, GIOVANA RIBEIRO CID e ISABELA RIBEIRA CID e possíveis crimes de Uso de Documento Falso e Corrupção de Menores Dentre as diligências solicitadas e deferidas judicialmente, a Polícia Federal requisitou os dados de todas as pessoas que foram vacinadas contra a Covid-19 no Município de Duque de Caxias/RJ, nos anos de 2021 e 2022. A lista encaminhada pelo Ministério da Saúde revelou que MAURO CESAR BARBOSA CID e suas filhas BEATRIZ RIBEIRO CID, GIOVANA RIBEIRO CID e ISABELA RIBEIRO CID constam com pessoas que teriam sido vacinadas contra a Covid-19 no município de Duque de Caxias/RJ. FONTE: Ofício nº 1365408/2023 - CCINT/CGCINT/DIP/PF DATA 18/04/2023 Observam-se transações envolvendo mesma titularidade, familiares e pessoas físicas e jurídicas atuantes em áreas diversas. Recebeu depósitos em espécie nos terminais de autoatendimento, localizados em Q.G.EXERCITO e VILA MILITAR (BRASÍLIA - DF), em valores que impossibilitam a identificação da origem e portador dos recursos. Considerando a movimentação em espécie sem clara justificativa e demais atipicidades apontadas, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se. Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
III-d) abertura, movimentação de contas ou realização de operações por detentor de procuração ou de qualquer outro tipo de mandato. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

11	MARCELO COSTA CAMARA	Beneficiário		
11	MARCELO COSTA CAMARA	Procurador / Representante Legal		
11	HALISSON LOPES DA ROCHA	Remetente		
11	MAX GUILHERME MACHADO DE MOURA	Beneficiário		
11	SANDRO DANIEL SOARES	Beneficiário		
11	O & J CONSTRUÇOES LTDA	Beneficiário		
11	RENNAN GABRIEL CONSOLACAO DA ROCHA	Remetente		
11	DANIELA HAPONIUK GOMES	Remetente		
11	CASA LOTERICA JONATAN E FELIX LTDA ME	Beneficiário		
11	ALFREDO RIBEIRO DA SILVEIRA JUNIOR	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

11	JAEMSON FAVORETTO	Remetente		
11	LUCAS GABRIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	Beneficiário		
11	ROBSON DA PAIXAO ARAUJO	Beneficiário		
11	CAUA NUNES SANTOS	Remetente		
11	PARTIDO LIBERAL (PL)	Remetente		
11	GABRIEL DE OLIVEIRA ALVES	Remetente		
11	Helioelto Correia França	Remetente		
	DOMINGUES & RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUCAO			
11	LTDA	Beneficiário		
11	LIZ MUNIRA STAIS DA SILVEIRA	Remetente		
11	VANDERLI BERNARDINO DA SILVA 03494671613	Beneficiário		
11	DEBORAH CRISTIANE DE BRITO SEVERO	Remetente		
11	Leda Maria Marques Cavalcante	Beneficiário		
11	MIRANDA TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	Beneficiário		
11	BOLSONARO DIGITAL LTDA ME	Gerente / Diretor		
11	SERGIO LUIZ DE SIQUEIRA VIEIRA	Beneficiário		
11	JOSE RAIMUNDO DO CARMO COSTA	Beneficiário		
11	IRENE TEREZINHA FILLA GIURIATTI	Remetente		
11	JAIR MESSIAS BOLSONARO	Beneficiário		
11	JAIR MESSIAS BOLSONARO	Remetente		
11	JAIR MESSIAS BOLSONARO	Titular	1.304.000,00	1.909.176,00
11	Alirio Tavares Cavalcantes	Remetente		
11	RAILSON ANDRADE DA COSTA	Remetente		
11	JOSE REINALDO DIAS BATA	Remetente		
11	ESTACIO LEITE DA SILVA FILHO	Beneficiário		
11	JOSSANDRO DA SILVA	Beneficiário		
11	MICHELLE DE PAULA FIRMO REINALDO BOLSONARO	Beneficiário		
11	FABIO CARVALHO MIRANDA	Beneficiário		
11	JUDITH RIBAS ANDRADE	Remetente		
11	OSMAR CRIVELATTI	Beneficiário		
11	ADENILSON LEMES DA COSTA	Remetente		
11	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Procurador / Representante Legal		
11	Walderice Santos da Conceição	Beneficiário		

Período analisado: 20/05/2022 - 14/05/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 15/04/1991, cadastrado como APOSENTADO OU PENSIONISTA, percebendo rendimentos de R\$ 19.168,56 em 01.11.2021, EX-PRESIDENTE DA REPUBLICA, percebendo rendimentos de R\$ 23.595,04 em 01.11.2021, residente na cidade de BRASILIA/DF. CLIENTE é PEP. PEP - PRINCIPAL - MOTIVO: PRESIDENTE DA REPUBLICA PEP - PRINCIPAL - MOTIVO: DEPUTADO FEDERAL PEP - PRINCIPAL - MOTIVO: PEP LISTA COAF PEP - RELACIONADO - MOTIVO: SENADOR PEP - RELACIONADO - MOTIVO: DEPUTADO FEDERAL PEP - RELACIONADO - MOTIVO: PEP LISTA COAF PEP - RELACIONADO - MOTIVO: VEREADOR PEP - RELACIONADO - MOTIVO: DEPUTADO ESTADUAL Outorgou poderes para : MARCELO COSTA CAMARA - 007.443.707-01 MAURO CESAR BARBOSA CID - 927.781.860-34. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: JAIR MESSIAS BOLSONARO não possui bens cadastrados no Banco. Possui participação de 24,90% no capital da empresa BOLSONARO DIGITAL LTDA - CNPJ 27.516.314/0001-06 (MARKETING DIRETO), com faturamento presumido de R\$ 460.000,00 (04/2023). No período o principal débito foi referente a uma ordem de pagamento para o exterior, no valor de R\$ 800.000,03, em 27/12/2022, país de destino: Estados Unidos, tendo como beneficiário o próprio analisado. Uma das principais destinatárias de recursos foi LEDA MARIA MARQUES CAVALCANTE - CPF 186.371.591-68 (PENSIONISTA), que foi comunicada ao COAF anteriormente, por movimentação suspeita e/ou incompatível de recursos. Não foi possível identificar qual o relacionamento existente entre ela e o analisado. Chamou a atenção o fato de que o analisado e seu ex-procurador, MAURO CESAR BARBOSA CID - CPF 927.781.860-34, foram citados recentemente na mídia: "A Polícia Federal encontrou indícios de que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem uma conta em um banco localizado no estado norte-americano da Flórida. Os investigadores já confirmaram a existência de uma conta ligada a Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência. As suspeitas surgiram durante análise do material encontrado nos celulares de Bolsonaro e Mauro Cid. (...) Se a conta não tiver sido declarada ao fisco no Brasil, a PF inicia uma investigação sobre possível lavagem de dinheiro (...)". Fonte: Correio Braziliense, em 15/05/2023. Considerando as atipicidades observadas e a mídia recente que sugere o envolvimento do analisado em possível burla fiscal e lavagem de dinheiro, comunicamos. Ocorrências:

IV-I) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º X-e) transferências unilaterais que, pela habitualidade, valor ou forma, não se justifiquem ou apresentem atipicidade. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

12	NAPOLEAO MARIANO DOS SANTOS	Beneficiário
12	EZEQUIAS FREIRE SANTOS 53916638149	Beneficiário
12	FF MENDES C D M CONSTRUCAO	Beneficiário
12	CLEOMAR ANTONIO DE PINA	Beneficiário
12	JAIR MESSIAS BOLSONARO	Outros
12	MAURO CESAR LOURENA CID	Titular
12	LIBERTY SEGUROS S/A	Beneficiário
12	AGNES BARBOSA CID	Outros
12	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Beneficiário

665.313,00 681.805,00

INFORMAÇÕES CADASTRAIS: 1. MAURO CESAR LOURENA CID, 500.518.817-72, nascido em 16/12/1956, casado, filiação LISIEVX LOURENA CID e ANTONIO CARLOS CID, profissão: MILITAR EM GERAL, renda de R\$ 65.186,00, residente em RIO DE JANEIRO / RJ. 1.1 O titular é casado com AGNES BARBOSA CID, CPF: 745.227.877-15. INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO CONHEÇA SEU CLIENTE: 7. O titular iniciou relacionamento em 14/09/2020 (2 anos 9 meses), aderiu a conta corrente e poupança digital, cheque especial e serviços de mensagem. 7.1 Consta em cadastro que o titular reside em AV PORTUGAL 762 APT - 501 - - URCA - RIO DE JANEIRO/RJ - 22291-050. 7.2 Os recursos acolhidos em conta (FGTS) referem-se a rescisão contratual, conforme informações no cadastro, e estes foram aplicados em fundos de investimentos na mesma data (31/01/2023). 7.3 O titular analisado é considerado PEP , com término de enquadramento em 31/05/2024, por ter exercido os cargos de: - Comando do Exército - CEX - Comandante do Exército Substituto(a) - (cod.NE) - Brasília - DF, período de 28/05/2019 até 31/05/2019 - Comando do Exército - CEX - Chefe de Departamento - Brasília - DF, período de 21/03/2017 até 13/06/2019. 7.4 Sobre os envolvidos beneficiários - amostra: 7.4.1 CLEOMAR ANTONIO DE PINA, CPF 351.124.761-68, militar (Comando do Exército), residente em Brasília/DF. 7.4.2 NAPOLEAO MARIANO DOS SANTOS, CPF 074.644.217-36, marceneiro, residente em Engenho Do Mato - Niterói/RJ. 7.4.3 MAURO CESAR BARBOSA CID, CPF 927.781.860-34, filho do titular. 7.4.3.1 MAURO (filho do titular) também é considerado PEP, término de enquadramento previsto para 31/12/2027, em razão dos mandatos: - Comando do Exército - CEX - Diretor(a) - Goiânia - GO, período de 16/05/2022 até 31/12/2022 - Gabinete Pessoal do Presidente da República - GP-PR - Assessor(a)-Chefe - Brasília - DF, período de 14/12/2018 até 31/12/2022 7.4.3.2 MAURO (filho) foi assessor do ex-presidente da República JAIR MESSIAS BOLSONARO, CPF: 453.178.287-91, conforme cargo acima citado. 7.4.3.3 MAURO (filho) apresenta mídia desabonadora, a saber: -Coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe da Ajudância de Ordem da Presidência da República e ex-assessor do presidente Jair Bolsonaro, foi intimado pela PF a prestar depoimento, suspeito de integrar um grupo supostamente responsável por atos antidemocráticos em Brasília (DF), como ataques contra instituições como o Congresso e o STF. Ainda, Mauro foi indiciado pela PF e teve autorizado pelo STF a quebra do sigilo telemático, acusado de envolvimento no vazamento de dados sigilosos sobre uma tentativa de ataque hacker aos sistemas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, teve a quebra do sigilo bancário autorizada pelo STF, após pedido da PF, que investiga supostas transações financeiras feitas no gabinete da Presidência da República para pagar contas pessoais da família Bolsonaro, a fim de descobrir a origem do dinheiro e se há uso de verba pública. Por fim, Mauro foi preso pela PF no âmbito da "Operação Venire", acusado de integrar um esquema de corrupção, atuante nos estados de Goiás e do Rio de Janeiro, responsável pela inserção de informações fraudulentas sobre vacinas contra a Covid-19 no sistema de vacinação do Ministério da Saúde, além de falsidade ideológica, em benefício de servidores públicos e do ex-presidente da República Jair Bolsonaro. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/03/veja-quem-sao-os-alvos-da-operacao-cont-ra-fraud-e-em-dados-d-e-vacinacao-e-nvolvendo-ajud-antes-de-bolsonaro.ghtml> <https://chumbogrossom.anaus.com.br/policia/medico-investigado-por-fraud-e-em-registros-de-vacina-seguir-atrabalhando-até-fim-das-investigacoes-diz-hospital/> <https://votativo.com/bolsonaro-e-acusado-de-esquema-de-caixa-2-em-de-ntro-do-planalto/> 7.5 Os recursos ora aplicados em 31/01/2023 foram resgatados, de forma manual e automática, gradualmente a partir de 02/03/2023. 7.5.1 Os recursos aplicados cumpriram o prazo de 30 dias de permanência, sendo este o limite para isenção da cobrança do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) CONCLUSÃO: 8. A comunicação ao COAF é justificada, visto: - apesar da origem dos recursos ser oriundo de conta de fundo de garantia, optamos pela comunicação ao órgão regulador, pois houve transações em conta de titular PEP. - de forma gradativa (após passado a carência de imposto da aplicação), o titular se utilizou dos recursos com envio para mesma titularidade e para terceiros, sugerindo que a conta tenha sido utilizada como "leve passagem dos recursos".

Ocorrências:

IV-ad) recebimento de créditos com o imediato débito dos valores. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º IV-s) movimentação habitual de recursos financeiros de ou para qualquer tipo de PEP, conforme elencados no art. 27 da Circular nº 3.978, de 2020, bem como seu representante, familiar ou estreito colaborador, não justificada por eventos econômicos. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

13	KELSON DA CRUZ SILVA	Remetente
13	JESUS DO NASCIMENTO FERREIRA	Beneficiário
13	JOSE LUIZ PEREIRA VIZEU	Beneficiário
13	MATEUS DE SOUZA SOARES	Remetente
13	ABRALATAS A B DOS FAB DE LATAS ALTA RECICL	Remetente
13	CHRISTIANO MARQUES PRAXEDES	Remetente
13	ANTONIO BRAGA FIRMO FERREIRA	Titular
13	ENOQUE SOARES DA SILVA	Remetente
13	MARIO PEREIRA CALDAS	Remetente
13	JAIR MESSIAS BOLSONARO	Outros

81.230,00 49.816,00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

13	WZD CRUZEIRO CURSOS DE IDIOMAS LTDA	Remetente
13	UBALDO RIBEIRO JUNIOR	Remetente
13	MICHELLE DE PAULA FIRMO REINALDO BOLSONARO	Outros
13	MARIA HELENA GRACES DE MORAES BRAGA	Outros
13	SYMONE NAVARRO RESIO AMORIM	Remetente
13	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Outros

INFORMAÇÕES CADASTRAIS: 1. ANTONIO BRAGA FIRMO FERREIRA, 350.554.211-34, nascido em 21/05/1967, solteiro, filiação MARIA APARECIDA FIRMO FERREIRA e IBRAIM FIRMO FERREIRA, profissão: FAXINEIRO / PORTEIRO / ASCENSORISTA / GARISGISTA, residente em BRASILIA / DF. INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO CONHEÇA SEU CLIENTE: 7. O titular iniciou relacionamento em 03/05/2005 (18 anos 1 meses), aderiu a conta poupança e ao internet banking. 7.1 Consta em cadastro que o titular reside em R MANACA - 2 - LJ 3 4 PD 3 - NORTE A CLARAS - BRASILIA/DF - 71907-270. 7.2 A segunda titular da conta - MARIA HELENA GRACES DE MORAES, CPF: 776.114.621-72 - é sócia de empresa conforme nosso cadastro, residente em QR 203 CJ 5 - S/N - CS 35 - S N SAMAMBAIA - BRASILIA/DF - 72341-105. 7.2.1 Segundo a matéria veiculada no dia 13/05/2023, link <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/05/13/militar-recebia-de-empresa-sac-ava-e-pagava-contas-de-michel-diz-pf.htm>, MARIA HELENA é tia de MICHELLE DE PAULA FIRMO REINALDO BOLSONARO, CPF: 711.378.401-10, esposa do presidente da República, JAIR BOLSONARO - CPF: 453.178.287-91. 7.2.2 A mídia cita a tia de MICHELE como recebedora de pagamentos mensais, feitos a mando desta (MICHELE) por militares que estavam sob as ordens de MAURO CESAR BARBOSA CID, CPF 927.781.860-34 (assessor do Gabinete Pessoal do Presidente da República - GP-PR - Assessor(a)-Chefe - Brasília - DF, período de 14/12/2018 até 31/12/2022) 7.2.3 Segundo a fonte: <https://bandnews.uol.com.br/conteudo/politica-federal-investiga-movimentos-bancarios-de-mauro-cid>, o valor transferido a MARIA HELENA (tia de Michele) era uma ajuda de custo de cerca de mil reais por mês, já que a ex-servidora de Bolsonaro era babá da filha de Michelle com este. 7.2.4 MARIA HELENA GRACES DE MORAES, CPF: 776.114.621-72 trabalhou no gabinete de JAIR BOLSONARO - CPF: 453.178.287-91 enquanto era deputado federal - entre 2015 e 2016. 7.2.5 Segundo esta outra matéria: <https://veja.abril.com.br/politica/o-misterioso-deposito-de-400-000-reais-na-conta-pe-ssoal-de-mauro-cid>, o titular ANTONIO BRAGA FIRMO FERREIRA, 350.554.211-34 é tio de MICHELLE DE PAULA FIRMO REINALDO BOLSONARO, CPF: 711.378.401-10 e casado com MARIA HELENA GRACES DE MORAES, CPF: 776.114.621-72. 7.2.5.1 Segundo este veículo, há fortes indícios de desvio de dinheiro público, por meio da Ajudância de Ordens da Presidência, destinado originalmente ao atendimento de despesas da Presidência da República. 7.3 Os principais: remetente KELDSO DA CRUZ SILVA, CPF 023.769.661-40 e o beneficiário: JESUS DO NASCIMENTO FERREIRA, CPF 042.594.941-98 residem em Brasília/DF. Não identificamos relação aparente (familiar / societária) entre estes e os titulares da conta. 7.4 Até o fechamento desta análise, os titulares apresentam um saldo em conta de , aproximadamente, 44 mil reais. CONCLUSÃO: 8. A comunicação ao COAF é justificada, visto: - acolhimento de depósito inusitado em conta (janeiro/2023) considerando a movimentação habitual, - fragmentação de saques, sugerindo burla em relação ao montante transacionado, Ocorrências:

I-k) saques no período de cinco dias úteis em valores inferiores aos limites estabelecidos, de forma a dissimular o valor total da operação e evitar comunicações de operações em espécie. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º IV-e) movimentação de quantia significativa por meio de conta até então pouco movimentada ou de conta que acolha depósito inusitado. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

14	ESTACIONAMENTO LEOPOLDO LTDA	Sócio		
14	JOAO NORBERTO RIBEIRO	Depositante		
14	JOAO NORBERTO RIBEIRO	Sacador		
14	JOAO NORBERTO RIBEIRO	Titular	1.215.568,00	1.454.391,00
14	JG 2006 PARK ESTACIONAMENTO PARA VEICULOS LTDA	Remetente		
14	JG 2006 PARK ESTACIONAMENTO PARA VEICULOS LTDA	Sócio		
14	BIANY AUTOMOVEIS LTDA	Remetente		
14	INSTITUTO NACIONAL DE S SOCIAL INSS	Remetente		
14	NOVA IBERICA IMOBILIARIA LTDA - ME	Remetente		
14	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ	Remetente		
14	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL CPMI do 08 de Janeiro

INFORMACAO DE KYC: Cliente: JOAO NORBERTO RIBEIRO CPF 024925807-25 Data Nasc.: 19/11/1942 Endereço: AV ATLANTICA, 538, AP 301, COPACABANA, RIO DE JANEIRO, RJ, 22010000 Profissão: PROPRIETARIO DE ESTABELECIMENTO DE PRESTACAO DE SERVICOS Renda: R\$ 17.797,74 PEP: NÃO Correntista desde: 19/10/1989 Co-titular: MARINA MARQUES DE A RIBEIRO CPF 022523507-25 (esposa) Procurador: Não Quadro societário: - 50% ESTACIONAMENTO LEOPOLDO LTDA CNPJ 00334327/0001-08 (CNPJ ativo) Ramo: outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas etc. - 50% JG 2006 PARK ESTACIONAMENTO PARA VEICULOS LTDA CNPJ 07993731/0001-24 (CNPJ ativo) Ramo: outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente Cliente é investigado em função de transferência de 400mil em favor de Mauro Cid, transação considerada suspeita "Segundo o relatório da PF anexado ao inquérito, Cid recebeu 400.000 reais de João Norberto Ribeiro, tio de sua esposa, Gabriela Cid, no dia 25 de março de 2022. João é sócio de Gilberto Santiago Ribeiro, irmão de Gabriela e cunhado do tenente-coronel Cid. Moraes determinou a quebra do sigilo bancário do tio de Gabriela para tentar descobrir do que se trata esse pagamento." Fonte: <https://is.gd/HQQIkb> PONTO DE ATENÇÃO: - Movimentação expressiva em espécie, representando mais de 10% dos créditos e 59% dos débitos, - A renda de R\$ 17.797,74, não ampara a movimentação, visto que a conta acolheu o montante a crédito no valor de R\$ 1.215.568,97, no período analisado, - Identificada movimentação com Mauro Cid conforme citado na mídia. SUSPEIÇÃO: Nossa comunicação foi motivada em razão do cliente movimentar recursos superiores à sua capacidade financeira, o que pode indicar que cliente tenha parte da sua renda na informalidade e/ou recursos transacionados sejam provenientes de atividades não declaradas. Destaca-se também movimentação expressiva realizada através de depósitos e saques em espécie, que pode indicar a intenção de ocultar a real origem/destino e portadores dos recursos. Há de se mencionar transação realizada em 24/05/2022 em favor de MAURO CESAR BARBOSA CID CPF 927781860-34, transação essa considerada suspeita pelo STF, conforme citado em mídia informada acima. ENQUADRAMENTO DOS RISCOS E SINAIS DE ALERTA: Movimentações em espécie realizadas por clientes cujas atividades possuam como característica a utilização de outros instrumentos de transferência de recursos, tais como cheques, cartões de débito ou crédito. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º. Movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º.

Ocorrências:
I-b) movimentações em espécie realizadas por clientes cujas atividades possuam como característica a utilização de outros instrumentos de transferência de recursos, tais como cheques, cartões de débito ou crédito. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

15	MARCELO COSTA CAMARA	Beneficiário
15	MARCELO COSTA CAMARA	Procurador / Representante Legal
15	MAX GUILHERME MACHADO DE MOURA	Beneficiário
15	PAOLO PAPAIZ	Remetente
15	SANDRO DANIEL SOARES	Beneficiário
15	DIEGO TORRES DOURADO	Beneficiário
15	RAPHAEL FEITOSA DA SILVA	Beneficiário
15	Maria Bernardete Demeterco Raad	Remetente
15	CASA LOTERICA JONATAN E FELIX LTDA ME	Beneficiário
15	LUCAS GABRIEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	Beneficiário
15	CECILIA NASCIMENTO CRIPPA	Remetente
15	Carlos Monteiro de Oliveira	Remetente
15	ROBSON DA PAIXAO ARAUJO	Beneficiário
15	MARCELO T CERQUEIRA	Remetente
15	PARTIDO LIBERAL (PL)	Remetente
15	CARMED EMERGENCIAS MEDICAS EIRELI	Remetente
15	ROSANGELA DELIZA	Remetente
15	LUIZ RICARDO SAMIA	Remetente
15	PEDRO CIPRIANO	Remetente
15	ANDRAUS ARAUJO DE LIMA	Remetente
15	Leda Maria Marques Cavalcante	Beneficiário
15	MIRANDA TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	Beneficiário
15	BOLSONARO DIGITAL LTDA ME	Gerente / Diretor
15	SERGIO LUIZ DE SIQUEIRA VIEIRA	Beneficiário
15	AMAURI HEITOR DE MENDONCA	Remetente
15	JOSE RAIMUNDO DO CARMO COSTA	Beneficiário
15	JOAO CARLOS COLPO	Remetente
15	GILSON LARI TRENNEPOHL	Remetente
15	JUREMA CALDAS SIQUEIRA AMARAL	Remetente



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

15	MARCUS ANTONIO MACHADO IBIAPINA	Beneficiário		
15	ADMAR GONZAGA NETO	Remetente		
15	JAIR MESSIAS BOLSONARO	Titular	8.498.532,00	18.257.130,00
15	KARINA CARVALHO DE ALMENDRA FREITAS MENDES	Remetente		
15	ROGERIO SOUZA DUARTE DA SILVA	Beneficiário		
15	BANCO DAYCOVAL S.A.	Remetente		
15	ESTACIO LEITE DA SILVA FILHO	Beneficiário		
15	JOSSANDRO DA SILVA	Beneficiário		
15	MICHELLE DE PAULA FIRMO REINALDO BOLSONARO	Beneficiário		
15	MARCO ERMIRIO DE MORAES	Remetente		
15	FABIO CARVALHO MIRANDA	Beneficiário		
15	OSMAR CRIVELATTI	Beneficiário		
15	HAROLDO DE SA QUARTIM BARBOSA	Remetente		
15	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Procurador / Representante Legal		
15	Walderice Santos da Conceição	Beneficiário		

Período analisado: 01/01/2023 - 04/07/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 15/04/1991, cadastrado como APOSENTADO OU PENSIONISTA, percebendo rendimentos de R\$ 19.168,56 em 01.11.2021, PRESIDENTE DA REPUBLICA, percebendo rendimentos de R\$ 23.595,04 em 01.11.2021, residente na cidade de BRASILIA/DF. CLIENTE é PEP. PEP - PRINCIPAL - MOTIVO: PRESIDENTE DA REPUBLICA PEP - PRINCIPAL - MOTIVO: DEPUTADO FEDERAL PEP - PRINCIPAL - MOTIVO: PEP LISTA COAF PEP - RELACIONADO - MOTIVO: SENADOR PEP - RELACIONADO - MOTIVO: DEPUTADO FEDERAL PEP - RELACIONADO - MOTIVO: PEP LISTA COAF PEP - RELACIONADO - MOTIVO: VEREADOR PEP - RELACIONADO - MOTIVO: DEPUTADO ESTADUAL Outorgou poderes para : MARCELO COSTA CAMARA - 007.443.707-01 MAURO CESAR BARBOSA CID - 927.781.860-34. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: JAIR MESSIAS BOLSONARO não possui bens cadastrados no Banco. Possui participação de 24,90% no capital da empresa BOLSONARO DIGITAL LTDA - CNPJ 27.516.314/0001-06 (MARKETING DIRETO), com faturamento presumido de R\$ 460.000,00 (05/2023). No período chamou a atenção o montante de PIXs recebidos em situação atípica e incompatível. Esses lançamentos provavelmente possuem relação com a notícia divulgada na mídia: "Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro iniciaram uma campanha de arrecadação via Pix que parece ter surtido efeito. Até o momento, ele já arrecadou dinheiro suficiente para pagar todas as multas que recebeu por atos durante seu governo (...) Bolsonaro não chegou a revelar o valor exato que já recebeu. Porém, de acordo com a procuradoria geral de São Paulo, o ex-presidente acumula sete dívidas ativas com o município. Juntas, as punições somam R\$ 1.062.416,65 (...) A Justiça de São Paulo mandou bloquear, no mês passado, mais de meio milhão de reais nas contas de Jair Bolsonaro. Isso aconteceu em razão do não pagamento das multas de descumprimento do uso de máscara durante a pandemia da Covid-19 (...)". Fonte: Portal JC.ne em 03/07/2023. Quanto aos débitos foram realizadas aplicações em CDB/RDBs no valor total de R\$ 17.000.000,00, em situação incompatível com os rendimentos do analisado. As duas principais destinatárias de recursos foram LEDA MARIA MARQUES CAVALCANTE - CPF 186.371.591-68 e MICHELLE DE PAULA FIRMO REINALDO BOLSONARO - CPF 711.378.401-10, que foram comunicadas ao COAF anteriormente, por movimentação suspeita e/ou incompatível de recursos. MICHELLE DE PAULA FIRMO REINALDO BOLSONARO foi citada recentemente na mídia: "A Polícia Federal identificou um depósito considera do suspeito, no valor de 400.000 reais, na conta do ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid (...) Durante a investigação, os agentes detectaram uma prática recorrente nas transferências. A suspeita é de que o tenente-coronel transferia recursos de sua conta particular para outros servidores ligados à Ajudância de Ordem, ou à Presidência. Esses funcionários, por sua vez, sacariam o dinheiro em espécie e repassavam o montante "também em espécie" a amigas da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, a pedido dela (...)". Fonte: Portal Veja, em 15/05/2023. Movimentação incompatível com a capacidade financeira em cadastro, sugerindo a utilização de conta para movimentar recursos de terceiros ou mesmo de atividade alheia àquela em cadastro. Considerando as atipicidades encontradas, comunicamos pela possibilidade de configurar a existência de indícios de crimes de lavagem de dinheiro ou com ele relacionar-se.

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
V-d) investimentos significativos não proporcionais à capacidade financeira do cliente, ou cuja origem não seja claramente conhecida. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

Ref	nome	tipo	Valor_C	Valor_D
1	INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS VALE VERDE LTDA -	Titular	561.301,00	727.522,00
1	CARLOS MARLON COLTRO FLORENTIM	Sócio		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

1	EDINALVO SEBASTIAO ARNOLD	Sócio
1	GILBERTO DA SILVA	Procurador / Representante Legal
1	FLAVIO COLTRO	Procurador / Representante Legal
1	FELIPE RAFAEL SILVA OLIVEIRA	Outros
1	MIRIAM DE SA FERREIRA	Outros
1	ALVES & COGO LTDA	Outros
1	COMERCIO E TRANSPORTES DANIEL LTDA	Outros
1	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Outros
1	RCL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E SERVICOS EIRELI	Outros
1	MJ COMERCIO E SERVICOS LTDA ME	Outros
1	CLARISSA FRANCO COELHO - ME	Outros
1	INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS PALMAS EIRELI	Outros
1	Comercial Lima S Mat Para Const Ltda	Outros
1	VALDECIR REGOSO	Outros
1	CLAUDEIR MARQUES BISPO	Outros
1	ADEMILSO CEZARIO DO NASCIMENTO	Outros

Razão Social INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS VALE VERDE LTDA, CNPJ: 21.101.937/0001-23, cadastrada desde 04/12/2014, com última renovação cadastral em 19/03/2019, constituída há 5 anos, atividade exercida de Serrarias sem desdobramento de madeira. PEQUENA EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES, natureza jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA com capital social de R\$ 40.000,00. Possui faturamento variável cadastrado no valor de R\$ 117.238,48 (atualizado em 15/10/2019), e não possui patrimônio cadastrado (atualizado em 03/10/2017). Conforme pesquisa reputacional, a empresa não está enquadrada como Pessoa Exposta Politicamente - PEP e não possui exposição negativa em mídia - PEM. - Relacionamentos cedidos: PROCURADOR: GILBERTO DA SILVA, CPF: 70745579272. SÓCIO (10% DE PARTICIPAÇÃO): EDINALVO SEBASTIAO ARNOLD, CPF: 75783002291. SÓCIO/ADMINISTRADOR (90% DE PARTICIPAÇÃO): CARLOS MARLON COLTRO FLORENTIM, CPF: 03824406179. PROCURADOR: FLAVIO COLTRO, CPF: 91239044291. - Não possui relacionamentos exercidos. Com base no princípio conheça seu associado/cliente, trata-se de empresa associada que aparentemente não possui capacidade econômica financeira para realizar as movimentações constatadas, faturamento cadastrado é incompatível com a real movimentação em conta, possui indícios de movimentações em benefício de seus procuradores. O total movimentado a crédito, representa cerca de 05 vezes o valor do faturamento cadastrado, ou seja, superou aproximadamente R\$ 444 mil a capacidade declarada.

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente, Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 3.542, art. 1º Art. 3º - Outras situações que, embora não mencionadas, possam configurar indícios de ocorrência das práticas de que trata o art. 13 da Circular 3.461/2009.

2	SILVANO LUIS PROSSIDONE	Titular	555.454,00	512.160,00
2	CENARIO EVENTOS	Sócio		
2	IGJ EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEU	Remetente		
2	WILLIAN BENTO DA SILVA	Remetente		
2	SEBASTIANA DA ROCHA MACEDO MOREIRA	Remetente		
2	MARILIA ARAUJO FONTENELE DE CARVALHO	Remetente		
2	PRISCILA AUN	Remetente		
2	FLAVIA ZANCHETT	Remetente		
2	Fundacao Sagres (ou Fundacao Lmfc Educativa e Cult	Remetente		
2	CARLOS WAGNER FAGUNDES CRUZ	Remetente		
2	Tt Eventos Ltda	Remetente		
2	LUMMI ASSESSORIA E EVENTOS LTDA	Remetente		
2	COMANDO AUTO ELETRICA LTDA.-ME	Remetente		
2	RIBEIRO SILVA EVENTOS E DECORACAO LTDA	Remetente		
2	S7 BAR E RESTAURANTE LTDA	Remetente		
2	JOSE CARLOS GOMES OLIVEIRA	Remetente		
2	NATHALIA MARTINS ARAUJO	Remetente		
2	NEUSA MARIA ORSINI QUEIROZ	Remetente		
2	WESLEY FERREIRA DE MORAES	Remetente		
2	CRISTINA AZEVEDO DE ARAUJO	Remetente		
2	HUGO CESAR PEREIRA DE ANDRADE	Remetente		
2	FABIANA ALVES PEREIRA	Beneficiário		
2	JOSE CLAUDEMIR VIDAL	Beneficiário		
2	DIVINO JOSE COUTINHO JUNIOR	Beneficiário		
2	LUCAS SOUSA DE MIRANDA	Beneficiário		
2	CANDELABRUS FESTAS LIMITADA	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

2	EPLACE COPIADORA E IMPRESSAO RAPIDA LTDA ME	Beneficiário
2	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Beneficiário
2	ADONETE SOARES CANTUARIO	Beneficiário
2	IMPACTO ADESIVOS	Beneficiário
2	MOURA COMERCIAL DE TECIDOS E SUPRIMENTOS EIRELI	Beneficiário
2	PROFILME INDUSTRIA DE EMBALAGENS EIRELI	Beneficiário
2	DECOR INDUSTRIA E COMERCIO DE LONAS E PLASTICOS LTDA	Beneficiário
2	SD LONAS E PLASTICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Beneficiário
2	ABILIO MOREIRA DE SOUZA	Beneficiário
2	SILVESTRE LUIS PROSSIDONE	Beneficiário
2	ELLEN CARDOSO MEIRELES DIAS	Beneficiário
2	JOANA DALVA DA SILVA	Beneficiário
2	WESLEY FERREIRA DE MORAES	Beneficiário
2	NUBIA CRISTINA DE SOUZA	Beneficiário
2	CRISTINA AZEVEDO DE ARAUJO	Beneficiário

Período analisado: 27/02/2020 - 30/12/2020 Trata-se de cliente deste Banco desde 18/11/2004, cadastrado como ELETRICISTA E ASSEMBLHADOS - TRABALHADOR DE REPARACAO, percebendo rendimentos de R\$ 1.636,81, residente na cidade de GOIANIA/GO. Segundo informações apuradas, cliente foi sócio da empresa SILVANO LUIS PROSSIDONE 9607811191 - 22.426.330/0001-86, que atuava no ramo de CASAS DE FESTAS E EVENTOS, e encontra-se baixada na Receita Federal desde 04/2019. Recebeu recursos de diversas empresas do ramo de SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, o que nos leva a crer que ainda esteja movimentando recursos oriundos de sua atividade empresarial, agora de maneira informal, acima de sua capacidade econômico-financeira. Suspeita-se de movimentação de recursos de terceiros para fins de sonegação fiscal. Considerando que não foram encontradas justificativas para a movimentação financeira, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se. Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

3	MARCELO LOURENCO SOUSA	Titular	1.921.024,00	1.957.351,00
3	EUZENI OLIVEIRA MELO	Outros		
3	TRANSPORTADORA JJ SOUSA LTDA	Outros		
3	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Outros		
3	MADEX NORTE LTDA	Outros		
3	THAYANE RAMOS LEITE DAS NEVES	Outros		
3	MANOEL SILVEIRA DOS REIS	Outros		
3	NILSON JOSE MEDEIROS	Outros		
3	BRENDA LARISSA SILVA DOS ANJOS	Outros		
3	Fernando Oliveira Silva	Outros		
3	CHARLES DO NASCIMENTO DE SOUSA	Outros		

Consta ser proprietário da Transportadora JJ Sousa Ltda, CNPJ 02269929/0001-46, com renda mensal de R\$ 55.000,00. Notas - Em consulta interna, cliente apresenta como patrimônio 2 veículos e 1 imóvel, que somados chegam ao valor de R\$ 587.353,5, - Não identificamos solicitações de bloqueio judicial para o cliente durante o período analisado. Cliente atua no ramo prestações de serviços atrelados a transportes, figura como proprietário da Transportadora JJ Sousa Ltda, CNPJ 02269929/0001-46, constituída desde 21.11.1997. Entretanto, utiliza sua conta pessoal para movimentações da mesma, sem maiores detalhes. Não podemos desconsiderar que as movimentações havidas em conta estão incompatíveis com a capacidade financeira declarada pelo cliente, o qual dentre suas principais transações, apresentou também valores em espécie, dificultando a identificação da origem e destino dos recursos. Além de aparente movimentação de terceiros, conforme mencionado acima. Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

4	ARTHUR QUEIROZ DO CARMO FERRO	Titular	248.332,00	234.400,00
4	MARIA H S RAMOS BATISTA	Outros		
4	Edin??ia Rodrigues dos Santos	Outros		
4	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Outros		
4	LUIS HENRIQUE BALANSIN PADILHA	Outros		
4	RICARDO PEREIRA DA SILVA	Outros		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

4	PRIMICIAS MADEIRAS EIRELI	Outros
4	MOREIRA E MELO LTDA - ME	Outros
4	Della e tozzi ltda	Outros
4	W 9 COMERCIO DE EST. EIRELLI ME	Outros
4	MARCUS VINICIUS FERRO	Outros
4	MADEIREIRA ASSINI LTDA ME	Outros

Cooperado ARTHUR QUEIROZ DO CARMO FERRO, CPF: 706.012.031-94, pa??s de nascimento BRASIL, 24 anos, atividade exercida de ESTUDANTE, com v??nculo empregat??cio de ESTUDANTE. Cadastrado desde 06/08/2015. Estado Civil: SOLTEIRO Possui renda fixa cadastrada no valor de R\$ 788,00 (atualizada em 19/08/2015), e n??o possui patrim??nio cadastrado (atualizado em 06/08/2015). Conforme pesquisa reputacional, supostamente, o cooperado n??o est?? enquadrado como Pessoa Exposta Politicamente - PEP e n??o possui exposi??o negativa em m??dia - PEM . Sinais de alertas que sugerem atipicidades conforme an??lise e aplica??o do princ??pio conhe??a seu cliente/cooperado: Apesar da justificativa em que o cooperado trabalha em conjunto com o pai com fabrica??o e venda de sof??s, o mesmo n??o possui renda comprovada compativel com as movimenta??es realizadas. O total movimentado a cr??dito, representa cerca de 287.89 vezes o valor da renda cadastrada, ou seja, superou aproximadamente R\$ 226.065,80 a capacidade declarada.

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

5	TARSO RODRIGUES OLIVEIRA COSTA	Titular	2.101.589,00	2.102.346,00
5	SWHELEN SARAIVA DOS SANTOS	Remetente		
5	LEANDRO VINICIUS CAMARGO DOS SANTOS	Remetente		
5	VITORIA RODRIGUES OLIVEIRA COSTA	Remetente		
5	TARSO RODRIGUES OLIVEIRA COSTA	Remetente		
5	BARTHO OLIVEIRA DA ROCHA	Remetente		
5	FRANZ MADALON ABREU	Remetente		
5	REGINALDO ALMEIDA DA SILVA	Remetente		
5	DOUGLAS ALECSANDER WATSON GOMES	Remetente		
5	LEDIANE ALIEVI	Remetente		
5	RAMON CAMPOS GARCIA	Remetente		
5	ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL GAZIN LTDA	Remetente		
5	TIAO AUTOMOVEIS CORRETORA DE VEICULOS LT	Remetente		
5	ELDIVAN MARTINS DE ARAUJO	Remetente		
5	RODIGHERI - COMERCIO DE VEICULOS LTDA	Remetente		
5	JONATHAN WATSON GOMES	Remetente		
5	LINDALVA LOPES DE OLIVEIRA	Remetente		
5	JOSE ROBERTO COSTA	Remetente		
5	VICENTE CARVALHO DA SILVA	Remetente		
5	EDMAR JUNIOR SILVEIRA COELHO	Remetente		
5	ORLAI MOREIRA DA SILVA	Remetente		
		Procurador /		
5	TARSO RODRIGUES OLIVEIRA COSTA 01302423142	Representante Legal		
5	TARSO RODRIGUES OLIVEIRA COSTA 01302423142	Gerente / Diretor		
5	LEANDRO VINICIUS CAMARGO DOS SANTOS	Beneficiário		
5	VITORIA RODRIGUES OLIVEIRA COSTA	Beneficiário		
5	TARSO RODRIGUES OLIVEIRA COSTA	Beneficiário		
5	WELISON SANTOS COSTA	Beneficiário		
5	FRANZ MADALON ABREU	Beneficiário		
5	RENATO DA SILVA SOUZA	Beneficiário		
5	WELDES APARECIDO RODRIGUES MACHADO	Beneficiário		
5	DOUGLAS ALECSANDER WATSON GOMES	Beneficiário		
5	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Beneficiário		
5	RI-MAX PECAS E CENTRO AUTOMOTIVO LTDA -	Beneficiário		
5	ROBERTO GOMES DE SOUZA	Beneficiário		
5	Raimunda de Oliveira Costa	Beneficiário		
	MC PRESTADORA DE SERVICOS DE INTERMEDIACOES, NEGOCIOS E			
5	INVESTIMENTOS EIRELI	Beneficiário		
5	JONATHAN WATSON GOMES	Beneficiário		
5	ANDRE BUARQUE MOREIRA	Beneficiário		
5	Francisco Carlos Ferres	Beneficiário		
5	FLORITA LUIZ BRANDAO	Beneficiário		
5	RENATO PATRICK MONTEIRO	Beneficiário		
5	MARIA JOSE SALES DA SILVA	Beneficiário		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

5 ADRIANO QUEIROZ RIOS

Beneficiário

Período analisado: 11/04/2020 - 06/04/2021 Trata-se de cliente deste Banco desde 28/12/2016, cadastrado como: VENDEDOR PRACISTA E CAIXEIRO VIAJANTE - VENDEDOR, percebendo rendimentos de R\$ 1.500,00 em 01.01.2017 residente na cidade de BARRA DO GARCAS/MT. O titular conta com o(s) seguinte(s) partícipe(s): Sócio/Dirigente : TARSO RODRIGUES OLIVEIRA COSTA 01302423142 - 18.256.238/0001-48 Recebeu poderes outorgados por : TARSO RODRIGUES OLIVEIRA COSTA 01302423142 - 18.256.238/0001-48. A movimentação financeira é incompatível com a renda declarada. Apresenta características de movimentação financeira de pessoa jurídica em conta de pessoa física, possível tentativa de sonegação fiscal. É titular da empresa 40.178.786/0001-56 - TARSO RODRIGUES OLIVEIRA COSTA AUTOMOVEIS - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados. Ativa na Receita Federal, e com faturamento presumido, consultado em fontes externas, de R\$ 185 mil. Recebe transferências recorrente, principalmente enviadas pela empresa RODIGHIERI-COM VEIC LTDA - 20.912.228/0001-65 (COMERCIO AVAREJO DE AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS USADOS), a qual guarda relação com a mesma área de atuação da empresa do analisado. Envia de forma recorrente valores em favor de pessoas físicas e jurídicas sem vínculo aparente, sendo os principais DOUGLAS ALECSANDER WATSON GOMES - 050.026.031-14 (ESTUDANTE), acima da capacidade financeira do beneficiário, MC P S I N INVEST EIRELI - 28.619.537/0001-53 (ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGÓCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIARIOS | COMUNICADO), a qual possui histórico de comunicação, e FRANZ MADALON ABREU - 031.735.787-59 (ADMINISTRADOR). Não foram encontrados fundamentos econômicos ou legais para a movimentação financeira, podendo configurar a existência de indícios do crime de lavagem de dinheiro. Assim, propomos a comunicação.

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

6 DEVALCI RIBEIRO VALADARES	Titular	1.354.506,00	1.570.831,00
6 MARIA CECILIA BASILATO RIBEIRO	Responsável		
	Procurador /		
6 B. C. CASSAMANI DA SILVA BASILATO	Representante Legal		
6 HELEN SILVA MATIAS	Outros		
6 KELLY SANTOS SOARES	Outros		
6 PATRICIA DA SILVA	Outros		
6 DEISE GRACIELE DE OLIVEIRA MAIPIRA	Outros		
6 ZILDA CONCEICAO DO NASCIMENTO	Outros		
6 POSTO VENEZA	Outros		
6 ANDRE DA SILVA OSS	Outros		
6 JOSIEL DE ABREU	Outros		
6 BARBARA CINTYA CASSAMANI DA SILVA BASILATO	Outros		
6 CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Outros		
6 BIAVATTI COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	Outros		
6 NATIVA COMERCIO DE MADEIRAS BENEFICIADAS LTDA	Outros		
6 ADILSON LIRA VIEIRA EIRELI	Outros		
6 R ZAUPA - TRANSPORTES - ME	Outros		
6 TERRAVIVA INDUSTRIA E COMERCIO	Outros		
6 FRANCIELLY RODRIGUES TERRES-COMERCIO DE	Outros		
6 JULIANO & SIMOES COMERCIO E SERVICOS LTDA	Outros		
6 GEFERSON ALVES DE BRITO	Outros		
6 GLAUBER DARIVA PIRES DE LIMA	Outros		
6 DEVALCI RIBEIRO VALADARES	Outros		
6 FABIO DE LUCENA FROIS	Outros		
6 JANOR BIANCHINI ME	Outros		
6 VITOR MUNIZ LOPES	Outros		
6 DIONES DE SOUZA CAVALCANTE LIMA	Outros		
6 Micheli Fernandes Nascimento	Outros		

Cooperado DEVALCI RIBEIRO VALADARES, CPF: 779.592.482-49, país de nascimento BRASIL, 38 anos, atividade exercida de PRODUTOR AGROPECUÁRIO, EM GERAL, com vínculo empregatício de PRODUTORES RURAIS. Cadastrado desde 20/03/2013. Estado Civil: CASADO com BARBARA CINTYA CASSAMANI DA SILVA BASILATO, CPF 09787564603. Possui renda variável cadastrada no valor de R\$ 48.600,00 (atualizada em 27/05/2021) e patrimônio líquido declarado no valor de R\$ 588.500,00 (atualizado em 28/05/2021). Conforme pesquisa reputacional, supostamente, o cooperado não está enquadrado como Pessoa Exposta Politicamente - PEP e não possui exposição negativa em mídia - PEM. O cônjuge não está enquadrado como PEP nem é PEM. - Relacionamentos cedidos: PROCURADOR: BARBARA CINTYA CASSAMANI DA SILVA BASILATO, CPF: 09787564603. País de nascimento BRASIL, 36 anos, atividade exercida de ADMINISTRADOR. Possui renda fixa cadastrada no valor de R\$ 1.044,50, e patrimônio líquido declarado no valor de R\$ 27.000,00. - Relacionamentos Exercidos: RESPONSÁVEL LEGAL: MARIA CECILIA BASILATO RIBEIRO, CPF: 08228394233. País de nascimento BRASIL, 2 anos, atividade exercida de ESTUDANTE. Possui renda variável cadastrada no valor de R\$ 450,00, e não possui patrimônio cadastrado. PROCURADOR: B. C. CASSAMANI DA SILVA BASILATO, CNPJ: 24604748000161, EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL), constituída há 5 anos, atividade exercida de Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

fórmulas. Possui faturamento fixo cadastrado no valor de R\$ 8.155,30, e não possui patrimônio cadastrado. - Conforme pesquisa reputacional, não identificamos marcação de Pessoa Exposta Politicamente – PEP, e/ou exposição negativa em mídia – PEM para os relacionados. Com base no “princípio conheça seu associado/cliente”, se tem conhecimento de que se trata de cooperado produtor agropecuário, no qual apresenta movimentação expressiva em sua conta, havendo recursos movimentados em valores que representa cerca de 27 vezes o valor da renda cadastrada, demonstrando movimentação de recursos incompatível com a atividade econômica e a capacidade financeira do cliente. - Cooperado aparentemente não possui capacidade financeira para a movimentação, apresentando valores transitados superior a sua capacidade financeira, havendo suspeita de existir movimentação em benefício de terceiros, ou atividade não declarada, gerando aparente atipicidade em sua movimentação.

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

7	FRANCIELE BARBOSA DE SOUZA	Titular	769.460,00	769.339,00
7	KAYO LEONNARDO DE PAULA SILVEI	Remetente		
7	ADAO MATEUS FERREIRA	Remetente		
7	PINHEIRO E VASCONCELOS LTDA	Remetente		
7	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Remetente		
7	ULTRA REPRESENTACOES	Remetente		
7	Sandra Cristina Ferreira	Remetente		
7	AHV MOLAS PECAS E SERVICOS LTDA - ME	Outros		
7	KAYO LEONNARDO DE PAULA SILVEI	Beneficiário		
7	LEANDRO MARCOS MACHADO	Beneficiário		
7	MATHEUS GUILHERME TAVARES GOMES	Beneficiário		
7	ARIELLY FARIAS DE SOUZA	Beneficiário		
7	S J X INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA EP	Beneficiário		
7	REDEMIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA.	Beneficiário		

Consta atuar como assistente administrativo, vendedor, autônomo na Molas Pecas E Serviços, CNPJ não 06160681/0001-31, com renda mensal de R\$2.100,00. Verificamos que as operações se encontram totalmente incompatíveis sua movimentação em conta com sua renda informada no cadastro. Diante do exposto, identificamos movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional.

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

8	HELIO FERREIRA MACHADO	Titular	752.748,00	757.252,00
8	HUGO DE ALMEDA GARCIA	Remetente		
8	RAFAELA DE OLIVEIRA	Remetente		
8	CRISTIANO MULTIMARCAS EIRELI	Remetente		
8	MARCIO FREITAS OLIVEIRA EIRELI	Remetente		
8	ECONOMICO SUPERMERCADO LTDA	Remetente		
8	GILDA LOUSEK DA SILVA	Remetente		
8	MARCIO FREITAS OLIVEIRA	Remetente		
8	EUNICE MARIA FERREIRA ALVES	Remetente		
8	E & M CONSTRUcoes LTDA	Outros		
8	SEBBA MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	Beneficiário		
8	NATHALIA FERREIRA LOUSEK	Beneficiário		
8	JORDANNA FERREIRA LOUSEK	Beneficiário		
8	Lenovo Tecnologia Ltda	Beneficiário		
8	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Beneficiário		
8	RVC COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS EIRELI - ME	Beneficiário		
8	EUNISSDETH DA PENHA FERREIRA LUCIO	Beneficiário		
8	SANDRO APARECIDO DA SILVA	Beneficiário		
8	TECAR AUTOMOVEIS E ASSISTENCIA TECNICA LTDA	Beneficiário		
8	CO SILVA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERAMICA EIRELI	Beneficiário		
8	EUMAR MARIA FREITAS OLIVEIRA	Beneficiário		
8	VALÁRIO ALVES DA ROCHA	Beneficiário		
8	FRANCISCO VIEIRA LIMA	Beneficiário		
8	ADRIANO BARBOSA VITOR	Beneficiário		

INFORMAÇÕES CADASTRAIS: 1. HELIO FERREIRA MACHADO, CPF: 438.248.111-20, HELIO FERREIRA MACHADO, CPF: 438.248.111-20, nascido em 29/01/1967, solteiro, filiação SEBASTIANA BONIFACIO FERREIRA e ALIMONINO FERREIRA CUNHA, profissão: bancário, renda de R\$ 41.671,80,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

residente em GOIANIA ? GO. INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO CONHEÇA SEU CLIENTE: 7. Cliente iniciou relacionamento com a CAIXA em 23/03/1998, mantendo ativos contratos associados aos produtos Conta Corrente Pessoa Física, Poupança Pessoa Física, Cheque Especial Pessoa Física, Fundos de Investimentos, Conta Salário CAIXA, Ações ONLINE, Cartões de Crédito MASTERCARD Platinum, Visa Platinum e Mastercard Black Seguro Residencial, Seguro Auto, Caixa Fundo Privatização Eletrobrás. 7.1 Sabe-se que o cliente é empregado desta Instituição Financeira e que a remetente de recursos EUNICE MARIA FERREIRA ALVES, CPF 599.776.631-49, a beneficiária de recursos EUNISSETH DA PENHA FERREIRA LUCIO, CPF 271.562.221-04 e a beneficiária de recursos EUMAR MARIA FREITAS OLIVEIRA, CPF 402.597.573-49 são irmãs do cliente, sendo a última sócia da empresa E E M CONSTRUÇÕES LTDA // CONCEITO CONSTRUÇÕES, CNPJ 15.604.446/0001-00, do ramo da construção de edifícios, localizada em Goiânia/GO, juntamente com o filho e sobrinho do cliente MARCIO FREITAS OLIVEIRA, CPF 436.266.963-91, também remetente de recursos. 7.2 Destaca-se que a principal remetente de recursos GILDA LOUSEK DA SILVA, CPF 426.010.881-68, é mãe das filhas do cliente, e beneficiárias de recursos NATHALIA FERREIRA LOUSEK, CPF 058.005.351-24 e JORDANNA FERREIRA LOUSEK, CPF 058.005.371-78, constando em nossos cadastros, que a remetente de recursos possui o mesmo endereço residencial fornecido pelo cliente, indicando possível vínculo de união estável entre ambos, constando em nossos registros que GILDA LOUSEK DA SILVA, CPF 426.010.881-68 é empregada da CAIXA aposentada. 7.3 Registra-se que as movimentações em conta se mostraram incompatíveis com a renda do cliente, destacando-se que principalmente os recursos recebidos de GILDA LOUSEK DA SILVA, CPF 426.010.881-68 são posteriormente transferidos para a irmã do cliente EUMAR MARIA FREITAS OLIVEIRA, CPF 402.597.573-49 que é sócia de empresa do ramo da construção de edifícios, caracterizando a conta do cliente como conta de passagem em benefício de terceiros, além de diversos débitos realizados imediatamente após a verificação de créditos [...] Registra-se acolhimento de crédito de valor inusitado em conta, remetido por HUGO DE ALMEIDA GARCIA, CPF 001.232.831-67, conforme demonstrado no item 3. 7.5 Destaca-se que o cliente já foi anteriormente comunicado ao COAF, em 27/12/2021, em análise que abrangeu o período compreendido entre 01/09/2021 a 30/11/2021, observando-se os mesmos enquadramentos presentes nesta detecção CONCLUSÃO: 8. Somos favoráveis à comunicação ao COAF, considerando-se movimentação de recursos incompatíveis com renda do cliente, com acolhimento de crédito de valor inusitado em conta, bem como pelo recebimento de créditos com o imediato débitos dos valores, com envio de recursos a terceiros, sem motivação aparente, sendo possível que esteja movimentando a conta em benefício de terceiros, fazendo uso da conta como conta de passagem. Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IV-ad) recebimento de créditos com o imediato débito dos valores. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IV-e) movimentação de quantia significativa por meio de conta até então pouco movimentada ou de conta que acolha depósito inusitado. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IV-k) recebimento de recursos com imediata compra de instrumentos para a realização de pagamentos ou de transferências a terceiros, sem justificativa. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

9	NAYARA RAISSA DE SOARES DE BARROS	Titular	646.499,00	689.370,00
9	CLEYTON FERNANDES DA SILVA	Remetente		
9	PAULO HENRIQUE ALVES BITENCOURT	Remetente		
9	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Remetente		
9	PAULO HENRIQUE ALVES BITENCOURT	Outros		
9	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Outros		
9	PAULO HENRIQUE ALVES BITENCOURT	Beneficiário		
9	TROPICAL CORRETORA E CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A	Beneficiário		
9	ISP VIRTUAL	Beneficiário		
9	BANCO DAYCOVAL S.A.	Beneficiário		

Consta como empresário na Centro Educacional Alves Farias, CNPJ 010458067/0001-28 com renda mensal de R\$8.000,00. Nota: consta como cônjuge, Paulo Henrique Alves Bitencourt, CPF 005989481-47. Notas - Demonstramos abaixo as movimentações de depósitos em espécie efetuados em terminais de autoatendimento, com valores abaixo de R\$ 2.000,00, aparentemente na tentativa de burlar a identificação dos intervenientes: DATA VALOR R\$ QTDE. DE OPERAÇÕES 24.12.2020 4.000,00 3 - Dentre os pagamentos diversos efetuados pelo cliente, destacam-se impostos, contas de consumo, consórcio, faturas de cartões de crédito, plano de saúde, seguros. O cliente teria alegado ser empresário, vendeu seu veículo, e financiou parte e comprou um novo. Em consulta externa, verificamos que o cliente consta como sócio da empresa Cedro Do Líbano Comércio De Madeiras E Materiais Para Construção Ltda, CNPJ 10458067/0001-28 atuante no comércio varejista de madeira e artefatos. Independentemente das justificativas do cliente, não podemos desconsiderar que a movimentação havida em conta se apresenta acima da capacidade financeira comprovada pelo mesmo, com depósitos oriundos de diversas praças e também de região de maior risco (extração mineral), e incidência de depósitos em espécie, dificultando a indicação quanto a origem dos recursos, sendo alguns realizados de forma fracionada com indícios de burla.

Ocorrências:
I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
I-d) fragmentação de depósitos ou outro instrumento de transferência de recurso em espécie, inclusive boleto de pagamento, de forma a dissimular o valor total da movimentação. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º
IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

IV-l) operações que, por sua habitualidade, valor e forma, configurem artifício para burla da identificação da origem, do destino, dos responsáveis ou dos destinatários finais. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

10 VANDERLEI CARDOSO DE BARROS	Titular	2.239.928,00	2.239.072,00
10 S.T. COUTO TRANSPORTES	Remetente		
10 TRANSRIO TRANSPORTES E LOGISTICA	Remetente		
10 CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Remetente		
10 RIO CLARO TRANSPORTE DE CARGAS RODOVIARIO EIRELI	Remetente		
10 TRANSPORTADORA SOUSA LTDA	Remetente		
10 RAIMUNDO WLYSSES COELHO DE SOUSA	Remetente		
10 CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Outros		
10 ZELIA DO CARMO SOARES	Outros		
10 THIAGO AUGUSTO SANTOS SANTANA	Beneficiário		
10 THAIS DIAS CARLOS DOS SANTOS	Beneficiário		
10 JOHNATA HENRIQUE OLIVEIRA PAULA	Beneficiário		
10 ADELINO SOARES DOS SANTOS	Beneficiário		
10 JOSÉ ANTONIO CORREA SCANDIUZZI FERREIRA	Beneficiário		
10 SIRLEI FLORIO SIQUEIRA OLIVEIRA	Beneficiário		

Consta como empresário na Cedro Do Líbano, CNPJ 010458067/0001-28, com renda mensal de R\$9.800,00. Figura como titular das contas 5466, 25428 e 200428, com movimentações nas agências 1076 - Araguapaz-GO, 2137 - Av. Paranaíba-Ugo-GO e 3761 - Nova Avenida Goiás - Urb. Goiânia-GO. Nota: consta como esposa, Zélia Do Carmo Soares De Barros, CPF 484975331-00. Notas: - Entre 04.04.2018 e 21.08.2018 realizou aplicações em fundos de investimento FicFif Simples Onix, totalizando R\$ 100,00, posteriormente, resgatou R\$ 101,22. - Dentre os pagamentos diversos efetuados pelo cliente, destacam-se impostos, contas de consumo, consórcio, faturas de cartões de crédito. Trata-se de empresário na Cedro Do Líbano, CNPJ 010458067/0001-28, sendo os recursos movimentados em conta física, inerentes de suas atividades empresariais, sem motivação aparente. Além das informações supracitadas, identificamos que a movimentação havida em conta, se apresenta acima da capacidade financeira declarada pelo cliente, com diversos depósitos em espécie, oriundos de várias praças, inclusive em regiões com maior risco (extração de minério), o que dificulta na indicação da real origem dos recursos.

Ocorrências:

I-a) depósitos, aportes, saques, pedidos de provisionamento para saque ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos em espécie, que apresentem atipicidade em relação à atividade econômica do cliente ou incompatibilidade com a sua capacidade financeira. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

IV-n) recebimento de depósitos provenientes de diversas origens, sem fundamentação econômico-financeira, especialmente provenientes de regiões distantes do local de atuação da pessoa jurídica ou distantes do domicílio da pessoa natural. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

XVII-b) operação atípica em municípios localizados em regiões de extração mineral. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

11 S.T. COUTO TRANSPORTES	Titular	1.472.996,00	1.513.162,00
11 SIRLEI TEREZINHA COUTO	Sócio		
11 PARTIPETRO PARTICIPACOES LTDA ME	Remetente		
11 BLUE SUPORTE ADMINISTRATIVO LTDA	Remetente		
11 COMERCIAL E SERVICOS LUBR	Remetente		
11 OSS MANAGEMENT PARTICIPACOES EIRELI	Remetente		
11 RODO MT TRANSPORTE E LOGISTICA EIRELI	Remetente		
11 RODOPRINCIPE TRANSPORTADORA LTDA - ME	Outros		
11 CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Outros		
11 DIN LOG SERVICOS DE TRANSPORTES EIRELI	Outros		
11 PAULO LEONI COLACO TRANSPORTES ME	Beneficiário		
11 S.T. COUTO TRANSPORTES	Beneficiário		
11 VALERIA PREMEBIDA DOS SANTOS & ADVOGADOS	Beneficiário		
11 TIC TRANSPORTES LTDA	Beneficiário		
11 VALTER DE JESUS ORTILIA	Beneficiário		

Consta atuar no ramo de transporte rodoviário de produtos perigosos, constituída em 22.08.2006, com capital social de R\$40.000,00, pertencentes a Sirlei Terezinha Couto, CPF 027653099-30, com faturamento médio mensal de R\$1.764.830,21. A proprietária informou que a empresa atua no ramo de transporte, possui 60 caminhões, e os valores recebidos se referem a novo contrato firmado com a Copa pe Prod de



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

petróleo, pagamentos referentes a diesel para abastecer a frota e pagamento para terceiro para frete. - Em pesquisas externas e internas, identificamos ser empresa de porte ME, optante pelo simples nacional. Diante do exposto, não podemos desconsiderar o fato de o cliente realizar pagamentos de cobrança em favor de terceiros.

Ocorrências:

IV-c) movimentação de recursos de alto valor, de forma contumaz, em benefício de terceiros. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

12	LUIS MARCOS DOS REIS	Titular	1.501.767,00	1.459.300,00
12	CELIO CHICOU DE ALENCAR	Remetente		
12	FARLEY VINICIUS ALENCAR DE ALCANTARA	Remetente		
12	Farley Variedades Ltda. ME	Remetente		
12	GABRIEL FELIPE ALENCAR DOS REIS	Remetente		
12	LUIS MARCOS DOS REIS JUNIOR	Remetente		
12	BB Administradora de Consórcios Ltda.	Remetente		
12	JOELMA GONCALVES DA SILVA	Remetente		
12	MARIA AUXILIADORA DO AMARAL	Remetente		
12	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Remetente		
12	agmar gaspar dos reis	Remetente		
12	LUIZ ANTONIO GONCALVES DE OLIVEIRA	Remetente		
12	ROZEMBERG PEREIRA DE OLIVEIRA	Remetente		
12	LUCÉLIA C. A. ALENCAR	Remetente		
12	LUIS MARCOS DOS REIS	Remetente		
12	MARIA EUNICE DE PAIVA FERREIRA NOVAIS	Remetente		
12	PEDRO NETO CHICOU DE ALENCAR	Remetente		
12	REGINALDO RODRIGUES AREBALO	Remetente		
12	CELIA GOMES MARANHÃO ALENCAR	Remetente		
12	DEBORA GONCALVES DA SILVA	Remetente		
12	VANDERLEI CARDOSO DE BARROS	Remetente		
12	Centro de Pagamento do Exercito	Outros		
12	MINISTERIO DO TURISMO	Outros		
12	ADRIANO ALVES TEPERINO	Beneficiário		
12	CELIO CHICOU DE ALENCAR	Beneficiário		
12	CONDOMINIO DO BLOCO H DA SHCES QUADRA 905	Beneficiário		
12	MURILO MARCOS DOS REIS	Beneficiário		
12	FARLEY VINICIUS ALENCAR DE ALCANTARA	Beneficiário		
12	GABRIEL FELIPE ALENCAR DOS REIS	Beneficiário		
12	agmar gaspar dos reis	Beneficiário		
12	OKTO PAGAMENTOS S.A.	Beneficiário		
12	LUIZ ANTONIO GONCALVES DE OLIVEIRA	Beneficiário		
12	ANTONIO MARCOS BERNARDES NETO	Beneficiário		
12	ROZEMBERG PEREIRA DE OLIVEIRA	Beneficiário		
12	LUCÉLIA C. A. ALENCAR	Beneficiário		
12	LUIS MARCOS DOS REIS	Beneficiário		
12	ROBSON DOS SANTOS SOUZA	Beneficiário		
12	VANDIR PEREIRA CARDOSO	Beneficiário		
12	PEDRO NETO CHICOU DE ALENCAR	Beneficiário		
12	CELIA GOMES MARANHÃO ALENCAR	Beneficiário		
12	DEBORA GONCALVES DA SILVA	Beneficiário		
12	VANDERLEI CARDOSO DE BARROS	Beneficiário		
12	MAURO CÉSAR BARBOSA CID	Beneficiário		

Período analisado: 01/02/2022 - 20/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 08/08/1994, cadastrado como: MILITAR EM GERAL - SEGUNDO-SARGENTO EXERCITO, vinculado ao Comando do Exercito-centro de Pagamento do Exercito 00.394.452/0533-04, percebendo rendimentos de R\$ 13.346,79 em 01.12.2022 SERVIDOR PUBLICO FEDERAL - AGENTE, vinculado ao Ministerio do Turismo 05.457.283/0001-19, percebendo rendimentos de R\$ 10.710,94 em 01.12.2022 INVESTIDOR, percebendo rendimentos de R\$ 542,08 em 01.12.2022 residente na cidade de BRASILIA/DF. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Possui poupança salário, com recebimento de proventos e com resgate automático. Principais lançamentos a crédito e a débito referem-se as transações envolvendo mesma titularidade e pessoas físicas e jurídicas de ramos diversos, das quais destacamos MAURO CESAR BARBOSA CID, já relacionado em comunicação de operações suspeitas e para o qual consta mídia desabonadora sobre suposto envolvimento em crime de lavagem de dinheiro, segue trecho: O personagem em questão é o tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid, o coronel Cid, ajudante de ordens de Jair Bolsonaro até os derradeiros dias do governo que acabou em 31 de dezembro (...) Entre os achados dos policiais escalados para trabalhar com Alexandre de Moraes estão pagamentos, com dinheiro do tal caixa informal gerenciado pelo tenente-coronel, de faturas de um cartão de crédito emitido em nome de uma amiga do peito de Michelle Bolsonaro que era usado para custear despesas da ex-primeira-dama (TÍTULO: Exclusivo: o caixa 2 de Jair Bolsonaro no Planalto FONTE: METROPOLES DATA:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

20/01/2023). Observamos diversas tentativas de TEDs para mesma titularidade, as quais foram devolvidas, tendo sido efetivadas o valor de R\$ 89.000,00 em 11/11/2022 e R\$ 38.000,00 em 16/06/2022. Considerando a movimentação incompatível com a renda conhecida do analisado e demais atipicidades apontadas, comunicamos pela possibilidade de constituir-se em indícios do crime de lavagem de dinheiro, ou com ele relacionar-se.

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

VII-a) movimentações atípicas de recursos por agentes públicos, conforme definidos no art. 2º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

13	SILVANO LUIS PROSSIDONE	Titular	360.872,00	342.581,00
13	LUMMI ASSESSORIA E EVENTOS LTDA	Remetente		
13	BOLD EVENTOS LTDA	Remetente		
13	CLAUDIA HECK FORLIN	Remetente		
13	RONALDO ANTONIO BIANGULO	Remetente		
13	VANDERLEI FREIRE DE SOUSA	Remetente		
13	CENARIO EVENTOS	Outros		
13	ERISLEY ALVES DE ARAUJO	Beneficiário		
13	SIDNEY MARCELINO MARTINS	Beneficiário		
13	JANILSON DE SOUZA	Beneficiário		
13	DIOGO FERNANDES SILVA FERREIRA	Beneficiário		
13	LAURIVAN MURILO DA SILVA COIMBRA	Beneficiário		
13	WALISSON PEDRO SILVA	Beneficiário		
13	LAZARO DE ARAUJO ALMEIDA	Beneficiário		
13	ELIANE RODRIGUES DE SOUSA	Beneficiário		
13	JANEIRO RODRIGUES DE SOUZA	Beneficiário		
13	JAMILTON DE SOUZA	Beneficiário		
13	WESLEY SOARES CARDOSO	Beneficiário		
13	WALLAS TAMANINI DA SILVA SOARES	Beneficiário		
13	DANIEL OLIVEIRA MACEDO	Beneficiário		
13	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Beneficiário		
13	MOURA COMERCIAL DE TECIDOS E SUPRIMENTOS EIRELI	Beneficiário		
13	KENIAN MARIA ALVES COMERCIO	Beneficiário		
13	JAIR RODRIGUES DE SOUSA 02839928167	Beneficiário		
13	FRANCISCO JORGE MEDEIROS	Beneficiário		
13	ANDERSON DA ROCHA RODRIGUES	Beneficiário		
13	ALEXSSANDRO NEVES LOUZADO	Beneficiário		

Período analisado: 01/01/2023 - 31/01/2023 Trata-se de cliente deste Banco desde 18/11/2004, cadastrado como: ELETRICISTA E ASSEMBLHADOS - TRABALHADOR DE REPARACAO, percebendo rendimentos de R\$ 1.636,81 em 01.12.2014 CLIENTE INVESTIDOR - INVESTIDOR, percebendo rendimentos de R\$ 513,66 em 01.12.2022 residente na cidade de GOIANIA/GO. INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Segundo apurado, analisado teria atividade ligada a eventos. Não identificamos participação societária em empresa ativa. Em pesquisas externas, constava como titular SILVANO LUIS PROSSIDONE - CNPJ 22426330000186 (SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS) baixada por EXTINCAO P/ ENC LIQ VOLUNTARIA desde 04/2019. Mantém poupança com resgate automático. Movimentação financeira caracteriza-se por transações envolvendo pessoas físicas e jurídicas atuantes em áreas diversas, parte dela correlacionadas com a atividade de sua empresa baixada. Suspeita-se de utilização da conta pessoal para trânsito de recursos de atividade informal, podendo constituir tentativa de burla fiscal. Não identificamos fundamentos legais ou econômicos que justifiquem as movimentações observadas, que se apresenta muito acima da renda cadastrada. Por este motivo, propõe-se a comunicação ao COAF.

Ocorrências:
IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

14	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Titular	16.663.279,00	16.609.427,00
14	NAYARA RAISSA DE SOARES DE BARROS	Sócio		
14	ZELIA DO CARMO SOARES	Sócio		
14	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SAO	Remetente		
14	Universo das Tendas Ltda	Remetente		
14	FUNDACAO DE APOIO A PESQUISA	Remetente		
14	ASSOCIACAO JARDINS FLORENCA	Remetente		
14	CONSTRUTORA JMJ LTDA	Remetente		
14	BLOCOS TROPICAL LTDA - ME	Remetente		
14	WESLEY MATTOS DE QUEIROZ	Remetente		
14	SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI	Remetente		



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

14	COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA - CEARA	Remetente
14	MAURICIO ALEXANDRINO DA SILVA	Remetente
14	TRANSRIO TRANSPORTES E LOGISTICA	Remetente
14	CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS P	Remetente
14	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Remetente
14	INST.FED.DO TOCANTINS CAMPUS C	Remetente
14	SOMAR REPRESENTACAO E COMERCIO LTDA	Remetente
14	ESCOBAR ADVOGADOS S S	Remetente
14	MRM CONSTRUTORA LTDA	Remetente
14	MIGUEL & BERNARDES TRANSPORTES LTDA - ME	Remetente
14	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA	Remetente
14	ESPIRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZEND	Remetente
14	ASSOCIACAO CASA DE MARIA	Remetente
14	THAIS SOARES LACERDA	Remetente
14	IMPERIO X INDUSTRIA E COMERCIO E ROUPAS LTDA	Remetente
14	UFES - COORDENACAO DE ADM. SUL ESPIRITO	Remetente
14	TRANSPORTADORA SOUSA LTDA	Remetente
14	FLORIDA HOLDING PATRIMONIAL LTDA	Remetente
14	MARCELA JUNQUEIRA BRUNELLI	Remetente
14	JORGE COSTITE LUIZ	Remetente
14	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI	Remetente
14	OSMAN DE FREITAS DUTRA	Remetente
14	EUMAR MARIA FREITAS OLIVEIRA	Remetente
14	FRANCISCO WELINTON RODRIGUES	Remetente
14	SUEDNON FRANCO DE OLIVEIRA	Remetente
14	IZABELLA CORREIA MIRANDA	Remetente
14	PABLO NUNES RIBEIRO AMORIM	Remetente
14	ADELINO SOARES DOS SANTOS	Remetente
14	Fabiana Aparecida Borges	Remetente
14	ILDA ROCHA DA SILVA	Remetente
14	PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LUIZ GONZAGA	Remetente
14	EDGAR MAMEDES	Remetente
14	LUIS MARCOS DOS REIS	Outros
14	VANDERLEI CARDOSO DE BARROS	Outros
14	JAIR ARAUJO BATISTA JUNIOR	Beneficiário
14	HELOIZA BATISTA MOISES VIEIRA	Beneficiário
14	GUSTAVO LUCINDO DE SOUSA	Beneficiário
14	EUZENI OLIVEIRA MELO	Beneficiário
14	MADALENA SALETE OZEKOSKI OGLIARI	Beneficiário
14	FRANCIELE BARBOSA DE SOUZA	Beneficiário
14	THIAGO ALVES VELOSO	Beneficiário
14	MARCELO LOURENCO SOUSA	Beneficiário
14	ELMO DINIZ SILVA	Beneficiário
14	ERIVAN LENIAR	Beneficiário
14	RL DANTAS EMPRESARIAL LTDA - ME	Beneficiário
14	BARROS PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI	Beneficiário
14	DECIO JOSE RAUBER	Beneficiário
14	ORTALINO LEMOS MARIA	Beneficiário
14	RATO COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	Beneficiário
14	RAIMUNDO WLYSSES COELHO DE SOUSA	Beneficiário
14	JARCILEIDE COELHO DE SOUSA ALVES	Beneficiário
14	NILSON JOSE MEDEIROS	Beneficiário
14	ZELIA DO CARMO SOARES	Beneficiário
14	Jader Antonio de Moura	Beneficiário
14	PATRICIA MIRANDA DE OLIVEIRA	Beneficiário
14	LUIS MARCOS DOS REIS	Beneficiário
14	CYNTHIA LÚCIA PERFEITO	Beneficiário
14	ERNANE LUCIO PERFEITO	Beneficiário
14	PATRICIA DIVINA DE OLIVEIRA	Beneficiário
14	GABRIEL PARREIRO SILVA	Beneficiário
14	ARTHUR QUEIROZ DO CARMO FERRO	Beneficiário
14	CIRO ANTONIO MARTINS NETO	Beneficiário



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

14	DINAR ANTONIO DE SOUSA	Beneficiário
14	DEVALCI RIBEIRO VALADARES	Beneficiário
14	JOSÉ ANTONIO CORREA SCANDIUZZI FERREIRA	Beneficiário
14	ROBSON BORGES DE SOUZA	Beneficiário
14	ELAINE G D NASCIMENTO	Beneficiário
14	MARCIO CABRAL	Beneficiário
14	MARIA APARECIDA FIGUEIREDO CAMELO	Beneficiário
14	PEDRO HENRIQUE FERRO	Beneficiário

INFORMACAO DE KYC: CEDRO DO LIBANO COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS PARA CNPJ 104580670001-28 Cliente desde: 13/03/2015 Empresa fundada em 07/11/2008 Atua no ramo de comércio varejista de madeira e artefatos Faturamento médio mensal de R\$ 248.649,75 Capital Social: R\$ 15.000,00 Optante pelo Simples Nacional Localizada à avenida Goiás 8145 Q 2 Lote 1, 25 - Goiânia, GO - CEP 74594006 <https://encurtador.com.br/xTUX0> Verificamos que empresa é constituída por: - ZELIA DO CARMO SOARES DE BARROS CPF: 484975331-00 - 95% - NAYARA RAISSA SOARES DE BARROS CPF: 022790111-82 - 05% Em que pese o quadro societário ser constituído pelas empresárias Nayara Raissa Soares de Barros e Zélia do Carmo Soares de Barros, esposa de VANDERLEI CARDOSO DE BARROS CPF 901119667-87, É ele quem administra de fato a empresa. PONTO DE ATENÇÃO: Em consulta aos meios disponíveis de pesquisas, localizamos mídia, onde relate que a empresa em questão possuía contratos públicos com a Codevasf, durante o governo de Jair Bolsonaro (PF) atua com materiais de construção. Ressalta a mídia que empresa esta sendo investigada pela Polícia Federal (PF) suspeita de participar de um esquema de pagamento em dinheiro vivo, proveniente de recursos públicos, para as despesas da ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro. O comércio chegou a depositar R\$ 25.360 na conta do tenente-coronel Mauro Cid - auxiliar do ex-presidente que foi preso no dia 03 de maio acusado de participar de uma organização criminosa que falsificava cartões de vacinação contra a Covid-19. Segundo a PF, Michelle utilizava um cartão de crédito vinculado à conta de Rosimary Cardoso, que era parlamentar no Senado - além de ter recebido depósitos em dinheiro vivo na conta da amiga para o pagamento de gastos. Em conversas interceptadas pela corporação entre o ex-ajudante e duas assessoras da ex-primeira dama, é revelado que o esquema ocorria em uma espécie de "dinâmica sobre o depósitos em dinheiro para as contas de terceiros", com a orientação de não deixar registros e "impossibilidades de transferências". Acrescentamos que, "Para os investigadores, o dinheiro saiu da conta da Cedro direto para a conta do sargento LUIS MARCOS DOS REIS CPF 561.041.891-72. Por sua vez, o militar sacava em caixa eletrônico e pagava para pessoas ligadas à então primeira-dama e para outros militares da Ajudância de Ordens da Presidência da República. Vanderlei Cardoso alegou que o advogado dele está tentando ter acesso ao processo e que, por enquanto, não tem conhecimento do "que estamos sendo acusado". Em relação à Codevasf, a Cedro teria participado de licitações em todo o Brasil "via leilão eletrônico" (quando quem dá o menor preço". "Só conseguimos até hoje realizar uma única venda para a Codevasf que foi tudo dentro da lei, com mercadoria entregue dentro do prazo estabelecido. Assim sendo, não procede o que os jornais estão dizendo", acentuou. <https://encurtador.com.br/amsyU> SUSPEIÇÃO: Chama atenção a aparente incompatibilidade entre o porte / estrutura, vis à vis o volume transacionado a crédito no período analisado, o que supostamente pode demonstrar que cliente esteja utilizando a conta para transacionar recursos provenientes de atividades não declaradas. Ademais, em análise a movimentação financeira, identificamos envio (02) de recursos (R\$ 8.330,00) via transferências interbancárias ao sargento LUIS MARCOS DOS REIS CPF 561.041.891-72, que segundo relatado na mídia, sacava recursos em caixa eletrônico e pagava para pessoas ligadas à então primeira-dama e para outros militares da Ajudância de Ordens da Presidência da República. ENQUADRAMENTO DOS RISCOS E SINAIS DE ALERTA: i - Aparente incompatibilidade entre o porte / estrutura, vis à vis o volume transacionado a crédito.

Ocorrências:

IV-a) movimentação de recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira do cliente. Banco Central do Brasil - Carta-Circular nº 4.001/2020, art. 1º

LUÍS MARCOS DOS REIS

A - Principais depositantes identificados (Período analisado: 01/02/2022 - 20/01/2023):

- 1. LUIS MARCOS DOS REIS - 561.041.891-72 (SEGUNDO-SARGENTO EXERCITO - MILITAR EM GERAL) - 8 lançamento(s) no total de: R\$83.534,02*
- 2. MARIA EUNICE DE PAIVA F NOVAIS - 645.929.441-00 (5- PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MEDIO) - 1 lançamento(s) no total de: R\$72.738,19*
- 3. BB CONSORCIOS GRUPOS - 06.043.050/0001-32 (ADMINISTRACAO DE CONSÓRCIOS PARA AQUISICAO DE BENS E DIREITOS | PEP Relacionado) - 1 lançamento(s) no total de: R\$59.029,44*
- 4. VANDERLEI CARDOSO DE BARROS - 901.119.667-87 (A - AUXILIAR DE*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

- ESCRITORIO E ASSEMELHADOS) - 3 lançamento(s) no total de: R\$31.160,00*
5. *MARIA AUXILIADORA AMARAL - 086.602.986-91 (APOSENTADA - SERVIDORA PUBLICA FEDERAL) - 17 lançamento(s) no total de: R\$27.428,67*
 6. *PEDRO NETO CHICOU DE ALENCAR - 802.963.781-00 (SOCIO - EMPRESARIO) - 8 lançamento(s) no total de: R\$24.305,00*
 7. *DEBORA GONCALVES DA SILVA - 898.785.901-00 (GERENTE DE OPERACOES - ANALISTA) - 4 lançamento(s) no total de: R\$19.830,00*
 8. *JOELMA GONCALVES DA SILVA FERREIRA - 069.554.926-08 (OPERADOR - VENDEDORA DE COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA) - 2 lançamento(s) no total de: R\$18.800,00*
 9. *CEDRO C M M P CONSTRUCAO - 10.458.067/0001-28 (COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS) - 5 lançamento(s) no total de: R\$18.140,00*
 10. *LUIZ A G OLIVEIRA - 463.903.401-68 (CABO ENGAJADO - MILITAR EM GERAL) - 3 lançamento(s) no total de: R\$11.015,00*
 11. *FARLEY VARIEDADES LTDA - 05.090.893/0001-27 (COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSÓRIOS) - 2 lançamento(s) no total de: R\$10.240,00*
 12. *LUCELIA CHICOU ALCANTARA DE ALENCAR - 560.934.031-49 (DO LAR) - 3 lançamento(s) no total de: R\$9.470,00*
 13. *AGMAR GASPAR DOS REIS - 391.645.511-72 (SEGUNDO SARGENTO - MILITAR EM GERAL) - 4 lançamento(s) no total de: R\$9.345,00*
 14. *LUIS MARCOS DOS REIS JUNIOR - 057.478.141-25 (GERENTE COMERCIAL - SUPERVISOR, INSPETOR E AGENTE DE COMPRAS) - 7 lançamento(s) no total de: R\$8.930,23*
 15. *ROZEMBERG P DE OLIVEIRA - 547.933.191-49 (SARGENTO - MILITAR EM GERAL) - 4 lançamento(s) no total de: R\$7.030,00*
 16. *GABRIEL FELIPE ALENCAR DOS REIS - 057.477.941-83 (ESTUDANTE) - 3 lançamento(s) no total de: R\$6.927,89*
 17. *FARLEY VINICIUS ALENCAR DE ALCANTARA - 036.545.681-06 (GERENTE ADMINISTRATIVO - ADMINISTRADOR) - 6 lançamento(s) no total de: R\$6.580,97*
 18. *REGINALDO RODRIGUES AREBALO - 830.358.001-97 - 1 lançamento(s) no total de: R\$5.350,00*
 19. *CELIA GOMES MARANHÃO ALENCAR - 873.488.451-34 (DO LAR) - 1 lançamento(s) no total de: R\$5.000,00*
 20. *CELIO CHICOU DE ALENCAR - 02.006.936/0001-55 (COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS) - 2 lançamento(s) no total de: R\$5.000,00*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

B - Principais depositantes identificados (Período analisado: 21/01/2023 - 08/05/2023):

1. *LUIS MARCOS DOS REIS - 561.041.891-72 (SEGUNDO-SARGENTO EXERCITO - MILITAR EM GERAL | COMUNICADO) - MIDIA - 4 lançamento(s) no total de: R\$37.951,19*
2. *MAURO CESAR BARBOSA CID - 927.781.860-34 (TENENTE-CORONEL EXERCITO - OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS E FORC | PEP Relacionado | COMUNICADO) - MIDIA - 1 lançamento(s) no total de: R\$11.740,00*
3. *ALEXANDRE JOSE A FERREIRA - 516.431.111-91 (TEC JUDICIARIO DIRETOR DE SECRETARIA - SERVIDOR PUBLICO FEDE) - 2 lançamento(s) no total de: R\$9.807,77*
4. *PEDRO NETO CHICOU DE ALENCAR - 802.963.781-00 (SOCIO - EMPRESARIO) - 2 lançamento(s) no total de: R\$5.250,00*
5. *LUIZ A G OLIVEIRA - 463.903.401-68 (CABO ENGAJADO - MILITAR EM GERAL | COMUNICADO) - 1 lançamento(s) no total de: R\$5.000,00*
6. *MARIA AUXILIADORA AMARAL - 086.602.986-91 (APOSENTADA - SERVIDORA PUBLICA FEDERAL) - 2 lançamento(s) no total de: R\$4.264,44*
7. *VANDIR PEREIRA CARD - 624.309.711-00 (CABO - MILITAR EM GERAL) - 2 lançamento(s) no total de: R\$2.690,00*
8. *GIOVANNA FELIX DA COSTA - 039.665.901-23 - 1 lançamento(s) no total de: R\$1.380,00*
9. *RAULINA BRAGA PASCHOAL - 382.934.801-06 (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - SERVIDORA PUBLICO ESTADUAL) - 1 lançamento(s) no total de: R\$1.380,00*
10. *KEVYN M OLIVEIRA COUTO - 047.971.381-22 (EMPRESARIO - EMPRESARIO) - 1 lançamento(s) no total de: R\$690,00*
11. *CARLITO SALES GOMES - 212.392.661-20 (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL) - 1 lançamento(s) no total de: R\$690,00*
12. *EDIR GONTIJO DE ANDRADE - 380.511.251-34 (CONFERENTE DE CONTAS PUBLICAS - SERVIDORA PUBLICO ESTADUAL) - 1 lançamento(s) no total de: R\$690,00*
13. *FREDERICO ANTONIO SEBBA - 556.957.011-04 (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL) - 1 lançamento(s) no total de: R\$690,00*
14. *LUCIANA PEREIRA COUTO - 565.238.151-53 (DATILOGRAFA - SERVIDORA PUBLICO ESTADUAL) - 1 lançamento(s) no total de: R\$690,00*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

15. *CREATIVE MARKETING LTDA - 36.758.929/0001-21 (MARKETING DIRETO) - 2 lançamento(s) no total de: R\$350,00*
16. *FELIPE GONCALVES FERREIRA - 050.035.081-74 - 1 lançamento(s) no total de: R\$300,00*
17. *LUIS MARCOS DOS REIS JUNIOR - 057.478.141-25 (GERENTE COMERCIAL - SUPERVISOR, INSPETOR E AGENTE DE COMPRAS) - 2 lançamento(s) no total de: R\$260,00*
18. *ANDREIA WALTRICK MUNIZ - 019.700.959-03 (COMERCIARIA) - 1 lançamento(s) no total de: R\$250,00*
19. *VITOR LUCAS ALENCAR DOS REIS - 066.800.351-04 (ESTUDANTE - ESTUDANTE) - 2 lançamento(s) no total de: R\$209,64*
20. *DANIEL DE OLIVEIRA CHAGAS - 097.922.907-37 (SEGUNDO-SARGENTO AERONAUTICA - SERVIDOR PUBLICO FEDERAL) - 1 lançamento(s) no total de: R\$95,00*

C - Principais beneficiários identificados (Período analisado: 01/02/2022 - 20/01/2023):

1. *LUIS MARCOS DOS REIS - 561.041.891-72 (SEGUNDO-SARGENTO EXERCITO - MILITAR EM GERAL) - 13 lançamento(s) no total de: R\$677.000,00*
2. *MAURO CESAR BARBOSA CID - 927.781.860-34 (TENENTE-CORONEL EXERCITO - OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS E FORC | PEP Relacionado | COMUNICADO) - 4 lançamento(s) no total de: R\$72.910,00*
3. *ANTONIO MARCOS BERNARDES NETO - 491.054.266-34 (A - ADMINISTRADOR) - 4 lançamento(s) no total de: R\$70.587,66*
4. *PEDRO NETO CHICOU DE ALENCAR - 802.963.781-00 (SOCIO - EMPRESARIO) - 11 lançamento(s) no total de: R\$33.940,00*
5. *VANDERLEI CARDOSO DE BARROS - 901.119.667-87 (A - AUXILIAR DE ESCRITORIO E ASSEMBLHADOS) - 3 lançamento(s) no total de: R\$24.980,00*
6. *ROZEMBERG P DE OLIVEIRA - 547.933.191-49 (SARGENTO - MILITAR EM GERAL) - 6 lançamento(s) no total de: R\$22.265,00*
7. *GABRIEL FELIPE ALENCAR DOS REIS - 057.477.941-83 (ESTUDANTE) - 7 lançamento(s) no total de: R\$21.010,00*
8. *DEBORA GONCALVES DA SILVA - 898.785.901-00 (GERENTE DE OPERACOES - ANALISTA) - 3 lançamento(s) no total de: R\$17.020,00*
9. *VANDIR PEREIRA CARD - 624.309.711-00 (CABO - MILITAR EM GERAL) - 5 lançamento(s) no total de: R\$16.710,00*
10. *AGMAR GASPAR DOS REIS - 391.645.511-72 (SEGUNDO SARGENTO - MILITAR*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

EM GERAL) - 3 lançamento(s) no total de: R\$16.400,00

11. LUIZ A G OLIVEIRA - 463.903.401-68 (CABO ENGAJADO - MILITAR EM GERAL) - 2 lançamento(s) no total de: R\$11.230,00
12. ADRIANO ALVES TEPPER - 008.780.997-43 (SEGUNDO-TENENTE EXERCITO - MILITAR EM GERAL | COMUNICADO) - 2 lançamento(s) no total de: R\$10.340,00
13. LUCELIA CHICOU ALCANTARA DE ALENCAR - 560.934.031-49 (DO LAR) - 4 lançamento(s) no total de: R\$7.802,00
14. ROBSON DOS SANTOS SOUZA - 585.463.082-68 (REPRESENTANTE COMERCIAL) - 1 lançamento(s) no total de: R\$5.790,00
15. CELIA GOMES MARANHÃO ALENCAR - 873.488.451-34 (DO LAR) - 2 lançamento(s) no total de: R\$5.100,00
16. CELIO CHICOU DE ALENCAR - 02.006.936/0001-55 (COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS) - 4 lançamento(s) no total de: R\$5.000,00
17. OKTO PAGAMENTOS S.A. - 44.783.669/0001-72 (OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE) - 3 lançamento(s) no total de: R\$4.300,00
18. CONDOMINIO DO BLOCO H 905 - 03.086.842/0001-04 (CONDOMINIOS PREDIAIS) - 7 lançamento(s) no total de: R\$2.970,00
19. MURILO MARCOS DOS REIS - 031.649.461-55 - 3 lançamento(s) no total de: R\$2.823,00
20. FARLEY VINICIUS ALENCAR DE ALCANTARA - 036.545.681-06 (GERENTE ADMINISTRATIVO - ADMINISTRADOR) - 1 lançamento(s) no total de: R\$2.500,00

D - Principais beneficiários identificados (Período analisado: 21/01/2023 - 08/05/2023):

1. LUIS MARCOS DOS REIS - 561.041.891-72 (SEGUNDO-SARGENTO EXERCITO - MILITAR EM GERAL | COMUNICADO) - MIDIA - 1 lançamento(s) no total de: R\$58.000,00
2. CLAUDIO LUIZ MARTINS COELHO - 364.951.581-49 (AGENTE ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PUBLICO FEDERAL) - 3 lançamento(s) no total de: R\$5.252,00
3. LUIZ A G OLIVEIRA - 463.903.401-68 (CABO ENGAJADO - MILITAR EM GERAL | COMUNICADO) - 1 lançamento(s) no total de: R\$5.050,00
4. GABRIEL FELIPE ALENCAR DOS REIS - 057.477.941-83 (ESTUDANTE) - 2 lançamento(s) no total de: R\$5.030,00
5. PEDRO NETO CHICOU DE ALENCAR - 802.963.781-00 (SOCIO - EMPRESARIO) - 3 lançamento(s) no total de: R\$5.000,00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

6. JULIANA CAPPARELLA CORTOPASSI RUIZ GARCIA - 224.195.088-23 (A - PROFESSORA DE ENSINO SUPERIOR) - 2 lançamento(s) no total de: R\$4.725,00
7. VANDIR PEREIRA CARD - 624.309.711-00 (CABO - MILITAR EM GERAL) - 1 lançamento(s) no total de: R\$2.000,00
8. NUVEI DO BRASIL LTDA - 13.492.000/0001-06 (OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE) - 5 lançamento(s) no total de: R\$1.294,00
9. SOLIMAR LUIZ DA SILVA - 941.524.201-97 (A - PROGRAMADOR DE SISTEMA) - 1 lançamento(s) no total de: R\$1.060,00
10. CLEBERSON SOARES DA SILVA - 758.890.561-15 (ANALISTA DE OPERACOES - ANALISTA) - 1 lançamento(s) no total de: R\$1.040,00
11. SEBASTIAO GONCALVES DA SILVA - 380.260.231-53 (MOTORISTA - MOTORISTA) - 1 lançamento(s) no total de: R\$1.020,00
12. ALEXANDRE JOSE A FERREIRA - 516.431.111-91 (TEC JUDICIARIO DIRETOR DE SECRETARIA - SERVIDOR PUBLICO FEDE) - 1 lançamento(s) no total de: R\$879,00
13. KEVYN M OLIVEIRA COUTO - 047.971.381-22 (EMPRESARIO - EMPRESARIO) - 1 lançamento(s) no total de: R\$700,00
14. CARLITO SALES GOMES - 212.392.661-20 (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL) - 1 lançamento(s) no total de: R\$680,00
15. ANTONIO CELIO ALVES DOS SANTOS - 052.739.441-63 (A - INDUSTRIARIO) - 1 lançamento(s) no total de: R\$500,00
16. LUIS MARCOS DOS REIS JUNIOR - 057.478.141-25 (GERENTE COMERCIAL - SUPERVISOR, INSPETOR E AGENTE DE COMPRAS) - 6 lançamento(s) no total de: R\$480,00
17. CRISTINA A MIRANDA - 526.913.491-87 (LOCADOR - RENTISTA OU LOCADORA) - 2 lançamento(s) no total de: R\$470,00
18. TANIA MARIA DE JESUS SILVA - 412.329.501-06 (EMPRESARIO) - 2 lançamento(s) no total de: R\$460,00
19. CARLOS AUGUSTO SILVA SOUSA - 182.184.071-20 (A - AGENTE ADMINISTRATIVO) - 1 lançamento(s) no total de: R\$450,00
20. PAGSMILE INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO DE NEGOCIOS LTDA - 23.010.551/0001-31 (ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGÓCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIARIOS | COMUNICADO) - 4 lançamento(s) no total de: R\$360,00



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

TENTATIVA DE ALIENAÇÃO DE JOIAS

DISPOSITIVOS LEGAIS ESPECÍFICOS

LEI Nº 8.394, DE 1991

Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os acervos documentais privados de presidentes da República e o acesso à sua consulta e pesquisa passam a ser protegidos e organizados nos termos desta lei.

Parágrafo único. A participação de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, detentoras de acervo presidencial, nos benefícios e obrigações decorrentes desta lei, será voluntária e realizada mediante prévio acordo formal.

Art. 2º Os documentos que constituem o acervo presidencial privado são na sua origem, de propriedade do Presidente da República, inclusive para fins de herança, doação ou venda.

Art. 3º Os acervos documentais privados dos presidentes da República integram o patrimônio cultural brasileiro e são declarados de interesse público para os fins de aplicação do § 1º do art. 216 da Constituição Federal, e são sujeitos às seguintes restrições:

I - em caso de venda, a União terá direito de preferência; e

II - não poderão ser alienados para o exterior sem manifestação expressa da União.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DOS ACERVOS DOCUMENTAIS PRIVADOS DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA

Art. 4º Os acervos documentais privados dos presidentes da República ficam organizados sob a forma de sistema que compreende o conjunto de medidas e



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

providências a serem levadas a efeito por entidades públicas e privadas, coordenadas entre si, para a preservação, conservação e acesso aos acervos documentais privados dos presidentes da República, mediante expresse consentimento deles ou de seus sucessores.

Parágrafo único. O sistema atuará de forma integrada aos sistemas nacionais de arquivos, bibliotecas e museus.

Art. 5º O sistema dos acervos documentais privados dos presidentes da República terá participação do Arquivo Nacional, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), Museu da República, Biblioteca Nacional, Secretaria de Documentação Histórica do Presidente da República e, mediante acordo, de outras entidades públicas e pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que detenham ou tratem de acervos documentais presidenciais.

Art. 6º O sistema de acervos documentais privados dos presidentes da República, através de seus participantes, terá como objetivo:

I - preservar a memória presidencial como um todo num conjunto integrado, compreendendo os acervos privados arquivísticos, bibliográficos e museológicos;

II - coordenar, no que diz respeito às tarefas de preservação, conservação, organização e acesso aos acervos presidenciais privados, as ações dos órgãos públicos de documentação e articulá-los com entidades privadas que detenham ou tratem de tais acervos;

III - manter referencial único de informação, capaz de fornecer ao cidadão, de maneira uniforme e sistemática, a possibilidade de localizar, de ter acesso e de utilizar os documentos, onde quer que estejam guardados, seja em entidades públicas, em instituições privadas ou com particulares, tanto na capital federal como na região de origem do Presidente ou nas demais regiões do País.

IV - propor metodologia, técnicas e tecnologias para identificação, referência, preservação, conservação, organização e difusão da documentação presidencial privada; e

V - conceituar e compatibilizar as informações referentes à documentação dos acervos privados presidenciais aos documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos de caráter público.

Parágrafo único. O acesso a documentos sigilosos fica sujeito aos dispositivos legais que regulam a segurança do Estado.

Art. 7º O sistema de acervos documentais privados dos presidentes da República será coordenado pela Comissão Memória dos Presidentes da República, que atuará em caráter permanente junto ao Gabinete Pessoal do Presidente da República.

§ 1º A comissão será composta pelos titulares do Arquivo Nacional, Instituto



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), Museu da República, Biblioteca Nacional, Secretaria de Documentação Histórica do Presidente da República, Departamento de Documentação da Secretaria-Geral da Presidência da República, como membros natos, por titulares de outras entidades integrantes do sistema, e por personalidades de notório saber e experiência em arquivologia, biblioteconomia e documentação em geral, designados por decreto do Presidente da República.

§ 2º Além dos membros designados pelo Presidente da República, participarão das reuniões da comissão, com direito a voz mas não a voto, os titulares de entidades ou detentores de acervos admitidos formalmente ao sistema.

§ 3º A comissão terá por Secretário-Executivo o titular da Secretaria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

§ 4º A comissão poderá delegar poderes a subcomissões, que atuarão junto ao Secretário-Executivo.

§ 5º A organização e o funcionamento da comissão serão regulados através de seu regimento interno.

§ 6º A participação na Comissão Memória dos Presidentes da República será considerada de natureza relevante e não remunerada.

§ 7º A Secretaria-Geral da Presidência da República e o Gabinete Militar da Presidência da República prestarão apoio administrativo à comissão.

§ 8º As despesas relativas a transporte e a hospedagem dos membros da comissão serão efetuadas na forma do disposto no art. 17 desta lei.

Art. 8º Compete à Comissão Memória dos Presidentes da República:

I - estabelecer política de proteção aos acervos presidenciais privados;

II - assessorar o Presidente da República nos assuntos referentes à sua documentação;

III - opinar sobre os projetos suscitados por mantenedores de acervos para fins de concessão de apoio técnico, humano ou financeiro;

IV - opinar sobre a celebração de convênios entre mantenedores de acervos e entidades públicas, e fiscalizar sua execução;

V - apoiar, com recursos técnicos e financeiros a preservação, conservação, organização e difusão dos acervos;

VI - definir as normas básicas de conservação, organização e acesso necessárias à garantia da preservação dos documentos e suas informações;

VII - assegurar a manutenção do inventário geral e registro dos acervos privados presidenciais, bem como suas condições de conservação, organização



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

e acesso;

VIII - estimular os proprietários de acervos privados a ampliar a divulgação de tais acervos e o acesso a eles;

IX - manifestar se nos casos de alienação de acervos presidenciais privados, em conformidade com o art. 3º desta lei;

X - fomentar a pesquisa e a consulta a acervos, e recomendar providências para sua garantia; e

XI - estimular a iniciativa privada a colaborar com os mantenedores de acervos, para a preservação, divulgação e acesso público.

Art. 9º Os órgãos participantes do sistema de acervos documentais dos presidentes da República atuarão de forma articulada, cabendo, especialmente:

I - ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, apoiar os projetos ou programas específicos de interesse do sistema, fornecendo os meios técnicos, financeiros e administrativos a instituições de documentação ou a detentores de acervos presidenciais privados;

II - ao Arquivo Nacional, a orientação técnica relativa ao acervo arquivístico, a organização de centro de referência de acervos presidenciais que reúna e coloque à disposição dos interessados informações sobre documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, de natureza pública ou privada, dos presidentes da República, e a manutenção de setor de arquivos presidenciais apto a receber doações de documentos dessa natureza;

III - ao Museu da República e outros setores do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, a orientação técnica relativa ao acervo museológico;

IV - à Biblioteca Nacional, a orientação técnica relativa ao acervo bibliográfico;

V - à Secretaria de Documentação Histórica do Presidente da República, organizar, durante cada mandato presidencial, o acervo privado do Presidente, adequando-o ao estabelecido nesta lei; e

VI - à Fundação Casa de Rui Barbosa, à Fundação Joaquim Nabuco, aos serviços de documentação do Ministério da Marinha, do Ministério da Aeronáutica e do Ministério do Exército, ao Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores, às demais entidades públicas de documentação e, mediante acordo, às pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ligadas à documentação, tais como o Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Associação dos Arquivistas Brasileiros, as atividades complementares.

CAPÍTULO III



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

DA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL PRIVADO DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Art. 10. O acervo documental do cidadão eleito Presidente da República será considerado presidencial a partir de sua diplomação, mas o acesso a ele somente se fará mediante expressa autorização de seu titular.

Art. 11. Com o objetivo de organizar o acervo documental privado do Presidente da República em Exercício, fica criada, como órgão integrante do Gabinete Pessoal do Presidente da República, a Secretaria de Documentação Histórica, a qual compete:

I - coordenar e gerir a formação do acervo privado do Presidente da República, a partir do levantamento, preservação, conservação e organização dos documentos e informações complementares;

II - registrar cronologicamente as atividades do Presidente da República e os fatos decorrentes do exercício do mandato presidencial; e

III - realizar trabalhos de pesquisa histórica e documental relativos ao acervo, ao presidente e à sua época.

Art. 12. A Secretaria de Documentação Histórica será dirigida por um Secretário, que exercerá a coordenação dos assuntos, ações e medidas referentes ao acervo documental privado do Presidente da República.

Parágrafo único. As atividades de apoio técnico e administrativo da Secretaria de Documentação Histórica serão desempenhadas por técnicos, requisitados, de acordo com a legislação relativa à Presidência da República, do Arquivo Nacional, do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, da Biblioteca Nacional e de outros órgãos federais de documentação.

Art. 13. Ao final do mandato presidencial, os documentos tratados pela Secretaria de Documentação Histórica do Presidente da República serão entregues ao titular.

Parágrafo único. Os documentos privados não recolhidos pelo Presidente da República ao final do mandato terão destinação definida pela Comissão Memória dos Presidentes da República.

CAPÍTULO IV

DOS MANTENEDORES DOS ACERVOS DOCUMENTAIS PRIVADOS DE PRESIDENTES DA REPÚBLICA

Art. 14. As entidades públicas ou privadas, ou as pessoas físicas mantenedoras de acervos documentais presidenciais privados, poderão solicitar dos órgãos públicos orientação ou assistência para a sua organização, manutenção e preservação e pleitear apoio técnico e financeiro do poder público para projetos de fins educativos, científicos ou culturais.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Art. 15. O apoio referido no artigo anterior ficará condicionado a que:

I - os detentores dos acervos adiram à Política de acervos documentais presidenciais privados formulada pela Comissão dos Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República e cumpram sua orientação técnica, visando ao atendimento à coletividade;

II - os projetos tenham finalidade educacional, científica ou cultural;

III - os acervos sejam acessíveis à consulta pública e à pesquisa, com exceção das restrições previstas em lei.

§ 1º Fica assegurada a consulta ou pesquisa, para fins de estudo ou trabalho, de caráter técnico ou acadêmico, mediante solicitação fundamentada.

§ 2º O pesquisador ficará estritamente sujeito às normas de acesso e às recomendações de uso estabelecidas pelo proprietário ou gestor.

§ 3º Será estritamente cumprida a classificação de sigilo de documentos imposta pelo titular, quando do exercício do cargo.

§ 4º Os documentos só poderão sofrer restrições adicionais de acesso, por parte do mantenedor, pelo prazo de até trinta anos da data de sua publicação ou, no caso de revelação constrangedora à honra ou à intimidade, pelo prazo de até cem anos da data de nascimento da pessoa mencionada.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Ocorrendo com entidade privada mantenedora de acervo presidencial privado a extinção prevista no art. 22 do Código Civil, os documentos que o compõem serão transferidos para a guarda da União.

Art. 17. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Presidência da República e dos órgãos e entidades participantes do sistema de acervos documentais privados dos presidentes da República.

[..]

DECRETO 4344, DE 2022

Regulamenta a Lei no 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei no 8.394, de 30 de dezembro de 1991,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

DECRETA:

Art. 1o Este Decreto dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República.

Art. 2o O acervo documental privado do cidadão eleito presidente da República é considerado presidencial a partir de sua diplomação, independentemente de o documento ter sido produzido ou acumulado antes, durante ou depois do mandato presidencial.

Art. 3o Os acervos documentais privados dos presidentes da República são os conjuntos de documentos, em qualquer suporte, de natureza arquivística, bibliográfica e museológica, produzidos sob as formas textual (manuscrita, datilografada ou impressa), eletromagnética, fotográfica, filmográfica, videográfica, cartográfica, sonora, iconográfica, de livros e periódicos, de obras de arte e de objetos tridimensionais.

Parágrafo único. Os acervos de que trata o caput não compreendem:

I - os documentos de natureza arquivística produzidos e recebidos pelos presidentes da República, no exercício dos seus mandatos, com fundamento no inciso II do art. 15 do Decreto no 4.073, de 3 de janeiro de 2002; e

II - os documentos bibliográficos e museológicos recebidos em cerimônias de troca de presentes, nas audiências com chefes de Estado e de Governo por ocasião das "Visitas Oficiais" ou "Viagens de Estado" do presidente da República ao exterior, ou quando das "Visitas Oficiais" ou "Viagens de Estado" de chefes de Estado e de Governo estrangeiros ao Brasil.

Art. 4o Os acervos a que se refere o art. 3o ficam organizados sob a forma do Sistema de Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República, que compreende o conjunto de medidas e providências a serem levadas a efeito por entidades públicas e privadas, coordenadas entre si, para a preservação, conservação e acesso àqueles acervos, mediante expresso consentimento dos presidentes da República ou de seus sucessores.

Art. 5o O Sistema de Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República, coordenado pela Comissão Memória dos Presidentes da República, atuará de forma integrada aos Sistemas Nacionais de Arquivos, Bibliotecas e Museus, e terá como objetivos:

I - preservar a memória presidencial como um todo num conjunto integrado, compreendendo os acervos privados arquivísticos, bibliográficos e museológicos;

II - coordenar, no que diz respeito às tarefas de preservação, conservação, organização e acesso aos acervos presidenciais privados, as ações dos órgãos públicos de documentação e fazer a articulação destes com entidades privadas que detenham ou tratem de tais acervos;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

III - manter referencial único de informação, capaz de fornecer ao cidadão, de maneira uniforme e sistemática, a possibilidade de localizar e ter acesso aos documentos, onde quer que estejam guardados, seja em entidades públicas, em instituições privadas ou com particulares, tanto na capital federal como na região de origem do presidente ou nas demais regiões do País;

IV - propor metodologia, técnicas e tecnologias para identificação, referência, preservação, conservação, organização e difusão da documentação presidencial privada; e

V - compatibilizar as informações referentes à documentação dos acervos privados presidenciais com as dos documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos de caráter público.

Art. 6o A adesão ao Sistema de Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República far-se-á por meio de termo específico, do qual constará que:

I - os acervos documentais privados dos presidentes da República integram o patrimônio cultural brasileiro e são declarados de interesse público para os fins de aplicação do § 1o do art. 216 da Constituição, conforme o art. 3o da Lei no 8.394, de 1991;

II - em caso de venda do acervo, a União tem direito de preferência, observado o disposto no art. 10;

III - sem prejuízo do disposto no inciso II, os acervos não podem ser alienados para o exterior sem manifestação expressa da União, por meio da Comissão Memória dos Presidentes da República; e

IV - o titular do acervo tem a obrigação de:

a) preservá-lo e conservá-lo de acordo com a orientação técnica da Comissão Memória dos Presidentes da República, autorizando o acesso a eles, observadas as restrições previstas em lei; e

b) comunicar ao Departamento de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República a transferência do local de guarda do acervo, dentro do território nacional.

Art. 7o As entidades, públicas ou privadas, ou as pessoas físicas mantenedoras de acervos documentais privados dos presidentes da República poderão solicitar aos órgãos públicos orientação ou assistência para a sua organização, manutenção e preservação, e pleitear apoio técnico e financeiro do poder público para projetos de fins educativos, científicos ou culturais.

§ 1o O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN apoiará financeiramente, com recursos previstos na lei orçamentária, a consecução de projetos técnicos de interesse do Sistema de Acervos Documentais Privados dos Presidentes da República aprovados pela



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Comissão Memória dos Presidentes da República.

§ 2o O apoio referido no caput ficará condicionado a que:

I - os detentores dos acervos adiram à política de acervos documentais privados dos presidentes da República formulada pela Comissão Memória dos Presidentes da República e cumpram sua orientação técnica, visando ao atendimento à coletividade; e

II - os acervos sejam acessíveis à consulta pública e à pesquisa, com exceção das restrições previstas em lei.

Art. 8o A Comissão Memória dos Presidentes da República, por meio de representantes especialmente designados pelo Arquivo Nacional, pelo IPHAN, pelo Museu da República e pela Fundação Biblioteca Nacional, realizará, anualmente, visitas técnicas para avaliação e destinação do acervo documental privado do presidente da República em exercício.

§ 1o As visitas serão organizadas pelo titular do Departamento de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

§ 2o O relatório conclusivo da visita técnica será apresentado ao Departamento de Documentação Histórica, separadamente, de acordo com a natureza do acervo avaliado.

Art. 9o Para efeito de registro e inventário geral dos acervos documentais privados dos presidentes da República, os documentos recebidos em viagens, encontros e audiências do presidente da República pela Ajudância de Ordens serão encaminhados ao Departamento de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República acompanhados de dados de identificação, conforme formulário padrão estabelecido por esse Departamento, devidamente preenchido, datado e assinado pelo representante do órgão, ou pessoa física remetente.

Art. 10. A venda de acervos documentais privados dos presidentes da República deverá ser precedida de comunicação por escrito à Comissão Memória dos Presidentes da República, que se manifestará, no prazo máximo de sessenta dias, sobre o interesse da União na aquisição desses acervos.

Art. 11. Compete à Comissão Memória dos Presidentes da República elaborar o seu regimento interno, que será submetido à aprovação do Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

ACÓRDÃO Nº 2255/2016 – TCU – PLENÁRIO

1. Processo nº TC 011.591/2016-1.

2. Grupo II – Classe de Assunto: Relatório de Auditoria.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: *Gilton Saback Maltez (116.995.821-49); Antonio Carlos Paiva Futuro (509.440.457-15); Ivani dos Santos (153.165.721-49); Lucia Helena de Godoy (184.315.181-20); Luiz Antonio Alves de Azevedo (748.362.268-72); Álvaro Henrique Baggio (404.791.530-00); Norberto Temoteo de Queiroz (291.131.805-68); Valdomiro Luís de Sousa (163.328.061-68); Gabriel Cadeño Vernaza (729.498.211-20); Renata Cristina Santos Câmara (033.104.996-18); Anaide Vilasboas de Andrade (407.951.877-34).*

4. Órgão/Entidade: *Presidência da República (vinculador).*

5. Relator: *Ministro Walton Alencar Rodrigues.*

6. Representante do Ministério Público: *não atuou.*

7. Unidade Técnica: *Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (Secex Admin).*

8. Representação legal: *não há*

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Relatório de Auditoria realizada na Presidência da República, em atendimento à Solicitação do Congresso Nacional, objeto do Requerimento nº 137/2016, aprovado pelo Senado Federal, com vistas à realização de auditoria patrimonial nos Palácios do Planalto e da Alvorada,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no artigo 250, incisos II, III, IV, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. com base no art. 276 do Regimento Interno do TCU, com vistas a resguardar o patrimônio público, adotar medida cautelar no sentido de que as pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, detentoras de acervos presidenciais privados, abstenham-se de vendê-los ou doá-los, até que esta Corte de Contas se manifeste quanto ao resultado das providências determinadas no subitem 9.2 deste acórdão;

9.2. determinar à Secretaria de Administração da Presidência da República e ao Gabinete Pessoal do Presidente da República que:

9.2.1 incorporem, com fulcro no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, ao patrimônio da União todos os documentos bibliográficos e museológicos recebidos pelos presidentes da República, nas denominadas cerimônias de troca de presentes, bem assim todos os presentes recebidos, nas audiências com chefes de Estado e de Governo, por ocasião das visitas oficiais ou viagens de estado ao exterior, ou das visitas oficiais ou viagens de estado de chefes de Estado e de Governo estrangeiros ao Brasil, excluídos apenas os



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

itens de natureza personalíssima ou de consumo direto pelo Presidente da República;

9.2.2 no prazo de 120 dias, identifiquem todos os atuais mantenedores e os mantenedores que já deixaram a função, bem como a respectiva localização, entre os 568 bens recebidos pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, incluídos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República-Infoap (doc. 47), bem como adotem as providências necessárias à incorporação ao acervo público daqueles cujas características atendem ao disposto no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, consoante o entendimento consignado no subitem 9.2.1;

9.2.3. no prazo de 120 dias, adotem todas as providências necessárias à imediata incorporação ao acervo público dos bens constantes da relação de 144 bens recebidos pela Presidente afastada Dilma Vanna Rousseff, incluídos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República-Infoap (doc. 59), que atendem ao disposto no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, consoante o entendimento consignado no subitem 9.2.1;

9.2.4. no prazo de 120 dias, identifiquem os atuais mantenedores e a respectiva localização, entre os demais bens inseridos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República-Infoap, após a publicação do Decreto 4.344/2002, bem como adotem todas as providências necessárias à incorporação ao acervo público daqueles cujas características atendem ao disposto no art. 3º, parágrafo único, inciso II, do Decreto 4.344/2002, consoante o entendimento consignado no subitem 9.2.1;

9.2.5. adotem as medidas necessárias ao cumprimento da medida cautelar exarada no subitem 9.1 deste acórdão, dando ciência da referida decisão aos mantenedores dos bens inseridos no Sistema de Gestão de Acervos Privados da Presidência da República - Infoap;

9.3. determinar ao DDH/PR que institua, imediatamente, o uso do formulário padrão, previsto no art. 9º do Decreto 4.344/2002, para recebimento dos documentos de viagens, encontros e audiências do presidente da República, com vistas ao registro e inventário geral dos acervos públicos e documentais privados dos presidentes da República;

9.4. determinar ao Gabinete Pessoal da Presidência da República, à Ajudância-de-Ordem, ao Cerimonial da Presidência da República e ao Cerimonial do MRE que imediatamente passem a utilizar o formulário a ser instituído em cumprimento ao art. 9º do Decreto 4.344/2002, por ocasião do envio dos “presentes” recebidos pelos presidentes da República ao DDH/PR;

9.5. recomendar à Casa Civil que promova estudos para aperfeiçoar a legislação que regulamenta os acervos documentais privados dos presidentes da República, para deixar assente os motivos e as excepcionais ocasiões em



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

que os documentos bibliográficos e museológicos, recebidos pelo Presidente da República, no exercício dessa função devem ser de sua propriedade, permanecendo todos os demais presentes – incluídas as obras de arte e os objetos tridimensionais – como bens públicos, sob a guarda da presidência da República;

9.6. determinar as audiências dos ex-Secretários de Administração da Presidência da República, Noberto Temoteo de Queiroz e Valdomiro Luís de Souza, para que, em relação aos processos relacionados no relatório de auditoria, transcrito no relatório, apresentem razões de justificativas acerca das seguintes ocorrências

9.6.1. não terem designado comissão de sindicância ou termo circunstanciado administrativo para a apuração dos fatos e responsabilidades pelos diversos extravios dos bens nas unidades da Presidência da República;

9.6.2. não terem identificado os responsáveis pelos danos causados, ante a comunicação sobre a existência de bens extraviados;

9.6.3. não terem assegurado a apuração tempestiva dos fatos e responsabilidades que deram causa aos extravios; contrariando os itens 8.12 da Norma Administrativa 18/98 e 10.2.1 da INSedap 205/88 c/c art. 11, inc. II, da Lei 8.429/92 e os princípios da eficiência (art. 37, caput, da CF/88) e da razoável duração do processo (art. 5,º LXXVIII, da CF/88);

9.7. determinar a audiência dos membros da Comissão Permanente de Cessão e Alienação de bens Móveis da AS/PR, designada pela Portaria-PR 27, de 12/3/2012 Gabriel Cadeño Vernaza, Renata Cristina Santos Câmara e Anaide Vilasboas de Andrade, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativas por terem classificado 1.029 bens não localizados no âmbito do Processo 00140.000057/2010-94, decorrentes da reversão de bens à Presidência da República em razão do fim da permissão de uso pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), como “irrecuperáveis”, determinando seu desfazimento por “abandono”, em vez de comunicar o desaparecimento para fins de apuração de responsabilidades, conforme estabelecido pelos arts. 3º, parágrafo único, c/c. 16, caput, do Decreto 99.658/90, itens 6.5, alínea “a”, c/c 6.5.1 da IN - Sedap 205/88, e itens 9.2 c/c 11.1, inc. IV, da Norma Administrativa - SA/PR 18/98;

9.8. autorizar a Secex Administração a adotar todas as medidas necessárias ao saneamento dos autos;

9.9. considerar atendida, nos termos do art. 17, inciso II da Resolução 215/2008, a Solicitação do Congresso Nacional, objeto do Requerimento 137/2016, aprovado pelo Senado Federal;

9.10. retirar a chancela de sigilo aposta aos documentos 46, 47, 59, 60, 62 e 65 dos presentes autos;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

9.11. *deferir, com base no art. 8º, inciso II, da Lei Complementar nº 75/1993, o pedido de cópia de inteiro teor destes autos, formulado pela Procuradoria da República no Paraná/Força Tarefa Lava Jato, por intermédio do Ofício 1484/2016-PRPR, nos autos do TC 024.330/2016-7;*

9.12. *deferir, nos termos do art. 62 da Resolução-TCU 259/2014, a solicitação de cópia integral dos autos, formulada pela Superintendência da Polícia Federal no Estado do Paraná;*

9.13. *encaminhar cópia do acórdão, e do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministro das Relações Exteriores, ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, ao Secretário-Geral de Administração da Presidência da República, ao Chefe de Gabinete Pessoal do Presidente da República e ao Chefe do Cerimonial da Presidência da República.*

10. *Ata nº 34/2016 – Plenário.*

11. *Data da Sessão: 31/8/2016 – Ordinária.*

12. *Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2255-34/16-P.*

13. *Especificação do quórum:*

13.1. *Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.*

13.2. *Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.*

13.3. *Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.*

PORTARIA Nº 59, DE 2018

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 59, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Política para a Gestão de Bens Históricos e Artísticos da Presidência da República e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, [...]

Art. 1º Esta Portaria define as diretrizes e estratégias para implantar a Política de Gestão de Bens Históricos e Artísticos - PGBHA, no âmbito da Presidência da República - PR e na Vice-Presidência da República - VPR, com a finalidade de:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

I - contribuir para o alcance dos propósitos institucionais e estratégicos da PR;

II - estabelecer princípios e critérios para a gestão desses bens;

III - fomentar o aprimoramento da atuação dos servidores e de suas competências;

IV - buscar ações que articulem e favoreçam a cooperação;

V - subsidiar o gerenciamento, a redução de riscos e a promoção dos controles internos; e

VI - instituir mecanismos de governança a fim de assegurar a aplicação dessa política e acompanhar e monitorar os resultados.

[...]

ANEXO

DOS CONCEITOS E DAS DEFINIÇÕES

[...]

IV - Bem de natureza personalíssima ou de consumo direto pelo recebedor: bens que, pela natureza, destinam-se ao uso próprio do recebedor, a exemplo das condecorações (grão colar, medalhas, troféus, prêmios, placas comemorativas), vestuários (camisa, calça, sapato, boné, chapéu, pijama, gravata), artigos de toalete (perfumes, maquiagem, cremes, diversos), roupas de casa (cama, mesa, banho), perecíveis (frutas secas, chás, bebidas alcoólicas, castanhas), artigos de escritório (canetas, cadernos, agendas, risque-rabisque, pastas), joias, semijoias e bijuterias;

[...]

PORTARIA Nº 124, DE 2021

PORTARIA SG/PR Nº 124, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a Política para a Gestão de Bens Históricos e Artísticos da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e no Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019, resolve:

CAPÍTULO I



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a Política para a Gestão de Bens Históricos e Artísticos da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República.

Parágrafo único. O disposto nesta Portaria aplica-se aos bens históricos e artísticos:

I - móveis pertencentes ao acervo da Presidência da República;

II - móveis cedidos de forma temporária à Presidência da República, ou pela Presidência da República a outros órgãos e entidades públicas ou privadas, em decorrência de acordos formais; e

III - integrados ao conjunto do patrimônio edificado tombado.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA PARA A GESTÃO DE BENS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS

Art. 2º As ações desenvolvidas no âmbito da Política para a Gestão de Bens Históricos e Artísticos devem ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada e sistemática, observado os seguintes princípios:

I - da preservação - orienta a proteção do patrimônio cultural para promover a preservação da sua memória e dos seus valores, assegurando o acesso e a transmissão às gerações futuras;

II - da reparação - todo dano sofrido pelos bens históricos e artísticos de que trata o parágrafo único do art. 1º deverá ser, sempre que possível, reparado ou objeto de indenização;

III - da oportunidade - refere-se ao processo de mensuração e apresentação do patrimônio para a produção de informações contábeis íntegras e tempestivas; e

IV - da transversalidade - orienta a articulação, o nivelamento conceitual e o envolvimento harmonizado de todas as áreas com competência para atuar na gestão de bens históricos e artísticos.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA PARA A GESTÃO DE BENS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS

Art. 3º A Política para a Gestão de Bens Históricos e Artísticos possui caráter estratégico e orientador, e tem por objetivo:

I - estabelecer princípios e critérios para a gestão dos bens históricos e artísticos;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

II - integrar as ações e atividades de preservação do patrimônio a que se refere esta Portaria;

III - fortalecer as ações de cooperação entre os órgãos e as entidades;

IV - orientar a atuação dos servidores públicos e dos colaboradores terceirizados da Presidência da República;

V - possibilitar o gerenciamento de riscos e a promoção de controles internos na gestão de bens históricos e artísticos; e

VI - instituir mecanismos de governança, a fim de assegurar sua aplicação e o monitoramento de seus objetivos e resultados.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES

Art. 4º A execução da Política para a Gestão de Bens Históricos e Artísticos deve considerar os aspectos relativos à memória, à identidade, à preservação, ao pluralismo, à acessibilidade, à função social, à cidadania, ao interesse público e à valoração dos bens históricos e artísticos do acervo patrimonial da Presidência da República.

Seção I

Da entrada de bens históricos e artísticos no Acervo Patrimonial da Presidência da República

Art. 5º A entrada de bens históricos e artísticos para o Acervo Patrimonial da Presidência da República, em caráter definitivo ou temporário, requer a classificação quanto ao valor histórico e artístico, e a manifestação prévia de conveniência e de oportunidade da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Secretaria Especial de Administração.

Art. 6º Os bens museológicos recebidos em cerimônias protocolares de troca de presentes, de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4.344, de 26 de agosto de 2002, serão catalogados pelo órgão receptor e encaminhados à Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Secretaria Especial de Administração para incorporação patrimonial, nos termos da legislação.

Seção II

Da movimentação de bens históricos ou artísticos

Art. 7º A movimentação de bens históricos e artísticos entre áreas administrativas da Presidência da República deverá ser precedida de anuência da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Secretaria Especial de Administração.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Parágrafo único. A anuência de que trata o caput também se aplica à movimentação e ao transporte de bens históricos e artísticos entre Unidades externas à Presidência da República.

Seção III

Da preservação, da guarda, do zelo e do controle dos bens históricos e artísticos

Art. 8º A preservação dos bens históricos e artísticos, sob gestão e orientação técnica da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Secretaria Especial de Administração, deve se pautar nas seguintes diretrizes:

I - acesso às reservas técnicas, restrito à equipe técnica da Diretoria de Engenharia e Patrimônio;

II - processamento técnico de identificação, inventário, catalogação e pesquisa;

III - armazenamento e controle ambiental em reserva técnica dos bens que não estão em exposição nas Unidades Administrativas ou em áreas comuns;

IV - monitoramento e controle dos bens que estão em exposição nas unidades administrativas ou em áreas comuns do Palácio do Planalto, de seus anexos e das residências oficiais;

V - avaliação técnica periódica da disposição dos bens que estão em exposição em áreas comuns do Palácio do Planalto, de seus anexos e das residências oficiais; e

VI - seguro dos bens históricos e artísticos, quando necessário.

Art. 9º A responsabilidade pelo uso, guarda e conservação dos bens artísticos e históricos, compete:

I - à Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Secretaria Especial de Administração, quantos aos bem localizados nas reservas técnicas, nas áreas comuns do Palácio do Planalto e de seus anexos; e

II - aos agentes patrimoniais designados por portaria específica para gerir o patrimônio nas residências oficiais.

Art. 10. É dever dos servidores públicos, dos colaboradores terceirizados e dos visitantes que estejam nas dependências da Presidência da República assegurar a integridade dos bens históricos e artísticos expostos nas unidades administrativas ou em áreas comuns do Palácio do Planalto, de seus anexos e das residências oficiais.

Parágrafo único. Os servidores públicos, colaboradores terceirizados ou visitantes que, por ação ou omissão, causarem danos aos bens históricos e artísticos do acervo da Presidência da República responderão, conforme o caso, nas esferas civil, penal e administrativa, devendo-lhes ser assegurados o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Art. 11. As orientações técnicas aos servidores e visitantes da Presidência da República para a preservação dos bens históricos e artísticos deverão ser emitidas e divulgadas periodicamente pela Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Secretaria Especial de Administração.

Seção IV

Do desfazimento dos bens históricos e artísticos

Art. 12. O desfazimento de bens históricos e artísticos sem condições de restauração ou de uso no Acervo Patrimonial da Presidência da República é condicionado à anuência prévia e à avaliação de conveniência e de oportunidade pela Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Secretaria Especial de Administração.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os contratos, acordos, termos de cooperação e atos congêneres firmados pela Presidência da República com entidades externas deverão contemplar cláusula que estabeleça a observância desta Portaria, no que for aplicável.

Art. 14. Deverá ser elaborado pela Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Secretaria Especial de Administração plano de ação e gestão de riscos destinados ao cumprimento dos objetivos desta Política.

Art. 15. O disposto nesta Portaria aplica-se, supletivamente, à Vice-Presidência da República.

Art. 16. Fica revogada a Portaria nº 59, de 8 de novembro de 2018.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ACÓRDÃO Nº 443/2023 – TCU – PLENÁRIO

1. Processo nº TC 003.679/2023-3.

1.1. Apenso: 004.768/2023-0

2. Grupo I – Classe de Assunto: VII – Referendo de cautelar (em Representação).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrentes: Ministério Público junto ao TCU; Luciene Cavalcante da Silva (282.024.008-99).

4. Órgãos/Entidades: Presidência da República; Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

5. *Relator: Ministro Augusto Nardes.*

5.1. *Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.*

6. *Representante do Ministério Público: não atuou.*

7. *Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernanca).*

8. *Representação legal: Thais Cristina de Vasconcelos Guimaraes (249.279/OAB-SP), Clayton Edson Soares (252.784/OAB-SP) e outros, representando Jair Messias Bolsonaro; Beatriz Hernandez Branco (377972/OAB-SP), representando Luciene Cavalcante da Silva.*

9. *Acórdão:*

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representações formuladas pela Exma. Sr. Deputada Federal Luciene Cavalcante e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, a respeito de indícios de irregularidades afetos à tentativa de entrada no país de joias referentes a presentes recebidos quando da visita à Arabia Saudita da comitiva do ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, no mês de outubro de 2021;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. *conhecer das representações formuladas pela Exma. Sra. Deputada Federal Luciene Cavalcante e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, com fulcro nos art. 237, incisos I e III do Regimento Interno desta Casa;*

9.2. *alterar a medida cautelar determinada no item 10, alínea “c”, do despacho inicial à peça 5, que passa a ter a seguinte redação:*

“c) determinar ao ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro que, nos termos do item 3, inciso, III, da Resolução 3, de 23 de novembro de 2000, da Comissão de Ética Pública, entregue os itens em seu poder oriundos dos presentes recebidos na visita da comitiva presidencial à Arábia Saudita e também as armas recebidas dos Emirados Árabes Unidos à Secretaria-Geral da Presidência da República no prazo de 5 (cinco) dias úteis, devendo ser juntado, de imediato, a este processo o correspondente comprovante da entrega”;

9.3. *determinar à Secretaria-Geral da Presidência da República que:*

9.3.1. *mantenha sob sua custódia os bens referidos no subitem anterior, entregues pelo expresidente da República Jair Messias Bolsonaro, até ulterior deliberação desta Corte de Contas;*

9.3.2. *requisite da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil o conjunto de joias retido pela autoridade alfandegária para incorporação ao patrimônio público, tendo em vista a inquestionável natureza de bem público de elevado*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

valor, insusceptível de incorporação em acervo privado;

9.4. receber os expedientes denominados de “agravo”, peças 6 e 9 destes autos, com fulcro nos arts. 279 e 289 do RITCU, com as complementações às peças 12 e 15, como meras petições complementares aos pedidos iniciais à peça 1 destes autos e à peça 1 do TC 004.768/2023-0;

9.5. determinar à Segecex que realize auditoria nos bens recebidos pelo ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro no período de 2019 a 2022;

9.6. orientar a Segecex no sentido de incluir no planejamento de fiscalização anual deste Tribunal auditorias regulares com vistas a avaliar, em finais de mandato, a correção dos procedimentos de incorporação dos bens recebidos como presentes por ex-presidentes da República;

9.7. dar conhecimento da presente deliberação aos representantes e aos interessados;

9.8. retornar os presentes autos à AudGovernança para adoção das providências cabíveis, com o prosseguimento do feito, após as devidas notificações, devendo ser conferida urgência no exame de mérito do presente processo.

10. Ata nº 10/2023 – Plenário.

11. Data da Sessão: 15/3/2023 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0443-10/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira

DOCUMENTOS DILIGENCIADOS/ANALISADOS

SIGILO TELEMÁTICO DE MAURO CID E OUTROS

Em atenção ao Ofício nº 86/2023/GAGI/GPPR (4420233),
referente aos Requerimentos de Informação nº 1249, 1250, 1251, 1252, 1253,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

1254, 1255, 1256 e 1257 da CPMI - 8 de janeiro (fls. 15-68, 4415245), relativos à quebra e transferência do sigilo telemático de contas de e-mails institucionais, a Presidência da República encaminhou a Nota Informativa nº 5/2023/GAB/DITEC/SA/SE/CC/PR (4425548), nestes termos:

- 1. Tendo em vista as requisições elencadas nos ofícios epigrafados exarados pela Coordenação de Comissões Especial, Temporárias e Parlamentares de Inquérito da Secretaria-Geral da Mesa da Secretaria de Comissões do Senado Federal, a presente nota tem por objetivo primordial apresentar as informações requeridas por aquele Órgão a fim de compor a instrução do processo em referência.*
- 2. Neste contexto, para facilitar a identificação, os agentes públicos citados nos aludidos ofícios estão sendo numerados de 01 a 09, conforme a ordem sequencial constante da tabela abaixo:*

Nr AGENTE PÚBLICO E-MAIL SITUAÇÃO DATA POSSE E DESLIGAMENTO

- 01 Luis Marcos dos Reis luis.reis@presidencia.gov.br Inativo 14/12/2018 – 11/07/2022
02 Mauro Cesar Barbosa Cid mauro.cid@presidencia.gov.br Inativo 14/12/2018 – 31/12/2022
03 Jonathas Diniz Vieira Coelho diniz.coelho@presidencia.gov.br Inativo 30/04/2019 – 31/12/2022
04 Cleiton Henrique Holzschuk cleiton.holzschuk@presidencia.gov.br Inativo 31/03/2022 – 13/01/2023
05 Danilo Isaac Calhares danilo.calhares@presidencia.gov.br Inativo 07/12/2020 – 19/01/2023
06 Adriano Alves Teperino adriano.teperino@presidencia.gov.br Inativo 29/08/2019 – 27/01/2023
07 Daniel Lopes de Luccas daniel.luccas@presidencia.gov.br Inativo 09/02/2021 – 28/01/2023
08 Marcelo Costa Câmara marcelo.camara@presidencia.gov.br Ativo 22/02/2019 – Atual (Assessor Ex-PR)
09 Osmar Crivelatti osmar.crivelatti@presidencia.gov.br Ativo 24/06/2019 – Atual (Assessor Ex-PR)

- 3. Para atendimento das solicitações em pauta, foi realizada a recuperação do backup das caixas de e-mail, filtrando as mensagens considerando o período de 01/01/2022 a 07/07/2023. Cabe observar ainda que, e-mails recebidos/enviados e apagados no mesmo dia não são salvos durante a rotina de backup diário.*

Segue a quantidade de mensagens analisadas:

e-mail	tipo	Qtde
adriano.temperino	Deletados	101
adriano.temperino	Entrada	1774
adriano.temperino	Recuperados	378
adriano.temperino	Enviados	209
cleiton.holzschuk	Deletados	769
cleiton.holzschuk	Entrada	1809



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

cleiton.holzschuk
daniel.luccas
daniel.luccas
daniel.luccas
daniel.luccas
Danilo.calhares
Danilo.calhares
diniz.coelho
diniz.coelho
diniz.coelho
luis.reis
luis.reis
luis.reis
luis.reis
marcelo.camara
marcelo.camara
marcelo.camara
mauro.cid
mauro.cid
mauro.cid
osmar.crivelatti

Enviados	623
Deletados	376
Entrada	1493
Recuperados	166
Enviados	22
Entrada	507
Enviados	9
Deletados	71
Entrada	193
Enviados	79
Deletados	6
Entrada	375
Recuperados	5
Enviados	3
Entrada	2005
Deletados	210
Enviados	150
Deletados	4212
Entrada	232
Enviados	99
Deletados	1072
	16948

Foi encontrado um registro sobre “pedras preciosas”, nestes termos:

PRESENTE PR: Em 27/10/22 foi guardado no cofre grande, 01 (um) envelope contendo pedras preciosas para o PR e 01 (uma) caixa de pedras preciosas para a PD, recebidas em Teófilo Otoni em 26/10/22. A pedido do TC Cid, as pedras não devem ser cadastradas e devem ser entregues em mão para ele. Demais duvidas, Sgt Furriel está ciente do assunto.

De igual modo, foi encontrado um registro acerca de uma negociação de um relógio “rolex”, nestes termos:

Hey Mauro,

Thank you for your interest in selling your Rolex.

I tried to reach you via telephone but was unsuccessful.

Can you please tell me if you have the original warranty card/certificate for this watch?

How much were you hoping to get for this piece? The market for pre owned Rolex watches has been aggressively shifting downward; especially for



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

platinum and diamond bezel watches (since the retail value is so high). I just want to make sure that we are in the same spectrum before we do too much research.

I look forward to hearing from you.

Best Regards,

Hello ,

We do not have the certificate for the watch, since it was a gift that was received in an official bussines trip. What we do have is the green seal of superlative certificate that is attached to the watch . Also, I can certify that the watch has never been used. I pretend to get for the piece an amount around \$60.000,00.

Thank you on the brief return.

All the best,

Mauro Cid

Ainda foram encontrados 03 registros de reuniões com o Procurador-Geral da República e sua adjunta no Palácio do Alvorada:

segunda-feira, 11 de abril de 2022

Hora 19:00 – 20:00

Assunto Lindôra Araújo, Subprocuradora-Geral da República

Local Palácio da Alvorada, Biblioteca

Mostrar Horário como Ocupado

Lindôra Araújo - Subprocuradora-Geral da República

Flávio Bolsonaro – Senador

segunda-feira, 2 de maio de 2022

Hora 19:10 – 19:40

Assunto Augusto Aras, PGR e Lindôra Araújo, Vice-PGR

Local Palácio da Alvorada, Biblioteca

Mostrar Horário como Ocupado



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

quarta-feira, 10 de agosto de 2022

Hora 20:45 – 21:30

Assunto PGR e Sub Procuradora PGR

Local Palácio do Alvorada, Sala de Estado

Mostrar Horário como Ocupado

Augusto Aras – PGR; e

Lindôra - Sub Procuradora PGR

De mais a mais, foram encontrados 11 registros na “lixeira” do e-mail “mauro.cid@presidencia.gov.br” relativos a “Eventos Presidenciais”, como segue:

Evento presidencial na cidade de Santa Luzia – PB (15/03/2023)

Prezado(a) Senhor(a),

Incumbiu-me o Sr Cel EB FABIO DOS SANTOS MORENO, do DCEV/SCP/GSI/PR, de remeter ao Senhor(a) o documento anexo e informar que o Sr Presidente da República participará de evento na cidade de Santa Luzia - PB.

Respeitosamente/ Atenciosamente,

JORGE LUIZ DE MAGALHÃES - Cap EB

Coordenação-Geral de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar do DCEV/SCP/GSI/PR

Evento presidencial na cidade de Brasília – DF (15/03/2023)

Prezado(a) Senhor(a),

Incumbiu-me o Sr Cel EB FABIO DOS SANTOS MORENO, do DCEV/SCP/GSI/PR, de remeter ao Senhor(a) o documento anexo e informar que o Sr Presidente da República participará de evento na cidade de Brasília - DF

Respeitosamente/ Atenciosamente,

JORGE LUIZ DE MAGALHÃES - Cap EB

Coordenação-Geral de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar do DCEV/SCP/GSI/PR



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Evento Presidencial na cidade de Brasília-DF. (14/03/2023)

Prezado(a) Senhor(a),

Incumbiu-me o Sr CF AERTON RODRIGUES DE ALMEIDA, do DCEV/SCP/GSI/PR, de remeter ao Senhor(a) o documento anexo e informar que o Sr Presidente da República participará de evento na cidade de Brasília - DF.

Respeitosamente/ Atenciosamente,

ALEXANDRE PIRES MORAES - SO MB

Coordenação-Geral de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar do DCEV/SCP/GSI/PR

Evento presidencial na cidade de Brasília – DF (14/03/2023)

Prezado(a) Senhor(a),

Incumbiu-me o Sr CMG TÁCITO AUGUSTO DA GAMA LEITE , do DCEV/SCP/GSI/PR, de remeter ao Senhor(a) o documento anexo e informar que o Sr Presidente da República participará de evento na cidade de Brasília - DF.

Respeitosamente/ Atenciosamente,

ALEXANDRE PIRES MORAES - SO MB

Coordenação-Geral de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar do DCEV/SCP/GSI/PR

Evento presidencial na cidade de Brasília-DF (13/03/2023)

Prezado(a) Senhor(a),

Incumbiu-me o Sr Cel EB IVAN DIAS FERNANDES JUNIOR, de remeter ao Senhor(a) o documento anexo e informar que o Sr Presidente da República participará de evento na cidade de Brasília-DF.

Respeitosamente/ Atenciosamente,

MÁRCIO ALEX DA SILVA - 2º Ten EB

Coordenação-Geral de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar do DCEV/SCP/GSI/PR

Evento presidencial na cidade de Foz do Iguaçu-PR (13/03/2023)

Prezado(a) Senhor(a),

Incumbiu-me o Sr Cel EB CAMILO PEREIRA ANTUNES de remeter ao



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Senhor(a) o documento anexo e informar que o Sr Presidente da República participará de evento na cidade de Foz do Iguaçu-PR

Respeitosamente/ Atenciosamente,

MÁRCIO ALEX DA SILVA - 2º Ten EB

*Coordenação-Geral de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar do
DCEV/SCP/GSI/PR*

Evento Presidencial na cidade de Brasília-DF (11/03/2023)

Prezado(a) Senhor(a),

*Incumbiu-me o Sr Cel EB IVAN DIAS FERNANDES JUNIOR, do
DCEV/SCP/GSI/PR, de remeter ao Senhor(a) o documento anexo e
informar que o Sr Presidente da República participará de evento na cidade de
Brasília-DF*

Respeitosamente/ Atenciosamente,

DIONE JEFFERSON FREIRE - SO MB

*Coordenação-Geral de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar do
DCEV/SCP/GSI/PR*

Evento Presidencial na cidade de Xangai-China (10/03/2023)

Prezado(a) Senhor(a),

*Incumbiu-me o Sr CMG TACITO AUGUSTO DA GAMA LEITE do
DCEV/SCP/GSI/PR, de remeter ao Senhor(a) o documento anexo e
informar que o Sr Presidente da República participará de evento na cidade de
Xangai-China.*

Respeitosamente,

ROGÉRIO DIAS SOUZA- Suboficial (MB)

*Coordenação-Geral de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar do
DCEV/SCP/GSI/PR*

Evento Presidencial na cidade de Pequim-China (10/03/2023)

Prezado(a) Senhor(a),

*Incumbiu-me o Sr Cel EB PAULO HENRIQUE CAMARA DA CUNHA
do DCEV/SCP/GSI/PR, de remeter ao Senhor(a) o documento anexo e
informar que o Sr Presidente da República participará de evento na cidade de
Pequim-China.*

Respeitosamente/ Atenciosamente,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

DIONE JEFFERSON FREIRE - SO MB

*Coordenação-Geral de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar do
DCEV/SCP/GSI/PR*

Evento presidencial na cidade de Boa Vista – RR (07/03/2023)

Prezado(a) Senhor(a),

*Incumbiu-me o Sr CF AERTON RODRIGUES DE ALMEIDA, do
DCEV/SCP/GSI/PR, de remeter ao Senhor(a) o documento anexo e
informar que o Sr Presidente da República participará de evento na cidade de
Boa Vista - RR*

Respeitosamente/ Atenciosamente,

JORGE LUIZ DE MAGALHÃES - Cap EB

*Coordenação-Geral de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar do
DCEV/SCP/GSI/PR*

Evento presidencial na cidade de Brasília – DF (06/03/2023)

Prezado(a) Senhor(a),

*Incumbiu-me o Sr Cel EB CAMILO PEREIRA ANTUNES , do
DCEV/SCP/GSI/PR, de remeter ao Senhor(a) o documento anexo e
informar que o Sr Presidente da República participará de evento na cidade de
Brasília - DF.*

Respeitosamente/ Atenciosamente,

JORGE LUIZ DE MAGALHÃES - Cap EB

*Coordenação-Geral de Eventos, Viagens e Cerimonial Militar do
DCEV/SCP/GSI/PR*

Foi identificado, ainda, comprovante de depósito para Ednilson Nogueira Garcia, no valor de R\$ 3.700,00, na caixa de e-mail de Osmar Crivelatti “osmar.crivelatti@presidencia.gov.br”.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

REDE DE AGENCIAS SANTANDER
DEPOSITO EM CONTA DE POUPANCA

25/01/2022 14:30:25 DATA CONTABIL:25/01/2022
LOCAL: 033.3678 - DF-502 NOR
TRANSACAO: 0000134 TERMINAL: 0000003

EDENILSON NOGUEIRA GARCIA
BANCO: 033 AGENCIA: 3702 CONTA: 60-001462-3

EM DINHEIRO: 3.700,00
EM CHEQUES: 0,00

VALOR TOTAL: 3.700,00

ACESSE O APP OU IB SANTANDER PARA CONSULTAS E
TRANSACOES A QUALQUER HORA OU LUGAR.

SBR 3678 003 25012022 0055 3.700,00R 2202
000134A 033-3702-060001462-3

SR(A).CLIENTE - ATENCAO !!!
CONFIRA NOME, CONTA E VALOR

Posteriormente, em atenção ao Ofício nº 335/2023-CPMI8, decorrente do Requerimento nº 1252/2023, a Presidência da República, por intermédio do Ofício nº 94/2023/GAGI/GPPR, de 04 de agosto de 2023, encaminhou novas informações acerca da caixa de correio de Mauro Cid.

Nesse segundo lote de e-mails de Mauro Cid, foram identificadas as seguintes ocorrências:

E-mail de 19/12/2022 (anexo 04 certificados de joias):



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Chopard

Certificat d'Origine - Certificate of Origin

Ce certificat atteste que le produit qu'il accompagne est un produit Chopard original.

Dans la fidélité à notre tradition remontant à 1860, tous nos produits sont l'œuvre d'artisans spécialement qualifiés. Nous accordons la plus grande attention aux détails et avons recours aux plus récentes technologies. Chaque de nos pièces subit de très stricts contrôles de qualité.

Le poinçon de maître Chopard ou L.V.C. garantit l'origine de nos produits et chacune de nos pièces porte un numéro d'identification individuel, indiqué ci-dessous. Le poinçon de titre légal atteste la teneur en métal précieux de chaque produit.

Chopard ne travaille qu'avec des diamants de la plus haute qualité en termes de pureté, de couleur et de taille. Les diamants de couleur sont de couleur naturelle. Tous les diamants utilisés par Chopard ont été achetés auprès de sources légitimes non impliquées dans le financement de conflits armés et en conformité avec les Résolutions des Nations Unies. Le sousigné garantit ainsi que ces diamants ne servent pas à financer un conflit armé, du moins à sa connaissance et/ou d'après les garanties écrites données par le fournisseur de ces diamants.

Les autres pierres précieuses, telles que les saphirs, rubis et émeraudes sont très soigneusement et rigoureusement sélectionnées.

This is to certify that this item is an original Chopard product.

According to our tradition since 1860, all our products are manufactured by highly qualified craftsmen. We pay the utmost attention to detail, using the latest technology. Every piece undergoes very strict quality controls.

The Chopard or L.V.C. responsibility mark guarantees the origin of the Chopard product and every piece is individually numbered as mentioned below. The precious metal content is certified by the legal fineness marks.

Only diamonds of the highest quality standard in terms of clarity, colour and cut are used. Coloured diamonds are of natural colour. All the diamonds used by Chopard have been purchased from legitimate sources not involved in funding conflict and in compliance with United Nations Resolutions. The undersigned hereby guarantees that these diamonds are conflict free, based on personal knowledge and/or written guarantees provided by the supplier of these diamonds.

Other precious stones, such as sapphires, rubies and emeralds are carefully selected.

82A134-5600

750/000 ROSE GOLD 95.5g

RING



SIZE 62

24 DIAMONDS = 0.48 CT ROUND

BRILLIANT-CUT (F-G/IF)

(diamonds F-G IF-VVS, except otherwise indicated)


Serial number: 6658353



Sold by: 103942
Atter United Co. Ltd

17 OCT 2021

Date de Vente / Date of Sale
02543596
4403-6901-1512-4742



Warranty Activation Code

Warranty not valid without activation code

Chopard & Cie S.A.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Chopard

Certificat d'Origine / Certificate of Origin

Ce certificat atteste que le produit qu'il accompagne est un produit Chopard original.

Dans la fidélité à notre tradition remontant à 1860, tous nos produits sont l'œuvre d'artisans spécialisés hautement qualifiés. Nous accordons la plus grande attention aux détails et avons recours aux plus récentes technologies. Chacune de nos pièces subit de très stricts contrôles de qualité.

Le poinçon de maître Chopard ou L.U.C. garantit l'origine de nos produits et chacune de nos pièces porte un numéro d'identification individuel, indiqué ci-dessous. Le poinçon de titre légal atteste la teneur en métal précieux de chaque produit.

Chopard ne travaille qu'avec des diamants de la plus haute qualité en termes de pureté, de couleur et de taille. Les diamants de couleur sont de couleur naturelle. Tous les diamants utilisés par Chopard ont été achetés auprès de sources légitimes non impliquées dans le financement de conflits armés et en conformité avec les Résolutions des Nations Unies. Le soussigné garantit ainsi que ces diamants ne servent pas à financer un conflit armé, du moins à sa connaissance et/ou d'après les garanties écrites délivrées par le fournisseur de ces diamants.

Les autres pierres précieuses, telles que les saphirs, rubis et émeraudes sont très soigneusement et rigoureusement sélectionnées.

This is to certify that this item is an original Chopard product.

According to our tradition since 1860, all our products are manufactured by highly qualified craftsmen. We pay the utmost attention to detail, using the latest technology. Every piece undergoes very strict quality controls.

The Chopard or L.U.C. responsibility mark guarantees the origin of the Chopard product and every piece is individually numbered as mentioned below. The precious metal content is confirmed by the legal fineness marks.

Only diamonds of the highest quality standard in terms of clarity, colour and cut are used. Coloured diamonds are of natural colour. All the diamonds used by Chopard have been purchased from legitimate sources not involved in funding conflict and in compliance with United Nations Resolutions. The undersigned hereby guarantees that these diamonds are conflict free, based on personal knowledge and/or written guarantees provided by the supplier of these diamonds.

Other precious stones, such as sapphires, rubies and emeralds are carefully selected.

85A047-5001

750000 ROSE GOLD 89g

ROSARY

110 DIAMONDS = 1.33 CT FC

(diamonds F-G IF-VVS, except otherwise indicated)

Serial number : 6535314



Sold by :103942
Attar United Co. Ltd



17 OCT 2021

Date de Vente / Date of Sale

02349928

6663-7301-1305-4185



Warranty Activation Code



Warranty not valid without activation code

Chopard & Cie S.A.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Chopard

Certificat d'Origine - Certificate of Origin

Ce certificat atteste que le produit qu'il accompagne est un produit Chopard original.

Dans la fidélité à notre tradition remontant à 1860, tous nos produits sont l'œuvre d'artisans spécialisés hautement qualifiés. Nous accordons la plus grande attention aux détails et avons recours aux plus récentes technologies. Chacune de nos pièces subit de très stricts contrôles de qualité.

Le poinçon de maître Chopard ou L.U.C. garantit l'origine de nos produits et chacune de nos pièces porte un numéro d'identification individuel, indiqué ci-dessous. Le poinçon de titre légal atteste la teneur en métal précieux de chaque produit.

Chopard ne travaille qu'avec des diamants de la plus haute qualité en termes de pureté, de couleur et de taille. Les diamants de couleur sont de couleur naturelle. Tous les diamants utilisés par Chopard ont été achetés auprès de sources légitimes non impliquées dans le financement de conflits armés et en conformité avec les Résolutions des Nations Unies. Le soussigné garantit ainsi que ces diamants ne servent pas à financer un conflit armé, du moins à sa connaissance et/ou d'après les garanties écrites délivrées par le fournisseur de ces diamants.

Les autres pierres précieuses, telles que les saphirs, rubis et émeraudes sont très soigneusement et rigoureusement sélectionnées.

This is to certify that this item is an original Chopard product.

According to our tradition since 1860, all our products are manufactured by highly qualified craftsmen. We pay the utmost attention to detail, using the latest technology. Every piece undergoes very strict quality controls.

The Chopard or L.U.C. responsibility mark guarantees the origin of the Chopard product and every piece is individually numbered as mentioned below. The precious metal content is confirmed by the legal fineness marks.

Only diamonds of the highest quality standard in terms of clarity, colour and cut are used. Coloured diamonds are of natural colour. All the diamonds used by Chopard have been purchased from legitimate sources not involved in funding conflict and in compliance with United Nations Resolutions. The undersigned hereby guarantees that these diamonds are conflict free, based on personal knowledge and/or written guarantees provided by the supplier of these diamonds.

Other precious stones, such as sapphires, rubies and emeralds are carefully selected.

75A134-5800

750000 ROSE GOLD 32.2g
CUFFLINKS
48 DIAMONDS = 0.56 CT ROUND
BRILLIANT-CUT (F-G/IF)
(diamonds F-G IF-VVS, except otherwise indicated)
Serial number : 5556008



Sold by : 103942
Atter United Co. Ltd

17 OCT 2021

Date de Vente / Date of Sale
02543541
6465-1305-1312-3744



Chopard

47, Rue du Rhône
1201 Genève 1, Suisse
CH-1201 GENEVE 1, SUISSE

Chopard & Cie S.A.

Warranty Activation Code

Warranty not valid without activation code



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Chopard

Certificat d'Origine - Certificate of Origin

De ce certificat atteste que le produit qu'il accompagne est un produit Chopard original.

Dans la fidélité à notre tradition remontant à 1880, tous nos produits sont l'œuvre d'artisans spécialisés hautement qualifiés. Nous accordons la plus grande attention aux détails et avons recours aux plus récentes technologies. Chacune de nos pièces subit de très stricts contrôles de qualité.

Le poinçon de maître Chopard ou L.U.C. garantit l'origine de nos produits et chacune de nos pièces porte un numéro d'identification individuel, indiqué ci-dessous. Le poinçon de titre légal atteste la teneur en métal précieux de chaque produit.

Chopard ne travaille qu'avec des diamants de la plus haute qualité en termes de pureté, de couleur et de taille. Les diamants de couleur sont de couleur naturelle. Tous les diamants utilisés par Chopard ont été achetés auprès de sources légitimes non impliquées dans le financement de conflits armés et en conformité avec les Résolutions des Nations Unies. Le soussigné garantit ainsi que ces diamants ne servent pas à financer un conflit armé, du moins à sa connaissance et/ou d'après les garanties écrites délivrées par le fournisseur de ces diamants.

Les autres pierres précieuses, telles que les saphirs, rubis et émeraudes sont très soigneusement et rigoureusement sélectionnées.

This is to certify that this item is an original Chopard product.

According to our tradition since 1880, all our products are manufactured by highly qualified craftsmen. We pay the utmost attention to detail, using the latest technology. Every piece undergoes very strict quality controls.

The Chopard or L.U.C. responsibility mark guarantees the origin of the Chopard product and every piece is individually numbered as mentioned below. The precious metal content is confirmed by the legal fineness marks.

Only diamonds of the highest quality standard in terms of clarity, colour and cut are used. Coloured diamonds are of natural colour. All the diamonds used by Chopard have been purchased from legitimate sources not involved in funding conflict and in compliance with United Nations Resolutions. The undersigned hereby guarantees that these diamonds are conflict free, based on personal knowledge and/or written guarantees provided by the supplier of these diamonds.

Other precious stones, such as sapphires, rubies and emeralds are carefully selected.

161929-5006

FAIRMINED 750 FAIRMINED ROSE GOLD 85.9g
WATCH - L.U.C. TOURBILLON - QUALITE
FLEURIER - GOLD FAIRMINED
13", L.U.C. 02.13-L HAND-WOUND
MECHANICAL MOVEMENT TOURBILLON
DIAL: GOLD 18CT, GREY, ROMAN NUMERALS
CERTIFIED CHRONOMETER (COSC), QUALITE
FLEURIER, POWER RESERVE OF APPROX. 216
HOURS (8 DAYS), 33 RUBIES, GLARE-PROOFED
SAPPHIRE CRYSTAL, SAPPHIRE CRYSTAL
BACK, WATER-RESISTANT UP TO 50 METERS
GOLD BUCKLE, GOLD CRANK, LIMITED AND
NUMBERED EDITION OF 25 PIECES

Sold by: 103942
Attar United Co. Ltd

Serial number: 1850162
Limited Number: 0012

CHOPARD ANTIQUE
Attar United Co. Ltd
Princess Mall - T. 0101 Street, Riyadh

16 MAR 2019

Date de Vente / Date of Sale
02534218

1408-8221-1198-5418



Chopard & Cie S.A.

Warranty Activation Code:

Warranty not valid without activation code



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

E-mails de 28/12/2022 (tentativa de retirada das joias):

Às 12:35

De: Cleiton Henrique Holzschuk

Para: 'Julio-Cesar.gomes@rfb.gov.br'

Cc: Mauro Cesar Barbosa Cid mauro.cid@presidencia.gov.br

Bom dia.

Atendendo demanda recebida do Chefe da Ajudância de Ordens do Presidente da República, Ten Cel EB MAURO CESAR BARBOSA CID, encaminho o Ofício anexo para conhecimento e providências.

Respeitosamente,

CLEITON HENRIQUE HOLZSCHUK – 2º Ten EB

Coordenador Administrativo da Ajudância de Ordens do Presidente da República

Às 13:38

De: Mauro Cesar Barbosa Cid

Para: Julio-Cesar.gomes@rfb.gov.br

Sent from my iPhone

Begin forwarded message:

From: Cleiton Henrique Holzschuk <cleiton.holzschuk@presidencia.gov.br>

Date: 28 December 2022 12:35:28 GMT-3

To: Julio-Cesar.gomes@rfb.gov.br

Cc: Mauro Cesar Barbosa Cid <mauro.cid@presidencia.gov.br>

Subject: Encaminhamento de Ofício

Bom dia.

Atendendo demanda recebida do Chefe da Ajudância de Ordens do Presidente da República, Ten Cel EB MAURO CESAR BARBOSA CID, encaminho o Ofício anexo para conhecimento e providências.

Respeitosamente,

CLEITON HENRIQUE HOLZSCHUK – 2º Ten EB

Coordenador Administrativo da Ajudância de Ordens do Presidente da



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

República

Às 17:01

De: Cleiton Henrique Holzschuk

Para: Mauro Cesar Barbosa Cid mauro.cid@presidencia.gov.br

*Cc: Adriano Alves Teperino <adriano.teperino@presidencia.gov.br>;
Osmar Crivelatti osmar.crivelatti@presidencia.gov.br*

*Sr TC EB Mauro Cesar Barbosa Cid, Chefe da Ajudância e Ordens do
Presidente da República.*

*Solicito-vos autorizar o 1º Sgt MB JAIRO MOREIRA DA SILVA, desta
Ajudância de Ordens, retornar em voo comercial no trecho Guarulhos-SP
para Brasília-DF em 29 de dezembro de 2022.*

*Por oportuno, informo que o referido servidor viajará de Brasília para
Guarulhos, em voo da FAB, em 29 de dezembro de 2022, para atender
demandas do Senhor Presidente da República naquela cidade.*

Respeitosamente,

CLEITON HENRIQUE HOLZSCHUK – 2º Ten EB

*Coordenador Administrativo da Ajudância de Ordens do Presidente da
República*

Às 17:11

De: Mauro Cesar Barbosa Cid

Para: Cleiton Henrique Holzschuk cleiton.holzschuk@presidencia.gov.br

*Cc: Adriano Alves Teperino <adriano.teperino@presidencia.gov.br>;
Osmar Crivelatti osmar.crivelatti@presidencia.gov.br*

Presados,

*Informo que o 1º Sgt MB JAIRO MOREIRA DA SILVA, desta Ajudância
de Ordens, está autorizado a retornar em voo comercial no trecho Guarulhos-
SP para Brasília-DF em 29 de dezembro de 2022.*

Respeitosamente,

Mauro Cesar Barbosa Cid

Chefe da Ajudância e Ordens do Presidente da República



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

00037.002019/2022-97



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Gabinete Pessoal do Presidente da República
Ajudância de Ordens do Presidente da República

OFÍCIO Nº 736/2022/GPPR-AJO/GPPR

Brasília, 28 de dezembro de 2022.

Ao Senhor
JULIO CESAR VIEIRA GOMES
Secretário Especial da Receita Federal do Brasil
Brasília - DF

Assunto: Incorporação de Bens Apreendidos (DL nº 1.455, de 07/04/1976 e Portaria RFB nº 200, de 18/07/2022).

Senhor Secretário,

1. Trata-se de pedido para incorporação dos bens abaixo descritos a este órgão da União.
2. Descrição dos bens:
 - a) Joias: Conjunto de joias, colar, par de brincos, anel e relógio de pulso, conforme certificado de autenticidade Chopard
 - b) Outros itens: Miniatura de um cavalo ornamental com pedestal, com avarias

OBS: A descrição dos itens acima reproduz o constante no Termo de Retenção 081760021031370TRB01 de 26/10/2021, objeto do requerido por meio deste Ofício.
3. Origem dos bens:

Os bens acima descritos foram ofertados ao Presidente da República pelo Reino Unido da Arábia Saudita na Cerimônia de "Lançamento da Iniciativa Oriente Médio Verde", ocorrida no período de 20 a 26 de outubro de 2021, conforme se demonstra pelos documentos anexos.
4. Ressalta-se que, conforme Ofício nº 578/2021/GM-MME, de 28 de outubro de 2021, enviado a esse órgão, o Senhor Ministro de Minas e Energia estava representando o Senhor Presidente da República na cerimônia diplomática.

Por ocasião do regresso ao Brasil e foram retidos na Alfândega do Aeroporto de Guarulhos, São Paulo. Foram meses para obter os documentos comprobatórios, tal como exigido pela Nota Executiva da Receita Federal, ora anexados a esse ofício.
5. Bem como, desse já, autorizo que os bens sejam retirados pelo representante:

Nome: JAIRO MOREIRA DA SILVA
Telefone: (91) 99359-6710

OFÍCIO 736 (3843110)

SEI 00037.002019/2022-97 / pg. 1



CONGRESSO NACIONAL CPMI do 08 de Janeiro

E-mail de 06/11/2022 (lista decisões desfavoráveis do TSE e do STF):

Às 19:01

De: outsourcing@planalto.gov.br

Para: Mauro Cesar Barbosa Cid mauro.cid@presidencia.gov.br

ANEXO B - LEVANTAMENTO DAS AÇÕES DO TSE EM DESFAVOR DO CANDIDATO JAIR BOLSONARO

- 1) Em 18 Jul - Canais no YouTube fizeram associação do pré-candidato Lula e do PT com a morte do ex-prefeito Celso Daniel, assassinado em 2002. O presidente em exercício do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, determinou a imediata remoção do conteúdo, destacando que a liberdade de expressão não pode ser confundida com liberdade de agressão e nem de destruição da democracia, das instituições e da dignidade e honra alheias.
- 2) Em 20 Jul - Os partidos Rede, PC do B, PSB, PV, PSOL e Solidariedade ingressam com ação contra o candidato Jair Bolsonaro, alegando que as falas do presidente configuram-se em estímulos psicológicos que vão construído no imaginário de seus apoiadores e seguidores a desmoralização do opositor, conduzindo a atos de violência como o assassinato do tesoureiro do PT Marcelo Arruda. Segundo a defesa de Bolsonaro, os discursos citados pelos partidos não têm vinculação eleitoral—não pedem votos para o presidente ou questionam votos em outros candidatos—e, por isso, estão fora do escopo do TSE.
- 3) Em 08 Ago - TSE rejeita pedido do Ministério da Defesa para acessar documentos das eleições de 2014 e 2018, requerendo "informações técnicas preparatórias acerca do processo eleitoral". O Tribunal respondeu que instituições que fiscalizam o processo eleitoral não têm poder de controle externo sobre o TSE e que erro para pedir documentos de eleições anteriores já terminou.
- 4) Em 12 Set - TSE nega que tenha sido firmado acordo com Forças Armadas para apuração paralela em tempo real. Em nota, o TSE informou que não houve alteração nas regras definidas no primeiro semestre de 2022 ou acordo com as Forças Armadas para acesso diferenciado em tempo real dos dados para totalização do pleito pelos Tribunais Regionais Eleitorais. De acordo com o órgão, a novidade para o pleito será a disponibilização dos boletins de urnas, via internet, para consulta das entidades fiscalizadoras e do público em geral.
- 5) Em 13 Set - O plenário do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) puniu a emissora Jovem Pan por declarações de comentaristas da emissora consideradas distorcidas ou ofensivas ao ex-presidente Lula Inácio Lula da Silva (PT). A Corte Eleitoral abriu ainda uma investigação após o PT pedir apuração para avaliar se há falta de isonomia no tratamento que a empresa de comunicação dispensa ao petista em comparação com o presidente Jair Bolsonaro (PL). As medidas do TSE obrigam a rádio a dar direitos de resposta à campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "Todas as pessoas são inocentes até que juiz competente e isento analise eventuais acusações, pondere provas e decida por sua culpa. Assim, como não há se falar, na espécie, em dúvida quanto à anulação das condenações contra o representante, há fato sabidamente inverídico a ser combatido e contra o qual cabe direito de resposta", disse o presidente da Corte, Alexandre de Moraes. Em um comunicado interno, a emissora recomenda a seus profissionais que evitem a usar expressões como "ex-presidência", "desconhecido", "ladro", "corrupto" e "chefe de organização criminoso".
- 6) Em 14 Set - Por unanimidade, TSE confirma suspensão de propaganda de Michelle Bolsonaro em ações apresentadas pelas campanhas de Lula Inácio Lula da Silva (PT) e de Ciro Gomes (PDT). Primeira-dama extrapouso tempo previsto para comercial gratuito na condição de apoiador, cujo limite previsto é de 25% do total. Na propaganda, a mulher do presidente aparece os 30 segundos, tempo total do vídeo, falando sobre a transposição do Rio São Francisco. "A participação da primeira-dama Michelle Bolsonaro ocorreu em 100% do tempo das inserções na propaganda eleitoral gratuita e na condição de apoiadora, pois foi realizada com o objetivo de transferir prestígio e apoio ao representado, distanciando-se, portanto, da condição de mera apresentadora, ou seja, de pessoa que se limita a emprestar sua voz e imagem, sem acrescentar qualquer juízo de valor sobre a candidatura", escreveu o relator.
- 7) Em 15 Set - TSE mantém no ar Lulafix, site contra Lula, mas proíbe Bolsonaro de impulsionar

(Continuação do ANEXO B - Levantamento das Ações no TSE. Págs. 1 a 5)

- 14) Em 13 Out - TSE rejeita pedido de Bolsonaro de limitar transporte público nos municípios no dia do pleito.
- 15) Em 02 Out - O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Alexandre de Moraes, determinou que o portal Antagonista e outros veículos de mídia, além do presidente Jair Bolsonaro (PL), seus filhos e alguns apoiadores, apaguem conteúdos que façam referência a uma interceptação da polícia que identificou Marcola, apontado como líder da facção criminosa PCC, falando sobre as eleições presidenciais. Moraes considerou que Marcola não declarou voto no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como disse o título da matéria publicada pelo Antagonista. O portal divulgou partes de diálogos interceptados pela Polícia Federal, em maio do ano passado, em que Marcola comenta o cenário eleitoral.
- 16) 05 Out - O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) determinou a remoção de redes sociais de um vídeo que associou o petista Lula Inácio Lula da Silva ao satanismo e que vem sendo compartilhado por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL). Na decisão, o ministro Paulo de Tarso Vieira Sanseverino determinou que TikTok, Twitter, YouTube, Instagram, Facebook e Gettr removam as publicações no prazo de 24 horas, sob pena de incidência da multa diária, no valor de R\$ 50 mil, em caso de descumprimento. Sanseverino também determinou que o TikTok forneça os dados cadastrais para a identificação do responsável administrador do perfil @vicny_vanilla_official.
- 17) Em 13 Out - Numa representação movida pela campanha de Lula, o TSE concedeu liminar para a remoção de conteúdo publicado no perfil da empresa Brasil Paralelo no Twitter. A decisão alega que a empresa propaga desinformação, alterando a realidade de acontecimentos relativos à corrupção, afetando a honra e a imagem de Lula. A exclusão do vídeo deve ser cumprida no prazo de 24 horas sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. Ficou vencido o relator, ministro Paulo de Tarso Sanseverino, e os ministros Sérgio Bahia e Carlos Horbach, que se posicionaram contrários à remoção. Para o relator, o Lula esteve à frente do Poder Executivo Federal, "de modo que não há justificativa plausível para sua retratação". O ministro salientou, ainda, que a empresa Brasil Paralelo é uma produtora de multimídia envolvendo entretenimento e educação, que realiza documentários, filmes, cursos e séries que tratam de política, história, filosofia, economia, educação e atualidades.
- 18) Em 15 Out - O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a suspensão imediata da veiculação da propaganda eleitoral "Quem é mineiro tem obrigação de saber", do candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), em que o governador reeleito de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), faz críticas ao candidato Lula Inácio Lula da Silva e ao PT. No vídeo de 30 segundos, Zema aparece discursando por 29 segundos na propaganda de Bolsonaro, o que não é permitido. O artigo 54 da Lei eleitoral (Lei 9.504/1997) determina que apoiadores dos candidatos só podem aparecer em até 25% do tempo total da transmissão da propaganda. Ou seja, o governador só poderia participar da produção por cerca de 8 segundos.
- 19) Em 16 Out - Ministro do TSE abre investigação contra o dono da Jovem Pan e Bolsonaro. Na ação, os advogados da campanha de Lula apontam que a Jovem Pan é uma concessionária de serviços públicos que se engajou no ecossistema bolsonarista e passou a ser uma das principais fontes de notícias falsas nas eleições deste ano. Também argumentam que o grupo de mídia se beneficia de grandes aportes financeiros que serviram de incentivo para executar estratégia de desinformação durante o período eleitoral. Ao analisar o pedido, o ministro afirmou que a gravidade do uso indevido dos meios de comunicação decorre do amplo alcance da rádio, da televisão e dos canais do YouTube da Jovem Pan, com potencial impacto na escolha de milhões de eleitores e eleitoras que foram expostos diuturnamente à desinformação divulgada com a roupagem de jornalismo e debate crítico.

impulsionamentos que tenham "o fim de promover ou beneficiar candidatos ou suas agremiações". Ou seja, a regra impede pagar para ampliar o alcance de propaganda negativa contra adversários.

- 8) Em 26 Set - TSE pede explicações ao ministro Anderson Torres (Justiça e Segurança Pública) e o presidente do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), Alexandre Cavalcanti, sobre o possível uso eleitoral dos órgãos em torno de pedidos de investigação contra os institutos de pesquisa Datafolha, Ipec e Ipspe. A medida, oficiada pela CGE (Corregedoria-Geral Eleitoral), busca apurar eventual prática de abuso de poder político e desvio de finalidade no uso de entidades administrativas para favorecer a candidatura do presidente Jair Bolsonaro (PL), além do crime de abuso de autoridade.
- 9) Em 27 Set - O Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que o presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, não pode gravar e transmitir lives de cunho eleitoral destinadas a promover a sua candidatura — ou de terceiros —, utilizando-se de bens e serviços públicos a que somente tem acesso o chefe do Poder Executivo, em função do cargo, como o Palácio da Alvorada, o Palácio do Planalto e serviços de tradução de libras custeados pelos cofres públicos.
- 10) Em 28 Set - TSE emite uma Nota à imprensa sobre o resultado da auditoria de conformidade do no TSE. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Alexandre de Moraes, determinou a imediata remessa do documento ao Inquérito nº 4.783/DF, para apuração de responsabilidade criminal de seus idealizadores — uma vez que é apócrifo —, bem como seu envio à Corregedoria-Geral Eleitoral para instauração de procedimento administrativo e apuração de responsabilidade. A página virtual era voltada à veiculação exclusivamente de publicidade negativa contra o candidato Lula Inácio Lula da Silva (PT).
- 11) Em 28 Set - Ministro do TSE nega pedido de Bolsonaro para remover propaganda petista que chama presidente de "chutchuca" e "mau militar". A ação judicial proposta pelo PL questionava vídeo veiculado pela campanha de Lula chamado "A verdade sobre Bolsonaro". No pedido feito ao TSE, a equipe jurídica do PL afirma que a propaganda ultrapassa os limites permitidos pela Justiça Eleitoral quanto à crítica negativa. Por isso, pede para que o comercial fosse retirado de circulação e o partido adversário fosse multado. Na propaganda, intitulada "A verdade sobre Bolsonaro", a campanha petista apresenta uma série de frases ditas pelo presidente — antes e depois de ocupar o cargo — e extratos de matérias jornalísticas. Segundo o PL, "o vídeo apresenta uma série de adjetivos pejorativos, tais como: 'Mau militar', 'Deputado omissos', 'Agressivo com as Mulheres', 'chutchuca', 'Presidente incompetente', tudo a ponto de fazer as crianças escaparem". Para o ministro, porém, "o início da inserção veicula interpretações críticas sobre o candidato representante sem desbordar dos limites legalmente estabelecidos, porquanto ancoradas em um conjunto de frases efetivamente ditas por ele e de matérias jornalísticas veiculadas na imprensa sobre sua atuação profissional ou sobre investigações acerca de seu patrimônio".
- 12) Em 30 Set - O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Ricardo Lewandowski determinou o arquivamento de pedido de suspensão apresentado pelo presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, para afastar o presidente da Corte, ministro Alexandre de Moraes, do julgamento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) nº 0601212-32. A ação investigava o desvio de finalidade de lives tradicionalmente realizadas por Bolsonaro nas dependências dos Palácios da Alvorada e do Planalto, bens públicos de uso exclusivo do chefe do Poder Executivo Federal.
- 13) Em 30 Set - Por unanimidade, os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiram condenar o presidente Jair Bolsonaro (PL) a pagar R\$20mil por propaganda eleitoral antecipada, por conta de reunião com embaixadores dos 18 de julho, em que questionou a segurança das urnas eletrônicas e colocou em dúvida o sistema eleitoral.
- 14) Em 30 Set - O TSE determinou que a campanha do ex-presidente Lula Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República terá direito a 20 inserções de 30 segundos cada no programa eleitoral de Jair Bolsonaro (PL) para rebater acusações de que, entre outras coisas, seria "corrupto" e "ladro".
- 15) Em 19 Out - O TSE determinou que a campanha do ex-presidente Lula Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República terá direito a 20 inserções de 30 segundos cada no programa eleitoral de Jair Bolsonaro (PL) para rebater acusações de que, entre outras coisas, seria "corrupto" e "ladro".
- 16) Em 16 Out - TSE manda Flávio Bolsonaro e Jovem Pan divulgarem resposta de Lula. Carla Zambelli, ex-bolsonarista e vice de Simone Tebet também pediu que divulgar resposta do ex-presidente. A ação foi movida após Maria Gabriela, vice na chapa de Simone Tebet (MDB), associar, em entrevista de 29/9 à Jovem Pan, o ex-presidente e seu partido ao assassinato do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel. O vídeo foi compartilhado por Flávio Bolsonaro, Carla Zambelli e pelo Terra Brasil Notícias.
- 17) Em 17 Out - A ministra Cármen Lúcia, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), determinou que o YouTube e as redes sociais Twitter, Facebook e Gettr apaguem, em 24 horas, publicações que reproduzem a imagem de outdoors que associam o ex-presidente Lula Inácio Lula da Silva (PT) à facção criminosa PCC e às palavras "aborto" e "censura".
- 18) Em 19 Out - O TSE determinou que a campanha do ex-presidente Lula Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República terá direito a 20 inserções de 30 segundos cada no programa eleitoral de Jair Bolsonaro (PL) para rebater acusações de que, entre outras coisas, seria "corrupto" e "ladro".
- 19) Em 19 Out - O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) censurou o ministro aposentado Marco Aurélio Mello por dizer que o ex-presidente Lula não foi absolvido ou inocentado dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, pelos quais foi condenado na 13ª vara federal de Curitiba e teve a condenação confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A Corte eleitoral proibiu a veiculação do parcer do jurista que ocupou caberia no Supremo Tribunal Federal por 22 anos, além de proibir o TSE em três oportunidades, em relação ao caso do petista. No caso, o vídeo com a exploração de Marco Aurélio sobre a situação de Lula foi cortado e em seu lugar foi incluído um QR code da Justiça Eleitoral, semelhante a um carimbo de "CENSURADO".
- 20) Em 20 Out - O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou, em três decisões, que o grupo Jovem Pan conceda direito de resposta ao ex-presidente Lula Inácio Lula da Silva (PT), em razão de declarações de comentaristas da emissora consideradas distorcidas ou ofensivas ao petista. Em editorial, grupo afirmou que está sob censura. No recado distribuído aos comentaristas, a direção da emissora advertiu: "Não devemos fazer qualquer associação entre o candidato Lula com o crime organizado". "A direção de jornalismo reforça que aqueles que não se sentiram confortáveis com essa determinação com base em decisão da Justiça, devem nos informar para que possam ser substituídos", acrescenta o comunicado. Em um editorial, a empresa tratou o caso como censura. "É preciso lembrar que a atuação do TSE afeta não só a Jovem Pan e seus profissionais, mas todos os veículos de imprensa", avaliou, na manifestação.
- 21) Em 22 Out - TSE concede 24 inserções como direito de resposta para Lula na propaganda eleitoral de Bolsonaro - Decisão corresponde a 116 vezes veiculações dos direitos de resposta; cada inserção corresponde a exibições em cinco canais de TV aberta. Ministros entenderam que propaganda de Bolsonaro usou frases "absolutamente inverídicas". Cada inserção terá 30 segundos. Cada candidato tem direito a 25 inserções por dia no segundo turno.
- 22) Em 22 Out - TSE confirma direito de resposta para Lula e tira quase uma hora de Bolsonaro na TV. Por unanimidade, tribunal concedeu tempo de direito de resposta ao petista no horário do presidente na TV. A decisão acolheu pedido da coligação Brasil da Esperança contra o vídeo da campanha bolsonarista, que usava a votação obtida pelo petista nos presidios para associá-lo à criminalidade.
- 23) Em 22 Out - O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por determinação do ministro Alexandre de Moraes, decidiu que sejam excluídos trechos de uma live, de Jair Bolsonaro (PL) na qual o PL disse que Lula seria a favor da liberação das drogas, do aborto e da implantação de banheiros unissex nas escolas.



CONGRESSO NACIONAL CPMI do 08 de Janeiro

(Continuação da ANEXO B – Levantamento das Ações no TSE) .../1/2023

28) QUADRO DAS AÇÕES

PÓLO PASSIVO DAS AÇÕES	Qtde
Sr. JAR MESIAS BOLSONARO	118
Sr. LUIZ INACIO LULA DA SILVA	13
COUSAGÃO PELO BEM DO BRASIL	52
COUSAGÃO BRASIL DA ESPERANÇA	12
TOTAL	195

29) QUADRO DOS ASSUNTOS

ASSUNTOS	Qtde
DIREITO DE RESPOSTA	63
DIVULGAÇÃO DE NOTÍCIA SARDAMENTE FALSA	51
PROPAGANDA ELEITORAL - INTERNET, PROPAGANDA POLÍTICA - PROPAGANDA ELEITORAL - IMPULSIONAMENTO	14
PROPAGANDA POLÍTICA - PROPAGANDA ELEITORAL - HÓRARIO ELEITORAL - GRATUITO/INDICAÇÃO DE PROPAGANDA	14
TOTAL	142

Observações:

- Pesquisa efetuada desde 1º JAN 22, para as decisões originárias do TSE.
- Aumento das ações no TSE a partir de 13 MAR, quando do início da propaganda política.
- Os advogados das partes são, normalmente, os mesmos.

ANEXO A – LEVANTAMENTO DE AÇÕES DO STF EM DESFAVOR DO GOVERNO FEDERAL

- 1) Em 14 de março de 2020, o ministro Dias Toffi abriu o Inquérito das Fake News e o deixou a cargo do ministro Alexandre de Moraes.
- 2) Em 16 de abril de 2020, o ministro Alexandre de Moraes contrariou Raquel Dodge e manteve o inquérito das Fake News.
- 3) Em 10 de maio de 2020, a ministra Rosa Weber deu cinco dias para Bolsonaro explicar o decreto que fechou o porte de armas.
- 4) Em 10 de maio de 2020, o ministro Celso de Mello deu o prazo de 10 dias para o Governo Federal explicar o corte de 30% nas verbas das universidades.
- 5) Em 12 de junho de 2020, após ação do PT, o STF removeu maioria e cancelou a Extinção de Conselhos promovida pelo Governo Bolsonaro.
- 6) Em 24 de junho de 2020, o ministro Barroso suspendeu MP de Bolsonaro que transferia a demarcação de terras da FUNAI para o Ministério da Agricultura.
- 7) Em 30 de julho de 2020, o ministro Dias Toffi proibiu o Governo Federal de bloquear verbas de Goiás em cobrança de dívidas de estado para com a União.
- 8) Em 1º de agosto de 2020, o Plenário do STF ordenou a liminar do ministro Barroso que barrou a transferência de demarcação de terras da FUNAI para o Ministério da Agricultura.
- 9) Em 1º de agosto de 2020, o ministro Barroso deu prazo de 15 dias para Bolsonaro explicar sua fala sobre o pai de Felipe Santa Cruz, presidente do CDB.
- 10) Em 05 de agosto de 2020, a ministra Rosa Weber deu prazo de 15 dias para Bolsonaro explicar declarações sobre Dilma Rousseff.
- 11) Em 21 de outubro de 2020, o ministro Gilmar Mendes suspendeu a medida provisória que dispensava publicação de editais na grande imprensa.
- 12) Em 27 de novembro de 2020, a ministra Cármen Lúcia deu cinco dias de prazo para Bolsonaro explicar o Programa Verde Amarelo.
- 13) Em 13 de dezembro de 2020, a ministra Rosa Weber deu prazo de 10 dias para Bolsonaro explicar a fala sobre Glenn Greenwald.
- 14) Em 20 de dezembro de 2020, o STF suspendeu a MP de Bolsonaro que previa o fim do seguro OPAAT.
- 15) Em 08 de janeiro de 2021, o ministro Dias Toffi mandou notificar Weinstein por ter chamado a UNL de mafia.
- 16) Em 21 de março de 2021, o STF deu 30 dias para Bolsonaro responder quanto invetiva no SUS.
- 17) Em 23 de março de 2021, o STF decidiu que a Bolsa Família não poderia ter corte durante o período da crise da Covid-19 e exigiu que o Governo Federal enviase informações sobre os pagamentos dos benefícios.
- 18) Em 22 de março de 2021, o ministro Alexandre de Moraes autorizou o estado de São Paulo a suspender o pagamento de dívidas com a União e a usar o dinheiro contra a Covid-19.

- 19) Em 23 de março de 2020, o ministro Alexandre de Moraes autorizou o estado da Bahia a suspender o pagamento de dívidas com a União e a usar o dinheiro contra a Covid-19.
- 20) Em 24 de março de 2020, o ministro Marco Aurélio autorizou as medidas restritivas dos estados para combater a Covid-19. A medida retirou forças do Executivo Federal, visto que, a partir desse momento, os estados e os municípios podem decretar lockdown, contornando a legislação e as normas da União e tendo força superior de lei.
- 21) Em 26 de março de 2020, o ministro Alexandre de Moraes reverteu a medida provisória que flexibiliza o atendimento de prazo de prestação de informações segundo a Lei de Acesso à Informação durante a situação de emergência da Covid-19.
- 22) Em 27 de março de 2020, o ministro Alexandre de Moraes negou suspender o prazo das medidas provisórias do Executivo Federal.
- 23) Em 29 de março de 2020, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu a exigência de Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias na elaboração do comitê a Covid-19.
- 24) Em 31 de março de 2020, o ministro Luiz Roberto Barroso proibiu que o Governo Federal recusasse o vídeo com o slogan "O Brasil Não Pode Parar".
- 25) Em 31 de março de 2020, o ministro Marco Aurélio encaminhou a PGR o pedido de afastamento de Bolsonaro.
- 26) Em 01 de abril de 2020, o ministro Alexandre de Moraes deu prazo de 48 horas para Bolsonaro informar as medidas adotadas contra Covid-19.
- 27) Em 8 de abril de 2020, o ministro Alexandre de Moraes proibiu o Executivo Federal de vetar o isolamento social nos estados.
- 28) Em 15 de abril de 2020, sob o argumento de combater a Covid-19, o STF deu poder para os estados e municípios contrariarem a legislação federal.
- 29) Em 22 de abril de 2020, o ministro Alexandre de Moraes deu prazo de 5 dias para Bolsonaro explicar as medidas de divulgação de dados da Covid-19.
- 30) Em 27 de abril de 2020, o ministro Celso de Mello abriu um inquérito contra Bolsonaro com base nas supostas irregularidades denunciadas por Sérgio Moro.
- 31) Em 29 de abril de 2020, o ministro Celso de Mello abriu um inquérito contra o ministro da educação Abraham Weintraub para apurar um suposto crime de racismo.
- 32) Também em 29 de abril de 2020, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu a nomeação do Ramez para a Polícia Federal.
- 33) Em 30 de abril de 2020, o STF deu cinco dias para a PF tomar o depoimento de Moro.
- 34) Em 02 de maio de 2020, o ministro Barroso suspendeu por 10 dias a expulsão de ex-diplomatas venezuelanos.
- 35) Em 04 de maio de 2020, o STF decidiu que a Covid-19 é uma doença ocupacional.
- 36) Em 05 de maio de 2020, o ministro Alexandre de Moraes deu 10 dias para Bolsonaro explicar a recondução de Ramez para a ABIN.
- 37) Em 06 de maio de 2020, o ministro Celso de Mello deu prazo de 72 horas para o Governo Federal enviar o vídeo da gravação da reunião ministerial.

- 38) Em 13 de maio de 2020, o ministro Lewandowski determinou a divulgação dos exames de Bolsonaro contra a Covid-19.
- 39) Em 14 de maio de 2020, o Plenário do STF confirmou a dispensa da Lei de Responsabilidade Fiscal no combate à Covid-19.
- 40) Em 16 de maio de 2020, o ministro Barroso vetou a expulsão de funcionários da embaixada da Venezuela até o fim da crise da Covid-19.
- 41) Em 22 de maio de 2020, o ministro Celso de Mello mandou a PGR analisar três notícias-crimes apresentadas contra Bolsonaro e analisar a pericia no celular do Presidente.
- 42) Em 22 de maio de 2020, o ministro Celso de Mello mandou divulgar o vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020.
- 43) Em 17 de junho de 2020, o STF formou maioria pela validade do inquérito das fake news.
- 44) Em 22 de junho de 2020, o ministro Gilmar Mendes deu 48 horas para o Governo Federal se manifestar sobre a revogação de ações afirmativas na pós-graduação.
- 45) Em 01 de julho de 2020, o ministro Celso de Mello prorrogou novamente o inquérito sobre a suposta interferência de Bolsonaro na PF.
- 46) Em 02 de julho de 2020, o ministro Barroso deu 48 horas para o Governo Federal se manifestar sobre as medidas contra Covid-19 entre índios.
- 47) Em 08 de julho de 2020, uma liminar do ministro Barroso estabeleceu o plano de atuação do Governo Federal em medidas para proteger os índios da Covid-19.
- 48) Em 31 de julho de 2020, no âmbito do Inquérito das Fake News, o ministro Alexandre de Moraes determinou o bloqueio mundial de contas de apoiadores do presidente em redes sociais.
- 49) Em 08 de agosto de 2020, o ministro Fachin deu cinco dias para Cármen explicar o apoio de Bolsonaro a apoiadores Mineiros após a decisão do ministro Alexandre de Moraes.
- 50) Em 04 de agosto de 2020, o ministro Gilmar Mendes, via liminar, suspendeu o veto de Bolsonaro sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras.
- 51) Ainda em 04 de agosto de 2020, a ministra Cármen Lúcia deu 48 horas para o Ministério da Justiça explicar o relatório sobre as condições ligadas a movimentos antirracistas antirracistas.
- 52) Em 05 de agosto de 2020, o STF confirmou integralmente a liminar do ministro Barroso obrigando o Governo Federal a tomar medidas específicas para proteger povos indígenas contra a Covid-19.
- 53) Em 13 de agosto de 2020, o STF limitou a atividade de inteligência do Governo Federal.
- 54) Em 26 de agosto de 2020, o STF encaminhou denúncia contra Bolsonaro para PGR por ofensa a juristas.
- 55) Em 29 de agosto de 2020, o STF confirmou a decisão do Gilmar Mendes que derivou o voto do presidente sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras.
- 56) Em 03 de setembro de 2020, o ministro Barroso homologou plano de Bem-estar Sanitário para a população dos Povos Indígenas Isolados do Rio Negro Central.
- 57) Em 03 de setembro de 2020, a ministra Cármen Lúcia deu cinco dias para Bolsonaro e o Ministério da Defesa explicarem a presença das Forças Armadas na Amazônia.

- 58) Em 15 de setembro de 2020, o STF declarou o voto impresso inconstitucional.
- 59) Em 27 de outubro de 2020, o STF declarou inconstitucional a "política de clemência".
- 60) Em 04 de novembro de 2020, o STF deu 15 dias para Bolsonaro se manifestar sobre a declaração a respeito de Flávio Dino em entrevista.
- 61) Em 10 de novembro de 2020, o STF deu 48 horas para a Aneis explicar a suspensão dos estudos da Coramex.
- 62) Em 19 de novembro de 2020, o ministro Fachin deu prazo de cinco dias para o Governo Federal explicar critérios para seleção de reitores em universidades federais.
- 63) Em 21 de novembro de 2020, o ministro Barroso estendeu o prazo para Bolsonaro apresentar o plano de barreiras para isolar indígenas da sociedade e evitar contaminação por Covid-19.
- 64) Em 25 de novembro de 2020, o ministro Lewandowski adiou o voto para que o Governo Federal apresentasse um plano de vacinação em 30 dias.
- 65) Em 27 de novembro de 2020, o STF prorrogou por mais 60 dias o inquérito sobre a suposta interferência de Bolsonaro na PF.
- 66) Em 01 de dezembro de 2020, o ministro Dias Toffi suspendeu o decreto de Bolsonaro que previa a educação de alunos com deficiência em salas e escolas especiais.
- 67) Em 13 de dezembro de 2020, o ministro Lewandowski deu prazo de 48h para o ministro Paschoal responder sobre data para início da vacinação.
- 68) Em 14 de dezembro de 2020, o ministro Cármen Lúcia deu 24 horas para a ABIN e o GSI explicarem o aumento sobre o efetivo de Flávio Bolsonaro.
- 69) Em 15 de dezembro de 2020, o STF prorrogou por mais 90 dias a ação sobre a interferência de Bolsonaro na PF.
- 70) Em 17 de dezembro de 2020, o ministro Lewandowski autorizou o estado do Maranhão a comprar vacinas diretamente com farmacêuticas.
- 71) Em 17 de dezembro de 2020, o ministro Lewandowski, em liminar, autorizou os estados e os municípios a importar e distribuir vacinas sem aval da Anvisa.
- 72) Ainda em 17 de dezembro de 2020, o STF decidiu que União, estados e municípios poderiam obrigar a vacinação contra Covid-19.
- 73) Em 23 de dezembro de 2020, a ministra Cármen Lúcia determinou que Bolsonaro e Ricardo Salles prestassem depoimento em ação sobre o desarmamento.
- 74) Em 30 de dezembro de 2020, o STF prorrogou o estado de calamidade pública em decorrência da Covid-19.
- 75) Em 07 de janeiro de 2021, o ministro Lewandowski deu cinco dias para Eduardo Paes informar a situação das seringas para a vacinação no Brasil.
- 76) Em 15 de janeiro de 2021, depois de diversas operações do Governo Federal no abastecimento de Manaus, o ministro Lewandowski determinou que Bolsonaro tomasse medidas urgentes no Amazonas.
- 77) Em 30 de janeiro de 2021, a ministra Cármen Lúcia deu 48 horas para o Governo Federal explicar relações sobre jornalistas e congressistas.



CONGRESSO NACIONAL CPMI do 08 de Janeiro

<p>78) Em 16 de janeiro de 2021, o ministro Lewandowski autorizou um inquérito para investigar se houve emissão de Passaporte em Manaus.</p> <p>79) Em 28 de janeiro de 2021, a ministra Cármen Lúcia determinou que o Presidente Bolsonaro e o então presidente do Senado David Alencastre prestassem esclarecimentos em cinco dias sobre a privatização dos Correios.</p> <p>80) Em 08 de fevereiro de 2021, o ministro Lewandowski deu um prazo para o Governo Federal ficar grupos de prontidão na vacinação.</p> <p>81) Em 16 de fevereiro de 2021, o ministro Lewandowski autorizou diligências para apurar os gastos do governo Bolsonaro com cloroquina.</p> <p>82) Em 21 de fevereiro de 2021, a ministra Rosa Weber encaminhou uma notícia-crime para a PGR acusando Bolsonaro por indicar tratamento precoce com cloroquina.</p> <p>83) Em 23 de fevereiro de 2021, a ministra Rosa Weber deu o prazo de 5 dias para o Governo Federal explicar os novos decretos sobre armas.</p> <p>84) Em 24 de fevereiro de 2021, o STF deu o prazo de 30 dias para o Governo Federal apresentar um plano de proteção a quilombolas.</p> <p>85) Em 26 de fevereiro de 2021, o ministro Alexandre de Moraes pediu vistas em processo que suspende o sermão da alcaide de importação de pistolas e revólveres.</p> <p>86) Em 27 de fevereiro de 2021, a ministra Rosa Weber determinou que o Governo Federal repasse R\$ 245 milhões por mês à UFMG em SP.</p> <p>87) Em 28 de fevereiro de 2021, o STF determinou que a União colabore a custear letivos de UTI na Bahia.</p> <p>88) Em 04 de março de 2021, o ministro Marco Aurélio enviou uma notícia-crime contra Bolsonaro para análise da Câmara.</p> <p>89) Em 05 de março de 2021, o STF manteve autonomia de estados para adoção de "lockdown".</p> <p>90) Em 06 de março de 2021, o ministro Lewandowski deu o prazo de 5 dias para o Governo Federal se manifestar sobre o repasse de verbas aos estados para aquisição de vacinas.</p> <p>91) Em 12 de março de 2021, o STF deu prazo de 48 horas para governo Bolsonaro explicar por que não repassou R\$ 245 milhões à UFMG em SP. O valor foi determinado em liminar pela ministra Rosa Weber.</p> <p>92) Em 13 de março de 2021, a ministra Rosa Weber pediu vistas e suspendeu o julgamento de decretos de Bolsonaro sobre armas.</p> <p>93) Em 23 de março de 2021, o decano do STF rejeitou a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade apresentada pelo Presidente contra os "lockdowns" promovidos por governadores.</p> <p>94) Em 25 de março de 2021, o plenário do STF confirmou a decisão do ministro Lewandowski de dar prazo de 5 dias para o Governo Federal fazer orientações de vacinação.</p> <p>95) Em 08 de abril de 2021, o ministro Barroso mandou instaurar a CPJ da Covid no Senado com a intenção de investigar as ações do Executivo durante a crise da Covid-19.</p> <p>96) Em 09 de abril de 2021, o STF respondeu a Bolsonaro afirmando que o espírito republicano deve permanecer no país.</p>	<p>97) Em 12 de abril de 2021, a ministra Rosa Weber suspendeu os decretos sobre porte de armas editados por Bolsonaro.</p> <p>98) Em 13 de abril de 2021, o ministro Marco Aurélio deu o prazo de 15 dias para o Presidente Bolsonaro explicar as críticas a prefeitos e governadores.</p> <p>99) Em 14 de abril de 2021, o Plenário confirmou a decisão do Ministro Barroso que obriga o Senado a instaurar a CPJ da Covid-19.</p> <p>100) Em 15 de abril de 2021, a ministra Cármen Lúcia deu o prazo de 5 dias para Arthur Lira explicar a não abertura de inquérito contra Bolsonaro.</p> <p>101) Em 19 de abril de 2021, o STF deu um prazo para Bolsonaro explicar supostas ameaças à imprensa. A acusação foi feita pela ABF e o pedido foi atendido pela ministra Rosa Weber.</p> <p>102) Em 21 de abril de 2021, o ministro Lewandowski deu o prazo de 5 dias para Bolsonaro e Cidreira prestarem esclarecimentos sobre a validade das vacinas.</p> <p>103) Em 22 de abril de 2021, o ministro Alexandre de Moraes deu o prazo de 5 dias para Bolsonaro explicar ações do Governo Federal durante a pandemia.</p> <p>104) Em 24 de abril de 2021, o ministro Marco Aurélio deu o prazo de 5 dias para Bolsonaro explicar repetidas ameaças na pandemia.</p> <p>105) Em 24 de abril de 2021, o ministro Alexandre de Moraes prorrogou novamente, por mais 90 dias, o inquérito de Moro contra Bolsonaro.</p> <p>106) Em 27 de maio de 2021, o STF deu 48 horas para a Anefa explicar quais documentos faziam parte e envio do vacina Sputnik V.</p> <p>107) Em 12 de maio de 2021, a ministra Rosa Weber encaminhou mais uma notícia-crime contra Bolsonaro para a PGR.</p> <p>108) Em 01 de junho de 2021, o STF deu o prazo de 5 dias para Bolsonaro explicar aglomeração e não uso de máscara.</p> <p>109) Ainda em 01 de junho de 2021, o ministro Lewandowski deu cinco dias para Bolsonaro explicar a Copa América no Brasil.</p> <p>110) Em 02 de junho de 2021, o STF deu o prazo de 5 dias para Bolsonaro responder o respeito de declaração sobre Eduardo Leite. O ministro Gilmar Mendes atendeu ao pedido do governador do Rio Grande do Sul.</p> <p>111) Em 17 de junho de 2021, a ministra Rosa Weber deu o prazo de 5 dias para Congresso e Bolsonaro se manifestarem sobre o suposto orçamento secreto.</p> <p>112) Em 18 de junho de 2021, o ministro Luís Roberto Barroso mandou a Polícia Federal rastrear as denúncias apresentadas por Bolsonaro de fraudes nas urnas.</p> <p>113) Em 20 de junho de 2021, a ministra Cármen Lúcia deu 5 dias para o Ministério da Defesa explicar sigilo sobre Eduardo Pazuello.</p> <p>114) Em 24 de junho de 2021, o ministro Gilmar Mendes deu 10 dias para Bolsonaro explicar as declarações sobre Paulão nas eleições.</p> <p>115) Em 30 de junho de 2021, o ministro Fachin deu 15 dias para o Governo Bolsonaro expandir a vacinação em quilombolas.</p>
<p>116) Em 17 de julho de 2021, o ministro Alexandre de Moraes deu continuidade ao inquérito das fake news ao aliar o inquérito das fake news anticonstitucionais, mantendo nele as mesmas penas que foram aplicadas às investigações e adicionando outras à lista, todas apócrifas do Governo Federal.</p> <p>117) Em 12 de julho de 2021, o STF autorizou a Polícia Federal a investigar se Bolsonaro prepararia no caso de Clinton.</p> <p>118) Em 30 de julho de 2021, o ministro Alexandre de Moraes prorrogou o prazo do inquérito que investiga a suposta intervenção de Bolsonaro na PF.</p> <p>119) Em 02 de agosto de 2021, o STF deu 10 dias para Bolsonaro explicar bloqueio a jornalistas no Twitter. A ação é movida pela Abraj e a rejeição da ação é a ministra Cármen Lúcia, mas o prazo foi dado pela ministra Rosa Weber, que encaminhou o pedido durante o recesso judicial.</p> <p>120) Em 04 de agosto de 2021, Bolsonaro foi incluído no inquérito das Fake News. Alexandre de Moraes atendeu pedido de ministros do TSE.</p> <p>121) Em 13 de agosto de 2021, a ministra Cármen Lúcia pressionou o novo AGU, Bruno Bianco, a não defender interesses privados, fazendo menção às acusações de que Indira Mendonça teria defendido os interesses privados do presidente.</p> <p>122) Em 16 de agosto de 2021, a ministra Cármen Lúcia deu 24 horas para a PGR se manifestar sobre a notícia-crime contra Bolsonaro.</p> <p>123) Também em 16 de agosto de 2021, a ministra Cármen Lúcia cobrou uma manifestação da PGR sobre críticas de Bolsonaro às urnas eletrônicas.</p>	

E-mail de 02/06/2022 (lista de relógios)

De: Alessandra Pereira Pinto Calvet

Para: Cleiton Henrique Holzschuk cleiton.holzschuk@presidencia.gov.br

De: Raniel da Conceicao Fernandes <raniel.fernandes@presidencia.gov.br>

Enviada em: quinta-feira, 2 de junho de 2022 13:53

Para: Alessandra Pereira Pinto Calvet
<alessandra.calvet@presidencia.gov.br>

Cc: Erick Moutinho Borges <erick.borges@presidencia.gov.br>; Roger Martins de Jesus <roger.jesus@presidencia.gov.br>

Assunto: Lista de relógios



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Prezada Alessandra,

Encaminho em anexo a lista de relógios do acervo privado do Presidente da República Jair Bolsonaro, discriminados por fabricante conforme solicitado.

Atenciosamente,

Raniel da Conceição Fernandes

Chefe do Serviço de Documentação Museológica

Gabinete Adjunto de Documentação Histórica

Gabinete Pessoal do Presidente da República

GABINETE ADJUNTO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA - GADH/GPPR		
ACERVO MUSEOLÓGICO		
Código do Registro	Nome específico	Fabricante
19.JB.000194.M01-1	Relógio de parede	GENIAL
19.JB.003787.M01-2	Relógio de parede	EUDORA / HERWEG
19.JB.010381.M01-9	Relógio de pulso	não identificado
19.JB.010534.M01-0	Relógio de pulso	MAGNUM INDUSTRIA DA AMAZONIA S.A
19.JB.015635.M01-2	Relógio de parede	NATIVO RELÓGIOS
19.JB.016398.M01-8	Relógio de bolso	ZHONGFA QUARTZ
19.JB.024073.M02-5	Relógio de mesa	não identificado
19.JB.027421.M01-6	Relógio de pulso	ATOS
19.JB.027736.M01-9	Relógio de pulso	ROLEX
19.JB.028293.M10-3	Relógio de pulso	TECHNOS
19.JB.028427.M01-1	Relógio de pulso	ORIENT
19.JB.028428.M01-7	Relógio de pulso	X GAMES
19.JB.028429.M01-2	Relógio de pulso	X GAMES
19.JB.029420.M01-6	Relógio de parede	HERWEG / QUARTZ
19.JB.029510.M01-5	Relógio de pulso	MOSSAD
19.JB.029917.M02-6	Relógio de mesa	não identificado
20.JB.001528.M01-4	Relógio de mesa	não identificado
20.JB.002858.M01-1	Relógio de pulso	PERSONNALITÉ
20.JB.004496.M01-0	Relógio de mesa	LA CASA DEL TURISTA
20.JB.005523.M02-6	Relógio de mesa	LP SEPTIMIO
20.JB.006124.M01-1	Relógio de pulso	ORIENT
20.JB.007616.M01-9	Relógio de parede	não identificado
20.JB.007848.M01-1	Relógio de parede	não identificado
20.JB.022853.M01-8	Relógio de pulso	TOUCH
20.JB.027558.M01-8	Relógio de pulso	SWATCH
20.JB.033402.M01-0	Relógio de parede	não identificado
20.JB.033440.M01-7	Relógio de parede	ATELIÉ PINTAR E AMAR
20.JB.033498.M01-3	Relógio de mesa	TIMELESS
21.JB.002889.M01-0	Relógio de parede	KRUGER TIME
21.JB.007455.M07-2	Relógio de pulso	AQUA
21.JB.007746.M01-5	Relógio de parede	METALÚRGICA LÍDER
21.JB.008109.M01-4	Relógio de pulso	SECULUS
21.JB.009503.M01-9	Relógio de parede	AMBIENTE / SANTAI
21.JB.016783.M01-6	Relógio de parede	GOLTIME
21.JB.016845.M01-2	Relógio de mesa	não identificado
21.JB.016906.M01-3	Relógio de mesa	GRANT MACDONALD
22.JB.005133.M01-6	Relógio de pulso	CHAMPION



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

E-mail de 22/12/2022 (Ordem de pgto. para o exterior)

Às 18:42

De: outsourcing@planalto.gov.br

Para: Mauro Cesar Barbosa Cid mauro.cid@presidencia.gov.br

BANCO DO BRASIL S.A.

Agência: 5977-3

PROPOSTA DE EMISSÃO DE ORDEM DE PAGAMENTO PARA O EXTERIOR
V E N D A

Sr. Gerente,

Sem responsabilidade por parte de V. S^a., por qualquer irregularidade, incorreção ou demora, não dependente de seus serviços, solicito a emissão de uma ordem de pagamento para o exterior, na moeda indicada ou seu equivalente na do país do beneficiário, a débito de minha conta de depósito abaixo indicada, bem como das respectivas tarifas, tributos e demais despesas. Adicionalmente, concordo em tomar conhecimento do Valor Efetivo Total (VET) antes de concluída a formalização da operação de câmbio.

Declaro ter pleno conhecimento do texto constante do respectivo contrato de câmbio, do artigo 23 da Lei 4.131, de 03.09.1962, e em especial dos seus §§ 2º e 3º transcritos no verso deste documento, bem como das Circulares BACEN n.º 3.690 e n.º 3.691 de 16 de dezembro de 2013, as quais regem a presente operação.

Outorgo ao Banco do Brasil S.A. poderes para assinar, digitalmente ou pelo punho de funcionário de seu quadro e em meu nome, o contrato e/ou boleto de câmbio e outros documentos necessários à liquidação da operação correspondente, por mim contratada, caso não compareça para fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua contratação.

Informo que mantere em meu poder o(s) documento(s) (fatura, nota de débito, contrato, etc.) que ateste(m) o valor e a natureza do pagamento a ser efetuado, pelo período estipulado nas Circulares BACEN n.º 3.690 e n.º 3.691 de 16 de dezembro de 2013, para apresentação ao Banco Central do Brasil quando e se solicitado.

Declaro que a documentação comprobatória de renda, para os fins e efeitos fiscais encontra-se em ordem e em meu poder. Declaro também ter pleno conhecimento da legislação em vigor que rege a tributação de remessas ao exterior, e me responsabilizo pelo recolhimento do imposto de renda quando devido, **ESTANDO O BANCO DO BRASIL AUTORIZADO A CALCULÁ-LO E PROCEDER AO SEU RECOLHIMENTO EM MEU NOME, DEVENDO EFETUAR O DÉBITO EM CONTA DE MINHA TITULARIDADE ABAIXO INDICADA.** Outrossim, declaro ciência quanto à possibilidade de recusa do processamento da operação por razões alheias à vontade do Banco do Brasil.

Declaro conhecer e me comprometo a respeitar o Código de Ética, as Normas de Conduta, o Programa de Integridade e a Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção do Banco do Brasil, disponíveis na Internet, no endereço: <http://www.bb.com.br>.

Declaro que, em caso de remessa efetuada a título de manutenção de residente ou de estudante, os recursos são destinados diretamente ao meu dependente no exterior.

INFORMAÇÕES DO REMETENTE:

Nome/Razão Social:

JAIL MESSIAS BOLSOUARO

CPF/CNPJ:

453.170.287-91

Central de Atendimento – CRBB 4004.0001 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800.729.0001 (demais localidades), Serviço de Atendimento ao Consumidor SAC 0800.729.0722, Atendimento para Deficientes Auditivos ou de Fala: 0800.729.0088, Ouvidoria BB: 0800.729.5678 – www.bb.com.br/ouvidoria, Suporte Técnico Pessoa Física: 0800.729.0200, Suporte Técnico PJ: 0800.729.0500.

Página 2 de 2



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Endereço: PALACIO DO ALVORADA, ZCA - BRASILIA-DF 70150-903	N.º Telefone: (61) 992435152
Agência (prefixo e nome): 5977-3 SENADO FEDERAL	Conta: 59683-4
Moeda Estrangeira (símbolo e valor):	
Código da Natureza:	Forma de Entrega: 65
Finalidade do envio dos recursos:	
Despesas externas por conta do: () Remetente () Beneficiário	
Imposto de renda por conta do: () Remetente () Não incide	
Tarifas, despesas e tributos: A ordem será enviada pelo valor informado no campo Moeda Estrangeira e o débito sofrerá o acréscimo das tarifas, despesas e tributos.	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (Dados do beneficiário)	
Beneficiário no exterior	
Nome completo: JAIR MESSIAS BOLSONARO	
Endereço completo (inclusive código postal): PALACIO DO ALVORADA, ZCA - BRASILIA - DF	
Banqueiro do favorecido (Nome/agência/cidade/país/swift): BBAMERICAS - MIAMI-EUA - BRASUS3A	
Número da conta ou IBAN: 1000378909	
Artigo 23 da Lei 4.131, §§ 2º e 3º com a redação dada pela Lei nº 13.506, de 2017:	
§ 2º - Constitui infração imputável individualmente ao estabelecimento bancário, ao corretor e ao cliente a declaração de falsa identidade no formulário que, segundo o modelo determinado pelo Banco Central do Brasil, será exigido em cada operação, assinado pelo cliente e visado pelo estabelecimento bancário e pelo corretor que nela intervierem.	
§ 3º - Constitui infração, de responsabilidade exclusiva do cliente, a declaração de informações falsas no formulário a que se refere o § 2º deste artigo."	

Local e data:

BRASILIA DF, 22 de DEZEMBRO de 2022

Assinatura do remetente

.....
Firma e Poderes Conferem

USO DA AGÊNCIA



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Ainda no primeiro lote de e-mails institucionais da Presidência, foram identificados registros de e-mails com a participação de Renan Bolsonaro e Michele Bolsonaro, nestes termos:

De: Osmar Crivelatti

*Para: Adriano Alves Teperino <adriano.teperino@presidencia.gov.br>;
Cleiton Henrique Holzschuk cleiton.holzschuk@presidencia.gov.br*

ter 12/07/2022 23:30

[...]

43. PRESENTES RETIRADOS PELO RENAN: A Marjore da GADH informou que, quando o Renan vier buscar presentes, ele deverá selecionar e informar quais quer levar. O GADH irá informar o Ch de Gabinete PR quais presente foram selecionados que despachará com o PR. Só depois de autorizado pelo PR o Renan poderá retirar os presente. Em 7/7/22 o Renan selecionou os presentes, TC autorizou, ainda não retirou os presentes. Apanhou os presente hoje, 12/07/2022.

De: Cleiton Henrique Holzschuk

*Para: Adriano Alves Teperino <adriano.teperino@presidencia.gov.br>;
Osmar Crivelatti osmar.crivelatti@presidencia.gov.br*

qua 21/09/2022 18:56

[...]

45. CAIXA PD: Em 18/09, uma caixa de papelão, contendo joias da PD, foi esquecida embaixo da cama do quarto do PR, na residência do embaixador do Brasil em Londres. A Caixa foi trazida pelo Sgt ZILOTTI para o Brasil no voo do ESCAV e colocada no cofre da AJO. Devidamente autorizado pelo TC Cid, a caixa foi entregue no Palácio da Alvorada para Naiara (assessora da PD) em 21/09.

Há ainda interlocuções com integrantes do STF e do STJ, nestes termos:

qua 11/05/2022 22:07

De: Jonathas Diniz Vieira Coelho



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Para: Mauro Cesar Barbosa Cid mauro.cid@presidencia.gov.br

Cc: Elizeu Leite de Souza elizeu.souza@presidencia.gov.br

Hora 21:00 – 22:00

Assunto Reunião Privada

Local Palácio da Alvorada, Biblioteca

Mostrar Horário como Ocupado

Flávio Bolsonaro – Senador

Kássio Nunes – Ministro STF

Humberto Martins – Ministro STJ

Vicente Santini – SNJ

sex 25/02/2022 18:43

AGENDA PRIVADA PR 23FEV2022

De: Jonathas Diniz Vieira Coelho

Para: Mauro Cesar Barbosa Cid <mauro.cid@presidencia.gov.br>

Cc: Elizeu Leite de Souza <elizeu.souza@presidencia.gov.br>

19:00 – 19:30 Gilmar Mendes, Ministro do STF

Palácio do Planalto, 3º andar, Gabinete

qui 28/07/2022 22:40

AGENDA PRIVADA PR 28JUL22

De: Jonathas Diniz Vieira Coelho

Para: Mauro Cesar Barbosa Cid <mauro.cid@presidencia.gov.br>

Cc: Elizeu Leite de Souza <elizeu.souza@presidencia.gov.br>

Hora 15:40 – 16:30

Assunto André Mendonça, Ministro STF

Local Palácio do Planalto, 3º andar, Gabinete

Mostrar Horário como Ocupado

dom 12/06/2022 13:32

AGENDA PRIVADA PR 12JUN22

De: Jonathas Diniz Vieira Coelho



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Para: Mauro Cesar Barbosa Cid <mauro.cid@presidencia.gov.br>

Cc: Elizeu Leite de Souza <elizeu.souza@presidencia.gov.br>

Hora 10:00 – 12:30

Assunto Vicente Santini, SNJ, Nunes Marques, Ministro do STF e Francisco Falcão, Ministro do STJ

Local Palácio do Alvorada

Mostrar Horário como Ocupado

Vicente Santini – SNJ – saiu às 11:00

Nunes Marques – Ministro do STF

Francisco Falcão – Ministro do STJ – saiu às 11:00

Registros de encontros com o advogado Frederick Wassef:

Assunto	Fred Wassef, Advogado		
Local	Palácio do Planalto, 3º andar, Gabinete		
Hora de início	qui 28/07/2022	14:40	<input type="checkbox"/> O dia inteiro
Hora de término	qui 28/07/2022	15:10	
Fred Wassef, Advogado Azulay Neto –Desembargador Federal TRF-2			

Assunto	Fred Wassef, advogado		
Local	Palácio do Planalto, 3º andar, Gabinete		
Hora de início	qua 06/07/2022	18:15	<input type="checkbox"/> O dia inteiro
Hora de término	qua 06/07/2022	18:35	

Assunto	Dr Frederico Wassef		
Local	Palácio do Planalto, 3º andar, Gabinete		
Hora de início	ter 12/04/2022	18:00	<input type="checkbox"/> O dia inteiro
Hora de término	ter 12/04/2022	18:30	



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Assunto	Frederick Wassef - Advogado		
Local	Palácio da Alvorada, Biblioteca		
Hora de início	dom 30/01/2022	15:00	<input type="checkbox"/> O dia inteiro
Hora de término	dom 30/01/2022	16:00	

SUPOSTO ENSAIO FOTOGRÁFICO

DEPOIMENTOS ANALISADOS

ADRIANO MACHADO

Adriano Machado, fotojornalista com mais de 20 anos de carreira, trabalha para a agência Reuters desde 2016 e cobriu diversos eventos nacionais e internacionais relevantes. Durante o depoimento, Machado descreveu detalhadamente sua atuação no dia 8 de janeiro de 2023, quando compareceu à Praça dos Três Poderes em Brasília para cobrir manifestações. Ele estava vestido com equipamentos de segurança e portava identificação clara como membro da imprensa.

Segundo Machado, no decorrer das manifestações, percebeu que algumas pessoas haviam rompido o bloqueio próximo ao Congresso Nacional e estavam tentando acessar o Palácio do Planalto. Para registrar esses acontecimentos, ele se aproximou da rampa do Palácio e, ao notar que a porta de entrada estava quebrada e havia pessoas no interior, entrou no Palácio. Durante sua permanência, Machado documentou as ações de várias pessoas, incluindo um grupo que forçou a entrada na antessala do gabinete



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

da Presidência da República.

Ele relatou ter sido abordado e cercado por essas pessoas, que exigiram que ele deletasse as fotos tiradas. Sentindo-se ameaçado, Machado cedeu à pressão e apagou as imagens. Um dos indivíduos o cumprimentou, e, temendo por sua segurança, ele retribuiu o cumprimento, o que gerou polêmica.

O fotojornalista enfatizou que agiu de acordo com os princípios da Reuters, atuando com integridade, independência e isenção de viés. Machado lamentou as informações incorretas que circularam sobre seu trabalho e esclareceu que estava apenas documentando os acontecimentos, cumprindo seu dever profissional. Ele também destacou o apoio que recebeu da Reuters, de colegas e de organizações em defesa da liberdade de imprensa.

Segue a síntese dos principais trechos da inquirição:

Síntese da inquirição promovida por Eliziane Gama:

[...] Eliziane Gama prossegue cumprimentando o depoente Adriano Machado, fotógrafo da agência de notícias Reuters, e também seu advogado. A Relatora ressalta a importância da liberdade de imprensa para o regime democrático e destaca o papel do repórter como figura essencial para a realização dessa liberdade. Ela menciona que o fotógrafo Adriano Machado estava cumprindo seu dever quando registrou os atos de vandalismo ocorridos na Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro. A Relatora segue afirmando que fez um levantamento detalhado sobre o depoente e não encontrou evidências que possam associá-lo diretamente com as manifestações em questão. Ela questiona Adriano Machado sobre a sua decisão de comparecer à comissão sem um habeas corpus, ao qual ele responde que viu a oportunidade de explicar sua postura durante a cobertura dos eventos. Eliziane Gama faz uma série de perguntas para confirmar informações sobre o depoente, como sua não filiação ao PT, sua relação de trabalho com a agência Reuters, suas duas



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

empresas e ausência de antecedentes criminais. O depoente confirma todas as informações. A Relatora também questiona Adriano Machado sobre o equipamento que ele utiliza. Ele informa que a câmera, que custa cerca de R\$25 mil, pertence à Reuters, e algumas lentes, avaliadas em R\$30 mil a R\$60 mil, são de sua propriedade. Ela pergunta se ele sentiu a possibilidade de seus equipamentos serem danificados durante a cobertura, ao qual ele responde que sim, em alguns momentos em que estava mais exposto. O depoente também confirma que foi obrigado a deletar algumas fotos durante o evento.

Síntese da inquirição promovida por Eduardo Bolsonaro:

O depoimento resumido do fotógrafo Adriano Machado apresentou as seguintes informações relevantes: (i) Adriano Machado confirmou que apagou três fotos de sua câmera após ser pressionado por uma pessoa no local, que ameaçou com um taser. No entanto, não apagou todas as fotos. (ii) Mesmo sentindo-se ameaçado, o fotógrafo continuou por mais três minutos no local, capturando imagens das pessoas presentes. Mais tarde, Adriano percebeu que era inseguro permanecer ali e decidiu não voltar. (iii) Adriano não foi preso naquele dia, apesar de mais de 1,5 mil pessoas terem sido detidas. Ele saiu do Palácio do Planalto às 16h50, passando algum tempo no Salão Leste antes de sair. (iv) Após o incidente, Adriano fechou seu perfil nas redes sociais por conta de ataques pessoais, seguindo o protocolo de sua empresa. (v) Durante o depoimento, o deputado Eduardo Bolsonaro questionou Adriano sobre suas conexões políticas e o contexto daquelas imagens. Além disso, mencionou que outros jornalistas que foram alvos de ações judiciais tiveram seu passaporte cancelado, e questionou se a Reuters considera isso um ataque. Adriano não respondeu diretamente a essa questão. (vi) Eduardo Bolsonaro ainda argumentou que a presença de Adriano no Palácio do Planalto e outras evidências indicam que o evento não foi uma invasão, mas sim uma "visita guiada", com agentes do governo até servindo água aos presentes. Ele pediu que a CPI convocasse outras pessoas consideradas centrais para os eventos do dia 8 de janeiro.

Síntese da inquirição promovida por Izalci Lucas:

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) fez diversas observações sobre imagens e vídeos que mostram ADRIANO MACHADO próximo ao gabinete presidencial do Palácio do Planalto no dia da invasão e questiona sobre suas ações e intenções naquele momento. Perguntas e respostas de ADRIANO MACHADO: (i) Sobre a invasão do Palácio do Planalto: Não tinha conhecimento prévio sobre a invasão. (ii) Horário de chegada à Esplanada dos Ministérios no dia 8: Chegou aproximadamente às 15h20. (iii) Local de chegada: Ministério da Justiça. (iv) Motivo de ida à Esplanada: Foi



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

informado por um colega sobre o rompimento de um bloqueio em frente ao Congresso Nacional. (v) Locais frequentemente cobertos: Cobre toda a Esplanada, incluindo o Palácio do Planalto. (vi) Sobre a foto do invasor que chutou a porta: Não solicitou a foto, mas seguiu o invasor pois achou seu comportamento suspeito e quis registrar a situação. Não teve nenhum contato ou combinação com o invasor. (vii) Sobre o telefonema recebido: Era uma transmissão de dados e estava em contato apenas com seus editores. (viii) Conhecimento das dependências do Palácio do Planalto: Conhecia as dependências e negou ter ido diretamente ao gabinete presidencial ao entrar. (ix) Segurança do GSI: Não sabia quem era o segurança e não foi abordado por ele. Estava usando sua credencial da Presidência da República. (x) Entrada no Palácio: Entrou pela porta que estava quebrada, após perceber que as pessoas já haviam invadido o local. (xi) Equipe da Reuters: Confirmou que havia outras pessoas da equipe da Reuters cobrindo a manifestação fora do Palácio. (xii) Filiação partidária: Não é filiado a nenhum partido político e nunca foi.

Síntese da inquirição promovida pelo Delegado Ramagem:

O Delegado questionou a conduta do depoente como jornalista, afirmando que o Sr. Machado não atuou de forma ética, conforme os deveres jornalísticos. Durante a audiência, foi mencionado que o Sr. Machado estava presente em cenas de dano a patrimônio público, e que participou de uma conferência com a pessoa causando o dano de maneira cooperativa. O Delegado questionou a experiência do depoente, que revelou ter de 25 a 27 anos de experiência em fotografia, reportagem e jornalismo. Foram citados trechos de Códigos de Ética de jornalistas, argumentando que o Sr. Machado não cumpriu esses padrões. Quando questionado sobre como entrou no Palácio do Planalto e se havia combinado de estar lá para fotografar danos ao patrimônio público, o Sr. Machado respondeu negativamente. Também confirmou sua presença em manifestações violentas em datas específicas e negou ter sido preso após esses eventos ou estar sob investigação. Ele também afirmou não ter tido contato com agentes públicos do Governo Federal antes ou depois do dia 8 de janeiro relacionado à sua participação no local. O Delegado mencionou outros indivíduos que foram presos em relação aos eventos, destacando discrepâncias na forma como as pessoas foram tratadas. Concluiu dizendo que o Sr. Machado é um jornalista experiente, mas que não atuou de forma ética

Síntese da inquirição promovida por Marco Feliciano:

Síntese do depoimento de Adriano Machado na CPMI, respondendo às perguntas feitas pelo Deputado Marco Feliciano: (i) Adriano Machado é um fotógrafo jornalista com mais de 20 anos de experiência. Ele estava presente



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

durante uma manifestação em que os edifícios do Estado foram invadidos. (ii) Ele confirmou que nunca havia visto uma manifestação nesse formato, com invasão de três edifícios do Estado ao mesmo tempo. (iii) Machado estava do lado do Congresso durante a invasão e confirmou que estava cobrindo o evento como parte de seu trabalho como fotojornalista. (iv) Ele mencionou ter estado presente em manifestações anteriores, em 2013, 2014 e 2017, onde houve ataques aos Poderes. (v) Machado foi questionado sobre sua declaração anterior de que nunca tinha visto uma manifestação daquela forma e esclareceu que se referia especificamente à invasão do Palácio do Planalto. (vi) Ele foi questionado sobre se tiraria uma foto de um atentado contra uma personalidade, caso estivesse cobrindo a cena como parte de seu trabalho. Machado afirmou que, apesar da tensão da situação, ele faria a foto. (vii) Em relação a uma cena específica de um vídeo que se tornou público, Machado negou que o rapaz que chutou a porta tenha esperado por ele para tirar a foto. (viii) O Deputado Feliciano lembrou Machado de que, de acordo com a legislação brasileira, qualquer pessoa pode dar voz de prisão, independente de sua profissão. Machado confirmou que não fez isso, e ressaltou que estava ali apenas para registrar o evento como fotojornalista. (ix) Ao final, Feliciano questionou Machado sobre sua responsabilidade como cidadão brasileiro, que estava vendo um crime acontecer e não fez nada para impedir. Machado reafirmou que estava lá apenas como um fotojornalista.

Síntese da inquirição promovida por Eduardo Girão:

O depoimento de Adriano Machado abordou principalmente ações e eventos ocorridos em 8 de janeiro, focando nas atividades dos manifestantes, nas forças de segurança e na própria experiência do fotógrafo durante o evento. Seguem os principais trechos: (i) Machado afirmou que não capturou imagens do então Ministro do GSI, G. Dias, nas instalações do Palácio do Planalto naquele momento, nem de servidores do GSI entregando água aos manifestantes ou interagindo com eles. (ii) Ele também não encontrou resistência da segurança interna do Palácio do Planalto para conter seu acesso e circulação. (iii) Machado não pôde confirmar se os manifestantes que estavam dentro dos prédios eram os mesmos que estavam nos acampamentos dos quartéis, pois não conseguiu fotografar os acampamentos. (iv) Ele tentou visitar o acampamento duas vezes, mas foi impedido por pessoas que estavam no local. (v) Durante o evento, Machado observou um manifestante com um taser, mas não viu ninguém portando armas de fogo ou armas brancas. (vi) O fotógrafo explicou que a situação dentro do Palácio do Planalto era hostil, com manifestantes vindo para cima dele e xingando, diferente do acampamento. (vii) Machado afirmou que não sabia se algum dos manifestantes foi preso e não tinha certeza se reconheceria essas pessoas em uma acareação. (viii) Ele também não tinha conhecimento de uma matéria publicada no site da Secretaria de Comunicação Social do Governo Lula que



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

o defendia de alegações de envolvimento na suposta "armação". (ix) Quando questionado sobre sua proximidade com o Governo Lula, Machado disse que não tinha qualquer relação. (x) Ele confirmou ter visto uma força de segurança próxima ao Ministério da Justiça quando passou pelo estacionamento, mas não se lembra se capturou imagens desses militares. (xi) Machado informou que todo o material fotográfico pertence à Reuters, portanto, qualquer solicitação de imagens deveria ser feita diretamente à agência.

Síntese da inquirição promovida por Nikolas Ferreira:

Em resumo, o depoimento de Adriano Machado forneceu detalhes sobre suas experiências e observações durante um evento de protesto e esclareceu algumas das circunstâncias em que as fotos foram tiradas. Ele enfatizou que não foi agredido fisicamente e que conseguiu se proteger das hostilidades graças ao treinamento que recebeu como fotógrafo. Durante o depoimento, Adriano revelou que chegou ao local, estacionou próximo ao Ministério da Justiça e desceu a Esplanada até chegar perto do Congresso Nacional, onde ele notou que havia um confronto entre a polícia e os manifestantes em frente ao Palácio do Planalto. Ele então se posicionou na rampa para tirar fotos do evento. Adriano também mencionou que, embora tenha sido hostilizado por alguns manifestantes, ele conseguiu evitar a agressão graças ao treinamento recebido pela Reuters. Em determinado momento, um manifestante armado com um taser ameaçou-o, mas ele conseguiu se esquivar. O deputado Ferreira expressou sua preocupação sobre a inconsistência na narrativa de que os manifestantes estavam tentando dar um golpe de Estado enquanto, ao mesmo tempo, estavam preocupados com o fato de suas fotos serem deletadas. Adriano explicou que ele tentou se manter discreto enquanto tirava as fotos e que não sofreu nenhuma agressão física durante o evento.

Síntese da inquirição promovida por Marcos Rogério:

Durante o depoimento, o Senador Marcos Rogério (PL - RO) questionou o depoente sobre os acontecimentos do dia 08. Machado confirmou que ele estava presente durante a invasão no Palácio do Planalto e testemunhou um conflito entre manifestantes e policiais militares na frente do Palácio. Ele também observou militares na área do estacionamento impedindo a entrada de pessoas. Marcos Rogério questionou Machado sobre a quantidade de pessoal de segurança no local e se era compatível com a manifestação. Machado disse que era difícil fazer esse julgamento, pois ele não tem conhecimento em força de segurança pública. No entanto, ele confirmou que havia muitos policiais presentes. Marcos Rogério também questionou Machado sobre a imagem que circulou pelo mundo, mostrando um agressor atacando a porta. Machado confirmou que a imagem veio de sua câmera.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Marcos Rogério expressou dúvidas sobre o depoimento de Machado, indicando que as imagens sugeriam um "flagrante preparado", ao invés de um ataque espontâneo. O depoente também afirmou que, ao entrar no Palácio do Planalto, ele notou que já havia pessoas dentro. Ele explicou que estava no mezanino, onde havia muitas pessoas, e que ele se posicionou em um canto para registrar os acontecimentos. Ao ser questionado sobre a duração de sua estadia no Palácio, Machado afirmou que ficou lá por cerca de uma hora e quinze minutos. Marcos Rogério também perguntou sobre o valor de um flagrante preparado, ao que Machado respondeu que não sabia e, depois de uma breve intervenção de outro parlamentar, concordou que o valor seria nenhum. No final do depoimento, Machado mencionou que as fotos pertencem à Reuters, então ele precisaria verificar com a empresa se as imagens poderiam ser compartilhadas com a CPI.

Síntese da inquirição promovida por Maurício Marcon:

O depoente Adriano Machado confirmou que soube de um ato previsto para acontecer na Praça dos Três Poderes durante a semana, mas só soube que estava ocorrendo no dia do evento, quando foi avisado por um colega por telefone. Adriano então se deslocou até o local e estacionou seu veículo próximo ao Ministério da Justiça. Ele confirmou que, ao chegar ao local, já havia vândalos dentro do Palácio do Planalto. Adriano também confirmou que viu a Força Nacional de Segurança Pública no local, mas que não viu nenhuma força policial dentro do prédio no segundo andar, onde tirou as fotos. Marcon fez referência a um relatório da Comissão que havia solicitado as câmeras do Ministério da Justiça, mas que não foi atendido. Ele também mencionou a legislação que permite que a Força Nacional seja empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação do Governador ou do Ministro de Estado. Adriano Machado mencionou que tentou fotografar o acampamento de manifestantes em duas ocasiões, mas não conseguiu entrar, apenas conseguiu tirar fotos de longe. Ele confirmou que os manifestantes do acampamento eram violentos e não permitiam a entrada de outras pessoas.

TENTATIVA DE FRAUDE ELEITORAL

DEPOIMENTOS ANALISADOS

WALTER DELGATTI NETO



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Inicialmente, Walter Delgatti Neto disse que teve uma infância difícil e foi abandonado pelos pais, cresceu em escola pública, e começou a cursar faculdade de Direito. Durante sua faculdade, sofreu uma prisão ilegal por tráfico de drogas devido à posse de medicamentos prescritos para tratar sua ansiedade generalizada e TDAH, apesar de nunca ter usado drogas. Segundo ele, a prisão foi orquestrada por um promotor de Justiça, Marcel Zanin Bombardi, que também era seu professor. Delgatti ficou preso por seis meses e perdeu amigos, namorada e sua reputação na cidade.

Em 2017, motivado a provar sua inocência, ele buscou acesso ao Telegram do promotor. Após dois anos de tentativas, conseguiu acesso e encontrou mensagens comprometedoras. Em sua busca, Delgatti continuou acessando o Telegram e chegou a conversas da Operação Lava Jato. Ele viu uma perseguição ao presidente Lula e, de forma espontânea, divulgou as conversas na "vaza jato", sem receber nada em troca. A Operação Spoofing investigou suas ações, quebrando seu sigilo bancário e grampeando sua cela durante uma prisão preventiva. Ele não aceitou delação premiada.

Delgatti ficou quatro anos sem poder acessar a internet, afetando sua vida profissional e pessoal. Ele trabalha com TI. Em 2022, a deputada Carla Zambelli intermediou um encontro com o presidente Bolsonaro, que queria que Delgatti autenticasse a lisura das eleições. Ele foi até eles em busca de emprego. Atualmente, Delgatti está preso por entregar informações à PF sobre como chegou ao CNJ e outros fatos.

Segue a síntese de alguns trechos do depoimento:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Inquirição de Eliziane Gama:

No depoimento do Sr. Walter Delgatti Neto, ficou evidenciado que ele teve contato com a Deputada Carla Zambelli, que alega ter conhecido de forma fortuita. Ele explicou que, após um encontro casual em um hotel em Ribeirão Preto, onde pediu para tirar uma foto com a Deputada, ambos trocaram números de telefone. Posteriormente, ela o contactou, e foi proposto a ele um trabalho na campanha do então candidato Jair Bolsonaro. Walter Delgatti também revelou que trabalhou temporariamente nas redes sociais de Carla Zambelli, chegando a receber uma remuneração de R\$ 3 mil. Contudo, esse trabalho foi interrompido devido à suspensão das redes sociais da Deputada por decisão do Ministro Alexandre de Moraes. Durante o depoimento, ficou claro que Walter Delgatti teve uma série de reuniões em Brasília com a Deputada Carla Zambelli, o Presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e outros participantes. As discussões tratavam de assuntos técnicos, e também foi mencionada a ideia de Delgatti se tornar garoto propaganda da campanha de Bolsonaro. No entanto, após um conflito entre os advogados de Delgatti e a Deputada Carla Zambelli, os advogados se retiraram e Delgatti ficou sozinho nas reuniões subsequentes.

Na sequência, Delgatti Neto relata que teve uma reunião no Palácio da Alvorada com o então Presidente Bolsonaro, a Deputada Carla Zambelli, o General Marcelo Câmara e o ajudante de ordens Mauro Cid. A reunião teve como tema principal as urnas eletrônicas e a lisura das eleições. Ele foi encaminhado pelo Presidente ao Ministério da Defesa para tratar de aspectos técnicos, pois o Presidente disse não entender desses assuntos. Delgatti Neto também mencionou um pedido de Bolsonaro para que ele realizasse algo relacionado ao dia 7 de setembro, sem especificar o que seria. Ele afirma que foi ao Ministério da Defesa cinco vezes, onde conversou com o Ministro Nogueira e o pessoal da TI. Em suas conversas com o Ministério da Defesa, ele deu orientações sobre como a urna eletrônica poderia ser vulnerável a manipulação, e essas informações foram incluídas em um relatório que foi posteriormente entregue ao TSE. Delgatti Neto confirmou que ele praticamente elaborou o relatório, embora não o tenha digitado. Ele também mencionou que foi assegurado um indulto pelo então Presidente Bolsonaro caso fosse preso pelas ações relacionadas às urnas eletrônicas. Delgatti Neto disse que teve contato apenas pelo WhatsApp com alguém de nome Jesus, que era um assessor ligado ao então Comandante do Exército Brasileiro, Freire Gomes, mas não pessoalmente.

Em seguida, Walter Delgatti Neto relatou que foi chamado pela Deputada Carla Zambelli para um encontro urgente. Ele foi buscado em Ribeirão Preto por um motorista desconhecido e levado até um posto de gasolina chamado "Frango Assado", próximo a uma cidade onde a Deputada estava fazendo campanha. Lá, Carla Zambelli entregou a ele um celular, aparentemente



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

novo, e ele falou com o Presidente da República. Durante a conversa, o Presidente teria mencionado que haviam conseguido um grampo do Ministro Alexandre de Moraes, feito por agentes de outro país, e pediu para que Walter assumisse a autoria desse grampo. Em troca, ele receberia o prometido indulto. Walter aceitou a proposta e, após o encontro, entrou em contato com o jornalista Reynaldo Turollo da revista Veja, gravou a ligação e registrou em cartório tudo o que havia sido falado. Além disso, a Deputada Carla Zambelli solicitou que Walter invadisse algum sistema de Justiça ou o próprio TSE para mostrar a fragilidade do sistema de Justiça. Walter se comprometeu a fazê-lo e depois invadiu o CNJ e todos os tribunais do país. Ele teve acesso a todos os processos, senhas de juízes e servidores, e permaneceu na intranet da Justiça brasileira por quatro meses. Durante a invasão, Walter implantou um mandado de prisão contra o ex-Ministro Alexandre de Moraes, além de solicitar a quebra do sigilo bancário e dos bens do Ministro.

Por fim, Walter Delgatti Neto forneceu informações sobre a sua participação na elaboração de uma minuta de mandado de prisão, que foi enviada a ele pela Deputada Carla Zambelli, que ele corrigiu e publicou. Ele também revelou que recebeu pagamentos de um motorista chamado Renan, em nome da Deputada, totalizando R\$40 mil. Além disso, Delgatti Neto discutiu um incidente em que foi solicitado a assumir a autoria de um suposto grampo telefônico no Ministro Alexandre de Moraes. Ele disse que recebeu informações de que Moraes já estava grampeado e que foi-lhe pedido para assumir a responsabilidade pelo grampo. Durante o depoimento, Delgatti Neto também mencionou uma conversa com a Deputada sobre a possibilidade de alterar o sistema eleitoral para incluir um voto impresso. O depoimento de Delgatti Neto trouxe à tona informações sobre a sua interação com políticos e alegações de que ele teria sido pago por suas ações.

Inquirição de Arthur Maia:

O depoimento de Walter Delgatti Neto se concentrou em esclarecer dúvidas sobre o código-fonte usado nas urnas eletrônicas do Brasil. Ele explicou que o código-fonte é o mesmo em todas as urnas e que, uma vez instalado, a urna solicita a cidade onde está sendo usada para exibir os candidatos locais. Delgatti Neto fez uma analogia entre o código-fonte e os ingredientes de um bolo, com o compilado sendo o bolo pronto. Ele afirmou que quem tem acesso aos "ingredientes" (código-fonte) pode inserir um "veneno" (código malicioso) no "bolo" (software da urna). Ele disse que a manipulação do código-fonte pode acontecer no momento em que ele é criado, editado ou atualizado, e isso ocorre no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não nas cidades. Delgatti Neto afirmou que, se alguém mal-intencionado quiser manipular o código-fonte, poderá fazê-lo de maneira a afetar apenas urnas específicas, usando inteligência artificial para tornar a manipulação menos óbvia. Essa manipulação pode ser feita para afetar zonas eleitorais com maior número de



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

votos. O depoente revelou que, até 2018 ou 2019, apenas uma pessoa, Giuseppe Dutra Janino, tinha acesso ao código-fonte. Delgatti Neto criticou a centralização de poder nesse caso e disse que agora há mais pessoas com acesso ao código-fonte após a aposentadoria de Giuseppe. Em resposta a uma pergunta sobre como melhorar a segurança do sistema eleitoral, Delgatti Neto sugeriu que a única saída seria a impressão do voto pela urna eletrônica, para que o eleitor possa verificar se o voto impresso corresponde à sua intenção de voto.

Na sequência, o depoimento perdeu o valor jurídico, pois revelou-se um “jogo de cartas marcadas”. Nesse sentido, oportuno trazer as impressões do Senador Izalci Lucas, nestes termos:

O senador Izalci Lucas (PSDB - DF) expressou sua indignação sobre a condução da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), alegando que a forma como vem sendo conduzida é motivo de vergonha. Ele criticou a criação de uma narrativa sem fundamento lógico e mencionou sua experiência como deputado em 2015, quando participou de audiências públicas sobre o voto impresso.

Lucas, que é auditor, argumentou que o que não é auditável não é confiável e citou a eleição de 2014 como exemplo, onde houve questionamentos sobre a confiabilidade do processo. Ele ressaltou a importância do código-fonte nas urnas eletrônicas e apontou que até 2018, apenas uma pessoa tinha acesso a esse código-fonte, levantando preocupações sobre a segurança das eleições.

O senador destacou a necessidade de aperfeiçoamento no sistema eleitoral, considerando a evolução da tecnologia e da inteligência artificial. Ele criticou a narrativa de que houve uma construção para fraudar uma eleição e mencionou a participação de diversas entidades, como o Exército e a OAB, na fiscalização do processo eleitoral.

Lucas também manifestou preocupação com a demora na análise de requerimentos importantes e a falta de depoimentos de pessoas fundamentais para a investigação da CPMI. Ele criticou a ausência de informações do Supremo Tribunal Federal e do Ministério da Justiça.

Em relação ao depoimento do dia, o senador afirmou que foi um desvio do foco e que ficou indignado com as respostas contraditórias. Ele considerou a audiência um desperdício de tempo e chamou-a de teatro. Em suas palavras finais, Lucas pediu que a CPMI fosse conduzida de forma mais séria e focada.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

CAPÍTULO SUPLEMENTAR

QUESTÕES DE ORDEM APRESENTADAS/ANALISADAS

QUESTÃO DE ORDEM – SUSPEIÇÃO DA RELATORA

Com base nos Princípios da Moralidade, da Impessoalidade e da Publicidade, todos da Constituição Federal de 88, assim como nas regras gerais de funcionamento deste Parlamento.

DOS FATOS:

Por ocasião da 17ª reunião desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI8, foi levantada a seguinte questão:

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) - Sr. Presidente, [...] Agora, nestes últimos dois minutos que me restam, eu gostaria que colocassem a apresentação que a minha equipe preparou, para tentar explorar isso o mais rápido possível.

Nós tivemos aqui a conversa entre o General G. Dias e o seu filho, o Gabriel Dias. Nessa conversa, eles relatam um encontro com o Sr. Erlando, que, supostamente, é o chefe de gabinete da nobre Relatora Eliziane Gama.

Esse encontro, pela conversa - pode passar o eslaide -, foi no dia 29 de agosto, dois dias antes de o General ser ouvido na CPMI.

O Erlando foi nomeado no gabinete da Senadora Eliziane Gama em 2019.

Pode passar.

Nesse mesmo dia em que houve esse encontro, o Coronel Titan, que chama o G. Dias de tio - portanto, não se sabe se é sobrinho ou se chama "tio" de forma carinhosa -, encaminha um documento ao General G. Dias contendo perguntas e respostas a serem feitas durante a oitiva.

Pode passar.

Esse documento que o Coronel Titan encaminha para o G. Dias - e, depois, o General G. Dias encaminha esse documento para o seu advogado, Dr. André Callegari -, que contém perguntas e respostas...



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) - São basicamente as mesmas perguntas feitas pela Senadora Eliziane Gama no depoimento do General G. Dias.

De um lado, nós temos o documento compartilhado e, de outro lado, a pergunta feita pela Relatora no depoimento do General G. Dias.

Pode passar.

Mais uma pergunta que consta no documento e que é a mesma pergunta feita pela relatora na CPMI.

Pode passar.

Mais uma pergunta que foi compartilhada nesse documento pelo Coronel Titan com o General G. Dias, que, por sua vez, compartilha com o Dr. André Callegari, no mesmo dia em que o chefe de gabinete da Senadora Eliziane Gama encontrou com o General G. Dias. E as perguntas são idênticas, são as mesmas.

Então, Sr. Presidente, é claro que aqui não se aplicam as normas de impedimento e suspensão. Mas, politicamente falando, nós temos que ter a consciência de que o relatório da Senadora Eliziane Gama está eivado de uma grave suspeição. Está eivado de um vício, que não pode ser sanado.

Ela, como Relatora, não poderia se encontrar às escondidas, através de seu chefe de gabinete, com um depoente que estava aqui como testemunha, como investigado. Qualquer outro de nós poderia.

O senhor, Sr. Presidente, fez a sua fala, mas o senhor poderia se encontrar. O senhor é Presidente da Comissão. Qualquer outro membro desta Comissão também poderia.

Agora, ela, como Relatora, macula o trabalho desta CPMI.

(Intervenção fora do microfone.) [...]

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) - Sr. Presidente, duas ponderações. E aí eu queria indagar da Relatora, que, com essa situação nova aqui, acabou... Esse servidor Erlando é funcionário do seu gabinete?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Fora do microfone.) - Sim.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Fora do microfone.) - Chefe de gabinete.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - É chefe de gabinete?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - Porque, assim...

Mas eu, enfim... Se ele é chefe de gabinete, eu contato, obviamente... Se um chefe do meu gabinete vai procurar algum depoente, eu, na condição de relator



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

de qualquer matéria, eu acho que eu devo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) - Não, parece que ele falou que ele procurou. Não foi isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - Não, ele foi com ele.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Fora do microfone.) - Ele de fato encontrou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) - É a mensagem [...]

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para explicação pessoal.) - Sr. Presidente, eu queria lembrar a todos os colegas, Deputados e Senadores, que na CPI dos Correios, CPI do Mensalão, o Deputado Paulo Pimenta, hoje Ministro, foi flagrado trocando informações com o Marcos Valério. Isso foi um escândalo nacional, que fez com que o Paulo Pimenta renunciasse a sua presença naquela CPI.

Hoje nós temos mensagem, Senadora - e aqui eu repito aquilo que eu disse, eu não sou Relator; o Presidente não é Relator, ele é Presidente; qualquer um de nós aqui poderíamos nos encontrar com qualquer pessoa, agora, a senhora é Relatora desta CPMI -, e tem conversas aqui.

General G. Dias com o seu filho: "Oi, você vai trazê-lo aqui [na casa do G. Dias]. É o chefe mesmo?". O filho responde: "Vou. É sim". "Qual é o nome dele?" "O Júlio e o Binho, que entraram em contato com a Senadora. Aí ela disse pra ele ir conversar com você. O Júlio vai me passar o nome da pessoa: Erlando." Nós conferimos no site do Senado: Erlando é o seu chefe de gabinete e foi lá a seu o pedido. É o que está escrito aqui na conversa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) - Deputado...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) - "Aí ela [a Senadora Eliziane Gama] disse pra ele ir conversar com você."

E, logo depois da conversa de vocês, circula um documento em que, curiosamente, são as mesmas perguntas que V. Exa. fez para ele. [...]

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) - Não adianta, Senadora. E a senhora sabe que eu tenho tratado com respeito a senhora em todos os momentos desta CPMI, mas não adianta dizer que eu, o Deputado André e o Deputado Nikolas também tentamos nos encontrar, porque não houve encontro, agora, diferentemente do caso de V. Exa., que nas mensagens manda o seu chefe de gabinete ir encontrar o General G. Dias. É o que está aqui nas mensagens e, posteriormente a essa conversa, circula um documento.. [...]

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) - ... reproduz exatamente as mesmas perguntas que a senhora fez.

Então, Sr. Presidente...



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) - ... existe uma suspeição, existe uma suspeição de que nós desconfiávamos, mas agora nós temos a certeza. A Relatora, ou o Relator de qualquer CPI, não pode encontrar às escondidas testemunha. Eu me lembro de que, numa das primeiras oitivas que nós fizemos aqui - eu não me lembro quem era a testemunha ou o investigado que estava sentado aqui, Sr. Presidente -, nós fomos, ao final da oitiva, cumprimentar a pessoa. Logo, a assessoria do Senado disse: "Olhe, a gente tem a incomunicabilidade da testemunha. Vocês não podem conversar com a pessoa". Nós respeitamos, saímos de perto e pronto. Agora, a Relatora mandar o seu chefe de gabinete encontrar a testemunha, dois dias antes do depoimento dela aqui nesta CPMI é gravíssimo, e combinando perguntas, porque o documento que circula são as perguntas que a Relatora fez aqui a ele. Portanto, nós temos, pode não ser neste momento, mas nós temos, nem que seja fora das câmeras, que conversar sobre isso e ver qual é a postura que nós utilizaremos nesta CPMI.

Pois bem... de fato, o sigilo telemático de G Dias, que foi disponibilizado para esta CPMI8, trouxe tais mensagens, como segue:

G Dias pergunta:

From : 55 6199 113 02 60@s.whatsapp.net G DIAS (owner)

Oi

Status: Entregue
Plataforma: Celular

29/03/2023 15:14:01(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

From : 55 6199 113 02 60@s.whatsapp.net G DIAS (owner)

Vc vai trazer aqui...

Status: Entregue
Plataforma: Celular

29/03/2023 15:14:21(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

From : 55 6199 113 0250 @s.whatsapp.net G DIAS (owner)

É o chefe mesmo?

Status: Entregue

Plataforma: Celular

29/08/2023 15:14:37(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

O Filho (Gabriel Dias) Responde:

From : 556 193 33 4467@s.whatsapp.net Fam Gabriel G Dias

Vou

Plataforma: Celular

29/08/2023 15:18:29(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

From : 556 193 33 4467@s.whatsapp.net Fam Gabriel G Dias

É sim

Plataforma: Celular

29/08/2023 15:18:32(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

G Dias pergunta:

From : 55 6199 113 0250 @s.whatsapp.net G DIAS (owner)

Qual o nome dele?

Status: Entregue

Plataforma: Celular

29/08/2023 15:31:59(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

O Filho (Gabriel Dias) responde:

From: 556 193 33 4467@s.whatsapp.net Fam. Gabriel G Dias

O Júlio e o binho que entraram em contato com a senadora

Platform: Celular

29/08/2023 15:33:23(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

From: 556 193 33 4467@s.whatsapp.net Fam. Gabriel G Dias

Aí ela disse para ele ir conversar com vc

Platform: Celular

29/08/2023 15:33:36(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

From: 556 193 33 4467@s.whatsapp.net Fam. Gabriel G Dias

O Júlio Vai me passar o nome da pessoa

Platform: Celular

29/08/2023 15:33:49(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

From: 556 193 33 4467@s.whatsapp.net Fam. Gabriel G Dias

Erlando

Platform: Celular

29/08/2023 15:35:21(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Adicionalmente, seguem as mensagens onde o arquivo de perguntas é compartilhado por G Dias (**Mencionado arquivo c/ perguntas está no anexo 01**):

Cel Titan envia anexo com perguntas p/ G Dias:

From : 5521992538502@s.whatsapp.net Cel Titan

Anexo:

Título: pergs.possiveis (1) 291059h - Atu 291506Aug2023.pdf
Tamanho: 81850
Nome do arquivo: pergs.possiveis (1) 291059h - Atu 291506Aug2023.pdf
Caminho: https://mmg.whatsapp.net/vt62.7119-24/31601852_669159608471244_1017027656430398084_n.enc?ccb=11-4&oh=01_AdTDjxp1LvS44r_tQa5T3nuyqlaGfWgtQ8UaEZ7VxWGaVw&oe=65159CB6&mms3=true
pergs.possiveis (1) 291059h - Atu 291506Aug2023.pdf

Plataforma: Celular

29/08/2023 15:12:26(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

G Dias compartilha anexo de perguntas com Adv. Callegari:

Encaminhado

From : 5561991130250@s.whatsapp.net G DIAS (owner)

Anexo:

Título: pergs.possiveis (1) 291059h - Atu 291506Aug2023.pdf
Tamanho: 81850
Nome do arquivo: pergs.possiveis (1) 291059h - Atu 291506Aug2023.pdf
Caminho: https://mmg.whatsapp.net/vt62.7119-24/31601852_669159608471244_1017027656430398084_n.enc?ccb=11-4&oh=01_AdTDjxp1LvS44r_tQa5T3nuyqlaGfWgtQ8UaEZ7VxWGaVw&oe=65159CB6&mms3=true
pergs.possiveis (1) 291059h - Atu 291506Aug2023.pdf

Status: Entregue

Plataforma: Celular

Rótulo: Forwarded

29/08/2023 15:13:12(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

G Dias compartilha anexo de perguntas com Adv. João Paulo:



Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

G Dias compartilha anexo de perguntas com Lula jornalista:



Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

Registre-se que nesse dia 29, no período da manhã, G Dias tratou com o Jornalista Lula sobre as perguntas. Nessas mensagens, G Dias mencionou o nome da Senadora Eliziane Gama, como segue:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

G Dias pergunta:

From: 5561991130250@s.whatsapp.net G DIAS (owner)

Bom dia

Status: Entregue

Plataforma: Celular

29/08/2023 09:00:49(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

From: 5561991130250@s.whatsapp.net G DIAS (owner)

O João me disse que vc faria algumas perguntas que a ELiziane..

Status: Entregue

Plataforma: Celular

29/08/2023 09:03:02(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

Lula jornalista responde:

From: 556199749955@s.whatsapp.net Lula Jornalista

Isso. Mando até 12h30 e nos encontramos lá 18h. No João.

Plataforma: Celular

29/08/2023 09:03:46(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

Logo depois, Lula jornalista envia arquivo com perguntas a G Dias (Mencionado anexo c/ perguntas está no anexo 02):



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

From : 556199749955@s.whatsapp.net Lula Jornalista

Anexo:



Título : pergs possíveis.docx
Tamanho : 21761
Nome do arquivo : pergs possíveis.docx
Caminho : https://img.whatsapp.net/v62.7119-2400662339_795195089017175_6512807350710115473_n.enc?ccb=11-4&oh=01_AdSEb0Wt8f9eQuw2-GQbEmEz~NzpEAR8-6IEeQ-UYNhKQ&oe=65155362&mms3=true
[pergs possíveis.docx](#)

Plataforma: Celular

29/08/2023 10:21:53(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

From : 556199749955@s.whatsapp.net Lula Jornalista

Aí, para falarmos mais tarde e pensar as linhas de respostas. Firmes, diretas, pragmáticas.

Plataforma: Celular

29/08/2023 10:22:17(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)

G Dias responde:

From : 55619941130250@s.whatsapp.net G DIAS (owner)

Obrigado.

Status: Entregue

Plataforma: Celular

29/08/2023 10:25:09(UTC-3)

Extração da fonte:
Sistema de arquivos (1)



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

DO DIREITO:

Todos sabemos que o Código de Processo Penal (CPP) é aplicado subsidiariamente às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). As CPIs têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas casas legislativas. No entanto, elas não possuem um procedimento investigatório próprio detalhado, por isso, em situações não previstas expressamente na legislação ou nos regimentos internos, recorre-se subsidiariamente ao CPP.

Isso significa que, na ausência de normas específicas que regulem determinados procedimentos dentro de uma CPI, o Código de Processo Penal pode ser utilizado para preencher essa lacuna.

No entanto, é importante ressaltar que a aplicação subsidiária do CPP às CPIs não significa que as CPIs tenham os mesmos poderes e limitações de um processo penal judicial. As CPIs têm um caráter predominantemente político e investigativo, e não possuem competência para julgar ou aplicar sanções penais. Seus resultados, quando encontram indícios de ilícitos, são encaminhados ao Ministério Público para que este tome as medidas judiciais cabíveis.

Pois bem... O Código de Processo Penal (CPP) trata das situações de suspeição de um juiz nos artigos 254 e 258. De acordo com o CPP:

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes: I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles; II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia; III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

IV - se tiver aconselhado qualquer das partes; V - se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes; VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

Art. 258. A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.

Além desses artigos, existem outros dispositivos no CPP que tratam do procedimento a ser seguido quando uma das partes alega a suspeição do juiz, bem como as consequências da declaração de suspeição.

Enfim, a suspeição de um juiz ocorre em situações em que há dúvidas sobre sua imparcialidade para julgar um caso, seja por relações pessoais, profissionais ou outros motivos que possam comprometer sua objetividade. Quando reconhecida a suspeição, o juiz é afastado do caso e outro juiz é designado para prosseguir com o julgamento.

Nesse sentido, a pergunta a se fazer é se “*um encontro furtivo do juiz com uma das partes para combinar os termos de um depoimento poderia se enquadrar no inciso IV do art. 254 do CPP?*”

A resposta não poderia ser outra que... **Sim, o encontro furtivo do juiz com uma das partes para combinar os termos de um depoimento pode se enquadrar no inciso IV do art. 254 do Código de Processo Penal (CPP). O inciso IV estabelece que o juiz será considerado suspeito "se tiver aconselhado qualquer das partes".**

Um encontro secreto entre o juiz e uma das partes, especialmente para combinar termos de um depoimento, pode ser interpretado como uma forma de aconselhamento. Esse tipo de conduta compromete a imparcialidade do juiz e a integridade do processo, pois o juiz não deve ter qualquer tipo de relação ou comunicação ex parte (ou seja, com uma das partes sem a presença da outra) que possa influenciar o desfecho do



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

processo.

Portanto, se comprovado que o juiz teve um encontro furtivo com uma das partes para combinar termos de um depoimento, isso pode ser um forte indicativo de sua suspeição, e ele poderia ser recusado com base no inciso IV do art. 254 do CPP.

Registre-se que a aplicação das regras de suspeição do Código de Processo Penal (CPP) a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é uma questão mais complexa e não é diretamente transposta, pois as CPIs operam em um contexto diferente do judiciário. As CPIs são órgãos de investigação do Poder Legislativo e têm natureza política, enquanto o CPP regula procedimentos no âmbito do Poder Judiciário, que tem natureza jurisdicional.

No entanto, a conduta ética e a imparcialidade são princípios fundamentais em qualquer processo investigativo ou jurisdicional. Se um relator de uma CPI tiver um encontro secreto com uma das partes ou testemunhas para combinar termos de um depoimento, isso pode comprometer a integridade e a imparcialidade da investigação. Mesmo que as regras específicas do CPP não se apliquem diretamente, a conduta pode ser questionada com base em princípios éticos e no regimento interno da respectiva casa legislativa.

Em muitos regimentos internos de casas legislativas, existem disposições sobre a conduta dos parlamentares, e uma conduta que comprometa a imparcialidade e a integridade de uma investigação pode ser passível de sanções ou medidas corretivas. Além disso, a opinião pública e a mídia também desempenham um papel importante na avaliação da conduta dos membros de uma CPI.

Desse modo, embora as regras específicas do CPP sobre suspeição de juízes não se apliquem diretamente às CPIs, a conduta do relator pode ser questionada e avaliada com base em outros princípios, especialmente se comprometer a integridade da investigação.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

No contexto das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e do Poder Legislativo em geral, existem diversos princípios que podem ser invocados para avaliar e questionar a conduta dos parlamentares, incluindo o relator de uma CPI, a saber:

- ☞ **Princípio da Moralidade:** Este é um dos princípios administrativos previstos na Constituição Federal. Ele exige que os agentes públicos atuem de acordo com padrões éticos e morais. Uma conduta que viole a moralidade pode ser questionada judicialmente.
- ☞ **Princípio da Impessoalidade:** Outro princípio constitucional, a impessoalidade exige que os agentes públicos atuem sem favoritismos, evitando beneficiar ou prejudicar alguém indevidamente.
- ☞ **Princípio da Publicidade:** Este princípio exige transparência nas ações do poder público. Em uma CPI, isso significa que as ações e decisões devem ser públicas, a menos que haja razões justificadas para o sigilo.
- ☞ **Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92):** Esta lei estabelece punições para agentes públicos que cometem atos de improbidade, que incluem enriquecimento ilícito, causar dano ao erário e violar os princípios da administração pública.
- ☞ **Opinião Pública e Mídia:** A conduta dos membros de uma CPI está sujeita ao escrutínio da opinião pública e da mídia. A pressão pública pode levar a consequências políticas para parlamentares que se envolvem em condutas questionáveis.

Estes são apenas alguns dos princípios que podem ser invocados para avaliar a conduta de parlamentares no contexto de uma CPI ou outras atividades legislativas. A conduta ética e a integridade são fundamentais para a confiança pública no processo legislativo e investigativo.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

DO PEDIDO:

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados não possui um dispositivo específico que trate diretamente da suspeição de relatores de CPIs. De igual modo, o Regimento Interno do Senado Federal não possui um dispositivo específico que trate da suspeição de relatores de CPIs de forma direta.

No entanto, em ambos os casos, a conduta de um relator que possa comprometer a imparcialidade e a integridade de uma investigação pode ser questionada com base em princípios éticos e nas regras gerais de funcionamento das casas legislativas. Além disso, a opinião pública e a mídia desempenham um papel importante na avaliação da conduta dos membros de uma CPI.

Desse modo, com base nas evidências e argumentos ora apresentados, lastreados nos Princípios da Moralidade, da Impessoalidade e da Publicidade, todos da Constituição Federal de 88, assim como nas regras gerais de funcionamento do Parlamento, e em atenção ao contido nos artigos 403 e 404 do Regimento Interno do Senado Federal e no artigo 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados c/c com o artigo 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional, apresento QUESTÃO DE ORDEM para suscitar a SUSPEIÇÃO da Relatora desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI8, a Senadora ELIZIANE GAMA, uma vez que sua imparcialidade resta comprometida, e, por conseguinte, promover o seu AFASTAMENTO para que se proceda à escolha de um novo relator.

IZALCI LUCAS

SENADOR - PSDB/DF



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

ANEXO 01

- 1. General, o senhor mandou que o diretor-adjunto da Abin, Saulo Cunha, adulterasse o relatório de alertas de segurança sobre os atos antidemocráticos de 8 de janeiro? Ele disse que o senhor ordenou que fosse retirado o seu nome do primeiro relatório enviado à CCAI, do Congresso Nacional, no dia 20 de janeiro. O senhor determinou uma fraude em documento público?**

Não mandei adulterar

O relatório foi uma solicitação da CCAI, a produção deste documento cabe à ABIN.

Quando o Sr Saulo veio despachar o documento comigo, observei que a resposta se tratava de um compilado de mensagens encaminhadas em grupos de WhatsApp.

Na primeira versão, aparecia na coluna "Difusão" o "Ministro do GSI" para alguns eventos, dando à entender que o Ministro do GSI fazia parte do grupo de WhatsApp onde estas mensagens foram difundidas.

Questionei o Sr Saulo, informando que as mensagens, por mim, recebidas não foram através de grupos, pois foram encaminhadas através contato pessoal entre o Sr Saulo e eu, pois desde minha assunção nunca fiz parte de nenhum grupo de difusão de mensagens, até mesmo por não ter conhecimento da existência destes grupos.

O Sr Saulo concordou com os argumentos e providenciou uma nova resposta, esta sim, encaminhada para CCAI, através comunicação oficial. Em nenhum momento houve imposição argumentativa, ordem ou adulteração de documentos, foi apenas um despacho, de um documento oficial.

Mas senadora, agora pensando, ele poderia ter colocado GSI, pois em sua oitiva na sindicância ele falou que naquele grupo constava um integrante da Coordenadoria Geral de Análise de Risco, tenente coronel Jader. Esta coordenadoria tem por missão, após a ativação do Plano Escudo, de fazer acompanhamento das ações com a área de inteligência da PM e ABIN.

- 2. General, mesmo que o senhor tenha recebido alertas de segurança em seu celular pessoal, enviados pelo celular pessoal do senhor**



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Saulo Cunha, que medidas o senhor tomou a partir do momento em que foi avisado da gravidade dos atos que iriam ocorrer?

No dia 05 de janeiro, quinta-feira, com o acompanhamento de informes de fontes abertas e informações da área de inteligência da PM se estabeleceu o nível de criticidade laranja. Momento que houve a solicitação ao CMP para o acionamento de um pelotão de Prontidão, podendo ser acionado mais dois pelotões (cerca de 60 homens).

No dia 6, sexta-feira, o expediente transcorreu de maneira normal, com nenhum dos assessores nomeados (em sua grande maioria, advindos do governo anterior), trazendo algum fato novo, que indicasse uma escalada nos eventos que estavam sendo acompanhados, desta forma, saí do Palácio por volta das 18:30hrs.

Como Ministro nomeado do GSI, estando há 5 dias efetivos na função, que em sua estrutura organizacional consta com aproximadamente 1200 pessoas advindas não só do Exército, mas também Marinha, Força Aérea, Polícias Federal e Rodoviária, Polícia Militar de Brasília e servidores civis, tratando de assuntos extremamente sensíveis afetos desde a segurança de autoridades e instalações, como também, segurança cibernética, assuntos espaciais, nucleares, relações exteriores e defesa nacional, não temos tempo hábil para realizar da noite para o dia, todas as mudanças necessárias.

Porém, no acompanhamento de todas as situações correlatas, dos alertas recebidos, o que causou maior preocupação foi o do dia 06, às 19:40 hs, em que expressava a possibilidade de invasão a prédios públicos.

De posse dessa mensagem, passada por WhatsApp, eu já tinha acionado os chefes e, ainda assim, reforcei recomendações para a Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial que tem por missão zelar pela segurança das instalações e a sua Coordenação Geral de Análise de Risco que tem por missão acompanhar estas ameaças por fontes abertas (imprensa, jornais, periódicos, internet etc), e estabelecer contato com a área de inteligência e a Abin.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

3. General, o Plano Escudo do Planalto, que estava ativado desde o dia 2, não era insuficiente para conter os protestos? Não era necessário que houvesse mais tropas de prontidão? Por que o contingente não se deu em número suficiente?

A segurança da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes tem como tropa de primeira linha e emprego imediato em caso de manifestação a Polícia Militar, devendo cumprir o que é estabelecido no Protocolo de Ações Integradas. Cujo órgão de coordenação central é a Secretaria de Segurança Pública. Este protocolo foi acionado no dia 6 de janeiro, em reunião para qual o GSI não foi comunicado.

No protocolo, registrado em ata, é possível verificar as missões afetas a cada órgão de gestão setorial, onde cabia a PMDF, NÃO PERMITIR que pessoas e veículos acessassem a Praça dos Três Poderes.

Este protocolo, elaborado pela Secretaria de Segurança Pública do DF, não vislumbrava a não realização da atividade de contenção, esta ação é essencial para preparação, posicionamento e ação das tropas responsáveis pela segurança aproximada de instalações, a partir do momento que esta determinação não foi cumprida, se estabelece um efeito dominó.

Foi o que aconteceu

O plano Escudo estabelece o emprego de um pelotão até um Batalhão.

No dia 8 de janeiro pela manhã tínhamos no palácio: 49 agentes da Coordenação Geral de Segurança das Instalações, 46 militares do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas.

Cabe destacar que desde o dia 6 de janeiro, estava em prontidão uma companhia do BGP (135 militares – 3 pelotões). O que conforme o Plano Escudo eram as forças necessárias para a contenção do nível de criticidade estabelecido pela coordenadoria de análise de riscos

Por volta das 12:00 hrs foi solicitado o deslocamento de um pelotão (aproximadamente 38 militares) do pelotão de Choque do Batalhão de Guardas Presidencial face ao deslocamento de manifestantes em direção à Esplanada dos Ministérios, este pelotão chega ao Palácio do Planalto por volta das 13:00hrs.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Quando do rompimento da contenção realizada pela Polícia Militar, por volta das 15:00hrs, na Avenida das Bandeiras, foi solicitado o deslocamento dos dois outros pelotões que estavam de prontidão no BGP, tendo chegado ao Palácio do Planalto por volta das 15:40hrs.

Cheguei ao Palácio do Planalto por volta das 14:40hrs, presenciando o rompimento da barreira de contenção na Avenida das Bandeiras, onde imediatamente liguei para o Gen Dutra, Comandante Militar do Planalto, solicitando pessoalmente, todas as tropas disponíveis para segurança do Palácio (medida não prevista no plano Escudo), recebemos o reforço de mais duas companhias, tendo uma companhia chegado por volta das 16:40hrs e outra companhia chegou às 17:15hrs.

- 4. O senhor conversou com Saulo Cunha, com a coronel Cíntia, da PM do DF e com o General Penteado na manhã do dia 8 de janeiro. O que cada um deles disse ao senhor, qual a sequência dessas conversas e o que eles achavam da gravidade dos protestos que já estavam nas ruas naquele momento?**

Na manhã do dia 08, por volta das 0800h, o Saulo me ligou muito preocupado com as manifestações. Pedi a ele o telefone da Coronel Cíntia, e liguei. Ela me informou que na esplanada estava tudo calmo.

Por volta das 1300h o Saulo me ligou ou eu liguei para ele, não me lembro. Ele me disse da possibilidade de haver atos violentos.

Liguei para o meu Secretário Executivo e ele, assim como a Coronel Cíntia, me disse que estava tudo calmo.

Em meio a estas divergências fui para o Planalto pela obrigação e comprometimento que tinha com o governo.

- 5. O senhor não considera que foi excessivamente confiante na montagem de sua equipe ao herdar adjuntos e integrantes do Governo anterior? Havia clima para se confiar em pessoas que vinham de um Governo totalmente antagonista à equipe e às ideias do presidente Lula, que tomava posse? O senhor se arrepende de ter montado sua equipe como montou?**



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Quero pensar que estava trabalhando com profissionais de estado, comprometidos com nossa constituição.

Nesta primeira semana estávamos em processo de mudança física do quarto piso para o terceiro piso e, também, assistindo palestras das secretarias para estar ciente das competências do GSI.

A troca imediata de determinadas funções é complexa. Os trâmites administrativos desde a pesquisa de antecedentes, designação, nomeação, movimentação, apresentação e treinamento de militares e civis, para o exercício de atividades relativas à segurança do presidente e de suas instalações, foi compondo aos poucos. Somente vieram comigo um coronel da reserva da PM, Cel Rogerio, assessor jurídico, um coronel da reserva do bombeiro, Cel Camargo, assessor parlamentar, Capitão de Mar e Guerra, da reserva Marco Aurelio, chefe de gabinete e o capitão da reserva Agnaldo, assistente.

A troca mais efetiva de pessoal se deu na Secretaria de Coordenação e Segurança Pessoal, pela proximidade com o ex presidente e pelo rodizio feitos normalmente pelas Forças Armadas, quando se finda o tempo de permanência na Presidência (entre dois e quatro anos de nomeação). Ao todo, desde 1º de janeiro até 19 de abril de 2023 (data da minha demissão a pedido) foram exonerados cerca de 250 servidores civis e militares, cerca de 20% do efetivo do Ministério.

Na época da transição foi solicitado pela assessoria jurídica que estava trabalhando com o Sr Rui Costa quais as pessoas que deveriam ser exoneradas do Ministério. Repassei os nomes de toda assessoria de comunicações, Assessoria Parlamentar, chefe de gabinete, gerais assessores especiais, diretamente ligados ao ex ministro do GSI. Estas foram as únicas exonerações antes do dia 08 de janeiro.

Após o dia 08 de janeiro, em caráter urgência aos acontecimentos, foram trocados de maneira imediata o Gen Feitosa, Secretário de Coordenação e Segurança Presidencial e o Gen Penteado, Secretário Executivo.

Permanecendo o Contra-Almirante Marcelo da Silva Gomes da Secretaria de Coordenação de Sistemas e o Brigadeiro do Ar Max Cintra Moreira, Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional, áreas extremamente técnicas onde se faz necessário um período maior de transição devido à sensibilidade dos temas de trabalho.

Olhando para trás, algumas funções eu deveria ter trocado na primeira semana e não o fiz.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

- 6. General, temos a informação que o seu adjunto, General Penteado, não só tentou evitar sua ida ao Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro, como também foi contra a apuração de responsabilidades, por sindicância interna, nos dias seguintes aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Isso é verdade? Por que? O General Penteado seguiu em sua equipe? Ele foi punido internamente?**

Não posso afirmar que ele tentou evitar. Ele me disse que estava tudo normal, quando não estava.

Não era unanimidade a abertura da sindicância, fizemos uma reunião com a presença da Assessoria jurídica e Secretário Executivo, e determinei pessoalmente, a abertura de procedimento investigativo. O Secretário Executivo, responsável direto pela gestão do ministério, não via necessidade de abertura da sindicância.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

ANEXO 02

1. *General, o senhor mandou que o diretor-adjunto da Abin, Saulo Cunha, adulterasse o relatório de alertas de segurança sobre os atos antidemocráticos de 8 de janeiro? Ele disse que o senhor ordenou que fosse retirado o seu nome do primeiro relatório enviado à CCAI, do Congresso Nacional, no dia 20 de janeiro. O senhor determinou uma fraude em documento público?*
2. *General, mesmo que o senhor tenha recebido alertas de segurança em seu celular pessoal, enviados pelo celular pessoal do senhor Saulo Cunha, que medidas o senhor tomou a partir do momento em que foi avisado da gravidade dos atos que iriam ocorrer?*
3. *General, o Plano Escudo do Planalto, que estava ativado desde o dia 2, não era insuficiente para conter os protestos? Não era necessário que houvesse mais tropas de prontidão? Por que o contingente não se deu em número suficiente?*
4. *O senhor conversou com Saulo Cunha, com a coronel Cíntia, da PM do DF e com o General Penteado na manhã do dia 8 de janeiro. O que cada um deles disse ao senhor, qual a sequência dessas conversas e o que eles achavam da gravidade dos protestos que já estavam nas ruas naquele momento?*
5. *O senhor não considera que foi excessivamente confiante na montagem de sua equipe ao herdar adjuntos e integrantes do Governo anterior? Havia clima para se confiar em pessoas que vinham de um Governo totalmente antagonista à equipe e às ideias do presidente Lula, que tomava posse? O senhor se arrepende de ter montado sua equipe como montou?*
6. *General, temos a informação que o seu adjunto, General Penteado, não só tentou evitar sua ida ao Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro, como também foi contra a apuração de responsabilidades, por sindicância interna, nos dias seguintes aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Isso é verdade? Por que? O General Penteado seguiu em sua equipe? Ele foi punido internamente?*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

QUESTÃO DE ORDEM – ABUSO DE AUTORIDADE

QUESTÃO DE ORDEM Nº , DE 2023

(Do Deputado Delegado Ramagem, Senador Marcos Rogério e demais Senadores e Deputados)

QUESTÃO DE ORDEM, com fundamento no art. 5º, incisos X e XII, e art. 58, § 3º, todos da Constituição Federal; art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional; arts. 144, 145 e 403 do Regimento Interno do Senado Federal; e arts. 35, § 1º, e 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, PARA QUE A PRESIDÊNCIA DESTA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO: (a) ANULE todos os requerimentos de convocação aprovados que não tenham pertinência temática com o objeto da presente CPMI; e (b) ANULE todas as quebras de sigilo, por RIF ou sigilo stricto sensu, porque realizadas fundamentação idônea mínima.

Senhor Presidente, apresento a presente questão de ordem, com fundamento no art. 5º, incisos X e XII, e art. 58, § 3º, todos da Constituição Federal; art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional; arts. 144, 145 e 403 do Regimento Interno do Senado Federal; e arts. 35, § 1º, e 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com o objetivo de que a presidência desta CPMI: (a) ANULE todos os requerimentos de convocação aprovados que não tenham pertinência temática com o objeto da presente CPMI; e (b) ANULE todas as quebras de sigilo, por RIF ou sigilo stricto sensu, porque realizadas sem fundamentação idônea mínima, nos termos que se seguem.

Nos termos do art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Presidência desta CPMI ordenar e dirigir os trabalhos deste Colegiado.

Cabe à Presidência, portanto, elaborar a pauta das sessões deliberativas, com a indicação das matérias a serem apreciadas, e a toda evidência avaliar os requerimentos e a sua pertinência temática com o objeto da CPMI, antes de submetê-los à apreciação do Colegiado. Esse exercício de valoração seletiva não se submete ao princípio da soberania do plenário, por envolver atividades sujeitas à competência exclusiva do Presidente, pertinentes ao momento anterior à deliberação do Colegiado.

Como fiscal das garantias, esta presidência deve, a todo momento e independentemente de a matéria já ter sido apreciada pelo Colegiado, corrigir as irregularidades e os desvios ocorridos ao longo da marcha procedimental, prezando sempre pela regularidade e pela legalidade na organização dos trabalhos desta Comissão, a fim de que os seus objetivos sejam alcançados sem que haja violação ao ordenamento jurídico idealizado pela Constituição Federal, especialmente no que diz respeito à fuga do objeto da investigação.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Tratando-se de questão de natureza jurídica, cabe à Presidência desta CPMI atuar para salvaguardar não apenas os direitos individuais dos investigados, das testemunhas e de terceiros, mas, de um modo geral, proteger a legalidade e a regularidade de toda a investigação.

Nessa linha, senhor Presidente, deve ser observado que dentro do conjunto de requerimentos da eminente Relatora, aprovados em decorrência da captura da CPMI pela base governista, há nada menos do que 134 (cento e trinta e quatro) requerimentos para transferência de sigilo, por RIF ou sigilo stricto sensu, que alcançam o período compreendido entre janeiro/2019, janeiro/2020 ou janeiro/2022 até os dias atuais. Esses requerimentos são os dos seguintes números de protocolo: 1045 e 1046; 1050; 1054 e 1055; 1064 e 1065; 1215 ao 1218; 1220; 1223; 1225 e 1226; 1232 e 1233; 1236; 1249 ao 1257; 1308 ao 1337; 1364 e 1365; 1368 ao 1386; 1477; 1486 e 1487; 1494 ao 1503; 1508 e 1509; 1510; 1638; 1640; 1655 e 1656; 1711 ao 1721; 1736; 1746; 1748 ao 1756; 1759 ao 1762; 1764 ao 1766; 1768; 1770; e 1776 ao 1781.

Note-se que entre os 134 (cento e trinta e quatro) requerimentos citados, há pelo menos 96 (noventa e seis) que se referem à transferência de sigilos, por RIF ou stricto sensu, desde 1º de janeiro de 2019 até os dias atuais. Promoveu-se a quebra de sigilo de 96 (noventa e seis) pessoas, físicas ou jurídicas, por quase 5 (cinco) anos e sem qualquer motivação apresentada. Estes requerimentos são os seguintes: 1216 ao 1218; 1220; 1223; 1225 e 1226; 1232 e 1233; 1236; 1308 ao 1337; 1364 e 1365; 1368 ao 1386; 1467 e 1468; 1494 ao 1503; 1508 ao 1510; 1656; 1715 ao 1721; 1748 ao 1750; 1755; 1759; 1762; 1764 ao 1766; 1778; 1780 e 1781.

Como todos nós estamos presenciando, trata-se de quebras de sigilo genéricas, não fundamentadas e sem nenhuma relação com o âmbito temático da CPMI, as quais objetivam apenas causar a devassa na vida de pessoas que não têm nenhuma relação com a investigação.

Não bastassem as heterodoxas quebras de sigilo sem nenhum fundamento, verifica-se que as oitivas também avançam apenas para causar danos e constrangimentos na vida dos convocados.

Sem avançar sobre pessoas e autoridades verdadeiramente envolvidas nos atos de 8 de janeiro, a maioria governista está empenhada em colher o testemunho de sujeitos que nada tem a contribuir com a apuração, numa tentativa clara de causar constrangimentos e diluir o foco da investigação em questões totalmente divorciadas do objeto da CPMI.

É sabido que o Plano de Trabalho aprovado estendeu o objeto de instauração da CPMI, contido no Requerimento nº 1/2023, e por isso a CPMI caminha com a desarrazoada investigação.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Rememore-se que o objeto da CPMI, tal qual constava do referido requerimento, restringia a investigação tão somente a três pontos, a saber:

(I) "Fatos ocorridos em 8 de janeiro";

(II) Quem "planejou, executou e se omitiu, quando por força legal deveria ter agido"; e

(III) Investigação acerca das condições, dos processos e dos procedimentos que cercaram as quase 2.000 (duas mil) prisões efetuadas, com vistas a "apurar injustiças contra aqueles que efetivamente não participaram e não concordaram com os atos de vandalismo", buscando, ainda, "contribuir para a individualização das condutas e a consequente sanção a elas atribuída".

Esse era o escopo da instalação da CPMI, que consta expressamente em seu requerimento de instalação, e que foi desvirtuado pelo plano de trabalho, aprovado em decorrência do cooptação da comissão pela base de apoio ao governo federal.

Esta CPMI vem acumulando várias diligências e oitivas que fogem ao seu objeto e desvirtuam seu escopo, com consequências graves decorrentes do indevido alargamento de objeto da CPMI para muito além do próprio plano de trabalho (este já amplamente dissociado do requerimento de abertura). Tudo isso pode ser objeto de questionamento, tendo em conta a previsão constitucional de restrição do objeto da CPMI à apuração de um fato certo e determinado (art. 58, § 3º, da CF).

É preciso dar um basta nessa situação e fazer valer o direito das minorias.

A maioria governista está promovendo uma verdadeira pescaria probatória especulativa, prática mundialmente conhecida como "fishing expedition", invadindo e violando o sigilo de mais de uma centena de pessoas, físicas e jurídicas, sem qualquer fundamentação minimamente plausível e sem qualquer ligação com o objeto da CPMI.

Está bastante claro, por exemplo, que a oitiva de Osmar Crivelatti, relacionado tão somente no chamado "caso das joias", nunca buscou produzir nenhum resultado útil para a presente investigação, não passando, mais uma vez, de uma tentativa especulativa de buscar elementos relacionados com caso diverso do que é investigado pela CPMI.

*O caso do depoimento do General Walter Braga Netto, anteriormente marcado para a data de hoje, também pode ser citado como exemplo da **total falta de pertinência temática nas convocações**. Note-se que ele somente apareceu no horizonte de eventos da maioria governista depois que teve o seu nome citado em uma operação que investiga supostos desvios de recursos envolvendo a compra de coletes balísticos no Governo do ex-presidente Michel Temer, no ano de 2018. Note-se que o General Walter Braga Netto - que não foi alvo de nenhuma operação específica - teve o seu nome foi mencionado tão*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

somente porque exercia, na época dos fatos, o cargo de interventor federal na capital carioca.

Se a maioria governista entende que este parlamento deve investigar o caso das joias, a intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro/RJ ou qualquer outro fato, eles devem apresentar um requerimento e colher as assinaturas para tanto, de modo a instaurar uma Comissão com finalidades específicas.

Todos têm observado que os fundamentos usados nos pedidos de transferência de sigilo referem-se a supostas "liderança" ou "financiamento" de movimentos cívicos ocorridos no País, tudo apresentado de forma absolutamente genérica e sem qualquer lastro em fundamentação idônea e em elementos indiciários mínimos, contrariando a jurisprudência pátria.

Embora a jurisprudência não exija das comissões parlamentares de inquérito a "fundamentação exaustiva" das diligências que determinam no curso de seus trabalhos (Medida Cautelar no MS 37.970/DF, Segunda Turma, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI), O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL estabelece, entre outros, a necessidade de elementos indiciários mínimos. Nesse sentido: MS 24749/DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO.

Consoante esclarecido pelo Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, as quebras dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático por parte das Comissões Parlamentares de inquérito devem:

"[...] observar os requisitos formais, legal e regimentalmente definidos, apresentar fundamentação idônea e guardar relação de pertinência com os fatos investigados" (Medida Cautelar no MS 37. 963/DF).

Na espécie, a infinidade de quebras de sigilo fomentadas pela maioria governista não cumprem nenhum desses requisitos.

Está bastante claro que a devassa promovida na vida de uma infinidade de pessoas não passou de uma tentativa inequívoca de criminalizar movimentos cívicos e políticos, sempre daqueles que estejam à direita do espectro político, e agora com a instrumentalização do Parlamento para expor a vida das pessoas que se pretende atingir tão-somente em razão de sua visão política.

Portanto, não bastasse o absurdo de se promover verdadeira devassa na vida de aproximadamente 134 (cento e trinta e quatro) pessoas, físicas e jurídicas, transferindo-se dados pessoais relativos a quase 5 ANOS, o intento é buscado mediante a utilização de um caro e honroso instrumento das minorias, a Comissão Parlamentar de Inquérito, o que sem dúvida compromete e mancha a imagem deste Parlamento.

Esse cenário envolvendo centenas de quebras de sigilo e a oitiva de pessoas que não têm nenhuma relação com a investigação em curso comprova o flagrante desvirtuamento do objeto da CPMI (art. 58, § 3 da CF), o que deve ser



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

corrigido pela presidência deste colegiado.

O caso demanda uma postura ativa para evitar que a maioria continue atrapalhando os trabalhos por meio da ampliação indevida do objeto da presente investigação, sob pena de que essa conduta inconstitucional venha colocar esta CPMI em total descrédito perante a opinião pública.

É cediço que o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL possui entendimento firme no sentido de que investigação de fato determinado "apresenta, por si só, matiz constitucional" (MS 22.494/DF, Tribunal Pleno, Ministro MAURICIO CORRÊA).

O STF já decidiu que "a maioria legislativa não pode frustrar o exercício, pelos grupos minoritários que atuam no Congresso Nacional, do direito público subjetivo que lhes é assegurado pelo art. 58, § 3º, da Constituição e que lhes confere a prerrogativa de ver efetivamente instaurada a investigação parlamentar, por período certo, SOBRE FATO DETERMINADO" (MS 24.847, Tribunal Pleno, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno).

Como se sabe, "a ofensa ao direito das minorias parlamentares constitui, em essência, um desrespeito ao direito do próprio povo, que também é representado pelos grupos minoritários que atuam nas Casas do Congresso Nacional" (MS 26.441, Re. Min. Tribunal Pleno, Re. Min. CELSO DE MELLO).

A norma constitucional impõe que as apurações das CPIs devem se restringir ao objeto disposto na sua instauração, porquanto devem investigar "FATO DETERMINADO", nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal. Com essa linha de inteligência, cito os seguintes precedentes do Plenário do STF: Medida Cautelar no MS 37.760, Rel. Min. ROBERTO BARROSO; MS 23.652, MS 24.817 e MS 26.441, ambos sob a relatoria do Min. CELSO DE MELLO; Suspensão de Segurança 5.503, Rel. Min. LUIZ FUX; HC 71039, Rel. Min. PAULO BROSSARD; HC 71.231, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, entre outros.

É importante deixar claro que a determinação do fato não é requisito aplicável apenas à instauração da CPI, mas critério balizador que deve conduzir integralmente os trabalhos ao longo de toda a marcha investigatória.

*O entendimento do STF sobre o tema encerra a conceituação de fato determinado em contraposição com fatos inespecíficos, genéricos ou indeterminados. E, no caso, os requerimentos indicados nesta questão de ordem (quebras de sigilo indevidas e oitivas sem pertinência temática) evidenciam **clara intenção de desvirtuamento do objeto da CPMI**, com a sua instrumentalização para **a devassa de dados pessoais sigilosos** de mais de uma centena de pessoas, físicas e jurídicas, sem qualquer liame, mínimo que seja, com o objeto da investigação, além de constranger pessoas que não possuem nenhuma relação com os fatos investigados a prestarem depoimento.*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

*Saliente-se que nos autos do MS 32.885/DF, sob a relatoria da e. Min. ROSA WEBER, a SUPREMA CORTE decidiu que a maioria não pode desfigurar e obstaculizar o instituto constitucional da CPMI (o qual é assegurado e destinado às minorias políticas), **MEDIANTE A "AMPLIAÇÃO DE SEU OBJETO"**. No referido julgamento, a e. Ministra destacou precedente em que o **TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ALEMÃO** assentou que "a maioria não deve se engajar contra a vontade requerente, com imposição de investigação de questões adicionais".*

Fica claro que a manobra pretendida, de uso desta Comissão para instrumentalização de outros objetivos, que não guardam qualquer liame de causalidade, e ainda com verdadeira devassa de dados financeiros de inúmeras pessoas, físicas e jurídicas, com a exposição de um período de até 5 (CINCO) ANOS, consubstancia violação ao objeto da CPMI e, portanto, violação direta ao art. 58, parágrafo 3º, da Constituição Federal. Assim, sob pretexto de avanço na direção de fatos conexos, que NÃO estão demonstrados sequer minimamente, o que se pretende é, a toda evidência, obstar o direito da minoria de investigar as questões verdadeiramente envolvidas nos atos de 8 de janeiro, e que são fato determinado desta CPMI.

Decisões da CPMI que afrontam a Constituição Federal, especialmente o art. 58, § 3º, não devem ser aproveitadas para qualquer fim. Nesse sentido, em sede doutrinária, o Ministro ALEXANDRE DE MORAES, do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, esclarece que as provas oriundas das comissões parlamentares de inquérito somente serão lícitas quando estiverem de acordo com os limites constitucionais:

"Dessa forma, não resta dúvidas de que as Comissões Parlamentares de Inquérito poderão decretar o afastamento do sigilo bancário de seus investigados, conforme inclusive ocorreu na CPI da Privatização da Vasp, ocorrida no âmbito do Congresso Nacional. Convém, porém, notar que essas provas somente serão lícitas quando a Comissão Parlamentar de Inquérito estiver de acordo com seus limites constitucionais: [...]" (Direito constitucional I Alexandre de Moraes. - 33. ed. rev. e atual. até a EC no 95, de 15 de dezembro de 2016 - São Paulo: Atlas, 2017 - grifei).

Como consequência lógica da atribuição de poderes próprios das autoridades judiciais, as CPIs, quando do exercício de seus poderes, devem observar os mesmos limites impostos pelas leis aos juízes.

Nesse sentido, o Ministro CELSO DE MELLO, em irretocável decisão, assentou que:

"As Comissões Parlamentares de Inquérito, à semelhança do que ocorre com qualquer outro órgão do Estado ou com qualquer dos demais Poderes da República, submetem-se, no exercício de suas prerrogativas institucionais, às limitações impostas pela autoridade suprema da Constituição ... (STF - MS:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

30906 DF, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 05/10/2011, Data de Publicação: DJe-194 DIVULG 07/10/2011 PUBLIC 10/10/2011 RT v. 101, n. 915, 2012, p. 533-549 - grifei).

Entre os deveres impostos às autoridades judiciais e, consequentemente, às CPIs, está o da motivação das decisões, previsto no art. 93, IX, da Constituição Federal, o que não foi respeitado por este Colegiado em nenhuma das quebras de sigilo determinadas. No ponto, o Ministro GILMAR FERREIRA MENDES afirma que a necessidade de motivação das decisões judiciais decorre da garantia à proteção judicial efetiva, que impõe que as decisões judiciais sejam submetidas a um processo de controle, para que possam, inclusive, ser objeto de eventual impugnação. Nas palavras do Ministro:

"A garantia da proteção judicial efetiva impõe que tais decisões possam ser submetidas a um processo de controle, permitindo, inclusive, a eventual impugnação. Daí a necessidade de que as decisões judiciais sejam devidamente motivadas (CF, art. 93, IX). E motivar significa dar as razões pelas quais determinada decisão há de ser adotada, expor as suas justificações e motivos fático-jurídicos determinantes. A racionalidade e, dessa forma, a legitimidade da decisão perante os jurisdicionados decorrem da adequada fundamentação por meio das razões apropriadas. (Mendes, Gilmar Ferreira Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco. - 12. ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2017. - Série IDP - grifei).

Com efeito, os fatos forçadamente apurados pela maioria governista, notadamente no que diz respeito às quebras de sigilo e às oitivas de testemunhas, não têm relação alguma com o "fato determinado" investigado pela CPMI, o que induz à NULIDADE DOS REFERIDOS ATOS, por violação ao art. 58, § 3º da Constituição Federal.

Vale ressaltar decisão recente da PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, que reviu deliberação ocorrida no âmbito da CPI do MST e ANULOU A CONVOCAÇÃO do Ministro de Estado da Casa Civil, ao argumento de que "não se demonstrou no requerimento a conexão entre as atribuições do Ministro da Casa Civil da Presidência da República e os fatos investigados pela CPI do MST". E assentou ainda ser "imprescindível a demonstração explícita da conexão entre o campo temático da comissão e as atribuições do Ministro a ser convocado".

Importa esclarecer que o referido Ministro era Governador do Estado da Bahia à época de fatos investigados pela CPI, e nessa condição seria ouvido. Mesmo assim, a Presidência da Câmara obsteu a oitiva, ao argumento de falta de liame causal entre a oitiva e as atribuições do Ministro, e porque "o instituto da convocação de Ministro deve ser interpretado de forma estrita, em virtude da sensibilidade do tema".



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

A decisão do Presidente da Câmara dos Deputados já indicou essa necessidade de se ter ainda mais cuidado quando se trata de Comissões Parlamentares de inquérito, pois a elas "se aplica subsidiariamente o CPP. Seu caráter judicialiforme, portanto, impõe que todos os atos de uma CPI se revistam de maior rigor, NÃO SE ADMITINDO DECISÕES QUE NÃO ESTEJAM EXPRESSAMENTE FUNDAMENTADAS".

Assim, há precedente atualíssimo, da atual PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no sentido da ANULAÇÃO de convocação que fuja do objeto de Comissão parlamentar.

Ante o exposto, requeiro à Presidência desta CPMI a:

- 1) ANULAÇÃO de todos os requerimentos de convocação aprovados que não tenham pertinência temática com o objeto da presente CPMI; e*
- 2) ANULAÇÃO, com a consequente INUTILIZAÇÃO DOS ELEMENTOS COLHIDOS, de todas as quebras de sigilo, por RIF ou sigilo stricto sensu, realizadas sem fundamentação idônea mínima, constantes dos seguintes requerimentos: 1045 e 1046; 1050; 1054 e 1055; 1064 e 1065; 1215 ao 1218; 1220; 1223; 1225 e 1226; 1232 e 1233; 1236; 1249 ao 1257; 1308 ao 1337; 1364 e 1365; 1368 ao 1386; 1477; 1486 e 1487; 1494 ao 1503; 1508 e 1509; 1510; 1638; 1640; 1655 e 1656; 1711 ao 1721; 1736; 1746; 1748 ao 1756; 1759 ao 1762; 1764 ao 1766; 1768; 1770; e 1776 ao 1781.*

Sala das Comissões, em de 2023.

RECURSO - QUESTÃO DE ORDEM

RECURSO NA QUESTÃO DE ORDEM APRESENTADA NA CPMI DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023

contra a Decisão nº 12/2023 da Presidência, pela qual indeferida a Questão de Ordem suscitada com fundamento no art. 5º, incisos X e XII, e art. 58, § 3º, todos da CONSTITUIÇÃO FEDERAL; no art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional; nos arts. 48, XI, 89, I, 144, 145 e 403 do Regimento Interno do Senado Federal; e nos arts. 35, § 1º, e 95 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, pelos fatos e fundamentos de direito a seguir expostos.

1. DA SÍNTESE DOS FATOS

A insurgência central da Questão de Ordem apresentada tem amparo nos arts. 5º, incisos X e XII, e 58, § 3º, ambos da Constituição Federal, normas cogentes e que impõem a este Colegiado o respeito irrestrito aos direitos e garantias fundamentais e a exata vinculação da CPMI à finalidade para a qual foi criada.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

*É público e notório que a investigação tem causado constrangimentos e diluído o foco em questões divorciadas do objeto da Comissão Parlamentar Mista de inquérito. Nesse sentido, a Questão de Ordem apresentada apontou que dentro do conjunto de requerimentos aprovados **havia nada menos do que 134 (cento e trinta e quatro) requerimentos para transferência de sigilo, por RIF ou sigilo stricto sensu, isso considerando apenas o longínquo período compreendido entre janeiro/2019, janeiro/2020 ou janeiro/2022 até os dias atuais.***

*Esses requerimentos - **apresentados e aprovados sem fundamentação idônea mínima**, tudo em franco desrespeito ao regramento idealizado pela Constituição Federal para proteger a privacidade, a intimidade, a vida privada, a honra a imagem das pessoas e o sigilo das comunicações (art. 5º, X e XII, da CF) - são os dos seguintes números de protocolo: 1045 e 1046; 1050; 1054 e 1055; 1064 e 1065; 1215 ao 1218; 1220; 1223; 1225 e 1226; 1232 e 1233; 1236; 1249 ao 1257; 1308 ao 1337; 1364 e 1365; 1368 ao 1386; 1477; 1486 e 1487; 1494 ao 1503; 1508 e 1509; 1510; 1638; 1640; 1655 e 1656; 1711 ao 1721; 1736; 1746; 1748 ao 1756; 1759 ao 1762; 1764 ao 1766; 1768; 1770; e 1776 ao 1781.*

Uma verdadeira devassa na vida das pessoas.

*Note-se que dentre esses 134 (cento e trinta e quatro) requerimentos citados, **há pelo menos 96 (noventa e seis) que se referem à transferência de sigilos, por RIF ou stricto sensu, desde 1º de janeiro de 2019 até os dias atuais.** Promoveu-se, sem nenhuma dúvida, a quebra de sigilo de 96 (noventa e seis) pessoas, físicas ou jurídicas, por quase 5 (cinco) anos e sem qualquer motivação apresentada. Estes requerimentos são os seguintes: 1216 ao 1218; 1220; 1223; 1225 e 1226; 1232 e 1233; 1236; 1308 ao 1337; 1364 e 1365; 1368 ao 1386; 1467 e 1468; 1494 ao 1503; 1508 ao 1510; 1656; 1715 ao 1721; 1748 ao 1750; 1755; 1759; 1762; 1764 ao 1766; 1778; 1780 e 1781.*

Aqui, abre-se um parêntese para registrar que a decisão recorrida ressaltou haver:

“[...] equívoco dos Peticionários em relação a alguns desses RIFs (1308 ao 1337; 1364 e 1365; 1368 ao 1386; 1467 e 1468; 1494 ao 1503; 1508 ao 1510), tendo em vista que, conforme definido na 10ª reunião os RIFs ali aprovados corresponderam a período de junho de 2021 em diante, em razão de acordo firmado:

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um instante, Deputado.

Antes de botar em votação este bloco, eu quero registrar que todos os RIFs propostos pela Relatora serão votados, conforme o nosso acordo, para o período que vale de junho de 2021 até o dia de hoje.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

A proposta foi feita por acordo, de modo que os requerimentos serão votados todos em globo.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Estão, portanto, aprovados.

De fato, houve o mencionado recorte no momento da deliberação, conforme ressaltado pela Presidência.

*Contudo, o mencionado esclarecimento não altera a Questão de Ordem suscitada, uma vez que as inconstitucionalidades nela ilustradas dizem respeito, entre outros, a diligências aprovadas para transferências de sigilo, por RIF ou sigilo stricto sensu, considerando o período compreendido entre **janeiro/2019, janeiro/2020 ou janeiro/2022 até os dias atuais**, englobando, assim, o período “de junho de 2021 em diante, em razão de acordo firmado”.*

Trata-se de imprecisão de natureza meramente material que não afeta nenhum dos fatos e fundamentos jurídicos expostos na Questão de Ordem formulada.

*Prosseguindo na linha expositiva, observa-se que, **além das absurdas quebras de sigilo realizadas em total desrespeito aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, a CPMI tem desvirtuado os seus trabalhos com oitivas de depoentes que não possuem nenhuma relação com os atos de 8 de janeiro**, buscando causar danos e constrangimentos na vida dos convocados e de pessoas estranhas à investigação.*

*Diante dessa ofensa a direitos individuais e da desordenada expansão do objeto desta CPMI, **em nítida subversão aos arts. 5º, X e XII, e 58, § 3º, todos da Constituição Federal, e em confronto com jurisprudência da SUPREMA CORTE**, a Questão de Ordem suscitada amparou-se na competência exclusiva do Presidente desta CPMI para - nos termos do art. 89, I, do RISF, ordenar e dirigir os trabalhos deste Colegiado, podendo, assim, consoante o art. 48, XI, do mesmo normativo interno, “impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis, ou a este Regimento” – **anular** os requerimentos de convocação e quebras de sigilo, por RIF ou sigilo stricto sensu, que tenham sido aprovados sem fundamentação idônea mínima, violando direitos fundamentais (art. 5º, X e XII, da CF), ou que não tenham pertinência temática com o objeto da presente CPMI (art. 58, § 3º da CF).*

*Não obstante, a Questão de Ordem foi **indeferida**, em síntese, pelos seguintes motivos:*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

“Tradicionalmente tem-se compreendido que a referenciada competência do Presidente da Comissão deveria ser exercida em casos mais graves – até teratológicos, talvez – haja vista que isso importa em relevante cerceamento do exercício parlamentar em uma comissão parlamentar de inquérito, considerando que a deliberação de requerimentos, garantida a qualquer membro, é parte substancial da atividade desenvolvida no inquérito.

[...]

Modificar o teor dos requerimentos, para adequá-los ao que o Presidente compreenda como objeto da comissão, parece-me ir além do que o próprio Regimento, a Lei e a Constituição permitem, sobretudo à vista de que isso, em última instância, representa o cerceamento do exercício do mandato parlamentar, de envergadura constitucional, protegido por imunidades material e formal.

[...]

Nesse sentido, compreende-se que as fundamentações constantes dos requerimentos aprovados por este Colegiado não devem se subsumir exclusivamente ao texto do requerimento, mas devem levar em conta o seu contexto, ou seja, devem ponderar todos os elementos de informação já coletados no âmbito do inquérito parlamentar, bem como os debates ocorridos ao longo do funcionamento da comissão, inclusive no momento em que ocorrem as deliberações. Sobre isso, importa consignar que boa parte dos debates pertinentes às reuniões deliberativas foi previamente travada em reuniões preliminares, nas quais discutiu-se em boa medida a razão das convocações e quebras propostas, com vistas à consecução de um acordo que contemplasse tanto os requerimentos de interesse da situação, como os de interesse da oposição.

[...]

Outrossim, na Medida Cautelar no Mandado de Segurança nº 25.812 já se assentou, mormente para transferências de sigilo, a necessidade de ato devidamente fundamentado, relativo a fatos que, servindo de indício de atividade ilícita ou irregular, revelem a existência de causa provável, apta a legitimar a medida, que guarda manifestíssimo caráter excepcional.

Compreendeu-se, ainda, que:

(...) se exigem, ao lado dos requisitos da motivação (a) e da pertinência temática com o que se investiga (b), outros de não menor peso. Um deles é a necessidade absoluta da medida (c), no sentido de que o resultado por apurar não possa advir de nenhum outro meio ou fonte lícita de prova

(...) O outro requisito é a existência de limitação temporal do objeto da medida (d)



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

O preenchimento aos referenciados requisitos deverá ser aferido pelo Plenário da Comissão, não pelo Presidente monocraticamente, levando-se em conta (i) o fundamento da decisão parlamentar será difuso, não apenas concentrado no texto do requerimento, ponderando envolver os demais elementos informativos angariados pela comissão e os debates parlamentares, e (ii) os requerimentos não se submetem a contornos exaustivos de uma decisão judicial.

Quanto ao período supostamente muito amplo das transferências de sigilo aventadas, trata-se de questão controversa se os limites temporais adotados pela comissão seriam ilegítimos: isso porque há linhas investigativas razoáveis de diversos parlamentares que integram o colegiado no sentido de que os fatos ligados a 8 de janeiro tiveram origem mais remota, para além da possibilidade de derivação destas investigações a eventos conexos, aspecto que será abordado mais adiante.

Ademais, deve-se rememorar que os referenciados requerimentos foram aprovados de forma unânime, inclusive com a concordância dos signatários da presente Questão de Ordem, a partir de acordo prévio firmado entre os Parlamentares com vistas a contemplar requerimentos da situação e da oposição.

Há, portanto, evidente comportamento contraditório dos ora peticionários de, após participar da deliberação e de chancela-la, insurgir-se contra os requerimentos, alegando a sua ilegalidade e esperando que esta Presidência, monocraticamente, tudo conserte, suplantando uma decisão de um colegiado (e dos próprios peticionários) composto por 64 membros e promovendo a anulação de requerimentos.

Uma vez aprovados, os requerimentos da CPMI gozam de presunção de legalidade e legitimidade, cabendo aos indivíduos por eles afetados buscar as vias adequadas para coibir eventuais abusos. Perceba-se que até o presente momento praticamente não houve Mandados de Segurança contestando requerimentos aprovados por este Colegiado, o que constitui mais um elemento a corroborar com a higidez das decisões adotadas até esse momento pela comissão.

[...]

Deveras a presente Questão de Ordem liga-se a aspectos de matriz constitucional, como o direito à intimidade (art. 5º, X), o sigilo de comunicações telegráficas (XII), a imunidade material dos parlamentares (art. 53) e a prerrogativa constitucional atinente às CPIs (art. 58, §3º). No caso sob exame, contudo, não vislumbro elementos para sustentar que as decisões adotadas pela comissão seriam inválidas.

Entende-se que, em regra, seria legítima a interferência do Presidente apenas, anteriormente à deliberação, em casos de descumprimento crasso das normas, teratológicos, sob pena do cerceamento indevido do exercício do mandato



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

parlamentar e da prerrogativa dos membros deste colegiado. Esse é o entendimento que normalmente vem sendo adotado no âmbito das CPIs e tem sido adotado por esta Presidência, inclusive para resguardar a imunidade material durante os questionamentos e discursos que têm sido feitos pelos Parlamentares.

A ingerência desta Presidência após a decisão do Colegiado seria completamente descabida, porque evidenciaria um comportamento contraditório da própria Presidência. Ora, se os requerimentos fossem ilegais, abusivos, inconstitucionais ou ilegítimos, sequer deveriam ter sido pautados por este Presidente.

[...]

No mais, a competência desta Presidência encontra-se exaurida, de modo que só nos cabe dar cumprimento à deliberação tomada pelo Colegiado, que goza de presunção de legalidade e legitimidade.

[...]

Quanto ao mencionado alargamento indevido do objeto investigativo da comissão, em detrimento das prerrogativas da minoria parlamentar, importa reconhecer que é amplamente admitida na jurisprudência a possibilidade de derivação das investigações para fatos conexos:

[...]

Independentemente da posição pessoal deste Presidente, que já alertou sobre eventual ampliação inoportuna do escopo da comissão, prejudicial a seus trabalhos, embora os peticionários aleguem uma flagrante desconexão entre fatos que passaram a ser apurados e motivaram os requerimentos que ora contestam, é de se notar que boa parte dos membros da comissão pensa de forma diversa.

Tais membros sustentam haver um liame entre o objeto originário da comissão e os demais fatos que passaram a ser investigados, especialmente considerando que vieram à tona a partir de requisições legítimas deste Colegiado.

Se de um lado investigar tais fatos pode consubstanciar, na concepção de alguns, ampliação indevida do escopo do inquérito parlamentar, de outro lado, desconsiderá-los, na visão de outros, seria tergiversar e ignorar elementos relevantes para a elucidação do fato determinado.

Mais uma vez: as pessoas que porventura tenham sido afetadas negativamente por decisões deste Colegiado têm a faculdade de buscar os meios legais para coibir eventuais excessos.

No entanto, não há o que retire, por ora, a presunção de legitimidade e de legalidade atinente às deliberações da CPMI, não cabendo a este Presidente,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

de forma autoritária e monocrática, invalidar as decisões tomadas (por unanimidade) pela Comissão, inclusive porque já constituem ato jurídico perfeito (art. 5º, XXXVI, CF).

Diante do exposto, fica indeferida a Questão de Ordem.”

Com a devida vênia, diante dos fundamentos fatos e fundamentos jurídicos elencados adiante, esse entendimento deve ser revisto.

2. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

2.1. DA POSSIBILIDADE DE ANULAÇÃO DOS REQUERIMENTOS PELO PRESIDENTE DA CPMI, INDEPENDENTEMENTE DE TEREM SIDO SUBMETIDOS À DELIBERAÇÃO/APROVAÇÃO PRÉVIA PELO COLEGIADO.

De início, observa-se que o impedimento de ordem formal externado pela Presidência, no sentido da impossibilidade de invalidar questões já deliberadas pelo Colegiado, não merece prosperar.

Conforme já tratado na Questão de Ordem, o art. 89, I, do RISF, aplicado subsidiariamente aos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) por força do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, atribui ao Presidente competência para ordenar e dirigir os trabalhos do Colegiado.

Ao seu turno, o art. 48, XI, do RISF autoriza o presidente a “impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição, às leis, ou a este Regimento.”

Conforme expressamente citado na resposta à Questão de Ordem, “esse dispositivo já foi utilizado, exemplificativamente, pela Presidência da CPMI-Vegas (RQN 1/2012), durante a 15ª Reunião, na qual o Senador Vital do Rego não recebeu, por falta de amparo e afronta à Constituição Federal, o Requerimento nº 573/2012, que solicitava informações à ex-ministra da Casa Civil Dilma Rousseff, então Presidente da República. Por outro lado, na CPI da Pandemia (RQS 1371/2021 e 1372/2021), foi apresentado requerimento de convocação do Presidente da República, que não foi liminarmente rejeitado pelo então Presidente do colegiado”.

*Cita-se, ainda, decisão recente proferida pela PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, que **reviu deliberação ocorrida no âmbito da CPI do MST e anulou a convocação do Ministro de Estado da Casa Civil**, ao argumento de que “não se demonstrou no requerimento a conexão entre as atribuições do Ministro da Casa Civil da Presidência da República e os fatos investigados pela CPI do MST”. E assentou ainda ser “imprescindível a demonstração explícita da conexão entre o campo temático da comissão e as atribuições do Ministro a ser convocado”.*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Importa esclarecer que o referido Ministro era Governador do Estado da Bahia à época de fatos investigados pela CPI, e nessa condição seria ouvido. Mesmo assim, a Presidência da Câmara obsteu a oitiva já devidamente aprovada, ao argumento de falta de liame causal entre a oitiva e as atribuições do Ministro, e porque “o instituto da convocação de Ministro deve ser interpretado de forma estrita, em virtude da sensibilidade do tema”.

A decisão do PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS já indicou essa necessidade de se ter ainda mais cuidado quando se trata de Comissões Parlamentares de inquérito, pois a elas “se aplica subsidiariamente o CPP. Seu caráter judicialiforme, portanto, impõe que todos os atos de uma CPI se revistam de maior rigor, NÃO SE ADMITINDO DECISÕES QUE NÃO ESTEJAM EXPRESSAMENTE FUNDAMENTADAS”.

*Essa decisão atualíssima da PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS — no sentido da anulação deliberações que violem diretamente normas da Constituição Federal, como seria o caso, por exemplo, das diligências e convocações que violam direitos e garantias fundamentais ou que fujam do objeto de Comissão parlamentar — prestigia e reforça a figura da Presidente do Colegiado como garantidor do *Due Process Of Law*, em suas acepções formal (*Procedural Due Process of Law*) e material (*Substantive Due Process of Law*).*

*De fato, segundo as normas que regem os trabalhos da Comissão, cabe à Presidência elaborar a pauta das sessões deliberativas, com a indicação das matérias a serem apreciadas, e a toda evidência **avaliar os requerimentos e a sua pertinência temática com o objeto da CPMI**, antes de submetê-los à apreciação do Colegiado.*

*Esse exercício de valoração seletiva não se submete ao princípio da soberania do plenário, por envolver atividades sujeitas à **competência exclusiva do Presidente**, pertinentes ao momento anterior à deliberação do Colegiado.*

*Como fiscal das garantias, esta presidência deve, a todo momento e independentemente de a matéria já ter sido apreciada pelo Colegiado, corrigir as irregularidades e os desvios ocorridos ao longo da **marcha procedimental**, prezando sempre pela regularidade e pela legalidade na organização dos trabalhos desta Comissão, a fim de que os seus objetivos sejam alcançados sem que haja violação ao ordenamento jurídico idealizado pela Constituição Federal, especialmente no que diz respeito à **fuga do objeto da investigação**.*

*Tratando-se de **questão de natureza jurídica**, cabe à Presidência desta CPMI atuar para salvaguardar não apenas os direitos individuais dos investigados, das testemunhas e de terceiros, mas, de um modo geral, proteger a legalidade e a regularidade de toda a investigação.*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Ao contrário do que consta da decisão recorrida, a anulação das proposições flagrantemente inconstitucionais, como as apontadas na Questão de Ordem, não equivale a “modificar o teor dos requerimentos, para adequá-los ao que o Presidente compreenda como objeto da comissão”, mas, tão somente, garantir força normativa com a máxima efetividade aos dispositivos constitucionais, readequando os trabalhos do Colegiado aos ditames da Constituição Federal.

De acordo com balizada doutrina, “a Constituição deve ser interpretada de forma a preferir-se a interpretação que reconheça maior eficácia aos direitos fundamentais, no sentido de a norma constitucional ter a mais ampla efetividade social.” (LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 182).

Também não subsiste o argumento de que os requerimentos aprovados “gozam de presunção de legalidade e legitimidade” e, por isso, não poderiam ser anulados. É que esses atributos ensejam uma “presunção iuris tantum ou relativa” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 32. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: Atlas, 2018, p. 185), admitindo, por conseguinte, prova em contrário. A higidez dessa presunção, portanto, pressupõe a conformidade do ato com a Constituição Federal e as leis vigentes, o que não se tem no caso em apreço.

Por outro lado, o fato de os requerimentos terem sido aprovados de forma unânime, por si só, não denota postura contraditória dos peticionantes, de pedirem a anulação depois de terem participado da deliberação, tampouco da Presidência, de anular os atos após tê-los submetido à deliberação.

Como se sabe, a presunção de legitimidade não impede, por si só, o exercício da autotutela, sendo sempre possível à Presidência - mediante juízo de retratação - exercer o controle de seus próprios atos quando eivados de nulidade ou inconstitucionalidade.

Esse importante princípio possui previsão em duas súmulas do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, a súmula 346 e a súmula 473, estabelecendo respectivamente que:

STF, Súmula 326: “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”.

STF, Súmula 473: “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Assim, deparando-se com a inconstitucionalidade de diligências e de convocações eventualmente pautadas, ou até mesmo já deliberadas, o Presidente tem o poder de chamar o feito à ordem para anular todo e



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

qualquer ato eivado de vícios que os tornem inconstitucionais ou ilegais, sem que tal atitude possa representar desrespeito aos demais membros do Colegiado.

Nesse contexto, a qualquer tempo, os atos nulos ou contrários à Constituição Federal devem ser invalidados.

2.2. DAS QUEBRAS DE SIGILO GENÉRICAS, SEM LASTRO EM FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA OU EM ELEMENTOS INDICIÁRIOS MÍNIMOS, E DAS OITIVAS DESPROVIDAS DE RELAÇÃO COM O ÂMBITO TEMÁTICO DA CPMI — CONTRARIEDADE FLAGRANTE COM A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA.

Como todos nós estamos presenciando, trata-se de quebras de sigilo genéricas, não fundamentadas e sem nenhuma relação com o âmbito temático da CPMI, as quais objetivam apenas causar a devassa na vida de pessoas que não têm nenhuma relação com a investigação.

As quebras são absolutamente etéreas, levando em consideração fatos comuns e universais, tais como supostas “liderança” ou “financiamento”, tão somente pelo fato de indivíduos ou empresas terem participado de movimentos cívicos, serem proprietárias de caminhões, terem contratos sem nenhuma irregularidade registrada com o poder público, entre outros.

Por oportuno, reproduz-se, abaixo, o teor de alguns dos requerimentos.

No REQUERIMENTO 1223/2023, a quebra de sigilo se deu, exclusivamente, pelo fato de o indivíduo ser representante de uma empresa que celebrou contratos com órgão público, não sendo apontado nenhuma conduta concreta eventualmente praticada por ele. Confira-se:

“[...]”

JUSTIFICAÇÃO

As informações ora requeridas têm por objetivo subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito na medida em que faz parte do escopo delimitado no plano de trabalho a investigação de possíveis financiadores das atividades que culminaram com os eventos de 8 de janeiro.

Franco Giaffone é representante no Brasil da Glock, fabricante de pistolas. No portal da transparência consta pagamentos para a pessoa física em questão, cuja empresa de que é sócio passou a ser a principal fornecedora de armas e equipamentos para a Polícia Rodoviária Federal a partir de 2019.

É fundamental que a CPMI siga o caminho do dinheiro, a fim de identificar os financiadores dos atos antidemocráticos.

[...].”



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Por sua vez, no REQUERIMENTO 1369/2023, a quebra de sigilo se deu pelo simples fato de o indivíduo ter sido presidente de uma associação que participou de movimentos sociais. Igualmente, não foi apontado nenhuma ação concreta envolvendo a pessoa que teve as garantias individuais afastadas, senão vejamos:

“[...]”

JUSTIFICAÇÃO

As informações ora requeridas têm por objetivo subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito na medida em que faz parte do escopo delimitado no plano de trabalho a investigação de possíveis financiadores das atividades que culminaram com os eventos de 8 de janeiro de 2023.

Documentos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) informam que empresários relacionados ao Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA) - grupo que congrega lideranças do agronegócio -, estão sendo investigados pelo financiamento de atos antidemocráticos e de ações de contestação do resultado eleitoral.

“[...]”

Bartolomeu Braz, sojicultor e ex-presidente da Aprosoja Brasil e também da Aprosoja Goiás, foi apontado como um dos integrantes do grupo. Por isso, a medida ora proposta é necessária para o aprofundamento das investigações e para o bom andamento dos trabalhos desta CPMI.

“[...]”

Ao seu turno, no REQUERIMENTO 1759/2023, conjectura-se, genericamente, a existência de “operações suspeitas”, sem se demonstrar quais seriam essas operações; porque seriam suspeitas etc. Confira-se:

“[...]”

JUSTIFICAÇÃO

As informações ora requeridas têm por objetivo subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito na medida em que faz parte do escopo delimitado no plano de trabalho a investigação de possíveis financiadores das atividades que culminaram com os eventos de 8 de janeiro de 2023.

Após a condução de análise sobre os Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) encaminhadas a esta Comissão, foram constatadas operações financeiras suspeitas envolvendo SAULO MATHEUS ARANTES ALVES.

O RIF elaborado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf é um instrumento adequado para identificar movimentações atípicas da



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

pessoa física em tela.

[...]”

*Os demais requerimentos seguem esse mesmo padrão e não deixam dúvidas de que a CPMI vêm promovendo quebras de sigilos difusas, com fundamento em fatos absolutamente genéricos e **sem elementos indiciários concretos mínimos** para autorizar as medidas gravosas. Em linhas gerais, tem-se apontado **que indivíduos ou pessoas jurídicas devem ter os sigilos quebrados sem apontar nenhuma conduta concreta eventualmente praticada por eles.***

*Os fundamentos inseridos nos pedidos de transferência de sigilo referem-se a supostas “liderança” ou “financiamento” de movimentos cívicos ocorridos no País, **tudo apresentado de forma absolutamente genérica e sem qualquer lastro em fundamentação idônea e em elementos indiciários mínimos, contrariando a jurisprudência pátria.***

*Embora a jurisprudência não exija das comissões parlamentares de inquérito a “fundamentação exaustiva” das diligências que determinam no curso de seus trabalhos (Medida Cautelar no MS 37.970/DF, Segunda Turma, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI), O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL estabelece, entre outros, a necessidade de **elementos indiciários mínimos**. Nesse sentido: MS 24749/DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO.*

Consoante esclarecido pelo Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, as quebras dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático por parte das Comissões Parlamentares de inquérito devem:

“[...] observar os requisitos formais, legal e regimentalmente definidos, apresentar fundamentação idônea e guardar relação de pertinência com os fatos investigados” (Medida Cautelar no MS 37.963/DF).

Com essa mesma linha de inteligência, cita-se decisão proferida nos autos do MS 23.868, no qual o Ministro CELSO DE MELLO registou que:

*“A **quebra do sigilo, por ato de CPI, deve ser necessariamente fundamentada, sob pena de invalidade.** A CPI – que dispõe de competência constitucional para ordenar a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas sob investigação do Poder Legislativo – **somente poderá praticar tal ato, que se reveste de gravíssimas consequências, se justificar, de modo adequado, e sempre mediante indicação concreta de fatos específicos, a necessidade de adoção dessa medida excepcional. Precedentes.** A fundamentação da quebra de sigilo há de ser contemporânea à própria deliberação legislativa que a decreta. A exigência de motivação – que há de ser contemporânea ao ato da CPI que ordena a quebra de sigilo – **qualifica-se como pressuposto de validade jurídica da própria deliberação emanada desse órgão de investigação legislativa, não podendo ser por este***



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

suprida, em momento ulterior, quando da prestação de informações em sede mandamental.

Vale registrar que a SUPREMA CORTE também não tem aceitado quebras irrestritas de sigilo com base tão somente em matéria jornalística, sem o apontamento de fatos objetivos que justificam a medida. Nesse sentido, conforme muito bem relatado pelo Ministro GILMAR MENDES, nos autos da Medida Cautelar no MS 25752/DF:

*"[...] o **Min. JOAQUIM BARBOSA** deferiu medida liminar para sobrestar os efeitos da decisão, tomada pela CPMI dos Correios, que requisitou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da impetrante (MS nº 25.670/DF). Em sua fundamentação, o Ministro assim se pronunciou: "Com efeito, o requerimento que deu base ao ato de requisição de quebra dos sigilos não aponta fatos concretos relativos à impetrante, baseando-se em mera notícia jornalística"". (grifei)*

No caso em apreço, a infinidade de quebras de sigilo fomentadas não cumpre nenhum dos requisitos mencionados acima.

*Portanto, não bastasse o absurdo de se **promover verdadeira devassa na vida de aproximadamente 134 (cento e trinta e quatro) pessoas, físicas e jurídicas, transferindo-se dados pessoais relativos a quase 5 ANOS**, o intento é buscado mediante a utilização de um caro e honroso instrumento das minorias, a Comissão Parlamentar de Inquérito, o que sem dúvida compromete e mancha a imagem deste Parlamento.*

*Os fatos narrados indicam a promoção de uma verdadeira **pescaria probatória especulativa**, prática mundialmente conhecida como "**fishing expedition**", invadindo e violando o sigilo de mais de uma centena de pessoas, físicas e jurídicas, sem qualquer fundamentação minimamente plausível e sem qualquer ligação com o objeto da CPMI.*

Acresce que, para muito além das heterodoxas quebras de sigilo sem nenhum fundamento, as oitivas também têm caminhado para apenas causar danos e constrangimentos na vida dos convocados, sem nenhuma intenção de apurar efetivamente os ilícitos que deram ensejo à instauração desta CPMI.

***Sem avançar sobre pessoas e autoridades verdadeiramente envolvidas nos atos de 8 de janeiro**, a CPMI vem se empenhando em colher o testemunho de sujeitos que nada tem a contribuir com a apuração.*

*É sabido que o Plano de Trabalho aprovado estendeu o objeto de instauração da CPMI, contido no Requerimento nº 1/2023, e por isso **a CPMI caminha com a desarrazoada investigação**.*

Rememore-se que o objeto da CPMI, tal qual constava do referido requerimento, restringia a investigação tão somente a três pontos, a saber:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

(I) “Fatos ocorridos em 8 de janeiro”;

(II) Quem “planejou, executou e se omitiu, quando por força legal deveria ter agido”; e

(III) Investigação acerca das condições, dos processos e dos procedimentos que cercaram as quase 2.000 (duas mil) prisões efetuadas, com vistas a “apurar injustiças contra aqueles que efetivamente não participaram e não concordaram com os atos de vandalismo”, buscando, ainda, “contribuir para a individualização das condutas e a consequente sanção a elas atribuída”.

Esse era o escopo da instalação da CPMI, que consta expressamente em seu requerimento de instalação.

Entretanto, esta CPMI vem acumulando **várias diligências e oitivas que fogem ao seu objeto e desvirtuam seu escopo**, com consequências graves decorrentes do indevido alargamento de objeto para muito além do próprio plano de trabalho (este já dissociado do requerimento de abertura).

Tudo isso pode ser objeto de questionamento, tendo em conta a previsão constitucional de restrição do objeto da CPMI à apuração de um fato certo e determinado (art. 58, § 3º, da CF).

É preciso dar um basta nessa situação e fazer valer o texto da Constituição Federal.

Esse cenário envolvendo centenas de quebras de sigilo e a oitiva de pessoas que não têm nenhuma relação com a investigação em curso comprova o **flagrante desvirtuamento do objeto da CPMI (art. 58, § 3 da CF)**, o que deve ser **corrigido pela presidência deste colegiado.**

O caso demanda uma postura ativa para **evitar que a CPMI continue a sofrer com a ampliação indevida do objeto da presente investigação**, sob pena de que essa conduta inconstitucional venha colocar a apuração em total descrédito perante a opinião pública.

Não se pode esquecer que o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL possui entendimento firme no sentido de que investigação de fato determinado “apresenta, por si só, matiz constitucional” (MS 22.494/DF, Tribunal Pleno, Ministro MAURICIO CORRÊA).

O STF já decidiu que “a maioria legislativa não pode frustrar o exercício, pelos grupos minoritários que atuam no Congresso Nacional, do direito público subjetivo que lhes é assegurado pelo art. 58, § 3º, da Constituição e que lhes confere a prerrogativa de ver efetivamente instaurada a investigação parlamentar, por período certo, **SOBRE FATO DETERMINADO**” (MS 24.847, Tribunal Pleno, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno).

Como se sabe, “a ofensa ao direito das minorias parlamentares constitui,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

em essência, um desrespeito ao direito do próprio povo, que também é representado pelos grupos minoritários que atuam nas Casas do Congresso Nacional” (MS 26.441, Re. Min. Tribunal Pleno, Re. Min. CELSO DE MELLO).

*A norma constitucional impõe que as apurações das CPIs devem se restringir ao objeto disposto na sua instauração, porquanto devem investigar “**FATO DETERMINADO**”, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal. Com essa linha de inteligência, cito os seguintes **precedentes do Plenário do STF**: Medida Cautelar no MS 37.760, Rel. Min. ROBERTO BARROSO; MS 23.652, MS 24.817 e MS 26.441, ambos sob a relatoria do Min. CELSO DE MELLO; Suspensão de Segurança 5.503, Rel. Min. LUIZ FUX; HC 71039, Rel. Min. PAULO BROSSARD; HC 71.231, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, entre outros.*

É importante deixar claro que a determinação do fato não é requisito aplicável apenas à instauração da CPI, mas critério balizador que deve conduzir integralmente os trabalhos ao longo de toda a marcha investigatória.

O entendimento do STF sobre o tema encerra a conceituação de fato determinado em contraposição com fatos inespecíficos, genéricos ou indeterminados.

*E, no caso, os requerimentos indicados na questão de ordem (quebras de sigilo indevidas e oitivas sem pertinência temática) evidenciam **clara intenção de desvirtuamento do objeto da CPMI**, com a sua instrumentalização para a **devassa de dados pessoais sigilosos** de mais de uma centena de pessoas, físicas e jurídicas, sem qualquer liame, mínimo que seja, com o objeto da investigação, além de constranger pessoas que não possuem nenhuma relação com os fatos investigados a prestarem depoimento.*

*Saliente-se que nos autos do MS 32.885/DF, sob a relatoria da e. Min. ROSA WEBER, a SUPREMA CORTE decidiu que a maioria não pode desfigurar e obstaculizar o instituto constitucional da CPMI (o qual é assegurado e destinado às minorias políticas), **MEDIANTE A “AMPLIAÇÃO DE SEU OBJETO”**. No referido julgamento, a e. Ministra destacou precedente em que o **TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ALEMÃO** assentou que “a maioria não deve se engajar contra a vontade requerente, com imposição de investigação de questões adicionais”.*

Fica claro que o uso desta Comissão para instrumentalização de outros objetivos, que não guardam qualquer liame de causalidade, e ainda para promover indevida devassa de dados financeiros de inúmeras pessoas, físicas e jurídicas, com a exposição de um período de até 5 (CINCO) ANOS, consubstancia violação ao objeto da CPMI e, portanto, violação direta ao art. 58, parágrafo 3º, da Constituição Federal. Assim, sob pretexto de avanço na



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

direção de fatos conexos, que NÃO estão demonstrados sequer minimamente, o que se pretende é, a toda evidência, obstar o direito da minoria de investigar as questões verdadeiramente envolvidas nos atos de 8 de janeiro, e que são fato determinado desta CPMI.

2.3. INUTILIZAÇÃO DOS ELEMENTOS COLHIDOS MEDIANTE VIOLAÇÃO AO TEXTO CONSTITUCIONAL

*Como se sabe, as decisões da CPMI que afrontam a Constituição Federal, especialmente o art. 58, § 3º, não devem ser aproveitadas para qualquer fim. Nesse sentido, em sede doutrinária, o Ministro ALEXANDRE DE MORAES, do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, esclarece que **as provas oriundas das comissões parlamentares de inquérito somente serão lícitas quando estiverem de acordo com os limites constitucionais**:*

*“Dessa forma, não resta dúvidas de que as Comissões Parlamentares de Inquérito poderão decretar o afastamento do sigilo bancário de seus investigados, conforme inclusive ocorreu na CPI da Privatização da Vasp, ocorrida no âmbito do Congresso Nacional. Convém, porém, notar que **essas provas somente serão lícitas quando a Comissão Parlamentar de Inquérito estiver de acordo com seus limites constitucionais**: [...]” (Direito constitucional / Alexandre de Moraes. – 33. ed. rev. e atual. até a EC no 95, de 15 de dezembro de 2016 – São Paulo: Atlas, 2017 - grifei).*

Como consequência lógica da atribuição de poderes próprios das autoridades judiciais, as CPIs, quando do exercício de seus poderes, devem observar os mesmos limites impostos pelas leis aos juízes.

Nesse sentido, o Ministro CELSO DE MELLO, em irretocável decisão, assentou que:

*“As Comissões Parlamentares de Inquérito, à semelhança do que ocorre com qualquer outro órgão do Estado ou com qualquer dos demais Poderes da República, **submetem-se**, no exercício de suas prerrogativas institucionais, às **limitações impostas pela autoridade suprema da Constituição**”. (STF - MS: 30906 DF, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 05/10/2011, Data de Publicação: DJe- 194 DIVULG 07/10/2011 PUBLIC 10/10/2011 RT v. 101, n. 915, 2012, p. 533-549 - grifei).*

*Entre os deveres impostos às autoridades judiciais e, consequentemente, às CPIs, está o da motivação das decisões, previsto no art. 93, IX, da Constituição Federal, **o que não foi respeitado por este Colegiado em nenhuma das quebras de sigilo determinadas**. No ponto, o Ministro GILMAR FERREIRA MENDES afirma que a necessidade de motivação das decisões judiciais decorre da garantia à proteção judicial efetiva, que impõe que as decisões judiciais sejam submetidas a um processo de controle, para que possam, inclusive, ser objeto de eventual impugnação. Nas palavras*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

do Ministro:

*“A garantia da proteção judicial efetiva impõe que tais decisões possam ser submetidas a um processo de controle, permitindo, inclusive, a eventual impugnação. Daí a necessidade de que as decisões judiciais sejam devidamente motivadas (CF, art. 93, IX). **E motivar significa dar as razões pelas quais determinada decisão há de ser adotada, expor as suas justificações e motivos fático-jurídicos determinantes.** A racionalidade e, dessa forma, a legitimidade da decisão perante os jurisdicionados decorrem da adequada fundamentação por meio das razões apropriadas. (Mendes, Gilmar Ferreira Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes, Paulo Gustavo Gonet Branco. – 12. ed. rev. e atual. – São Paulo : Saraiva, 2017. – Série IDP - grifei).*

*Com efeito, os fatos forçadamente apurados, notadamente no que diz respeito às quebras de sigilo e às oitivas de testemunhas, não têm relação alguma com o “fato determinado” investigado pela CPMI, o que induz à **NULIDADE DOS REFERIDOS ATOS**, por violação ao art. 58, § 3º da Constituição Federal.*

*Vale rememorar, conforme asseverado alhures, que há precedente atualíssimo, da atual PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no sentido da **anulação de requerimentos que fujam do objeto de Comissão parlamentar.***

Por fim, com o devido respeito às posições em contrário, não há como exigir nem esperar que esse sem-número de pessoas afetadas negativamente pelas decisões deste Colegiado venha a buscar os meios legais para coibir os excessos. A situação limítrofe em que a CPMI se encontra não permite que esta CPMI fique aguardando por uma postura ativa daqueles indivíduos ou empresas, no sentido de buscar pontualmente desfazer os abusos cometidos.

Em primeiro lugar, não se pode esquecer que, muito possivelmente, eles sequer têm conhecimento de que a sua intimidade foi exposta e os seus direitos rasgados.

Ademais, não podemos esquecer o enorme ativismo judicial seletivo que estamos vivendo atualmente, objeto de reconhecimento amplo, inclusive pela grande mídia, após os primeiros julgamentos do STF sobre os atos de 8 de janeiro, os quais expuseram, entre outros, falta de isonomia e violação aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Nesse momento, se este Parlamento aderir a isso, deixando essas pessoas desamparadas, seria ainda pior.

Ou seja, pretender sustentar que caberia MS, que, como se sabe, seria dirigido ao Supremo Tribunal Federal, significaria adesão ao que todos nós temos criticado inúmeras vezes no âmbito deste Parlamento.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

3. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, com fundamento no art. 132, caput, §§ 1º e 2º, do Regimento Comum do Congresso Nacional, requer à Presidência desta CPMI:

1) Seja reconsiderada a decisão nº 12/2023, que indeferiu a Questão de ordem apresentada;

2) Caso não haja reconsideração, seja o presente recurso encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal para análise e confecção de Parecer acerca dos fatos e fundamentos expostos, em respeito ao Estado Democrático, à representatividade dos diversos segmentos nacionais e ao prestígio conferido pela Constituição Federal ao direito das minorias.

Sala das Comissões, em de 2023.

FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (FNSP)

DISPOSITIVOS LEGAIS PERTINENTES

LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023

Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020.

[..]

Seção XVIII

Do Ministério da Justiça e Segurança Pública

Art. 35. Constituem áreas de competência do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

I - defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais;

II - política judiciária;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

III - políticas de acesso à justiça;

IV - diálogo institucional com o Poder Judiciário e demais órgãos do sistema de justiça, em articulação com a Advocacia-Geral da União;

V - articulação, coordenação, supervisão, integração e proposição das ações do governo e do Sisnad quanto à:

a) prevenção e repressão a crimes, a delitos e a infrações relacionados às drogas lícitas e ilícitas;

b) educação, informação e capacitação com vistas à prevenção e redução do uso, do uso problemático ou da dependência de drogas lícitas e ilícitas;

c) reinserção social de pessoas com problemas decorrentes do uso, do uso problemático ou da dependência do álcool e outras drogas; e

d) manutenção e atualização do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas;

VI - defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;

VII - nacionalidade, migrações e refúgio;

VIII - ouvidoria-geral do consumidor e das polícias federais;

IX - prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo;

X - cooperação jurídica internacional;

XI - coordenação de ações para combate a infrações penais em geral, com ênfase em crime organizado e em crimes violentos;

XII - coordenação e promoção da integração da segurança pública no território nacional, em cooperação com os entes federativos;

XIII - execução das atividades previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal, por meio da polícia federal;

XIV - execução da atividade prevista no § 2º do art. 144 da Constituição Federal, por meio da polícia rodoviária federal;

XV - política de organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, nos termos do inciso XIV do caput do art. 21 da Constituição Federal;

XVI - defesa dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da administração pública federal indireta;

XVII - coordenação do Sistema Único de Segurança Pública;

XVIII - planejamento, coordenação e administração da política penal nacional;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

XIX - promoção da integração e da cooperação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais e articulação com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de segurança pública;

XX - estímulo e propositura aos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais de elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, com o objetivo de prevenir e reprimir a violência e a criminalidade;

XXI - desenvolvimento de estratégia comum baseada em modelos de gestão e de tecnologia que permitam a integração e a interoperabilidade dos sistemas de tecnologia da informação dos entes federativos, nas matérias afetas ao Ministério;

XXII - planejamento, administração, promoção da integração e da cooperação entre os órgãos federais, estaduais, distritais e municipais e articulação com os órgãos e as entidades de coordenação e supervisão das atividades de políticas penais;

XXIII - tratamento de dados pessoais;

XXIV - assistência ao Presidente da República em matérias não relacionadas a outro Ministério; e

XXV - reconhecimento e demarcação das terras e dos territórios indígenas.

[...]

PORTARIA Nº 200, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Diretriz Administrativa-Operacional no âmbito da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP).

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no exercício das incumbências que lhe confere o art. 11, inciso VIII, do Anexo III, do Decreto n.º 9.360, de 7 de maio de 2018, e o Regimento Interno da Secretaria Nacional de Segurança Pública aprovado pela Portaria n.º 151, de 26 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Diretriz Administrativa-Operacional da DFNSP, anexa a esta Portaria.

Art. 2º Determinar a Diretoria e as Coordenações-Gerais da Força Nacional de Segurança Pública (Força Nacional) que confeccionem Instrumento Específico (manual) para nortear os apoios administrativos que lhe sejam necessários, com as atribuições, os fluxos de processo, as especificidades do planejamento, a execução, a coordenação, o controle, a avaliação e otimização das atividades operacionais ou administrativas nas áreas de suas respectivas



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

atribuições.

Art. 3º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento do determinado no artigo anterior e de 20 (vinte) dias para adequação à Diretriz Administrativa-Operacional.

Art. 4º Ficam revogadas:

[...]

**DIRETRIZ ADMINISTRATIVA-OPERACIONAL DA DIRETORIA
DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

CAPÍTULO I

1. Introdução

A Diretriz Administrativa-Operacional da Diretoria da Força Nacional tem a finalidade de estabelecer normas gerais de padronização, funcionamento e execução das atividades e ações desenvolvidas pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP), visando dar cumprimento às competências estabelecidas no art. 15, do Anexo III, do Decreto n.º 9.360, de 7 de maio de 2018.

1.1 Referências

Os documentos consultados para a elaboração desta Diretriz foram:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (CF, 1988);*
- Lei n.º 11.473, de 10 de maio de 2007 (Lei n.º 11.473, de 2007);*
- Decreto n.º 5.289, de 29 de novembro de 2004 (Dec. n.º 5.289, de 2004);*
- Decreto n.º 9.360, de 7 de maio de 2018 (Dec. n.º 9.360, de 2018) – Anexo III;*
- Decreto n.º 8.539, de 8 de outubro de 2015 (Dec. n.º 8.539, de 2015);*
- Portaria do Ministério da Justiça n.º 3.383, de 24 de outubro de 2013 (Portaria MJ n.º 3.383, de 2013); e*
- Portaria do Ministério da Segurança Pública n.º 151, de 26 de setembro de 2018 (Portaria MSP n.º 151, de 2018).*

1.2 Considerações gerais

A Força Nacional de Segurança Pública (Força Nacional) é um programa de cooperação federativa que os entes federados poderão aderir, voluntariamente, por meio de atos formais específicos, visando a atuação em atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, na forma da Lei n.º 11.473, de 2007. O contingente mobilizável da Força Nacional será composto, via de regra, por profissionais integrantes dos órgãos de segurança pública dos Estados e do



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Distrito Federal que tenham aderido ao programa mediante Acordo de Cooperação Federativa e recebido do Ministério da Segurança As atribuições dos integrantes dos órgãos de segurança pública envolvidos em atividades da Força Nacional são aquelas previstas no art. 144 da Constituição e na legislação em vigor.

Caberá ao Ministério da Segurança Pública estabelecer os parâmetros administrativos e especificações técnicas para as aquisições de equipamentos, armamentos, munições, veículos, aeronaves e embarcações para uso em treinamento e operações coordenadas da Força Nacional, que serão feitas mediante critérios técnicos de qualidade, quantidade, modernidade, eficiência e resistência, apropriados ao uso em ações de segurança destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, com respeito à integridade física das pessoas.

As aquisições de materiais, de equipamentos e de prestação de serviços pela DFNSP, deverão ser planejadas para cada exercício financeiro, de acordo com o planejamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Todo material adquirido para a DFNSP será utilizado exclusivamente para desempenho das atividades da Força Nacional, exceto nos casos previstos no art. 9º, §2º, do Decreto n.º 5.289, de 2004.

A movimentação de material afeto à Força Nacional, por cessão de uso, ocorrerão na forma da legislação em vigor, desde que não haja prejuízos ao planejamento das ações e treinamentos da Força Nacional.

O ato do Ministro de Estado da Segurança Pública que determinar o emprego da Força Nacional, conforme Decreto n.º 5.289, de 2004, conterá:

I - delimitação da área de atuação e limitação do prazo nos quais as atividades da Força Nacional serão desempenhadas;

II - indicação das medidas de preservação da ordem pública a serem implementadas; e

III - as diretrizes que nortearão o desenvolvimento das operações de segurança pública.

A Força Nacional poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa de Ministro de Estado ou do respectivo Governador do Estado ou do Distrito Federal. Quando a solicitação for de Governador do Estado ou do Distrito Federal, o convênio de cooperação federativa deverá estar vigente e a solicitação observará os seguintes requisitos:

I - descrição do fato que justifique o emprego da Força Nacional;

II - indicação das atividades a serem executadas;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

III - declaração da imprescindibilidade de apoio da Força Nacional para o restabelecimento da situação de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio; e

IV - delimitação territorial da área de atuação da Força Nacional.

Na hipótese de solicitação de emprego da Força Nacional por Ministro de Estado, envolvendo atividades de segurança pública, em apoio às ações de competência do solicitante, deverão ser indicados os órgãos policiais que integrarão as atividades e sua coordenação, conforme Portaria Ministerial n.º 3.383, de 2013.

A autorização de emprego da Força Nacional será conferida mediante ato do Ministro de Estado da Segurança Pública, desde que precedida de manifestação técnica favorável, cuja produção cabe à Coordenação-Geral competente e deverá expor critérios que possibilitem avaliar a priorização e o custo-benefício da atuação da Força Nacional em face de outras potenciais demandas nacionais.

A permanência da Força Nacional em qualquer parte do território nacional deverá ocorrer durante o prazo delimitado pelo ato do Ministro de Estado da Segurança Pública, nos termos do art. 4º, § 3º, do Decreto n.º 5.289, de 2004, e a renovação do emprego da Força Nacional fica condicionada à nova solicitação do Governador do Estado, do Distrito Federal ou do Ministro de Estado, observados os requisitos de solicitação com a apresentação de nova manifestação técnica favorável. Caso a renovação não seja solicitada pelo órgão apoiado, tempestivamente, o efetivo será retirado imediatamente após o vencimento da Portaria ministerial que autorizou o emprego operacional.

A estrutura hierárquica existente nos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal e o princípio da unidade de comando serão observados nas operações da Força Nacional.

CAPÍTULO II

2. Dos Princípios

Os princípios norteadores do emprego da Força Nacional de Segurança Pública estão esculpidos no artigo 3º do Decreto n.º 5.289, de 2004:

I - respeito aos direitos individuais e coletivos, inclusive à integridade moral das pessoas;

II - uso moderado e proporcional da força;

III - unidade de comando;

IV - eficácia e eficiência;

V - pronto atendimento;

VI - emprego de técnicas proporcionais e adequadas de controle de distúrbios



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

civis;

VII - qualificação especial para gestão de conflitos; e

VIII - solidariedade federativa.

CAPÍTULO III

3. Da estrutura e competências da DFNSP

A DFNSP está diretamente subordinada a SENASP e sua estrutura e competências estão descritas na Portaria MSP nº 151, de 2018.

3.1. Estrutura da DFNSP:

a) Coordenação-Geral de Planejamento e Operações da Força Nacional - CGPLANFN:

1. Coordenação de Planejamento e de Operações - CPO.

b) Coordenação-Geral de Administração - CGAD:

1. Coordenação de Logística, Convênios e Contratos - CLCC;

2. Coordenação de Suporte Operacional - CSO; e

3. Coordenação de Gestão Administrativa - COADM.

c) Coordenação-Geral de Polícia Judiciária e Perícia - CGPJ:

1. Coordenação de Treinamento e Capacitação - CTC.

As funções exercidas pelos agentes de segurança pública que compõem a Força Nacional são de cunho operacional, estando todos em condições de pronto emprego.

A comunicação entre as Coordenações-Gerais será estabelecida entre os seus titulares, ou por profissionais autorizados, com vista a estabelecer um canal de ligação único.

Os mobilizados quando necessitarem realizar contatos, sobre assunto atinentes a DFNSP, externos à Diretoria, deverão obedecer a estrutura hierárquica.

O Organograma da DFNSP está discriminado no ANEXO A (Sei nº 7418161).

3.2. Compete a DFNSP:

I - atuar em atividades destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas hipóteses previstas na legislação;

II - coordenar e planejar a seleção, o recrutamento, a mobilização, o preparo, o emprego e a desmobilização dos efetivos de polícia ostensiva e preventiva, de bombeiros, de defesa civil, de polícia judiciária e de perícia;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

III - propor e desenvolver, em conjunto com a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal - DEPAID, ações de capacitação, formação e nivelamento destinados aos efetivos de polícia ostensiva e preventiva, de bombeiros militares, de defesa civil, de polícia judiciária e de perícia, no âmbito da Força Nacional;

IV - realizar o planejamento operacional referente ao emprego dos efetivos;

V - instaurar e instruir procedimentos administrativos de Averiguação Preliminar, de averiguação preliminar de saúde e de inquérito técnico, no âmbito da Diretoria;

VI - planejar, organizar, coordenar, controlar e fiscalizar a distribuição, a segurança e o uso dos armamentos, das munições, dos equipamentos, das viaturas e dos materiais da Força Nacional;

VII - elaborar estudos relativos às necessidades logísticas, administrativas e de emprego operacional concernentes à atuação da Força Nacional;

VIII - realizar ações de inteligência operacional destinadas à sua atuação, quando demandadas pela Diretoria de Inteligência (DINT);

IX - propor, elaborar e expedir atos administrativos, por meio de portarias e documentos técnicos, de acordo com as necessidades administrativas e operacionais da Força Nacional;

X - promover as atividades de redação e de revisão de documentos e dos atos administrativos, no âmbito da Diretoria; e

XI - coordenar os procedimentos administrativos de averiguação preliminar e de inquérito técnico.

3.2.1. Compete a Coordenação-Geral de Planejamento e Operações da Força Nacional - CGPLANFN:

I - planejar, coordenar e fiscalizar o emprego operacional do efetivo em articulação com a Coordenação-Geral de Polícia Judiciária e Perícia (CGPJ);

II - adotar as medidas necessárias para o cumprimento dos objetivos específicos de cada operação;

III - promover os controles ético, disciplinar e operacional do efetivo nas operações desencadeadas em articulação com a CGPJ;

IV - gerenciar e monitorar o andamento de todas as operações e as ocorrências envolvendo a Força Nacional;

V - desenvolver atividades de inteligência operacional e gestão das informações produzidas pelos órgãos de segurança pública, voltadas para as ações da Força Nacional, em consonância com as atividades da DINT da SENASP; e

VI - propor atos normativos e elaborar manifestação técnica de oportunidade



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

e viabilidade operacional, em resposta às solicitações de apoio da Força Nacional.

3.2.1.1. Compete a Coordenação de Planejamento e de Operações - CPO:

I - planejar, coordenar, implementar, acompanhar e supervisionar as atividades de emprego das operações da Força Nacional;

II - elaborar os planos de emprego operacional e de movimentação do pessoal, ordens de serviço, notas técnicas, relatórios operacionais e demais documentações necessárias a atuação do efetivo respeitadas as competências da CGPJ;

III - monitorar o andamento das ocorrências nas operações da Força Nacional; e

IV - realizar a gestão documental da CGPLANFN.

3.2.2. Compete a Coordenação-Geral de Administração - CGAD:

I - gerenciar, administrar e fiscalizar os bens e o patrimônio sob a responsabilidade da DFNSP;

II - gerenciar, administrar e fiscalizar a execução orçamentária e financeira no âmbito da DFNSP;

III - analisar as demandas, realizar estudo técnico preliminar e elaborar termos de referência, notas técnicas e projetos básicos para aquisição e contratação de bens e serviços;

IV - planejar, controlar, executar e supervisionar os serviços, a logística de suprimentos e de transportes no âmbito da DFNSP;

V - orientar o desenvolvimento de soluções tecnológicas necessárias à execução das atividades da Força Nacional; e

VI - realizar a solução em primeiro grau de decisão de processos administrativos de logística.

3.2.2.1. Compete a Coordenação de Logística, Convênios e Contratos - CLCC:

I - promover e controlar a logística de material, de equipamentos e de insumos das operações da Força Nacional;

II - apoiar a Coordenação-Geral de Administração em decisões técnicas e administrativas;

III - manter o controle do patrimônio e adotar as medidas necessárias para garantir a segurança dos armamentos, das munições, dos equipamentos e dos bens materiais permanentes e de consumo sob a responsabilidade da DFNSP;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

IV - subsidiar os processos de licitações para aquisições de bens e serviços pertinentes à DFNSP; e

V - controlar e realizar o acompanhamento de convênios e dos contratos da Força Nacional.

3.2.2.2. Compete a Coordenação de Suporte Operacional - CSO:

I - planejar estudos técnicos para elaboração de Termo de Referência;

II - prover os meios necessários para a consecução dos procedimentos de aquisição; e Portaria da SENASP 200 (7449648) SEI 08106.009680/2018-98 / pg. 7

III - planejar as aquisições e contratações da DFNSP.

3.2.2.3. Compete a Coordenação de Gestão Administrativa - COADM:

I - planejar, supervisionar, controlar e orientar a gestão administrativa de bens e serviços; e

II - auxiliar no acompanhamento do Plano Plurianual.

3.2.3. Compete a Coordenação-Geral de Polícia Judiciária e Perícia - CGPJ:

I - planejar, coordenar, implementar, acompanhar e supervisionar as atividades operacionais de Polícia Judiciária e de Perícia, incluindo as de administração de material, pessoal e de patrimônio;

II - planejar, coordenar e fiscalizar o emprego operacional do efetivo da Força Nacional nas atividades de polícia judiciária e perícia;

III - elaborar relatórios técnicos que subsidiem a tomada de decisões no que concerne ao início, desenvolvimento e encerramento das operações de Polícia Judiciária e Perícia;

IV - propor atos normativos e a documentação técnica pertinente ao desenvolvimento das operações de Polícia Judiciária e Perícia;

V - gerenciar e monitorar o andamento das ocorrências envolvendo as operações de Polícia Judiciária e Perícia; e

VI - coordenar as ações de capacitação, formação e nivelamento destinados aos efetivos de polícia ostensiva e preventiva, de bombeiros militares, de defesa civil, de polícia judiciária e de perícia, no âmbito da Força Nacional.

3.2.3.1. Compete a Coordenação de Treinamento e Capacitação - CTC:

I - propor e desenvolver ações de capacitação, formação, nivelamento e valorização aos integrantes da Força Nacional; e

II - disseminar normas, procedimentos, orientações e legislações pertinentes a área de logística, em acordo com a Diretoria de Administração - DIAD, com vistas ao nivelamento de conhecimento dos mobilizados.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

3.3. Dos atos administrativos específicos

Os atos administrativos no âmbito da DFNSP que não estiverem previstos em atos regulamentares do Ministério da Segurança Pública ou da SENASP deverão ser propostos pelo Diretor da Força Nacional à SENASP.

Os atos da Administração Pública, realizados por meio da DFNSP, que necessitem de publicidade para surtirem os efeitos legais, deverão ser encaminhados à SENASP a fim de serem publicados em Boletim de Serviço, para conhecimento, controle e produção de seus efeitos.

CAPÍTULO IV

4. Da composição do efetivo da Força Nacional

A Força Nacional é composta, via de regra, por servidores civis e militares das atividades-fim dos órgãos de segurança pública e dos órgãos de perícia criminal dos entes federados que aderiram ao Convênio de Cooperação Federativa.

Se forem insuficientes os convênios firmados entre a União e os entes federados para suprir a previsão do efetivo da Força Nacional e, em face da necessidade de excepcional interesse público, as atividades poderão ser desempenhadas em caráter voluntário:

I - por militares e por servidores das atividades-fim dos órgãos de segurança pública e dos órgãos de perícia criminal da União, dos Estados e do Distrito Federal que tenham passado para a inatividade há menos de cinco anos;

II - por reservistas que tenham servido como militares temporários das Forças Armadas e passado para a reserva há menos de cinco anos, nos termos de convênio celebrado entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Segurança Pública.

O convênio referido acima não se aplica para os reservistas mobilizados antes de 27 de outubro de 2017, data de alteração realizada pela Lei n.º 13.500, de 2017, na Lei n.º 11.473, de 2007, e sua permanência, até o dia 31 de janeiro de 2020, estará condicionada à previsão orçamentária referente ao planejamento e à previsão anual de efetivo realizada pelo Ministério de Segurança Pública., bem como, sua situação será definida por regulamento do Ministério da Segurança Pública

4.1. Do efetivo

Anualmente, será realizada a previsão do efetivo da Força Nacional pelo MSP, com prioridade para a mobilização, conforme previsto na Lei n.º 11.473, de 2007.

A mobilização dos voluntários, mencionados nos incisos I e II do subitem 4.1, dar-se-á por processo seletivo cujos critérios serão definidos em regulamento, conforme § 8º, do artigo 5º, da Lei n.º 11.473, de 2007, e serão mobilizados



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

na Força Nacional, no mesmo posto, graduação ou cargo que exerciam nas respectivas instituições quando estavam no serviço ativo.

4.2. Dos critérios para mobilização

Os entes federados que aderirem ao Convênio de Cooperação Federativa observarão os seguintes critérios para indicação dos profissionais civis e militares para atuação em operações da Força Nacional:

I - ter vínculo com a administração pública e experiência mínima de três anos na atividade a ser desempenhada na Força Nacional;

II - não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive do Ministro de Estado da Segurança Pública, do Secretário Nacional de Segurança Pública, do Diretor da Força Nacional, do Governador do Estado ou do Distrito Federal, do Secretário Estadual ou Distrital de Segurança Pública ou do dirigente máximo do órgão de segurança pública ao qual pertença;

III - não estar respondendo processo administrativo disciplinar ou penal na Justiça Comum ou Militar;

III - não ter sido condenado na Justiça Comum ou Militar por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de cinco anos após o cumprimento ou extinção da pena; (Redação dada pela Portaria nº 161, de 17 de abril de 2020)

IV - não ter sido condenado pela prática de infração administrativa de natureza grave, ou possuir condenação penal nos últimos cinco anos;

IV - não ter sido punido pela prática de infração disciplinar de natureza grave, nos últimos cinco anos; (Redação dada pela Portaria nº 161, de 17 de abril de 2020)

V - ter concordado, voluntariamente, em atuar em operações da Força Nacional, em conformidade às obrigações estabelecidas no Convênio de Cooperação Federativa;

VI - ser considerado apto em inspeção de saúde realizado por meio da instituição de origem;

VII - estar com o cartão de vacinação em dia para Febre Amarela; Difteria e Tétano; Tríplice Viral e Hepatite B;

VIII - ser considerado apto em teste de aptidão física no Estado de origem; e

IX - possuir carteira nacional de habilitação válida pelo período mínimo de trinta dias, a contar da data de mobilização e, no mínimo, na categoria B, devendo permanecer com o documento válido durante todo o período que durar a mobilização.

Os profissionais das instituições que não possuem órgão de saúde que realize



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

inspeção de saúde e/ou não realizem teste de aptidão física, deverão apresentar, à sua instituição de origem, atestado médico emitido por profissional ativo e inscrito no Conselho Regional de Medicina - CRM, constando que estão aptos a desempenharem as atividades inerentes a sua profissão, bem como para as atividades físicas relacionadas. Substituindo assim, a inspeção de saúde e/ou o teste de aptidão física, por meio da instituição de origem, pela confirmação constante na certidão de origem (conforme modelo proposto pela DFNSP).

Na solicitação de indicação de profissionais, realizada pela SENASP ao ente federado, constará:

I - prazo para indicação dos profissionais civis e militares;

II - forma de envio dos documentos;

III - quantidade, qualificação e cargo dos profissionais a serem indicados, vedando-se a adoção de qualquer critério de qualificação que venha privilegiar determinado servidor ou grupo de profissionais, e

IV - outras informações consideradas pertinentes pela SENASP.

4.3. Dos documentos comprobatórios

A indicação dos profissionais civis e militares de que trata o subitem 4.2, deverá ser feita pelo ente federado diretamente à SENASP, devendo ser acompanhada da certidão de origem.

4.4. Da desmobilização

A desmobilização dos profissionais que atuam junto à Força Nacional dar-se-á nas seguintes hipóteses:

I - no interesse da Administração Pública Federal;

II - a pedido do profissional;

III - a pedido da Unidade Federativa conveniente a qual pertence o profissional;

IV - para fins de tratamento de saúde;

V - para responder a processo penal ou procedimento administrativo disciplinar;

V - ter sido condenado na Justiça Comum ou Militar por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de cinco anos após o cumprimento ou extinção da pena; (Redação dada pela Portaria nº 161, de 17 de abril de 2020)

V-A - ter sido punido disciplinarmente pela prática de infração de natureza grave, nos últimos cinco anos; (Redação dada pela Portaria nº 161, de 17 de abril de 2020)



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

VI - por insuficiência técnica; e

VII - nos demais casos previstos no Convênio de Cooperação Federativa.

A desmobilização de que trata o inciso VI ocorrerá nos casos de reprovação em mais de duas disciplinas na Instrução de Nivelamento de Conhecimento ou no Estágio de Readaptação sob a supervisão da CTC ou se ocorrer reprovação em uma área temática considerada essencial pela Força Nacional.

4.5. Do tempo de mobilização

Os profissionais mobilizados na Força Nacional poderão nela permanecer pelo prazo máximo de dois anos (caso haja interesse da administração pública na sua renovação e permanência).

O prazo acima descrito poderá ser prorrogado por ato do Ministro de Estado da Segurança Pública, mediante anuência específica do respectivo ente federado conveniente, nas seguintes hipóteses:

I - inexistência de outros profissionais civis ou militares com qualificação específica na área; e

II - necessidade de mobilizar profissionais civis e militares em quantidade superior àqueles sem impedimento de mobilização.

O prazo de dois anos referido acima, é contabilizado de forma ininterrupta ou intercalada, sendo que a soma não pode ultrapassar dois anos, ressalvado se a interrupção for igual ou superior a um ano. Ultrapassado esse prazo, os profissionais poderão ser novamente mobilizados após o transcurso do prazo de um ano.

A renovação do período de mobilização na Força Nacional, até o prazo máximo de 2 anos, fica condicionada ao interesse da administração pública federal.

4.6. Das previsões gerais do efetivo

O profissional mobilizado que venha a responder a inquérito policial ou a processo judicial em função do seu emprego nas atividades e serviços referidos no art. 3º, da Lei n.º 11.473, de 2007, serão representados judicialmente pela Advocacia-Geral da União, e o profissional mobilizado vitimado durante as atividades de cooperação federativa de que trata esta Diretriz, bem como os profissionais de segurança pública, em ação operacional conjunta com a Força Nacional, farão jus à indenização conforme estabelece a Lei n.º 11.473, de 2007.

Todos os profissionais mobilizados estão autorizados a cautelar seu armamento, devendo ser observado que:

a) não é permitido o uso de arma particular durante o serviço, o qual será exclusivamente realizado com o armamento da Força Nacional;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

- b) a identificação pessoal e o Cartão de Identificação de Mobilizado - CIM, expedido pela DFNSP, são documentações obrigatórias para que o profissional porte armamento da Força Nacional, estando ou não de serviço;*
- c) durante todos os tipos de dispensas ou atestados médicos, o profissional deverá desarmar o armamento na unidade responsável, na operação que estiver lotado;*
- d) em situação de sobreaviso ou prontidão, não poderão portar arma de fogo da Força Nacional, bem como a de propriedade particular, de maneira ostensiva ou com ela adentrar ou permanecer em locais públicos (igrejas, escolas, estádios desportivos, clubes, boates ou outros locais de grande aglomeração de pessoas, em virtude de eventos de qualquer natureza);*
- e) a autorização da cautela de arma de fogo perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas, onde responderá na forma da lei; e*
- f) é obrigatório o registro de ocorrência policial e a comunicação à Força Nacional, sobre eventual perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob sua guarda, nas primeiras vinte e quatro horas depois de ocorrido o fato.*

CAPÍTULO V

5. Do treinamento e da capacitação

O treinamento especial disposto no art. 4º, § 2º, do Decreto n.º 5.289, de 2004, ocorrerá em duas modalidades:

I - Instrução de Nivelamento de Conhecimento - INC; e

II - Estágio de Readaptação.

A INC é o treinamento especial necessário para atuação na Força Nacional, enquanto o Estágio de Readaptação é o treinamento especial para aqueles que já possuem INC, porém estão afastados da atuação na Força Nacional, sendo necessário sempre que o profissional for mobilizado após o afastamento superior a um ano. A INC específica de Pessoal Administrativo - INC/PA, específica de Gerenciamento e Comando - INC/GC, específica de Policiamento Especializado de Fronteiras - PEFRON, Grandes Eventos - INC/GE, INC Complementar, INC/GE com INC Complementar, INC de Inteligência, e os cursos de Guarda Ambiental Nacional, Condutores de Cães Farejadores de Drogas, Condutores de Cães Farejadores de Explosivos e Condutores de Cães Farejadores de Pessoas em Áreas Colapsadas, passam a ser equiparados com a INC.

A partir da data de publicação desta Diretriz, a INC será o único tipo de instrução de nivelamento de conhecimento aplicado pela Força Nacional para



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

fins de habilitação para a atuação na Força Nacional. A aprovação em INC é requisito indispensável para atuação na Força Nacional, nos casos de profissionais que não a possuam, e o Estágio de Readaptação, nos casos dos profissionais que já possuem INC.

O profissional não aprovado na INC ou no Estágio de Readaptação não poderá permanecer na Força Nacional, cabendo ao respectivo ente federado providenciar substituição, indicando profissional possuidor de INC válida, no prazo de trinta dias a contar da apresentação do profissional em sua instituição de origem.

Os critérios para aprovação na INC e no Estágio de Readaptação, serão propostos pela DFNSP em colaboração com a DEPAID.

A INC tem os seguintes objetivos:

I - capacitar os profissionais civis e militares para atuação junto à Força Nacional, inclusive no que concerne à utilização e manutenção dos armamentos e equipamentos; e

II - padronizar os procedimentos técnicos e táticos operacionais de atuação da Força Nacional.

O Estágio de Readaptação objetiva capacitar e aperfeiçoar os profissionais civis e militares nas técnicas para atuação junto à Força Nacional, inclusive no que concerne à utilização e manutenção dos armamentos e equipamentos, e novos procedimentos táticos e operacionais, atualizando a padronização.

A Força Nacional poderá promover anualmente teste de aptidão física, para o qual, os profissionais mobilizados deverão apresentar atestado médico para sua realização.

CAPÍTULO VI

6. Do serviço

A atuação do efetivo no âmbito da Força Nacional poderá ser em regime de:

I - expediente;

II - escala de serviço;

III - prontidão; e

IV - sobreaviso.

As especificidades dos regimes de atuação serão previstas nos instrumentos específicos.

6.1. Dos afastamentos

Os afastamentos do serviço no âmbito da Força Nacional, para todos os profissionais mobilizados, poderão ser:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

I - dispensa para gozo e desconto de férias; (Revogado pela Portaria da SENASP nº 83, de 3 de junho de 2019)

II - dispensa regulamentar;

III - dispensa emergencial; e

IV - dispensa para fins de progressão de carreira funcional ou promoção.

A dispensa caracteriza-se por interrupção temporária dos serviços prestados pelo profissional mobilizado sem que haja a sua desmobilização e sem ônus para a União.

A dispensa para gozo e desconto de férias, será comunicada ao Estado de origem, e, quando iniciada, deverá ser usufruída em sua totalidade, dentro do mesmo exercício financeiro, devendo ser solicitada à Força Nacional com trinta dias de antecedência, podendo ser usufruída:

a) em uma parcela única de trinta dias consecutivos; ou

b) em duas parcelas de quinze dias consecutivos. (Revogado pela Portaria da SENASP nº 83, de 3 de junho de 2019)

O profissional mobilizado que estiver a disposição da Força Nacional, pelo período de 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, ininterruptos, terá o direito de solicitar a dispensa regulamentar pelo período de até 4 (quatro) e 8 (oito) dias, ininterruptos, respectivamente. A dispensa regulamentar poderá contabilizar no máximo 16 (dezesesseis) dias por ano.

Conceder-se-á ao mobilizado dispensa emergencial de 5 (cinco) dias, prorrogáveis por uma vez, pelo mesmo período, por motivo de:

A - Falecimento do conjugue, companheira ou companheiro, pais, madrasta, padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda e tutela e irmãos; e

B - Para tratar de interesses pessoais, devendo ser comprovado o caráter emergencial.

A dispensa para fins de progressão de carreira funcional ou promoção prevista na Portaria SENASP nº 70, de 17 de maio de 2018 (Sei nº 6406356), visa possibilitar ao profissional mobilizado sua participação nas etapas presenciais obrigatórias necessárias à sua progressão funcional ou promoção e seu usufruto não interfere na contagem de período estabelecido como requisito para a concessão das demais dispensas previstas.

Incumbe aos Chefes imediatos (Diretor e Coordenadores-Gerais) o deferimento do afastamento previsto no inciso II e incumbe ao Diretor da Força Nacional, ou ao seu substituto legal, nos casos de afastamentos ou impedimentos legais, o deferimento dos afastamentos previstos nos incisos I, III e IV, que além dos prazos acima estabelecidos, deverão observar o limite de 10% do seu efetivo.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Os Militares da Reserva Remunerada, Inativos e os Reservistas das Forças Armadas, uma vez que não estão contemplados no inciso I, poderão gozar 30 (trinta) dias de dispensa regulamentar, além da previsão do inciso II, da seguinte forma:

- a) em uma parcela única de trinta dias consecutivos; ou*
- b) em duas parcelas de quinze dias consecutivos.*

Os casos de profissionais com dispensa médica deverão ser disciplinados em instrumento específico e as especificidades dos afastamentos acima mencionados serão previstas em instrumento da área responsável pelo efetivo da Força Nacional.

6.2. Dos tipos de viaturas

Compõem a frota da Força Nacional:

- I - veículos leves caracterizados;*
- II - veículos leves descaracterizados;*
- III - veículos de transportes de tropa;*
- IV - veículo blindado de combate;*
- V - motocicletas;*
- VI - aeronaves; e*
- VII - embarcações.*

6.3. Dos armamentos e equipamentos

O armamento da Força Nacional é o de uso policial, dividindo-se em:

- I - armas de porte e portáteis;*
- II - armas de emprego individual e coletivo; e*
- III - instrumentos de menor potencial ofensivo.*

As especificidades dos armamentos e dos equipamentos serão previstas nos respectivos instrumentos das áreas técnicas da Força Nacional.

6.4. Do processo administrativo

O Decreto nº 8.539, de 2015, dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Nos processos administrativos eletrônicos do DFNSP, os atos processuais deverão ser realizados em meio eletrônico, exceto nas situações em que este procedimento for inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade do processo.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

No caso das exceções previstas no caput, os atos processuais poderão ser praticados segundo as regras aplicáveis aos processos em papel, desde que posteriormente o documento-base correspondente seja digitalizado, conforme procedimento previsto no art. 12 do Decreto nº 8.539, de 2015.

CAPÍTULO VII

7. Modalidades de emprego

As modalidades de emprego no âmbito da Força Nacional poderão ser:

- I - policiamento ostensivo;*
- II - cumprimento de mandados de prisão;*
- III - o cumprimento de alvarás de soltura;*
- IV - a guarda, a vigilância e a custódia de presos;*
- V - os serviços técnico-periciais, qualquer que seja sua modalidade;*
- VI - o registro e a investigação de ocorrências policiais;*
- VII - as atividades relacionadas à segurança dos grandes eventos;*
- VIII - auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados;*
- IX - o apoio às atividades de conservação e policiamento ambiental.*

Os profissionais mobilizados também poderão atuar para fins de desenvolvimento de atividades de apoio administrativo e de projetos na área de segurança pública, nos termos do parágrafo único, do artigo 3º, da Lei n.º 11.473, de 2007, cuja atuação administrativa na Força Nacional subsidiará a atividade operacional.

As operações da Força Nacional, salvo exceções autorizadas pela Coordenação-Geral responsável, deverão empregar na administração no máximo 10% do efetivo disponibilizado para a operação, e as áreas de apoio administrativo nas operações e no Distrito Federal deverão empregar no mínimo 30% de servidores inativos do efetivo mobilizado.

7.1. Dos critérios para compor o efetivo administrativo da Força Nacional

O profissional mobilizado que irá compor o efetivo administrativo, além da capacidade técnica esperada, deverá possuir experiência mínima de seis meses na atividade operacional da Força Nacional, ressalvadas as operações de grandes eventos e aquelas localizadas no Distrito Federal.

Poderão deixar de ser aplicadas as previsões acima mencionadas nos casos de inexistência de outros profissionais civis ou militares com qualificação específica na área necessária.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

CAPÍTULO VIII

8. Das operações

As operações no âmbito da Força Nacional poderão ser executadas, integradas ou separadas, por:

I - policiais militares;

II - bombeiros militares;

III - policiais civis;

IV - profissionais de perícia;

V - inativos e reservistas, preferencialmente em conjunto.

A Força Nacional poderá atuar de forma conjunta ou isolada, nos termos da Portaria Ministerial n.º 3.383, de 2013, e suas operações serão precedidas de plano de emprego aprovado pelo Diretor da Força Nacional.

O Comando da Operação respeitará as peculiaridades das instituições e será definido pela Coordenação-Geral responsável.

A Força Nacional utiliza a liderança situacional como forma de comando a ser exercida pelos responsáveis nas operações.

O plano de emprego acima mencionado, observará o processo de gestão de risco e de planejamento estruturado com o objetivo de definir com clareza um conjunto de ações e iniciativas necessárias para apoiar a tomada de decisão quanto à alocação da Força Nacional.

Demais especificidades operacionais serão previstas nos respectivos instrumentos das áreas técnicas da Força Nacional.

CAPÍTULO IX

9. Conduta do profissional mobilizado na Força Nacional

As normas de conduta, os deveres e as vedações aplicadas ao profissional mobilizado estão previstas na Portaria MJ nº 3.383, de 2013.

As obrigações do profissional mobilizado são:

I - agir sob a égide da lei e do respeito aos direitos humanos;

II - respeitar e tratar com urbanidade as pessoas, inclusive superiores, colegas e subordinados;

III - respeitar as diversidades culturais;

IV - atuar com equilíbrio e isenção;

V - manter sigilo em relação às informações a que tiver conhecimento em razão da função;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

VI - zelar pela utilização adequada dos recursos materiais da Força Nacional e pela preservação do patrimônio público;

VII - manter-se atualizado acerca das instruções, das normas de serviço e da legislação pertinente às suas atividades, zelando pelo seu fiel cumprimento;

VIII - compartilhar informações e documentos pertinentes às suas tarefas com os demais colegas, exceto as informações classificadas como sigilosas, na forma da lei;

IX - exercer sua função, autoridade ou prerrogativa e atender exclusivamente o interesse público;

X - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão da função;

XI - exercer com zelo e dedicação as atividades desenvolvidas no âmbito da Força Nacional;

XII - ser leal e agir em conformidade à moralidade administrativa;

XIII - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

XIV - ser assíduo e pontual ao serviço; e

XV - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

É vedado ao profissional mobilizado:

I - ausentar-se do serviço, sem prévia autorização do comandante ou do chefe imediato;

II - afastar-se da área da operação, sem autorização competente;

III - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da operação;

IV - opor resistência injustificada à execução de serviço;

V - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

VI - receber propina, comissão, presente, brinde ou vantagem de qualquer espécie ou valor, em razão de suas atribuições;

VII - proceder de forma desidiosa;

VIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

IX - utilizar para fins particulares recursos, serviços ou pessoal disponibilizados pela Força Nacional ou pelo ente federado;

X - envolver-se em atividades particulares que conflitem com o horário de expediente ou escala de serviço estabelecida;

XI - usar artifícios para prolongar a resolução de uma demanda ou dificultar



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

o exercício regular de direito por qualquer cidadão;

XII - apresentar-se no expediente administrativo ou no cumprimento à escala de serviço sob efeito de substâncias químicas sem prescrição médica;

XIII - propor ou obter troca de favores que originem compromisso pessoal ou funcional, conflitante com o interesse público;

XIV - utilizar-se da função de chefia, de direção ou de comando, do posto ou da graduação, de amizade ou de influência em benefício próprio, para obtenção de vantagem indevida;

XV - prestar assistência ou consultoria de qualquer espécie a empresas contratadas, fiscalizadas, fornecedoras, prestadoras de serviços ou que estejam participando de licitações para fornecimento de materiais ou serviços para a Força Nacional;

XVI - usar ou repassar a terceiros, por intermédio de quaisquer meios de comunicação, informações, tecnologias ou conhecimentos obtidos em razão da função, sem o conhecimento prévio e a autorização expressa da chefia, direção ou comando;

XVII - utilizar-se de informações privilegiadas obtidas em razão do desempenho de suas funções na Força Nacional, ainda que depois de sua desmobilização;

XVIII - utilizar-se da hierarquia ou da função de chefia, direção ou comando que exerça, para constranger profissionais mobilizado ou agente público a praticar ato irregular ou distinto de suas atribuições legais ou regulamentares;

XIX - utilizar-se de sua função, poder, autoridade ou prerrogativa com finalidade estranha ao interesse público;

XX - envolver-se em situações que possam caracterizar conflito de interesses, em razão do desempenho de suas funções na Força Nacional; e

XXI - ser conivente, ainda que por solidariedade, com infração disposta nesta Diretriz ou na legislação pátria.

9.1. Da Averiguação Preliminar

A averiguação preliminar será necessária sempre que as autoridades tenham ciência da conduta do profissional mobilizado que infrinja a lei ou normas previstas nesta Diretriz, sem que disponham de elementos detalhados ou mesmo de certeza quanto ao fato e à autoria, nos termos da Portaria n.º 3.383/13.

Será dispensada a instauração de averiguação preliminar quando a comunicação de fato de possível prática irregular de mobilizado estiver acompanhada de manifestação da chefia imediata e documentação e/ou elementos de informação suficientes para o convencimento da autoridade



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

competente quanto a desmobilização, no interesse da Administração Pública Federal, ou o arquivamento do fato.

São competentes para proceder à averiguação preliminar dos fatos:

I - o Diretor da DFNSP, em relação a fatos que envolvam todo o efetivo mobilizado;

II - os Coordenadores-Gerais, em relação a fatos que envolvam seus subordinados;

III - os Comandantes e os Chefes de Operações, em relação a fatos que envolvam suas respectivas unidades e os servidores sob suas ordens diretas.

As autoridades supracitadas poderão, por meio de despacho, determinar que outro profissional proceda a averiguação.

Ao Apoio Administrativo de Controle e Análise Documental caberá controlar a numeração das averiguações preliminares instauradas e confeccionar a sugestão de Manifestação do Diretor, que será encaminhada ao Secretário Nacional de Segurança Pública para decisão.

Compete ao responsável por instruir à averiguação preliminar:

I - dirigir-se, quando possível, ao local dos fatos, deles inteirando-se;

II - notificar os interessados para que apresentem a sua versão no prazo de dois dias úteis;

III - ouvir, por meio de termo de declaração, aquele que trazer dados relevantes à busca da verdade;

IV - coletar documentos e indícios materiais disponíveis; e

V - elaborar relatório de todo o apurado.

O relatório de que trata o inciso VI, deverá conter:

I - descrição sintética dos fatos apurados;

II - relação dos documentos e indícios coletados durante as diligências;

III - resumo das entrevistas realizadas;

IV - resumo dos termos de declarações, quando houver;

V - situação do profissional (se mobilizado ou desmobilizado);

VI - avaliação de desempenho do profissional; e

VII - conclusão.

A averiguação preliminar deverá ser encerrada, com o devido relatório, no prazo máximo de dez dias, a contar do recebimento dos autos pelo profissional responsável pela apuração, e deverá sugerir:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

I - o arquivamento do procedimento; ou

II - a desmobilização do profissional mobilizado, com a sugestão de envio do procedimento à autoridade competente.

O prazo de dez dias poderá ser prorrogado uma vez, por mais cinco dias, desde que devidamente justificado.

O deferimento / indeferimento da prorrogação mencionada caberá ao Diretor da Força Nacional e, em casos excepcionais, a profissional por este indicado.

Se a conduta estiver capitulada como crime ou contravenção penal, o procedimento será remetido ao Ministério Público competente, com cópia para o órgão de origem. Se a conduta for de natureza disciplinar, o procedimento deverá ser remetido às autoridades do órgão de origem para adoção das providências cabíveis.

Se a conduta tiver provocado dano ao erário, o procedimento receberá a forma de inquérito técnico e será remetido à Advocacia-Geral da União para conhecimento e providências cabíveis, nos casos em que não houver o ressarcimento.

Se o fato tiver relação com a situação de saúde do profissional mobilizado, o profissional será submetido, conforme Convênio de Cooperação Federativa, para adoção das providências cabíveis, à Junta Médica para avaliação, devendo-se questionar se o profissional encontra-se apto para a atividade fim no âmbito da DFNSP ou apto para desenvolvimento de atividades de apoio administrativo.

No caso do profissional mobilizado encontrar-se temporariamente apto apenas para desenvolvimento de atividades de apoio administrativo, sua permanência ou não, na Força Nacional, ficará a critério do Diretor, o qual poderá decidir valendo-se da manifestação do superior imediato do profissional em questão, no interesse da administração pública.

O profissional desmobilizado em razão de crime ou contravenção penal ou conduta de natureza disciplinar somente poderá ser novamente mobilizado para atuar na Força Nacional, após solução do procedimento e/ou processo e de manifestação formal acerca do fato, expedido pelo órgão competente, de acordo com a natureza da desmobilização.

No caso de flagrante de crime militar, a lavratura do auto de prisão em flagrante delito será presidida por autoridade de polícia judiciária militar com circunscrição sobre o local do cometimento do delito, nos termos da legislação processual penal militar em vigor, homologado pela autoridade judicial da Justiça Militar a que pertence o militar. Hipótese esta que ensejará, sem a instauração de averiguação preliminar, a imediata desmobilização do profissional a contar da data da situação flagrancial e, dentro do possível, sua apresentação na instituição de origem.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

No caso de flagrante de crime de competência da justiça comum, ocorrendo ou não a lavratura do auto de prisão em flagrante delito, esta presidida por autoridade de polícia judiciária com circunscrição sobre o local do cometimento do delito, nos termos da legislação processual penal em vigor, ensejará, sem a instauração de averiguação preliminar, a imediata desmobilização do profissional e, dentro do possível, sua apresentação à instituição de origem.

Demais especificidades quanto a averiguação preliminar serão previstas em instrumento específico.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETORIA DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 3.383, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013

Regulamenta a composição do efetivo, o treinamento, a atuação, as obrigações e as normas de conduta dos servidores que compõem a Força Nacional de Segurança Pública, bem como os critérios técnicos para aquisição de equipamentos no âmbito desse programa de cooperação federativa.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições previstas no art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e no Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, e tendo em vista o disposto no art. 10 e no parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta a composição do efetivo, o treinamento, a atuação, as obrigações e as normas de conduta dos servidores que compõem a Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, bem como os critérios técnicos para aquisição de equipamentos no âmbito desse programa de cooperação federativa.

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO DO EFETIVO

Seção I

Dos Critérios para Mobilização

Art. 2º Os entes federados que aderirem ao programa de cooperação federativa observarão os seguintes critérios para indicação de servidores civis e militares para atuação em operações da FNSP:

I - ter vínculo com a administração pública e experiência mínima de três anos



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

na atividade a ser desempenhada na FNSP;

II - não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consaguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive do Ministro de Estado da Justiça, do Secretário Nacional de Segurança Pública, do Diretor do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública - DFNSP, do Governador do Estado ou do Distrito Federal, do Secretário Estadual ou Distrital de Segurança Pública ou do dirigente máximo do órgão de segurança pública ao qual pertença;

III - não estar respondendo processo administrativo disciplinar ou penal na Justiça Comum ou Militar; (Alterado pela Portaria nº 161, de 17 de abril de 2020)

III - não ter sido condenado na Justiça Comum ou Militar por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de cinco anos após o cumprimento ou extinção da pena; (Redação dada pela Portaria nº 161, de 17 de abril de 2020)

IV - não ter sido condenado pela prática de infração administrativa de natureza grave, ou possuir condenação penal nos últimos cinco anos; (Alterado pela Portaria nº 161, de 17 de abril de 2020)

IV - não ter sido punido pela prática de infração disciplinar de natureza grave, nos últimos cinco anos; (Redação dada pela Portaria nº 161, de 17 de abril de 2020)

V - ter concordado, voluntariamente, em atuar em operações da FNSP, em conformidade às obrigações estabelecidas no convênio específico de cooperação federativa; e

VI - ser considerado apto em inspeção de saúde e demais procedimentos descritos no convênio específico de cooperação federativa.

Parágrafo único. Na solicitação da Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP ao ente federado de que trata o caput deverá constar:

I - prazo para indicação dos servidores civis e militares;

II - forma de envio dos documentos, inclusive daqueles de que trata o art. 3º;

III - quantidade, qualificação e cargo dos servidores a serem indicados, vedando-se a adoção de qualquer critério de qualificação que venha privilegiar determinado servidor ou grupo de servidores; e

IV - outras informações consideradas pertinentes pela SENASP.

Seção II

Dos Documentos Comprobatórios

Art. 3º A indicação dos servidores civis e militares de que trata o art. 2º deverá



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

ser feita pelo ente federado diretamente à SENASP, devendo ser acompanhada dos seguintes documentos:

I - cópia do termo de posse no órgão de segurança pública ou declaração de tempo de serviço;

II - declaração do servidor de que não se encontra nas hipóteses descritas no art. 2º, incisos II e VI, e que concorda com sua atuação na FNSP, nos termos do art. 2º, inciso IV;

III - certidão administrativa de que não foi condenado pela prática de infração administrativa de natureza grave, nos últimos cinco anos;

IV - certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça do Estado em que serve e, no caso dos integrantes das corporações militares, também a certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Militar do Estado;

V - certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Federal e, no caso dos integrantes das corporações militares, também a certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Militar Federal; e

VI - atestado de aptidão de saúde para atuação na FNSP.

Seção III

Da Desmobilização

Art. 4º A desmobilização dos servidores que atuam junto à FNSP dar-se-á nas seguintes hipóteses:

I - no interesse da Administração Pública Federal;

II - a pedido do servidor;

III - a pedido do ente federado ao qual pertence o servidor;

IV - para fins de tratamento de saúde;

V - para responder a processo penal ou procedimento administrativo disciplinar; e (Alterado pela Portaria nº 161, de 17 de abril de 2020)

V - ter sido condenado na Justiça Comum ou Militar por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de cinco anos após o cumprimento ou extinção da pena; (Redação dada pela Portaria nº 161, de 17 de abril de 2020)

V-A - ter sido punido disciplinarmente pela prática de infração de natureza grave, nos últimos cinco anos; e (Redação dada pela Portaria nº 161, de 17 de abril de 2020)

VI - nos demais casos previstos no convênio específico de cooperação federativa.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Art. 5º O servidor civil ou militar não poderá permanecer mobilizado por prazo superior a dois anos, seja ininterrupto ou intercalado.

§ 1º Ultrapassado o prazo previsto no caput, o servidor civil ou militar poderá ser novamente mobilizado após o transcurso do prazo de um ano.

§ 2º Não se aplicam os prazos previstos no caput e no § 1º nas seguintes hipóteses:

I - inexistência de outros servidores com qualificação específica na área; e

II - necessidade de mobilizar servidores civis e militares em quantidade superior àqueles sem impedimento.

CAPÍTULO II

DO TREINAMENTO E DA CAPACITAÇÃO

Seção I

Do Treinamento Especial

Art. 6º Os servidores civis e militares indicados pelo ente federado na forma dos arts. 2º e 3º, receberão treinamento especial do Ministério da Justiça para atuação conjunta, em conformidade ao disposto no art. 4º, § 2º, do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004.

§ 1º O treinamento especial de que trata o caput ocorrerá em duas modalidades: (Alterado pela Portaria MJSP nº 507, de 17 de novembro de 2021)

I - Instrução de Nivelamento de Conhecimento; e (Revogado pela Portaria MJSP nº 507, de 17 de novembro de 2021)

II - Estágio de Readaptação. (Revogado pela Portaria MJSP nº 507, de 17 de novembro de 2021)

§ 1º O treinamento especial de que trata o caput ocorrerá na modalidade de Instrução de Nivelamento de Conhecimento. (Redação dada pela Portaria MJSP nº 507, de 17 de novembro de 2021)

§ 2º A aprovação na Instrução de Nivelamento de Conhecimento e no Estágio de Readaptação é requisito indispensável para atuação na FNSP. (Alterado pela Portaria MJSP nº 507, de 17 de novembro de 2021)

§ 2º A aprovação na Instrução de Nivelamento de Conhecimento é requisito indispensável para atuação de mobilizado na Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública - DFNSP. (Redação dada pela Portaria MJSP nº 507, de 17 de novembro de 2021)

§ 3º O servidor não aprovado na Instrução de Nivelamento de Conhecimento ou no Estágio de Readaptação não poderá ser ou permanecer mobilizado, cabendo ao respectivo ente federado providenciar sua substituição no prazo de



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

quinze dias a contar da notificação do DFNSP. (Alterado pela Portaria MJSP nº 507, de 17 de novembro de 2021)

§ 3º O servidor não aprovado na Instrução de Nivelamento de Conhecimento não poderá ser ou permanecer mobilizado, cabendo ao respectivo ente federado providenciar sua substituição no prazo de quinze dias, a contar da notificação do DFNSP. (Redação dada pela Portaria MJSP nº 507, de 17 de novembro de 2021)

§ 4º Caberá ao DFNSP estabelecer os critérios para aprovação na Instrução de Nivelamento de Conhecimento e no Estágio de Readaptação. (Alterado pela Portaria MJSP nº 507, de 17 de novembro de 2021)

§ 4º Caberá à DFNSP estabelecer os critérios para aprovação na Instrução de Nivelamento de Conhecimento. (Redação dada pela Portaria MJSP nº 507, de 17 de novembro de 2021)

§ 5º Em situações excepcionais, mediante justificativa do Secretário Nacional de Segurança Pública, a Instrução de Nivelamento de Conhecimento poderá ser dispensada. (Redação dada pela Portaria MJSP nº 507, de 17 de novembro de 2021)

Art. 7º A Instrução de Nivelamento de Conhecimento tem os seguintes objetivos:

I - capacitar os servidores civis e militares para atuação junto à FNSP, inclusive no que concerne à utilização e manutenção dos armamentos e equipamentos; e

II - padronizar os procedimentos técnicos e táticos operacionais de atuação da FNSP.

Art. 8º O Estágio de Readaptação objetiva capacitar e aperfeiçoar os servidores civis e militares nas técnicas para atuação junto à FNSP, inclusive no que concerne à utilização e manutenção dos armamentos e equipamentos, e novos procedimentos táticos e operacionais.

Art. 9º O DFNSP deverá mobilizar, no mínimo, 8,5% (oito vírgula cinco por cento) dos servidores civis e militares do ente federado que já tiverem recebido o treinamento de que trata o art. 6º.

CAPÍTULO III

DO EMPREGO OPERACIONAL

Seção I

Da Atuação Conjunta

Art. 10. A atuação conjunta da FNSP, nos termos dos arts. 2º-A e 2º-B do Decreto nº 5.289, de 2004, compreende:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

I - auxílio às ações de polícia judiciária estadual na função de investigação de infração penal, para a elucidação das causas, circunstâncias, motivos, autoria e materialidade;

II - auxílio às ações de inteligência relacionadas às atividades destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

III - apoio nas atividades periciais e de identificação civil e criminal destinadas a colher e resguardar indícios ou provas da ocorrência de fatos ou de infração penal;

IV - auxílio na ocorrência de catástrofes ou de desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados;

V - apoio a ações que visem à proteção de indivíduos, grupos e órgãos da sociedade que promovam e protejam os direitos humanos e as liberdades fundamentais;

VI - apoio às atividades de conservação e de policiamento ambiental;

VII - apoio às ações de fiscalização ambiental desenvolvidas por órgãos federais, estaduais, distritais e municipais na proteção do meio ambiente;

VIII - apoio na prevenção a crimes e infrações ambientais;

IX - apoio às ações da polícia judiciária na investigação de crimes ambientais;
e

X - auxílio à realização de levantamentos e de laudos técnicos sobre impactos ambientais negativos.

§ 1º As atividades de guarda, vigilância, escolta e custódia de presos, previstas no art. 3º, inciso IV, da Lei nº 11.473, de 2007, serão executadas pela FNSP apenas em situações extraordinárias de grave crise no sistema penitenciário.

§ 2º Excepcionalmente, é permitida a atuação isolada da FNSP, desde que preservada a coordenação conjunta e atendido o disposto no art. 11.

Seção II

Dos Requisitos para Emprego

Art. 11. A FNSP poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado, do Distrito Federal ou de Ministro de Estado, desde que vigente o convênio de cooperação federativa com o ente federado onde ocorrerá a operação.

Parágrafo único. A solicitação de que trata o caput observará os seguintes requisitos:

I - descrição do fato que justifique o emprego da FNSP;

II - indicação das atividades a serem executadas, dentre as previstas no art.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

10;

III - declaração da imprescindibilidade de apoio da FNSP para o restabelecimento da situação de preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio; e

IV - delimitação territorial da área de atuação da FNSP; e

V - indicação do órgão policial federal que coordenará as atividades.

Art. 12. A autorização de emprego da FNSP será conferida mediante ato do Ministro de Estado da Justiça, desde que precedida de manifestação técnica favorável da SENASP, que deverá analisar a oportunidade e a viabilidade operacional da solicitação.

Art. 13. A permanência da FNSP em qualquer parte do território nacional deverá ocorrer durante o prazo delimitado pelo ato do Ministro de Estado da Justiça, nos termos do art. 4º, § 3º, do Decreto nº 5.289, de 2004.

Parágrafo único. A renovação do emprego da FNSP fica condicionada à nova solicitação do Governador do Estado, do Distrito Federal ou do Ministro de Estado, observados os requisitos do art. 11, parágrafo único, e precedida de nova manifestação técnica favorável da SENASP.

CAPÍTULO IV

DAS NORMAS DE CONDUTA

Seção I

Dos Deveres

Art. 14. São obrigações do servidor mobilizado:

I - agir sob a égide da lei e do respeito aos direitos humanos;

II - respeitar e tratar com urbanidade as pessoas, inclusive superiores, colegas e subordinados;

III - respeitar as diversidades culturais;

IV - atuar com equilíbrio e isenção;

V - manter sigilo em relação às informações a que tiver conhecimento em razão da função;

VI - zelar pela utilização adequada dos recursos materiais da FNSP e pela preservação do patrimônio público;

VII - manter-se atualizado acerca das instruções, das normas de serviço e da legislação pertinente às suas atividades, zelando pelo seu fiel cumprimento;

VIII - compartilhar informações e documentos pertinentes às suas tarefas com os demais colegas, exceto as informações classificadas como sigilosas;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

IX - exercer sua função, autoridade ou prerrogativa exclusivamente para atender ao interesse público;

X - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão da função;

XI - exercer com zelo e dedicação as atividades desenvolvidas no âmbito da FNSP;

XII - ser leal e agir em conformidade à moralidade administrativa;

XIII - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

XIV - ser assíduo e pontual ao serviço; e

XV - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Seção II

Das Vedações

Art. 15. É vedado ao servidor mobilizado:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do comandante ou do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - opor resistência injustificada à execução de serviço;

IV - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

V - receber propina, comissão, presente, brinde ou vantagem de qualquer espécie ou valor, em razão de suas atribuições;

VI - proceder de forma desidiosa;

VII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

VIII - utilizar para fins particulares recursos, serviços ou pessoal disponibilizados pelo DFNSP ou pelo ente federado;

IX - envolver-se em atividades particulares que conflitem com o horário de expediente ou escala de serviço estabelecida;

X - usar artifícios para prolongar a resolução de uma demanda ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer cidadão;

XI - apresentar-se no expediente administrativo ou no cumprimento à escala de serviço sob efeito de substâncias químicas sem prescrição médica;

XII - propor ou obter troca de favores que originem compromisso pessoal ou funcional, conflitante com o interesse público;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

XIII - utilizar-se da função de chefia, de direção ou de comando, do posto ou da graduação, de amizade ou de influência para receber benefícios ou tratamento diferenciado, para si ou para outrem, em órgão público ou em entidade privada;

XIV - prestar assistência ou consultoria de qualquer espécie a empresas contratadas, fiscalizadas, fornecedoras, prestadoras de serviços ou que estejam participando de licitações para fornecimento de materiais ou serviços ao DFNSP;

XV - usar ou repassar a terceiros, por intermédio de quaisquer meios de comunicação, informações, tecnologias ou conhecimentos obtidos em razão da função, sem o conhecimento prévio e a autorização expressa da chefia, direção ou comando;

XVI - utilizar-se de informações privilegiadas obtidas em razão do desempenho de suas funções no DFNSP, ainda que depois de sua desmobilização;

XVII - utilizar-se da hierarquia ou da função de chefia, direção ou comando que exerça, para constranger servidor mobilizado ou agente público a praticar ato irregular ou distinto de suas atribuições legais ou regulamentares;

XVIII - utilizar-se de sua função, poder, autoridade ou prerrogativa com finalidade estranha ao interesse público;

IXX - envolver-se em situações que possam caracterizar conflito de interesses, em razão do desempenho de suas funções no DFNSP; e

XX - ser conivente, ainda que por solidariedade, com infração ao disposto nesta Portaria ou na legislação pátria.

Seção III

Da Averiguação Preliminar

Art. 16. A averiguação preliminar será necessária sempre que as autoridades tenham ciência da conduta do servidor que infrinja a lei ou normas previstas nesta Portaria, sem que disponham de elementos detalhados ou mesmo de certeza quanto ao fato e à autoria.

Parágrafo único. Na hipótese de situação de flagrante delito de crime comum ou militar, o servidor deverá ser imediatamente apresentado a sua instituição de origem, e os elementos probatórios existentes devem ser encaminhados às autoridades competentes para proceder à averiguação dos fatos.

Art. 17. São competentes para proceder à averiguação preliminar dos fatos:

I - o Diretor do DFNSP, em relação a fatos que envolvam todo o efetivo mobilizado;

II - os Coordenadores-Gerais, em relação a fatos que envolvam seus



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

subordinados;

III - os Comandantes e os Chefes de Operações, em relação a fatos que envolvam suas respectivas unidades e os servidores sob suas ordens diretas.

Parágrafo único. As autoridades descritas no caput poderão, por meio de despacho, determinar que outro servidor proceda a averiguação.

Art. 18. Compete ao responsável por proceder à averiguação preliminar:

I - dirigir-se, quando possível, ao local dos fatos, deles inteirando-se;

II - notificar os envolvidos para que apresentem a sua versão no prazo de dois dias ininterruptos;

III - ouvir, por meio de termo de declaração, aquele que trouxer dados relevantes à busca da verdade;

IV - coletar documentos e indícios materiais disponíveis; e

V - elaborar relatório de todo o apurado.

Parágrafo único. O relatório de que trata o inciso V deverá conter:

I - descrição sintética dos fatos apurados;

II - relação dos documentos e indícios coletados durante as diligências;

III - resumo das entrevistas realizadas;

IV - resumo dos termos de declarações, quando houver; e

V - conclusão.

Art. 19. A averiguação preliminar deverá ser encerrada, com o devido relatório, no prazo máximo de dez dias, prorrogáveis por mais cinco dias, a contar do recebimento dos autos pelo servidor responsável pela apuração, e deverá sugerir:

I - o arquivamento do procedimento; ou

II - a desmobilização do servidor, com a sugestão de envio do procedimento à autoridade competente.

§ 1º Se a conduta estiver capitulada como crime ou contravenção penal, o procedimento será remetido ao Ministério Público competente, com cópia para o órgão de origem.

§ 2º Se a conduta for de natureza disciplinar, o procedimento deverá ser remetido às autoridades do órgão de origem para adoção das providências cabíveis.

§ 3º Se a conduta tiver provocado dano ao erário, o procedimento receberá a forma de inquérito técnico e será remetido à Advocacia Geral da União para conhecimento e providências cabíveis.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

§ 4º Se o fato tiver relação com a situação de saúde do servidor, o procedimento será submetido à Junta Médica para adoção das providências cabíveis.

§ 5º O servidor desmobilizado pelas razões expostas nos §§ 1º e 2º somente poderá ser novamente mobilizado para atuar na FNSP, depois de manifestação formal acerca do fato, pelo órgão competente.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. As aquisições de materiais, de equipamentos e de serviços pelo DFNSP deverão ser planejadas para cada exercício financeiro, em observância aos critérios estabelecidos no Anexo a esta Portaria.

Art. 21. Todo material adquirido pelo DFNSP será utilizado exclusivamente para desempenho das atividades da FNSP, exceto na hipótese prevista no art. 9º, § 2º, do Decreto nº 5.289, de 2004.

Art. 22. A movimentação de material afeto ao DFNSP, por cessão de uso, apenas poderá ocorrer no âmbito da Administração Pública Federal, desde que não haja prejuízos ao planejamento das ações e treinamentos da FNSP.

Art. 23. As situações omissas serão resolvidas pelo Secretário Nacional de Segurança Pública.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 151, DE 26 DE SETEMBRO DE 2018

Aprova o Regimento Interno da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do parágrafo único do art. 87, da Constituição, e o art. 8º do Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Secretaria Nacional de Segurança Pública, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança é o constante do Anexo VIII à Portaria nº 86, de 4 de junho de 2018.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 1.185, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 1, Seção 1, de 22 de dezembro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGSMANN



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E DA FINALIDADE

Art. 1º A Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, órgão específico singular, integrante da estrutura regimental do Ministério da Segurança Pública, a que se refere o art. 2º, inciso II, alínea "a", do Anexo III ao Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018, tem por finalidade:

I - assessorar o Ministro de Estado na definição, na implementação e no acompanhamento de políticas, programas e projetos de segurança pública, prevenção social e controle da violência e da criminalidade;

II - coordenar e promover a integração da segurança pública em todo o território nacional em cooperação com os demais entes federativos;

III - estimular, propor e efetivar a cooperação federativa no âmbito da segurança pública;

IV - estimular e propor aos órgãos federais, estaduais, distrital e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública e de ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade;

V - implementar, manter e modernizar redes de integração e de sistemas nacionais de informações de segurança pública, as atividades de inteligência de segurança pública, em consonância com os órgãos de inteligência federais, estaduais e distrital que compõem o subsistema de inteligência de segurança pública;

VI - promover a articulação e a integração dos órgãos de segurança pública, incluídas as organizações governamentais e não governamentais;

VII - coordenar as atividades da Força Nacional de Segurança Pública;

VIII - promover e fomentar a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública;

IX - promover a valorização, o ensino e a capacitação dos profissionais de segurança pública;

X - representar o Ministério no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública;

XI - coordenar o Centro Integrado de Comando e Controle Nacional e promover a integração dos centros integrados de comando e controle regionais;

XII - participar da elaboração de propostas de legislação em assuntos de segurança pública;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

XIII - realizar e fomentar estudos e pesquisas destinados à redução da violência e da criminalidade;

XIV - gerir os processos relativos aos eventos de segurança pública, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública;

XV - gerir os riscos corporativos no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública; e

XVI - praticar todos os atos necessários à implementação das ações mencionadas no inciso I que não sejam atribuídas em lei a outros órgãos do MSP.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria Nacional de Segurança Pública tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete - GAB-Senasp:

a) Coordenação de Apoio Técnico e Administrativo - CATA;

b) Coordenação-Geral de Estratégia em Segurança Pública - CGESP:

1. Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação - CPEA;

2. Coordenação de Legislação de Políticas de Segurança Pública - CLSP;

c) Coordenação-Geral de Gestão de Riscos - COGER;

1. Coordenação de Acompanhamento e Avaliação - CAA;

2. Coordenação de Riscos e Integridade - CORI;

II - Diretoria de Políticas de Segurança Pública - DPSP:

a) Coordenação-Geral de Políticas de Segurança Pública - CGP:

1. Coordenação de Políticas e Projetos de Segurança Pública - CPPRO;

b) Coordenação-Geral de Prevenção em Segurança Pública - CGPREV:

1. Coordenação de Prevenção Social de Segurança Pública - CPRES;

2. Coordenação de Prevenção nas Instituições de Segurança Pública - CPRIN;

c) Coordenação-Geral de Modernização das Instituições de Segurança Pública - CGMISP:

1. Coordenação de Produtos de Segurança Pública - CPROSP

2. Coordenação de Implantação e Acompanhamento de Programas de Modernização em Instituições de Segurança Pública;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

III - Diretoria de Administração - DIAD:

a) Coordenação-Geral de Licitações e Contratos - CGLIC:

- 1. Coordenação de Procedimentos Licitatórios - CPL;*
- 2. Coordenação de Contratos e Gestão de Atas - CGCA;*

b) Coordenação-Geral de Instrumentos de Repasse - COGIR:

- 1. Coordenação de Celebração de Instrumentos de Repasse - COCEL;*
- 2. Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização - COAFI:*

2.1. Divisão de Acompanhamento - DAC;

3. Coordenação de Prestação de Contas - COPRE:

3.1. Divisão de Suporte Técnico - DSTEC;

4. Coordenação de Apurações - COAP;

c) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOFIN:

1. Coordenação de Orçamento - COR;

2. Coordenação de Finanças - COFIN:

2.1 Serviço de Conformidade - SECO;

2.2 Serviço de Execução Orçamentária e Financeira - SEO;

d) Coordenação-Geral de Logística - CGLOG:

1. Coordenação de Diárias e Passagens - CODIP

2. Coordenação de Suprimentos e Patrimônio - CSP

2.1 Serviço de Apoio Logístico - SLOG;

2.2 Serviço de Controle Logístico de Pessoal - SCLP;

IV - Diretoria de Ensino, Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal - DEPAID:

a) Coordenação-Geral de Pesquisa e Inovação -CGPES:

1. Coordenação de Pesquisa -CPES;

b) Coordenação-Geral de Ensino -CGE:

1. Coordenação de Ensino Presencial -CEP;

2. Coordenação de Ensino à Distância - CEAD;

c) Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições e sobre Material Genético, Digitais e Drogas - CGSINESP: (Retificado pela Portaria nº 230, de 10 de dezembro de 2018)



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

c) Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - CGSINESP: (Redação dada pela Portaria nº 230, de 10 de dezembro de 2018)

1. Coordenação de Planejamento - CPLAN;

2. Coordenação de Implantação e Suporte - CIS;

V - Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública - DFNSP:

a) Coordenação-Geral de Planejamento e Operações da Força Nacional - CGPLANFN:

1. Coordenação de Planejamento e de Operações - CPO;

b) Coordenação-Geral de Administração - CGAD:

1. Coordenação de Logística, Convênios e Contratos - CLCC;

2. Coordenação de Suporte Operacional - CSO;

3. Coordenação de Gestão Administrativa - COADM;

c) Coordenação-Geral de Polícia Judiciária e Perícia - CGPJ:

1. Coordenação de Treinamento e Capacitação - CTC;

VI - Diretoria de Operações - DIOP:

a) Coordenação-Geral de Planejamento Operacional - CGPOp:

1. Coordenação de Normatização, Doutrina e Capacitação de Operações Integradas - CNDC;

b) Coordenação-Geral de Operações Integradas - CGEOP;

c) Coordenação-Geral do Sistema Integrado de Comando e Controle - CGSICC:

1. Coordenação de Integração de Sistemas e Interoperabilidade - CSIST;

VII - Diretoria de Inteligência - DINT;

a) Coordenação Administrativa - CAD;

b) Coordenação de Assuntos Especializados - CAESP.

c) Coordenação-Geral de Inteligência - CGI;

d) Coordenação-Geral de Integração ao Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - CGSISP:

1. Coordenação de Capacitação de Inteligência - CCI;

a) Coordenação-Geral de Contrainteligência - CGCI.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Art. 3º A SENASP é dirigida por Secretário; as Diretorias por Diretor; as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral; as Coordenações por Coordenador; o Gabinete, as Divisões e os Serviços, por Chefe.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no caput do art. 3º serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente indicados e designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Secretário em sua representação institucional, política e social, no exercício de suas atribuições, nas relações públicas, no preparo e despacho de seu expediente pessoal e de sua pauta de audiências;

II - coordenar e acompanhar o atendimento de demandas encaminhadas ao Gabinete;

III - orientar e supervisionar as atividades das unidades integrantes da estrutura da Secretaria;

IV - participar da formulação de planos, programas e projetos relacionados com as atividades da Secretaria;

V - coordenar a divulgação dos atos normativos e despachos do Secretário, bem como dar publicidade aos assuntos relacionados com as finalidades e interesses da Secretaria;

VI - apoiar a realização de eventos de segurança pública de interesse da Secretaria;

VII - coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social e interna da Secretaria; e

VII - exercer outras atividades correlatas, bem como outras atribuições cometidas pelo Secretário.

Art. 6º À Coordenação de Apoio Técnico e Administrativo compete:

I - assistir a Chefia de Gabinete no desempenho de suas atribuições, inclusive nas análises técnicas e nas atividades administrativas e de relações públicas;

II - controlar e acompanhar o desenvolvimento e a execução das atividades e dos serviços concernentes à administração de pessoal, informática, material, patrimônio e serviços gerais do Gabinete;

III - coordenar e controlar o desenvolvimento das atividades de recebimento, exame, registro e expedição de documentos, processos, correspondências e demais expedientes da Secretaria, bem como efetuar o controle de indicações das representações da Secretaria em órgãos colegiados;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

IV - promover as atividades de redação e revisão de documentos, expedientes e atos normativos a serem submetidos à assinatura do Secretário, do Secretário Adjunto e do Chefe de Gabinete, obedecendo aos padrões oficiais e a normas vigentes;

V - encaminhar atos oficiais para publicação no Diário Oficial da União - DOU, e no Boletim de Serviço - BS;

VI - acompanhar e atender as demandas de ouvidoria e do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, no âmbito da Secretaria;

VII - orientar, planejar e coordenar a realização de eventos de segurança pública de interesse da Secretaria;

VIII - consolidar as propostas de eventos anual e plurianual da Secretaria, bem como as propostas de programação financeira de desembolso;

IX - prestar assessoria ao Secretário no relacionamento com os veículos de comunicação social e dar publicidade aos assuntos relacionados com as finalidades e os interesses da Secretaria, em consonância com as diretrizes e sob a orientação da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Ministro da Segurança Pública;

X - fomentar as atividades de comunicação interna;

XI - dar suporte administrativo ao Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CNSP; e

XII - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Estratégia em Segurança Pública compete:

I - apoiar o desenvolvimento, a implantação e o acompanhamento de projetos e ações estratégicas para a Secretaria, em consonância com as diretrizes e políticas de Governo;

II - coordenar as atividades relacionadas à elaboração, à revisão ou ao aperfeiçoamento do planejamento estratégico, do plano plurianual e da avaliação do desempenho institucional, bem como acompanhar, avaliar e consolidar sua execução, no âmbito da Secretaria;

III - compatibilizar estratégias de atuação referentes à consolidação dos planos, programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria e acompanhar os indicadores de desempenho, relativos ao planejamento estratégico e ao plano plurianual;

IV - desenvolver, em articulação com as unidades da Secretaria, as atividades necessárias à sistematização, à padronização e à implantação de projetos, técnicas e instrumentos de gestão e de modernização, no âmbito da Secretaria;

V - analisar propostas legislativas sobre temas afetos à segurança pública;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

VI - analisar, propor e avaliar legislação de segurança pública em articulação com a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério da Segurança Pública; e

VII - coordenar o levantamento de informações para proposição de políticas e de legislação relacionadas à segurança pública.

Art. 8º À Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação compete:

I - coordenar o levantamento de informações relacionadas ao planejamento estratégico e às diretrizes e metas institucionais, a fim de subsidiar a elaboração do plano plurianual;

II - monitorar os objetivos, as iniciativas, as metas e os indicadores constantes no planejamento estratégico, no plano plurianual e nos demais projetos e ações estratégicas para a Secretaria; e

III - propor e apoiar a elaboração e o aperfeiçoamento de mecanismos para medir e avaliar os resultados dos planos, programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria.

Art. 9º À Coordenação de Legislação de Políticas de Segurança Pública compete:

I - assessorar o Secretário Nacional de Segurança Pública em assuntos legislativos;

II - acompanhar os projetos de lei de segurança pública, de interesse da Secretaria, em tramitação no Congresso Nacional; e

III - zelar pela adequação ao ordenamento jurídico e boa técnica de redação legislativa, forma e sistematicidade dos projetos de atos normativos que lhe forem submetidos.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Gestão de Riscos compete:

I - assessorar o Secretário nos assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno e ao Controle Externo, ressalvadas as competências do Assessor Especial de Controle Interno;

II - assessorar o Secretário nos assuntos relativos ao Programa de Integridade, propondo ações voltadas à boa governança, promoção da ética e regras de conduta para servidores, transparência ativa e acesso à informação, tratamento de conflitos de interesses e nepotismo, tratamento de denúncias, verificação do funcionamento de controles internos e do cumprimento de recomendações de auditoria e implementação de procedimentos de responsabilização;

III - assessorar o Secretário nos assuntos relativos à Gestão de Riscos, assegurando que os riscos sejam gerenciados de acordo com a Política de Riscos vigente no âmbito da Senasp;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

IV - promover ações com vistas a expandir o alcance do Programa de Integridade para as políticas públicas implementadas e monitoradas pela Senasp, bem como para fornecedores e outras organizações públicas ou privadas com as quais mantenha relação;

V - manter-se atualizada em relação às normas e diretrizes da Administração Pública Federal correspondente ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, transmitindo-as e orientando os dirigentes da Secretaria quanto ao seu cumprimento, ressalvadas as competências do Assessor Especial de Controle Interno;

VI - fomentar a adoção das melhores práticas de controles internos da gestão pelas unidades da Secretaria, com o objetivo de evitar impropriedades ou irregularidades na execução dos recursos orçamentários e financeiros destinados à Secretaria;

VII - coordenar a elaboração do Relatório de Gestão da Senasp em articulação com as demais áreas da Senasp, e posterior envio aos órgãos de controle;

VIII - coordenar as ações previstas na Política de Gestão de Riscos para a Senasp;

IX - propor a atualização das informações relativas às atividades da COGER disponibilizadas na Intranet da Senasp;

X - propor o aperfeiçoamento de atos normativos sobre temas relacionados a controles internos, riscos e integridade no âmbito da Senasp;

XI - garantir que as informações adequadas sobre os riscos estejam disponíveis em todos os níveis;

XII - fomentar e propor ações de capacitação em gestão de riscos e integridade para os servidores da Secretaria;

XIII - promover a interlocução da Secretaria com os órgãos de controle interno e externo da União, sem prejuízo das atribuições legais da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério;

XIV - manter o Secretário informado sobre os assuntos relativos à gestão de risco, de integridade e controles internos da Secretaria;

XV - desempenhar outras atribuições de coordenação, acompanhamento e monitoramento correlatas à gestão de riscos, de integridade e controles internos que lhe forem determinadas pelo Secretário; e

XVI - coordenar o processo de desenvolvimento e atualização de metodologia e dos manuais pertinentes à sua área de atuação.

Art. 11. À Coordenação de Acompanhamento e Avaliação compete:

I - monitorar e acompanhar a implementação das determinações e



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

recomendações decorrentes das ações de controle do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) pelas unidades da Senasp, inclusive quanto ao atendimento dos prazos estabelecidos;

II - atualizar e monitorar os sistemas informatizados relativos às suas atividades, a exemplo do Sistema Monitor da Controladoria-Geral da União e do e-Contas do Tribunal de Contas da União;

III - assessorar o Secretário nos assuntos relativos à Gestão de Riscos, assegurando que os riscos sejam gerenciados de acordo com a Política de Riscos vigente no âmbito da Senasp;

IV - prestar apoio às equipes de auditoria da CGU e do TCU quando em ações de controle no âmbito da Senasp;

V - prestar apoio na revisão e elaboração de atos normativos internos que visem à melhoria dos controles internos, em articulação com a CORIN, sem prejuízo da análise jurídica pela área competente;

VI - promover ações de capacitação dos servidores da Senasp afetas à temática controle interno, em articulação com a DEPAID;

VII - manter-se atualizada em relação às normas e diretrizes da Administração Pública Federal correspondente ao Sistema de Controle Interno e ao Controle Externo;

VIII - divulgar as atualizações dos atos normativos correspondentes ao Sistema de Controle Interno e ao Controle Externo pertinentes à Senasp;

IX - apreciar as diligências oriundas dos órgãos de controle e adotar as providências cabíveis, junto às unidades da Senasp, inclusive para o atendimento dentro do prazo estabelecido;

X - elaborar manuais pertinentes à sua área de atuação e mantê-los atualizados; e

XI - exercer outras atividades correlatas.

Art. 12. À Coordenação de Riscos e Integridade compete:

I - atuar no apoio à boa governança, propondo medidas institucionais voltadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e de atos de corrupção;

II - atuar conforme as estratégias e ações propostas pela Secretaria com vistas à disseminação da cultura de integridade na Senasp e à transmissão do comprometimento da alta administração com os padrões de gestão, ética e conduta;

III - monitorar as ações previstas no Programa de Integridade da Senasp, bem como promover sua revisão periódica para aprovação pela Senasp e sua



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

comunicação às unidades gestoras;

IV - atuar nas atividades de promoção da ética e das regras de conduta para servidores, de promoção da transparência ativa e do acesso à informação e do tratamento de conflitos de interesses e do nepotismo;

V - promover ações de capacitação dos servidores da Senasp com relação aos temas atinentes a riscos e integridade, em articulação com a DEPAID;

VI - atuar no gerenciamento dos riscos conforme as disposições da Política de Gestão de Riscos vigente na Senasp;

VII - coordenar os processos de identificação, classificação, avaliação dos riscos a que está sujeita a Senasp;

VIII - monitorar a evolução dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controle implementadas;

IX - coordenar o processo de elaboração dos planos de ação para mitigação dos riscos identificados e o estabelecimento de planos de contingência para os principais processos de trabalho na Senasp;

X - instituir a metodologia e os manuais pertinentes à sua área de atuação e mantê-los atualizados;

XI - requisitar aos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais as informações necessárias à consolidação dos dados e à elaboração dos relatórios gerenciais;

XII - elaborar informações sobre os riscos e disponibilizá-las adequadamente em todos os níveis, de acordo com as disposições da COGER; e

XIII - exercer outras atividades correlatas.

Art. 13. À Diretoria de Políticas de Segurança Pública compete:

I - articular, propor, formular, implementar e avaliar políticas, programas e projetos de segurança pública, prevenção social e controle da violência e criminalidade;

II - fomentar a utilização de métodos de gestão e controle para melhoramento da eficiência e da efetividade dos órgãos de segurança pública;

III - fomentar a utilização de novas tecnologias na área de segurança pública com vistas ao fortalecimento e à modernização de suas instituições;

IV - estimular e promover o intercâmbio de informações e experiências entre órgãos governamentais, entidades não governamentais e organizações multilaterais, nacionais e internacionais;

V - assistir o Secretário Nacional de Segurança Pública na elaboração de propostas de atos normativos em assuntos relacionados à segurança pública;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

VI - coordenar a prospecção, inovação e padronização de equipamentos, tecnologias, soluções e produtos de segurança pública;

VII - coordenar e orientar a elaboração da metodologia de planejamento, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas de segurança pública, no âmbito da Secretaria; e

VIII - Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos - CG - RIBPG, visando promover o apoio logístico.

Art. 14. À Coordenação-Geral de Políticas de Segurança Pública compete:

I - articular, analisar, propor, formular e avaliar políticas, programas e projetos de segurança pública;

II - analisar propostas legislativas sobre temas afetos à segurança pública;

III - analisar, propor e avaliar legislação de segurança pública em articulação com a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério da Segurança Pública;

IV - coordenar o levantamento de informações para proposição de políticas e de legislação relacionadas à segurança pública; e

V - coordenar a elaboração e proposição da metodologia de planejamento, de formulação, de implementação, de monitoramento e de avaliação de políticas de segurança pública, no âmbito da Secretaria.

Art. 15. À Coordenação de Políticas e Projetos de Segurança Pública compete:

I - elaborar, propor, formular e avaliar, em conjunto com as demais unidades da Secretaria, políticas, programas e projetos de segurança pública;

II - levantar e consolidar informações para proposição de políticas, programas e projetos relacionadas à segurança pública; e

III - elaborar, propor e difundir a metodologia de planejamento, de formulação, de implementação, de monitoramento e de avaliação de políticas de segurança pública, no âmbito da Secretaria.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Prevenção em Segurança Pública compete:

I - planejar, articular, coordenar e avaliar ações de prevenção à violência e à criminalidade;

II - fomentar a integração entre as instituições de segurança pública, outros órgãos governamentais e a sociedade para a promoção da gestão participativa em segurança pública; e

III - planejar, coordenar e fomentar a implantação da política de polícia de proximidade.

Art. 17. À Coordenação de Prevenção Social de Segurança Pública compete:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

I - articular com órgãos e entidades governamentais e não governamentais ações voltadas à prevenção social da violência e da criminalidade;

II - fomentar a participação da sociedade civil na elaboração e no desenvolvimento de ações de prevenção social da violência e da criminalidade;

III - colaborar na elaboração e no desenvolvimento de planos de prevenção social à violência e à criminalidade; e

IV - articular, coordenar e fomentar projetos de prevenção social.

Art. 18. À Coordenação de Prevenção nas Instituições de Segurança Pública compete:

I - articular com instituições de segurança pública e entidades governamentais ações voltadas à prevenção da violência e da criminalidade;

II - fomentar a gestão integrada em segurança pública;

III - articular, coordenar e fomentar o desenvolvimento de ações destinadas à aproximação institucional entre os órgãos de segurança pública e a sociedade; e

IV - fomentar a troca de informações e a cooperação com os órgãos de controle da atividade policial.

Art. 19. À Coordenação-Geral de Modernização das Instituições de Segurança Pública compete:

I - promover a identificação de demandas de estruturação e de modernização dos órgãos de segurança pública, visando a subsidiar a política de investimentos da Secretaria;

II - articular e interagir com os órgãos de segurança pública federais, estaduais e municipais para a realização de estudos de levantamento de dados, bem como elaboração de propostas e desenvolvimento de projetos que levem à modernização e melhoria das atividades das instituições e dos órgãos de segurança pública;

III - propor a alocação de recursos orçamentários anualmente, necessários à implementação das ações de modernização das instituições de segurança pública;

IV - analisar e implementar políticas, programas e projetos de modernização, alinhados à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, observando-se as características regionais, e específicas de cada órgão e instituição de segurança pública; e

V - propor, organizar e coordenar conferências públicas, seminários, congressos, fóruns e demais eventos relacionados à área de modernização das instituições de segurança pública, em articulação com a Coordenação de Apoio Técnico e Administrativo.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Art. 20. À Coordenação de Produtos de Segurança Pública compete:

I - promover e difundir estudos, pesquisas e prospecções de equipamentos, produtos, soluções e tecnologias de interesse da segurança pública;

II - avaliar, elaborar, propor e promover a normatização e padronização de equipamentos, de produtos, de soluções e de tecnologias de interesse da segurança pública;

III - avaliar, elaborar, propor e promover a normatização e padronização de procedimentos para o controle da qualidade, da segurança e da confiabilidade dos Produtos de Segurança Pública;

IV - promover consultas e levantamentos de demandas de tecnologia e de inovação, visando a elaboração de propostas e de projetos para segurança pública;

V - propor a realização de acordos e de parcerias com instituições de ensino, de pesquisa e de metrologia brasileiras e estrangeiras; e

VI - propor a estruturação do processo de certificação, de acreditação e de testagem de equipamentos, de produtos, de soluções e de tecnologias de interesse da segurança pública.

Art. 21. À Coordenação de Implantação e Acompanhamento de Programas de Modernização em Instituições de Segurança Pública compete:

I - implementar políticas, programas e projetos de modernização e de melhoria das instituições de segurança pública;

II - acompanhar a execução dos programas de modernização;

III - contribuir na elaboração de propostas e de projetos que levem à melhoria das instituições de segurança pública;

IV - analisar as solicitações de doação de armas apreendidas, indicando a destinação aos órgãos de segurança pública;

V - elaborar e operacionalizar indicadores que permitam acompanhar e avaliar os programas e aos projetos implantados pela Coordenação;

VI - propor cooperação técnica com instituições e órgãos para pesquisas específicas, relacionadas aos programas e projetos sob responsabilidade da Coordenação;

VII - realizar consultas e levantamento de demandas de estruturação e de aparelhamento junto aos órgãos de segurança pública;

VIII - coordenar e monitorar a implantação de projetos de modernização dos órgãos de segurança pública; e

IX - elaborar políticas, programas e projetos de modernização e melhoria das instituições de segurança pública.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Art. 22. À Diretoria de Administração compete:

I - gerir os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP e outros relativos à Secretaria Nacional de Segurança Pública;

II - executar os processos de licitação e contratação de bens e serviços propostos pelas Diretorias da Secretaria;

III - gerir as transferências voluntárias e os instrumentos congêneres oriundos do FNSP e de outros recursos relativos à Secretaria;

IV - fornecer suporte administrativo ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública.

V - realizar o planejamento e a gestão orçamentária e financeira da Secretaria, em articulação com as demais Diretorias, de modo alinhado ao Plano Plurianual;

VI - coordenar a gestão do efetivo, respeitadas as competências da Força Nacional de Segurança Pública e da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Administração, da Secretaria-Executiva, visando acompanhar e apoiar ações de capacitação e valorização profissional;

VII - coordenar as ações de planejamento e execução logística da Secretaria, relacionadas com os processos de aquisição, de recebimento e de distribuição de bens e serviços, gestão do patrimônio, contratos e convênios, transporte e obrigações associadas;

VIII - instaurar Tomadas de Contas Especiais (TCE's) no âmbito da Secretaria;

IX - apoiar o Secretário na regulamentação da atuação das equipes de planejamento da contratação no âmbito da Secretaria;

X - submeter à apreciação da Consultoria Jurídica processos e atos administrativos referidos nas alíneas "a" e "b" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e

XI - avaliar pedidos de reconsideração de recursos administrativos em processos licitatórios e aplicação de sanções a fornecedores e prestadores de serviços.

Art. 23. À Coordenação-Geral de Licitações e Contratos compete:

I - planejar e coordenar a execução das aquisições, das licitações e das contratações da Secretaria;

II - orientar e decidir as questões referentes à execução contratual;

III - expedir atestado de capacidade técnica;

IV - realizar audiências públicas relativas aos processos de aquisições e contratações;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

V - gerenciar e controlar os registros de preços;

VI - aplicar sanções a fornecedores e prestadores de serviços;

VII - encaminhar proposta de homologação dos processos licitatórios, bem como de ratificação de dispensa e de inexigibilidade de licitação à autoridade superior; e

VIII - homologar no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais Compras Net SIASG, as cotações eletrônicas para aquisições e/ou contratações com valores dentro do limite de dispensa licitação.

Art. 24. À Coordenação de Procedimentos Licitatórios compete:

I - coordenar a execução das atividades de aquisição e de licitação, bem como realizar a conferência do correto enquadramento das modalidades licitatórias;

II - elaborar cronograma das licitações em conjunto com as unidades demandantes;

III - orientar as Diretorias na elaboração de instrumentos necessários aos processos de contratação;

IV - revisar minutas de editais e seus anexos, visando à formalização e à instrução adequada dos processos de licitação;

V - verificar a conformidade processual no que tange aos aspectos licitatórios, visando à autorização para a deflagração do certame licitatório;

VI - prestar apoio e orientar as equipes de planejamento da contratação, as comissões permanentes ou especiais de licitação e os pregoeiros em suas atividades;

VII - providenciar divulgação e publicações legais de editais e respectivas alterações que venham a ser implementadas no curso da licitação;

VIII - receber, conferir e processar aquisições e contratações de serviços por dispensa e por inexigibilidade, analisar o enquadramento das demandas e realizar demais procedimentos relativos às contratações diretas;

IX - adotar os procedimentos necessários com vistas aos registros das aquisições de bens e serviços nos Sistemas Estruturadores do Governo Federal e à sua divulgação e publicações legais;

X - elaborar minuta de portaria de designação da equipe de planejamento da contratação;

XI - elaborar os instrumentos convocatórios necessários à aquisição de bens e contratação de serviços e proceder os encaminhamentos necessários à sua consecução; e

XII - propor à autoridade competente, após complementação da formalização do processo licitatório, a remessa dos autos à área jurídica para análise e



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

emissão de parecer.

Art. 25. À Coordenação de Contratos e Gestão de Atas compete:

I - coordenar e acompanhar as atividades relacionadas aos contratos e às atas de registro de preço efetuados no âmbito da Secretaria;

II - elaborar minutas de atas de registro de preços, de contratos e de termos aditivos a serem utilizados nos processos de aquisição de bens e de serviços;

III - adotar os procedimentos necessários com vistas aos registros dos contratos nos sistemas estruturantes do Governo Federal e à sua divulgação e publicações legais;

IV - solicitar à unidade demandante da contratação a indicação de fiscal, gestor ou comissão fiscalizadora do contrato;

V - acompanhar as atividades de fiscalização dos contratos, prestando apoio técnico aos respectivos fiscais, gestores e comissão de fiscalização;

VI - gerenciar os prazos de vigências dos contratos, promovendo suas renovações, quando couber;

VII - analisar e instruir pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro contratuais;

VIII - analisar solicitação de restituição da garantia contratual, verificando junto ao fiscal ou a equipe de fiscalização o cumprimento regular dos termos contratuais;

IX - instruir a expedição de atestado de capacidade técnica, verificando junto ao fiscal ou a equipe de fiscalização o cumprimento regular dos termos contratuais;

X - instruir os procedimentos de penalidades administrativas por descumprimentos contratuais;

XI - registrar, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicafe, as sanções administrativas aplicadas aos contratados;

XII - provocar a unidade demandante quanto à necessidade de iniciar novos processos de contratação e atas de registro de preços, quando da proximidade de seus vencimentos; e

XIII - elaborar os contratos e os respectivos termos aditivos, bem como as atas de registro de preços, encaminhando-os para publicação na imprensa oficial.

Art. 26. À Coordenação-Geral de Instrumentos de Repasse compete:

I - gerir os instrumentos de repasse mantidos pela Secretaria em todas as suas fases e procedimentos correlatos;

II - assegurar a fiel observância aos atos normativos internos, à legislação, às



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

recomendações e às determinações dos órgãos de controle interno e externo, zelando pelo aprimoramento dos mecanismos de controles internos; e

III - garantir o adequado e tempestivo atendimento a eventuais demandas de órgãos de controle ou outros interessados quanto aos instrumentos de repasse mantidos pela Secretaria.

Art. 27. À Coordenação de Celebração de Instrumentos de Repasse compete:

I - operacionalizar elementos técnico-financeiros relativos à celebração e alteração dos instrumentos de repasse, e solicitar, quando necessário, a prévia manifestação de mérito da Diretoria finalística responsável;

II - emitir pareceres, notas técnicas e informações relativos à celebração e alteração dos instrumentos de repasse, e solicitar quando necessário, a prévia manifestação de mérito da Diretoria finalística responsável;

III - elaborar minutas de instrumentos de repasse e seus aditivos e propor, se for o caso, a análise da Consultoria Jurídica;

IV - cadastrar, divulgar e publicar os instrumentos de repasse e seus termos aditivos no Portal de Convênios (SICONV); e

V - consolidar e manter controle dos instrumentos de repasse celebrados.

Art. 28. À Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização compete:

I - elaborar os atos necessários à designação de fiscais e de membros de comissão de acompanhamento e de fiscalização para os instrumentos de repasse em execução;

II - promover o acompanhamento e a fiscalização dos instrumentos de repasse, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto dos instrumentos de repasse;

III - emitir relatórios de acompanhamento e de fiscalização, registrando-os no SICONV;

IV - elaborar plano de acompanhamento e de fiscalização da execução dos instrumentos de repasse;

V - orientar a execução dos instrumentos e a elaboração das prestações de contas;

VI - manter atualizadas as informações acerca dos prazos de vigência dos instrumentos de repasse, adotando os procedimentos de cobrança das prestações de contas; e

VII - manter atualizadas as informações acerca da situação dos instrumentos de repasse acompanhados e fiscalizados.

Art. 29. À Divisão de Acompanhamento:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

I - auxiliar na elaboração e revisão de documentos expedidos pela Coordenação; e

II - promover registros nos sistemas afetos à Coordenação.

Art. 30. À Coordenação de Prestação de Contas compete:

I - efetuar a análise das prestações de contas, quanto à boa e à regular aplicação dos recursos, por meio da emissão de pareceres técnico e financeiro, inserindo-os no SICONV;

II - manter atualizadas as informações acerca da situação das prestações de contas; e

III - encaminhar proposta de instauração de Tomada de Contas Especial e de Procedimento Administrativo de Cobrança, após esgotadas as medidas administrativas no âmbito do processo de prestação de contas.

Art. 31. À Divisão de Suporte Técnico compete:

I - auxiliar na elaboração e revisão de documentos expedidos pela Coordenação; e

II - promover registros nos sistemas afetos à Coordenação.

Art. 32. À Coordenação de Apurações compete:

I - propor a instauração, emitir parecer conclusivo e analisar as manifestações de defesa em sede de processos de tomada de contas especial e de procedimento administrativo de cobrança; e

II - elaborar respostas às diligências e determinações oriundas dos órgãos de controle interno e externo e às solicitações de demais órgãos demandantes.

Art. 33. À Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento, de orçamento, de conformidade documental e de administração financeira;

II - promover a articulação com os órgãos setoriais dos sistemas federais referidos no inciso I bem como informar, orientar e acompanhar a execução de metas descritas nos instrumentos legais de planejamento orçamentário e financeiro relacionados às Diretorias;

III - apoiar o processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação do plano plurianual;

IV - orientar procedimentos padrão das atividades de planejamento orçamentário e financeiro, no âmbito da Secretaria;

V - acompanhar, avaliar e controlar a execução orçamentária e financeira, observando as políticas, as diretrizes e as prioridades estabelecidas;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

VI - coordenar e supervisionar, em articulação com as demais Diretorias, as atividades relacionadas à programação e à descentralização orçamentária e financeira;

VII - disseminar as orientações emanadas dos órgãos setoriais e das entidades de auditoria sobre planejamento, orçamento e administração financeira;

VIII - subsidiar o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública com informações relativas à execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de Segurança Pública; e

IX - realizar estudos e pesquisas objetivando zelar pelo contínuo aperfeiçoamento da elaboração do orçamento e da programação financeira, no âmbito da Secretaria.

Art. 34. À Coordenação de Orçamento compete:

I - elaborar, quando necessário, as propostas de abertura de créditos adicionais;

II - acompanhar e controlar o processo de descentralização orçamentária dos créditos;

III - coordenar a distribuição, informação, acompanhamento e controle dos limites para movimentação de empenho;

IV - acompanhar e controlar as programações orçamentária e financeira;

V - manter atualizados os dados e as ferramentas que dão suporte à operacionalização dos sistemas de programação orçamentária e financeira;

VI - coordenar o acompanhamento, a orientação e a compatibilização das atividades de programação e execução orçamentária;

VII - executar as atividades orçamentárias da Secretaria, registrando os respectivos documentos nos sistemas estruturantes do governo federal;

VIII - executar, analisar, controlar e regularizar os registros relativos à execução orçamentária;

IX - preparar informações relativas à movimentação e aplicação das dotações com vistas a subsidiar respostas de atendimento às diligências expedidas pelos órgãos de controle interno e externo;

X - coordenar e instruir a operacionalização dos termos de execução descentralizada, bem como avaliar a prestação de contas orçamentária e financeira e efetuar os registros devidos nos sistemas estruturantes do governo federal;

XI - efetuar, no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, os registros de conformidade de operadores; e

XII - propor medidas para execução orçamentária relativas às dotações do



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

exercício, bem como alterações das dotações previstas na Lei Orçamentária Anual - LOA e nos demais créditos destacados para o órgão.

Art. 35. À Coordenação de Finanças compete:

I - coordenar a distribuição, o acompanhamento e o controle e prestar informações acerca dos limites para movimentação de pagamento;

II - acompanhar e controlar a programação financeira;

III - coordenar a execução do planejamento e realizar o acompanhamento, a orientação e a compatibilização das atividades de programação e de execução financeira;

IV - executar, analisar, controlar e regularizar as atividades financeiras da Secretaria, registrando os respectivos documentos nos sistemas estruturantes do governo federal;

V - propor medidas para execução financeira relativas às despesas do exercício, bem como o acompanhamento da execução de restos a pagar, alterações de fontes de recursos e medidas de pagamentos das despesas junto com a Coordenação Orçamentária; e

VI - preparar informações relativas à movimentação e aplicação dos recursos com vistas a subsidiar respostas de atendimento às diligências expedidas pelos órgãos de controle interno e externo.

Art. 36. Ao Serviço de Conformidade compete:

I - acompanhar e controlar processos orçamentários e financeiros, operacionalizando os sistemas corporativos correspondentes;

II - verificar a compatibilidade entre a apropriação do valor da despesa e os respectivos documentos, bem como observar a autenticidade da documentação apresentada; e

III - efetuar o controle e a análise de todos os processos de execução orçamentária e financeira, bem como o registro da conformidade documental nos sistemas estruturantes do Governo federal e seus arquivamentos.

Art. 37. Ao Serviço de Execução Orçamentária e Financeira, compete:

I - realizar os pagamentos em conformidade com a legislação e normas vigentes;

II - realizar levantamento mensal das necessidades orçamentárias e financeiras no âmbito da Secretaria, conforme as ações orçamentárias previstas na LOA e demais orçamentos destacados para o órgão;

III - inserir mensagens no SIAFI, solicitando créditos, alterações orçamentárias e necessidades financeiras, informar procedimentos e ações realizadas no âmbito da CGOFIN, bem como comunicar-se com outros



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

órgãos integrantes do sistema;

IV - manter registros de alterações orçamentárias e financeiras no SIAFI, bem como propostas e alterações cadastradas no SIOP e demais sistemas de orçamento e finanças do Governo federal;

V - subsidiar as Coordenações de Orçamento e de Finanças com informações relativas às execuções orçamentárias e financeiras;

VI - emitir, inserir e cadastrar documentos relativos aos processos orçamentários e financeiros, nos sistemas estruturantes do governo federal;

VII - efetuar os registros e as regularizações das contas contábeis; e

VIII - registrar, controlar e analisar os processos relativos aos pedidos de empenho e pagamento.

Art. 38. À Coordenação-Geral de Logística compete:

I - planejar, coordenar e orientar as atividades inerentes às áreas de patrimônio e de material;

II - propor normas de serviço relativas a patrimônio, ao material e a doações de bens no âmbito da Secretaria;

III - propor a instauração de comissão para realização de tomada de contas especial (TCE) no âmbito da gestão patrimonial da Secretaria, quando for o caso;

IV - instaurar termo circunstanciado administrativo (TCA) para apurar a responsabilidade nos casos de extravio ou dano a bem público, que implicar prejuízo de pequeno valor, ressalvadas as competências da Força Nacional de Segurança Pública; e

V - promover a gestão do efetivo, respeitadas as competências da Força Nacional de Segurança Pública e da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Administração, da Secretaria-Executiva, visando acompanhar e apoiar ações de capacitação e valorização profissional.

Art. 39. À Coordenação de Diárias e Passagens compete:

I - gerir e acompanhar os procedimentos necessários à operacionalização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), bem como interagir com o órgão central do sistema;

II - submeter ao órgão central do sistema as questões relacionadas ao SCDP que não puderem ser solucionadas no âmbito da Secretaria;

III - executar os cadastros básicos para o funcionamento do SCPD no âmbito da Secretaria;

IV - executar, no âmbito da Secretaria, os procedimentos necessários para pagamento de diárias, emissões, cancelamentos e remarcações de passagens,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

exceto aquelas relacionadas ao efetivo mobilizado para a Força Nacional de Segurança Pública; e

V - instruir e acompanhar os processos de prestação de contas de concessão de diárias e passagens, exceto aqueles relacionados ao efetivo mobilizado para a Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 40. À Coordenação de Suprimentos e Patrimônio compete:

I - coordenar as atividades inerentes ao acervo patrimonial e material da Secretaria;

II - propor a normatização dos procedimentos nas atividades inerentes ao patrimônio e ao almoxarifado, no âmbito da Secretaria;

III - conduzir processos de desfazimento e de recebimento de bens recebidos ou distribuídos em doação;

IV - consolidar as informações fornecidas pelas demais diretorias com relação ao controle patrimonial e de material;

V - planejar a execução da distribuição e da movimentação de materiais adquiridos pela Secretaria, exceto aqueles vinculados às operações integradas de segurança pública;

VI - promover o desenvolvimento, a manutenção e a disseminação de normas, estudos, projetos, produtos e serviços de logística, relativos a sua área de atuação;

VII - supervisionar as atividades relacionadas com o registro e com o cadastramento de bens e de materiais da Secretaria;

VIII - controlar a gestão do efetivo, visando acompanhar a localização, lotação, período de mobilização, bem como seu devido enquadramento legal; e

IX - coordenar a elaboração e o acompanhamento da execução do Plano Anual de Contratações (PAC) no âmbito da Secretaria.

Art. 41. Ao Serviço de Apoio Logístico, compete:

I - acompanhar e executar as atividades relativas às áreas de logística de materiais e de patrimônio;

II - gerir o catálogo de materiais;

III - produzir relatórios referentes à execução das atividades de logística com vistas a subsidiar o planejamento logístico, exceto aqueles vinculados às operações integradas de segurança pública;

IV - disseminar normas, procedimentos, orientações e legislações pertinentes à área de logística, com vistas ao nivelamento do conhecimento;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

V - classificar, registrar, cadastrar e tomba os bens e materiais permanentes adquiridos pela Secretaria;

VI - proceder a atualização da situação física dos bens móveis no sistema de controle patrimonial;

VII - realizar a distribuição e a movimentação de materiais diversos adquiridos pela Secretaria, exceto aqueles vinculados às operações integradas de segurança pública; e

VIII - executar a avaliação de bens patrimoniais adquiridos pela Secretaria para incorporação, indenização, permuta, cessão, doação ou alienação.

Art. 42. Ao Serviço de Controle Logístico de Pessoal, compete:

I - controlar e acompanhar o Quadro de Pessoal em exercício na Secretaria;

II - gerir as informações relativas à mobilização e desmobilização de pessoal;

III - contribuir com a definição dos perfis e do dimensionamento dos recursos humanos necessários ao adequado funcionamento das atividades da Secretaria;

IV - consolidar as necessidades de capacitação e manter atualizados os seus registros no âmbito da Secretaria; e

V - propor e acompanhar a execução do plano anual de capacitação para servidores e mobilizados no âmbito da Secretaria.

Art. 43. À Diretoria de Ensino, Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal compete:

I - promover e fomentar estudos e pesquisas relacionadas à segurança pública;

II - identificar, documentar e disseminar boas práticas e experiências inovadoras no campo da segurança pública;

III - realizar pesquisas, compilar informações, sistematizar e divulgar conhecimento em segurança pública, de modo a subsidiar diagnósticos e o processo de tomada de decisão da Secretaria, bem como de outros órgãos de segurança pública;

IV - propor e estabelecer mecanismos para avaliar o impacto e a efetividade das políticas de segurança pública;

V - estabelecer critérios para padronização e para consolidação de dados e informações sobre crimes e indicadores da área de segurança pública e sistema de justiça criminal;

VI - coordenar as estratégias de planejamento, implantação e suporte do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, e sobre Material Genético, Digitais e Drogas (Sinesp);



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

VII - fomentar o funcionamento do Conselho Gestor do Sinesp;

VIII - gerir o processo de integração de bases de dados de interesse de segurança pública;

IX - gerir o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (SIEVAP);

X - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de ensino profissional, tecnológico e superior, para os profissionais de segurança pública dos Estados, Municípios e Distrito Federal ofertados pela Secretaria;

XI - identificar e propor novas metodologias e técnicas de ensino voltadas ao aprimoramento da segurança pública;

XII - aprovar e supervisionar capacitações, instruções, cursos, estágios e outros eventos de aprendizagem, de formação inicial ou continuada, promovidas pelas demais áreas da Secretaria; e

XIII - identificar e fomentar iniciativas voltadas à valorização dos profissionais de segurança pública.

Art. 44. À Coordenação-Geral de Pesquisa e Inovação compete:

I - produzir, identificar e sistematizar conhecimento em segurança pública;

II - desenvolver, identificar e catalogar pesquisas e experiências inovadoras voltadas à segurança pública;

III - apoiar, com subsídios metodológicos, as pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação desenvolvidas pela Secretaria; e

IV - elaborar estudos para padronização e consolidação de estatísticas nacionais de crimes e outros indicadores, em articulação com a Coordenação-Geral do Sinesp.

Art. 45. À Coordenação de Pesquisa compete:

I - implementar, identificar, documentar e disseminar pesquisas relacionadas à segurança pública;

II - mapear, analisar, normatizar e divulgar métodos, processos e instrumentos relacionados às atividades e às instituições de segurança pública;

III - produzir e fomentar Procedimentos Operacionais Padrão - POP, materiais técnicos e publicações na área de segurança pública;

IV - criar e propor mecanismos com vistas a avaliar o impacto dos investimentos na melhoria do serviço de segurança pública;

V - supervisionar, coordenar e desenvolver a pesquisa nacional de vitimização; e

VI - desenvolver e coordenar, anualmente, a pesquisa Perfil das instituições



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

de segurança pública.

Art. 46. À Coordenação-Geral de Ensino compete:

I - democratizar o acesso ao conhecimento aos profissionais de segurança pública;

II - aprimorar a capacitação dos profissionais de segurança pública, com ênfase no fortalecimento da cidadania, nos direitos humanos e na formação multidisciplinar;

III - fomentar o desenvolvimento do ensino em segurança pública;

IV - fomentar e promover educação profissional, em todos os níveis, para o desenvolvimento da área de segurança pública;

V - promover a valorização dos profissionais de segurança pública no ambiente profissional e acadêmico;

VI - promover o intercâmbio entre as escolas de ensino em segurança pública do País e organizações congêneres estrangeiras, objetivando o aperfeiçoamento e a especialização dos profissionais;

VII - planejar o calendário anual de cursos a serem ofertados pela Secretaria, nas modalidades presencial e a distância;

VIII - atualizar, periodicamente, a Matriz Curricular Nacional para as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública;

IX - administrar, manter e atualizar o Sistema de Gestão da Educação e Valorização dos Profissionais de Segurança Pública;

X - definir critérios para o recrutamento e a seleção de candidatos à participação em eventos de aprendizagem organizados pela Secretaria; e

XI - propor e participar da elaboração de convênios, contratos e acordos com órgãos e entidades congêneres nacionais e estrangeiras, de natureza pública e privada, para a realização de eventos de aprendizagem.

Art. 47. À Coordenação de Ensino Presencial compete:

I - promover a capacitação continuada e o aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública, na modalidade presencial;

II - coordenar a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP;

III - realizar o recrutamento e a seleção de candidatos para a participação em eventos de aprendizagem, na modalidade presencial, organizados pela Secretaria;

IV - ofertar, em complemento às ações dos entes federados, educação profissional, tecnológica e superior aos profissionais de segurança pública dos



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e

V - coordenar, fomentar e acompanhar programas, projetos e atividades de ensino, valorização profissional e gestão de pessoas em segurança pública.

Art. 48. À Coordenação de Ensino a Distância compete:

I - promover a capacitação continuada e o aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública, na modalidade a distância;

II - gerir e coordenar a Rede Nacional de Educação a Distância em Segurança Pública - Rede EaD/SENASP;

III - realizar o recrutamento e a seleção de candidatos para a participação em eventos de aprendizagem, organizados pela Rede EaD/SENASP;

IV - promover a qualificação e a formação superior dos profissionais de segurança dos entes federados por meio de atividades educacionais na modalidade a distância, em parceria com instituições de ensino superior;

V - gerir a divulgação, no ambiente virtual de aprendizagem, de matérias doutrinárias, de informações e de estudos sobre a evolução dos serviços e das técnicas na área de segurança pública;

VI - normatizar as atividades educacionais de docentes e discentes no âmbito da Rede EaD/SENASP; e

VII - selecionar, de acordo com edital, os prestadores de serviço que exercerão as atividades educacionais da Rede EaD/SENASP.

Art. 49. À Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições, e sobre Material Genético, Digitais e sobre Drogas compete: (Retificado pela Portaria nº 230, de 10 de dezembro de 2018)

Art. 49. À Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas compete: (Redação dada pela Portaria nº 230, de 10 de dezembro de 2018)

I - proceder à coleta, análise, atualização, sistematização, integração e interpretação de dados de segurança pública e prisionais;

II - disponibilizar dados e informações da base nacional para auxiliar na formulação, na implementação, na execução, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas;

III - promover a interoperabilidade dos sistemas de informações de segurança pública ao Sinesp;

IV - disponibilizar sistema padronizado, informatizado e seguro que permita o intercâmbio de dados e de informações aos usuários do Sinesp;

V - promover a expansão e adesão das soluções do Sinesp com órgãos e com



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

entidades nacionais e estrangeiras;

VI - atender as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Gestor do Sinesp, no âmbito de suas competências;

VII - integrar e fornecer suporte administrativo ao Conselho Gestor do Sinesp; e

VIII - definir, gerir e acompanhar os recursos, contratos e serviços necessários para a sustentação do Sinesp, em articulação com a Diretoria de Administração.

Art. 50. À Coordenação de Planejamento compete:

I - definir as estratégias para a consolidação do Sinesp;

II - monitorar as ações de implantação, metas e resultados das soluções do Sinesp;

III - propor a realização de capacitação e a elaboração de material didático voltados ao aprimoramento da gestão e emprego do Sinesp;

IV - estabelecer acordos e termos de cooperação técnica, convênios e instrumentos congêneres para viabilizar a adesão e expansão do Sinesp, em articulação com a Diretoria de Administração; e

V - elaborar estudos que visem à integração das redes e dos sistemas de dados e informações relacionados à segurança pública, ao sistema prisional e à execução penal e ao enfrentamento do tráfico ilícito de drogas.

Art. 51. À Coordenação de Implantação e Suporte compete:

I - gerenciar a implantação e o funcionamento do Sinesp;

II - promover a integração de base de dados de interesse do Sinesp;

III - fornecer indicadores, estudos, estatísticas e relatórios da evolução e da expansão do Sinesp; e

IV - monitorar, avaliar e mitigar os riscos para a implantação, sustentação e evolução do Sinesp.

Art. 52. À Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública compete:

I - atuar em atividades destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas hipóteses previstas na legislação;

II - coordenar e planejar a seleção, o recrutamento, a mobilização e a desmobilização, o preparo e o emprego dos efetivos de polícia ostensiva e preventiva, de bombeiros, de defesa civil, de polícia judiciária e de perícia;

III - propor e desenvolver, em conjunto com a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal, ações de capacitação,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

formação e nivelamento destinados aos efetivos de polícia ostensiva e preventiva, de bombeiros militares, de defesa civil, de polícia judiciária e de perícia, no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública;

IV - realizar o planejamento operacional referente ao emprego dos efetivos;

V - instaurar e instruir procedimentos administrativos de apuração de conduta, de averiguação preliminar de saúde e de inquérito técnico, no âmbito do pessoal da Diretoria;

VI - planejar, organizar, coordenar, controlar e fiscalizar a distribuição, a segurança e o uso dos armamentos, das munições, dos equipamentos, das viaturas e dos materiais da Força Nacional de Segurança Pública;

VII - elaborar estudos relativos às necessidades logísticas, administrativas e de emprego operacional concernentes à atuação da Força Nacional de Segurança Pública;

VIII - realizar ações de inteligência operacional destinadas à sua atuação, quando demandadas pela Diretoria de Inteligência;

IX - propor, elaborar e expedir atos administrativos, por meio de portarias e documentos técnicos, de acordo com as necessidades administrativas e operacionais da Força Nacional de Segurança Pública;

X - promover as atividades de redação e de revisão de documentos e dos atos administrativos, no âmbito da Diretoria; e

XI - coordenar os procedimentos administrativos de averiguação preliminar e de inquérito técnico.

Art. 53. À Coordenação-Geral de Planejamento e Operações da Força Nacional compete:

I - planejar, coordenar e fiscalizar o emprego operacional do efetivo em articulação com a Coordenação-Geral de Polícia Judiciária e Perícia;

II - adotar as medidas necessárias para o cumprimento dos objetivos específicos de cada operação;

III - promover os controles ético, disciplinar e operacional do efetivo nas operações desencadeadas em articulação com a Coordenação-Geral de Polícia Judiciária e Perícia;

IV - gerenciar e monitorar o andamento de todas as operações e as ocorrências envolvendo a Força Nacional de Segurança Pública;

V - desenvolver atividades de inteligência operacional e gestão das informações produzidas pelos órgãos de segurança pública, voltadas para as ações da Força Nacional de Segurança Pública, em consonância com as atividades da Diretoria de Inteligência da Secretaria; e



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

VI - propor atos normativos e elaborar manifestação técnica de oportunidade e viabilidade operacional, em resposta às solicitações de apoio da Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 54. À Coordenação de Planejamento e de Operações compete:

I - planejar, coordenar, implementar, acompanhar e supervisionar as atividades de emprego das operações da Força Nacional de Segurança Pública;

II - elaborar os planos de emprego operacional e de movimentação do pessoal, ordens de serviço, notas técnicas, relatórios operacionais e demais documentações necessárias a atuação do efetivo respeitadas as competências da Coordenação-Geral de Polícia Judiciária e Perícia;

III - monitorar o andamento das ocorrências nas operações da Força Nacional de Segurança Pública; e

IV - realizar a gestão documental da Coordenação-Geral de Planejamento e Operações da Força Nacional.

Art. 55. À Coordenação-Geral de Administração compete:

I - gerenciar, administrar e fiscalizar os bens e o patrimônio sob a responsabilidade da Diretoria;

II - gerenciar, administrar e fiscalizar a execução orçamentária e financeira no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública;

III - analisar as demandas, realizar estudo técnico preliminar e elaborar termos de referência, notas técnicas e projetos básicos para aquisição e contratação de bens e serviços;

IV - planejar, controlar, executar e supervisionar os serviços, a logística de suprimentos e de transportes no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública;

V - orientar o desenvolvimento de soluções tecnológicas necessárias à execução das atividades da Força Nacional de Segurança Pública; e

VI - realizar a solução em primeiro grau de decisão de processos administrativos de logística.

Art. 56. À Coordenação de Logística, Convênios e Contratos compete:

I - promover e controlar a logística de material, de equipamentos e de insumos das operações da Força Nacional de Segurança Pública;

II - apoiar a Coordenação-Geral de Administração em decisões técnicas e administrativas;

III - manter o controle do patrimônio e adotar as medidas necessárias para garantir a segurança dos armamentos, das munições, dos equipamentos e dos



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

bens materiais permanentes e de consumo sob a responsabilidade da Força Nacional de Segurança Pública; e

IV - subsidiar os processos de licitações para aquisições de bens e serviços pertinentes à Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 57. À Coordenação de Suporte Operacional compete:

I - planejar estudos técnicos para elaboração de Termo de Referência;

II - prover os meios necessários para a consecução dos procedimentos de aquisição; e

III - auxiliar no acompanhamento do Plano Plurianual.

Art. 58. À Coordenação de Gestão Administrativa compete:

I - planejar, supervisionar, controlar e orientar a gestão administrativa de bens e serviços; e

II - planejar as aquisições e contratações da diretoria.

Art. 59. À Coordenação-Geral de Polícia Judiciária e Perícia compete:

I - planejar, coordenar, implementar, acompanhar e supervisionar as atividades operacionais de Polícia Judiciária e de Perícia, incluindo as de administração de material, pessoal e de patrimônio;

II - planejar, coordenar e fiscalizar o emprego operacional do efetivo da Força Nacional nas atividades de polícia judiciária e perícia;

III - elaborar relatórios técnicos que subsidiem a tomada de decisões no que concerne ao início, desenvolvimento e encerramento das operações de Polícia Judiciária e Perícia;

IV - propor atos normativos e a documentação técnica pertinente ao desenvolvimento das operações de Polícia Judiciária e Perícia;

V - gerenciar e monitorar o andamento das ocorrências envolvendo as operações de Polícia Judiciária e Perícia; e

VI - coordenar as ações de capacitação, formação e nivelamento destinados aos efetivos de polícia ostensiva e preventiva, de bombeiros militares, de defesa civil, de polícia judiciária e de perícia, no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública.

Art. 60. À Coordenação de Treinamento e Capacitação compete:

I - propor e desenvolver ações de capacitação, formação, nivelamento e valorização aos integrantes da Força Nacional de Segurança Pública; e

II - disseminar normas, procedimentos, orientações e legislações pertinentes a área de logística, em acordo com a Diretoria de Administração, com vistas ao nivelamento de conhecimento dos mobilizados.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Art. 61. À Diretoria de Operações compete:

I - coordenar o processo de atuação integrada com os órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), considerando os ciclos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, para ações de segurança pública e defesa social;

II - planejar e implementar o Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle de Segurança Pública e Defesa Social (SIC4);

III - coordenar as atividades do Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN), promovendo a interoperabilidade entre os centros congêneres dos entes federativos, a partir do SIC4;

IV - desenvolver programas, planos, operações e ações integradas de segurança pública e defesa social com os órgãos integrantes do SUSP;

V - propor legislação, políticas e projetos, em articulação com a Diretoria de Políticas de Segurança Pública, que subsidiem ou promovam ações integradas de segurança pública;

VI - propor a necessidade de recursos humanos para o funcionamento do SIC4, no âmbito de suas competências; e

VII - dimensionar as necessidades operacionais e requisitar informações das demais Diretorias para subsidiar o planejamento e a realização de operações integradas.

§1º Consideram-se ações e operações integradas aquelas planejadas e coordenadas a partir de ambiente comum, gerenciadas ou apoiadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, que envolvam órgãos integrantes do SUSP.

§2º O Sistema Integrado de Coordenação, Comunicação, Comando e Controle de Segurança Pública e Defesa Social (SIC4) é a forma de implementar a integração operacional prevista no SUSP, por meio de ações de governança em nível estratégico, tático e operacional, a partir de ambientes comuns, para desenvolvimento do processo de atuação integrada.

§3º O Diretor de Operações exercerá o encargo de Coordenador do Centro Integrado de Comando e Controle Nacional.

Art. 62. À Coordenação-Geral de Planejamento Operacional compete:

I - Coordenar as atividades de planejamento operacional necessárias à implementação do SIC4, do processo de atuação integrada e ao funcionamento do CICCN, em consonância com o SUSP;

II - coordenar a produção, a compilação e a revisão da normatização, dos planos e demais documentos relativos ao processo de atuação integrada;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

III - prospectar, propor e desenvolver, em articulação com as demais Coordenações-Gerais da DIOP e a DEPAID, ações de capacitação, treinamento e exercícios orientados à implementação do SIC4;

IV - propor a necessidade de recursos humanos para o funcionamento do SIC4, de acordo com suas atribuições;

V - propor soluções tecnológicas em função do SIC4 e do processo de atuação integrada; e

VI - apoiar as atividades do CICCEN e das demais Coordenações da DIOP.

Art. 63. À Coordenação de Normatização, Doutrina e Capacitação de Operações Integradas compete:

I - coordenar a produção de doutrina e de metodologia para padronização do processo de atuação integrada e implementação do SIC4 e;

II - promover a concepção e a realização de capacitações, treinamentos e exercícios voltados à implementação do SIC4 e do processo de atuação integrada, em articulação com a DEPAID.

Art. 64 À Coordenação-Geral de Operações Integradas compete:

I - coordenar as atividades de execução operacional necessárias à implementação do SIC4, ao processo de atuação integrada e ao funcionamento do CICCEN, em consonância com o SUSP;

II - zelar para que os conceitos e padrões operacionais estabelecidos no SIC4 e no processo de atuação integrada sejam implementados;

III - consolidar informações, dados, estatísticas e relatórios, relativos à execução das operações integradas;

IV - dimensionar as necessidades operacionais em função do SIC4 e do processo de atuação integrada;

V - apoiar as atividades do CICCEN e das demais Coordenações da DIOP;

VI - propor soluções tecnológicas em função do SIC4 e do processo de atuação integrada; e

VII - propor a necessidade de recursos humanos para o funcionamento do SIC4, de acordo com suas atribuições.

Art. 65. À Coordenação-Geral do Sistema Integrado de Comando e Controle compete:

I - promover a integração tecnológica e de comunicações necessárias à implementação do SIC4 e do processo de atuação integrada, ao funcionamento do CICCEN, em consonância com o SUSP;

II - pesquisar, propor e promover o desenvolvimento de soluções tecnológicas



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

que possibilitem a interoperabilidade entre os integrantes do SIC4, em articulação com a DEPAID;

III - prospectar, propor e planejar aquisições ou contratações de equipamentos, sistemas, bens ou serviços necessários ao funcionamento do SIC4;

IV - identificar, requisitar e acompanhar as ações relativas a manutenção predial e serviços necessários ao funcionamento do SIC4 e do CICCEN;

V - promover os estudos técnicos necessários a projetos e ações que envolvam a modernização e a expansão dos centros integrados, possibilitando a interoperabilidade;

VI - apoiar as Unidades da SENASP nas atividades de Gestão de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) em consonância com as diretrizes de governança estabelecidas pela área de tecnologia de informação do Ministério da Segurança Pública; e

VII - propor a necessidade de recursos humanos para o funcionamento do SIC4, de acordo com suas atribuições.

Art. 66. À Coordenação de Integração de Sistemas e Interoperabilidade compete:

I - prospectar, identificar e propor sistemas que possibilitem a integração entre órgãos, instituições e estruturas necessárias à implementação do SIC4 e do processo de atuação integrada;

II - elaborar e submeter à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, os processos de aquisição e contratação necessários ao funcionamento do SIC4 e do CICCEN;

III - promover e controlar os requisitos de segurança para acesso ao CICCEN e a seus sistemas; e

IV - indicar integrantes técnicos nas Equipes de Planejamento de Contratação - EPC dos processos que envolvam aquisições de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).

Art. 67. À Diretoria de Inteligência compete:

I - planejar, coordenar, integrar, orientar e supervisionar, como Agência Central do SISP, as atividades de Inteligência de Segurança Pública (ISP), em âmbito nacional;

II - promover o intercâmbio de dados e conhecimentos de Inteligência de Segurança Pública necessários à tomada de decisões administrativas e operacionais da Secretaria;

III - propor e avaliar eventos e ações de capacitação relacionadas à atividade de inteligência de segurança pública, em cooperação com a DEPAID e outras unidades da Senasp, órgãos e instituições nacionais ou internacionais;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

IV - assessorar o Secretário nas atividades relacionadas ao SISP;

V - promover interações sistemáticas com representantes de órgãos e instituições congêneres, ou que desenvolvam atividades de interesse da Atividade de Inteligência de Segurança Pública, no Brasil ou no exterior;

VI - propor, planejar, coordenar e acompanhar o desenvolvimento de ações interagências de Inteligência de Segurança Pública em temas de interesse da Senasp;

VII - coordenar procedimentos relacionados a propostas de instrumentos de cooperação em temas relacionados às atividades de interesse da Diretoria de Inteligência;

VIII - apoiar o Secretário Nacional de Segurança Pública nos assuntos relacionados a assessoria internacional, em articulação com a Assessoria Especial Internacional do Ministério da Segurança Pública; e

IX - gerenciar e prestar contas de recursos eventualmente utilizados em regime especial de execução aplicados nas atividades de caráter sigiloso desenvolvidas pela Diretoria e por suas unidades vinculadas, nos termos do art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, com a redação alterada pelo Decreto nº 7.372, de 26 de novembro de 2010.

Art. 68. À Coordenação Administrativa compete:

I - realizar a gestão de documentos administrativos da Diretoria de Inteligência; e

II - realizar a gestão administrativa de pessoal à disposição da Diretoria.

Art. 69 À Coordenação de Assuntos Especializados:

I - promover o assessoramento estratégico da Diretoria de Inteligência;

II - instruir, sanear e orientar a instrução de procedimentos de cooperação relacionados às atividades da Diretoria e de suas unidades subordinadas;

III - avaliar e instruir propostas de normas de interesse da Atividade de Inteligência de Segurança Pública;

IV - avaliar, instruir e coordenar projetos de aquisições e contratações de objetos de interesse da Diretoria de Inteligência;

V - avaliar, instruir e coordenar instrumentos de execução descentralizada de recursos interesse da Diretoria de Inteligência; e

VI - instruir procedimentos relacionados à gestão de informações classificadas ou de acesso restrito.

Art. 70. À Coordenação-Geral de Inteligência compete:

I - promover, com representantes de órgãos e instituições congêneres, o



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

intercâmbio de dados, informações e conhecimentos de Inteligência de Segurança Pública, necessários à tomada de decisões administrativas e operacionais que envolvam a Diretoria de Inteligência;

II - fomentar, planejar e apoiar, com a utilização de recursos e meios aplicáveis, ações integradas de Inteligência de Segurança Pública;

III - planejar, coordenar e fomentar a criação de unidades integradas de Inteligência de Segurança Pública, em temas de interesse da SENASP; e

IV - Instruir tecnicamente as propostas e projetos relacionados às atividades da Coordenação-Geral de Inteligência.

Art. 71. À Coordenação-Geral de Integração ao Subsistema de Inteligência de Segurança Pública compete:

I - planejar, coordenar e fomentar, em articulação com a DEPAID, a implementação de bancos de dados centralizados de Inteligência de Segurança Pública, com vistas a subsidiar planejamentos, tomada de decisões e o acompanhamento de ações de interesse da Segurança Pública;

II - articular, em parceria com a DEPAID e com outros órgãos e instituições, ações de capacitação relacionadas com a Atividade de Inteligência de Segurança Pública;

III - coordenar, em conjunto com outras unidades da Diretoria, a realização de estudos e pesquisas para o aprimoramento da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública - Dnisp;

IV - gerenciar a Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização - Rede Infoseg; e

V - instruir tecnicamente as propostas e projetos relacionados às atividades da Coordenação-Geral de Integração ao SISP.

Art. 72. À Coordenação de Capacitação de Inteligência compete:

I - coordenar, planejar, executar, acompanhar e avaliar ações de capacitação de interesse da Atividade de Inteligência da Segurança Pública;

II - coordenar, executar, acompanhar e avaliar eventos sobre temas de interesse da Atividade de Inteligência da Segurança Pública, em articulação com a coordenação de apoio técnico e administrativo; e

III - desenvolver estudos e pesquisas para o aprimoramento da Dnisp.

Art. 73. À Coordenação-Geral de Contrainteligência compete:

I - planejar, coordenar, executar e supervisionar as atividades de segurança orgânica da Diretoria, bem como apoiar, por determinação do Diretor de Inteligência, as mesmas atividades da SENASP e do MSP;

II - coordenar, planejar, supervisionar e executar atividades relacionadas à



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

segurança de assuntos internos da Diretoria, bem como apoiar, por determinação do Diretor de Inteligência, as mesmas atividades da SENASP e do MSP;

III - coordenar, planejar, supervisionar e executar atividades de segurança ativa, bem como por determinação do Diretor de Inteligência, as mesmas atividades da SENASP e do MSP; e

IV - Instruir as propostas e projetos relacionados às atividades da Coordenação-Geral de Contrainteligência.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 74. Ao Secretário Nacional de Segurança Pública incumbe:

I - assessorar o Ministro de Estado da Segurança Pública na definição, na fixação e na execução de políticas e de diretrizes, nos assuntos de competência da Secretaria;

II - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades dos órgãos de sua Secretaria, encaminhar à autoridade superior propostas de atos normativos e para estabelecimento de parcerias com outras instituições, na sua área de competência e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado;

III - representar a Secretaria nos contatos com autoridades, órgãos, entidades governamentais, nacionais e estrangeiras e com a iniciativa privada;

IV - aprovar planos e programas de trabalho da Secretaria;

V - promover a integração das ações entre as unidades da Secretaria e outros órgãos do Ministério da Segurança Pública;

VI - firmar contratos, convênios, ajustes e acordos que envolvam assuntos de sua competência, podendo, inclusive, delegar competência;

VII - propor a elaboração e a revisão da legislação referente a matérias de competência da Secretaria;

VIII - expedir atos administrativos;

IX - autorizar a movimentação de recursos orçamentários e financeiros consignados à Secretaria; e

X - praticar os demais atos necessários à consecução das finalidades da Secretaria.

Art. 75. Ao Secretário Adjunto incumbe:

I - prestar assessoramento técnico ao Secretário; e



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

II - auxiliar o Secretário na definição de diretrizes e na implantação de ações da Secretaria.

Art. 76. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - auxiliar o Secretário nos assuntos de sua competência;

II - coordenar, controlar e supervisionar as atividades do Gabinete e das unidades subordinadas;

III - manter contato, quando autorizado, com órgãos ou autoridades, em nome do Secretário; e

IV - praticar atos administrativos necessários à execução das atribuições do Gabinete.

Art. 77. Aos Diretores incumbe:

I - assessorar o Secretário nos assuntos de sua competência;

II - planejar, coordenar e dirigir as atividades das Diretorias, bem como aprovar planos e programas de trabalho;

III - representar as Diretorias junto a autoridades, órgãos e entidades públicas ou privadas, bem como assistir autoridades superiores;

IV - prestar informações, fornecer subsídios sobre assuntos inerentes ao órgão e promover estudos, análises e interpretação da legislação vigente;

V - encaminhar à área competente atos e despachos contra os quais tenham sido interpostos recursos ou aqueles sujeitos à apreciação superior;

VI - coordenar, orientar e supervisionar a elaboração da proposta orçamentária e financeira do órgão, bem como o relatório das atividades desenvolvidas por suas unidades;

VII - indicar servidores para participar de cursos, treinamentos e outros eventos;

VIII - expedir atos administrativos e de caráter normativo, relacionados com matérias de competência da Diretoria; e

IX - propor a instauração de sindicâncias e inquéritos administrativos.

Art. 78. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - coordenar, planejar, e orientar a execução das atividades das respectivas unidades;

II - elaborar e apresentar planos, programas, projetos e relatórios, bem como acompanhar e avaliar os respectivos resultados;

III - fornecer informações e assistir a autoridade superior nos assuntos afetos à sua área de competência;



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

IV - promover estudos, análise e interpretação da legislação pertinente relacionada com a área de sua competência e propor soluções;

V - elaborar e submeter à autoridade superior as normas, sistemas operacionais e administrativos, instruções e manuais de matérias relacionadas com a sua área de competência;

VI - apresentar subsídios e participar da elaboração da proposta orçamentária e financeira do órgão;

VII - prestar apoio técnico e operacional na análise de projetos submetidos ao Conselho Gestor do FNSP, emitindo parecer quando necessário; e

VIII - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em sua área de competência.

Art. 79. Aos Coordenadores incumbe:

I - coordenar, orientar e fiscalizar o desenvolvimento de projetos e atividades de competência da unidade que coordena;

II - promover a difusão da legislação e da jurisprudência específicas relacionadas com as competências da unidade que coordena;

III - propor o desenvolvimento de estudos e projetos que propiciem o aumento da eficiência, da eficácia e da efetividade das ações desenvolvidas pela Secretaria; e

IV - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em sua área de competência.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 80. A todos os ocupantes dos cargos em comissão constantes deste Regimento, além das incumbências previstas, cabe ainda a elaboração de relatório de atividades das ações desenvolvidas pela unidade, quando solicitado pelo Secretário ou pelos Diretores.

Art. 81. Além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento, outras poderão ser cometidas às unidades e aos servidores pela autoridade competente, com o propósito de cumprir os objetivos e as finalidades da Secretaria.

Art. 82. As dúvidas suscitadas e os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Nacional de Segurança Pública.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

DOCUMENTOS DILIGENCIADOS/ANALISADOS

MATÉRIA INVESTIGATIVA

Segundo matéria investigativa divulgada na Folha de São Paulo¹³², um relatório de inteligência elaborado pela Força Nacional de Segurança Pública em 5 de janeiro deu um alerta sobre a possibilidade de ocorrência de atos violentos em Brasília em protesto contra o resultado das eleições, envolvendo membros do grupo de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs). O referido documento indicou que havia preparativos em andamento para um atentado contra as instituições no dia 8 de janeiro, incluindo planos de usar armas de fogo e explosivos artesanais. O relatório também insinuou a existência de uma "associação extremista criminosa com motivações político-ideológicas".

Neste relatório, foram listadas várias mensagens trocadas em um grupo de WhatsApp com 237 participantes, intitulado "Rifas tiro e pesca". O relatório concluiu que "alguns membros mais exaltados podem efetivamente concretizar suas intenções expressas nas mensagens".

Os integrantes desse grupo, que eram em sua maioria CACs, expressaram insatisfação em relação às medidas anunciadas pelo governo Lula, que visavam restringir o acesso a armas de fogo. Eles também compartilharam informações sobre a fabricação de armas e planejaram uma



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

ação violenta na capital do país.

O relatório apontou que a maioria dos membros do grupo estava insatisfeita com as políticas do novo governo e as mudanças recentes nas regras de posse e porte de armas em todo o país. Por isso, alguns membros mencionaram a fabricação e uso de explosivos em manifestações planejadas para ocorrer em Brasília.

Embora a existência do relatório da Força Nacional de Segurança Pública seja conhecida desde janeiro, diversas autoridades afirmaram desconhecer o seu conteúdo. A CPI da Câmara Legislativa do Distrito Federal solicitou uma cópia do relatório no início das investigações, mas não obteve sucesso. Em maio, um veículo da imprensa solicitou a íntegra do relatório por meio da Lei de Acesso à Informação, mas a Força Nacional alegou que o documento estava sob sigilo e negou o acesso.

O documento foi entregue ao diretor da Força Nacional de Segurança Pública e à Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça, sem citar nomes específicos. O Ministério da Justiça esclareceu que os responsáveis na época eram os delegados Ivair Matos Santos e Tomás de Almeida Viana, sendo que Tomás era proveniente da gestão anterior e estava à frente da Diretoria de Inteligência. Marília Alencar, braço direito do ex-ministro Anderson Torres, que acompanhou Torres de volta à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal após a vitória de Lula, era responsável pela inteligência da pasta no dia 8 de janeiro.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

A Força Nacional de Segurança Pública, que estava sob o comando do coronel José Américo Gaia até 2 de janeiro, nomeou Fernando Alencar Medeiros como diretor apenas no dia 9 de janeiro, após os atentados.

Naquela época, a Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça estava em processo de transformação em Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência, e a reestruturação do organograma do ministério estava em curso. Portanto, muitos cargos continuavam vagos nos primeiros dias do ano.

O Ministério da Justiça afirmou que não possui informações sobre quais medidas foram tomadas com base no relatório da Força Nacional. A pasta alegou que o documento foi encaminhado à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, responsável pelo policiamento da Esplanada dos Ministérios.

É importante mencionar que o relatório da Força Nacional de Segurança Pública é um dos poucos relatórios de inteligência produzidos sobre a possibilidade de ataques em 8 de janeiro, já que a Abin admitiu ter enviado apenas "alertas" de inteligência por WhatsApp. Além do relatório da Força Nacional, o único outro registro conhecido é o relatório produzido pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal dois dias antes dos eventos. A segurança da Esplanada dos Ministérios é de responsabilidade do Governo do Distrito Federal, mas a oposição pressiona pela convocação do diretor substituto da Força Nacional e do ministro da Justiça, Flávio Dino, na CPI do 8 de janeiro. Dino colocou os homens à disposição do governador



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Ibaneis Rocha na véspera dos ataques, mas eles só foram acionados no próprio dia 8, quando o Congresso, o Palácio do Planalto e o STF já haviam sido invadidos e vandalizados.

ANÁLISE JURÍDICA (USO DA FORÇA NACIONAL)

Segundo o Ministério Público Federal¹³³, o marco legal para emprego da FNSP é a Lei nº 11.473, de 2007, a qual tem sido objeto de sucessivas alterações. A referida legislação não regula especificamente a instituição e as hipóteses de mobilização da Força Nacional de Segurança Pública, mas sim a cooperação federativa no âmbito da segurança pública. A lei foi editada para promover e autorizar o apoio da União às atividades de segurança pública de competência dos Estados e do Distrito Federal, como consta do parágrafo único de seu artigo 2º:

Parágrafo único. As atividades de cooperação federativa têm caráter consensual e serão desenvolvidas sob a coordenação conjunta da União e do Ente conveniente.

A existência da Força Nacional de Segurança Pública é tratada apenas incidentalmente na Lei nº 11.473/2007, notadamente no artigo 5º, §§ 1º, 11 e 14, artigo 6º, § 1º, artigo 7º, caput, e artigo 9º. Esses dispositivos dizem respeito apenas a aspectos administrativos relativos à composição, custos e direitos dos integrantes da FNSP. Ou seja, a lei não disciplinou a convocação

¹³³ Nota Pública - DEBORAH DUPRAT, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, e MARLON ALBERTO WEICHERT, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão Adjunto. Assinado digitalmente em 23/04/2019 16:03.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

desse aparato de segurança.

O seu prefácio exclusivo quanto à FNSP é de ser um instrumento de atuação da União na cooperação federativa em segurança pública. Portanto, o pressuposto necessário de sua mobilização é o acordo com o ente federativo que tenha a competência originária para a atividade de segurança pública a ser reforçada.

O Decreto nº 5.289, de 2004 – também objeto de sucessivas alterações – é o ato normativo que cuida mais detalhadamente da Força Nacional de Segurança Pública. O ato regulamentar reitera, no artigo 2º, o caráter de complementaridade desse aparato às ações dos demais entes e ressalta que o seu emprego se dá com base na cooperação federativa. Os artigos 1º e 2º são suficientes a tal conclusão:

Art.1º – Este Decreto disciplina as regras gerais de organização e funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, ao qual poderão voluntariamente aderir os Estados interessados, por meio de atos formais específicos.

Art.2º – A Força Nacional de Segurança Pública atuará em atividades destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas hipóteses previstas neste Decreto e no ato formal de adesão dos Estados e do Distrito Federal. (Redação dada pelo Decreto nº 7.318, de 2010).

A redação original do artigo 4º do referido decreto dispunha, em harmonia com a Lei nº 11.473/2007, que o emprego da FNSP dependia de solicitação do governador do Estado ou do Distrito Federal. Não obstante,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

em 2013 esse dispositivo foi alterado para incluir a hipótese de mobilização da FNSP também por solicitação de Ministro de Estado. Eis o atual teor do dispositivo:

Art. 4º – A Força Nacional de Segurança Pública poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado, do Distrito Federal ou de Ministro de Estado. (Redação dada pelo Decreto nº 7.957, de 2013)

A hipótese de convocação da FNSP a partir de solicitação de Ministro de Estado deve, por óbvio, ser interpretada à luz da Lei nº 11.473/2007 e, fundamentalmente, da Constituição Federal. Nesse sentido, não pode servir de sucedâneo à intervenção federal em um ente federativo, visto que a intervenção federal em Estados e no Distrito Federal está restrita às hipóteses do artigo 34 da Constituição Federal e depende da estrita observância dos procedimentos regulados no artigo 36 subsequente.

Para não se afirmar a inconstitucionalidade e ilegalidade absoluta e abstrata da previsão de emprego da Força Nacional de Segurança Pública a partir de solicitação de Ministro de Estado, tal como consta da redação do artigo 4º do Decreto nº 5.289/2004, é preciso interpretá-la nos mais restritos limites das atividades de segurança pública executadas ordinária e diretamente pela União. Vale dizer, a FNSP poderá atuar por solicitação de um Ministro de Estado quando se tratar de cooperação com um órgão federal civil ou militar responsável por uma atividade de segurança, notadamente a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Ferroviária Federal ou, ainda, a proteção do patrimônio público federal



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

(eventualmente a cargo das Forças Armadas).

Desse modo, o Ministro de Estado poderia ter autorizado que a FNSP fosse utilizada para contribuir com as ações militares de defesa dos prédios públicos que ordinariamente compete às Forças Armadas proteger, desde que haja fundamentadas razões para esse reforço, tendo em vista a excepcionalidade da medida e os custos envolvidos.

Nesse contexto, importante trazer também posição do Ministro Barroso, nestes termos:

24/09/2020 PLENÁRIO

*REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO CÍVEL
ORIGINÁRIA 3.427 BAHIA*

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO – Senhor Presidente, boa tarde!

Boa tarde, Senhoras Ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia; Caros Ministros; Senhor Advogado-Geral da União, Doutor José Levi do Amaral; Professor Humberto Jacques, pelo Procurador-Geral da República; Senhores Servidores.

Presidente, quem levantou o braço, quanto à divergência, fui eu.

Para ser sincero, essa questão me pareceu, quando a vi, um pouco mais simples do que agora, ouvindo a versão do eminente Ministro Luiz Edson Fachin, com seu voto sempre percuciente, com a candente manifestação do Ministro Alexandre de Moraes.

Tenho uma visão diferente e um pouco menos grave do problema e a compartilharei brevemente aqui, com algum grau de improviso.

O Brasil se estrutura sobre um tripé: república, democracia e federação.

A federação, no caso brasileiro - um pouco diferente do modelo mundial tradicional - estrutura-se em três níveis de poder: federal, estadual e municipal. A característica de uma federação talvez seja, no traço essencial, a autonomia de cada um desses entes. Embora a União tenha posição de maior



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

abrangência, ela não é hierarquicamente superior. Autonomia significa um poder de autodeterminação dentro do ciclo pré-traçado pela Constituição, logo, os três níveis de Poder têm autonomia.

Um dos sentidos da ideia de autonomia é a titularidade de competências próprias, de competências que não dependam dos outros entes e por isso é que a Constituição define as competências da União, dos estados e dos municípios por diferentes critérios.

Pois bem. Chegamos aqui ao tópico da segurança pública, que a Constituição disciplina no art. 144, prevendo - como todos sabemos – o seguinte:

"A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]."

E aí observaremos que os órgãos previstos na Constituição são: Polícia Federal - portanto, a polícia da União; Polícia Rodoviária Federal - igualmente polícia da União; Polícia Ferroviária Federal - que tanto quanto eu saiba não existe, ou tem papel puramente residual -; e, no âmbito dos estados, as polícias civis e militares.

Esse artigo cuida ainda, em seu § 8º, da guarda municipal. Aqui e ali se discute se a guarda municipal seria ou não órgão de segurança pública.

Já falo sobre isso.

Desse modo, não há nenhuma dúvida de que a União tem papel relevante na segurança pública. Há duas polícias importantes na estrutura da Administração Pública direta: a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

Paralelamente a isso, foi criada, lá atrás, em 2004, Presidente – em novembro de 2004 -, portanto há 16 anos, a Força Nacional de Segurança Pública. É verdade que foi criada por decreto, porque não foi instituída como órgão próprio, nem com corpo de pessoal próprio. Ela se utiliza de corpo de pessoal requisitado de outros órgãos, mas, organicamente, existe uma Força Nacional, que já tem, inclusive, atuado em diferentes situações.

Essa Força Nacional, criada por decreto - que nunca foi questionado -, tem previsão em seu art. 4º com a seguinte dicção:

"A Força Nacional de Segurança Pública poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado, do Distrito Federal ou de Ministro de Estado."

Assim, prevê-se que órgãos distintos e próprios - tanto o governador quanto o Ministro de Estado - podem empregar a Força Nacional. Pode, um, solicitar; e outro solicitar também, porque quem tem o poder de dispor da Força



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Nacional é o Ministro da Justiça. Algum outro Ministro de Estado, em precisando, tem de solicitar a Força Nacional ao Ministro da Justiça.

Decido as questões, tal qual todos nós, independentemente de governos e, logo, pensando na importância que a Força Nacional pública possa ter para o País, para o Estado brasileiro de maneira geral.

A mim, parece-me que ela possa legitimamente atuar em duas situações diversas. Na primeira, mediante solicitação do governador do estado, e até celebração de convênio. O governador, em quadro de desarranjo, de insuficiência, ou de necessidade de auxílio, solicita à União o auxílio da Força Nacional. Essa é uma possibilidade. A mim me parece perfeitamente possível e compatível com a Constituição que, por exemplo, a Polícia Federal, que tem papel constitucional específico e muito importante, possa também solicitar o auxílio da Força Nacional.

Veja, Vossa Excelência, que o § 1º do art. 144 da Constituição Federal prevê o seguinte:

"§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União."

A União tem a Polícia Federal. Se a Polícia Federal necessitar de auxílio de uma Força e a força estadual não for capaz, não for suficiente, ou não quiser, a União depende, para o funcionamento de sua polícia, de pedido do governador do estado para poder mandar a Força Nacional?

Sinceramente, não acho que este seja o quadro constitucional. Acho que a Polícia Federal, e esse foi o caso, pode, se entender necessário, convocar ou solicitar ao Ministro da Justiça o auxílio da Força Nacional, senão a Polícia Federal fica, em determinadas operações, um sino sem badalo, porque a Polícia Federal não tem tropas.

Então a Polícia Federal tem que depender do governador do estado?

E se o governador do estado não tiver mobilizado, ou se o governador do estado tiver um interesse político diverso, ou se o governador do estado não tiver



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

interesse em desocupar uma invasão do Incra, que é um órgão federal, uma terra federal? Não há solução? Além disso, a União tem patrimônio próprio. Ela tem bens, serviços e instalações. Se, por acaso, a Polícia estadual, por qualquer razão, não der a segurança necessária aos bens, às instalações e aos serviços federais, o governo federal depende de pedir ao governador?

Com todas as vênias - e abstraindo de quem vá fazer, porque existe o Poder Judiciário para impedir qualquer tipo de abuso -, não acho que seja a melhor interpretação a que se firma no sentido de que, sobretudo a Polícia Federal, eventualmente a Polícia Rodoviária Federal, mas sobretudo a Polícia Federal, precise de autorização do estado se quiser utilizar a Força Nacional em uma operação sigilosa, por exemplo, de apreensão de drogas em estados em que se tenha fundado temor de que a polícia esteja cooptada.

Não posso fazer uma operação federal, utilizando a Polícia Federal e a Força Nacional? A União, então, é totalmente impotente em matéria de segurança pública? Ela dependerá sempre de autorização do governador, que pode ser de oposição, que pode ter outros interesses? Até o município tem uma Guarda Municipal para proteger seus bens, serviços e instalações. O município não precisa pedir autorização do estado para proteger seus bens. Ele usa sua Guarda Municipal.

A União não tem condições de proteger os seus bens, serviços e instalações sem autorização do estado?

Peço todas as vênias aos eminentes Colegas que já votaram para entender diferentemente. Não é uma competência livre, Ministro Luiz Fux, é uma competência pautada pela Constituição e pelo Direito e, portanto, a Força Nacional não pode intervir livremente. Se for matéria de competência estadual, é claro que depende, sim, de autorização do governador. Não teria nenhuma dúvida, e penso até que, em qualquer caso, por deferência, deve-se comunicar ao governador. Porém, não creio que, para auxiliar a Polícia Federal, por convocação da Polícia Federal, seja necessária a autorização do governador. Nem acho que, para proteger bens federais, caso a autoridade competente avalie que as forças estaduais não são suficientes, também não se possa utilizar a Força Nacional.

É claro, há a alternativa da intervenção federal, mas essa é uma alternativa muito complexa e traumática. Eu mesmo vivi, quando era do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, situação que envolvia o estado do Espírito Santo, em que se entendeu pelo comprometimento de todas as forças políticas estaduais com o crime organizado. Ainda assim não se conseguiu a intervenção federal, porque a intervenção federal tem injunções políticas muito complicadas e traumáticas, e consequências, inclusive, de paralisação de discussão de determinadas matérias no processo legislativo. Logo, intervenção federal não é um produto facilmente disponível na prateleira.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Muitas vezes, é preciso que haja uma alternativa mais ágil para que a União possa cumprir sua missão, inclusive na repressão a determinados crimes, que não pode depender do governador do estado. O governador do estado pode ser oposição, pode não querer cooperar. E não será surpresa para ninguém descobrir que, em algumas partes do Brasil, a polícia é parte do problema, e não da solução. E, portanto, pode se precisar de uma operação sem a polícia estadual. E aí a Polícia Federal fica sem poder contar com uma força auxiliar como a Força de Segurança Nacional. Sempre lembrando que, em qualquer hipótese, se estará sujeito a controle judicial, como estamos, aliás, fazendo aqui. Mas, neste caso, acho que estamos lidando com invasão, com violações de ordem pública, com homicídios, em espaço federal em que se considerou que a polícia estadual não deu proteção adequada e suficiente. E aí fica por isso mesmo? Ou é possível uma atuação institucional pela União, mediante solicitação da Polícia Federal, autorização do Ministro da Justiça e controle judicial? Não é a regra; é a exceção. Honesta e sinceramente, não vejo vedação constitucional a que, por convocação da Polícia Federal e autorização do Ministério da Justiça, o Ministro da Justiça autorize o envio da Força de Segurança Nacional em situações excepcionais.

Assim, peço todas as vênias ao Ministro Luiz Edson Fachin, por quem tenho carinho e admiração, como todos sabem, e entendo as motivações de seu voto. Também entendi as razões e preocupações do Ministro Alexandre de Moraes, por essa razão estou enfatizando que esta é a exceção, e não a regra. Mas acho que, como exceção, sim, deve ser admitida. Penso que estamos diante de uma exceção.

De modo que, peço todas as vênias ao Ministro Luiz Edson Fachin, para não ratificar a cautelar concedida.

É como voto.

AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA 3.427 BAHIA

RELATOR :MIN. EDSON FACHIN

AUTOR(A/S)(ES) :ESTADO DA BAHIA

PROC.(A/S)(ES) :PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA

RÉU(É)(S) :UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) :ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: REFERENDO DE MEDIDA CAUTELAR. AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. INTERVENÇÃO EM ESTADO. EMPREGO DA FORÇA NACIONAL



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

DE SEGURANÇA PÚBLICA. DECRETO Nº 5.289/2004. NECESSÁRIA ANUÊNCIA DO ENTE FEDERADO. MEDIDA CAUTELAR REFERENDADA PELO PLENÁRIO.

- 1. A Força Nacional de Segurança Pública representa programa de cooperação federativa, ao qual podem aderir, por atos formais específicos, os entes Federados.*
- 2. Em juízo de delibação, a norma inscrita no art. 4º do Decreto nº 5.289/2004, ao autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança, em território de Estado-membro, sem a anuência de seu Governador, por mero ato de Ministro de Estado, viola a natureza cooperativa do programa e seu suporte constitucional, conflitando com os art. 34 e 241 da Constituição Federal. Encontra-se preenchido o requisito do fumus boni iuris.*
- 3. Em razão da intensa gravidade da quebra do pacto federativo, da possibilidade do uso ilegítimo da força, e do contexto geral de pandemia do vírus Corona, há indícios bastantes de risco da demora da decisão final.*
- 4. Medida cautelar referendada pelo Plenário para que a União retire dos Municípios de Prado-BA e Mucuri-BA o contingente da Força Nacional de Segurança Pública mobilizado pela Portaria nº 493, de 1º de setembro de 2020.*

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência do Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em referendar a medida cautelar previamente deferida em sede monocrática, pelos seus próprios fundamentos, mantendo-se a ordem dada à União para que retire dos Municípios de Prado-BA e Mucuri-BA o contingente da Força Nacional de Segurança Pública mobilizado pela Portaria 493, de 1º de setembro de 2020, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Roberto Barroso.

Brasília, 24 de setembro de 2020.

Ministro EDSON FACHIN - Relator

INFORMAÇÃO Nº 105/2021/DIAL/CGESP/SENASP

- 1. Trata-se do DESPACHO Nº 4304/2021/GAB-SENASP/SENASP/MJ (15836429), que encaminhou o Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 1101/2021 (15830096), de autoria do Deputado Federal Ivan Valente (PSOL/SP), que "Requer ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, SR. ANDERSON TORRES, informações relativas ao*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

emprego da Força Nacional de Segurança para possíveis intervenções em Estados e no Distrito Federal sem a anuência de governadores".

O Requerimento foi assim delineado:

(...) Assim, apresentamos os seguintes questionamentos:

1. Artigo de autoria do Jornalista Leonardo Sakamoto, publicado no Portal UOL, afirma que "discute-se no governo federal ressuscitar a tese de que a Força Nacional pode ser usada para intervenções em estados e no Distrito Federal sem a anuência de governadores, bastando uma ordem ministerial".

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) está elaborando, ou sendo consultado na elaboração, da edição de ato normativo que possibilite o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) em intervenções nos estados e no Distrito Federal sem a anuência de governadores? Qual foi a motivação que fundamentou a elaboração do ato supracitado?

2. A Portaria nº 493, de 1º de setembro de 2020, autorizou o emprego da FNSP em apoio ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), nos municípios de Prado e Mucuri, no Estado da Bahia, o que veio a ser questionado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em seu voto no referendo da medida cautelar na Ação Cível Originária 3.427 de 24 de setembro de 2020, o Excelentíssimo Ministro Luiz Edson Fachin destaca:

O Decreto 5.289/2013 disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública. Tal programa realiza-se nos termos da Lei 11.473/2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública. Nesses termos, não se caracteriza como uma instituição federal, mas uma cooperação federativa, visto que o efetivo da Força Nacional é composto por membros voluntários cedidos pelos estados da federação.

Trata-se de mecanismo distinto daqueles regulados para os casos de intervenção federal (arts. 34 e 36 da CF) ou de utilização das Forças Armadas para garantia da lei e da ordem (art. 15 da CF e art. 15 da LC97/99). Percebe-se, portanto, que o regime para mobilização da Força Nacional deve se determinar em conformidade com as balizas constitucionais, de modo a evitar qualquer utilização abusiva que possa caracterizar uma espécie de intervenção federal ilegítima e sem consideração dos limites constitucionais para tanto.

Considerando que o STF já avaliou que não tem respaldo constitucional a interpretação de que o decreto que regula a FNSP



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

permita que ela atue nos Estados à revelia dos governadores, qual a base normativa para que o MJSP se debruce novamente sobre esse tema?

3. Este Ministério entende que a edição de ato normativo que permita o emprego da FNSP para intervenções em Estados e no Distrito Federal sem a anuência de governadores viola o pacto federativo, cláusula pétrea da Constituição Federal?

4. Este Ministério entende que a natureza da intervenção suscitada viola o marco legal para emprego da FNSP, disposto na Lei nº 11.473, de 2007, em especial o que consta do parágrafo único de seu artigo 2º, que garante que as atividades de cooperação federativa têm caráter consensual e serão desenvolvidas sob a coordenação conjunta da União e do Ente conveniente?

5. Ainda no escopo da matéria supracitada, houve consulta aos governos estaduais sobre a elaboração de eventual ato normativo que permita o emprego da FNSP para intervenções em Estados e no Distrito Federal sem a anuência de governadores?

6. Na avaliação deste Ministério, a intervenção da FNSP sem a solicitação do Estado-membro pode configurar crime de responsabilidade dos agentes públicos envolvidos?

7. O Presidente da República, Jair Bolsonaro, ou qualquer um de seus filhos ou aliados, incluindo ministro(s), parlamentar(es) ou agente(s) público(s), pressionou, orientou, recomendou, aconselhou ou advertiu, direta ou indiretamente, qualquer agente público a respeito da elaboração de ato normativo que permita o emprego da FNSP para intervenções em estados e no Distrito Federal sem a anuência de governadores?

8. Os pedidos anteriores abrangem a íntegra do(s) processo(s) formalmente constituído(s) nesta Pasta para tratar do tema, incluindo notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões e manifestações das instituições supracitadas relacionados à elaboração da referida Portaria.

2. Inicialmente, vale pontuar que a Força Nacional de Segurança Pública foi criada através do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, tratando-se de um programa de cooperação entre os estados-membros e a União, a fim de executar, por meio de convênio, atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública, à segurança das pessoas e do patrimônio, atuando também em situações de emergência e calamidades públicas.

3. Nos termos do Decreto, a Força Nacional de Segurança Pública atuará em atividades destinadas:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

- 3.1. • à preservação da ordem pública e da segurança das pessoas e do patrimônio;
- 3.2. • ao auxílio às ações de polícia judiciária estadual na função de investigação de infração penal, para a elucidação das causas, circunstâncias, motivos, autoria e materialidade;
- 3.3. • ao auxílio às ações de inteligência relacionadas às atividades periciais e de identificação civil e criminal destinadas a colher e resguardar indícios ou provas da ocorrência de fatos ou de infração penal;
- 3.4. • auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vítimas;
- 3.5. • ao apoio a ações que visem à proteção de indivíduos, grupos e órgãos da sociedade que promovem e protegem os direitos humanos e as liberdades fundamentais;
- 3.6. ao apoio às atividades de conservação e policiamento ambiental;
- 3.7. • ao apoio às ações de fiscalização ambiental desenvolvidas por órgãos federais, estaduais, distritais e municipais na proteção do meio ambiente;
- 3.8. • à atuação na prevenção a crimes e infrações ambientais;
- 3.9. • execução de tarefas de defesa civil em defesa do meio ambiente;
- 3.10. • ao auxílio às ações da polícia judiciária na investigação de crimes ambientais; e
- 3.11. • a prestar auxílio à realização de levantamentos e laudos técnicos sobre impactos ambientais negativos.

4. Em relação ao emprego da Força Nacional, o artigo 4º do referido Decreto menciona que compete ao Ministro da Justiça determinar o envio da Força Nacional de Segurança Pública para atuar nos Estados-membros ou Distrito Federal, e este emprego pode ocorrer das seguintes formas: mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado, do Distrito Federal ou de Ministro de Estado.

5. Sobre essa temática o Supremo Tribunal Federal se manifestou conforme segue:

Decisão: Trata-se de ação cível originária, ajuizada pelo Estado da Bahia, com vistas a compelir a União Federal a retirar de seu território o contingente da Força Nacional mobilizado nas cidades de Prado e Mucuri. O Estado requer, ainda, a declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 4º do Decreto nº 5.289 de 29 de novembro de 2004. Alega o Estado-autor que a lide em questão envolve conflito federativo, instaurado a partir da Portaria nº 493, de 1º de setembro de 2020, que “autoriza o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, em apoio ao Ministério da Agricultura, Pecuária



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

e Abastecimento, nos Municípios de Prado e Mucuri, no Estado da Bahia”. Narra que, a despeito de a operação ter sido autorizada para a preservação da ordem pública e da incolumidade de pessoas e patrimônios, a realidade fática não oferecia qualquer indício de conflitos sociais, desestabilização institucional ou riscos de outra natureza que justificassem tais medidas. Aduz que, para além de oficiar o Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública, o Estado da Bahia colheu informações que davam conta de cumprimento de mandado de reintegração de posse deferido nos autos da Ação de Reintegração de Posse, ajuizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de número 1002617-02.2020.401.3300, referente aos assentamentos Jacy Rocha e Rosinha Prado. Conclui que, diante de tais fatos, a Força Nacional foi mobilizada para intervir na segurança pública do Estado da Bahia de forma não apenas desarrazoada, senão também violadora de sua autonomia federativa. Não tendo havido qualquer tipo de requisição por parte do Governador de Estado, afigurar-se-ia hipótese de intervenção federal diversa daquelas elencadas no art. 34 da CRFB/88. O Estado-autor entende que a Constituição da República celebra a inexistência de hierarquia entre os entes federados, o que acarretaria a inconstitucionalidade do art. 4º do Decreto nº 5.289/2004, com redação dada pelo Decreto nº 7.957, de 2013, cujo teor é a seguir reproduzido: “Art. 4º A Força Nacional de Segurança Pública poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado, do Distrito Federal ou de Ministro de Estado”. Haveria, segundo o autor, a necessidade constitucional de assentimento do Governador de Estado para que a Força Nacional fosse mobilizada em situações diversas daquelas que autorizam a intervenção federal. Identificando a presença do fumus boni iuris e do periculum in mora, requer o deferimento de medida cautelar para que a União retire, em 24h, todo o contingente da Força Nacional de Segurança Pública do território do Estado. No mérito, requer que a ação seja julgada procedente para: “a) declarar a nulidade parcial do Decreto nº 5289/2004 pela inconstitucionalidade da expressão Ministro de Estado, constante do seu art. 4º, com a redação dada pelo Decreto nº 7957/2013; b) declarar a nulidade da Portaria nº 493/2020, quer por inconstitucionalidade, quer por ilegalidade; c) condenar a União na obrigação de fazer consistente em retirar todo o contingente da Força Nacional de Segurança Pública, encaminhado para Prado e Mucuri em virtude da Portaria nº 493/2020, expedida pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública; d) condenar a União na obrigação de se abster de promover o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em qualquer parte do território do Estado da Bahia sem que haja formal e expressa solicitação do Governador do Estado da Bahia.” É o relatório. Passo ao exame preambular atinente à tutela provisória. De saída, constato ser a presente hipótese figurável no rol de competências do STF, com fundamento no art. 102, I, f, da Constituição da República. Isso porque a discussão das hipóteses de emprego da Força Nacional no território



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

do Estados-membros está intimamente ligada à estabilidade do pacto federativo. A esse respeito, cito exemplificativamente excerto da ACO-QO 1.048, de relatoria do Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe 31.10.07: “CONFLITOS FEDERATIVOS E O PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO TRIBUNAL DA FEDERAÇÃO. - A Constituição da República confere, ao Supremo Tribunal Federal, a posição eminente de Tribunal da Federação (CF, art. 102, I, f), atribuindo, a esta Corte, em tal condição institucional, o poder de dirimir as controvérsias, que, ao irromperem no seio do Estado Federal, culminam, perigosamente, por antagonizar as unidades que compõem a Federação. Essa magna função jurídico-institucional da Suprema Corte impõe-lhe o gravíssimo dever de velar pela intangibilidade do vínculo federativo e de zelar pelo equilíbrio harmonioso das relações políticas entre as pessoas estatais que integram a Federação brasileira. A aplicabilidade da norma inscrita no art. 102, I, f, da Constituição estende-se aos litígios cuja potencialidade ofensiva revela-se apta a vulnerar os valores que informam o princípio fundamental que rege, em nosso ordenamento jurídico, o pacto da Federação. Doutrina. Precedentes”. Fixada a competência da Corte, prossigo na análise do pleito de urgência. Constato, em primeiro lugar, a existência do *fumus boni iuris*, entendido como a plausibilidade jurídica do pedido. A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal tem se consolidado ao redor da forte carga argumentativa do princípio da autonomia dos Estados. A definição dos contornos de um federalismo cooperativo pressupõe que os entes federados sejam permanentemente protegidos contra eventuais tendências expansivas dos demais. Durante o julgamento da ADI 6.343/DF, para a qual restei redator do acórdão, pude assentar as premissas que guiam meu raciocínio na matéria: “A expressão democrática do federalismo realiza-se pela estrita adesão às regras constitucionais e, em especial, aos direitos e garantias fundamentais. O federalismo de fato promove maior profusão de normas, mas seja qual for o nível de governo que as promova têm sempre a mesma razão de existir: a concretização ampla dos direitos e liberdades fundamentais.” É suficientemente plausível que a norma inscrita no art. 4º do Decreto 5.289/2004, naquilo em que dispensa a anuência do Governador de Estado no emprego da Força Nacional, viole o princípio da autonomia estadual. O espaço de autorização legal para operações desta natureza, disciplinado pela Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, está afetado à figura de um convênio. Parece ser, portanto, necessária, uma concorrência de vontades para que não se exceda o limite constitucional de proteção do ente federado, na forma do art. 1º da referida Lei: “Art. 1º A União poderá firmar convênio com os Estados e o Distrito Federal para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.” Uma vez que se afigura, no seio da presente ação, a possibilidade violação deste conjunto normativo,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

reúnem-se os requisitos de plausibilidade da demanda autorizadores do deferimento da tutela provisória. De igual modo, constato a existência do periculum in mora, entendido como o risco de que a demora da decisão acarrete perda irreparável aos direitos nela discutidos. Há que se levar em conta a gravidade das alegações. Os enormes riscos para a estabilidade do pacto federativo são ainda acrescidos das circunstâncias materiais da ação, isto é, o exercício dos poderes inerentes à segurança pública e o possível uso da violência. Cumpre lembrar ainda, na esteira das cautelares deferidas na ADPF 635/RJ e na ADPF 709/DF, que o quadro geral de pandemia da COVID-19 exige que a mobilização de contingentes de segurança seja sensivelmente restrita e acompanhada sempre de protocolos sanitários. Ante o exposto, defiro em parte o pedido de liminar ad referendum, determinando à União que retire dos Municípios de Prado e Mucuri, no prazo de até quarenta e oito horas, todo o contingente da Força Nacional de Segurança Pública mobilizado pela Portaria nº 493, de 1º de setembro de 2020. Determino a citação da União, na pessoa do Advogado-Geral, devendo constar do mandado respectivo a cientificação do ente federal a fim de primeiramente declinar interesse na realização de audiência de conciliação entre as partes e, caso não haja interesse, apresentar resposta no prazo de quinze dias, consoante ao previsto no art.335 do CPC. Publique-se. Intime-se. Brasília, 17 de setembro de 2020 Ministro Edson Fachin Relator Documento assinado digitalmente (STF - ACO: 3427 AC 0103116-35.2020.1.00.0000, Relator: EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 17/09/2020, Data de Publicação: 21/09/2020)

6. Em relação aos demais questionamentos esta Coordenação Geral não possui subsídios para contribuir nas respostas, contudo, reitera que a atuação das forças de segurança pública, como há de ser o de qualquer instituição em um Estado Democrático de Direito, deve ser pautada na legalidade. A Constituição Federal de 1988 é a principal referência, no que diz respeito às atribuições de qualquer instituição, e o artigo 144 afirma que a segurança pública é dever do Estado, assim como define a competência e as atribuições dos órgãos policiais, sendo nosso sistema de segurança composto pelos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias e Corpos de Bombeiros Militares e as Polícias Penais.

7. É o que se tem a informar.

PEDRO FERREIRA DA CUNHA NETO

Servidor Mobilizado -

DIAL/CGESP/SENASP



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

RELATÓRIO DE EMPREGO DA FNSP (07 E 08 DE JANEIRO)

Por intermédio do Ofício nº 963/2023/GM/MJ, foi encaminhada cópia do Relatório nº 1/2022/CGOFN/GAB-DFNSP/DFNSP/SENASP (25282236) da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública desta Pasta, nestes termos:

1. FINALIDADE

1.1. O presente relatório tem como finalidade reportar ao escalão superior as atividades realizadas pela Força Nacional de Segurança Pública (Força Nacional) na Esplanada dos Ministérios em Brasília/DF, nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023, por ocasião do acionamento do efetivo para cumprimento da Portaria do Ministro nº 272/2023 (SEI nº 21783528, NUP 08001.000133/2023-82).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. Conforme consta no NUP 08001.000133/2023-82, após o Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública ter sido informado pelo Diretor-Geral da Polícia Federal (PF), o Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, que havia sido constatada pela PF uma série de informações acerca da intensa movimentação de pessoas inconformadas com o resultado das Eleições 2022 e com o novo Governo Federal que tomou posse em 1º de janeiro de 2023, organizadas em caravanas de ônibus para se deslocarem até Brasília/DF, na intenção de “tomar o poder”, de “impedir a instalação do comunismo no Brasil”, sem determinarem, especificamente, quais ações adotariam ao chegar a esta capital federal para atingirem o seu intento, com pretensões hostis e de danos contra os prédios dos Ministérios, do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e, possivelmente, de outros órgãos, dentre outras informações que caracterizaram o grave e iminente risco para a ordem pública da capital federal; incontinentemente, autorizou "o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, para auxiliar na proteção da ordem pública e do patrimônio público e privado entre a Rodoviária de Brasília e a Praça dos Três Poderes, assim como na proteção de outros bens da União situados em Brasília, em caráter episódico e planejado, nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023.", conforme Portaria do Ministro nº 272/2023 (SEI nº 21783528), assinada às 19h11 de 7 de janeiro de 2023.

3. EMPREGO DA FORÇA NACIONAL: EM 07/01/2023



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

3.1. *Antes mesmo da assinatura da Portaria nº 272/2023 (SEI nº 21783528), no sábado (7), conforme determinação recebida, a Força Nacional acionou dois pelotões de Choque, com 28 (vinte e oito) FNs cada: um de serviço guardando o interior do Edifício Sede e Anexos do Ministério da Justiça, e outro pelotão de prontidão aquartelado no Batalhão Escola de Pronto Emprego (BEPE), no Gama/DF. Outros 100 (cem) mobilizados do BEPE foram colocados de sobreaviso para eventual plano de chamada.*

3.2. *O serviço no dia 07/01/2023 transcorreu a partir das 18h00 e se deu sem emprego da tropa em Controle de Distúrbios Cíveis (CDC).*

4. EMPREGO DA FORÇA NACIONAL: EM 08/01/2023

4.1. *Na noite daquele dia, após o acionamento e empenho da tropa, recebemos informalmente, via aplicativo de mensagens instantâneas, a Portaria nº 272/2023 (SEI nº 21783528) em formato pdf e orientações para emprego do efetivo para o dia seguinte. Incontinenti, e diante das informações recebidas quanto ao movimento de populares com intentos hostis, acionamos os seguintes recursos que foram empregados no serviço de 08/01/2023 (domingo):*

4.1.1. Composição do Efetivo:

- I - Pel Chq a 14 FNs a comando do Cap Jonas;*
- II - Pel Chq a 17 FNs a comando do Cap Amarin;*
- III - Pel Chq a 24 FNs a comando do Cap Teolins;*
- IV - Pel Chq a 39 FNs a comando do Ten Henrique;*
- V - Pel Chq da CPR a 30 FNs a comando do Cap Marcos Vinícius;*
- VI - Pel Chq da CPR a 30 FNs a comando do Cap André;*
- VII - Pel Bombeiros a 20 FNs*
- VIII - Equipe de Comando 04 FNs;*
- IX - Equipe do DESUP 08 FNs;*
- X - Equipe do CGM 05 FNs;*
- XI - Equipe da CGPJ 04 FNs;*
- XII - Equipe da SPAC 04 FNs;*
- XIII - Equipe STTI 02 FNs;*
- XIV - Equipe de apoio do BEPE 05 FNs;*
- XV - Equipe APH-Tático 08 FNs;*
- TOTAL: 214 FNs.**

4.1.2. Viaturas empregadas:



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

I - 1 Ônibus HD;

II - 1 Ambulância;

III - 3 micro-ônibus;

IV - 2 Vans Furgão;

V - 17 Caminhonetes;

TOTAL: 24 viaturas.

4.1.3. Monitoramento Aéreo: 2 VANTs (Veículo Aéreo Não Tripulado)

4.2. Em razão de manifestações populares e ações violentas de manifestantes, com dano ao patrimônio público e atos delitivos, na Praça dos Três Poderes e na Esplanada dos Ministérios em Brasília / DF, com invasão e depredação do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, a Força Nacional prontamente atuou em apoio à Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Polícia Legislativa, em ações de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

*4.3. Desde o início do dia, empenhamos um pelotão de choque no interior do Edifício Sede do Ministério da Justiça. Com efeito, **não houve qualquer dano aos prédios e patrimônios do MJSP.***

4.4. Quatro pelotões de choque permaneceram a todo momento no estacionamento em frente ao Anexo I do MJSP, impedindo acesso não autorizado de pessoas e contendo populares. Nesse mesmo perímetro, à retaguarda das equipes de choque, permaneceram as equipes de APH-Tático com ambulância e os ônibus de transporte de tropa.

4.5. Diante da gravidade dos acontecimentos, dois pelotões da Companhia de Pronto Resposta (CPR) foram imediatamente deslocados para a Praça dos Três Poderes para auxiliar na retirada de invasores e repelir a turba. Foram empregadas técnicas e táticas de CDC no perímetro da Praça dos Três Poderes, avançando pela N1 (Esplanada dos Ministérios) em direção à rodoviária, repelindo a turba e reestabelecendo o controle e o isolamento do perímetro., juntamente com os demais órgãos envolvidos.

4.6. Registros fotográficos do dia ao final deste relatório.

5. OCORRÊNCIAS

*5.1. Mobilizado ferido **Cap PMPE André**. Dos fatos: Mobilizado encontrava-se de serviço para desobstrução de aglomeração de pessoas na Esplanada dos Ministérios na data de 8 de janeiro de 2023, quando foi atingido por uma pedra na mão esquerda vindo a causar lesão. Encaminhado ao hospital de base e após Raio-X constatou-se que não há fraturas somente um corte. Feito sutura no local lesionado sem maiores gravidades. Mobilizado depois de*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

medicado foi feito apoio até a residência do mesmo.

[foto do ferimento]

*5.1.0.1. Mobilizado ferido **SGT BMMA M. Pereira**. Dos fatos: Mobilizado encontrava-se de serviço para desobstrução de aglomeração nas Esplanada dos Ministérios na data de 8 de janeiro de 2023, quando foi atingido por uma pedrada pois fazia parte do pelotão de choque que desobstruía aglomerado de pessoas na manifestação sendo atingido por pedras no altura do ombro esquerdo e tornozelo direito sendo encaminhado ao hospital Santa Lúcia Norte para atendimento. Que realizado Raio-X das lesões e não houve fraturas somente torção. Após medicação foi conduzido a residência com apoio da equipe de serviço da SSOP.*

[foto do ferimento]

5.1.1. Ocorrências

5.1.1.1. Não foram registrados danos ao patrimônio público na União nos prédios guarnecidos Pela Força Nacional, sendo eles o Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública e seus a nexos.

5.2. Armamento / Equipamento

5.2.1. Pistola Cal.40 ou Cal.9mm para cada componente.

5.2.2. Ao menos um Instrumento de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) por guarnição, conforme o caso: arma de condutividade elétrica; espargidor; munição de impacto controlado; bastão policial.

5.2.3. Armamento específico de Pelotão de Choque: Espingarda Calibre .12; Lançador AM 600; Bornal com granadas variadas para CDC; EPI para todos os integrantes do Pelotão; Escudos e Coletes balísticos.

6. EMPREGO DA FORÇA NACIONAL: EM 08/01/2023

6.1. Para a corrente data, estamos com três pelotões de CDC de prontidão no Ministério da Justiça, totalizando o empenho de 90 (noventa) mobilizados para emprego imediato a qualquer momento, se necessário for.

7. CONCLUSÃO

7.1. A Força Nacional prontamente acionou e empregou seu efetivo assim que demandada pelos escalões superiores, fazendo cumprir com rigor as determinações e orientações que lhe foram passadas e repassadas.

7.2. Todo o emprego e as ações da Força Nacional e de seus integrantes tem como premissa e fundamento a proteção no que tange a segurança pública em sua preservação e restauração, protegendo vidas e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, na forma da lei, não tendo sido diferente nesta missão. Respeitou-se os princípios da legalidade, proporcionalidade, progressividade,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

necessidade e seletividade, sob a égide da dignidade da pessoa humana, ética, disciplina e profissionalismo, vigilante da missão constitucional, do estrito cumprimento do dever legal, do exercício regular do direito, da legítima defesa e do poder de polícia.

7.3. A atuação conjunta e integrada com as demais forças de segurança pública participantes da operação foi, e é, basilar essencial para o cumprimento da missão, tendo sido buscada incansavelmente pelos envolvidos na operação, para o bom desempenho das atividades e o sucesso da missão.

7.4. Como saldo final, lamentavelmente tivemos dois mobilizados feridos por agressores não identificados. Todavia, a abnegação e o comprometimento incansável do efetivo contribuíram e desencadearam na retomada do perímetro e no reestabelecimento da ordem. Ademais, cumpre gizar que onde estivemos por tempo integral, nos prédios do Ministério da Justiça e Segurança Pública, não se registrou qualquer dano, mesmo diante de volumosa e hostil turba tão próxima do perímetro.

É o relatório.

À consideração superior.

Local e Data.

IVAIR MATOS SANTOS

Diretor da Força Nacional de Segurança Pública - Em Exercício

MANIFESTAÇÃO DO MJSP (OFÍCIO Nº 1735/2023/GM)

Senhor Presidente,

1. Em face de debate nessa Comissão sobre a necessidade de anuência para a atuação da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, no dia 8 de janeiro de 2023, passamos a expor fatos e apresentar documentos para sanar os questionamentos levantados por alguns parlamentares dessa Comissão.

*2. A competência constitucional para o policiamento ostensivo da Esplanada dos Ministérios é da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF. **Destaca-se que as sedes dos Poderes têm seu próprio sistema de segurança, sendo que nenhum é vinculado ou subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.***

3. A anuência da unidade federada para a atuação da Força Nacional foi estabelecida como requisito na Ação Cível Originária 3.427, datada de 27 de setembro de 2020 - ACO 3.427-BA (22463660). Na ocasião, a Suprema Corte decidiu que a dispensa da anuência do Governador de Estado no emprego da



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Força Nacional, viola o princípio da autonomia estadual. Dito isso, a interpretação obrigatória do art. 4º do Decreto 5.289/2004, foi fixada, com vistas a garantir o consenso dos entes federados na mobilização da Força Nacional, evitando-se uma "intervenção federal" sem o devido processo legal, por cima do Estado Federado, detentor da competência por intermédio da sua Polícia Militar.

4. Além disso, em reunião com a Secretaria de Segurança Pública do DF, que ocorreu no dia 7 de janeiro de 2023, ficou acordado que a Força Nacional de Segurança Pública atuaria na segurança do Palácio da Justiça e na sede da Polícia Federal. As demais ruas seriam cobertas pelas Forças de Segurança locais. Na mesma data, após o recebimento do Ofício nº 7/2023/GAB/PF (21782989), da Polícia Federal, que sugeriu o emprego da Força Nacional de Segurança Pública, notadamente para garantia da ordem pública e do patrimônio público e privado, foi editada a Portaria nº 272, de 7 de janeiro de 2023 (21782910), autorizando o auxílio, em regime de colaboração, o que foi comunicado ao Governo do Distrito Federal, conforme Ofício nº 49/2023/GM (21782990). No entanto, recebemos apenas no dia 8 de janeiro, às 17h29, a anuência do Governador do DF para o emprego da Força Nacional, conforme Ofício nº 6/2023 - GAG/GAB (21783494).

5. Com a decisão da intervenção federal elaborada por este signatário, foi possível à Força Nacional atuar de forma integrada e colaborativa com a Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o mandamento legal. Ou seja, a intervenção federal tornou dispensável a anuência, pois se estabeleceu uma unidade de comando sobre a Segurança Pública, com a derrogação da autonomia federativa, neste caso com amparo na Constituição Federal.

6. Informo ainda, que, em Requerimento de Informação do deputado Ivan Valente (25338017), do ano de 2021, que questiona o então Ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres, sobre o emprego da Força Nacional sem anuência de governadores, foi inserida na resposta do Ministro a Informação nº 105/2021/DIAL/CGESP/SENASP (15979399), que se apoia na decisão do STF acima citada ACO 3.427-BA (22463660).

7. Dito isso, reitero que jamais poderia cometer abuso de autoridade confrontando uma decisão do STF. Como se constata, a reação à tentativa de golpe no dia 8 de janeiro de 2023 partiu do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme os fatos e documentos, sendo absolutamente fantasiosa e esdrúxula a menção à "omissão". Em vez disso, todas as providências cabíveis, no âmbito das competências legais, foram tempestivamente adotadas, à luz do sistema constitucional pátrio, que não permite que o Governo Federal invada uma atribuição de ente federado, no caso prover segurança em vias públicas do Distrito Federal.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Atenciosamente,

FLÁVIO DINO

PORTARIA MJSP Nº 272, DE 7 DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública para auxiliar na proteção da ordem pública e do patrimônio público e privado entre a Rodoviária de Brasília e a Praça dos Três Poderes, assim como na proteção de outros bens da União situados em Brasília.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, a Portaria MJ nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, e o contido no Processo Administrativo nº 08001.000133/2023-82, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, para auxiliar na proteção da ordem pública e do patrimônio público e privado entre a Rodoviária de Brasília e a Praça dos Três Poderes, assim como na proteção de outros bens da União situados em Brasília, em caráter episódico e planejado, nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 2023.

Art. 22 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO DINO



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

EXPEDIENTE SENASP - EFETIVO DA FORÇA NACIONAL

À SUA SENHORIA O SENHOR

LEANDRO AUGUSTO DE ARAÚJO CUNHA TEIXEIRA BUENO

Coordenador de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Secretaria Geral da Mesa - Senado Federal

Senhor Coordenador,

Cumprimentando a V. Sa. e em atenção aos requerimentos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 08 de janeiro, do Congresso Nacional de números 783/2023-CPMI8; 505/2023-CPMI8; 336/2023-CPMI8; 178/2023-CPMI8; 76/2023-CPMI8; 180/2023-CPMI8 e 350/2023-CPMI8 (Ofícios 164/2023, 130/2023, 99/2023, 55/2023, 34/2023, 60/2023 e 106/2023, todos da CPMI8 e de 14.06.2023), encaminho as respectivas informações prestadas pela Diretoria da Força Nacional, do seguinte teor:

Efetivo total da Força Nacional no Distrito Federal

01 de janeiro de 2023:

445 mobilizados

112 mobilizados foram acionados para permanecer em condições de pronto emprego.

16 mobilizados – apoio à PRF no serviço de escolta e batedor

Efetivo total da Força Nacional no Distrito Federal

07 E 08 de janeiro de 2023:

496 mobilizados



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Efetivo empregado da Força Nacional no Distrito Federal

07 de janeiro de 2023:

111 mobilizados - Em diversas atividades da Força Nacional (02 pelotões de choque, com 28 policiais cada + 50 policiais em atividade de apoio)

100 mobilizados do BEPE colocados de sobreaviso para eventual plano de chamada e acionamento

Efetivo empregado da Força Nacional no Distrito Federal

08 de janeiro de 2023:

296 mobilizados

214 na Esplanada

82 em atividades de suporte e apoio

Registre-se que a Portaria editada para a convocação da Força Nacional foi a Portaria de nº 272/2023, do Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, na noite do dia 07 de janeiro de 2023.

Acresce que respondia pela Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, na condição de substituto, o Delegado Ivair Matos Santos, sendo o Comandante do Batalhão de Pronto Emprego da Força Nacional, o Cel RR PMPA Sandro Augusto de Sales Queiroz.

No que diz respeito a relatórios de inteligência, registre-se que os mesmos se encontram em Inquéritos policiais em curso no Supremo Tribunal Federal, de Relatoria do eminente Ministro Alexandre de Moraes, tramitando em caráter sigiloso, consoante a dicção do Art. 20 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941) e, portanto, SMJ, competindo àquele Juízo autorizar o seu compartilhamento.

Tal entendimento tem sido manifestado pelo Supremo Tribunal Federal, de que é exemplo decisão da eminente Ministra Rosa Weber que tem recusado compartilhamento de provas em processos em que há diligências em curso, mesmo em casos em que não há sigilo (Ofício nº 824/PRESI/2023,



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

de 22.06.2023, acerca dos requerimentos dessa CPMI- 8 de janeiro, 212,213,214,215,216,217,218 e 219/2023).

Atenciosamente,

Lucas Monteiro Liausu Cavalcanti

Chefe de Gabinete

Secretaria Nacional de Segurança Pública

IMAGENS DO MJSP (COMPLEMENTO)

Por intermédio do Ofício nº 1550/2023/SE/MJ, novas imagens foram encaminhadas, nestes termos:

1. *Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao Ofício nº 339/2023 - CPMI8 (25037216), no qual Vossa Excelência solicita remessa, à CPMI, das imagens das câmeras de segurança do Palácio da Justiça registradas no dia 8 de janeiro de 2023.*

2. *Nesse contexto, após consulta ao Exmo. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, relator do Inquérito nº 4.927/DF, por meio do Ofício nº 1569/2023/GM (25037220), esta Pasta recebeu a Decisão (25037212), que autorizou o compartilhamento das imagens com a CPMI, nos seguintes termos:*

"(..) Diante do exposto, AUTORIZO AO MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA o envio e compartilhamento das imagens do dia 08/01/2023, tanto do circuito interno quanto externo de segurança do Palácio da Justiça, com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nos termos do requerimento formulado ."

3. *Inicialmente, rememora-se que, em 09 de agosto de 2023, com vistas a atender plenamente ao Ofício nº 339/2023 - CPMI, oriundo do Deputado Federal e Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI dos Atos de 8 de janeiro, a Polícia Federal remeteu o Ofício nº 210/2023/GILP/CINQ/CGRC/DICOR/PF, à CPMI contendo a mídia*



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

digital do tipo pendrive, da marca ADATA, de capacidade 64GB, número de série 121764250AG640, lacrado em envelope de segurança de número 80001598406 disco rígido, contendo as imagens das câmeras de segurança do Palácio da Justiça.

4. Em seguida, a referida mídia digital foi recebida ainda em 09 de agosto do corrente ano, às 17h35, na CPMI, conforme consta de recebimento registrado no Ofício da PF.

5. Informa-se que, após dúvidas dessa CPMI, foi realizada análise das imagens enviadas pela Polícia Federal e, assim, a área técnica detectou que havia registros adicionais em relação ao que constava do Inquérito Policial na Polícia Federal, os quais estão consolidados no backup anexo, disponibilizado à CPMI na presente data, com o fito de complementar o atendimento aos Requerimentos mencionados.

Ao ensejo, permita-me anotar que esta Secretaria-Executiva permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

RICARDO CAPPELLI¹³⁴

Secretário-Executivo

Por intermédio do Ofício nº 1578/2023/SE/MJ, foram complementadas as informações anteriores, nestes termos:

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao Ofício nº 339/2023 – CPMI8 (25037216), no qual Vossa Excelência solicita remessa, à CPMI, das imagens das câmeras de segurança do Palácio da Justiça registradas no dia 8 de janeiro de 2023.

2. Nesse contexto, em complementação ao OFÍCIO Nº 1550/2023/SE/MJ (25315035), desta Secretaria-Executiva, informamos:

I - O termo de referência do contrato da empresa responsável pelas câmeras de segurança, firmado em 01/11/2018, estabelece que as imagens devem ser armazenadas por 30 dias. Desde então, estabeleceu-se durante todos os anos posteriores a prática do mercado, ou seja, ocorre automaticamente o processo de gravação.

II - As imagens encaminhadas à CPMI até o dia 30 de agosto referem-se aos registros considerados, pelas autoridades competentes, importantes para

¹³⁴ Documento assinado eletronicamente por Ricardo Garcia Cappelli, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 30/08/2023, às 19:03



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

instrução dos inquéritos, e que foram, portanto, preservados.

III - Assim, em face do processo de regravação, com amparo contratual, apenas as imagens de inquéritos foram preservadas e enviadas a essa CPMI.

3. Ao ensejo, permita-me anotar que esta Secretaria-Executiva permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

RICARDO CAPPELLI¹³⁵

Secretário-Executivo

DECISÃO - MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES

Trata-se de Ofício nº 1569/2023/GM, assinado pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, que, fazendo referência ao Ofício nº 339/2023-CPMI8, requer autorização para o compartilhamento, com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, das imagens das câmeras de segurança do Palácio da Justiça registradas no dia 8 de janeiro de 2023.

É o relatório.

*Em decisão de 8/01/2023, para elucidação das responsabilidades criminais dos envolvidos nos crimes objeto desta investigação, foi necessária a vinda aos autos de **TODAS AS IMAGENS** que auxiliem na identificação dos responsáveis.*

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, consagrou expressamente o princípio da publicidade como um dos vetores imprescindíveis à Administração Pública, conferindo-lhe absoluta prioridade na gestão administrativa e garantindo pleno acesso às informações a toda a Sociedade, conforme destaquei no julgamento unânime por esta SUPREMA CORTE, em 15-03-2021, das ADPFs 690, 691 e 692, todas de minha relatoria, em especial àquelas necessárias à tutela jurisdicional dos direitos fundamentais.

O art. 21 da Lei nº 12.527/2011 bem especifica a não aplicabilidade de sigilo nessas hipóteses:

Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos

¹³⁵ Documento assinado eletronicamente por Ricardo Garcia Cappelli, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 31/08/2023, às 07:27



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Nesse sentido, como bem destacado pelo sempre decano desta SUPREMA CORTE, Ministro CELSO DE MELLO, na decisão proferida em 22/05/2020, no Inq. 4831/DF:

“Ao dessacralizar o mistério e o segredo, a Assembleia Constituinte restaurou velho dogma republicano e expôs o Estado, em plenitude, ao princípio democrático da publicidade, convertido, em sua expressão concreta, em fator de legitimação das decisões, das práticas e dos atos governamentais, tornando possível a caracterização da ordem democrática como um regime do poder visível, ou, na lição expressiva de BOBBIO (“op. cit.”, p. 86), como “um modelo ideal do governo público em público”.

A fundamentalidade político-jurídica desse princípio – que traduz uma das projeções caracterizadoras do próprio regime democrático – adquiriu expressão concreta, no plano da legislação ordinária, com o advento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que erigiu os postulados da transparência administrativa (art. 3º, inciso I) e do controle social da administração pública (art. 3º, inciso V) como diretrizes essenciais à plena eficácia do direito fundamental de acesso à informação (CF, art. 5º, inciso XXXIII, c/c o art. 37, § 3º, inciso II, e o art. 216, § 2º).

Disso decorre que se consagrou, de uma vez por todas, no domínio infraconstitucional, aquilo que já se achava explícito na Carta Política de 1988, que proclama, de um lado, a transparência e o dogma do poder visível como regra geral e prevalente e qualifica, de outro, a cláusula de sigilo com a nota de absoluta excepcionalidade.

Cabe destacar, bem por isso, que a Lei nº 12.527/2011, ao definir, em caráter exaustivo, as hipóteses em que se poderá legitimamente negar acesso à informação em posse do Estado, objetivou restringir, validamente, o conhecimento de tal dado informativo, em ordem a limitá-lo, tão somente, a determinados agentes estatais que atuam na intimidade do Poder, desde que se observe, no entanto, o procedimento instituído pelo diploma normativo em questão”.

À consagração constitucional de publicidade e transparência corresponde a obrigatoriedade de o Estado fornecer as informações necessárias à Sociedade.

O acesso às informações consubstancia-se em verdadeira garantia instrumental ao pleno exercício do princípio democrático, que abrange “debater assuntos públicos de forma irrestrita, robusta e aberta” (Cantwell v. Connecticut, 310, U.S. 296, 310 (1940), quoted 376 U.S. At 271-72), de maneira a garantir a necessária fiscalização dos órgãos governamentais, que somente se torna efetivamente possível com a garantia de publicidade e transparência.



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Assim, salvo em situações excepcionais – como por exemplo, importantes diligências em andamento – , a Administração Pública tem o dever de absoluta transparência na condução dos negócios públicos, sob pena de desrespeito aos artigos 37, caput, e 5º, incisos XXXIII e LXXII, pois, como destacado pelo Ministro CELSO DE MELLO, “o modelo político-jurídico, plasmado na nova ordem constitucional, rejeita o poder que oculta e o poder que se oculta” (Pleno, RHD 22/DF, DJ 1/9/1995).

Na presente hipótese, não está caracterizada qualquer excepcionalidade que vede a cessão e compartilhamento de imagens à CPMI, que deverá analisar a eventual publicização ou manutenção do sigilo em virtude das diligências em andamento.

Diante do exposto, AUTORIZO AO MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA o envio e compartilhamento das imagens do dia 08/01/2023, tanto do circuito interno quanto externo de segurança do Palácio da Justiça, com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nos termos do requerimento formulado.

Autorizo, ainda, o fornecimento das imagens diretamente pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Oficie-se os Exmos. Presidente da CPMI e Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

ATRIBUA-SE A ESTE DESPACHO FORÇA DE OFÍCIO.

Cumpra-se.

Brasília, 7 de agosto de 2023.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

DEPOIMENTOS ANALISADOS/SINTETIZADOS

AUGUSTO HELENO RIBEIRO PEREIRA

Segue uma síntese de alguns trechos do depoimento do General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-Ministro Chefe do GSI:

O General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

compareceu perante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito como testemunha para abordar eventos relacionados ao seu período como Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e alegações recentes. Ele possui uma longa carreira militar de 45 anos, destacando-se por suas funções e missões nacionais e internacionais, incluindo o comando da Missão de Paz da ONU no Haiti.

O General esclareceu que sua participação na CPMI se refere a eventos ocorridos no Brasil durante o segundo turno das eleições presidenciais, em 30 de outubro de 2022, e manifestações em Brasília em dezembro de 2022 e janeiro de 2023. Ele enfatizou que o GSI não teve missões extraordinárias durante as eleições e que não estava envolvido nos eventos mencionados.

Sobre a transição do GSI para o novo governo, ele afirmou que houve uma transição bem realizada, com total transparência, abertura e informações compartilhadas com a nova equipe. O General Heleno destacou que não promoveu política ou assuntos eleitorais com seus subordinados e que o GSI é uma instituição de Estado.

Ele também negou envolvimento nos eventos de invasão à sede da Polícia Federal e vandalismo em Brasília, afirmando que tomou conhecimento por meio da TV após sua saída do cargo e que esses eventos não contaram com sua participação.

O General Heleno também comentou sobre o acampamento



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

em frente ao Quartel-General do Exército, esclarecendo que não esteve envolvido e que sempre considerou as manifestações como pacíficas e políticas, não representando uma ameaça à segurança institucional.

Ele refutou a alegação de politização do GSI feita pelo atual Ministro do GSI, afirmando que o GSI é uma instituição de Estado e que sua caracterização como politizada é infundada.

Em seu discurso, o General Heleno procurou esclarecer seu papel e seu envolvimento nos eventos mencionados, enfatizando sua postura ética e profissional durante sua gestão no GSI e sua não participação nas questões político-eleitorais. Ele agradeceu a oportunidade de prestar esclarecimentos e encerrou sua fala agradecendo aos presentes na comissão.

Seguem alguns trechos das inquirições realizadas:

O Senador Izalci Lucas questionou o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira sobre a gestão do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) durante seu mandato. O senador perguntou se 11 alertas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) deveriam ter sido suficientes para tomar medidas preventivas em relação às manifestações de 8 de janeiro, que resultaram em invasões no Palácio do Planalto. O General Heleno concordou que, se ele estivesse no comando, teria tomado medidas diante de tais alertas.

O senador também perguntou sobre a atribuição de responsabilidade aos subordinados do General Heleno em relação aos eventos de 8 de janeiro. O General Heleno afirmou que dois membros do GSI que se manifestaram em redes sociais sem seu conhecimento foram desligados e devolvidos aos seus órgãos de origem.

O senador Eduardo Girão fez uma série de perguntas ao General Augusto Heleno Ribeiro Pereira sobre o emprego da Força Nacional de Segurança em abril de 2019 para proteger prédios federais na Esplanada dos Ministérios. Ele questionou se o Ministro-Chefe do GSI tinha competência para autorizar o emprego da Força Nacional e se era necessário obter autorização do



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Governador do Distrito Federal. O General confirmou que o Ministro da Justiça tinha essa competência e que não era necessário obter autorização do Governador.

O senador também perguntou se, no dia 8 de janeiro de 2023, a Força Nacional deveria ter sido acionada para proteger os prédios públicos federais. O General Heleno se absteve de dar uma opinião sobre o assunto, alegando ser testemunha e não estar apto a fazer julgamentos.

Em seguida, o senador exibiu um vídeo que mostrava o Diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, comunicando suas preocupações sobre possíveis atos de violência em Brasília e questionou por que ele não havia ligado para o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, mais cedo. O senador também questionou por que Rodrigues não tinha sido convocado para depor na CPI.

O Delegado Ramagem iniciou sua interpelação ao General Augusto Heleno Ribeiro Pereira com elogios à impressionante carreira e competência do General, destacando seu extenso currículo militar e acadêmico. Ele enfatizou que o General não estava sob investigação na CPI e deixou claro que o General não estava envolvido nos eventos de 8 de janeiro de 2023.

O Delegado questionou o General sobre a possibilidade de uma ruptura constitucional após o término do mandato do ex-Presidente Jair Bolsonaro em janeiro de 2023, destacando que o Presidente nunca demonstrou intenções de desrespeitar a Constituição. O General respondeu enfaticamente que essa especulação não tinha fundamento e que o Presidente Bolsonaro sempre enfatizou seu compromisso em respeitar a Constituição.

O Delegado também fez uma comparação entre a manifestação ocorrida em 7 de setembro de 2022 e 2021, quando mais de um milhão de pessoas estiveram presentes na Esplanada dos Ministérios, sem incidentes significativos, e os eventos de 8 de janeiro de 2023, que envolveram um número muito menor de pessoas e resultaram em distúrbios. O General confirmou que não houve danos a prédios públicos nas manifestações de setembro, contrastando com os eventos de janeiro.

Quando questionado sobre sua definição de um golpe de Estado e se os eventos de 8 de janeiro se encaixariam nessa definição, o General enfatizou que um golpe de Estado requer liderança e tropas para impor uma decisão ao país, elementos que claramente faltavam nos eventos de janeiro.

O Delegado também abordou a transição de governo entre os mandatos do ex-Presidente Bolsonaro e seu sucessor e a disponibilidade de indicações do General G. Dias para cargos no GSI, enfatizando que as escolhas eram baseadas em competência e não em afiliações políticas.

Por fim, o Delegado Ramagem questionou o General sobre como ele lidava



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

com informações de ameaças e se o ex-Presidente Bolsonaro seria informado sobre tais ameaças, destacando a responsabilidade do GSI em fornecer informações precisas ao Presidente. O General reiterou que era sua obrigação fornecer informações ao Presidente e que havia um processo para avaliar a credibilidade das informações antes de serem transmitidas.

O Senador Marcos Rogério iniciou sua intervenção no depoimento do General Augusto Heleno Ribeiro Pereira na CPI com elogios à firmeza e serenidade do General durante o depoimento. Ele não fez perguntas diretas ao General, mas fez uma série de observações críticas.

O senador expressou sua opinião de que os governistas na CPI estavam tentando desviar o foco e criar narrativas, enquanto apontava para uma suposta omissão, destruição de provas e investigação viciada na CPI. Ele questionou por que o Palácio do Planalto impôs sigilo às imagens da invasão, insinuando que isso poderia ocultar um plano de facilitação da invasão e a presença do General G. Dias entre os manifestantes.

O Senador também acusou o General G. Dias de não acionar o Plano Escudo e de descartar o uso de 5 mil homens à disposição do Planalto, incluindo o efetivo do Batalhão da Guarda Presidencial, Polícia do Exército e 1º Regimento de Cavalaria de Guardas do Exército. Ele argumentou que o General G. Dias deveria ter tomado medidas para evitar a invasão e que sua omissão foi criminoso.

O Senador mencionou que o General G. Dias teria adulterado documentos e destruído evidências de provas de conversas pré e pós-8 de janeiro, o que, segundo ele, constituía crime. Ele também acusou os governistas na CPI de protegerem o General G. Dias em vez de responsabilizá-lo por sua omissão.

O Senador enfatizou que havia 5 mil homens à disposição para proteger o Palácio do Planalto, mas apenas um pelotão foi chamado, apesar das informações de inteligência que apontavam para os eventos de 8 de janeiro. Ele argumentou que a escolha de não agir foi uma omissão clara e evidente.

Além disso, o Senador criticou a narrativa de tentativa de golpe, alegando que não havia armas, líderes ou tropas envolvidas e que a narrativa do golpe se baseava em discursos vazios. Ele concluiu lamentando a falta de progresso na investigação da CPI e sugerindo que o 8 de janeiro foi um "golpe das narrativas".

Em resumo, o Senador Marcos Rogério fez várias acusações e críticas à conduta do General G. Dias e à condução da CPI, enfatizando a suposta omissão e a falta de ação adequada por parte das autoridades responsáveis pela segurança durante os eventos de 8 de janeiro de 2023.

O Senador Esperidião Amin saudou o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira durante a audiência da CPI, reconhecendo sua paciência. Ele



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

mencionou que o senador Magno Malta havia recomendado a leitura do Sermão da Montanha como forma de conforto.

O senador prosseguiu fazendo referência ao atual Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, o General Amaro, destacando sua postura ética ao afirmar que, pessoalmente, chamaria reforços em caso de possibilidade de manifestação violenta em um protesto bolsonarista. Esperidião Amin questionou por que o General Gonçalves Dias, que o sucedeu no cargo, não respondeu à mesma pergunta de forma clara e ética, apontando para a omissão de mensagens relacionadas a eventos de 8 de janeiro que foram omitidas no relatório do GSI elaborado pela Abin.

O senador mencionou que tanto a Polícia Federal quanto a Força Nacional haviam advertido o Ministro do GSI sobre possíveis problemas no dia 8 de janeiro. Ele argumentou que evidências de omissões estavam se acumulando, criando um "armário" onde os esqueletos da omissão estavam sendo guardados.

Esperidião Amin também citou o artigo 301 do Código de Processo Penal, destacando que ninguém, nem mesmo as autoridades, pode se omitir diante de um delito. Ele argumentou que, do ponto de vista legal, as omissões objetivas eram evidentes e que ignorá-las não era apropriado.

O senador expressou sua inclinação para acreditar que as autoridades deixaram acontecer os eventos de 8 de janeiro sob um slogan de "Deixe eles entrarem, que eles vão se arrebentar". Ele concluiu afirmando que a realidade eventualmente afloraria e que o tempo revelaria a verdade por trás dos eventos.

No final de seu discurso, Esperidião Amin reiterou seu respeito pelo General Augusto Heleno Ribeiro Pereira por seus 45 anos de serviço ao Exército Brasileiro.

O Senador Sergio Moro elogiou o General Augusto Heleno Ribeiro Pereira e lamentou os ataques que ele havia sofrido. Moro destacou a importância de tratar com respeito todos os depoentes, independentemente de sua culpa ou inocência, enfatizando a impressionante folha de serviços do General nas Forças Armadas.

O ex-ministro fez uma série de perguntas diretas ao General Augusto Heleno, buscando esclarecer detalhes de sua gestão no Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Ele mencionou portarias que autorizaram o emprego da Força Nacional de Segurança Pública para proteger prédios públicos federais em Brasília, enfatizando que tais solicitações não dependiam da autorização do Governador do Distrito Federal.

Moro ressaltou que não havia evidências que ligassem o General Augusto Heleno aos eventos de 8 de janeiro, enfatizando que os Ministros do GSI nomeados pelo governo Lula, como o General Gonçalves Dias, e o Ministro



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, que tinham o poder de acionar o Batalhão da Guarda Presidencial e a Força Nacional de Segurança Pública, não o fizeram. Ele questionou por que esses ministros se omitiram e esconderam relatórios de inteligência.

Em suas respostas, o General Augusto Heleno confirmou que havia solicitado a atuação da Força Nacional de Segurança Pública para proteger prédios públicos federais durante sua gestão no GSI. Ele explicou que essas solicitações eram uma medida de prevenção, visando evitar possíveis episódios de violência ou destruição do patrimônio público durante manifestações em Brasília.

Moro também questionou o General sobre a necessidade de aguardar autorização do Governador do Distrito Federal para acionar as forças de segurança federais em situações de emergência. O General Augusto Heleno respondeu que nunca considerou essa exigência em suas ações e enfatizou que medidas urgentes deveriam ser tomadas para proteger prédios e a população.

Em resumo, as perguntas de Moro e as respostas do General Augusto Heleno destacaram a atuação do GSI na proteção de prédios públicos federais e enfatizaram a necessidade de ações imediatas em situações de emergência, independentemente da autorização do Governador do Distrito Federal. Também ficou claro que não havia evidências de envolvimento do General nos eventos de 8 de janeiro.

PERÍCIAS BANCÁRIAS

Segue quadro sintético das movimentações bancárias dos “alvos” da CPMI8, notadamente daqueles pertencentes ao “Núcleo Conexo”:

Alvos CPMI8 (Tipos de Lançamento)	C	D	Total Geral
Antonio Ramirez Lorenzo	R\$ 3.776.328,21	-R\$ 3.809.851,67	-R\$ 33.523,46
Ações		-R\$ 7.413,41	-R\$ 7.413,41
Aplicação		-R\$ 431.883,52	-R\$ 431.883,52
Cheque Compensado		-R\$ 46.673,00	-R\$ 46.673,00
Depósito em Cheque	R\$ 221.903,46		R\$ 221.903,46
Devolução de Cheque	R\$ 2.834,00		R\$ 2.834,00
Devolução de Cheque Depositado		-R\$ 19.028,36	-R\$ 19.028,36
Dividendos	R\$ 262,97		R\$ 262,97



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Alvos CPMI8 (Tipos de Lançamento)	C	D	Total Geral
Encargo		-R\$ 34.508,59	-R\$ 34.508,59
Estorno	R\$ 38.709,17	-R\$ 4.874,60	R\$ 33.834,57
IOF		-R\$ 2.390,79	-R\$ 2.390,79
Lançamento Avisado	R\$ 274.136,26	-R\$ 426.551,15	-R\$ 152.414,89
Líquido de Cobrança	R\$ 495,00		R\$ 495,00
Pagamento de Fornecedor	R\$ 149.236,07		R\$ 149.236,07
Pagamento Fornecedor		-R\$ 1.457.800,61	-R\$ 1.457.800,61
Pagamento Salarial	R\$ 56.976,58		R\$ 56.976,58
Pagamentos Diversos	R\$ 7.152,49		R\$ 7.152,49
Resgate de Aplicação	R\$ 546.081,82		R\$ 546.081,82
Saque Eletrônico		-R\$ 7.229,30	-R\$ 7.229,30
Tarifa		-R\$ 2.333,00	-R\$ 2.333,00
Transação em espécie	R\$ 8.111,00	-R\$ 90,00	R\$ 8.021,00
Transferência entre Contas	R\$ 274.168,76	-R\$ 233.049,38	R\$ 41.119,38
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 2.196.260,63	-R\$ 1.136.025,96	R\$ 1.060.234,67
Cedro do Libano Comércio de Madeiras e Materiais para Construção LTDA	R\$ 28.641.806,07	-R\$ 28.596.494,23	R\$ 45.311,84
Aplicação		-R\$ 7.351.101,39	-R\$ 7.351.101,39
Cheque Compensado		-R\$ 5.144.264,12	-R\$ 5.144.264,12
Depósito em Cheque	R\$ 364.851,76		R\$ 364.851,76
Devolução de Cheque	R\$ 145.839,70		R\$ 145.839,70
Devolução de Cheque Depositado		-R\$ 46.740,00	-R\$ 46.740,00
Empréstimo/Financiamento	R\$ 894.778,32	-R\$ 797.105,61	R\$ 97.672,71
Encargo		-R\$ 7.625,59	-R\$ 7.625,59
Estorno	R\$ 37.968,00		R\$ 37.968,00
IOF		-R\$ 2.404,48	-R\$ 2.404,48
Lançamento Avisado	R\$ 4.933.737,61	-R\$ 417.126,77	R\$ 4.516.610,84
Líquido de Cobrança	R\$ 1.229.806,87		R\$ 1.229.806,87
Pagamento de Fornecedor	R\$ 670.480,29		R\$ 670.480,29
Pagamento Fornecedor		-R\$ 7.158.962,15	-R\$ 7.158.962,15
Pagamentos Diversos	R\$ 324,38		R\$ 324,38
Resgate de Aplicação	R\$ 7.212.594,17		R\$ 7.212.594,17
Saque Eletrônico		-R\$ 2.538,98	-R\$ 2.538,98
Tarifa		-R\$ 35.524,00	-R\$ 35.524,00
Transação em espécie	R\$ 50.862,00	-R\$ 4.740,00	R\$ 46.122,00
Transferência entre Contas	R\$ 5.489.843,01	-R\$ 5.108.831,75	R\$ 381.011,26
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 7.610.719,96	-R\$ 2.519.529,39	R\$ 5.091.190,57
COMBAT ARMOR DEFENSE DO BRASIL - EIRELI	R\$ 136.361.668,02	-R\$ 136.650.294,95	-R\$ 288.626,93



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Alvos CPMI8 (Tipos de Lançamento)	C	D	Total Geral
Aplicação		-R\$ 33.563.987,70	-R\$ 33.563.987,70
Câmbio	R\$ 19.044.077,48	-R\$ 2.160.633,21	R\$ 16.883.444,27
Cartão de crédito - Pagamento de fatura de cartão de crédito da própria IF		-R\$ 1.295.757,32	-R\$ 1.295.757,32
Cheque Compensado		-R\$ 20.000,00	-R\$ 20.000,00
Depósito em Cheque	R\$ 46.800,00		R\$ 46.800,00
Depósito Especial	R\$ 3.966.872,00		R\$ 3.966.872,00
Devolução da Compensação	R\$ 373.851,33		R\$ 373.851,33
Empréstimo/Financiamento	R\$ 1.870.000,00	-R\$ 11.538.708,82	-R\$ 9.668.708,82
Encargo		-R\$ 145.548,93	-R\$ 145.548,93
Estorno	R\$ 8.784.587,90	-R\$ 3.032,65	R\$ 8.781.555,25
Imposto de Renda		-R\$ 32.564,76	-R\$ 32.564,76
IOF		-R\$ 38.735,51	-R\$ 38.735,51
Lançamento Avisado	R\$ 3.864.536,16	-R\$ 7.653.935,31	-R\$ 3.789.399,15
Líquido de Cobrança	R\$ 22.556,00		R\$ 22.556,00
Pagamento de Fornecedor	R\$ 869,28		R\$ 869,28
Pagamento de Tributos		-R\$ 109.328,43	-R\$ 109.328,43
Pagamento Fornecedor		-R\$ 34.300.575,37	-R\$ 34.300.575,37
Pagamento Salário		-R\$ 6.187.069,22	-R\$ 6.187.069,22
Pagamentos Diversos		-R\$ 16.059.775,89	-R\$ 16.059.775,89
Resgate de Aplicação	R\$ 36.170.639,89		R\$ 36.170.639,89
Saque Eletrônico		-R\$ 5.598,86	-R\$ 5.598,86
Tarifa		-R\$ 21.294,57	-R\$ 21.294,57
Transação em espécie	R\$ 35.000,00		R\$ 35.000,00
Transferência entre Contas	R\$ 1.273.346,00	-R\$ 790.560,03	R\$ 482.785,97
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 60.908.531,98	-R\$ 22.723.188,37	R\$ 38.185.343,61
Franco Giffoni	R\$ 28.522.089,08	-R\$ 28.532.093,26	-R\$ 10.004,18
Aplicação		-R\$ 2.442.867,42	-R\$ 2.442.867,42
Câmbio	R\$ 13.417,54		R\$ 13.417,54
Depósito em Cheque	R\$ 43.768,23		R\$ 43.768,23
Devolução da Compensação	R\$ 17.744,00		R\$ 17.744,00
Dividendos	R\$ 32,95		R\$ 32,95
Encargo		-R\$ 34.581,99	-R\$ 34.581,99
Estorno	R\$ 254.474,63	-R\$ 22,27	R\$ 254.452,36
IOF		-R\$ 2.604,82	-R\$ 2.604,82
Lançamento Avisado	R\$ 761.426,07	-R\$ 1.215.260,59	-R\$ 453.834,52
Pagamento de Fornecedor	R\$ 16.059.442,65		R\$ 16.059.442,65
Pagamento Fornecedor		-R\$ 3.199.185,99	-R\$ 3.199.185,99
Pagamentos Diversos	R\$ 2,40		R\$ 2,40



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Alvos CPMI8 (Tipos de Lançamento)	C	D	Total Geral
Resgate de Aplicação	R\$ 2.405.965,85		R\$ 2.405.965,85
Saque Eletrônico		-R\$ 108.709,53	-R\$ 108.709,53
Tarifa		-R\$ 4.866,45	-R\$ 4.866,45
Transação em espécie	R\$ 429.081,35		R\$ 429.081,35
Transferência entre Contas	R\$ 7.470.119,60	-R\$ 14.605.410,61	-R\$ 7.135.291,01
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 1.066.613,81	-R\$ 6.918.583,59	-R\$ 5.851.969,78
George Washington de Oliveira Sousa	R\$ 49.182,03	-R\$ 136.456,42	-R\$ 87.274,39
Lançamento Avisado	R\$ 1.031,87	-R\$ 1.037,32	-R\$ 5,45
Pagamento de Fornecedor	R\$ 48.144,70		R\$ 48.144,70
Pagamentos Diversos	R\$ 5,46		R\$ 5,46
Transferência entre Contas		-R\$ 14.059,15	-R\$ 14.059,15
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)		-R\$ 121.359,95	-R\$ 121.359,95
Heitor Garcia de Deus Cunha	R\$ 16.299.803,69	-R\$ 16.319.184,42	-R\$ 19.380,73
Aplicação		-R\$ 4.072.652,84	-R\$ 4.072.652,84
Cheque Compensado		-R\$ 548,21	-R\$ 548,21
Depósito em Cheque	R\$ 519.311,30		R\$ 519.311,30
Devolução da Compensação	R\$ 33.000,00		R\$ 33.000,00
Devolução de Cheque Depositado		-R\$ 22.706,50	-R\$ 22.706,50
Empréstimo/Financiamento	R\$ 472.445,48	-R\$ 377.123,11	R\$ 95.322,37
Encargo		-R\$ 3.869,99	-R\$ 3.869,99
Estorno	R\$ 242.033,85	-R\$ 279.772,94	-R\$ 37.739,09
Imposto de Renda		-R\$ 55,29	-R\$ 55,29
IOF		-R\$ 1.459,02	-R\$ 1.459,02
Lançamento Avisado	R\$ 118.424,46	-R\$ 432.417,33	-R\$ 313.992,87
Líquido de Cobrança	R\$ 2.628,47		R\$ 2.628,47
Pagamento de Fornecedor	R\$ 2.174.798,43		R\$ 2.174.798,43
Pagamento Fornecedor		-R\$ 3.866.652,12	-R\$ 3.866.652,12
Pagamentos Diversos	R\$ 100.998,28		R\$ 100.998,28
Resgate de Aplicação	R\$ 3.925.331,54		R\$ 3.925.331,54
Saque Eletrônico		-R\$ 930.629,89	-R\$ 930.629,89
Tarifa		-R\$ 4.640,25	-R\$ 4.640,25
Transação em espécie	R\$ 131.310,00		R\$ 131.310,00
Transferência entre Contas	R\$ 2.560.847,06	-R\$ 865.837,16	R\$ 1.695.009,90
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 6.018.674,82	-R\$ 5.460.819,77	R\$ 557.855,05
Jean Lawand Junior	R\$ 168.206,14	-R\$ 167.862,38	R\$ 343,76
Aplicação		-R\$ 78.006,80	-R\$ 78.006,80



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Alvos CPMI8 (Tipos de Lançamento)	C	D	Total Geral
Lançamento Avisado	R\$ 118.855,67	-R\$ 32.851,94	R\$ 86.003,73
Pagamentos Diversos	R\$ 15,00		R\$ 15,00
Resgate de Aplicação	R\$ 39.587,97		R\$ 39.587,97
Saque Eletrônico		-R\$ 1.182,20	-R\$ 1.182,20
Transferência entre Contas	R\$ 3.621,50	-R\$ 55.821,44	-R\$ 52.199,94
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 6.126,00		R\$ 6.126,00
Lopes & Filho Consultoria Ltda	R\$ 81.817,72	-R\$ 81.817,72	R\$ 0,00
Lançamento Avisado	R\$ 36.975,19	-R\$ 45.817,72	-R\$ 8.842,53
Transferência entre Contas		-R\$ 36.000,00	-R\$ 36.000,00
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 44.842,53		R\$ 44.842,53
Luis Marcos dos Reis	R\$ 3.579.123,59	-R\$ 3.570.758,98	R\$ 8.364,61
Cheque Compensado		-R\$ 5.064,81	-R\$ 5.064,81
Depósito em Cheque	R\$ 72.499,74		R\$ 72.499,74
Depósito Especial	R\$ 67.941,86		R\$ 67.941,86
Devolução da Compensação	R\$ 568.798,00		R\$ 568.798,00
Devolução de Cheque Depositado		-R\$ 5.899,00	-R\$ 5.899,00
Empréstimo/Financiamento	R\$ 7.000,00	-R\$ 25.703,60	-R\$ 18.703,60
Encargo		-R\$ 2.068,02	-R\$ 2.068,02
Estorno	R\$ 2.355,79	-R\$ 873,31	R\$ 1.482,48
IOF		-R\$ 508,01	-R\$ 508,01
Lançamento Avisado	R\$ 938.179,58	-R\$ 522.987,14	R\$ 415.192,44
Pagamento Salarial	R\$ 421.831,28		R\$ 421.831,28
Pagamentos Diversos	R\$ 64,81		R\$ 64,81
Resgate de Aplicação	R\$ 449.406,83		R\$ 449.406,83
Saque Eletrônico		-R\$ 63.164,05	-R\$ 63.164,05
Tarifa		-R\$ 1.077,00	-R\$ 1.077,00
Transferência entre Contas	R\$ 369.936,39	-R\$ 1.788.673,04	-R\$ 1.418.736,65
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 681.109,31	-R\$ 1.154.741,00	-R\$ 473.631,69
Mauro Cesar Barbosa Cid	R\$ 8.074.750,90	-R\$ 7.951.362,68	R\$ 123.388,22
Aplicação		-R\$ 2.323.638,00	-R\$ 2.323.638,00
Câmbio		-R\$ 367.374,56	-R\$ 367.374,56
Cheque Compensado		-R\$ 11.732,00	-R\$ 11.732,00
Depósito em Cheque	R\$ 138.584,07		R\$ 138.584,07
Depósito Especial	R\$ 142.406,57		R\$ 142.406,57
Devolução da Compensação	R\$ 20.300,00		R\$ 20.300,00
Encargo		-R\$ 2.640,95	-R\$ 2.640,95



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Alvos CPMI8 (Tipos de Lançamento)	C	D	Total Geral
Estorno	R\$ 52.862,63	-R\$ 50.576,93	R\$ 2.285,70
IOF		-R\$ 4.355,30	-R\$ 4.355,30
Lançamento Avisado	R\$ 1.797.661,37	-R\$ 1.894.693,60	-R\$ 97.032,23
Líquido de Cobrança	R\$ 6.453,50		R\$ 6.453,50
Pagamento Fornecedor		-R\$ 62.798,19	-R\$ 62.798,19
Pagamento Salarial	R\$ 754.389,89		R\$ 754.389,89
Resgate de Aplicação	R\$ 3.112.131,40		R\$ 3.112.131,40
Saque Eletrônico		-R\$ 209.410,89	-R\$ 209.410,89
Tarifa		-R\$ 9.072,02	-R\$ 9.072,02
Transferência entre Contas	R\$ 810.247,61	-R\$ 2.790.167,97	-R\$ 1.979.920,36
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 1.239.713,86	-R\$ 224.902,27	R\$ 1.014.811,59
Osmar Crivelatti	R\$ 1.635.296,99	-R\$ 1.527.213,35	R\$ 108.083,64
Aplicação		-R\$ 200.000,00	-R\$ 200.000,00
Cheque Compensado		-R\$ 22.350,00	-R\$ 22.350,00
Depósito em Cheque	R\$ 7.750,00		R\$ 7.750,00
Depósito Especial	R\$ 160.613,24		R\$ 160.613,24
Devolução da Compensação	R\$ 255,00		R\$ 255,00
Estorno	R\$ 753,73		R\$ 753,73
Lançamento Avisado	R\$ 945.257,65	-R\$ 204.535,20	R\$ 740.722,45
Resgate de Aplicação	R\$ 96.172,24		R\$ 96.172,24
Saque Eletrônico		-R\$ 324.384,13	-R\$ 324.384,13
Tarifa		-R\$ 569,23	-R\$ 569,23
Transferência entre Contas	R\$ 353.070,40	-R\$ 643.707,49	-R\$ 290.637,09
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 71.424,73	-R\$ 131.667,30	-R\$ 60.242,57
Política e Gestão Estratégicas Aplicadas (Instituto Sagres)	R\$ 3.766.522,53	-R\$ 3.768.695,13	-R\$ 2.172,60
Aplicação		-R\$ 523.852,29	-R\$ 523.852,29
Depósito em Cheque	R\$ 2.145,76		R\$ 2.145,76
Depósito Especial	R\$ 176.200,00		R\$ 176.200,00
Devolução da Compensação	R\$ 87.900,00		R\$ 87.900,00
Lançamento Avisado	R\$ 1.476.032,91	-R\$ 214.333,86	R\$ 1.261.699,05
Líquido de Cobrança	R\$ 30.736,64		R\$ 30.736,64
Resgate de Aplicação	R\$ 450.128,37		R\$ 450.128,37
Saque Eletrônico		-R\$ 3.190,50	-R\$ 3.190,50
Tarifa		-R\$ 7.707,14	-R\$ 7.707,14
Transferência entre Contas	R\$ 635.578,75	-R\$ 2.251.084,23	-R\$ 1.615.505,48
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 907.800,10	-R\$ 768.527,11	R\$ 139.272,99



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Alvos CPMI8 (Tipos de Lançamento)	C	D	Total Geral
Ricardo Pereira Cunha	R\$ 1.486.747,61	-R\$ 1.482.266,64	R\$ 4.480,97
Aplicação		-R\$ 5.861,75	-R\$ 5.861,75
Cheque Compensado		-R\$ 6.900,00	-R\$ 6.900,00
Depósito em Cheque	R\$ 170.259,18		R\$ 170.259,18
Devolução da Compensação	R\$ 6.900,00		R\$ 6.900,00
Dividendos	R\$ 29,73		R\$ 29,73
Empréstimo/Financiamento	R\$ 21.000,00	-R\$ 32.487,71	-R\$ 11.487,71
Encargo		-R\$ 11.950,78	-R\$ 11.950,78
Estorno	R\$ 2.878,91	-R\$ 655,24	R\$ 2.223,67
IOF		-R\$ 1.433,20	-R\$ 1.433,20
Lançamento Avisado	R\$ 524.190,95	-R\$ 628.807,91	-R\$ 104.616,96
Pagamento Fornecedor		-R\$ 36.834,38	-R\$ 36.834,38
Pagamentos Diversos	R\$ 165,25		R\$ 165,25
Resgate de Aplicação	R\$ 371,03		R\$ 371,03
Saque Eletrônico		-R\$ 1.546,38	-R\$ 1.546,38
Tarifa		-R\$ 2.460,76	-R\$ 2.460,76
Transferência entre Contas	R\$ 197.049,01	-R\$ 244.754,85	-R\$ 47.705,84
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 563.903,55	-R\$ 508.573,68	R\$ 55.329,87
Ridauto Lúcio Fernandes	R\$ 4.179.839,51	-R\$ 4.210.972,47	-R\$ 31.132,96
Aplicação		-R\$ 1.034.897,81	-R\$ 1.034.897,81
Depósito Especial	R\$ 8.541,79		R\$ 8.541,79
Devolução da Compensação	R\$ 1.100,00		R\$ 1.100,00
Dividendos	R\$ 1.694,21		R\$ 1.694,21
Encargo		-R\$ 145,73	-R\$ 145,73
Estorno	R\$ 8.682,82	-R\$ 4,29	R\$ 8.678,53
IOF		-R\$ 55,01	-R\$ 55,01
Lançamento Avisado	R\$ 2.487.627,36	-R\$ 964.328,77	R\$ 1.523.298,59
Resgate de Aplicação	R\$ 960.743,54		R\$ 960.743,54
Saque Eletrônico		-R\$ 49.716,90	-R\$ 49.716,90
Tarifa		-R\$ 828,05	-R\$ 828,05
Transferência entre Contas	R\$ 687.039,82	-R\$ 2.110.751,51	-R\$ 1.423.711,69
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 24.409,97	-R\$ 50.244,40	-R\$ 25.834,43
Silvinei Vasques	R\$ 2.386.117,07	-R\$ 2.385.605,04	R\$ 512,03
Aplicação		-R\$ 575.000,00	-R\$ 575.000,00
Câmbio		-R\$ 2.690,00	-R\$ 2.690,00
Cheque Compensado		-R\$ 4.760,00	-R\$ 4.760,00
Depósito em Cheque	R\$ 208.879,18		R\$ 208.879,18



CONGRESSO NACIONAL
CPMI do 08 de Janeiro

Alvos CPMI8 (Tipos de Lançamento)	C	D	Total Geral
Empréstimo/Financiamento	R\$ 312.503,66	-R\$ 183.876,97	R\$ 128.626,69
Encargo		-R\$ 790,93	-R\$ 790,93
Estorno	R\$ 6.539,21		R\$ 6.539,21
IOF		-R\$ 53,73	-R\$ 53,73
Lançamento Avisado	R\$ 2.978,56	-R\$ 479.889,56	-R\$ 476.911,00
Pagamento Fornecedor		-R\$ 14.668,74	-R\$ 14.668,74
Pagamento Salarial	R\$ 684.484,89		R\$ 684.484,89
Resgate de Aplicação	R\$ 586.781,14		R\$ 586.781,14
Saque Eletrônico		-R\$ 42.981,38	-R\$ 42.981,38
Tarifa		-R\$ 2.233,76	-R\$ 2.233,76
Transferência entre Contas		-R\$ 327.919,25	-R\$ 327.919,25
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 583.950,43	-R\$ 750.740,72	-R\$ 166.790,29
WM Teixeira Assessoria & Serviços Administrativos	R\$ 1.204.037,80	-R\$ 1.204.126,40	-R\$ 88,60
Aplicação		-R\$ 418.007,42	-R\$ 418.007,42
Cartão de crédito - Pagamento de fatura de cartão de crédito da própria IF		-R\$ 2.161,75	-R\$ 2.161,75
Depósito em Cheque	R\$ 5.885,00		R\$ 5.885,00
Depósito Especial	R\$ 1.475,38		R\$ 1.475,38
Empréstimo/Financiamento	R\$ 28.788,87		R\$ 28.788,87
Encargo		-R\$ 513,84	-R\$ 513,84
Estorno	R\$ 278,29		R\$ 278,29
IOF		-R\$ 110,05	-R\$ 110,05
Lançamento Avisado	R\$ 68.295,85	-R\$ 81.134,32	-R\$ 12.838,47
Pagamento de Fornecedor	R\$ 19.937,91		R\$ 19.937,91
Pagamento de Tributos		-R\$ 2.129,25	-R\$ 2.129,25
Pagamento Fornecedor		-R\$ 296.890,68	-R\$ 296.890,68
Pagamentos Diversos		-R\$ 42.899,74	-R\$ 42.899,74
Resgate de Aplicação	R\$ 416.992,40		R\$ 416.992,40
Saque Eletrônico		-R\$ 209.780,00	-R\$ 209.780,00
Tarifa		-R\$ 2.635,49	-R\$ 2.635,49
Transação em espécie	R\$ 8.570,00	-R\$ 14.320,00	-R\$ 5.750,00
Transferência entre Contas	R\$ 33.462,05	-R\$ 37.652,22	-R\$ 4.190,17
Transferência Interbancária (DOC, TED, Pix)	R\$ 620.352,05	-R\$ 95.891,64	R\$ 524.460,41
Total Geral	R\$ 240.213.336,96	-R\$ 240.395.055,74	-R\$ 181.718,78